



# CONGRESSO NACIONAL

---

## ORÇAMENTO DA UNIÃO

---

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002

PROJETO DE LEI NÚMERO 32, DE 2001 - CN  
MENSAGEM NÚMERO 591, DE 2001 - CN (NÚMERO 934/2001 NA ORIGEM).

---

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

---

VOLUME I

TEXTO DA LEI E QUADROS CONSOLIDADOS

LEI ORÇAMENTÁRIA.....	3
TEXTO DA LEI.....	3
QUADROS CONSOLIDADOS.....	35
QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA.....	37
RECEITA E DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR CATEGORIA ECONÔMICA.....	39
RECEITA E DESPESA DO ORÇAMENTO FISCAL POR CATEGORIA ECONÔMICA.....	41
RECEITA E DESPESA DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CATEGORIA ECONÔMICA.....	43
EVOLUÇÃO DA RECEITA DO TESOIRO NACIONAL.....	45
RESUMO GERAL DA RECEITA.....	49
RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS.....	53
DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS DO TESOIRO POR ÓRGÃO.....	65
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE.....	71
EVOLUÇÃO DA DESPESA DO TESOIRO NACIONAL.....	111
DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPO DE DESPESA.....	115
DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE RECURSOS POR GRUPO DE DESPESA.....	119
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE.....	125
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO.....	143
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA.....	153
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.....	159
DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO.....	213
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL.....	225
LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA.....	229



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI nº 32, de 2001-CN

*Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição e do art. 6º da Lei nº 10.166, de 24 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002 - LDO 2002, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II  
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I  
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 650.409.607.960,00 (seiscentos e cinquenta bilhões, quatrocentos e nove milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e sessenta reais), discriminada conforme o Quadro I, em anexo, sendo especificadas nos incisos a receita de cada orçamento e a proveniente da emissão de títulos destinada ao refinanciamento da dívida pública, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF:

I - R\$ 280.103.692.688,00 (duzentos e oitenta bilhões, cento e três milhões, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais) do Orçamento Fiscal, excluída a receita de que trata o inciso III deste artigo, e incluída a parcela de contribuições sociais desvinculada por força da Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000, no valor de R\$ 20.273.838.099,00 (vinte bilhões, duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e trinta e oito mil, noventa e nove reais);

II - R\$ 149.838.221.199,00 (cento e quarenta e nove bilhões, oitocentos e trinta e oito milhões, duzentos e vinte e um mil, cento e noventa e nove reais) do Orçamento da Seguridade Social; e

III - R\$ 220.467.694.073,00 (duzentos e vinte bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setenta e três reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa.

SEÇÃO II  
DA FIXAÇÃO DA DESPESA



Art. 3º A despesa total fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 650.409.607.960,00 (seiscentos e cinquenta bilhões, quatrocentos e nove milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e sessenta reais), distribuída entre os órgãos orçamentários conforme Quadro II, em anexo, sendo especificadas nos incisos a despesa de cada orçamento e a relativa ao refinanciamento da dívida pública, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da LRF e no art. 50 da LDO 2002:

I - R\$ 262.889.149.037,00 (duzentos e sessenta e dois bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e quarenta e nove mil, trinta e sete reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea "a", deste artigo;

II - R\$ 167.052.764.850,00 (cento e sessenta e sete bilhões, cinquenta e dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais) do Orçamento da Seguridade Social, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea "b", deste artigo; e

III - R\$ 220.467.694.073,00 (duzentos e vinte bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setenta e três reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, sendo:

a) R\$ 220.178.617.902,00 (duzentos e vinte bilhões, cento e setenta e oito milhões, seiscentos e dezessete mil, novecentos e dois reais) constantes do Orçamento Fiscal; e

b) R\$ 289.076.171,00 (duzentos e oitenta e nove milhões, setenta e seis mil, cento e setenta e um reais) constantes do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Dos montantes fixados nos incisos II e III, alínea "b", deste artigo, relativos ao Orçamento da Seguridade Social, parcela de R\$ 17.503.619.822,00 (dezessete bilhões, quinhentos e três milhões, seiscentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e dois reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

### SEÇÃO III DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo e desde que demonstrada, no decreto de abertura, a compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2002, para suplementação de dotações consignadas:

I - a cada subtítulo, até o limite de dez por cento do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações, limitada a dez por cento do valor do subtítulo objeto da anulação;

b) da reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III, da LRF;

c) de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados.

II - aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", mediante utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo, sendo a suplementação limitada a vinte por cento da soma das dotações;

III - para o atendimento de despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive aquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da reserva de contingência;



b) da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo; e

c) da anulação de dotações consignadas para esta finalidade em outra unidade orçamentária.

IV - para o atendimento de despesas com juros e encargos da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou à amortização da dívida na mesma unidade orçamentária, obedecidas as vinculações previstas na legislação vigente;

V - para o atendimento de despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou ao pagamento de juros e encargos da dívida na mesma unidade orçamentária;

b) do excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

c) do superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2001, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, observado e demonstrado previamente o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF.

VI - para o atendimento de despesas com o cumprimento do disposto no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VII - para o atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas a esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder e do Ministério Público;

VIII - para o pagamento de benefícios a servidor público admitido no exercício de 2002, mediante a utilização de recursos alocados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no GND "3 - Outras Despesas Correntes" do subtítulo "Pagamento de Pessoal Decorrente de Proventos por Meio de Concursos Público no âmbito do Poder Executivo - Nacional";

IX - a subtítulos nos quais foram alocadas receitas de operações de crédito previstas nesta Lei, mediante utilização de recursos decorrentes de variação monetária ou cambial relativas a essas operações;

X - para o atendimento de despesas, no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com as mesmas ações em execução no ano de 2001, mediante a utilização do respectivo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, observados os saldos orçamentários dos respectivos subtítulos aprovados no exercício anterior;

XI - a subtítulos aos quais possam ser alocados recursos oriundos de doações e convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo.

§ 1º Na utilização dos recursos para suplementação de dotações deverá ser observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF.

§ 2º Na suplementação de dotações deverá ser observado o disposto no art. 40, § 8º, da LDO 2002.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e §§ 3º e 4º da Lei nº 4.320, de 1964, destinados:

a) a transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais;



b) aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e

c) ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, mediante a utilização de recursos originários das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e o de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, inclusive da parcela destinada nos termos do art. 239, § 1º, da Constituição.

CAPÍTULO III  
DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

SEÇÃO I  
DA ABRANGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 6º O Orçamento de Investimento abrange as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, excluídas aquelas integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos do art. 6º da LDO 2002.

SEÇÃO II  
DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 7º As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimento somam R\$ 21.362.286.746,00 (vinte e um bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e quarenta e seis reais), sendo especificadas no Quadro III, em anexo.

Parágrafo único. É vedado às entidades constantes do Orçamento de Investimento contraírem dívidas junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita.

SEÇÃO III  
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 8º A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R\$ 21.362.286.746,00 (vinte e um bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e quarenta e seis reais), distribuída por órgão orçamentário conforme Quadro IV, em anexo.

SEÇÃO IV  
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo e desde que demonstrada, no decreto de abertura, a compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida no art. 18 da LDO 2002, para as seguintes finalidades:

I - suplementação de subtítulo, até o limite de dez por cento do respectivo valor, mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa;

II - para o atendimento de despesas relativas a ações financiadas com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional aprovadas em exercícios anteriores e em execução no exercício de 2002, mediante a utilização do saldo desses recursos pela correspondente empresa;

III - para realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, decorrentes da abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.



CAPÍTULO IV  
DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E EMISSÃO DE TÍTULOS DA  
DÍVIDA AGRÁRIA

Art. 10. Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, I, da LRF, fica autorizada a contratação das operações de crédito incluídas nesta Lei, nos termos do art. 27 da LDO 2002, sem prejuízo ao que estabelece o art. 52, V, da Constituição, no que se refere às operações de crédito externas.

Parágrafo único. No prazo de sessenta dias após a publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional a relação das operações a que se refere este artigo, especificando o agente financeiro, a finalidade, o valor da operação e a respectiva programação constante desta Lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a emitir até 13.090.800 (treze milhões, noventa mil e oitocentos) Títulos da Dívida Agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício, nos termos do art. 184 da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a cinco anos.

CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da LDO 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos Orçamento Públicos e Fiscalização - CMD e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no *caput* abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o *caput* será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

Art. 13. É vedada a execução orçamentária e financeira dos subtítulos a seguir relacionados, referentes a serviços que apresentaram indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos Orçamento Públicos e Fiscalização - CMD e do Congresso Nacional:

I - 24.722.0257.1319.0001 - Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Instituições de Saúde Pública/ Nacional;

II - 24.722.0257.1321.0001 - Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimentos Públicos de Ensino e Bibliotecas Públicas/ Nacional;



III - 24.722.0257.1323.0001 - Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações onde o custo dos serviços não possa ser recuperado com sua exploração comercial/ Nacional.

Parágrafo Único. Aplicam-se aos subtítulos referidos no *caput* as demais normas previstas no art. 12 desta Lei, no que lhes for aplicável.

Art. 14. A execução dos créditos orçamentários constantes dos anexos a esta Lei obedecerá os princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Parágrafo único. No mesmo prazo de publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de que trata o art. 52 da LRF, os órgãos setoriais de planejamento e orçamento encaminharão à CMD relatório contendo as seguintes informações:

a) demonstrativo do fluxo mensal de liberação de recursos orçamentários e financeiros, acompanhado de análise de sua evolução;

b) demonstrativo da compatibilidade da execução financeira e orçamentária com os critérios de que trata o art. 34, § 9º, da LDO 2002.

Art. 15. Ressalvadas as restrições de ordem técnica e legal, a execução da programação de trabalho constante desta lei e de seus créditos adicionais não poderá ser objeto de outras limitações que não sejam as fixadas nos decretos editados pelo Poder Executivo nos estritos termos dos arts. 8º e 9º da LRF e, nesse último caso, nos atos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

Art. 16. Em até 15 dias após a publicação do ato previsto no art. 67 da LDO 2002, os órgãos setoriais de planejamento e orçamento encaminharão à CMD relatório contendo as seguintes informações:

a) avaliação das conseqüências da limitação de empenho e movimentação financeira estabelecida no decreto editado para os fins do art. 9º da LRF sobre a execução das ações do respectivo Ministério;

b) distribuição dos limites orçamentário e financeiro entre os programas e respectivas ações procedida por ato do próprio Ministério.

Art. 17. As solicitações de créditos adicionais que não possam ser abertos por decreto, conforme autorização contida nos arts. 4º e 9º desta Lei, ou por medida provisória, serão consolidadas e constituirão dois projetos de lei, para cada modalidade de crédito e para as despesas de pessoal, nos termos do art. 40, §§ 2º e 3º, da LDO 2002, sendo o primeiro apresentado até o dia 15 de maio de 2002 e, o segundo, até 15 de outubro.

§ 1º Em casos excepcionais, a CMD poderá aprovar projeto de lei de créditos adicionais para atendimento de situações específicas, devidamente justificadas na mensagem de encaminhamento, observado o prazo estabelecido no art. 40, § 6º, da LDO 2002.

§ 2º A mensagem que encaminhar projeto de lei ou medida provisória para abertura de créditos adicionais deverá conter demonstrativo da compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida na LDO 2002.

Art. 18. Na audiência pública de que trata o art. 9º, § 4º, da LRF será demonstrado o impacto estimado nas metas fiscais estabelecidas na LDO 2002 decorrente do conjunto das alterações promovidas na lei orçamentária por meio de créditos adicionais, abertos por decreto, projeto de lei e medida provisória.

Art. 19. No prazo e nos termos especificados no art. 67, §§ 1º e 3º, da LDO 2002, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório sobre a reestimativa de receitas e, se demonstrado que em razão da aprovação do PL nº4.177/2001, que dispõe sobre a tabela do imposto de renda das pessoas físicas, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado



primário, proporá medidas compensatórias adicionais à limitação de empenho e movimentação financeira prevista no art. 9º da LRF.

Parágrafo único. Na ocorrência da hipótese prevista no *caput*, como medida compensatória excepcional, fica o Poder Executivo autorizado a restituir no primeiro trimestre de 2003 até cinquenta por cento dos valores devidos aos contribuintes pessoas físicas relativos às declarações de imposto de renda do exercício de 2002, ano-calendário de 2001, corrigidos pela taxa SELIC.

Art. 20. A Secretaria da Receita Federal e o Instituto Nacional de Seguro Social deverão publicar no Diário Oficial da União, mensalmente, relatório contendo:

I - comparativo da arrecadação mensal realizada das receitas federais, segundo as categorias e critérios utilizados nesta Lei, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta orçamentária, nos termos do inciso VII, alíneas "a", "h" e "i", do anexo à LDO 2002 denominado Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária;

II - a previsão atualizada da arrecadação mês a mês, elaborada em consonância com as respectivas reestimativas de arrecadação no exercício;

III - avaliação da evolução das receitas, explicitando os fatores e parâmetros que influenciaram os resultados.

Art. 21. As despesas obrigatórias de caráter continuado previstas no art. 17 da LRF e listadas no anexo de que trata o art. 2º, § 2º, da LDO 2002 constituem obrigações legais para fins de aplicação do disposto no art. 9º, § 2º, da LRF.

Art. 22. Havendo modificações na metodologia de apuração do resultado primário, ou nos critérios de classificação de receitas e despesas, o respectivo código identificador - RP constante do detalhamento dos créditos orçamentários desta Lei, poderá ser alterado por portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 23. Integram esta lei, nos termos do art. 8º da LDO 2002, os anexos contendo a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários, a discriminação da legislação da receita e da despesa, os quadros orçamentários consolidados definidos no § 1º, incisos I a XV do referido art. 8º e os seguintes:

I - Quadro I, contendo a discriminação da receita estimada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e fonte;

II - Quadro II, contendo a distribuição da despesa fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por órgão orçamentário;

III - Quadro III, contendo a discriminação das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento;

IV - Quadro IV, contendo a distribuição da despesa fixada no Orçamento de Investimento por órgão orçamentário;

V - Quadro V, contendo a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, atualizada, conforme estabelece o art. 8º, § 11 da LDO 2002;

VI - Quadro VI, contendo as autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, I da Constituição, relativas a despesas de pessoal, conforme estabelece o art. 59 da LDO 2002;

VII - Quadro VII, contendo a relação das obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de janeiro de 2002.

**QUADRO I - RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>1. RECEITAS DO TESOURO</b>	<b>421.572.866.393</b>
<b>1.1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>331.974.188.992</b>
Receita Tributária	108.465.022.908
Receita de Contribuições	187.514.038.366
Receita Patrimonial	10.652.023.315
Receita Agropecuária	2.347.690
Receita Industrial	114.029.541
Receita de serviços	13.450.124.936
Transferências Correntes	129.664.168
Outras Receitas Correntes	11.646.938.068
<b>1.2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>89.598.677.401</b>
Operações de Crédito Internas	37.524.392.356
Operações de Crédito Externas	26.369.369.924
Alienação de Bens	3.721.423.523
Amortização de Empréstimos	9.103.360.400
Transferências de Capital	56.511.146
Outras Receitas de Capital	12.823.620.052
<b>2. RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>8.369.047.494</b>
<b>2.1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5.943.823.111</b>
<b>2.2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.425.224.383</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>429.941.913.887</b>
<b>3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL</b>	<b>220.467.694.073</b>
3.1. Operações de Crédito Internas	209.457.766.141
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	209.457.766.141
3.2. Operações de Crédito Externas	11.009.927.932
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	11.009.927.932
<b>TOTAL</b>	<b>650.409.607.960</b>

## Quadro II – Distribuição da Despesa por Órgão

Fiscal e Seguridade (R\$ 1,00)

Discriminação	Tesouro	Outras Fontes	Total Órgão	(%)			
	(A)	(B)	C = (A+B)	C/D	C/E	C/F	C/G
01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.657.150.246		1.657.150.246	0,44 %	0,40 %	0,38 %	0,25 %
02000 - SENADO FEDERAL	1.165.265.263		1.165.265.263	0,31 %	0,28 %	0,27 %	0,18 %
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	507.617.565		507.617.565	0,14 %	0,12 %	0,12 %	0,08 %
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	160.008.787		160.008.787	0,04 %	0,04 %	0,04 %	0,02 %
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	331.992.893		331.992.893	0,09 %	0,08 %	0,08 %	0,05 %
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	2.765.957.822		2.765.957.822	0,74 %	0,66 %	0,64 %	0,43 %
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	119.365.036		119.365.036	0,03 %	0,03 %	0,03 %	0,02 %
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	1.600.540.339		1.600.540.339	0,43 %	0,38 %	0,37 %	0,25 %
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	4.344.458.675		4.344.458.675	1,16 %	1,04 %	1,00 %	0,67 %
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	453.722.063		453.722.063	0,12 %	0,11 %	0,10 %	0,07 %
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.201.109.872	14.665.730	2.215.775.602	0,59 %	0,53 %	0,51 %	0,34 %
22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	3.161.395.993	2.023.555.763	5.184.951.756	1,39 %	1,24 %	1,19 %	0,80 %
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.354.042.777	228.495.969	2.582.538.746	0,69 %	0,62 %	0,59 %	0,40 %
25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	10.754.829.741	1.531.697.075	12.286.526.816	3,29 %	2,94 %	2,83 %	1,89 %
26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	16.602.380.286	819.007.267	17.421.387.553	4,66 %	4,17 %	4,01 %	2,68 %
28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	189.879.853	1.008.079.652	1.197.959.505	0,32 %	0,29 %	0,28 %	0,18 %
30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	3.675.647.680	582.132	3.676.229.812	0,98 %	0,88 %	0,85 %	0,57 %
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	1.504.960.460	63.423.276	1.568.383.736	0,42 %	0,38 %	0,36 %	0,24 %
33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	95.094.941.011	116.792.412	95.211.733.423	25,47 %	22,80 %	21,91 %	14,64 %
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	920.019.407		920.019.407	0,25 %	0,22 %	0,21 %	0,14 %
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	974.570.776	248.145	974.818.921	0,26 %	0,23 %	0,22 %	0,15 %
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	28.485.933.729	65.514.510	28.551.448.239	7,64 %	6,84 %	6,57 %	4,39 %
38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Exclusive o dispositivo no artigo 239 Parágrafo I da Constituição)	10.224.630.788	187.953	10.224.818.741	2,74 %	2,45 %	2,35 %	1,57 %
39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Exclusive Fundo da Marinha Mercante)	7.662.717.804	275.291.599	7.938.009.403	2,12 %	1,90 %	1,83 %	1,22 %
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	2.632.715.433	159.463.721	2.792.179.154	0,75 %	0,67 %	0,64 %	0,43 %
42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA	387.165.770	4.111.573	391.277.343	0,10 %	0,09 %	0,09 %	0,06 %
44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1.516.817.621	87.994.427	1.604.812.048	0,43 %	0,38 %	0,37 %	0,25 %
47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	3.447.235.558	9.130.143	3.456.365.701	0,92 %	0,83 %	0,80 %	0,53 %
49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	2.070.158.989	252.865.907	2.323.024.896	0,62 %	0,56 %	0,53 %	0,36 %
51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO	772.502.695	12.098.984	784.601.679	0,21 %	0,19 %	0,18 %	0,12 %
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	24.548.047.717	1.657.510.833	26.205.558.550	7,01 %	6,27 %	6,03 %	4,03 %
53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Exclusive Fundos Constitucionais)	4.032.878.502	38.330.423	4.071.208.925	1,09 %	0,97 %	0,94 %	0,63 %
71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	112.682.912.299		112.682.912.299	30,14 %	26,98 %	25,93 %	17,32 %
73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS (Exclusive Transferências Constitucionais)	14.313.585.508		14.313.585.508	3,83 %	3,43 %	3,29 %	2,20 %
90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.118.882.062	0	2.118.882.062	0,57 %	0,51 %	0,49 %	0,33 %
<b>SUBTOTAL (D)</b>	<b>365.436.041.020</b>	<b>8.369.047.494</b>	<b>373.805.088.514</b>	<b>100,00 %</b>	<b>89,51 %</b>	<b>86,01 %</b>	<b>57,47 %</b>
73000 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	43.820.743.478		43.820.743.478		10,49 %	10,08 %	6,74 %
<b>SUBTOTAL (E)</b>	<b>409.256.784.498</b>	<b>8.369.047.494</b>	<b>417.625.831.992</b>		<b>100,00 %</b>	<b>96,10 %</b>	<b>64,21 %</b>
38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Conforme o dispositivo no artigo 239 Parágrafo I da Constituição)	3.942.809.234		3.942.809.234			0,91 %	0,61 %
39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Fundo da Marinha Mercante)	981.670.878		981.670.878			0,23 %	0,15 %
53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Fundos Constitucionais)	2.763.838.098		2.763.838.098			0,64 %	0,42 %
74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	9.267.440.949		9.267.440.949			2,13 %	1,42 %
<b>SUBTOTAL (F)</b>	<b>426.212.543.657</b>	<b>8.369.047.494</b>	<b>434.581.591.151</b>			<b>100,00 %</b>	<b>66,82 %</b>
75000 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	215.828.016.809		215.828.016.809				33,18 %
<b>T O T A L (G)</b>	<b>642.040.560.466</b>	<b>8.369.047.494</b>	<b>650.409.607.960</b>				<b>100,00 %</b>

Quadro III  
Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>12.837.469.127</b>
Geração Própria	12.837.469.127
<b>RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>341.526.680</b>
Tesouro	115.400.000
<i>Direto</i>	<i>115.400.000</i>
Controladora	226.126.680
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO</b>	<b>4.583.669.711</b>
Internas	417.035.922
Externas	4.166.633.789
<b>OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO</b>	<b>3.599.621.228</b>
Controladora	2.866.366.228
Outras Estatais	493.255.000
Outras Fontes	240.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>21.362.286.746</b>

**QUADRO IV****DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

	R\$ 1,00
<b>Especificação</b>	<b>Valor</b>
22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	15.919.000
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.477.800
25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	2.370.791.597
28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	35.724.000
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	17.909.912.193
33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.000.000
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	12.196.456
39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	155.833.700
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	691.732.000
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	128.700.000
<b>TOTAL</b>	<b>21.362.286.746</b>

## QUADRO V

### ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

(Art. 8º, § 11, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 – LDO 2002)

Nos termos do art. 8º, § 11 da LDO 2002, a Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO atualizou a estimativa da margem de expansão, com base em análise efetuada sobre as alterações promovidas por essa Comissão nas estimativas das receitas. Consideradas apenas as alterações que resultam em ganho real e permanente de receita, e considerados os comentários pertinentes consignados no Relatório Final sobre o Projeto de Lei nº 32, de 2001, a análise da CMO apurou um acréscimo da ordem de R\$ 113,5 milhões, conforme tabela a seguir, e um novo valor para a margem de expansão bruta das despesas obrigatórias de caráter continuado: **R\$ 5,45 bilhões.**

R\$ milhões	
<b>Margem estimada na proposta orçamentária</b>	<b>5.337,0</b>
<b>Acréscimos</b>	<b>113,5</b>
1. Aumento real de receita decorrente de: reestimativa do IGP-DI, Cota única –IRPJ e IRPJ – Swap	60,0
2.IRRF-Rendimentos do trabalho decorrente do aumento salarial nas instituições federais de ensino	33,5
3.Contribuição para o PSSS decorrente do aumento salarial nas instituições federais de ensino	20,0
<b>Estimativa atualizada da margem de expansão</b>	<b>5.450,5</b>

É possível prever que a margem de expansão bruta poderá ser objeto de ajustes durante o exercício de 2002 em decorrência: a) da instituição e efetiva cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico por meio de PEC nº 227/2000, em substituição à PPE – parcela de preços específica; b) da cobrança dos rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos das entidades abertas ou fechadas de previdências complementar, inclusive seguradores e administradoras de fundos de previdências complementar (Medida Provisória nº 2.222, de 2001).

## QUADRO VI

### AUTORIZAÇÕES DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, II DA CONSTITUIÇÃO

(Art. 59 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 - LDO 2002)

Em cumprimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição e no art. 59 da LDO 2002, ficam autorizadas as admissões ou contratações de pessoal, as concessões de vantagens ou aumentos de remuneração, as alterações de estrutura de carreiras e a criação de cargos, empregos e funções constantes deste Quadro.

Na efetivação destas autorizações deverá ser atendido o disposto no art. 169, § 1º, I, da Constituição e nos arts. 21 e 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, observados, ainda, os arts. 56, 74 e 75 da LDO 2002.

#### **1 - PODER LEGISLATIVO**

I - Preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001.

#### **II – Câmara dos Deputados:**

- a) provimento, mediante concurso público, de até 359 cargos das carreiras funcionais da Câmara dos Deputados;
- b) implantação do plano de carreira dos servidores, conforme Resolução nº 28, de 1998, da Câmara dos Deputados;
- c) equiparação de pensões do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, com as pensões do serviço público federal, de acordo com o Projeto de Resolução nº 1, de 1999 ; e
- d) implantação da reestruturação de funções e cargos comissionados.

#### **III – Senado Federal:**

- a) criação do quadro de pessoal do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB, conforme Resolução nº 9, de 1997, mediante transformação de cargos vagos do quadro de pessoal do Senado Federal;
- b) implantação do plano de carreira dos servidores do Senado Federal e do PRODASEN, conforme Resoluções nºs 42 e 51, de 1993; nº 9, de 1997; nº 55, de 1998 e Lei nº 9.527, de 1997;
- c) equiparação de pensões do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, com as pensões do serviço público federal, de acordo com o Projeto de Resolução nº 1, de 1999;
- d) implantação da reestruturação de funções e cargos comissionados; e
- e) provimento, mediante concurso público, de até 253 (duzentos e cinquenta e três) cargos do quadro de pessoal do Senado Federal.

#### **IV – Tribunal de Contas da União:**

- a) provimento, mediante concurso público, de até 60 cargos de Analista de Finanças e Controle Externo; e
- b) implantação do plano de carreira dos servidores do Tribunal, de acordo com o Projeto de Lei nº 2.208, de 1999.

## **2 - PODER JUDICIÁRIO**

I - Preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001.

II- Reestruturação do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário, nos termos em que vier a ser aprovado o PL nº 5.314, de 2001, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### **III- Superior Tribunal de Justiça:**

- a) provimento, mediante concurso público, de até 24 cargos efetivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça; e
- b) criação de cargos e funções destinados à instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, prevista na Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 29/2000.

### **IV – Justiça Federal:**

- a) provimento, mediante concurso público, de até 1.301 cargos efetivos, nos Tribunais Regionais Federais.

### **V – Justiça do Trabalho:**

- a) provimento, mediante concurso público, de até 1.700 cargos efetivos no âmbito da Justiça do Trabalho.

### **VI - Justiça do Distrito Federal e Territórios:**

- a) implantação da Gratificação por Execução de Mandados para a carreira de Analista Judiciário - Oficial de Justiça - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, de acordo com o Projeto de Lei nº 2.309, de 2000.

## **3 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**

I – preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001;

II – provimento, mediante concurso público, de até 482 membros e 935 servidores e 300 funções comissionadas no âmbito do Ministério Público da União; e

III- Reestruturação do Plano de Carreira dos servidores do Ministério Público, nos termos em que vier a ser aprovado o PL nº 5.440, de 2001, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## **4 - PODER EXECUTIVO**

I – preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001;

II – previsão de concursos e admissão de pessoal de nível superior e intermediário para provimento de cargos ou empregos públicos pelo Poder Executivo Federal, nas áreas de:

- a) Auditoria e Fiscalização, até 1.380 vagas;
- b) Gestão e Diplomacia, até 1.060 vagas;
- c) Jurídica, até 580 vagas;
- d) Segurança Pública, até 2.150 vagas;
- e) Ciência e Tecnologia, até 1.300 vagas;
- f) Meio Ambiente, Educação, Cultura, Previdência e Saúde, até 6.530 vagas;
- g) Regulação do Mercado, até 2.120 vagas;
- h) Segurança Pública do Distrito Federal - DF, até 931 vagas;
- i) Educação, até 2000 vagas para professores de terceiro grau.

III – previsão de criação de cargos ou empregos públicos de nível superior e intermediário nas áreas de:

- a) Gestão e Diplomacia, até 1.920 vagas;
- b) Ciência e Tecnologia, até 3.800 vagas;
- c) Meio Ambiente, Educação, Cultura, Previdência e Saúde, até 27.800 vagas;
- d) Segurança Pública do Distrito Federal - DF, até 931 vagas.

IV - reestruturação da remuneração de cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo Federal, de carreiras das áreas Jurídica, Diplomática, Finanças e de Segurança Pública de Ex-Territórios, de cargos em comissão e funções de confiança e de servidores técnicos administrativos e docentes das Instituições Federais de Ensino.

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
02.061.0569.7241.0003	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM CUIABÁ - MT — NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MT	12102	Contrato 07/2000
06.181.0664.7803.0001	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA — NACIONAL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	DF	30909	Contrato 12/2000 Contrato 16/2000
12.364.0041.5081.0013	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO — NO ESTADO DO AMAZONAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AM	26270	Contrato 14/00 Contrato 18/00
12.364.0041.5081.0016	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO — NO ESTADO DO AMAPÁ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AP	26286	Contrato 002/2001-Unifap Contrato 003/2001-Unifap Contrato 007/2001-Unifap Contrato 016/2000-Unifap Contrato 020/2000-Unifap
12.364.0041.5081.0029	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO — NO ESTADO DA BAHIA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	BA	26232	Contrato 29/00-PCU
12.364.0041.5081.0053	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO — NO DISTRITO FEDERAL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	DF	26271	Contrato 203/2000 Contrato 601/2000 Contrato 602/2000
14.421.0661.1844.0052	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS — NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	30907	Contrato 035/00-SEINF Convênio 398716
14.421.0661.1844.0054	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS — NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MS	30907	Contrato 043/2000 Contrato 115/2000
18.544.0515.1851.0400	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — CONSTR.DE ADUT.DE USOS MÚLT. NA REGIÃO SERTANEJA NO ESTADO DE ALAGOAS (CONDIC.AO ATENDIM.DO ART.12 DESTA LEI)	AL	53101	Funcional
18.544.0515.1851.0406	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO RIO BÁLSAMO - AL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AL	53101	Contrato 011/2000 - CPL/AL
18.544.0515.1851.0418	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO OESTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PE	53204	Contrato 03/00 Contrato 06/00 Contrato 07/00 Contrato 08/00 Contrato 09/00
18.544.0515.1851.0420	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — APROVEITAMENTO HIDROAGR. DO AÇUDE JENIPAPO NO EST. DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 04/91

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
18.544.0515.1851.0442	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO POÇO DO MARRUÁ-NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 002/2001-DEO
18.544.0515.1851.0852	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO ITALUIS NO ESTADO DO MARANHÃO(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MA	53101	Funcional
18.544.0515.3387.0024	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM UMARI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE — NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RN	53101	Contrato 036
18.544.0515.3391.0027	CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO AGRESTE ALAGOANO NO ESTADO DE ALAGOAS — NO ESTADO DE ALAGOAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AL	53101	Contrato 05/98
18.544.0515.3451.0022	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO POÇO DO MARRUÁ NO ESTADO DO PIAUÍ — NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 002/2001-DEO
18.544.0515.3517.0022	CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ALGODÃO II NO ESTADO DO PIAUÍ — NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 020/1999
18.544.0515.3729.0022	CONSTRUÇÃO DO AÇUDE TINGUIS NO ESTADO DO PIAUÍ — NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 017/98-DEO
20.607.0379.1836.0023	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PERÍM.DE IRRIG.BAIX. OCIDENTAL MARANHENSE NO EST. DO MARANHÃO(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MA	53204	Funcional
20.607.0379.1836.0025	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PERÍM.DE IRR.TABULEIRO DE SÃO BERNARDO NO ESTADO DO MARANHÃO(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MA	53204	Contrato 015/88 Contrato 025/87
20.607.0379.1836.0029	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PERÍM.DE IRR.TABULEIROS LITORÂNEOS NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 017/87 Convênio 222333
20.607.0379.1836.0040	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — IMPLANTAÇÃO DE PROJ. DE IRR.NO DISTRITO FEDERAL (RIO PRETO)(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	DF	53101	Contrato 001/2001 Convênio 397789
20.607.0379.1836.0052	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — CONSTR.DA ADUTORA SERRA DA BATATEIRA NO ESTADO DA BAHIA(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	BA	53101	Funcional
20.607.0379.1836.0058	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — IRRIGAÇÃO SERRA TALHADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PE	53204	Contrato PGE 22/97
20.607.0379.1836.0065	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PROJETO TRÊS BARRAS NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	53101	Contrato 003/97

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
20.607.0379.1836.0067	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PROJETO FLORES DE GOIÁS NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	53101	Contrato 001/98 Contrato 006/96
20.607.0379.1836.0071	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PROJETO LUIS ALVES DO ARAGUAIA NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	53101	Contrato 03/97
23.695.0631.5399.0004	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA — NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	BA	51201	Funcional
25.752.0291.3243.0016	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPÁ (520 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 339 MVA) — NO ESTADO DO AMAPÁ (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	AP	32224	Contrato SUP 2.8.4.0453.0 Contrato SUP 2.8.4.0454.0 Contrato SUP 2.8.4.0455.0
25.752.0294.3368.0020	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO À UHE LUIZ GONZAGA - ETAPA II (15 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV E 5 SUBESTAÇÕES COM 300 MVA) — NA REGIÃO NORDESTE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PE	32226	Contrato AS-I-92.2000.3070 Contrato CT-I-90.2000.4250.00 Contrato CT-I-92.7.6040 Contrato CTN-I-90.7.1210 Contrato CTN-I-90.98.1480
25.752.0294.3373.0026	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE DE XINGÓ EM PERNAMBUCO (180 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E DE 6 SUBESTAÇÕES COM 1.240 MVA) — NO ESTADO DE PERNAMBUCO (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PE	32226	Contrato CT-I-90.7.0701.00 Contrato CT-I-91.6.0220.00 Contrato CTI4.92.1999.5230 Contrato CTN-I-90.1998.1260.00 Contrato CTN-I-90.7.0950.00 Contrato CTNI4.90.99.0770
25.752.0294.3379.0022	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PIAUÍ (639 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 284 MVA) — NO ESTADO DO PIAUÍ (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PI	32269	Contrato PCJ 079/00 Contrato PCJ 080/00 Contrato PCJ 081/00 Contrato PCJ 091/00 Contrato PCJ 092/00 Contrato PCJ 097/00
25.752.0294.3382.0028	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE DE XINGÓ EM SERGIPE (159 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV E DE SUBESTAÇÕES DE 700 MVA) — NO ESTADO DE SERGIPE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	SE	32226	Contrato CT-I-92.6.0325.00
25.752.0294.3407.0022	AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PIAUÍ — NO ESTADO DO PIAUÍ (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PI	32269	Contrato PCJ 099/00 Contrato PCJ 108/00
25.752.0296.3414.0033	IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMBINADO DA USINA TERMELÉTRICA DE SANTA CRUZ (RJ) (ACRÉSCIMO DE 1.200 MW) — NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	RJ	32228	Contrato 12576 Contrato 13109
25.752.0296.3422.0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU (PR) - SÃO PAULO (SP) (IVAIPORÃ - ITABERÁ - TIJUCO PRETO) (585 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) — NACIONAL (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	SP	32228	Funcional
25.752.0297.3225.0013	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, SUBTRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SE CARIRI A ITACOATIARA E RIO PRETO DA EVA (AM) — NO ESTADO DO AMAZONAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	AM	32273	Contrato MEAS 040007-0 Contrato MEAS 040008-0 Contrato MEAS 050024-0
25.752.0297.3259.0013	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, SUBTRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SE DE IRANDUBA À MANACAPURU E NOVO AIRÃO (AM) — NO ESTADO DO AMAZONAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	AM	32273	Contrato MEAS 040007-0 Contrato MEAS 040008-0 Contrato MEAS 050024-0

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
25.752.0297.3398.0013	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MANAUS (313,3 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 645,3 MVA) — NO ESTADO DO AMAZONAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	AM	32273	Contrato MEAS 040007-0 Contrato MEAS 040008-0 Contrato MEAS 050024-0
26.782.0230.5704.0025	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE — BR-356/MG - ERVÁLIA - MURIAÉ - DIVISA MG/RJ (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	MG	39252	Contrato PJU - 22053/00 Contrato PJU- 22033/98
26.782.0230.5789.0006	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE — BR-259/ES - EM COLATINA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	ES	39252	Contrato PD-17.007/2000
26.782.0231.5743.0003	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO — BR-381/SP - DIVISA MG/SP - ENTRONCAMENTO BR-116 (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	SP	39252	Contrato 10.770-0 Contrato 8.919-9 Contrato 9.642-8 Contrato 9.644-1 Contrato 9.646-5
26.782.0233.5707.0011	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-101/RS - OSÓRIO - SÃO JOSÉ DO NORTE - RIO GRANDE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	RS	39252	Contrato PD-10-015/99 Contrato PD-10-022/99 Contrato PD-10-032/98 Contrato PG-10-062/98
26.782.0233.5727.0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-101/376/SC - DIVISA PR/SC - PALHOÇA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	SC	39252	Funcional
26.782.0233.5727.0003	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-101/RS - DIVISA SC/RS - OSÓRIO (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	RS	39252	Funcional
26.782.0233.5727.0013	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-386/RS - LAJEADO - CANOAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	RS	39252	Contrato 10-030/98 Contrato PD - 016/99 Contrato PD-017/96 Contrato PD-10-008/97 Contrato PG-267/96
26.782.0233.5737.0001	ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-116/PR - EM CURITIBA (LESTE) (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PR	39252	Convênio 98349587
26.782.0235.5714.0003	CONSTRUÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE — EXPRESSO EM FORTALEZA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	CE	39252	Funcional
26.782.0235.5728.0007	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE — BR-230/PB - JOÃO PESSOA - CAMPINA GRANDE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PB	39252	Contrato PJ 007/99
26.782.0235.5728.0009	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE — BR-232/PE- RECIFE - CARUARU (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PE	39252	Contrato PD-4-009/1999 Contrato PD-4-010/1999 Convênio 406758
26.782.0236.5709.0015	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE — BR-319/AM- DIVISA RO/AM- MANAUS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AM	39252	Contrato PD/01/10/2000-00 Convênio 402915
26.782.0237.5710.0011	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-230/TO - DIVISA MA/TO - DIVISA TO/PA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	TO	39252	Contrato 200/96 Contrato 86/2000

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
26.782.0237.5710.0015	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-242/TO - PEIXE - PARANÁ - TAGUATINGA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	TO	39252	Contrato 002/99 Contrato 003/99 Contrato 004/99 Contrato 005/99 Contrato 006/99
26.782.0237.5710.0019	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-414/GO - COCALZINHO - NIQUELÂNDIA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	39252	Funcional
26.782.0237.5710.0023	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-070/GO - COCALZINHO - ARAGARÇAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	39252	Contrato PG-207/2000
26.782.0237.5710.0103	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-402/MA - HUMBERTO DE CAMPOS - BARREIRINHAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MA	39252	Contrato 001/2000 Convênio 137919
26.782.0237.5710.0105	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-235/TO - DIVISA TO/MA - DIVISA TO/PA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	TO	39252	Contrato 184/2000 Contrato 185/2000
26.782.0237.5730.0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-060/GO - DIVISA DF/GO - ENTRONCAMENTO BR-153/GO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	39252	Contrato PD/12-13/97 Contrato PD/12-14/97 Contrato PG-058/98 Contrato PG-198/99
26.782.0237.5730.0006	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-316/PA - TRECHO ENTR. NO KM 0 - SANTA MARIA - DIV. PA/MA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PA	39252	Contrato PG-120/97-00
26.782.0237.5730.0015	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-060/DF - DISTRITO FEDERAL - DIVISA DF/GO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	DF	39252	Contrato 090/2000 (DER-DF) Contrato 21/2000 (DER-DF) Contrato 53/2000 Convênio 317628
26.782.0238.5711.0014	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE — BR-401/RR - BOA VISTA-NORMANDIA-BONFIM-PONTE S/ RIO ITACUTU -PONTE S/ (CONDIC AO ATENDIM. DO ART.12 DESTA LEI)	RR	39252	Funcional
26.782.0238.5711.0103	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE — BR-432/RR - ENTR.BR-401-CANTÁ-NOVO PARAÍSO-ENTR.BR-174/210 (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RR	39252	Convênio 2692000
26.782.0238.5715.0002	CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE — BR-364/AC - EM RIO BRANCO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AC	39252	Contrato Concorr. 02/92
26.782.0517.3641.0011	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS EM RONDÔNIA — NO ESTADO DE RONDÔNIA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RO	53101	Contrato 027/00/GJ/DEVOP/RO Contrato 085/97/PJ/DER-RO Contrato 086/97/PJ/DER-RO
26.783.0222.5366.0103	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - BA — DO METRÔ - TRECHO LAPA-PIRAJÁ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	BA	39208	Contrato SA-01 Convênio 4800

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
26.783.0232.5769.0103	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE — NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MS	39252	Contrato 45/99
26.784.0230.1905.0032	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA — NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	ES	39211	Funcional
26.784.0230.3340.0033	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CONTÊINERES NO CAIS DO CAJU (RJ) — NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RJ	39216	Contrato C-DEPJUR nº 041/88
26.784.0233.1080.0002	MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ — NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	SC	39252	Contrato 002/01
26.784.0233.5019.0043	AMPLIAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE E DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO — NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RS	39252	Contrato 018/2001-MT
26.784.0233.7463.0042	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE LAGUNA — NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	SC	39252	Contrato 24/2000-MT
26.784.0235.5864.0024	MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL — NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RN	39217	Funcional
26.784.0236.5771.0101	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR OESTE-NORTE — DO RIO MADEIRA - TRECHO PORTO VELHO - FOZ DO MADEIRA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RO	39252	Contrato 005/2000 Contrato 007/2001
26.784.0237.5750.0015	CONSTRUÇÃO DE ECLUSAS DE TUCURUÍ — NO ESTADO DO PARÁ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PA	39252	Contrato 009/98-MT
26.784.0909.5873.0002	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA. — NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	ES	39101	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO (GERAL) NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	RS	36101	Processo 902295
	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO AO TRF DA 2A REGIÃO, NO RIO DE JANEIRO - RJ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	RJ	12103	Contrato 004/94
	CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO - SP NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	SP	15103	Funcional
	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO ARROIO QUEBRACHO EM BAGÉ	RS	53101	Processo 3513476
	BARRAGEM OITICA	RN	53204	Processo 633450
	REFORMA DE EDIFÍCIOS-SEDE DE SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL	DF	30909	Contrato 017/97

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
	CONCLUSÃO DE PONTE RODOVIÁRIA EM TIMON/MA	MA	53101	Processo 830787
	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL EM NOVA ANDRADINA	MS	26101	Processo 844590
	HOSPITAL CENTRAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	MT	36901	Processo 845263
	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE COMBATE AO CÂNCER	CE	36101	Processo 813523
	FUNDAÇÃO AMADEU FILOMENO - CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL EM ITAIPOCA/CE	CE	36901	Processo 814617
	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL METROPOLITANO EM MARINGÁ	PR	36901	Processo 3442975
	CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DO HOSPITAL TERCIÁRIO DE NATAL	RN	36901	Processo 3516945
	REURBANIZAÇÃO E CANALIZAÇÃO DOS CÓRREGOS BOTAFOGO E CAPIM PUBA	GO	53101	Processo 3517327
	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS / NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	30907	Funcional
	DESPOUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS / DESPOUIÇÃO DA LAGOA DA JANSEN - SÃO LUÍS - MA	MA	44205	Contrato 016/92 Convênio 391689 Convênio 92039264 Convênio 92058408 Convênio 92236211 Convênio 99371070
	CANALIZAÇÃO DO CANAL DE BODOCONGÓ EM CAMPINA GRANDE - PB	PB	53101	Processo 3537981
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / ADUTORA ALTO SERTÃO NO ESTADO DE ALAGOAS	AL	53101	Contrato 05/98
	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SALINAS, NO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DO PIAUÍ, ACERCA DE 300 KM DA CAPITAL TERESINA	PI	53204	Processo 3388515
	MACRO E MICRO DRENAGEM DO TABULEIRO DOS MARTINS EM MACEIÓ	AL	53101	Processo 3537981
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DUPLICAÇÃO DA ADUTORA DO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE SERGIPE	SE	53101	Contrato 700139
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO AGRESTE ALAGOANO - (BARRAGEM BANANEIRA)	AL	53101	Contrato 047/99
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / PERENIZAÇÃO DO RIO PAJEÚ NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE	PE	53101	Funcional
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / OBRAS INFRA-ESTRUTURA EM MUNIC. DA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO (CANAL DE XINGÓ)- SE	SE	53201	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / IRRIGAÇÃO EM SERRA TALHADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	53204	Contrato PGE 22/97
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / ADUTORA SERRA DA BATATEIRA NO ESTADO DA BAHIA	BA	53101	Funcional

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / PROJETO SALANGO NO ESTADO DO MARANHÃO	MA	53101	Contrato 014/93
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM PROJETO PASSARÃO NO ESTADO DE RORAIMA	RR	53101	Contrato 005/99
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / PROJETO JACARECICA NO ESTADO DE SERGIPE	SE	53101	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO PIANCÓ III - PARAÍBA - PB	PB	53101	Funcional
	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA / CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE PALMAS - NO ESTADO DE TOCANTINS	TO	51101	Contrato 0408/91 Convênio 404630
	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE COARACY NUNES (AP) DE 40 PARA 70 MW (- 3ª UNIDADE ) / NO ESTADO DO AMAPÁ	AP	32224	Contrato SUP 1.6.7.0373
	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU A FÓZ DO IGUAÇU - TRECHO IVAIPORA (PR) (331 KM DE LT E SUBESTAÇÕES ) NACIONAL	PR	32228	Funcional
	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA ÁREA DO RIO DE JANEIRO / ESPÍRITO SANTO (200 MW DE CAPACIDADE) / NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	32223	Funcional
	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NO AMAZONAS DE 270 MW / NO ESTADO DO AMAZONAS	AM	32273	Contrato MEAS1.T.0006.0
	IMPLANTAÇÃO DA UHE SERRA DA MESA (GO) DE 1.275 MW / NO ESTADO DE GOIÁS	GO	32228	Funcional
	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE / BR-262/ES - TRECHO KM 7,4 - KM 71,5	ES	39252	Contrato PG-018/98
	ADEQUAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-262/ES - EM VITÓRIA (SUL)	ES	39252	Contrato PG-018/98
	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR DO MERCOSUL / BR-116/RS - NO CRUZAMENTO DA RUA RINCAO EM NOVO HAMBURGO	RS	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-174/AM - DIVISA MT/AM - DIVISA AM/RR	AM	39252	Contrato 01/01/2000-00 Contrato 01/07/98-00 Contrato 34/95 - SEINF Contrato 35/95 - SEINF Contrato 36/95 - SEINF Contrato 37/95 - SEINF Contrato 38/95 - SEINF
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE / BR-163/MT - SANTA HELENA - DIVISA MT/PA	MT	39252	Contrato 065/89/00/00 Contrato 066/89/00/00
	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-316/PA - ENTRONCAMENTO NO KM 0	PA	39252	Funcional
	RESTAURAÇÃO, AMPLIAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA AV. CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA	GO	39252	Processo 3517327

## QUADRO VII

### OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-158/PA - ENTRONCAMENTO BR-230 (ALTAMIRA) - DIVISA PA/MT	PA	39252	Contrato A.JUR 045/96
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-222/PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO D. ELISEU - ENTR. BR-158/PA	PA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-226/MA - TIMON - PORTO FRANCO	MA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-135/MA - COLINAS - OROZIMBO	MA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE / BR-401/RR - TRECHO KM 100 - KM 184	RR	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE / BR-210/RR - JATAPU - CAROEBE	RR	39252	Contrato 003/99
	DRAGAGEM NO PORTO DE VITÓRIA - ES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	39211	Funcional
	DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS (SP) / NO ESTADO DE SÃO PAULO	SP	39213	Funcional

---

QUADROS CONSOLIDADOS

---

---

QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA

---

Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica R\$ 1,00

LDO, art. 8º, § 1º, V. (Lei nº 4.320, de 17/03/1964, art. 2º, § 1º, II, Anexo I)

Recursos de Todas as Fontes

RECEITA		DESPESA	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>337.918.012.103</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>331.304.453.931</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	108.492.703.774	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	68.497.811.854
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	188.091.989.598	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	58.452.148.729
RECEITA PATRIMONIAL	11.698.947.378	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	204.354.493.348
RECEITA AGROPECUÁRIA	23.969.216		
RECEITA INDUSTRIAL	368.364.043		
RECEITA DE SERVIÇOS	16.653.643.295		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	254.949.684		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.333.445.115		
		<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>6.613.558.172</b>
<b>Total</b>	<b>337.918.012.103</b>	<b>Total</b>	<b>337.918.012.103</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>6.613.558.172</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>312.491.595.857</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>312.212.227.151</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	285.825.432.371	INVESTIMENTOS	17.649.510.401
ALIENAÇÃO DE BENS	4.348.247.935	INVERSÕES FINANCEIRAS	16.864.740.986
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.430.387.336	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	277.697.975.764
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	63.568.679		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	12.823.959.536		
		<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>6.892.926.878</b>
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FISCAL	2.118.882.062
		RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS	4.774.044.816
<b>Total</b>	<b>319.105.154.029</b>	<b>Total</b>	<b>319.105.154.029</b>

**RESUMO**

Receitas Correntes	337.918.012.103
Receitas de Capital	312.491.595.857
<b>Total</b>	<b>650.409.607.960</b>
Despesas Correntes	331.304.453.931
Despesas de Capital	312.212.227.151
Reserva de Contingência e outros recursos	6.892.926.878
<b>Total</b>	<b>650.409.607.960</b>

## Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

R\$ 1,00

LDO, art. 8º, § 1º, V. (Lei nº 4.320, de 17/03/1964, art. 2º, § 1º, II, Anexo I)

Recursos de Todas as Fontes

RECEITA		DESPESA	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>188.100.288.192</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>171.381.575.728</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	108.351.503.838	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.778.829.466
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	42.901.255.390	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	58.269.118.363
RECEITA PATRIMONIAL	11.175.265.152	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.333.627.899
RECEITA AGROPECUÁRIA	23.853.860		
RECEITA INDUSTRIAL	329.285.263		
RECEITA DE SERVIÇOS	16.003.683.805		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	254.449.684		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.060.991.200		
		<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>16.718.712.464</b>
<b>Total</b>	<b>188.100.288.192</b>	<b>Total</b>	<b>188.100.288.192</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>16.718.712.464</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>312.478.248.569</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>304.793.264.333</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	285.825.432.371	INVESTIMENTOS	14.464.363.398
ALIENAÇÃO DE BENS	4.334.900.647	INVERSÕES FINANCEIRAS	12.921.919.483
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.430.387.336	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	277.406.981.452
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	63.568.679		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	12.823.959.536		
		<b>Transf. para o Orçam. da Seguridade Social</b>	<b>17.510.769.822</b>
		<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>6.892.926.878</b>
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FISCAL	2.118.882.062
		RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS	4.774.044.816
<b>Total</b>	<b>329.196.961.033</b>	<b>Total</b>	<b>329.196.961.033</b>

## RESUMO

Receitas Correntes	188.100.288.192
Receitas de Capital	312.478.248.569
<b>Total</b>	<b>500.578.536.761</b>
Despesas Correntes	171.381.575.728
Despesas de Capital	304.793.264.333
Reserva de Contingência e outros recursos	6.892.926.878
Transf. para o Orçamento da Seguridade Social	17.510.769.822
<b>Total</b>	<b>500.578.536.761</b>

## Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

LDO, art. 8º, § 1º, V. (Lei nº 4.320, de 17/03/1964, art. 2º, § 1º, II, Anexo I)

Recursos de Todas as Fontes

RECEITA		DESPESA	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
RECEITAS CORRENTES	149.817.723.911	DESPESAS CORRENTES	159.922.878.203
RECEITA TRIBUTÁRIA	141.199.936	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.718.982.388
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	145.190.734.208	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	183.030.366
RECEITA PATRIMONIAL	523.682.226	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.020.865.449
RECEITA AGROPECUÁRIA	115.356		
RECEITA INDUSTRIAL	39.078.780		
RECEITA DE SERVIÇOS	649.959.490		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	500.000		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.272.453.915		
Déficit Orçam. Corrente - Seguridade Social	10.105.154.292		
Total	159.922.878.203	Total	159.922.878.203
		Déficit Orçam. Corrente - Seguridade Social	10.105.154.292
RECEITAS DE CAPITAL	13.347.288	DESPESAS DE CAPITAL	7.418.962.818
ALIENAÇÃO DE BENS	13.347.288	INVESTIMENTOS	3.185.147.003
Transf. do Orçamento Fiscal	17.510.769.822	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.942.821.503
		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	290.994.312
Total	17.524.117.110	Total	17.524.117.110

## RESUMO

Receitas Correntes	149.817.723.911
Receitas de Capital	13.347.288
Transf. do Orçamento da Seguridade Social	17.510.769.822
Total	167.341.841.021
Despesas Correntes	159.922.878.203
Despesas de Capital	7.418.962.818
Total	167.341.841.021

---

EVOLUÇÃO DA RECEITA DO TESOURO NACIONAL

---

**E V O L U Ç Ã O D A R E C E I T A D O T E S O U R O**  
(LDO. ART. 8º, PARÁGRAFO 1º, INCISO I)

(valores corrigidos)

ESPECIFICAÇÃO	EXECUÇÃO		EXECUÇÃO		ORÇAMENTO		REVISÃO		PROPOSTA		LEI	
	1998	1999	2000	2001	(LEI)	ORÇAMENTO	2002	2002	2002	2002	2002	
RECEITAS CORRENTES	196.943.906.541	216.562.684.809	246.896.949.440	286.088.409.432	286.559.218.046	319.645.328.992	331.974.188.992					
RECEITA TRIBUTÁRIA	67.432.389.062	73.393.018.995	78.599.133.839	87.615.436.393	91.503.742.761	99.489.542.908	108.466.022.908					
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	6.490.935.459	7.806.243.861	8.428.469.222	9.049.072.732	9.842.605.412	10.389.919.132	10.553.899.132					
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	1.388.967	830.202	2.274.965	837.006	36.813.279	34.760.391	35.290.391					
IMPOSTO SOBRE A RENDA	40.748.539.379	43.705.750.640	48.050.984.765	53.232.802.905	55.942.043.896	61.604.495.180	70.070.435.180					
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	208.236.615	244.633.809	230.827.871	319.337.998	202.829.570	232.482.617	236.142.617					
IMPOSTO S./PROD. INDUSTRIALIZADOS	13.632.958.972	15.880.977.197	17.553.938.178	20.493.378.815	20.354.826.091	21.684.433.492	21.954.623.492					
IMPOSTO S./OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3.514.361.584	4.841.662.510	3.090.989.939	3.217.489.943	3.548.736.793	3.878.323.892	3.939.513.892					
TAXAS	835.968.086	912.920.776	1.241.948.897	1.302.516.984	1.575.887.721	1.675.118.204	1.675.118.204					
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	93.341.175.854	112.624.853.596	138.618.096.650	161.265.649.766	160.846.832.666	179.555.228.366	187.514.038.366					
CONTRIB. EMPREG. TRAB. P/SEC. SOCIAL	46.640.974.000	47.738.575.913	55.112.343.887	63.865.292.563	63.284.147.606	68.527.615.839	68.527.615.839					
CONTRIB. FINANÇ. SEC. SOCIAL - COFINIS	17.726.083.378	30.929.450.403	38.603.322.238	43.882.890.805	45.014.041.532	48.522.503.136	49.288.353.136					
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.459.813.642	2.388.175.790	2.728.826.007	3.113.294.602	3.043.086.794	3.683.299.992	3.683.299.992					
CONTRIB. P/PROGRAMA PIS/PASEP	7.116.982.236	9.474.849.562	9.484.023.519	11.036.323.157	10.892.613.350	12.104.985.544	12.296.035.544					
CONTRIB. S./LUCRO PESSOAS JURÍDICAS	6.773.201.146	6.773.224.348	8.663.755.899	9.666.579.533	8.714.821.511	9.346.334.105	9.600.564.105					
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS E PROTEGERRA	481.248.826	377.311.017	493.990.162	547.296.047	94.785.455							
CONTRIB. RENDA LIQ. CONCURSOS PROG. SEC. SOCIAL	378.427.597	516.584.165	468.501.762	556.780.458	547.299.972	535.358.628	535.358.628					
CONTRIB. S./MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - CPMF	8.112.784.158	7.948.588.844	14.396.561.393	16.602.140.804	17.160.115.666	19.891.726.732	20.205.656.732					
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	3.649.660.871	6.458.083.554	8.662.371.784	11.995.051.797	12.095.920.779	16.943.404.390	23.377.154.390					
RECEITA PATRIMONIAL	12.907.027.176	6.921.122.947	9.829.773.433	11.976.627.245	12.159.747.748	10.652.023.315	10.652.023.315					
RECEITA AGRPECUÁRIA	20.837.768	37.107.589	6.604.924	2.413.000	824.061	2.347.690	2.347.690					
RECEITA INDUSTRIAL	62.924.479	145.340.031	91.767.733	110.559.784	109.811.402	114.029.541	114.029.541					
RECEITA DE SERVIÇOS	11.675.183.209	12.958.667.662	11.610.454.486	9.428.955.936	11.827.905.153	13.450.124.936	13.450.124.936					
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	113.753.103	788.409.801	56.970.481	151.924.957	49.870.853	129.664.168	129.664.168					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.390.615.890	9.694.164.188	8.082.947.894	15.536.842.371	10.060.483.403	16.242.368.088	11.646.938.068					
RECEITAS DE CAPITAL	295.709.246.358	385.429.425.296	379.437.279.816	656.016.530.025	308.204.462.133	310.059.221.474	310.066.571.474					
OPERAÇÕES DE CREDITO	279.971.442.656	355.046.246.817	345.755.312.660	622.146.059.529	282.305.447.617	284.361.456.353	284.361.456.353					
OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	277.804.322.841	349.913.541.562	341.937.854.073	616.762.455.485	157.937.963.221	246.982.158.417	246.982.158.417					
OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS	2.167.119.815	5.132.705.255	3.801.458.587	5.383.604.044	124.367.484.396	37.379.297.936	37.379.297.936					
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	5.788.187.481	12.659.684.615	20.089.651.812	10.527.116.237	10.413.775.058	9.103.360.400	9.103.360.400					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	9.949.616.221	17.723.493.864	13.588.315.344	23.343.354.259	15.485.239.458	16.594.404.721	16.601.554.721					
RESULTADO DO BANCO CENTRAL	6.788	201.445			1.308.473.569	1.708.000.000	1.708.000.000					
REMINERAÇÃO DISP. TESOURO NACIONAL	9.949.609.433	16.752.729.494	12.070.684.624	8.972.483.000	12.787.548.462	11.114.955.084	11.114.955.084					
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	970.562.925	1.517.630.720	14.370.871.259	1.389.217.427	3.771.449.637	3.778.599.637	3.778.599.637					
<b>T O T A L</b>	<b>492.653.152.899</b>	<b>601.992.110.105</b>	<b>626.333.529.256</b>	<b>942.104.939.457</b>	<b>594.763.680.179</b>	<b>629.704.550.466</b>	<b>642.040.560.466</b>					

---

RESUMO GERAL DA RECEITA

---

RESUMO GERAL DA RECEITA  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO III

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

## FISCAL

CÓDIGO	CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	182.871.208.655	5.229.079.537	188.100.288.192
1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	108.323.822.972	27.680.866	108.351.503.838
1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	42.782.065.145	119.190.245	42.901.255.390
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIOMIAL	10.139.526.253	1.035.738.899	11.175.265.152
1.4.0.0.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	2.347.690	21.506.170	23.853.860
1.5.0.0.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	114.029.541	215.255.722	329.285.263
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	12.993.587.689	3.010.096.116	16.003.683.805
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	129.164.168	125.285.516	254.449.684
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.386.665.197	674.326.003	9.060.991.200
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	310.053.425.634	2.424.822.935	312.478.248.569
2.1.0.0.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	284.361.456.353	1.463.976.018	285.825.432.371
2.2.0.0.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	3.708.477.683	626.422.964	4.334.900.647
2.3.0.0.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.103.360.400	327.026.936	9.430.387.336
2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	56.511.146	7.057.533	63.568.679
2.5.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	12.823.620.052	339.484	12.823.959.536
TOTAL		492.924.634.289	7.653.902.472	500.578.536.761

## SEGURIDADE

CÓDIGO	CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	149.102.980.337	714.743.574	149.817.723.911
1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	141.199.936		141.199.936
1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	144.731.973.221	458.760.987	145.190.734.208
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIOMIAL	512.497.062	11.185.164	523.682.226
1.4.0.0.00.00	RECEITA AGROPECUARIA		115.356	115.356
1.5.0.0.00.00	RECEITA INDUSTRIAL		39.078.780	39.078.780
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	456.537.247	193.422.243	649.959.490
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	500.000		500.000
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.260.272.871	12.181.044	3.272.453.915
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	12.945.840	401.448	13.347.288
2.2.0.0.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	12.945.840	401.448	13.347.288
TOTAL		149.115.926.177	715.145.022	149.831.071.199

## TOTAL

CÓDIGO	CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	331.974.188.992	5.943.823.111	337.918.012.103
1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	108.465.022.908	27.680.866	108.492.703.774
1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	187.514.038.366	577.951.232	188.091.989.598
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIOMIAL	10.652.023.315	1.046.924.063	11.698.947.378
1.4.0.0.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	2.347.690	21.621.526	23.969.216
1.5.0.0.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	114.029.541	254.334.502	368.364.043
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	13.450.124.936	3.203.518.359	16.653.643.295
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	129.664.168	125.285.516	254.949.684
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.646.938.068	686.507.047	12.333.445.115
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	310.066.371.474	2.425.224.383	312.491.595.857
2.1.0.0.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	284.361.456.353	1.463.976.018	285.825.432.371
2.2.0.0.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	3.721.423.523	626.824.412	4.348.247.935
2.3.0.0.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.103.360.400	327.026.936	9.430.387.336
2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	56.511.146	7.057.533	63.568.679
2.5.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	12.823.620.052	339.484	12.823.959.536
TOTAL		642.040.560.466	8.369.047.494	650.409.607.960

---

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS

---

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	R	P	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES				188.100.288.192	149.817.723.911	337.918.012.103
1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTARIA				108.351.503.838	141.199.936	108.492.703.774
1.1.1.0.00.00	IMPOSTOS				106.789.904.704		106.789.904.704
1.1.1.1.00.00	IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR				10.589.189.523		10.589.189.523
1.1.1.1.01.00	IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	100	P		9.034.140.777		9.034.140.777
		112	P		1.519.758.355		1.519.758.355
1.1.1.1.02.00	IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	100	P		30.214.896		30.214.896
		112	P		5.075.495		5.075.495
1.1.1.2.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA				70.306.577.797		70.306.577.797
1.1.1.2.01.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	100	P		105.321.708		105.321.708
		102	P		118.076.310		118.076.310
		112	P		12.744.599		12.744.599
1.1.1.2.04.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA E ADICIONAL				70.070.435.180		70.070.435.180
1.1.1.2.04.10	IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA	100	P		1.953.105.318		1.953.105.318
		101	P		1.973.250.583		1.973.250.583
		112	P		272.051.082		272.051.082
1.1.1.2.04.21	IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA-LÍQUIDA DE INCENTIVOS	100	P		8.348.734.261		8.348.734.261
		101	P		8.434.875.155		8.434.875.155
		112	P		1.162.937.085		1.162.937.085
1.1.1.2.04.31	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-TRABALHO	100	P		8.710.130.497		8.710.130.497
		101	P		8.800.007.309		8.800.007.309
		112	P		1.213.282.003		1.213.282.003
1.1.1.2.04.32	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-CAPITAL	100	P		10.435.526.756		10.435.526.756
		101	P		10.543.205.458		10.543.205.458
		112	P		1.453.607.485		1.453.607.485
1.1.1.2.04.33	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-REMESSA AO EXTERIOR	100	P		2.034.883.757		2.034.883.757
		101	P		2.055.883.820		2.055.883.820
		112	P		283.445.871		283.445.871
1.1.1.2.04.34	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES-OUTROS RENDIMENTOS	100	P		1.114.390.575		1.114.390.575
		101	P		1.125.890.407		1.125.890.407
		112	P		155.227.758		155.227.758
1.1.1.3.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO				25.894.137.384		25.894.137.384
1.1.1.3.01.00	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS				21.954.623.492		21.954.623.492
1.1.1.3.01.01	PRODUTOS DO FUMO	100	P		812.179.688		812.179.688
		101	P		1.208.096.092		1.208.096.092
		112	P		99.191.046		99.191.046
1.1.1.3.01.02	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-BEBIDAS	100	P		936.434.283		936.434.283
		101	P		1.392.921.560		1.392.921.560
		112	P		114.366.192		114.366.192
1.1.1.3.01.03	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-AUTOMÓVEIS	100	P		1.163.213.895		1.163.213.895
		101	P		1.730.251.659		1.730.251.659
		112	P		142.055.781		142.055.781
1.1.1.3.01.04	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS- VINCULADO À IMPORTAÇÃO	100	P		2.364.129.169		2.364.129.169
		101	P		3.516.585.528		3.516.585.528
		112	P		288.723.948		288.723.948
1.1.1.3.01.09	OUTROS PRODUTOS	100	P		3.137.057.878		3.137.057.878
		101	P		4.666.292.253		4.666.292.253
		112	P		383.124.520		383.124.520
1.1.1.3.03.00	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS				3.939.513.892		3.939.513.892
1.1.1.3.03.01	IOF - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	119	P		1.283.158		1.283.158
1.1.1.3.03.09	IOF - DEMAIS OPERAÇÕES	100	P		3.371.126.868		3.371.126.868
		112	P		567.103.866		567.103.866
1.1.2.0.00.00	TAXAS				1.561.599.134	141.199.936	1.702.799.070
1.1.2.1.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA				1.170.152.313	141.199.936	1.311.352.249
1.1.2.1.01.00	EMOLUMENTOS E TAXAS DE MIERAÇÃO	250	P		20.882.433		20.882.433
1.1.2.1.02.00	TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	150	P		727.106.065		727.106.065
1.1.2.1.03.00	EMOLUMENTOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SOBRE PRODUTOS E INSUMOS QUÍMICOS	150	P		3.595.429		3.595.429
1.1.2.1.04.00	TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	150	P		45.965.225		45.965.225
1.1.2.1.05.00	TAXAS DE MIERAÇÃO	150	P		73.454.757		73.454.757
1.1.2.1.10.00	TAXA DE LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS NUCLEARES E RADIAATIVOS - TLC	250	P		3.191.121		3.191.121
1.1.2.1.13.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCÍCIO	150	P		2.235.451		2.235.451
1.1.2.1.14.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	126	P		61.932.931		61.932.931
1.1.2.1.15.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	128	P		30.048.456		30.048.456
1.1.2.1.16.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	150	P		152.801.676		152.801.676
1.1.2.1.17.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	150	P			95.779.296	95.779.296
1.1.2.1.20.00	TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	150	P			45.420.640	45.420.640
1.1.2.1.21.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	150	P		48.000.000		48.000.000
1.1.2.1.24.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS E SORTEIOS	150	P		938.769		938.769
1.1.2.2.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				391.446.821		391.446.821
1.1.2.2.01.00	EMOLUMENTOS CONSULARES	150	P		80.871.345		80.871.345
1.1.2.2.02.00	EMOLUMENTOS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	100	P		20.144.976		20.144.976
1.1.2.2.08.00	CUSTAS JUDICIAIS	100	P		64.159.416		64.159.416
		127	P		64.159.416		64.159.416
		100	P		48.255.024		48.255.024
		150	P		71.497.759		71.497.759
1.1.2.2.10.00	MONTEPIO CIVIL						
1.1.2.2.11.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX	150	P		29.564.105		29.564.105
1.1.2.2.12.00	EMOLUMENTOS E TAXAS PROCESSUAIS	150	P		2.416.464		2.416.464
1.1.2.2.15.00	TAXA MIENTAR	150	P		6.771.004		6.771.004
1.1.2.2.19.00	TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	150	P		3.607.312		3.607.312
1.1.2.2.21.00	TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS - INCR	250	P		42.901.255.390	145.190.734.208	188.091.989.598
1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				27.886.662.902	145.190.734.208	173.077.397.110
1.2.1.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				9.857.670.628		9.857.670.628
1.2.1.0.01.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	100	P				
		153	P			39.430.682.508	39.430.682.508
1.2.1.0.02.00	CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	113	P		3.683.299.992		3.683.299.992
1.2.1.0.04.00	COTA-PARTÉ DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	100	P		23.042.264		23.042.264

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	R	P	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
1.2.1.0.05.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROMARÍTIMO	168	P			92.169.058	92.169.058
		100	P		7.310.736		7.310.736
		150	P		29.242.920		29.242.920
1.2.1.0.06.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO	100	P		5.392.120		5.392.120
1.2.1.0.07.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE	150	P		21.568.486		21.568.486
		100	P		72.609.504		72.609.504
		250	P		67.999.992	222.438.048	290.438.040
1.2.1.0.08.00	CONTRIBUIÇÃO DA RENDA LÍQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS PARA A SEGURIDADE SOCIAL	100	P		107.071.728		107.071.728
1.2.1.0.10.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS PRÊMIOS DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	122	P			428.286.900	428.286.900
		100	P		19.671.840		19.671.840
1.2.1.0.11.00	CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS PARA O DESENV. DO DESPORTO	120	P		78.687.372		78.687.372
					114.789.960		114.789.960
1.2.1.0.11.01	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS PARA O INDESP	100	P		1.780.680		1.780.680
1.2.1.0.11.02	CONTRIBUIÇÃO DO ADICIONAL A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS PARA O INDESP	125	P		7.122.720		7.122.720
		100	P		21.177.312		21.177.312
1.2.1.0.12.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS PARA O FUNPEN	125	P		84.709.248		84.709.248
		100	P		15.623.988		15.623.988
1.2.1.0.13.00	CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSM. DE VALORES E DE CRED. E DIR. DE NAT. FINANCEIRA	124	P		62.495.964		62.495.964
		100	P		1.559.293.806		1.559.293.806
		155	P			6.237.205.221	6.237.205.221
		179	P		2.079.065.073		2.079.065.073
		900	P		1.631.065.151		1.631.065.151
		955	P			6.524.270.611	6.524.270.611
		979	P		2.174.756.870		2.174.756.870
1.2.1.0.14.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS E PRÊMIOS PRESCRITOS	100	P		60.195.348		60.195.348
1.2.1.0.15.00	CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	114	P		240.781.404		240.781.404
1.2.1.0.16.00	RENDA LÍQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTÂNEA	100	P		201.600.000	806.400.000	1.008.000.000
		100	P		4.879.104		4.879.104
		121	P			19.516.392	19.516.392
1.2.1.0.29.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	100	P		889.937.269		889.937.269
1.2.1.0.30.00	CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL	156	P			3.559.769.078	3.559.769.078
						68.527.615.839	68.527.615.839
1.2.1.0.30.01	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO AUTÔNOMO	154	P			3.570.571.460	3.570.571.460
1.2.1.0.30.02	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARADO	154	P			15.743.081.928	15.743.081.928
1.2.1.0.30.03	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARADO	154	P			35.277.221.810	35.277.221.810
1.2.1.0.30.04	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARADO - SIMPLES	154	P			2.507.490.471	2.507.490.471
1.2.1.0.30.05	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO	154	P			32.394.203	32.394.203
1.2.1.0.30.06	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL	154	P			769.513.406	769.513.406
1.2.1.0.30.07	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTOS DE DÉBITOS	154	P			1.738.370.211	1.738.370.211
1.2.1.0.30.08	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	154	P			4.226.169.538	4.226.169.538
1.2.1.0.30.09	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	154	P			699.363.260	699.363.260
1.2.1.0.30.10	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO E DÉBITOS DOS MUNICÍPIOS	154	P			1.883.647.823	1.883.647.823
1.2.1.0.30.99	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	154	P			2.079.791.729	2.079.791.729
1.2.1.0.31.00	CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL	100	P			8.708.863	8.708.863
		250	P		34.835.449		34.835.449
					69.379.907	277.519.623	346.899.530
1.2.1.0.32.00	CONTRIBUIÇÕES RURAIS	100	P		13.886.614		13.886.614
1.2.1.0.32.01	CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL	150	P			8.281.874	8.281.874
		250	P			47.264.586	47.264.586
1.2.1.0.32.03	ADICIONAL A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	100	P		55.493.293		55.493.293
		150	P			32.914.810	32.914.810
		250	P			189.058.353	189.058.353
1.2.1.0.37.00	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOC. E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PI S/PASEP	100	P		2.459.207.108		2.459.207.108
1.2.1.0.38.00	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	140	P			9.836.828.436	9.836.828.436
		100	P		1.920.106.822		1.920.106.822
		151	P			7.680.457.283	7.680.457.283
1.2.1.0.45.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE JOGOS DE BINGO	100	P		1.984.401		1.984.401
		166	P		7.937.596		7.937.596
1.2.1.0.47.00	CONTRIBUIÇÃO RELATIVA A DESPEDI DA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	100	P		209.633.770		209.633.770
1.2.1.0.48.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR	184	P			838.535.078	838.535.078
		100	P		175.082.819		175.082.819
		184	P			700.331.270	700.331.270
1.2.1.0.99.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	100	P		88.703		88.703
		250	P		354.808		354.808
1.2.2.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS				15.014.592.488		15.014.592.488
1.2.2.0.03.00	CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO				310.215.160		310.215.160
1.2.2.0.03.01	SELO ESPECIAL DE CONTROLE	131	P		229.893.905		229.893.905
1.2.2.0.03.02	LOJAS FRANCAS, ENTREPÓSITOS ADUANEIROS E DEPOSITOS ALFANDEGADOS	131	P		80.321.255		80.321.255
1.2.2.0.05.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HIPICAS	150	P		2.000.000		2.000.000
1.2.2.0.06.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	130	P		4.098.828		4.098.828
1.2.2.0.07.00	COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS	137	P		43.289.208		43.289.208
1.2.2.0.16.00	ADICIONAL SOBRE AS TARIFAS DE PASSAGENS AERÉAS DOMÉSTICAS	136	P		27.131.472		27.131.472

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
1.2.2.0.18.00	COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARI NHA MERCANTE	135	P	793.212.120		793.212.120
1.2.2.0.22.00	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS			5.361.056.396		5.361.056.396
1.2.2.0.22.11	UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	138	P	516.501.420		516.501.420
1.2.2.0.22.20	EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINEIRAS	138	P	201.300.000		201.300.000
1.2.2.0.22.31	ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM TERRA	138	P	198.152.280		198.152.280
1.2.2.0.22.32	ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM PLATAFORMA	138	P	991.005.424		991.005.424
1.2.2.0.22.41	ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM TERRA	985 138	P P	59.715.028 170.834.940		59.715.028 170.834.940
1.2.2.0.22.42	ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - EM PLATAFORMA	985 138	P P	6.655.908 883.811.780		6.655.908 883.811.780
1.2.2.0.22.50	PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	985 138	P P	71.337.976 1.470.132.064		71.337.976 1.470.132.064
1.2.2.0.24.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS CONCESSÓRIAS E PERMISSÓRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA	985 166	P P	791.609.576 89.258.544		791.609.576 89.258.544
1.2.2.0.25.00	CONTRIBUIÇÃO PELA LICENÇA DE USO, AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	166	P	240.003.300		240.003.300
1.2.2.0.26.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES			691.277.388		691.277.388
1.2.2.0.26.01	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	166	P	436.021.620		436.021.620
1.2.2.0.26.02	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	166	P	255.255.768		255.255.768
1.2.2.0.27.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA	166	P	49.950.000		49.950.000
1.2.2.0.28.00	CONTRIBUIÇÃO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS	911	P	7.250.000.000		7.250.000.000
1.2.2.0.29.00	CONTRIBUIÇÃO SOBRE PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	197	P	132.500.076		132.500.076
1.2.2.0.99.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS	150 250	P P	4.600.000 15.999.996		4.600.000 15.999.996
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRI MONIAL			11.175.265.152	523.682.226	11.698.947.378
1.3.1.0.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS			293.510.946	3.571.062	297.082.008
1.3.1.1.00.00	ALUGUEIS	100 150 250	P P P	1.555.140 1.031.946 21.761.133	3.262.764	1.555.140 4.294.710 21.761.133
1.3.1.2.00.00	ARRENDAMENTOS	100 250	P P	1.960.788 85.588.916	106.512	1.960.788 85.695.428
1.3.1.3.00.00	FOROS	100	P	25.087.452		25.087.452
1.3.1.4.00.00	LAUDEMIOS	100	P	51.888.360		51.888.360
1.3.1.5.00.00	TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	100 150 250	P P P	50.917.584 1.334.539 31.646.728	186.228	50.917.584 1.520.767 31.662.286
1.3.1.9.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	100 250	P P	282.972 20.455.388	15.558	282.972 20.455.388
1.3.2.0.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS			4.454.313.105	520.111.164	4.974.424.269
1.3.2.1.00.00	JUROS DE TITULOS DE RENDA	180 280 293	F F F	539.695.937 438.191.201 138.009.692	225.722.844	765.418.781 438.191.201 138.009.692
1.3.2.2.00.00	DIVIDENDOS	150 197 250	P P P		199.998	199.998 2.927.300.081 72.437.614
1.3.2.3.00.00	PARTICIPAÇÕES	250	P	1.345		1.345
1.3.2.5.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	180 280	F F	128.905.369 206.512.150	11.063.094	128.905.369 217.575.244
1.3.2.6.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	180 280	F F		277.521.804	277.521.804 3.259.716
1.3.2.7.00.00	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	180	F	3.259.716	5.603.424	5.603.424
1.3.3.0.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES			6.350.657.182		6.350.657.182
1.3.3.1.00.00	RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	129	P	4.884.800.000		4.884.800.000
1.3.3.2.00.00	RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS	129	P	40.600.000		40.600.000
1.3.3.3.00.00	RECEITA DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	129	P	11.000.000		11.000.000
1.3.3.4.00.00	RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL			870.700.000		870.700.000
1.3.3.4.01.00	BONUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO	129	P	755.900.000		755.900.000
1.3.3.4.02.00	PAGAMENTO PELA RETENÇÃO DE AREA PARA EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO	129	P	114.800.000		114.800.000
1.3.3.5.00.00	RECEITA DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUENCIA	129	P	3.457.182		3.457.182
1.3.3.6.00.00	RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIARIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL PASSAGEIROS	129	P	14.500.000		14.500.000
1.3.3.7.00.00	RECEITA DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO	129	P	500.000.000		500.000.000
1.3.3.8.00.00	RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO, DE PERMISSÃO OU DE AUTORIZAÇÃO	129	P	25.000.000		25.000.000
1.3.3.9.00.00	RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	129	P	600.000		600.000
1.3.9.0.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRI MONIAIS	100 150 250	P P P	54.281.335 4.627.568 17.875.016		54.281.335 4.627.568 17.875.016
1.4.0.0.00.00	RECEITA AGROPECUARIA			23.853.860	115.356	23.969.216
1.4.1.0.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	150 250	P P	2.035.530 14.689.751		2.035.530 14.689.751
1.4.2.0.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	150 250	P P	312.160 6.780.508	115.356	312.160 6.895.864
1.4.9.0.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	250	P	35.911		35.911
1.5.0.0.00.00	RECEITA INDUSTRIAL			329.285.263	39.078.780	368.364.043
1.5.2.0.00.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO			329.285.263	39.078.780	368.364.043
1.5.2.0.20.00	RECEITA DA INDUSTRIA QUI MICA	250	P	21.819.278	78.780	21.898.058
1.5.2.0.21.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	250	P	25.292.691	39.000.000	64.292.691
1.5.2.0.26.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	250	P	2.184.234		2.184.234

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	R	P	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
1.5.2.0.29.00	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	150	P		113.921.599		113.921.599
		250	P		390.721		390.721
1.5.2.0.99.00	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	150	P		107.942		107.942
		250	P		165.568.798		165.568.798
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS				16.003.683.805	649.959.490	16.653.643.295
1.6.0.0.01.00	SERVIÇOS COMERCIAIS				60.761.209	188.104	60.949.313
1.6.0.0.01.01	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	150	P			34.579	34.579
		250	P		7.014.155		7.014.155
1.6.0.0.01.02	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	150	P		155.802		155.802
		250	P		9.885.744	153.525	10.039.269
1.6.0.0.01.03	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	250	P		4.760.192		4.760.192
1.6.0.0.01.06	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMATICA	150	P		5.039.138		5.039.138
		250	P		209.955		209.955
1.6.0.0.01.07	RECEITA DE UTILIZAÇÃO DE POSIÇÕES ORBITAIS	129	P		27.000.000		27.000.000
1.6.0.0.01.99	OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	250	P		6.696.223		6.696.223
1.6.0.0.02.00	SERVIÇOS FINANCEIROS				13.141.949.405	441.502.668	13.583.452.073
1.6.0.0.02.01	JUROS DE EMPRÉSTIMOS	159	F		1.390.360.345		1.390.360.345
		160	F		1.019.733.621		1.019.733.621
		163	F		66.805		66.805
		171	F		1.142.221.425		1.142.221.425
		173	F		8.555.527.970		8.555.527.970
		180	F		71.291.901		71.291.901
		189	F		76.489.833		76.489.833
		280	F		116.873.419		116.873.419
		180	F		95.947.353		95.947.353
1.6.0.0.02.03	SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS	280	F		2.540.890		2.540.890
		180	F			441.502.668	441.502.668
1.6.0.0.02.06	REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO						
1.6.0.0.02.09	OUTRAS OPERAÇÕES DE AUTORIDADE MONETARIA	280	F		629.150.348		629.150.348
1.6.0.0.02.99	OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	280	F		41.745.495		41.745.495
1.6.0.0.03.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE				56.404.059		56.404.059
1.6.0.0.03.01	SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	150	P		324		324
		250	P		33.540		33.540
1.6.0.0.03.02	SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	250	P		53.520.953		53.520.953
1.6.0.0.03.03	SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO	250	P		748.233		748.233
1.6.0.0.03.04	SERVIÇOS DE TRANSPORTE AEREO	250	P		2.101.009		2.101.009
1.6.0.0.04.00	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	250	P		4.202.906		4.202.906
1.6.0.0.05.00	SERVIÇOS DE SAUDE				940.896	91.091.213	92.032.109
1.6.0.0.05.01	SERVIÇOS HOSPITALARES	150	P			15.000.000	15.000.000
		250	P		940.896	75.243.368	76.184.264
		250	P			847.845	847.845
1.6.0.0.05.99	OUTROS SERVIÇOS DE SAUDE	250	P		1.977.713		1.977.713
1.6.0.0.06.00	SERVIÇOS PORTUARIOS	150	P		33.466		33.466
1.6.0.0.07.00	SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	250	P		25.931.000		25.931.000
1.6.0.0.08.00	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	150	P		19.058.386		19.058.386
		250	P		411.551.056		411.551.056
		250	P		3.767		3.767
1.6.0.0.09.00	SERVIÇOS DE SOCORRO MARITIMO	250	P		117.947.098	3.350	117.950.448
1.6.0.0.11.00	SERVIÇOS DE METROLOGIA	250	P		101.033.517		101.033.517
1.6.0.0.11.01	METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	150	P		426.545		426.545
1.6.0.0.11.02	METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	250	P		1.371.413		1.371.413
1.6.0.0.11.03	METROLOGIA LEGAL	250	P		2.181.097		2.181.097
1.6.0.0.11.04	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	150	P		2.156.737		2.156.737
		250	P		8.063.479		8.063.479
1.6.0.0.11.05	INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	150	P		379		379
		250	P		2.713.931	3.350	2.717.281
1.6.0.0.12.00	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	150	P		1.757.671		1.757.671
		250	P		5.840.053		5.840.053
1.6.0.0.13.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	150	P		5.885.325		5.885.325
		250	P		197.088.650	116.923.248	314.011.898
1.6.0.0.14.00	SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	150	P		5.033.375		5.033.375
		250	P		12.338.424	203.428	12.541.852
1.6.0.0.15.00	SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	150	P		195.495		195.495
		250	P		577		577
1.6.0.0.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	150	P		13.469.516		13.469.516
		250	P		81.410.741		81.410.741
1.6.0.0.17.00	SERVIÇOS AGROPECUARIOS	250	P		595.845		595.845
1.6.0.0.18.00	SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	250	P		3.706.258		3.706.258
1.6.0.0.19.00	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	150	P		877.656		877.656
		250	P		14.046.695		14.046.695
1.6.0.0.20.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	150	P		880.662		880.662
		250	P		93.868.208		93.868.208
1.6.0.0.21.00	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	150	P		85.218		85.218
		250	P		9.014.175	30.264	9.044.439
1.6.0.0.22.00	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	150	P		215.291		215.291
		250	P		68.045.279	3.487	68.048.766
1.6.0.0.23.00	SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIA				77.261.220	3.360	77.264.580
1.6.0.0.23.01	SERVIÇOS DE PATENTES	250	P		25.653.144		25.653.144
1.6.0.0.23.02	SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS	250	P		43.185.916		43.185.916
1.6.0.0.23.03	SERVIÇOS DE REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	250	P		6.645.048	3.360	6.648.408
1.6.0.0.23.04	SERVIÇOS DE REGISTRO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	250	P		843.375		843.375
1.6.0.0.23.05	SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR	250	P		933.737		933.737
1.6.0.0.24.00	SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	150	P		5.491.967		5.491.967
1.6.0.0.25.00	SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	150	P		1.329.700		1.329.700
		250	P		27.124.853		27.124.853
1.6.0.0.26.00	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	250	P		4.146.258		4.146.258
1.6.0.0.27.00	SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS	250	P		67.348		67.348
1.6.0.0.28.00	SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO	150	P		144.428		144.428
		250	P		144		144
1.6.0.0.29.00	SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES	150	P		2.960.668		2.960.668
1.6.0.0.30.00	TARIFAS DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS	250	P		55.498.995		55.498.995

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	R	P	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
1.6.0.0.31.00	TARIFA E ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA				181.203.407		181.203.407
1.6.0.0.31.02	ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	250	P		181.203.407		181.203.407
1.6.0.0.32.00	SERVIÇOS DE INTERNAMENTO DE MERCADORIAS	250	P		158.192.039		158.192.039
1.6.0.0.33.00	TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AEREA EM ROTA	250	P		413.449.106		413.449.106
1.6.0.0.34.00	SERVIÇOS DE REGULAMENTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, NO REGIME PRIVADO	250	P		14.414		14.414
1.6.0.0.35.00	SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	150	P		547.561.303		547.561.303
1.6.0.0.36.00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL	250	P		81.000.000		81.000.000
1.6.0.0.37.00	OPERACOES DE CAMBIO	250	P		69.793.973		69.793.973
1.6.0.0.38.00	OPERACOES EM MOEDA ESTRANGEIRA	250	P		3.000.000		3.000.000
1.6.0.0.99.00	OUTROS SERVIÇOS	150	P		2.189.384		2.189.384
		250	P		18.138.523	10.368	18.148.891
1.7.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES				254.449.684	500.000	254.949.684
1.7.1.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS				457.704		457.704
1.7.1.3.00.00	TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS	100	P		457.704		457.704
1.7.3.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100	P		21.541.992		21.541.992
		250	P		15.918.243		15.918.243
		281	P		194.392		194.392
		296	P		152.385		152.385
1.7.4.0.00.00	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	195	P		71.249.460	500.000	71.749.460
		295	P		26.806.928		26.806.928
1.7.5.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	100	P		253.392		253.392
		296	P		52.622		52.622
1.7.6.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS				117.822.566		117.822.566
1.7.6.1.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	100	P		16.210.584		16.210.584
		181	P		12.777.128		12.777.128
		281	P		9.096.116		9.096.116
1.7.6.2.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS ENTIDADES	181	P		4.347.732		4.347.732
1.7.6.3.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	281	P		68.589.181		68.589.181
		181	P		2.326.176		2.326.176
		281	P		3.573.287		3.573.287
1.7.6.4.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	281	P		902.362		902.362
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES				9.060.991.200	3.272.453.915	12.333.445.115
1.9.1.0.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA				5.889.400.175	667.210.947	6.556.611.122
1.9.1.1.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS				2.087.935.113		2.087.935.113
1.9.1.1.01.00	MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	100	P		13.729.650		13.729.650
		132	P		22.516.626		22.516.626
		158	P		32.401.974		32.401.974
1.9.1.1.02.00	MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA				1.686.497.587		1.686.497.587
1.9.1.1.02.01	MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FISICAS	100	P		17.511.562		17.511.562
		101	P		38.525.439		38.525.439
		132	P		20.488.530		20.488.530
		158	P		11.032.285		11.032.285
1.9.1.1.02.02	MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURIDICAS	100	P		84.566.132		84.566.132
		101	P		186.045.492		186.045.492
		132	P		106.553.327		106.553.327
		158	P		45.665.712		45.665.712
1.9.1.1.02.03	MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	100	P		235.221.822		235.221.822
		101	P		517.488.007		517.488.007
		132	P		198.997.662		198.997.662
		158	P		224.401.617		224.401.617
1.9.1.1.03.00	MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	100	P		54.048.891		54.048.891
		101	P		145.932.006		145.932.006
		132	P		43.563.409		43.563.409
		158	P		26.700.151		26.700.151
1.9.1.1.04.00	MULTA E JUROS DE MORA DO IMP. SOBRE OPERAÇÕES DE CREDITO CAMBIO E SEGURO,OU RELATIVAS A TIT. OU VAL. MOBIL.	100	P		5.560.685		5.560.685
		132	P		8.452.239		8.452.239
		158	P		13.790.495		13.790.495
1.9.1.1.07.00	MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO	100	P		1.372.097		1.372.097
		132	P		3.786.985		3.786.985
		158	P		1.701.400		1.701.400
1.9.1.1.08.00	MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEIDADE TERRITORIAL RURAL	100	P		4.672.977		4.672.977
		102	P		11.682.446		11.682.446
		132	P		1.051.418		1.051.418
		158	P		5.958.048		5.958.048
1.9.1.1.31.00	MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	150	P		42.215		42.215
1.9.1.1.32.00	MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCÍTO	150	P		9.948		9.948
1.9.1.1.34.00	MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISCALIZAÇÃO MERCADOS SEGURO, DA CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	100	P		686.856		686.856
1.9.1.1.37.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	100	P		2.192.069		2.192.069
1.9.1.1.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	100	P		1.584.941		1.584.941
1.9.1.2.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES				2.659.016.881	651.918.535	3.310.935.416
1.9.1.2.01.00	MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	100	P		332.047.941		332.047.941
		132	P		929.734.231		929.734.231
		158	P		398.457.529		398.457.529
1.9.1.2.07.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PROVISORIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - CPMF	100	P		1.416.133		1.416.133
		155	P		5.664.530		5.664.530
		179	P		1.888.177		1.888.177
		900	P		1.481.310		1.481.310
		955	P		5.925.240		5.925.240
		979	P		1.975.080		1.975.080

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	R	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
1.9.1.2.30.00	MULTA E JUROS DE MORA DAS CONTR DOS EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL	154	P		651.918.535	651.918.535
1.9.1.2.31.00	MULTA E JUROS DE MORA DAS CONTRIB P/ OS PROG DE INTEGR. SOCIAL E DE FORM. DO PATR. SERV. PUBLICO-PI S/PASEP	100	P	69.737.079		69.737.079
		132	P	216.073.367		216.073.367
		158	P	62.874.951		62.874.951
1.9.1.2.32.00	MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS - CSLL	100	P	126.038.885		126.038.885
		132	P	398.524.876		398.524.876
		158	P	105.630.670		105.630.670
1.9.1.2.52.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARI NHA MERCANTE	135	P	216.814		216.814
1.9.1.2.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	100	P	1.330.068		1.330.068
1.9.1.3.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS			157.190.264		157.190.264
1.9.1.3.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	158	P	3.873.403		3.873.403
1.9.1.3.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA			130.187.285		130.187.285
1.9.1.3.02.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOAS FÍSICAS	101	P	17.616.241		17.616.241
		158	P	22.420.673		22.420.673
		101	P	33.437.916		33.437.916
1.9.1.3.02.02	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS			42.557.347		42.557.347
		101	P	6.228.248		6.228.248
1.9.1.3.02.03	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES			7.926.860		7.926.860
		101	P	9.987.455		9.987.455
1.9.1.3.03.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS			8.507.830		8.507.830
		158	P	348.270		348.270
1.9.1.3.04.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE OPER DE CREDITO, CAMBIO E SEGURO OU REL TITULOS MOBILI			342.217		342.217
1.9.1.3.07.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO			3.943.804		3.943.804
1.9.1.3.08.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE RURAL			224.373.012		224.373.012
1.9.1.4.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES			118.360.245		118.360.245
1.9.1.4.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.	132	P			
1.9.1.4.03.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA.	100	P	99		99
		155	P	395		395
		179	P	132		132
		900	P	103		103
		955	P	412		412
		979	P	138		138
1.9.1.4.05.00	MULTA E J. MORA DA D.A. CONTRIB.P/ PROG. INTEGRAÇÃO SOC.DE FORMAÇÃO DO PATRIM. DO SERVIDOR PÚBL. _PI S/PASEP	132	P	34.293.924		34.293.924
1.9.1.4.06.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO.			53.263.706		53.263.706
1.9.1.4.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			18.453.858		18.453.858
1.9.1.5.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS			160.075.419		160.075.419
1.9.1.5.01.00	MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	158	P	65.750.748		65.750.748
1.9.1.5.99.00	MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	158	P	94.324.671		94.324.671
1.9.1.8.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	100	P	41.045.140		41.045.140
		150	P	2.171.478	6.501.324	8.672.802
		250	P	8.017.526		8.017.526
1.9.1.9.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS			549.575.342	8.791.088	558.366.430
1.9.1.9.01.00	MULTAS PREVI STAS NA LEGISLAÇÃO DE METROLOGIA	250	P	8.200.068		8.200.068
1.9.1.9.02.00	MULTAS DO REGULAMENTO PARA O TRAFEGO MARI TI MO	250	P	3.999.996		3.999.996
1.9.1.9.04.00	MULTAS PREVI STAS EM ACORDOS INTERNACIONAIS SOBRE A PESCA	250	P	229		229
1.9.1.9.05.00	MULTAS DECORRENTES DE APREENSÃO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA	250	P	34.385		34.385
1.9.1.9.06.00	MULTAS DO CÓDIGO ELEI TORAL E LEI S CONEXAS	150	P	7.458.285		7.458.285
1.9.1.9.08.00	MULTAS PREVI STAS NA LEI DO SERVIÇO MILI TAR	150	P	2.408.172		2.408.172
1.9.1.9.09.00	MULTAS PREVI STAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES	129	P	5.000.000		5.000.000
1.9.1.9.10.00	MULTAS PREVI STAS NA LEGISLAÇÃO SANI TARI A	150	P		2.161.740	2.161.740
1.9.1.9.12.00	MULTAS PREVI STAS NA LEGISLAÇÃO DE REGISTRO DO COMERCIO	100	P	996		996
		150	P	612		612
1.9.1.9.13.00	MULTAS PREVI STAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	150	P	863.461		863.461
1.9.1.9.14.00	MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	100	P	65.750.748		65.750.748
		150	P		396.612	396.612
1.9.1.9.15.00	MULTAS PREVI STAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	150	P	205.415.400		205.415.400
		250	P	114.892.695		114.892.695
1.9.1.9.16.00	MULTAS PREVI STAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	100	P	2.699.856		2.699.856
1.9.1.9.18.00	MULTAS DE ALUGUEIS	150	P		2.303.652	2.303.652
		133	P	26.304		26.304
		150	P		55.848	55.848
		250	P	72.152		72.152
1.9.1.9.19.00	MULTAS DE ARRENDAMENTOS	133	P	7.068		7.068
		250	P	43.111		43.111
1.9.1.9.20.00	MULTAS DE LAUDEMI OS	133	P	255.216		255.216
1.9.1.9.21.00	MULTAS DE ALIENAÇÕES DE DOMINIO UTIL	133	P	28.272		28.272
1.9.1.9.22.00	MULTAS DE ALIENAÇÕES DE OUTROS BENS IMOVEIS	133	P	7.656		7.656
		250	P	1.036		1.036
1.9.1.9.23.00	MULTAS DE PARCELAMENTOS	133	P	144		144
		250	P	1.531		1.531
1.9.1.9.24.00	MULTAS DE FOROS	133	P	2.576.028		2.576.028
1.9.1.9.25.00	MULTAS DE TAXAS DE OCUPAÇÃO	133	P	4.437.948		4.437.948
		150	P		1.908	1.908
		250	P	119.424		119.424
1.9.1.9.26.00	MULTAS PREVI STAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	150	P	8.103.496		8.103.496

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	R	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
1.9.1.9.27.00	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	P	84.453	3.774.584	3.859.037
		250	P	15.475.414	96.744	15.572.158
1.9.1.9.28.00	MULTAS DECORRENTES DA OPERAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS E CARGAS	100	P	3.245.100		3.245.100
		250	P	2.930.249		2.930.249
1.9.1.9.29.00	MULTAS PREVISTAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO SOBRE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	250	P	373.398		373.398
1.9.1.9.30.00	MULTAS PREVISTAS NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA	150	P	748.452		748.452
1.9.1.9.35.00	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	250	P	5.432.714		5.432.714
1.9.1.9.36.00	MULTA DE SEGURANÇA PRIVADA - DPF	100	P	955.296		955.296
1.9.1.9.45.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DOS DIREITOS "ANTI DUMPING" E DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS	132	P	41.533		41.533
1.9.1.9.46.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DECORRENTE DE BENS APREENDIDOS	132	P	268.195		268.195
1.9.1.9.48.00	MULTAS APLICADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU	100	P	257.028		257.028
1.9.1.9.99.00	OUTRAS MULTAS	100	P	82.405.260		82.405.260
		150	P	4.938.876		4.938.876
		250	P	15.085		15.085
1.9.2.0.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			1.608.731.425	1.462.774.749	3.071.506.174
1.9.2.1.00.00	INDENIZAÇÕES			1.111.570.196	449.832	1.112.020.028
1.9.2.1.01.00	UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRATADO DE ITAIPU			512.008.296		512.008.296
1.9.2.1.01.01	UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRATADO DE ITAIPU PARCELAS VINCENDAS	138	P	426.045.252		426.045.252
1.9.2.1.01.02	UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRATADO DE ITAIPU PARCELAS VENCIDAS	138	P	85.963.044		85.963.044
1.9.2.1.09.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	100	P	531.172.736		531.172.736
		150	P	6.085	449.832	455.917
		250	P	68.383.079		68.383.079
1.9.2.2.00.00	RESTITUIÇÕES			497.161.229	1.462.324.917	1.959.486.146
1.9.2.2.01.00	RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	150	P	1.323.700	19.958.559	21.282.259
		250	P	6.070.667	6.517.932	12.588.599
1.9.2.2.02.00	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	150	P		139.531.809	139.531.809
		250	P	94.539		94.539
1.9.2.2.03.00	RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS COMPLEMENTARES	250	P	286.162.744		286.162.744
1.9.2.2.05.00	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	150	P		1.059.312	1.059.312
1.9.2.2.06.00	RESTITUIÇÃO AO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA				1.285.400.004	1.285.400.004
1.9.2.2.99.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	145	F			
		100	P	31.200.000		31.200.000
		150	P	56.149.849	4.341.297	60.491.146
		250	P	116.159.730	5.516.004	121.675.734
1.9.3.0.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA			454.153.219	589.806.898	1.043.960.117
1.9.3.1.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			138.487.688		138.487.688
1.9.3.1.01.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA			89.778.071		89.778.071
1.9.3.1.01.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS	100	P	13.326.234		13.326.234
		101	P	13.463.736		13.463.736
		112	P	1.856.278		1.856.278
1.9.3.1.01.02	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS	100	P	23.912.876		23.912.876
		101	P	24.159.610		24.159.610
		112	P	3.330.942		3.330.942
1.9.3.1.01.03	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDAS NAS FONTES	100	P	4.525.648		4.525.648
		101	P	4.572.346		4.572.346
		112	P	630.401		630.401
1.9.3.1.02.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	100	P	4.814.222		4.814.222
		101	P	7.161.031		7.161.031
		112	P	587.957		587.957
1.9.3.1.03.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMP. S/OPER. DE CREDITO, CAMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TITULOS OU VALOR	100	P	393.515		393.515
		112	P	66.199		66.199
1.9.3.1.04.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	100	P	1.482.781		1.482.781
		102	P	1.662.311		1.662.311
		112	P	179.530		179.530
1.9.3.1.05.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	100	P	1.612.402		1.612.402
		112	P	271.245		271.245
1.9.3.1.06.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO	100	P	329		329
		112	P	55		55
1.9.3.1.07.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	100	P	627.156		627.156
1.9.3.1.99.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	100	P	29.850.884		29.850.884
1.9.3.2.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			315.665.531	589.806.898	905.472.429
1.9.3.2.01.00	REC. DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL	154	P		457.699.221	457.699.221
1.9.3.2.02.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	100	P	20.006.354		20.006.354
		153	P		80.025.410	80.025.410
1.9.3.2.05.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO PIS/PASEP.	100	P	5.048.660		5.048.660
		140	P		20.194.648	20.194.648
1.9.3.2.06.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS.	100	P	7.971.904		7.971.904
		151	P		31.887.619	31.887.619
1.9.3.2.08.00	RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS.	100	P	327.252		327.252
1.9.3.2.09.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA COTA PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE.	135	P	227.066		227.066
1.9.3.2.11.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE ALUGUEIS.	100	P	457.140		457.140
1.9.3.2.16.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES.	100	P	2.947.631		2.947.631
1.9.3.2.17.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	100	P	33.506.076		33.506.076
1.9.3.2.99.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS.	100	P	243.786.721		243.786.721
		150	P	5.016		5.016

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
1.9.9.0.00.00	RECEITAS DIVERSAS	250	P	1.381.711		1.381.711
1.9.9.0.02.00	RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	157	P	1.108.706.381	552.661.321	1.661.367.702
1.9.9.0.03.00	RECEITA DECORRENTE DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	250	P	151.188.216		151.188.216
1.9.9.0.03.01	RECEITA DE LEILÕES DE MERCADORIAS APREENDIDAS	139	P	6.735		6.735
1.9.9.0.03.02	RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	139	P	85.796.521		85.796.521
1.9.9.0.04.00	PRODUTO DE DEPOSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR)	139	P	85.787.650		85.787.650
1.9.9.0.06.00	RECEITA DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PELA INDUSTRIA CINEMATOGRAFICA	250	P	8.871		8.871
1.9.9.0.07.00	RECEITA DOS DIREITOS "ANTI DUMPING" E DOS DIREITOS COMPENSATORIOS	139	P	110.976		110.976
1.9.9.0.16.00	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO - DPVAT - SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO	150	P	55.237		55.237
1.9.9.0.18.00	RECEITA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO	250	P	800.344		800.344
1.9.9.0.98.00	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	100	P			
1.9.9.0.99.00	OUTRAS RECEITAS	100	P	581.570.846		581.570.846
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	150	P	138.513.230		138.513.230
2.1.0.0.00.00	OPERAÇÕES DE CREDITO	250	P	35.602.204		35.652.568
2.1.1.0.00.00	OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS			312.478.248.569	13.347.288	312.491.595.857
2.1.1.1.00.00	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL			285.825.432.371		285.825.432.371
2.1.1.1.01.00	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA FEDERAL	143	F	248.436.873.417		248.436.873.417
2.1.1.1.02.00	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA - TDA	164	F	246.979.658.417		246.979.658.417
2.1.1.1.03.00	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144	F	209.457.766.061		209.457.766.061
2.1.1.9.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	147	F	280.000.000		280.000.000
2.1.2.0.00.00	OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS	246	F	37.241.892.356		37.241.892.356
2.1.2.2.00.00	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL			2.500.000		2.500.000
2.1.2.2.01.00	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA FEDERAL	143	F	1.454.715.000		1.454.715.000
2.1.2.2.02.00	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144	F	37.388.558.954		37.388.558.954
2.1.2.9.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS	148	F	31.184.014.630		31.184.014.630
2.2.0.0.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	149	F	11.009.928.012		11.009.928.012
2.2.1.0.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	249	F	20.174.086.618		20.174.086.618
2.2.1.1.00.00	ALIENAÇÃO DE TITULOS MOBILIARIOS	100	P	5.675.544.780		5.675.544.780
2.2.1.2.00.00	ALIENAÇÃO DE ESTOQUES	163	F	519.738.526		519.738.526
2.2.1.2.01.00	ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES VINCULADOS A POLITICA DE GARANTIA DE PREÇOS MINIMOS-PGPM	171	F	9.261.018		9.261.018
2.2.1.2.02.00	ALIENAÇÃO DE ESTOQUES ESTRATEGICOS VINCULADOS A POLITICA DE GARANTIA DE PREÇOS MINIMOS-PGPM	180	F	4.334.900.647	13.347.288	4.348.247.935
2.2.1.2.03.00	ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DESTINADOS A PROGRAMAS SOCIAIS E INSTI TUCIONAIS	187	F	4.221.048.798	521.064	4.221.569.862
2.2.1.2.05.00	ALIENAÇÃO DE ESTOQUES POR ATA CADO	280	F	34.008		34.008
2.2.1.9.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	171	F	1.306.000.000		1.306.000.000
2.2.2.0.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS	171	F	1.153.970.000		1.153.970.000
2.2.2.1.00.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	180	F	668.074.037		668.074.037
2.2.2.1.01.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	187	F	440.602.287		440.602.287
2.2.2.1.02.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	280	F	43.058.690		43.058.690
2.2.2.1.03.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	150	P	598.452.266		598.452.266
2.2.2.1.04.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	150	P	110.422.829		110.422.829
2.2.2.1.05.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	250	P	223.000.000		223.000.000
2.2.2.1.06.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	250	P	207.155.000		207.155.000
2.2.2.1.07.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	250	P	52.500.643		52.500.643
2.2.2.1.08.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	250	P	5.373.794		5.373.794
2.2.2.1.09.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	100	P	82.560		82.560
2.2.2.1.10.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	150	P	281.328	119.616	400.944
2.2.2.1.11.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	250	P	10.493.622	401.448	10.895.070
2.2.2.1.12.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	150	P	113.851.849	12.826.224	126.678.073
2.2.2.1.13.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	150	P	210.258		210.258
2.2.2.1.14.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	250	P	1.792.904		1.792.904
2.2.2.1.15.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	150	P	7.150.000	12.826.224	19.976.224
2.2.2.1.16.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	162	P	21.650.376		21.650.376
2.2.2.1.17.00	ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	250	P	83.048.311		83.048.311
2.3.0.0.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS			9.430.387.336		9.430.387.336
2.3.0.0.10.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS - BEA/BI B	159	F	2.053.758		2.053.758
2.3.0.0.30.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS - ESTADOS E MUNICI PI OS	171	F	8.838.069		8.838.069
2.3.0.0.40.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DI VI DAS DE MEDIO E LONGO PRAZOS	159	F	813.493.416		813.493.416
2.3.0.0.50.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS - POOC	173	F	1.515.712.990		1.515.712.990
2.3.0.0.60.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DI VI DAS DO CLUBE DE PARIS	171	F	406.717.078		406.717.078
2.3.0.0.70.00	OUTRAS AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS			646.000.000		646.000.000
2.3.0.0.70.02	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS - EM CONTRATO	160	F	646.000.000		646.000.000
2.3.0.0.80.00	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS	189	F	203.797.040		203.797.040
2.3.0.0.80.01	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	180	F	7.365.734		7.365.734
2.3.0.0.80.02	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	280	F	921.533		921.533
2.3.0.0.80.03	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	280	F	308.313		308.313
2.3.0.0.80.04	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	280	F	6.135.888		6.135.888
2.3.0.0.80.05	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	159	F	2.508.212.220		2.508.212.220
2.3.0.0.80.06	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	160	F	1.207.376.954		1.207.376.954
2.3.0.0.80.07	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	163	F	413.779.949		413.779.949
2.3.0.0.80.08	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	180	F	63.497.239		63.497.239
2.3.0.0.80.09	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	280	F	320.582.735		320.582.735
2.3.0.0.80.10	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	280	F	63.568.679		63.568.679
2.4.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL			21.465.504		21.465.504
2.4.3.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTI TUI ÇÕES PRI VADAS	100	P	66.038		66.038
2.4.4.0.00.00	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	296	P	12.042.314		12.042.314
2.4.6.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE OUTRAS INSTI TUI ÇÕES PÚBLICAS	195	P	1.000.000		1.000.000
2.4.7.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	281	P	3.000.000		3.000.000
		281	P	25.994.823		25.994.823

## RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA E FONTE DE RECURSOS

LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VI (LEI Nº 4.230, ART. 2º, § 1º, INCISO III, ANEXO III). LDO, ART 14º RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	R	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
2.4.7.1.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	181	P	15.680.172		15.680.172
		281	P	77.909		77.909
2.4.7.2.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	181	P	4.781.592		4.781.592
		281	P	2.815.456		2.815.456
2.4.7.3.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	181	P	2.541.564		2.541.564
		281	P	67.898		67.898
2.4.7.4.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	281	P	30.232		30.232
2.5.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			12.823.959.536		12.823.959.536
2.5.3.0.00.00	RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	152	F	1.708.000.000		1.708.000.000
2.5.4.0.00.00	REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	188	F	11.114.955.084		11.114.955.084
2.5.9.0.00.00	OUTRAS RECEITAS	100	P	664.968		664.968
		280	F	339.484		339.484
T O T A L				500.578.536.761	149.831.071.199	650.409.607.960

---

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DI RETAMENTE ARRECADADOS DO TESOURO POR ÓRGÃO

---

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS DO TESOIRO POR ÓRGÃO  
LDO, ART. 8º, §1º, INCISO IX

R\$ 1,00  
RECURSOS DO TESOIRO

CÓDIGO	ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL	FISCAL	SEGURIDADE
01000	CÂMARA DOS DEPUTADOS	10.285.384	10.285.384 150 180 10.224.991 60.393	
01901	FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	10.285.384	10.285.384 150 180 10.224.991 60.393	
02000	SENADO FEDERAL	7.583.559	7.583.559 150 180 7.449.237 134.322	
02901	FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	556.325	556.325 150 180 556.129 196	
02903	FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL	910.644	910.644 150 180 776.518 134.126	
02904	FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO	6.116.590	6.116.590 150 6.116.590	
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	188.635	188.635 150 188.635	
10101	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	188.635	188.635 150 188.635	
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	214.722	214.722 150 214.722	
11101	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	214.722	214.722 150 214.722	
14000	JUSTIÇA ELEITORAL	7.458.285	7.458.285 150 7.458.285	
14901	FUNDO PARTIDÁRIO	7.458.285	7.458.285 150 7.458.285	
20000	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	115.149.472	115.149.472 150 115.149.472	
20118	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN	1.345.691	1,345.691 150 1,345.691	
20120	ARQUIVO NACIONAL	42.940	42.940 150 42.940	
20926	FUNDO NACIONAL ANTI DROGAS - FUNAD	5.800.851	5.800.851 150 5.800.851	
20927	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	107.959.990	107.959.990 150 107.959.990	
22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	953.510.954	912.314.270 150 128.124.275 180 784.189.995	150 41.196.684 41.196.684
22101	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	58.105.071	16.908.387 150 16.908.387	150 41.196.684 41.196.684
22906	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	895.405.883	895.405.883 150 111.215.888 180 784.189.995	
24000	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.368.228	3.368.228 150 3.272.194 180 96.034	
24101	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.271.966	3.271.966 150 3.271.966	
24901	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	96.262	96.262 150 228 180 96.034	
25000	MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.689.721.878	1.689.721.878 150 841.424.826 180 848.297.052	
25101	MINISTÉRIO DA FAZENDA	10.102.874	10.102.874 150 10.102.874	
25902	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	71.497.759	71.497.759 150 71.497.759	
25903	FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÕES SALARIAIS	1.177.246.545	1,177.246.545 150 602.797.758 180 574.448.787	
25904	FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	9.200.000	9.200.000 150 9.200.000	
25913	FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	13.563.377	13.563.377 150 13.563.377	

## DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS DO TESOIRO POR ÓRGÃO

R\$ 1,00  
RECURSOS DO TESOIRO

CÓDIGO	ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL	FISCAL	SEGURIDADE
25914	FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO - FGE	408.111.323	150 408.111.323 180 134.263.058 273.848.265	
26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	433.732.922	150 433.732.922 180 640.159 433.092.763	
26101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	640.159	150 640.159 640.159	
26907	FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR	433.092.763	180 433.092.763 433.092.763	
28000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	5.492.579	150 5.492.579 5.492.579	
28101	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	5.492.579	150 5.492.579 5.492.579	
30000	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	428.555.913	150 428.555.913 428.555.913	
30101	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	72.303.208	150 72.303.208 72.303.208	
30107	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	129.182.390	150 129.182.390 129.182.390	
30211	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA	10.545.000	150 10.545.000 10.545.000	
30905	FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DE FUSOS	8.335.744	150 8.335.744 8.335.744	
30907	FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL	5.739.708	150 5.739.708 5.739.708	
30908	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA	141.864	150 141.864 141.864	
30909	FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIM DA POLÍCIA FEDERAL	119.420.390	150 119.420.390 119.420.390	
30910	FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO	82.887.609	150 82.887.609 82.887.609	
32000	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	175.785.311	150 175.785.311 175.785.311	
32265	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP	863.461	150 863.461 863.461	
32266	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL	174.921.850	150 174.921.850 174.921.850	
33000	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.648.712	150 75.048 75.048	150 29.573.664 29.573.664
33903	FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.048	150 75.048 75.048	
33904	FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	29.573.664		150 29.573.664 29.573.664
34000	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	1.050.000	150 1.050.000 1.050.000	
34101	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	500.000	150 500.000 500.000	
34102	MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	190.000	150 190.000 190.000	
34104	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	360.000	150 360.000 360.000	
35000	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	80.871.345	150 80.871.345 80.871.345	
35101	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	80.871.345	150 80.871.345 80.871.345	
36000	MINISTÉRIO DA SAÚDE	702.851.703		150 702.851.703 702.851.703
36212	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVS	99.980.844		150 99.980.844 99.980.844
36213	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	45.420.640		150 45.420.640 45.420.640
36901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	557.450.219		150 557.450.219 557.450.219
38000	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	1.108.902.152		150 1.108.902.152 158.551.412 180 950.350.740

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS DO TESOURO POR ÓRGÃO  
LDO, ART. 8º, §1º, INCISO IX

R\$ 1,00  
RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL	FISCAL		SEGURIDADE
38901	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	1.108.902.152			1.108.902.152
					150 158.551.412
					180 950.350.740
39000	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	113.916.086		113.916.086	
			150	269.668	
			180	113.646.418	
39101	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	921.533		921.533	
			180	921.533	
39901	FUNDO DA MARINHA MERCANTE	112.994.553		112.994.553	
			150	269.668	
			180	112.724.885	
41000	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	727.148.280		727.148.280	
			150	727.148.280	
41231	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL	727.148.280		727.148.280	
			150	727.148.280	
42000	MINISTÉRIO DA CULTURA	1.185.588		1.185.588	
			150	1.185.588	
42902	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.185.588		1.185.588	
			150	1.185.588	
44000	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	48.954.199		48.954.199	
			150	48.954.199	
44101	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	954.199		954.199	
			150	954.199	
44201	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	48.000.000		48.000.000	
			150	48.000.000	
47000	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	22.127.864		22.127.864	
			150	22.127.864	
47101	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	22.127.864		22.127.864	
			150	22.127.864	
49000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	25.881.458		25.881.458	
			150	210.258	
			180	25.671.200	
49201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	210.258		210.258	
			150	210.258	
49901	FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA	25.671.200		25.671.200	
			180	25.671.200	
52000	MINISTÉRIO DA DEFESA	89.752.043		74.752.043	15.000.000
			150	65.606.851	15.000.000
			180	9.145.192	
52902	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	16.972.702		1.972.702	15.000.000
			150	1.972.702	15.000.000
52903	FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5.427.623		5.427.623	
			150	4.824.636	
			180	602.987	
52912	FUNDO AEROVIÁRIO	43.537.833		43.537.833	
			150	34.995.628	
			180	8.542.205	
52921	FUNDO DO EXÉRCITO	2.245.399		2.245.399	
			150	2.245.399	
52932	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO	21.568.486		21.568.486	
			150	21.568.486	
TOTAL .....		6.783.337.272		4.885.813.069	1.897.524.203
			150	2.671.479.700	947.173.463
			180	2.214.333.369	950.350.740

---

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

---

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
01.000	CÂMARA DOS DEPUTADOS	10.285.384		
			150	10.224.991
01.901	FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	10.285.384	180	60.393
			150	10.224.991
	1311.00.00 ALUGUEIS	15.204	180	60.393
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	22.421	150	15.204
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	13.093	150	22.421
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.055.464	150	13.093
	1919.99.00 OUTRAS MULTAS	307.500	150	2.055.464
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	6.085	150	307.500
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	629.316	150	6.085
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	25.908	150	629.316
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	7.150.000	150	25.908
	2300.99.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	60.393	150	7.150.000
02.000	SENADO FEDERAL	7.583.559	180	60.393
			150	7.449.237
02.901	FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	556.325	180	134.322
			150	556.129
	1311.00.00 ALUGUEIS	12.957	180	196
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	197.394	150	12.957
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	196	150	197.394
	1600.01.06 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMATICA	18.695	180	196
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	45.130	150	18.695
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	23.581	150	45.130
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	258.372	150	23.581
02.903	FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL	910.644	150	258.372
			180	776.518
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	134.126	180	134.126
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	520.380	150	520.380
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	114.730	150	114.730
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	141.408	150	141.408
02.904	FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO	6.116.590	150	6.116.590
	1311.00.00 ALUGUEIS	43.796	150	43.796
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	5.974.041	150	5.974.041
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	95.693	150	95.693
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	3.060	150	3.060
10.000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	188.635	150	188.635
10.101	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	188.635	150	188.635
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	188.635	150	188.635
11.000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	214.722	150	214.722
11.101	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	214.722	150	214.722
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	214.722	150	214.722
14.000	JUSTIÇA ELEITORAL	7.458.285	150	7.458.285
14.901	FUNDO PARTIDÁRIO	7.458.285	150	7.458.285
	1919.06.00 MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	7.458.285	150	7.458.285
20.000	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	129.815.202	150	129.815.202
			250	115.149.472
20.118	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELI GÊNCIA - ABI N	1.345.691	150	1.345.691
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	1.345.691	150	1,345.691
20.120	ARQUIVO NACIONAL	42.940	150	42.940
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	9.913	150	9.913
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	33.027	150	33.027

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
20.401	RADI OBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S. A.	14.665.730	250	14.665.730
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	8.614	250	8.614
	1600.04.00 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	4.152.139	250	4.152.139
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	10.031.502	250	10.031.502
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	4.947	250	4.947
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	136.080	250	136.080
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	958	250	958
	1922.02.00 RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	18.337	250	18.337
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	278.130	250	278.130
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	35.023	250	35.023
20.926	FUNDO NACIONAL ANTI DROGAS - FUNAD	5.800.851	150	5.800.851
	1121.03.00 EMOLUMENTOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SOBRE PRODUTOS E INSUMOS QUÍMICOS	3.595.429	150	3.595.429
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	60.872	150	60.872
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	60.984	150	60.984
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	10.242	150	10.242
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	2.073.324	150	2.073.324
20.927	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	107.959.990	150	107.959.990
	1311.00.00 ALUGUEIS	183	150	183
	1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	107.947.558	150	107.947.558
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	12.249	150	12.249
22.000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	1.526.163.189	150 180 250 280	169.320.959 784.189.995 568.957.626 3.694.609
22.101	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	58.105.071	150	58.105.071
	1122.19.00 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	6.771.004	150	6.771.004
	1210.32.01 CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL	8.281.874	150	8.281.874
	1210.32.03 ADICIONAL A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	32.914.810	150	32.914.810
	1220.05.00 CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS	2.000.000	150	2.000.000
	1311.00.00 ALUGUEIS	21.016	150	21.016
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	7.722	150	7.722
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	1.998.198	150	1.998.198
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	312.160	150	312.160
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5.228	150	5.228
	1600.15.00 SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	195.495	150	195.495
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	880.662	150	880.662
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	153.852	150	153.852
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	2.189.384	150	2.189.384
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	2.171.250	150	2.171.250
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	77.128	150	77.128
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	11.276	150	11.276
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	114.012	150	114.012
22.202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	28.128.742	250 280	27.581.022 547.720
	1311.00.00 ALUGUEIS	453.183	250	453.183
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	138.321	250	138.321
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	172.244	250	172.244
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.093	250	1.093
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	545.716	280	545.716
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	2.004	280	2.004
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	9.400.591	250	9.400.591
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	2.981.020	250	2.981.020

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	5.399	250	2.981.020
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	431.950	250	5.399
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	926.891	250	431.950
	1600.01.03 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	102.643	250	926.891
	1600.01.06 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMATICA	9.203	250	102.643
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	1.452	250	9.203
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	72.786	250	1.452
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	277.608	250	72.786
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	635.040	250	277.608
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	20.901	250	635.040
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	706.879	250	20.901
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	16.830	250	706.879
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.406.763	250	16.830
	1600.23.03 SERVIÇOS DE REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	3.070.019	250	2.406.763
	1600.25.00 SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	15.518	250	3.070.019
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	47.586	250	15.518
	1919.18.00 MULTAS DE ALUGUEIS	2.237	250	47.586
	1919.19.00 MULTAS DE ARRENDAMENTOS	871	250	2.237
	1919.23.00 MULTAS DE PARCELAMENTOS	1.531	250	871
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	80.293	250	1.531
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	38.704	250	80.293
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIO	9.785	250	38.704
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	2.673.364	250	9.785
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	717.785	250	2.673.364
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	1.413.396	250	717.785
	2221.00.00 ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	122.532	250	1.413.396
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	626.604	250	122.532
22.211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	544.523.493	250	626.604
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.863.045	280	541.376.604
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	78.292	250	3.146.889
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	35.406	250	2.863.045
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	3.146.889	250	78.292
	1322.00.00 DIVIDENDOS	11.422	250	35.406
	1600.01.03 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	4.630.000	250	3.146.889
	1600.07.00 SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	25.931.000	250	11.422
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	56.532	250	4.630.000
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	293.872	250	25.931.000
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	1.184.017	250	56.532
	1919.18.00 MULTAS DE ALUGUEIS	64.989	250	293.872
	1919.22.00 MULTAS DE ALIENAÇÕES DE OUTROS BENS IMOVEIS	1.036	250	1.184.017
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	93.910	250	64.989
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	9.372.256	250	1.036
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	3.953.152	250	9.372.256
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	481.122	250	3.953.152
	2212.01.00 ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES VINCULADOS A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS-PGPM	223.000.000	250	481.122
	2212.02.00 ALIENAÇÃO DE ESTOQUES ESTRATÉGICOS VINCULADOS A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS-PGPM	207.155.000	250	223.000.000
	2212.03.00 ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DESTINADOS A PROGRAMAS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS	52.500.643	250	207.155.000

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	2212.05.00 ALIENAÇÃO DE ESTOQUES POR ATACADO	5.373.794	250	52.500.643
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	293.868	250	5.373.794
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	4.003.248	250	293.868
22.906	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFFEEIRA	895.405.883	250	4.003.248
	1311.00.00 ALUGUEIS	731.278	150	111.215.888
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	100.128.381	180	784.189.995
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIOMONIAIS	27.568	150	731.278
	1600.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS	38.061.614	180	100.128.381
	1600.07.00 SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	33.466	150	27.568
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	747	150	38.061.614
	2212.01.00 ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES VINCULADOS A POLITICA DE GARANTIA DE PREÇOS MINIMOS-PGPM	110.422.829	150	33.466
	2300.70.02 AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS - EM CONTRATO	646.000.000	150	747
24.000	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	231.864.197	180	110.422.829
			150	646.000.000
			180	3.272.194
			250	96.034
			280	227.113.428
24.101	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	3.271.966	150	1.382.541
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.135	150	3.271.966
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIODICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	130.535	150	2.135
	1600.03.01 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	324	150	130.535
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	946	150	324
	1600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	426.545	150	946
	1600.11.04 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	551.700	150	426.545
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	379	150	551.700
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	411.980	150	379
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	100.064	150	411.980
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	93.379	150	100.064
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	18.412	150	93.379
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	61.439	150	18.412
	1600.25.00 SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	1.329.700	150	61.439
	1600.28.00 SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO	144.428	150	1.329.700
24.201	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	924.793	150	144.428
			250	866.360
			280	58.433
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.155	250	2.155
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	58.433	280	58.433
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIODICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	192.836	250	192.836
	1600.03.01 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	413	250	413
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.360	250	1.360
	1600.11.04 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	37.948	250	37.948
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	122.336	250	122.336
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	56.898	250	56.898
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	69.360	250	69.360
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	194.154	250	194.154
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	15.600	250	15.600
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	20.124	250	20.124
	1600.25.00 SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	19.093	250	19.093
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	1.500	250	1.500
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	132.475	250	132.475
	1919.99.00 OUTRAS MULTAS	60	250	60
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	48	250	48

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
24.204	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	30.551.206	250	48
			250	29.351.206
			280	1.200.000
	1121.10.00 TAXA DE LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS NUCLEARES E RADIOATIVOS - TLC	3.191.121		
			250	3.191.121
	1311.00.00 ALUGUEIS	376.243		
			250	376.243
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	1.200.000		
			280	1.200.000
	1520.20.00 RECEITA DA INDÚSTRIA QUÍMICA	129.074		
			250	129.074
	1520.21.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	22.364.004		
			250	22.364.004
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	311.190		
			250	311.190
	1600.11.02 METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL	456.526		
			250	456.526
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	1.279.580		
			250	1.279.580
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	28.105		
			250	28.105
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	37.037		
			250	37.037
	1600.25.00 SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	9.049		
			250	9.049
	1990.02.00 RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	561		
			250	561
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	1.168.716		
			250	1.168.716
24.206	INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A.	178.371.275		
			250	178.371.275
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIOMIAIS	1.040.004		
			250	1.040.004
	1520.20.00 RECEITA DA INDÚSTRIA QUÍMICA	21.690.204		
			250	21.690.204
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	155.641.067		
			250	155.641.067
24.207	NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.	8.620.000		
			250	8.620.000
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	8.620.000		
			250	8.620.000
24.901	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	10.124.957		
			150	228
			180	96.034
			250	9.904.587
			280	124.108
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	9.903.367		
			250	9.903.367
	1600.02.01 JUROS DE EMPRÉSTIMOS	96.034		
			180	96.034
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.148		
			250	1.148
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	12		
			250	12
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	228		
			150	228
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	60		
			250	60
	2300.99.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	124.108		
			280	124.108
25.000	MINISTÉRIO DA FAZENDA	3.221.418.953		
			150	841.424.826
			180	848.297.052
			250	896.087.711
			280	635.609.364
25.101	MINISTÉRIO DA FAZENDA	10.102.874		
			150	10.102.874
	1121.24.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS E SORTEIOS	938.769		
			150	938.769
	1122.12.00 EMOLUMENTOS E TAXAS PROCESSUAIS	9.164.105		
			150	9.164.105
25.201	BANCO CENTRAL DO BRASIL	1.069.107.065		
			250	439.956.717
			280	629.150.348
	1600.02.09 OUTRAS OPERAÇÕES DE AUTORIDADE MONETÁRIA	629.150.348		
			280	629.150.348
	1600.36.00 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL	81.000.000		
			250	81.000.000
	1600.37.00 OPERAÇÕES DE CAMBIO	69.793.973		
			250	69.793.973
	1600.38.00 OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	3.000.000		
			250	3.000.000
	1922.03.00 RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS COMPLEMENTARES	286.162.744		
			250	286.162.744
25.203	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.709.558		
			250	5.709.558
	1311.00.00 ALUGUEIS	3.320		
			250	3.320
	1600.01.06 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA	36.805		
			250	36.805
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	2.482.101		
			250	2.482.101
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	3.187.332		
			250	3.187.332
25.207	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	423.997.108		
			250	423.997.108
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	407.639.960		

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	75.061	250	407.639.960
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	16.203.111	250	75.061
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	78.976	250	16.203.111
25.208	SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS	32.883.344	250	78.976
	1311.00.00 ALUGUEIS	210.789	280	26.424.328
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	3.918.126	250	6.459.016
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIOMIAIS	17.224	280	210.789
	1600.02.03 SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	2.540.890	250	3.918.126
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	177.508	280	17.224
	1730.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	15.918.243	250	2.540.890
	1919.18.00 MULTAS DE ALUGUEIS	366	250	177.508
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	10.084.710	250	15.918.243
	1919.99.00 OUTRAS MULTAS	2.379	250	15.918.243
	1932.99.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS.	13.109	250	366
25.902	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	71.497.759	250	10.084.710
	1122.11.00 TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX	71.497.759	150	2.379
25.903	FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÕES SALARIAIS	1.177.246.545	150	13.109
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	476.130.011	180	71.497.759
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	2.371.423	180	602.797.758
	1600.02.03 SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	95.947.353	180	574.448.787
	1600.35.00 SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS	547.561.303	180	476.130.011
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	55.236.455	150	2.371.423
25.904	FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	9.200.000	150	95.947.353
	1220.99.00 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS	4.600.000	150	547.561.303
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIOMIAIS	4.600.000	150	55.236.455
25.913	FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	13.563.377	150	9.200.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	27.055	150	4.600.000
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	13.469.516	150	4.600.000
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	66.806	150	13.563.377
25.914	FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO - FGE	408.111.323	150	27.055
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	6.866.991	180	13.469.516
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	134.263.058	150	66.806
	2211.00.00 ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIARIOS	266.981.274	180	134.263.058
26.000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.044.728.654	180	266.981.274
			150	134.263.058
			180	273.848.265
			250	6.866.991
			280	134.263.058
26.101	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	640.159	150	134.263.058
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	211.562	150	266.981.274
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	428.597	150	640.159
26.201	COLÉGIO PEDRO II	198.354	150	211.562
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	130.681	250	428.597
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	19.140	250	198.354
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	24.000	250	130.681
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	24.533	250	19.140
26.202	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE ALAGOAS	282.875	250	24.000
	1311.00.00 ALUGUEIS	14.262	250	24.533
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	126.216	250	282.875
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	109.416	250	14.262

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	8.257	250	109.416
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	7.548	250	8.257
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	17.176	250	7.548
26.203	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS	982.300	250	17.176
	1311.00.00 ALUGUEIS	19.804	250	982.300
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	249.996	250	19.804
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	712.500	250	249.996
26.205	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE CAMPOS	207.006	250	712.500
	1311.00.00 ALUGUEIS	71.574	250	207.006
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	49.608	250	71.574
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	73.728	250	49.608
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	12.096	250	73.728
26.206	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ	141.961	250	12.096
	1311.00.00 ALUGUEIS	36.634	250	141.961
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	40.227	250	36.634
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	12.456	250	40.227
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	52.644	250	12.456
26.207	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO	148.899	250	52.644
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	14.964	280	143.172
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	5.727	250	5.727
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	62.208	250	14.964
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	66.000	250	5.727
26.208	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS	118.237	250	62.208
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	53.161	250	66.000
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	65.076	250	53.161
26.210	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO	169.021	250	65.076
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	39.427	280	162.587
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	6.676	250	6.434
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	6.434	250	39.427
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.420	280	6.676
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	46.692	250	6.434
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	66.372	250	3.420
26.211	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO	141.874	250	46.692
	1311.00.00 ALUGUEIS	7.380	250	66.372
	1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	22.016	250	141.874
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	16.584	250	7.380
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	17.076	250	22.016
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	68.550	250	16.584
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	1.100	250	17.076
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	9.168	250	68.550
26.212	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ	85.392	250	1.100
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	85.392	250	9.168
26.213	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA	190.674	250	85.392
	1311.00.00 ALUGUEIS	18.444	250	190.674
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	19.164	250	18.444
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	7.800	250	19.164
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	143.820	250	7.800
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.446	250	143.820
26.214	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS	343.221	250	1.446
			250	343.221

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1311.00.00 ALUGUEIS	52.509		
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	17.616	250	52.509
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	271.572	250	17.616
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.524	250	271.572
26.215	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO	443.728	250	1.524
	1311.00.00 ALUGUEIS	21.746	250	443.728
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	421.824	250	21.746
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	158	250	421.824
26.216	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PIAUÍ	278.928	250	158
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	40.680	250	278.928
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	238.248	250	40.680
26.217	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE QUÍMICA DE NÍPOLIS	149.760	250	238.248
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	24.000	280	144.000
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	5.760	250	5.760
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	120.000	280	24.000
26.218	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE	130.256	250	5.760
	1311.00.00 ALUGUEIS	21.936	250	130.256
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRI MONIAIS	38.324	250	21.936
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	69.996	250	38.324
26.219	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA	7.812	250	69.996
	1311.00.00 ALUGUEIS	7.680	250	7.812
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	132	250	7.680
26.220	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO	640.640	250	132
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	36.004	280	616.000
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	24.640	250	24.640
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	300.000	280	36.004
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	270.000	250	24.640
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	9.996	250	300.000
26.221	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SERGIPE	134.182	250	270.000
	1311.00.00 ALUGUEIS	22.958	250	9.996
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	9.216	250	134.182
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	55.296	250	22.958
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	22.284	250	9.216
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	8.183	250	55.296
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	3.013	250	8.183
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	13.232	250	3.013
26.222	ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RORAIMA	96.900	250	13.232
	1311.00.00 ALUGUEIS	18.900	250	96.900
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	42.996	250	18.900
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	35.004	250	42.996
26.231	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	1.170.326	250	35.004
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.028.396	250	1.170.326
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	120.000	250	1.028.396
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	21.599	250	120.000
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	331	250	21.599
26.232	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	13.402.507	250	331
	1311.00.00 ALUGUEIS	550.454	280	12.887.026
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	515.481	250	515.481
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRI MONIAIS	155.203	280	550.454

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	454	250	155.203
	1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	1.944	250	454
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	4.867	250	1.944
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	19.540	250	4.867
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5.633.832	250	19.540
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	2.238.876	250	5.633.832
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	178.068	250	2.238.876
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	303.760	250	178.068
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	3.715.104	250	303.760
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	84.924	250	3.715.104
26.233	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	4.432.882	250	84.924
	1311.00.00 ALUGUEIS	280.567	280	4.264.218
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	168.664	250	168.664
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	3.248	250	280.567
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	1.542	250	168.664
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	383.784	250	3.248
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	105.337	250	1.542
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	24.165	250	383.784
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	47.628	250	105.337
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.453.772	250	24.165
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	661.284	250	47.628
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	2.874	250	2.453.772
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	87.497	250	661.284
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	212.520	250	2.874
26.234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	2.045.916	250	87.497
	1311.00.00 ALUGUEIS	323.256	280	212.520
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	64.337	250	1.981.579
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	18.673	280	64.337
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	3.752	250	323.256
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	15.070	250	18.673
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	317.604	250	3.752
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	402.000	250	15.070
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	213.924	250	317.604
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	387.300	250	402.000
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	300.000	250	213.924
26.235	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	3.439.063	250	387.300
	1311.00.00 ALUGUEIS	72.336	250	300.000
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	724.500	250	3.439.063
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	260.239	250	72.336
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	706.464	250	724.500
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.675.524	250	260.239
26.236	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	14.295.760	250	706.464
	1311.00.00 ALUGUEIS	429.761	280	1.675.524
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS	4.104	250	13.750.202
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	545.558	280	545.558
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	1.220	250	429.761
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	36.958	250	4.104
			250	1.220
			250	36.958

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1520.21.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	56.884	250	56.884
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	12.568	250	12.568
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIODICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	180.000	250	180.000
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	240.000	250	240.000
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAUDE	23.460	250	23.460
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	9.406.392	250	9.406.392
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.252.248	250	1.252.248
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	63.281	250	63.281
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	500.004	250	500.004
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	85.084	250	85.084
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	906.996	250	906.996
	1922.02.00 RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	74.838	250	74.838
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	470.404	250	470.404
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	6.000	250	6.000
26.237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	4.241.826	250	4.038.599
			280	203.227
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	203.227	280	203.227
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.656.068	250	2.656.068
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	98.028	250	98.028
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	241.559	250	241.559
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.042.944	250	1.042.944
26.238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	41.532.971	250	40.582.409
			280	950.562
	1311.00.00 ALUGUEIS	865.516	250	865.516
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	41.328	250	41.328
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	39.492	250	39.492
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	950.562	280	950.562
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIOMONIAIS	2.922	250	2.922
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	192.667	250	192.667
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIODICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	150.932	250	150.932
	1600.04.00 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	4.418	250	4.418
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	7.656.000	250	7.656.000
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAUDE	8.567	250	8.567
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	10.711	250	10.711
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.925.312	250	2.925.312
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.118.328	250	1.118.328
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	33.371	250	33.371
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.663.500	250	1.663.500
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	248	250	248
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	134.456	250	134.456
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	31.589	250	31.589
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	399.996	250	399.996
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	25.303.056	250	25.303.056
26.239	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	3.776.751	250	3.776.751
	1311.00.00 ALUGUEIS	277.476	250	277.476
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	13.275	250	13.275
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.526.000	250	2.526.000
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	650.004	250	650.004
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	249.996	250	249.996
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	60.000	250	60.000

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
26.240	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	1.112.134		
	1311.00.00 ALUGUEIS	224.118	250	1.112.134
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRI MONIAIS	195	250	224.118
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	36.260	250	195
	1520.21.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	264.313	250	36.260
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPI TALARES	4.236	250	264.313
	1600.13.00 SERVIÇOS ADM NI STRATI VOS	70.188	250	4.236
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	399.996	250	70.188
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	5.904	250	399.996
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	5.778	250	5.904
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	101.146	250	5.778
26.241	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	8.751.818		
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	368.656	250	8.398.633
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	353.185	280	353.185
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRI MONIAIS	916.127	250	368.656
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPI TALARES	4.092.192	250	4.092.192
	1600.13.00 SERVIÇOS ADM NI STRATI VOS	2.321.772	250	2.321.772
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	342.948	250	342.948
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	254.639	250	254.639
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	864	250	864
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	101.435	250	101.435
26.242	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	6.559.176		
	1311.00.00 ALUGUEIS	202.616	250	6.118.438
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	440.738	280	440.738
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	24.002	250	24.002
	1600.13.00 SERVIÇOS ADM NI STRATI VOS	5.389.896	250	5.389.896
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	475.728	250	475.728
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	26.196	250	26.196
26.243	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	11.830.916		
	1311.00.00 ALUGUEIS	13.848	250	9.465.421
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	2.365.495	280	2.365.495
	1600.01.01 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	6.887.116	250	6.887.116
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIODICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	717	250	717
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPI TALARES	1.316.724	250	1.316.724
	1600.13.00 SERVIÇOS ADM NI STRATI VOS	589.164	250	589.164
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	657.852	250	657.852
26.244	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	18.815.312		
	1311.00.00 ALUGUEIS	37.404	250	18.010.378
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	349.224	250	804.934
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	804.708	280	349.224
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	38.653	250	804.708
	1520.21.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	3.082	250	38.653
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	13.170	250	3.082
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIODICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	11.660	250	13.170
	1600.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS	226	280	11.660
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	693	250	226
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	7.816	250	693
	1600.13.00 SERVIÇOS ADM NI STRATI VOS	6.706.416	250	7.816

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
26.245	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.718.652	250	6.706.416
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	5.063	250	1.718.652
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	733.131	250	5.063
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.349.084	250	733.131
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	26.334	250	2.349.084
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	9.996	250	26.334
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	6.000.000	250	9.996
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	9.541.655	250	6.000.000
			280	9.174.668
				366.987
26.246	1311.00.00 ALUGUEIS	450.711	250	450.711
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	793.680	250	793.680
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	366.987	280	366.987
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	35.364	250	35.364
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6.999.996	250	6.999.996
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	108.000	250	108.000
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	6.000	250	6.000
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	698.825	250	698.825
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	82.092	250	82.092
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	10.943.269	250	10.149.632
		280	793.637	
26.247	1311.00.00 ALUGUEIS	999.761	250	999.761
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	793.637	280	793.637
	1600.01.01 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	59.349	250	59.349
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	1.956	250	1.956
	1600.01.06 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA	1.624	250	1.624
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	16.676	250	16.676
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	39.238	250	39.238
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	72.950	250	72.950
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	177.288	250	177.288
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	633.948	250	633.948
26.247	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	579.439	250	579.439
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	581.290	250	581.290
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	6.950.004	250	6.950.004
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.956	250	1.956
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	34.153	250	34.153
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	5.332.852	250	5.006.769
			280	326.083
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	840.936	250	840.936
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	326.083	280	326.083
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	6.281	250	6.281
1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	16.966	250	16.966	
1600.01.01 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	67.690	250	67.690	
1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	10.191	250	10.191	
1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	2.649.996	250	2.649.996	
1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	264.595	250	264.595	
1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	1.410	250	1.410	
1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	600.000	250	600.000	
1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	12.000	250	12.000	
1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	1.428	250	1.428	
1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	1.673	250	1.673	

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR	
26.248	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	484.350	250	484.350	
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	49.253	250	49.253	
	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	500.115	250	480.880	
			280	19.235	
	1311.00.00 ALUGUEIS	194.488	250	194.488	
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	10.224	250	10.224	
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	19.235	280	19.235	
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	117.060	250	117.060	
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	38.400	250	38.400	
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	60.000	250	60.000	
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	48.846	250	48.846	
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	9.833	250	9.833	
	1990.02.00 RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	2.029	250	2.029	
26.249	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	3.547.058	250	3.426.403	
			280	120.655	
	1311.00.00 ALUGUEIS	44.904	250	44.904	
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	28.176	250	28.176	
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	311.784	250	311.784	
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	120.655	280	120.655	
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	45.725	250	45.725	
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	44.764	250	44.764	
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	26.478	250	26.478	
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	65.004	250	65.004	
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	27.516	250	27.516	
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	824.688	250	824.688	
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	464.772	250	464.772	
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	604.416	250	604.416	
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	532.247	250	532.247	
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	75.000	250	75.000	
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	18.849	250	18.849	
	1990.02.00 RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	1.580	250	1.580	
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	310.500	250	310.500	
	26.250	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	648.100	250	648.100
		1311.00.00 ALUGUEIS	18.664	250	18.664
		1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	569.436	250	569.436
		1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	60.000	250	60.000
26.253		FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ	533.277	250	533.277
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	364	250	364	
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	3.759	250	3.759	
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	9.204	250	9.204	
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	283.128	250	283.128	
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	213.000	250	213.000	
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	2.102	250	2.102	
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	21.720	250	21.720	
	26.254	FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO	1.194.153	250	1.141.332
				280	52.821
		1311.00.00 ALUGUEIS	57.531	250	57.531
1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA		52.821	280	52.821	
1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES		498.612	250	498.612	
1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		484.488	250	484.488	
1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS		35.376	250	35.376	
1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES		46.399	250	46.399	

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	6.926		
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	12.000	250	6.926
26.255	FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA	451.728	250	12.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	327.636	250	451.728
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	124.092	250	327.636
26.256	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	1.359.145	250	124.092
	1311.00.00 ALUGUEIS	5.112	250	1.359.145
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	442.344	250	5.112
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	661.500	250	442.344
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	122.532	250	661.500
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	127.657	250	122.532
26.257	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	370.249	250	127.657
	1311.00.00 ALUGUEIS	24.923	250	370.249
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	85.140	250	24.923
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	226.860	250	85.140
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	23.196	250	226.860
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	6.094	250	23.196
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIO	1.114	250	6.094
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	2.922	250	1.114
26.258	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ	7.179.296	250	2.922
	1311.00.00 ALUGUEIS	64.396	280	6.730.088
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	449.208	250	449.208
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	132.122	250	64.396
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	63.566	250	449.208
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.000.000	250	132.122
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	3.450.000	250	63.566
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	20.004	250	3.000.000
26.260	ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS	630.000	250	3.450.000
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	300.000	250	20.004
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	200.004	250	630.000
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	129.996	250	300.000
26.261	ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBÁ	504.679	250	200.004
	1311.00.00 ALUGUEIS	13.313	250	129.996
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	22.152	250	504.679
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	435.216	250	13.313
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	3.998	250	22.152
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	30.000	250	435.216
26.262	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	42.636.537	250	3.998
	1311.00.00 ALUGUEIS	137.301	250	30.000
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	20.650.200	250	42.636.537
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.124.812	250	137.301
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	971.304	250	20.650.200
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	17.746.680	250	3.124.812
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	6.240	250	971.304
26.263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	244.576	250	17.746.680
	1311.00.00 ALUGUEIS	27.792	250	6.240
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	11.251	250	244.576
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	14.054	250	27.792
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	3.026	250	11.251
			250	14.054
				3.026

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	4.756	250	4.756
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	86.736	250	86.736
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	28.992	250	28.992
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	67.969	250	67.969
26.264	ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ	165.921	250	165.921
	1311.00.00 ALUGUEIS	10.848	250	10.848
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	18.265	250	18.265
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	12.474	250	12.474
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	50.748	250	50.748
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	13.502	250	13.502
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	58.584	250	58.584
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.500	250	1.500
26.265	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO	90.921	250	90.921
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	1.149	250	1.149
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5.496	250	5.496
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	84.276	250	84.276
26.268	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	935.004	250	935.004
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	750.000	250	750.000
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	185.004	250	185.004
26.269	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	7.831.595	250	7.529.841
			280	301.754
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	301.754	280	301.754
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	50.001	250	50.001
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.122.500	250	2.122.500
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	207.336	250	207.336
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	50.004	250	50.004
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	5.100.000	250	5.100.000
26.270	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	15.443.852	250	14.696.012
			280	747.840
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	747.840	280	747.840
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	60.536	250	60.536
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	7.152	250	7.152
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	13.257.291	250	13.257.291
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	465.996	250	465.996
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	303.045	250	303.045
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	601.992	250	601.992
26.271	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	136.428.290	250	135.928.290
			280	500.000
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.826.812	250	2.826.812
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	2.444.316	250	2.444.316
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	1.917.240	250	1.917.240
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	500.000	280	500.000
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	996.120	250	996.120
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	4.283.370	250	4.283.370
	1600.01.06 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA	162.323	250	162.323
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	181.829	250	181.829
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	300.000	250	300.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	29.363.724	250	29.363.724
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.320.000	250	1.320.000
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	29.666	250	29.666
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	75.320.004	250	75.320.004

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	532.306	250	75.320.004
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	7.846.536	250	532.306
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	8.404.044	250	7.846.536
26.272	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	11.836.317	250	8.404.044
	1311.00.00 ALUGUEIS	38.607	280	11.354.582
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	481.735	280	481.735
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	3.396	250	3.396
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	1.830.756	250	1.830.756
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.100.236	250	3.100.236
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	5.905.056	250	5.905.056
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	74.625	250	74.625
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	251.136	250	251.136
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	94.022	250	94.022
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	56.748	250	56.748
26.273	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS	2.495.053	250	2.305.276
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	189.777	280	189.777
	1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	13.998	250	13.998
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	849.118	250	849.118
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	361.104	250	361.104
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	83.856	250	83.856
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	997.200	250	997.200
26.274	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	5.790.285	250	4.890.285
	1311.00.00 ALUGUEIS	48.744	280	900.000
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	900.000	280	900.000
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	144	250	144
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	52.434	250	52.434
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	180.120	250	180.120
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	35.586	250	35.586
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	220.200	250	220.200
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	4.215.000	250	4.215.000
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	5.420	250	5.420
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	31.824	250	31.824
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	4.092	250	4.092
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	24.976	250	24.976
	1922.02.00 RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	1.208	250	1.208
	1990.04.00 PRODUTO DE DEPOSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR)	55.237	250	55.237
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	15.300	250	15.300
26.275	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	201.742	250	193.983
	1311.00.00 ALUGUEIS	57.689	280	7.759
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	7.759	250	57.689
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	860	280	860
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	61.380	250	61.380
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	56.568	250	56.568
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	17.486	250	17.486
26.276	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	9.254.728	250	9.254.728
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	984	250	984

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRI MONIAIS	48		
	1520.21.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	11.548	250	48
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	2.970	250	11.548
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIODICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	2.802	250	2.970
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPI TALARES	138.624	250	2.802
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAUDE	105.859	250	138.624
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINI STRATIVOS	3.005.760	250	105.859
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	5.118.996	250	3.005.760
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAI S	5.373	250	5.118.996
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTENCIA TÉCNICA E ANALISE DE PROJETOS	399.996	250	5.373
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	166.388	250	399.996
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	282.120	250	166.388
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	13.260	250	282.120
26.277	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	143.049	250	13.260
	1311.00.00 ALUGUEIS	53.376	250	143.049
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	759	250	53.376
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINI STRATIVOS	66.360	250	759
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	10.344	250	66.360
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.866	250	10.344
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	10.344	250	1.866
26.278	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	3.595.776	250	10.344
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	399.980	280	3.464.400
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	131.376	250	131.376
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	15.937	250	399.980
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	203.781	250	15.937
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	40.387	250	203.781
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPI TALARES	7.836	250	40.387
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	375	250	7.836
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINI STRATIVOS	1.211.676	250	375
	1600.15.00 SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	577	250	1.211.676
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	836.904	250	577
	1600.26.00 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	530.000	250	836.904
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	216.947	250	530.000
26.279	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	2.073.925	250	216.947
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	79.394	280	1.994.531
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINI STRATIVOS	1.907.292	250	79.394
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	57.263	250	1.907.292
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	29.976	250	57.263
26.280	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	1.473.444	250	29.976
	1311.00.00 ALUGUEIS	1.884	280	1.419.849
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	53.595	250	53.595
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRI MONIAIS	54.196	250	1.884
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINI STRATIVOS	1.154.940	250	54.196
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	198.833	250	1.154.940
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	9.996	250	198.833
26.281	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	3.976.308	250	9.996
	1311.00.00 ALUGUEIS	328.956	250	3.976.308
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPI TALARES	282.036	250	328.956
			250	282.036

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.849.472	250	1.849.472
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	192.408	250	192.408
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	139.573	250	139.573
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.129.644	250	1.129.644
	1990.02.00 RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	771	250	771
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	53.448	250	53.448
26.282	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	2.641.793	250	2.544.011
			280	97.782
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS	75.108	250	75.108
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	348	250	348
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	97.782	280	97.782
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	647	250	647
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	2.584	250	2.584
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	11.595	250	11.595
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	3.153	250	3.153
	1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	16.327	250	16.327
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	156	250	156
	1600.04.00 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	21.349	250	21.349
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	912	250	912
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	4.952	250	4.952
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.308.564	250	1.308.564
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	469.572	250	469.572
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	231	250	231
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	509.945	250	509.945
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	33.356	250	33.356
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	85.212	250	85.212
26.283	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	3.165.401	250	3.165.401
	1311.00.00 ALUGUEIS	8.056	250	8.056
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	14.832	250	14.832
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	15.204	250	15.204
	1520.21.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	15.037	250	15.037
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.052.236	250	3.052.236
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	50.604	250	50.604
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	9.432	250	9.432
26.284	FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE	244.857	250	235.440
			280	9.417
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	118.548	250	118.548
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	9.417	280	9.417
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	106.152	250	106.152
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	10.740	250	10.740
26.285	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI	168.211	250	155.541
			280	12.670
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	54.996	250	54.996
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	12.670	280	12.670
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	6.182	250	6.182
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	38.052	250	38.052
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	20.004	250	20.004
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	28.303	250	28.303
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	8.004	250	8.004
26.286	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	1.017.227	250	952.264
			280	64.963
	1311.00.00 ALUGUEIS	10.432	250	10.432
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	64.963		

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	255.696	280	64.963
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	684.132	250	255.696
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	2.004	250	684.132
26.290	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS	16.487.400	250	2.004
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	16.247.400	250	16.487.400
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	240.000	250	16.247.400
26.291	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR	10.437.084	250	240.000
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	401.426	280	10.035.658
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	1.470.972	250	401.426
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.198.307	250	1.470.972
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIO	5.882.560	250	1.198.307
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.483.819	250	5.882.560
26.292	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	3.419.985	250	1.483.819
	1311.00.00 ALUGUEIS	63.480	250	3.419.985
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	13.297	250	63.480
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	63.864	250	13.297
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.282.344	250	63.864
	1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	608.408	250	1.282.344
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	922.500	250	608.408
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	462.996	250	922.500
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	96	250	462.996
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	3.000	250	96
26.294	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	20.603.164	250	3.000
	1311.00.00 ALUGUEIS	1.173.996	280	19.804.655
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	798.509	280	798.509
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	17.032.248	250	17.032.248
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	278.148	250	278.148
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	231.521	250	231.521
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	1.063.566	250	1.063.566
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	25.176	250	25.176
26.298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	112.819.519	250	112.819.519
	1210.31.00 CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL	34.835.449	250	34.835.449
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	77.984.070	250	77.984.070
26.301	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA	469.470	250	469.470
	1311.00.00 ALUGUEIS	61.815	280	451.413
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	18.057	280	18.057
	1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	12	250	12
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	205.944	250	205.944
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	169.296	250	169.296
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	13.632	250	13.632
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	714	250	714
26.302	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE - ES	315.376	250	315.376
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	15.028	250	15.028
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	88.370	250	88.370
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	130.680	250	130.680
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.404	250	1.404
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	5.004	250	5.004
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	74.890	250	5.004

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
26.303	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRETE - RS	336.412	250	74.890
	1311.00.00 ALUGUEIS	1.564	250	336.412
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	12.000	250	1.564
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	732	250	12.000
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	24.000	250	732
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	188.400	250	24.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	12.696	250	188.400
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	97.020	250	12.696
26.304	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ARAGUATINS - TO	277.135	250	97.020
	1311.00.00 ALUGUEIS	1.512	250	277.135
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	372	250	1.512
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	20.960	250	372
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	104.322	250	20.960
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	54.140	250	104.322
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4.992	250	54.140
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	89.100	250	4.992
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	1.737	250	89.100
26.305	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BAMBUI - MG	916.761	250	1.737
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	42.121	250	916.761
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	5.356	250	42.121
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	288.479	250	5.356
	1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	11.442	250	288.479
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	377.423	250	11.442
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	48.096	250	377.423
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	143.844	250	48.096
26.306	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARBACENA - MG	189.548	250	143.844
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	10.836	250	189.548
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	10.106	250	10.836
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	103.458	250	10.106
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.944	250	103.458
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	51.372	250	1.944
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	11.832	250	51.372
26.307	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - PE	45.608	250	11.832
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	6.506	250	45.608
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	879	250	6.506
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.831	250	879
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	848	250	1.831
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	912	250	848
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	34.632	250	912
26.308	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BELO JARDIM - PE	147.744	250	34.632
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	2.244	250	147.744
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	504	250	2.244
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	144.996	250	504
26.309	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL PRESIDENTE JUSCELI NO KUBITSCHEK - RS	446.941	250	144.996
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	2.662	250	446.941
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	156	250	2.662
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	7.894	250	156
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	232.260	250	7.894
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	114.660	250	232.260
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	11.700	250	114.660
			250	11.700

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
26.310	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	77.609	250	77.609
	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CÁCERES - MT	92.846	250	92.846
	1311.00.00 ALUGUEIS	516	250	516
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	4.800	250	4.800
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	9.942	250	9.942
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	21.044	250	21.044
26.311	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	56.544	250	56.544
	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL - PA	121.302	250	121.302
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	14.964	250	14.964
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	19.580	250	19.580
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	76.750	250	76.750
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.504	250	3.504
26.312	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	6.504	250	6.504
	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CATU - BA	69.287	250	69.287
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	2.340	250	2.340
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	3.002	250	3.002
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	54.115	250	54.115
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	998	250	998
26.313	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.852	250	3.852
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	4.980	250	4.980
	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLATINA - ES	179.083	250	173.001
			280	6.082
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	6.082	280	6.082
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	11.808	250	11.808
26.314	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	89.880	250	89.880
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	51.015	250	51.015
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	4.062	250	4.062
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	9.123	250	9.123
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	3.444	250	3.444
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	3.669	250	3.669
26.315	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CONCÓRDIA - SC	346.226	250	346.226
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	8.773	250	8.773
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	6.970	250	6.970
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	106.275	250	106.275
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	8.532	250	8.532
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	13.452	250	13.452
26.316	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	197.808	250	197.808
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	4.416	250	4.416
	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CRATO - CE	90.182	250	90.182
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	27.355	250	27.355
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	2.240	250	2.240
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	36	250	36
26.316	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	551	250	551
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	60.000	250	60.000
	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CUIABÁ - MT	172.729	250	172.729
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	2.668	250	2.668
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	56.000	250	56.000
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	18.000	250	18.000
26.316	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	7.500	250	7.500
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6.396	250	6.396
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	78.000	250	78.000

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	165	250	78.000
	1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	906	250	165
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	3.094	250	906
26.317	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUATU - CE	108.069	250	3.094
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	5.143	250	108.069
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	61.610	250	5.143
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	660	250	61.610
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.256	250	660
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	38.400	250	2.256
26.318	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES - MG	228.249	250	38.400
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	1.996	250	228.249
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	19.908	250	1.996
	1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	288	250	19.908
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	11.930	250	288
	1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	48.931	250	11.930
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	16.489	250	48.931
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	15.859	250	16.489
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	112.848	250	15.859
26.319	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE JANUÁRIA - MG	285.557	250	112.848
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	13.251	250	285.557
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	6.362	250	13.251
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	124.960	250	6.362
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	75.752	250	124.960
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	7.500	250	75.752
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	54.396	250	7.500
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	3.336	250	54.396
26.320	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MACHADO - MG	263.459	250	3.336
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	7.235	250	263.459
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	35.050	250	7.235
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	121.215	250	35.050
	1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	13.579	250	121.215
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	48.177	250	13.579
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.776	250	48.177
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	35.091	250	1.776
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	832	250	35.091
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	504	250	832
26.321	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS - AM	312.985	250	504
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	2.124	280	312.985
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	14.987	250	297.998
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	2.410	280	14.987
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	14.610	250	2.410
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	3.334	250	14.610
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	62.064	250	3.334
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	213.456	250	62.064
26.322	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO - MG	605.289	250	213.456
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	6.967	250	605.289
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	65.000	250	6.967
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	270.110	250	65.000
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	190.000	250	270.110
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6.204	250	190.000

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	65.004	250	6.204
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	2.004	250	65.004
26.323	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PETROLINA	2.077.985	250	2.004
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	1.692	250	2.077.985
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	5.321	250	1.692
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	25.968	250	5.321
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	2.045.004	250	25.968
26.324	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG	344.543	250	2.045.004
	1311.00.00 ALUGUEIS	8.970	250	344.543
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	4.536	250	8.970
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	9.178	250	4.536
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	138.199	250	9.178
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	73.485	250	138.199
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	9.732	250	73.485
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	99.996	250	9.732
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	447	250	99.996
26.325	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO VERDE - GO	199.067	250	447
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	11.484	250	199.067
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	22.258	250	11.484
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	88.189	250	22.258
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	7.536	250	88.189
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	69.600	250	7.536
26.326	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SALINAS - MG	258.870	250	69.600
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	9.619	250	258.870
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	114.483	250	9.619
	1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	1.333	250	114.483
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	43.369	250	1.333
	1600.04.00 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	25.000	250	43.369
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.150	250	25.000
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	60.000	250	2.150
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	1.612	250	60.000
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	1.304	250	1.612
26.327	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA TERESA- ES	44.483	250	1.304
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.185	280	44.483
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	2.881	250	1.185
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	18.204	250	2.881
	1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	155	250	18.204
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4.944	250	155
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	6.768	250	4.944
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	3.000	250	6.768
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	7.346	250	3.000
26.328	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO - SE	44.938	250	7.346
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	3.108	250	44.938
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRI MONIAIS	4.338	250	3.108
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	8.248	250	4.338
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.248	250	8.248
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	27.996	250	1.248
26.329	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA - MG	256.318	250	27.996
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	20.688	250	256.318
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	13.561	250	20.688

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	115.775	250	13.561
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	69.241	250	115.775
	1600.01.03 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	26.649	250	69.241
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	10.404	250	26.649
26.330	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO LUÍS - MA	40.738	250	10.404
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	2.738	250	40.738
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	214	250	2.738
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	19.282	250	214
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	10.848	250	19.282
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	7.656	250	10.848
26.331	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO VICENTE DO SUL - RS	411.376	250	7.656
	1311.00.00 ALUGUEIS	3.444	250	411.376
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	7.332	250	3.444
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	49.177	250	7.332
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	17.586	250	49.177
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	198.273	250	17.586
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.384	250	198.273
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	4.512	250	3.384
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	7.540	250	4.512
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	120.128	250	7.540
26.332	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SATUBA - AL	90.679	250	120.128
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.076	250	90.679
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	8.700	250	2.076
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	383	250	8.700
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	23.497	250	383
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	2.335	250	23.497
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3.684	250	2.335
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	50.004	250	3.684
26.333	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO - RS	279.614	250	50.004
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	19.245	250	279.614
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	4.625	250	19.245
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	55.954	250	4.625
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	23.582	250	55.954
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6.312	250	23.582
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	161.544	250	6.312
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	3.619	250	161.544
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	4.733	250	3.619
26.334	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA - PB	36.411	250	4.733
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4.143	250	36.411
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	32.268	250	4.143
26.335	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERABA - MG	454.132	250	32.268
	1311.00.00 ALUGUEIS	1.508	250	454.132
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	150.000	250	1.508
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	150.000	250	150.000
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	50.000	250	150.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	12.996	250	50.000
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	60.000	250	12.996
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	3.928	250	60.000
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	25.700	250	3.928
26.336	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERLÂNDIA - MG	327.831	250	25.700
			250	327.831

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	5.162	250	5.162
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	35.293	250	35.293
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	144.465	250	144.465
	1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	3.715	250	3.715
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	288	250	288
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	10.080	250	10.080
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	108.516	250	108.516
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	20.312	250	20.312
26.337	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ - GO	208.512	250	208.512
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	14.194	250	14.194
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	16.226	250	16.226
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	41.917	250	41.917
	1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	33.263	250	33.263
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	32.976	250	32.976
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	37.536	250	37.536
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	32.400	250	32.400
26.338	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE	34.896	250	34.896
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	10.896	250	10.896
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	12.000	250	12.000
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	12.000	250	12.000
26.339	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM	36.595	250	36.595
	1311.00.00 ALUGUEIS	19.116	250	19.116
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	1.372	250	1.372
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	7.935	250	7.935
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.268	250	2.268
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	5.904	250	5.904
26.340	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIÓ - SC	68.272	250	68.272
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	2.504	250	2.504
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	6.000	250	6.000
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	10.000	250	10.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5.496	250	5.496
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	9.000	250	9.000
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	25.600	250	25.600
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	9.672	250	9.672
26.341	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CERES - GO	332.198	250	332.198
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.160	250	2.160
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	5.580	250	5.580
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	467	250	467
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	256.127	250	256.127
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	9.300	250	9.300
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	23.064	250	23.064
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	26.494	250	26.494
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	9.006	250	9.006
26.342	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE - RO	162.478	250	162.478
	1311.00.00 ALUGUEIS	22.790	250	22.790
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	588	250	588
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	9.643	250	9.643
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	32.504	250	32.504
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	6.672	250	6.672
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	90.281	250	90.281
26.343	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CODÓ - MA	11.573	250	11.573

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.189	250	11.573
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	342	250	2.189
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.362	250	342
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	756	250	1.362
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	6.924	250	756
26.344	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA - BA	179.977	250	6.924
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	12.311	250	179.977
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	1.932	250	12.311
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	6.862	250	1.932
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	61.264	250	6.862
	1520.26.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	49.213	250	61.264
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.104	250	49.213
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	34.740	250	1.104
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	6.093	250	34.740
	1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	2.020	250	6.093
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	4.438	250	2.020
26.345	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC	221.147	250	4.438
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	4.320	250	221.147
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	12.575	250	4.320
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	71.914	250	12.575
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6.504	250	71.914
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	110.400	250	6.504
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	15.434	250	110.400
26.346	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS - BA	44.736	250	15.434
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	1.684	280	43.052
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	32.468	250	1.684
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6.230	250	32.468
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	4.354	250	6.230
26.347	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DO SENHOR DO BOMFIM - BA	151.187	250	4.354
	1311.00.00 ALUGUEIS	22.868	280	145.372
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	5.815	250	5.815
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	106.541	250	106.541
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	9.420	250	9.420
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	5.796	250	5.796
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	747	250	747
26.907	FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR	433.092.763	180	433.092.763
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	32.000.000	180	32.000.000
	2211.00.00 ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIARIOS	401.092.763	180	401.092.763
28.000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	1.013.572.231	150	5.492.579
			250	442.485.570
			280	565.594.082
28.101	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	5.492.579	150	5.492.579
	1600.24.00 SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMERCIO	5.491.967	150	5.491.967
	1919.12.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE REGISTRO DO COMERCIO	612	150	612
28.202	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO	122.787.413	250	122.438.236
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	413.927	280	349.177
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	8.865	250	413.927
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	9.693	280	8.865
	1600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	101.033.517	250	9.693
			250	101.033.517

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.11.02 METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL	914.887	250	914.887
	1600.11.03 METROLOGIA LEGAL	2.181.097	250	2.181.097
	1600.11.04 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	7.525.531	250	7.525.531
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	46.645	250	46.645
	1919.01.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE METROLOGIA	8.200.068	250	8.200.068
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	16.219	250	16.219
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.188.519	250	1.188.519
	1932.99.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS.	908.961	250	908.961
	2590.00.00 OUTRAS RECEITAS	339.484	280	339.484
28.203	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI	81.031.938	250	77.702.296
			280	3.329.642
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	49.806	250	49.806
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	3.021.329	280	3.021.329
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	639.640	250	639.640
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	2.534.628	250	2.534.628
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	171.271	250	171.271
	1600.23.01 SERVIÇOS DE PATENTES	25.653.144	250	25.653.144
	1600.23.02 SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS	43.185.916	250	43.185.916
	1600.23.03 SERVIÇOS DE REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	3.575.029	250	3.575.029
	1600.23.04 SERVIÇOS DE REGISTRO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	843.375	250	843.375
	1600.23.05 SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR	933.737	250	933.737
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	36.192	250	36.192
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	79.558	250	79.558
	2300.80.01 AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	308.313	280	308.313
28.233	SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA	172.900.198	250	172.900.198
	1311.00.00 ALUGUEIS	240.115	250	240.115
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIOMIAIS	14.392.869	250	14.392.869
	1600.32.00 SERVIÇOS DE INTERNAMENTO DE MERCADORIAS	158.192.039	250	158.192.039
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	36.844	250	36.844
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	38.331	250	38.331
28.903	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	561.072.704	250	69.444.840
			280	491.627.864
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	56.132.113	280	56.132.113
	1322.00.00 DIVIDENDOS	69.444.840	250	69.444.840
	1600.02.01 JUROS DE EMPRÉSTIMOS	115.037.124	280	115.037.124
	2300.99.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	320.458.627	280	320.458.627
28.904	FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE - FGPC	70.287.399	280	70.287.399
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	28.541.904	280	28.541.904
	1600.02.99 OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	41.745.495	280	41.745.495
30.000	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	429.138.045	150	428.555.913
			250	582.132
30.101	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	72.303.208	150	72.303.208
	1122.12.00 EMOLUMENTOS E TAXAS PROCESSUAIS	10.200.000	150	10.200.000
	1990.16.00 RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO - DPVAT - SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO	62.103.208	150	62.103.208
30.107	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	129.182.390	150	129.182.390
	1919.15.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	129.182.390	150	129.182.390
30.202	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO	582.132	250	582.132
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	1.266	250	1.266
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4.625	250	4.625
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	5.868	250	5.868
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	215.727	250	215.727

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	7.180		
	1990.02.00 RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	1.794	250	7.180
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	345.672	250	1.794
30.211	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA	10.545.000	250	345.672
	1122.12.00 EMOLUMENTOS E TAXAS PROCESSUAIS	10.200.000	150	10.545.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	345.000	150	10.200.000
30.905	FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	8.335.744	150	345.000
	1919.26.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	8.103.496	150	8.335.744
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	232.248	150	8.103.496
30.907	FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL	5.739.708	150	232.248
	1919.99.00 OUTRAS MULTAS	4.631.376	150	5.739.708
	1932.99.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS.	5.016	150	4.631.376
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	1.103.316	150	5.016
30.908	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA	141.864	150	1.103.316
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	141.864	150	141.864
30.909	FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIM DA POLÍCIA FEDERAL	119.420.390	150	141.864
	1121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	45.965.225	150	119.420.390
	1121.05.00 TAXAS DE MIGRAÇÃO	73.454.757	150	45.965.225
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	408	150	73.454.757
30.910	FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO	82.887.609	150	408
	1600.01.06 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMATICA	5.020.443	150	82.887.609
	1600.11.04 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.605.037	150	5.020.443
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	29.119	150	1.605.037
	1919.15.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	76.233.010	150	29.119
32.000	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	239.208.587	150	76.233.010
			250	175.785.311
32.202	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM	15.163.031	250	63.423.276
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	15.163.031	250	15.163.031
32.263	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM	21.179.052	250	15.163.031
	1121.01.00 EMOLUMENTOS E TAXAS DE MINERAÇÃO	20.882.433	250	21.179.052
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.596	250	20.882.433
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	295.023	250	1.596
32.265	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP	27.944.654	250	295.023
			150	863.461
	1600.25.00 SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	27.081.193	250	27.081.193
	1919.13.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	863.461	250	27.081.193
32.266	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL	174.921.850	150	863.461
	1121.16.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	152.801.676	150	174.921.850
	1990.18.00 RECEITA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO	22.120.174	150	152.801.676
33.000	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	146.441.124	150	22.120.174
			250	29.648.712
33.201	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	116.792.412	250	116.792.412
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	116.789.808	250	116.792.412
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	2.604	250	116.789.808
33.903	FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.048	150	2.604
	1311.00.00 ALUGUEIS	75.048	150	75.048
33.904	FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	29.573.664	150	75.048
	1311.00.00 ALUGUEIS	3.262.764	150	29.573.664
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	186.228	150	3.262.764
	1322.00.00 DIVIDENDOS	199.998	150	186.228
			150	199.998

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	6.499.998	150	6.499.998
	1919.18.00 MULTAS DE ALUGUEIS	55.848	150	55.848
	1919.25.00 MULTAS DE TAXAS DE OCUPAÇÃO	1.908	150	1.908
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	3.420.960	150	3.420.960
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	449.832	150	449.832
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	2.551.296	150	2.551.296
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	118.608	150	118.608
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	12.826.224	150	12.826.224
34.000	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	1.050.000	150	1.050.000
34.101	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	500.000	150	500.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	500.000	150	500.000
34.102	MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	190.000	150	190.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	190.000	150	190.000
34.104	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	360.000	150	360.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	360.000	150	360.000
35.000	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	80.969.490	150	80.871.345
			250	98.145
35.101	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	80.871.345	150	80.871.345
	1122.01.00 EMOLUMENTOS CONSULARES	80.871.345	150	80.871.345
35.201	FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO	98.145	250	98.145
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	98.145	250	98.145
36.000	MINISTÉRIO DA SAÚDE	768.366.213	150	702.851.703
			250	54.451.416
			280	11.063.094
36.201	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	42.341.252	250	42.341.252
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	106.512	250	106.512
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	115.356	250	115.356
	1520.20.00 RECEITA DA INDÚSTRIA QUÍMICA	78.780	250	78.780
	1520.21.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	39.000.000	250	39.000.000
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	153.525	250	153.525
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	1.952.840	250	1.952.840
	1600.11.05 INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	3.350	250	3.350
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	120.878	250	120.878
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	203.428	250	203.428
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	30.264	250	30.264
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	3.487	250	3.487
	1600.23.03 SERVIÇOS DE REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	3.360	250	3.360
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	5.232	250	5.232
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	222.084	250	222.084
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	278.268	250	278.268
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	47.760	250	47.760
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	16.128	250	16.128
36.211	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	12.110.164	250	12.110.164
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	15.558	250	15.558
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	61.260	250	61.260
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	12.562	250	12.562
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	10.368	250	10.368
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	91.512	250	91.512
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	6.295.848	250	6.295.848
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	5.237.736	250	5.237.736
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	385.320	250	385.320

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
36.212	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVS	106.709.052		
	1121.17.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	95.779.296	150 280	99.980.844 6.728.208
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	6.728.208	150	95.779.296
	1919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	2.161.740	280	6.728.208
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	2.039.808	150	2.161.740
36.213	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	49.755.526		
	1121.20.00 TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	45.420.640	150 280	45.420.640 4.334.886
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	4.334.886	150	45.420.640
			280	4.334.886
36.901	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	557.450.219		
	1600.01.01 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	34.579	150	557.450.219
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	227.436	150	34.579
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	1.761.642	150	227.436
	1922.05.00 RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	1.059.312	150	1.761.642
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.755.285	150	1.059.312
	1990.16.00 RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO - DPVAT - SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO	552.610.957	150	1.755.285
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	1.008	150	552.610.957
38.000	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	1.109.090.105		
			150 180 250	158.551.412 950.350.740 187.953
38.201	FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	187.953		
	1311.00.00 ALUGUEIS	19.404	250	187.953
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	80.913	250	19.404
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.980	250	80.913
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	21.696	250	1.980
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	63.960	250	21.696
38.901	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	1.108.902.152		
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	225.722.844	150 180	158.551.412 950.350.740
	1326.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	277.521.804	180	225.722.844
	1327.00.00 REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	5.603.424	180	277.521.804
	1600.02.06 REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	441.502.668	180	5.603.424
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	1.326	150	441.502.668
	1919.14.00 MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	396.612	150	1.326
	1919.16.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL	2.303.652	150	396.612
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	126.188	150	2.303.652
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	16.157.109	150	126.188
	1922.02.00 RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	139.531.809	150	16.157.109
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	34.716	150	139.531.809
39.000	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	389.207.685		
			150 180 250 280	269.668 113.646.418 270.237.983 5.053.616
39.101	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	921.533		
	2300.80.01 AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS	921.533	180	921.533
39.202	COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO S.A.	878.118		
	1311.00.00 ALUGUEIS	122.663	250	878.118
	1600.03.03 SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	737.653	250	122.663
	1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	17.802	250	737.653
39.205	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A.	21.236.209		
			250 280	20.655.910 580.299

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1311.00.00 ALUGUEIS	505.940	250	505.940
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	21.887	250	21.887
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	580.299	280	580.299
	1600.03.02 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	19.826.306	250	19.826.306
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	15.913	250	15.913
	1919.18.00 MULTAS DE ALUGUEIS	1.205	250	1.205
	1919.19.00 MULTAS DE ARRENDAMENTOS	72	250	72
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	144	250	144
	1922.02.00 RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	156	250	156
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	186.146	250	186.146
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	98.141	250	98.141
39.207	VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.	668.641	250	668.641
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	40.381	250	40.381
	1600.03.02 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	627.768	250	627.768
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	492	250	492
39.208	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	41.758.844	250	37.285.527
			280	4.473.317
	1311.00.00 ALUGUEIS	871.479	250	871.479
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	1.413	250	1.413
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	1.545.853	280	1.545.853
	1323.00.00 PARTICIPAÇÕES	1.345	250	1.345
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	2.927.464	280	2.927.464
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	996	250	996
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	450.722	250	450.722
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	544	250	544
	1600.03.02 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	33.066.879	250	33.066.879
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	32.627	250	32.627
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	8.433	250	8.433
	1919.18.00 MULTAS DE ALUGUEIS	2.874	250	2.874
	1919.99.00 OUTRAS MULTAS	12.646	250	12.646
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	2.834.259	250	2.834.259
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	1.310	250	1.310
39.250	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	15.004.653	250	15.004.653
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	11.701.006	250	11.701.006
	1919.28.00 MULTAS DECORRENTES DA OPERAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS E CARGAS	2.930.249	250	2.930.249
	1919.29.00 MULTAS PREVISTAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO SOBRE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	373.398	250	373.398
39.252	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNI T	195.745.134	250	195.745.134
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.287.355	250	2.287.355
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	57.729.837	250	57.729.837
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5.550.416	250	5.550.416
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	37.751	250	37.751
	1919.15.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	114.892.695	250	114.892.695
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.164	250	1.164
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	15.245.916	250	15.245.916
39.901	FUNDO DA MARINHA MERCANTE	112.994.553	150	269.668
			180	112.724.885
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	16.153.786	180	16.153.786
	1600.02.01 JUROS DE EMPRÉSTIMOS	33.134.253	180	33.134.253
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	269.668	150	269.668
	2300.99.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	63.436.846	180	63.436.846

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
41.000	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	886.612.001		
			150	727.148.280
			250	1.015.055
			280	158.448.666
41.231	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL	886.612.001		
			150	727.148.280
			250	1.015.055
			280	158.448.666
	1121.02.00 TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	727.106.065	150	727.106.065
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	158.448.666	280	158.448.666
	1600.11.04 CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	500.000	250	500.000
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	500.641	250	500.641
	1600.34.00 SERVIÇOS DE REGULAMENTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, NO REGIME PRIVADO	14.414	250	14.414
	1911.31.00 MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	42.215	150	42.215
42.000	MINISTÉRIO DA CULTURA	4.883.233		
			150	1.185.588
			250	3.697.645
42.201	FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	16.848		
			250	16.848
	1311.00.00 ALUGUEIS	5.532	250	5.532
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	8.892	250	8.892
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.352	250	2.352
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	72	250	72
42.202	FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	605.818		
			250	605.818
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	1.944	250	1.944
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	29.102	250	29.102
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	557.504	250	557.504
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	17.268	250	17.268
42.204	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	2.165.803		
			250	2.165.803
	1311.00.00 ALUGUEIS	272.952	250	272.952
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	146.069	250	146.069
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	7.588	250	7.588
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	1.730.374	250	1.730.374
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	8.820	250	8.820
42.205	FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	909.176		
			250	909.176
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS	7.596	250	7.596
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	47.980	250	47.980
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	17.112	250	17.112
	1990.06.00 RECEITA DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PELA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA	800.344	250	800.344
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	36.144	250	36.144
42.902	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.185.588		
			150	1.185.588
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	1.185.588	150	1.185.588
44.000	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	111.900.626		
			150	48.954.199
			250	62.946.427
44.101	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	954.199		
			150	954.199
	1311.00.00 ALUGUEIS	130.329	150	130.329
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	37.332	150	37.332
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	2.261	150	2.261
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	784.277	150	784.277
44.201	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	109.933.983		
			150	48.000.000
			250	61.933.983
	1121.21.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	48.000.000	150	48.000.000
	1311.00.00 ALUGUEIS	1.135.391	250	1.135.391
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	11.520	250	11.520

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	6.469	250	6.469
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	4.540.815	250	4.540.815
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	32.667.657	250	32.667.657
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	266.880	250	266.880
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	9.240.938	250	9.240.938
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	5.841.654	250	5.841.654
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.693.131	250	1.693.131
	1919.35.00 MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	4.633.647	250	4.633.647
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	270	250	270
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	554.006	250	554.006
	1932.99.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS.	459.641	250	459.641
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	832.476	250	832.476
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	49.488	250	49.488
44.202	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA	213.377	250	213.377
	1311.00.00 ALUGUEIS	5.508	250	5.508
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	207.869	250	207.869
44.901	FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	799.067	250	799.067
	1919.35.00 MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	799.067	250	799.067
47.000	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	30.684.025	150 250 280	22.127.864 7.256.067 1.300.094
47.101	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	22.127.864	150	22.127.864
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	630.136	150	630.136
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	18.537.060	150	18.537.060
	1600.29.00 SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES	2.960.668	150	2.960.668
47.204	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	452.664	250	452.664
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	56.758	250	56.758
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	49.341	250	49.341
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	42.792	250	42.792
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	48	250	48
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	36	250	36
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	303.689	250	303.689
47.205	FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	6.359.543	250 280	5.059.449 1.300.094
	1311.00.00 ALUGUEIS	2.014	250	2.014
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	1.300.094	280	1.300.094
	1322.00.00 DIVIDENDOS	41.040	250	41.040
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	1.035.433	250	1.035.433
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	961	250	961
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6.982	250	6.982
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	14.143	250	14.143
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	3.117.000	250	3.117.000
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	156	250	156
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	208	250	208
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	673.236	250	673.236
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	160.926	250	160.926
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	7.350	250	7.350
47.210	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.743.954	250	1.743.954
	1311.00.00 ALUGUEIS	85.820	250	85.820
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	20.049	250	20.049
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	1.236	250	1.236

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	22.855		
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	49.230	250	22.855
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.170.358	250	49.230
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	390.096	250	1.170.358
	1919.18.00 MULTAS DE ALUGUEIS	481	250	390.096
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	3.829	250	481
49.000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	278.747.365		3.829
			150	210.258
			180	25.671.200
			250	252.846.588
			280	19.319
49.201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	253.076.165		
			150	210.258
			250	252.846.588
			280	19.319
	1122.21.00 TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS - INCRA	3.607.312	250	3.607.312
	1210.32.01 CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL	47.264.586	250	47.264.586
	1210.32.03 ADICIONAL A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	189.058.353	250	189.058.353
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	24.700	250	24.700
	1600.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS	19.319	280	19.319
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	43.001	250	43.001
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	11.017.880	250	11.017.880
	2221.00.00 ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	210.258	150	210.258
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	1.830.756	250	1.830.756
49.901	FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA	25.671.200	180	25.671.200
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	25.671.200	180	25.671.200
51.000	MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO	12.098.984		
			250	572.050
			280	11.526.934
51.201	EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	725.303		
			250	572.050
			280	153.253
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	153.253	280	153.253
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	427.638	250	427.638
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	21.924	250	21.924
	1600.20.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	56.568	250	56.568
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	26.953	250	26.953
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	38.967	250	38.967
51.901	FUNDO GERAL DE TURISMO - FUNGETUR	11.373.681	280	11.373.681
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	3.421.043	280	3.421.043
	1600.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS	1.816.750	280	1.816.750
	2300.80.02 AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS	6.135.888	280	6.135.888
52.000	MINISTÉRIO DA DEFESA	1.736.868.337		
			150	80.606.851
			180	9.145.192
			250	1.235.906.911
			280	411.209.383
52.211	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	513.915	250	513.915
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	513.915	250	513.915
52.222	FUNDAÇÃO OSÓRIO	1.672.511	250	1.672.511
	1210.99.00 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	354.808	250	354.808
	1311.00.00 ALUGUEIS	121.116	250	121.116
	1322.00.00 DIVIDENDOS	60	250	60
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	1.189.399	250	1.189.399
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	7.128	250	7.128
52.901	FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	8.575.890		
			250	5.303.064
			280	3.272.826
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	462.153	250	462.153
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	242.826	280	242.826
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	3.030.000	280	3.030.000

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	135.200		
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	4.008.000	250	135.200
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	6.943	250	4.008.000
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	690.768	250	6.943
52.902	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	16.972.702	250	690.768
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	476.866	150	16.972.702
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	15.000.000	150	476.866
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.494.708	150	15.000.000
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.128	150	1.494.708
52.903	FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5.427.623	150	1.128
	1122.15.00 TAXA MILITAR	2.416.464	180	4.824.636
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	2.748	180	602.987
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	600.239	180	2.416.464
	1919.08.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVIÇO MILITAR	2.408.172	180	600.239
52.911	FUNDO AERONÁUTICO	858.542.540	150	2.408.172
	1210.07.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAUDE	15.999.996	280	858.542.540
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	9.649.324	250	674.781.544
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	5.527.710	250	183.760.996
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	140.702.306	250	15.999.996
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	703.074	280	9.649.324
	1600.03.04 SERVIÇOS DE TRANSPORTE AEREO	2.101.009	250	5.527.710
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	4.600.000	250	140.702.306
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	3.000.000	250	703.074
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	12.650.268	250	2.101.009
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	954.800	250	4.600.000
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	7.356	250	3.000.000
	1600.31.02 ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	181.203.407	250	954.800
	1600.33.00 TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS A NAVEGAÇÃO AEREA EM ROTA	413.449.106	250	7.356
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	514	250	181.203.407
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	573.396	250	413.449.106
	1919.19.00 MULTAS DE ARRENDAMENTOS	42.168	250	514
	1919.25.00 MULTAS DE TAXAS DE OCUPAÇÃO	119.424	250	573.396
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	21.999.996	250	42.168
	2211.00.00 ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	43.058.690	280	119.424
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	2.199.996	250	21.999.996
52.912	FUNDO AEROVIÁRIO	43.537.833	150	43.058.690
	1210.05.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROVIÁRIO	29.242.920	180	2.199.996
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	8.542.205	180	29.242.920
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	5.004.256	150	8.542.205
	1919.30.00 MULTAS PREVISTAS NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA	748.452	150	5.004.256
52.921	FUNDO DO EXERCÍTO	373.781.403	150	748.452
	1121.13.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCÍTO	2.235.451	280	373.781.403
	1210.07.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAUDE	222.438.048	150	2.235.451
	1311.00.00 ALUGUEIS	1.743.046	250	222.438.048
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	3.031.159	250	1.743.046
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	16.520.042	250	3.031.159
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	18.471.720	250	16.520.042
			250	18.471.720

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	20.875.154		
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	1.155.985	280	20.875.154
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	2.786.674	250	1.155.985
	1600.03.01 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	33.127	250	2.786.674
	1600.03.03 SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	10.580	250	33.127
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	3.409.031	250	10.580
	1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.816.553	250	3.409.031
	1600.12.00 SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	101.858	250	3.816.553
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4.580.625	250	101.858
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	10.380.476	250	4.580.625
	1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	4.120	250	10.380.476
	1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	1.194.420	250	4.120
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	2.051.230	250	1.194.420
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	14.009.880	250	2.051.230
	1911.32.00 MULTA E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXERCÍTO	9.948	150	14.009.880
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	3.639.996	250	9.948
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	7.783.020	250	3.639.996
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	4.185.972	250	7.783.020
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	4.800.000	250	4.185.972
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	24.513.288	250	4.800.000
52.931	FUNDO NAVAL	400.586.254	250	24.513.288
			280	202.318.570
	1210.07.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE	51.999.996	250	198.267.684
	1220.99.00 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	15.999.996	250	51.999.996
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	2.064.978	250	15.999.996
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	3.000.000	250	2.064.978
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	1.180.392	280	3.000.000
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	193.827.576	280	1.180.392
	1326.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	3.259.716	280	193.827.576
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIOMONIAIS	94.160	250	3.259.716
	1520.21.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	2.577.823	250	94.160
	1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	763.465	250	2.577.823
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	3.000.000	250	763.465
	1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES	5.799.996	250	3.000.000
	1600.06.00 SERVIÇOS PORTUÁRIOS	1.977.713	250	5.799.996
	1600.09.00 SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO	3.767	250	1.977.713
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	883.210	250	3.767
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	47.784	250	883.210
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	3.501.959	250	47.784
	1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	3.070.842	250	3.501.959
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	466.766	250	3.070.842
	1600.30.00 TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS	55.498.995	250	466.766
	1919.02.00 MULTAS DO REGULAMENTO PARA O TRÁFEGO MARÍTIMO	3.999.996	250	55.498.995
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	900.228	250	3.999.996
	1921.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	39.999.996	250	900.228
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	366.756	250	39.999.996
	2219.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	300.144	250	366.756
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	6.000.000	250	300.144
52.932	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO	27.257.666	250	6.000.000
			150	21.568.486
			250	656.457
			280	5.032.723

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1210.06.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO	21.568.486		
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	5.032.723	150	21.568.486
	1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.824	280	5.032.723
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	136.976	250	1.824
	1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	517.657	250	136.976
53.000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	15.415.419	250	517.657
53.201	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF	7.064.635	280	13.964.873
			250	1.450.546
	1311.00.00 ALUGUEIS	30.580	280	6.909.507
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	79.778	250	155.128
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	17.250	250	30.580
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	41.987	250	79.778
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	113.141	280	17.250
	1410.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	4.436	250	41.987
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	165.026	250	113.141
	1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	24	250	4.436
	1600.01.02 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAL ESCOLAR E DE PUBLICIDADE	173	250	24
	1600.01.03 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	900	250	173
	1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	5.013	250	900
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	42.763	250	5.013
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	108	250	42.763
	1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	2.160	250	108
	1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	354	250	2.160
	1600.26.00 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	2.331.771	250	354
	1600.27.00 SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS	59.946	250	2.331.771
	1600.28.00 SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO	144	250	59.946
	1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	109.585	250	144
	1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.324	250	109.585
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	57.757	250	1.324
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.270.597	250	57.757
	2221.00.00 ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	1.670.372	250	1.270.597
	2229.00.00 ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMOVEIS	1.059.446	250	1.670.372
53.204	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	3.886.773	250	1.059.446
			280	3.007.692
	1312.00.00 ARRENDAMENTOS	220.150	250	879.081
	1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	1.006.396	250	220.150
	1319.00.00 OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	36.987	250	1.006.396
	1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	701.855	280	36.987
	1325.00.00 REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	177.226	280	701.855
	1420.00.00 RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	79.397	250	177.226
	1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	1.592	250	79.397
	1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	11.541	250	1.592
	1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	5.807	250	11.541
	1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUARIOS	144	250	5.807
	1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	18.682	250	144
	1600.26.00 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	1.284.487	250	18.682
	1600.27.00 SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS	7.402	250	1.284.487
	1919.04.00 MULTAS PREVISTAS EM ACORDOS INTERNACIONAIS SOBRE A PESCA	229	250	7.402
	1919.05.00 MULTAS DECORRENTES DE APREENSÃO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA	34.385	250	229
			250	34.385

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS POR ÓRGÃO/UNIDADE

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	FONTE	VALOR
	1922.01.00 RESTITUIÇÃO DE CONVENIO	36.623	250	36.623
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	263.870	250	263.870
53.206	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - ADENE	4.464.011	250	4.047.674
	1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	416.337	280	416.337
	1322.00.00 DIVIDENDOS	2.940.252	280	416.337
	1600.99.00 OUTROS SERVIÇOS	42.218	250	2.940.252
	1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.060.914	250	42.218
	1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	4.290	250	1.060.914
			250	4.290
T O T A L . . .		13.433.974.250		
			150	3.618.653.163
			180	3.164.684.109
			250	4.830.875.555
			280	1.819.761.423

---

EVOLUÇÃO DA DESPESA DO TESOIRO NACIONAL

---

**E V O L U Ç Ã O D A D E S P E S A D O T E S O U R O**  
(LDO, ART. 8º, PARÁGRAFO 1º, INCISO II) (valores correntes)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	ORÇAMENTO	REVISÃO	PROPOSTA	LEI
	1998	1999	2000	(LEI) 2001	ORÇAMENTO 2001	2002	2002
DESPESAS CORRENTES	192.856.527.231	225.041.279.064	246.360.086.354	300.214.524.929	308.849.988.654	319.963.461.899	326.962.086.454
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.190.570.242	50.847.129.275	57.430.766.996	58.433.429.515	64.563.000.000	68.246.940.921	67.538.545.107
ENCARGOS DA DÍVIDA	30.806.199.009	45.349.860.087	38.833.272.538	70.284.152.589	71.559.794.589	58.442.579.410	58.442.584.410
DÍVIDA INTERNA	25.426.500.768	37.013.028.615	28.577.421.173	55.734.595.583	57.010.237.583	37.729.995.464	37.729.995.464
DÍVIDA EXTERNA	5.379.698.241	8.336.831.472	10.255.851.365	14.549.557.006	14.549.557.006	20.712.583.946	20.712.588.946
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	114.859.757.980	128.844.289.702	150.096.026.820	171.496.942.825	172.727.194.065	193.273.941.568	200.980.956.937
DESPESAS DE CAPITAL	296.448.431.471	357.998.108.430	363.859.184.593	636.936.175.677	640.147.713.497	301.724.575.670	308.672.731.602
INVESTIMENTOS	7.279.012.496	6.228.571.323	9.143.342.312	17.199.597.621	17.835.886.363	9.918.434.989	16.468.734.921
INVERSÕES FINANCEIRAS	70.368.291.908	55.694.681.491	10.177.076.770	13.145.144.757	14.285.286.757	14.540.238.058	14.938.094.058
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	218.740.182.572	296.074.855.616	344.538.765.511	606.591.433.299	608.026.540.377	277.265.902.623	277.265.902.623
DÍVIDA INTERNA	213.085.939.421	287.030.683.561	334.763.802.601	587.272.314.461	588.546.551.461	260.085.623.500	260.085.623.500
DÍVIDA EXTERNA	5.654.243.151	9.044.172.055	9.774.962.910	19.319.118.838	19.479.988.916	17.180.279.123	17.180.279.123
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	60.944.495			4.954.238.851		8.016.512.897	6.405.742.410
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
<b>T O T A L</b>	<b>489.304.958.702</b>	<b>583.039.387.494</b>	<b>610.219.250.947</b>	<b>942.104.939.457</b>	<b>948.997.702.151</b>	<b>629.704.550.466</b>	<b>642.040.560.466</b>

---

DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPO DE DESPESA

---

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA**  
 LDO, ART 8º, § 1º, INCISO IV E VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**FISCAL**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	167.881.435.759	3.500.139.969	171.381.575.728
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.118.052.740	660.776.726	33.778.829.466
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	58.261.027.943	8.090.420	58.269.118.363
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.502.355.076	2.831.272.823	79.333.627.899
DESPESAS DE CAPITAL	301.288.650.671	3.504.613.662	304.793.264.333
INVESTIMENTO	13.316.551.664	1.147.811.734	14.464.363.398
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.995.272.555	1.926.646.928	12.921.919.483
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	276.976.826.452	430.155.000	277.406.981.452
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.405.742.410	487.184.468	6.892.926.878
<b>T O T A L</b>	<b>475.575.828.840</b>	<b>7.491.938.099</b>	<b>483.067.766.939</b>

**SEGURIDADE**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	159.080.650.695	842.227.508	159.922.878.203
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.420.492.367	298.490.021	34.718.982.388
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	181.556.467	1.473.899	183.030.366
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124.478.601.861	542.263.588	125.020.865.449
DESPESAS DE CAPITAL	7.384.080.931	34.881.887	7.418.962.818
INVESTIMENTO	3.152.183.257	32.963.746	3.185.147.003
INVERSÕES FINANCEIRAS	3.942.821.503		3.942.821.503
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	289.076.171	1.918.141	290.994.312
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
<b>T O T A L</b>	<b>166.464.731.626</b>	<b>877.109.395</b>	<b>167.341.841.021</b>

**TOTAL**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	326.962.086.454	4.342.367.477	331.304.453.931
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.538.545.107	959.266.747	68.497.811.854
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	58.442.584.410	9.564.319	58.452.148.729
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.980.956.937	3.373.536.411	204.354.493.348
DESPESAS DE CAPITAL	308.672.731.602	3.539.495.549	312.212.227.151
INVESTIMENTO	16.468.734.921	1.180.775.480	17.649.510.401
INVERSÕES FINANCEIRAS	14.938.094.058	1.926.646.928	16.864.740.986
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	277.265.902.623	432.073.141	277.697.975.764
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.405.742.410	487.184.468	6.892.926.878
<b>T O T A L</b>	<b>642.040.560.466</b>	<b>8.369.047.494</b>	<b>650.409.607.960</b>

---

DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE RECURSOS POR GRUPO DE DESPESA

---

DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE RECURSOS POR GRUPO DE DESPESA  
LDO, ART. 8º, §1º, INCISO XIII

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	FONTE	TOTAL(*)	GRUPOS DE DESPESA/VALOR
100	RECURSOS ORDINÁRIOS	75.145.140.173	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 35.803.783.306 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 5.000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 11.501.150.868 INVESTIMENTOS 6.808.433.381 INVERSÕES FINANCEIRAS 3.155.550.029 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 15.757.335.527
101	TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	46.451.877.351	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 43.688.039.253 INVERSÕES FINANCEIRAS 2.763.838.098
102	TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	131.421.067	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 131.421.067
112	RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.679.617.693	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 5.437.393.492 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.935.901.589 INVESTIMENTOS 304.970.859 INVERSÕES FINANCEIRAS 1.351.753
113	CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.683.299.992	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 3.647.279.384 INVESTIMENTOS 36.020.608
114	CRÉDITO EDUCATIVO	240.781.404	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 11.317.960 INVERSÕES FINANCEIRAS 229.463.444
119	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	1.283.158	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.283.158
120	CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS E S/OS PRÊMIOS DE CONC. DE PROGNÓSTICOS	78.687.372	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 69.538.804 INVESTIMENTOS 9.148.568
121	RENDA LÍQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTÂNEA	19.516.392	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 19.516.392
122	RENDA LÍQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	428.286.900	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 428.286.900
124	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS - FUNPEN	62.495.964	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 4.218.644 INVESTIMENTOS 58.277.320
125	CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	91.831.968	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 65.174.860 INVESTIMENTOS 26.657.108
126	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	61.932.931	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 33.000.257 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 311.052 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 12.268.542 INVESTIMENTOS 1.291.000 INVERSÕES FINANCEIRAS 850.000
127	CUSTAS JUDICIAIS - FUNPEN	64.159.416	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 8.658.342 INVESTIMENTOS 55.501.074
128	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPI TALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	30.048.456	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 24.748.205 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.657.740 INVESTIMENTOS 41.000
129	RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	6.382.657.182	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 259.494.071 INVESTIMENTOS 612.555.929 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 5.510.607.182
130	CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	4.098.828	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 3.998.828 INVESTIMENTOS 100.000
131	SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAP	310.215.160	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 147.753.241 INVESTIMENTOS 400.000
133	RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	7.338.636	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 7.338.636
135	COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARI NHA MERCANTE	793.656.000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 181.844.831 INVESTIMENTOS 2.557.815 INVERSÕES FINANCEIRAS 609.253.354
136	ADICIONAL SOBRE AS TARI FAS DE PASSAGENS AÉREAS DOMÉSTICAS	27.131.472	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 27.131.472
137	COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS	43.289.208	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 34.253.732 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 7.417.976 INVESTIMENTOS 1.617.500
138	COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	4.943.746.204	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 4.651.770.479 INVESTIMENTOS 175.710.037 INVERSÕES FINANCEIRAS 32.357
139	ALI ENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS - FUNDAP	85.907.497	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 34.323.931
140	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	9.857.023.084	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 5.914.213.850 INVERSÕES FINANCEIRAS 3.942.809.234
143	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	220.467.694.073	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 220.467.694.073
144	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	57.415.978.974	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 47.900.000.070 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 5.411.417.000 INVERSÕES FINANCEIRAS 25.000.000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 4.079.561.904
145	FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	1.285.400.004	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 946.245.958 INVESTIMENTOS 330.480.046 INVERSÕES FINANCEIRAS 8.674.000
147	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	2.500.000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 2.500.000
148	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	5.675.544.780	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 481.105.472 INVESTIMENTOS 1.190.020.008

DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE RECURSOS POR GRUPO DE DESPESA  
LDO, ART. 8º, §1º, INCISO XIII

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	FONTE	TOTAL(*)	GRUPOS DE DESPESA/VALOR
			INVERSÕES FINANCEIRAS 542.621.800 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 3.461.797.500
149	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	519.738.526	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 39.232.018 INVESTIMENTOS 480.506.508
150	RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.618.653.163	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 224.349.953 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 2.824.542.847 INVESTIMENTOS 267.462.203 INVERSÕES FINANCEIRAS 152.025.788
151	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	7.712.344.902	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 216.410.001 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 7.092.558.432 INVESTIMENTOS 403.376.469
152	RESULTADO DO BANCO CENTRAL	1.708.000.000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 1.708.000.000
153	CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	39.510.707.918	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 21.445.938.633 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 17.850.876.620 INVESTIMENTOS 213.892.665
154	CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL	69.637.233.595	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 69.637.233.595
155	CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	6.242.870.146	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 63.999.999 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 6.173.546.650 INVESTIMENTOS 5.323.497
156	CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	3.559.769.078	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 3.559.769.078
157	RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	151.188.216	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 52.518.874 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 31.970.000 INVESTIMENTOS 4.982.000
158	MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF	1.197.064.513	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 12.989.668 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 565.234.000 INVESTIMENTOS 65.733.000 INVERSÕES FINANCEIRAS 1.000.000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 11.210.550
159	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.714.119.739	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 163.555.496 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 200.534.567 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 4.350.029.676
160	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	3.540.070.729	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.713.063.729 INVERSÕES FINANCEIRAS 1.827.007.000
162	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	21.650.376	INVESTIMENTOS 21.650.376
163	REFORMA PATRIMONIAL - PRIVATIZAÇÕES	1.719.846.754	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 1.719.846.754
164	TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	280.000.000	INVERSÕES FINANCEIRAS 280.000.000
166	OUTROS RECURSOS VINCULADOS	1.078.426.828	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 387.069.991 INVESTIMENTOS 261.145.217
168	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	92.169.058	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 80.116.202 INVESTIMENTOS 12.052.856
171	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	2.711.746.572	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 413.032.668 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 2.298.713.904
173	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.071.240.960	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 1.367.955.496 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 8.703.285.464
179	FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	2.080.953.382	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.269.999.948 INVESTIMENTOS 736.927.434 INVERSÕES FINANCEIRAS 74.026.000
180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.164.684.109	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.628.994.610 INVESTIMENTOS 60.386.176 INVERSÕES FINANCEIRAS 1.201.455.058
181	RECURSOS DE CONVÊNIOS	42.454.364	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 411.193 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 12.804.278 INVESTIMENTOS 29.238.893
184	CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	1.538.866.348	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.538.866.348
187	RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	440.602.287	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 440.602.287
188	REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO NACIONAL	11.114.955.084	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 8.344.777.691 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 2.770.177.393
189	RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DO CLUBE DE PARI S	280.286.873	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 76.489.833 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 203.797.040
195	DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	83.791.774	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 62.796.960 INVESTIMENTOS 20.994.814
197	RECURSOS NÃO FINANCEIROS DESTINADOS A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	3.059.800.157	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 3.059.800.157
246	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	1.454.715.000	INVESTIMENTOS 6.715.000 INVERSÕES FINANCEIRAS 1.448.000.000
249	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	9.261.018	INVESTIMENTOS 9.261.018
250	RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	4.830.875.555	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 487.788.162

DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE RECURSOS POR GRUPO DE DESPESA  
LDO, ART. 8º, §1º, INCISO XIII

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	FONTE	TOTAL(*)	GRUPOS DE DESPESA/VALOR
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 1.473.899
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES 2.674.761.373
			INVESTIMENTOS 1.030.019.300
			INVERSÕES FINANCEIRAS 106.374.143
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 432.073.141
280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.819.761.423	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 471.478.585
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 8.090.420
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES 483.309.259
			INVESTIMENTOS 95.811.443
			INVERSÕES FINANCEIRAS 372.272.785
281	RECURSOS DE CONVÊNIOS	89.346.833	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 62.127.966
			INVESTIMENTOS 27.218.867
293	PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	138.009.692	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 128.769.800
			INVESTIMENTOS 9.239.892
295	DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	26.806.928	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 24.296.968
			INVESTIMENTOS 2.509.960
296	DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	271.045	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 271.045
900	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.632.546.564	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 308.028.508
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES 511.645.485
			INVESTIMENTOS 715.872.571
			INVERSÕES FINANCEIRAS 97.000.000
911	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	7.250.000.000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 163.379.708
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.461.950.000
			INVESTIMENTOS 2.886.675.151
			INVERSÕES FINANCEIRAS 15.000.000
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 2.722.995.141
955	CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	6.530.196.263	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 66.940.000
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES 6.432.015.260
			INVESTIMENTOS 31.241.003
979	FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	2.176.732.088	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.627.414.760
			INVESTIMENTOS 549.317.328
985	DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	929.318.488	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 266.999.876
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 87.728
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES 236.221.389
			INVESTIMENTOS 88.174.507
			INVERSÕES FINANCEIRAS 11.136.143
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 448.071
(*) INCLUI RESERVA DE CONTINÊNCIA T O T A L . . . 650.409.607.960			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 68.497.811.854
			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 58.452.148.729
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES 204.354.493.348
			INVESTIMENTOS 17.649.510.401
			INVERSÕES FINANCEIRAS 16.864.740.986
			AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 277.697.975.764

---

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE

---

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
PODER LEGISLATIVO			2.464.633.192	865.399.882	3.330.033.074
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		1.765.020.795	807.801.795	2.572.822.590
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.765.020.795	664.204.639	2.429.225.434
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		143.597.156	143.597.156
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		2.332.648		2.332.648
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	5.000		5.000
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	2.327.648		2.327.648
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		575.598.560	55.468.087	631.066.647
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	567.396.828	53.480.400	620.877.228
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	2.000.000		2.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	6.167.410	1.987.687	8.155.097
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	34.322		34.322
INVESTIMENTOS	4		121.681.189	2.130.000	123.811.189
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	107.301.665	2.130.000	109.431.665
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	4.700.000		4.700.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	9.519.131		9.519.131
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	160.393		160.393
01000 CÂMARA DOS DEPUTADOS			1.285.739.596	371.410.650	1.657.150.246
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		924.224.921	343.085.363	1.267.310.284
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	924.224.921	291.437.936	1.215.662.857
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		51.647.427	51.647.427
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		317.158.282	26.459.287	343.617.569
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	315.820.978	24.471.600	340.292.578
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	1.337.304	1.987.687	3.324.991
INVESTIMENTOS	4		44.356.393	1.866.000	46.222.393
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	37.396.000	1.866.000	39.262.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	6.900.000		6.900.000
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	60.393		60.393
02000 SENADO FEDERAL			857.340.587	307.924.676	1.165.265.263
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		590.117.725	286.366.876	876.484.601
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	590.117.725	227.918.398	818.036.123
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		58.448.478	58.448.478
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		2.327.648		2.327.648
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	2.327.648		2.327.648
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		202.652.418	21.443.800	224.096.218
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	195.787.990	21.443.800	217.231.790
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	2.000.000		2.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	4.830.106		4.830.106
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	34.322		34.322
INVESTIMENTOS	4		62.242.796	114.000	62.356.796
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	54.823.665	114.000	54.937.665
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	4.700.000		4.700.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	2.619.131		2.619.131
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	100.000		100.000
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO			321.553.009	186.064.556	507.617.565
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		250.678.149	178.349.556	429.027.705
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	250.678.149	144.848.305	395.526.454
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		33.501.251	33.501.251
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		5.000		5.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	5.000		5.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		55.787.860	7.565.000	63.352.860
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	55.787.860	7.565.000	63.352.860
INVESTIMENTOS	4		15.082.000	150.000	15.232.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	15.082.000	150.000	15.232.000
PODER JUDICIÁRIO			8.017.923.461	1.758.122.154	9.776.045.615
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		6.072.834.344	1.637.241.494	7.710.075.838
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	6.072.834.344	986.174.670	7.059.009.014
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		651.066.824	651.066.824
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		1.532.868.774	119.959.251	1.652.828.025
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.525.007.132	119.959.251	1.644.966.383
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	7.861.642		7.861.642
INVESTIMENTOS	4		392.446.117	921.409	393.367.526
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	392.446.117	921.409	393.367.526
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		19.774.226		19.774.226
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	19.774.226		19.774.226
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL			119.158.726	40.850.061	160.008.787
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		60.838.944	36.650.397	97.489.341
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	60.838.944	28.160.563	88.999.507
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		8.489.834	8.489.834
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		42.998.845	4.192.171	47.191.016
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	42.810.210	4.192.171	47.002.381
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	188.635		188.635
INVESTIMENTOS	4		15.320.937	7.493	15.328.430
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	15.320.937	7.493	15.328.430
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA			249.092.936	82.899.957	331.992.893
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		186.621.436	75.689.957	262.311.393
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	186.621.436	48.506.239	235.127.675
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		27.183.718	27.183.718
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		54.171.500	7.110.000	61.281.500
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	53.956.778	7.110.000	61.066.778
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	214.722		214.722
INVESTIMENTOS	4		8.300.000	100.000	8.400.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	8.300.000	100.000	8.400.000
12000 JUSTIÇA FEDERAL			2.530.955.356	235.002.466	2.765.957.822
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		1.734.750.445	199.311.454	1.934.061.899

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURI DADE	TOTAL
RECURSOS ORDINÁRIOS CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		100 156	1.734.750.445	35.330.327 163.981.127	1.770.080.772 163.981.127
OUTRAS DESPESAS CORRENTES RECURSOS ORDINÁRIOS	3	100	654.525.303	35.502.585	690.027.888
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	654.525.303	35.502.585	690.027.888
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	122.645.132	188.427	122.833.559
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	122.645.132	188.427	122.833.559
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	19.034.476		19.034.476
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	19.034.476		19.034.476
13000 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS RECURSOS ORDINÁRIOS		100 156	62.048.188 48.172.008	57.316.848 54.864.848	119.365.036 103.036.856
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156	48.172.008	47.103.684	95.275.692
OUTRAS DESPESAS CORRENTES RECURSOS ORDINÁRIOS	3	100	11.041.780	2.405.500	13.447.280
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	11.041.780	2.405.500	13.447.280
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	2.834.400	46.500	2.880.900
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	2.834.400	46.500	2.880.900
14000 JUSTIÇA ELEITORAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS RECURSOS ORDINÁRIOS		100 156	1.315.267.422 737.309.488	285.272.917 264.840.677	1.600.540.339 1.002.150.165
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156	737.309.488	192.565.838	929.875.326
OUTRAS DESPESAS CORRENTES RECURSOS ORDINÁRIOS	3	100	436.781.615	20.174.159	456.955.774
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150	100	429.323.330	20.174.159	449.497.489
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	7.458.285		7.458.285
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	140.436.569	258.081	140.694.650
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	140.436.569	258.081	140.694.650
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	739.750		739.750
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	739.750		739.750
15000 JUSTIÇA DO TRABALHO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS RECURSOS ORDINÁRIOS		100 156	3.374.650.580 3.015.124.483	969.808.095 925.700.351	4.344.458.675 3.940.824.834
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156	3.015.124.483	586.402.215	3.601.526.698
OUTRAS DESPESAS CORRENTES RECURSOS ORDINÁRIOS	3	100	281.263.058	43.951.836	325.214.894
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	281.263.058	43.951.836	325.214.894
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	78.263.039	155.908	78.418.947
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	78.263.039	155.908	78.418.947
16000 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS RECURSOS ORDINÁRIOS		100 156	366.750.253 290.017.540	86.971.810 80.183.810	453.722.063 370.201.350
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156	290.017.540	48.105.804	338.123.344
OUTRAS DESPESAS CORRENTES RECURSOS ORDINÁRIOS	3	100	52.086.673	6.623.000	58.709.673
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	52.086.673	6.623.000	58.709.673
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	24.646.040	165.000	24.811.040
INVESTIMENTOS RECURSOS ORDINÁRIOS	4	100	24.646.040	165.000	24.811.040
PODER EXECUTIVO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS RECURSOS ORDINÁRIOS		100	75.955.317.648 23.571.346.858	163.316.630.518 30.899.367.632	239.271.948.166 54.470.714.490
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		112	16.957.919.438	5.959.883.195	22.917.802.633
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	126	126	5.101.915.875		5.101.915.875
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	126	126	22.265.612	10.734.645	33.000.257
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA	128	128	11.488.894	13.259.311	24.748.205
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS	137	137	34.253.732		34.253.732
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS		150 151	219.949.953	4.400.000 216.410.001	224.349.953 216.410.001
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS		153		21.445.938.633	21.445.938.633
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		155 156		63.999.999 2.754.130.004	63.999.999 2.754.130.004
RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF		157	52.518.874		52.518.874
RECURSOS DE CONVÊNIOS		181	411.193		411.193
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250 280	197.960.580 462.816.146	289.827.582 8.662.439	487.788.162 471.478.585
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	308.028.508		308.028.508
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DESVALUACÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		955 985		66.940.000 65.181.823	66.940.000 266.999.876
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		2	1.814.878.716 311.052	183.030.366	1.997.909.082 311.052
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	1.793.399.848	181.556.467	1.974.956.315
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	12.989.668		12.989.668
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250 280		1.473.899	1.473.899 8.090.420
DESVALUACÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	8.090.420 87.728		8.090.420 87.728
OUTRAS DESPESAS CORRENTES RECURSOS ORDINÁRIOS	3	100	17.922.040.948	124.818.321.111	142.740.362.059
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		112	5.358.277.969	3.496.222.017	8.854.499.986
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO CRÉDITO EDUCATIVO		113 114	1.908.901.589	27.000.000	1.935.901.589
CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS E S/OS PRÊMIOS DE CONC. DE PROG		120	1.175.504.276	16.119.000	1.191.623.276
RENTA LÍQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTÂNEA RENTA LÍQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS		121 122	11.317.960 69.538.804		11.317.960 69.538.804
		121		19.516.392	19.516.392
		122		428.286.900	428.286.900

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS - FUNPEN		124	4.218.644		4.218.644
CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS		125	36.938.440		36.938.440
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	11.794.542	474.000	12.268.542
CUSTAS JUDICIAIS - FUNPEN		127	8.658.342		8.658.342
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPI TALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA		128	1.657.740		1.657.740
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	258.002.101	1.491.970	259.494.071
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL		130	3.998.828		3.998.828
SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF		131	147.753.241		147.753.241
RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIOMONIAL IMOBILIÁRIO		133	7.338.636		7.338.636
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARIINHA MERCANTE		135	181.844.831		181.844.831
ADICIONAL SOBRE AS TARI FAS DE PASSAGENS AÉREAS DOMÉSTICAS		136	27.131.472		27.131.472
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS		137	7.417.976		7.417.976
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	730.756.057	1.236.378	731.992.435
ALICATAÇÃO DE BENS APREENHIDOS - FUNDAF		139	8.871	34.315.060	34.323.931
CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP		140		5.914.213.850	5.914.213.850
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA		145	102.049.928	844.196.030	946.245.958
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		147	2.500.000		2.500.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	336.623.529	142.481.943	479.105.472
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	39.232.018		39.232.018
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	1.886.641.148	921.884.960	2.808.526.108
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS		151		7.092.558.432	7.092.558.432
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS		153		17.850.876.620	17.850.876.620
CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL		154		69.637.233.595	69.637.233.595
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		155		6.173.546.650	6.173.546.650
RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF		157	31.970.000		31.970.000
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	565.234.000		565.234.000
OUTROS RECURSOS VINCULADOS		166	387.069.991		387.069.991
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		168		80.116.202	80.116.202
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	159.006.171	1.110.993.777	1.269.999.948
RECURSOS FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		180	735.781.908	893.178.380	1.628.960.288
RECURSOS DE CONVÊNIO		181	12.804.278		12.804.278
CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPESADA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA		184		1.538.866.348	1.538.866.348
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		195	62.296.960	500.000	62.796.960
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	2.158.799.199	515.962.174	2.674.761.373
RECURSOS FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	462.514.656	20.794.603	483.309.259
RECURSOS DE CONVÊNIO		281	56.742.200	5.385.766	62.127.966
PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		293	128.769.800		128.769.800
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	24.296.968		24.296.968
DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS		296	150.000	121.045	271.045
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	474.071.808	37.573.677	511.645.485
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO - COMBUSTÍVEIS		911	61.950.000		61.950.000
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		955		6.432.015.260	6.432.015.260
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		979	49.655.778	1.577.758.982	1.627.414.760
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	232.820.289	3.401.100	236.221.389
INVESTIMENTOS	4		13.894.966.092	3.182.095.594	17.077.061.686
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	4.873.860.714	1.376.503.476	6.250.364.190
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		112	301.970.859	3.000.000	304.970.859
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		113	36.020.608		36.020.608
CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECADADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS E S/OS PRÊMIOS DE CONC. DE PROG		120	9.148.568		9.148.568
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS - FUNPEN		124	58.277.320		58.277.320
CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS		125	26.657.108		26.657.108
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	1.291.000		1.291.000
CUSTAS JUDICIAIS - FUNPEN		127	55.501.074		55.501.074
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPI TALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA		128	41.000		41.000
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	612.555.929		612.555.929
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL		130	100.000		100.000
SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF		131	400.000		400.000
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARIINHA MERCANTE		135	2.557.815		2.557.815
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS		137	1.617.500		1.617.500
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	175.710.037		175.710.037
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA		145	259.908.514	70.571.532	330.480.046
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	1.037.985.260	147.334.748	1.185.320.008
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	480.506.508		480.506.508
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	235.146.663	22.796.409	257.943.072
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS		151		403.376.469	403.376.469
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS		153		213.892.665	213.892.665
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		155		5.323.497	5.323.497
RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF		157	4.982.000		4.982.000
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	65.733.000		65.733.000

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS		162	21.650.376		21.650.376
OUTROS RECURSOS VINCULADOS		166	261.145.217		261.145.217
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		168		12.052.856	12.052.856
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	384.750.793	352.176.641	736.927.434
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	3.053.423	57.172.360	60.225.783
RECURSOS DE CONVÊNIOS		181	29.238.893		29.238.893
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		195	20.994.814		20.994.814
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA		246	6.715.000		6.715.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		249	9.261.018		9.261.018
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	997.955.554	32.063.746	1.030.019.300
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	95.811.443		95.811.443
RECURSOS DE CONVÊNIOS		281	26.318.867	900.000	27.218.867
PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		293	9.239.892		9.239.892
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	2.509.960		2.509.960
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	698.960.806	16.911.765	715.872.571
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS		911	2.886.675.151		2.886.675.151
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		955		31.241.003	31.241.003
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		979	112.538.901	436.778.427	549.317.328
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	88.174.507		88.174.507
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		9.948.435.257	3.942.821.503	13.891.256.760
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	2.034.060.534	12.269	2.034.072.803
TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIAIS		101	2.763.838.098		2.763.838.098
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		112	1.351.753		1.351.753
CRÉDITO EDUCATIVO		114	229.463.444		229.463.444
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	850.000		850.000
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE		135	609.253.354		609.253.354
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	32.357		32.357
CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP		140		3.942.809.234	3.942.809.234
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA		145	8.674.000		8.674.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	542.621.800		542.621.800
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	152.025.788		152.025.788
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	1.000.000		1.000.000
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA		164	280.000.000		280.000.000
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	74.026.000		74.026.000
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	1.201.455.058		1.201.455.058
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA		246	1.448.000.000		1.448.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	106.374.143		106.374.143
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	372.272.785		372.272.785
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	97.000.000		97.000.000
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS		911	15.000.000		15.000.000
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	11.136.143		11.136.143
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		4.029.604.961	290.994.312	4.320.599.273
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL		143	3.587.791.340	289.076.171	3.876.867.511
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	11.210.550		11.210.550
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	430.155.000	1.918.141	432.073.141
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	448.071		448.071
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8		4.774.044.816		4.774.044.816
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	14.212.080		14.212.080
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA		128	3.601.511		3.601.511
SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF		131	162.061.919		162.061.919
JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF/MF		132	2.155.970.273		2.155.970.273
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	116.233.331		116.233.331
ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS - FUNDAF		139	51.583.566		51.583.566
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	150.272.372		150.272.372
RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF		157	61.717.342		61.717.342
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	540.897.295		540.897.295
OUTROS RECURSOS VINCULADOS		166	430.211.620		430.211.620
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	273.848.265		273.848.265
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	98.385.537		98.385.537
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	388.798.931		388.798.931
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	326.250.774		326.250.774
20000 PREVIDÊNCIA DA REPÚBLICA			1.865.046.712	350.728.890	2.215.775.602
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		333.584.906	95.165.585	428.750.491
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	292.784.906	79.648.672	372.433.578
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	40.800.000		40.800.000
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		15.516.913	15.516.913
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		94.275.374		94.275.374
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	94.275.374		94.275.374
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		316.211.242	24.186.407	340.397.649
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	242.636.103	13.853.711	256.489.814
ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS - FUNDAF		139	8.871		8.871
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	6.444.971	8.932.696	15.377.667
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	55.055.567	1.200.000	56.255.567
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS		151		200.000	200.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	12.065.730		12.065.730
INVESTIMENTOS	4		1.015.300.041	231.376.898	1.246.676.939
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	907.944.145	221.565.107	1.129.509.252

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	25.211.615	9.032.791	34.244.406
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	18.093.905		18.093.905
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS		151		779.000	779.000
REFORMA PATRI MONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS		162	21.650.376		21.650.376
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	2.600.000		2.600.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	39.800.000		39.800.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		105.675.149		105.675.149
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL -		143	105.675.149		105.675.149
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO			4.693.063.431	491.888.325	5.184.951.756
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		907.856.651	450.907.325	1.358.763.976
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	897.014.676	213.961.615	1.110.976.291
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL -		153		200.000.000	200.000.000
COFINS					
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO		156		36.945.710	36.945.710
SERVIDOR					
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	10.841.975		10.841.975
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		24.643.623		24.643.623
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS		144	24.643.623		24.643.623
APLICAÇÕES					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		556.905.910	40.831.000	597.736.910
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	364.596.643	40.831.000	405.427.643
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	21.742.000		21.742.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	900.000		900.000
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	49.352.166		49.352.166
RECURSOS FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		180	39.398.900		39.398.900
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	70.530.470		70.530.470
RECURSOS FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	3.393.185		3.393.185
RECURSOS DE CONVÊNIOS		281	1.293.630		1.293.630
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	799.000		799.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	4.899.916		4.899.916
INVESTIMENTOS	4		341.087.381	150.000	341.237.381
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	309.165.335	150.000	309.315.335
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	8.583.000		8.583.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	250.000		250.000
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	9.479.005		9.479.005
RECURSOS FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		180	2.100.000		2.100.000
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	10.397.719		10.397.719
RECURSOS FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	301.424		301.424
RECURSOS DE CONVÊNIOS		281	749.898		749.898
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	61.000		61.000
INVERSOES FINANÇEIRAS	5		2.359.055.320		2.359.055.320
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	110.489.788		110.489.788
RECURSOS FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		180	742.691.095		742.691.095
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA		246	1.448.000.000		1.448.000.000
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	57.874.437		57.874.437
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		503.514.546		503.514.546
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL -		143	73.359.546		73.359.546
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	430.155.000		430.155.000
24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA			2.460.495.318	122.043.428	2.582.538.746
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		426.962.007	105.862.815	532.824.822
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	402.444.921	44.898.229	447.343.150
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO		156		43.964.586	43.964.586
SERVIDOR					
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	6.667.190		6.667.190
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE		985	17.849.896	17.000.000	34.849.896
COMPENSAÇÕES FINANÇEIRAS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		49.770.524		49.770.524
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS		144	49.770.524		49.770.524
APLICAÇÕES					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		1.497.248.726	16.180.613	1.513.429.339
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	624.790.055	12.981.053	637.771.108
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	4.209.735		4.209.735
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANÇEIRAS		138	202.073.623		202.073.623
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	16.765.330		16.765.330
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	2.973.640		2.973.640
OUTROS RECURSOS VINCULADOS		166	295.714.843		295.714.843
RECURSOS FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		180	96.034		96.034
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		195	10.225.000		10.225.000
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	187.017.925	3.199.560	190.217.485
RECURSOS FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	1.382.541		1.382.541
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	150.000.000		150.000.000
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE		985	2.000.000		2.000.000
COMPENSAÇÕES FINANÇEIRAS					
INVESTIMENTOS	4		388.252.610		388.252.610
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	115.557.139		115.557.139
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	2.540.265		2.540.265
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANÇEIRAS		138	81.410.933		81.410.933
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	18.843.638		18.843.638
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	39.526.327		39.526.327
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	298.554		298.554
OUTROS RECURSOS VINCULADOS		166	83.497.001		83.497.001
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		195	4.000.000		4.000.000
RECURSOS NÃO-FINANÇEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	30.228.753		30.228.753
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE		985	12.350.000		12.350.000
COMPENSAÇÕES FINANÇEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		98.261.451		98.261.451
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL -		143	98.261.451		98.261.451
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA			9.841.599.428	2.444.927.388	12.286.526.816
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		2.400.379.039	2.403.581.388	4.803.960.427
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.720.306.335	14.507.238	1.734.813.573
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES		126	22.265.612	10.734.645	33.000.257
MOBILIÁRIOS					
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE		128	11.488.894	13.259.311	24.748.205
CAPTALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA					

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURI DADE	TOTAL
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS		153		1.666.666.599	1.666.666.599
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		418.326.156	418.326.156
RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAP		157	52.518.874		52.518.874
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	125.965.848	271.425.000	397.390.848
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	462.816.146	8.662.439	471.478.585
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	5.017.330		5.017.330
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		2	126.625.275		126.625.275
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	311.052		311.052
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	105.234.135		105.234.135
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	12.989.668		12.989.668
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	8.090.420		8.090.420
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3	2.905.535.049	41.346.000	2.946.881.049
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	278.396.002	22.458.000	300.854.002
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	11.794.542	474.000	12.268.542
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA		128	1.657.740		1.657.740
SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANÇAS - FUNDAP		131	147.753.241		147.753.241
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	19.795.485		19.795.485
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	713.757.756		713.757.756
RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAP		157	31.970.000		31.970.000
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	565.234.000		565.234.000
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	574.448.787		574.448.787
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	432.884.540	9.678.000	442.562.540
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	127.842.956	8.736.000	136.578.956
INVESTIMENTOS		4	172.995.396		172.995.396
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	3.862.259		3.862.259
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	1.291.000		1.291.000
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA		128	41.000		41.000
SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANÇAS - FUNDAP		131	400.000		400.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	26.695.415		26.695.415
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	1.404.012		1.404.012
RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAP		157	4.982.000		4.982.000
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	65.733.000		65.733.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	55.584.323		55.584.323
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	13.002.387		13.002.387
INVERSÕES FINANCEIRAS		5	792.314.794		792.314.794
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	265.474.794		265.474.794
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	850.000		850.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	524.440.000		524.440.000
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	1.000.000		1.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	550.000		550.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		6	47.135.550		47.135.550
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL		143	35.925.000		35.925.000
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	11.210.550		11.210.550
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		8	3.396.614.325		3.396.614.325
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		126	14.212.080		14.212.080
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA		128	3.601.511		3.601.511
SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANÇAS - FUNDAP		131	162.061.919		162.061.919
JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF/MF		132	2.155.970.273		2.155.970.273
ALICATAÇÃO DE BENS APREENDIDOS - FUNDAP		139	51.583.566		51.583.566
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	126.263.058		126.263.058
RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAP		157	61.717.342		61.717.342
MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - MF		158	540.897.295		540.897.295
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		180	273.848.265		273.848.265
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	6.459.016		6.459.016
26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO			11.800.395.358	5.620.992.195	17.421.387.553
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1	5.381.406.793	2.600.680.787	7.982.087.580
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	279.440.918	358.941.286	638.382.204
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		112	5.101.915.875		5.101.915.875
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS		153		1.414.153.911	1.414.153.911
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		827.585.590	827.585.590
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	50.000		50.000
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		2	157.034.053	1.670.680	158.704.733
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	157.034.053	196.781	157.230.834
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250		1.473.899	1.473.899
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3	4.343.944.932	3.005.487.528	7.349.432.460
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	397.306.018	458.479.250	855.785.268
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		112	1.908.901.589	27.000.000	1.935.901.589
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		113	1.175.504.276	16.119.000	1.191.623.276
CRÉDITO EDUCATIVO		114	11.317.960		11.317.960
RENDA LÍQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTÂNEA		121		19.516.392	19.516.392
RENDA LÍQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS		122		428.286.900	428.286.900
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA		145	74.155.902	323.570.203	397.726.105
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	122.227.391		122.227.391

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	640.159		640.159
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	87.942.693	627.548.645	715.491.338
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	374.576.343	51.583.666	426.160.009
RECURSOS FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	9.641.879	995.509	10.637.388
RECURSOS DE CONVENIOS		281	39.074.131	5.385.766	44.459.897
PRODUTO DA APLICACAO DOS RECURSOS A CONTA DO SALARIO-EDUCACAO		293	128.769.800		128.769.800
DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	100.000		100.000
DOACOES DE PESSOAS OU INSTITUICOES PRIVADAS NACIONAIS		296		121.045	121.045
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		979	13.786.791	1.046.881.152	1.060.667.943
INVESTIMENTOS	4		921.672.703	10.091.224	931.763.927
RECURSOS ORDINARIOS		100	31.832.140	1.010.000	32.842.140
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		112	301.970.859	3.000.000	304.970.859
CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO		113	36.020.608		36.020.608
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA		145	94.490.064	485.841	94.975.905
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	114.676.416		114.676.416
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	11.202.550		11.202.550
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	112.057.307	972.355	113.029.662
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA		246	6.715.000		6.715.000
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		249	9.261.018		9.261.018
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	165.422.936	2.181.224	167.604.160
RECURSOS FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	2.771.787		2.771.787
RECURSOS DE CONVENIOS		281	8.444.883	900.000	9.344.883
PRODUTO DA APLICACAO DOS RECURSOS A CONTA DO SALARIO-EDUCACAO		293	9.239.892		9.239.892
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		979	17.567.243	1.541.804	19.109.047
INVERSOES FINANCIERAS	5		664.584.447		664.584.447
RECURSOS ORDINARIOS		100	296.139		296.139
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		112	1.351.753		1.351.753
CREDITO EDUCATIVO		114	229.463.444		229.463.444
RECURSOS FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		180	433.092.763		433.092.763
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	380.348		380.348
AMORTIZACAO DA DIVIDA	6		331.752.430	3.061.976	334.814.406
TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA FEDERAL		143	331.752.430	1.143.835	332.896.265
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250		1.918.141	1.918.141
28000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR			1.163.546.043	34.413.462	1.197.959.505
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		103.492.002	31.333.342	134.825.344
RECURSOS ORDINARIOS		100	65.012.263		65.012.263
CONTRIBUICAO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		12.930.760	12.930.760
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	38.479.739	18.402.582	56.882.321
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		305.774.315	3.080.120	308.854.435
RECURSOS ORDINARIOS		100	65.254.251	1.770.000	67.024.251
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	4.785.279		4.785.279
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	211.872.366	1.310.120	213.182.486
RECURSOS FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	23.862.419		23.862.419
INVESTIMENTOS	4		121.111.705		121.111.705
RECURSOS ORDINARIOS		100	39.420.000		39.420.000
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	707.300		707.300
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	80.984.405		80.984.405
INVERSOES FINANCIERAS	5		361.099.104		361.099.104
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	200.000		200.000
RECURSOS FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	360.899.104		360.899.104
RESERVA DE CONTINGENCIA	8		272.068.917		272.068.917
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	91.236.358		91.236.358
RECURSOS FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	180.832.559		180.832.559
30000 MINISTERIO DA JUSTICA			2.767.408.774	908.821.038	3.676.229.812
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		1.367.768.308	847.033.990	2.214.802.298
RECURSOS ORDINARIOS		100	1.350.850.037		1.350.850.037
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	16.918.271		16.918.271
CONTRIBUICAO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS		153		660.831.038	660.831.038
CONTRIBUICAO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		186.202.952	186.202.952
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2		26.196.696		26.196.696
TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICACOES		144	26.196.696		26.196.696
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		731.173.977	41.413.132	772.587.109
RECURSOS ORDINARIOS		100	285.621.993	31.895.020	317.517.013
CONTRIBUICAO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS - FUNPEN		124	4.218.644		4.218.644
CUSTAS JUDICIAIS - FUNPEN		127	8.658.342		8.658.342
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	3.276.772		3.276.772
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	8.915.430		8.915.430
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	300.276.887	9.518.112	309.794.999
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	43.042.773		43.042.773
RECURSOS DE CONVENIOS		181	300.000		300.000
DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		195	11.436.004		11.436.004
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	477.132		477.132
RECURSOS ORDINARIOS		900	64.950.000		64.950.000
INVESTIMENTOS	4		600.835.081	20.373.916	621.208.997
RECURSOS ORDINARIOS		100	153.522.684	11.232.052	164.754.736
CONTRIBUICAO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS - FUNPEN		124	58.277.320		58.277.320
CUSTAS JUDICIAIS - FUNPEN		127	55.501.074		55.501.074
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	8.385.228		8.385.228
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	69.131.222		69.131.222
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	95.645.035	141.864	95.786.899
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	4.293.158		4.293.158
RECURSOS DE CONVENIOS		181	969.360		969.360
DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		195	5.000		5.000
RECURSOS NÃO-FINANCIEROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	105.000		105.000

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
RECURSOS ORDINÁRIOS	900		155.000.000	9.000.000	164.000.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		100.000		100.000
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179		100.000		100.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		35.278.968		35.278.968
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL -	143		35.278.968		35.278.968
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8		6.055.744		6.055.744
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		6.055.744		6.055.744
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			1.513.249.886	55.133.850	1.568.383.736
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		197.766.596	48.181.823	245.948.419
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS	137		34.253.732		34.253.732
AUTOMOTIVOS					
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		33.103.039		33.103.039
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		13.205.884		13.205.884
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE	985		117.203.941	48.181.823	165.385.764
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		87.728		87.728
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE	985		87.728		87.728
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		605.667.041	6.952.027	612.619.068
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	129		111.947.930	1.491.970	113.439.900
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS	137		7.417.976		7.417.976
AUTOMOTIVOS					
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	138		188.229.300	1.236.378	189.465.678
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		140.129.693	822.579	140.952.272
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179		8.217.850		8.217.850
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	195		8.385.031		8.385.031
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		21.562.248		21.562.248
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	979		16.806.650		16.806.650
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE	985		102.970.363	3.401.100	106.371.463
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS					
INVESTIMENTOS	4		238.043.009		238.043.009
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		5.000.000		5.000.000
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	129		1.360.100		1.360.100
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS	137		1.617.500		1.617.500
AUTOMOTIVOS					
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	138		19.271.927		19.271.927
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	145		43.851.600		43.851.600
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		1.730.000		1.730.000
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179		61.869.750		61.869.750
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	195		12.042.314		12.042.314
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		1.573.951		1.573.951
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	979		56.654.150		56.654.150
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE	985		33.071.717		33.071.717
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS					
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		28.753.336		28.753.336
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		27.081.193		27.081.193
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE	985		1.672.143		1.672.143
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		448.071		448.071
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE	985		448.071		448.071
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8		442.484.105		442.484.105
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	138		116.233.331		116.233.331
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE	985		326.250.774		326.250.774
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS					
33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL				95.211.733.423	95.211.733.423
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1			4.163.866.986	4.163.866.986
RECURSOS ORDINÁRIOS	100			1.528.400.313	1.528.400.313
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	151			1.500.000	1.500.000
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL -	153			2.340.045.741	2.340.045.741
COFINS					
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO	156			293.920.932	293.920.932
SERVÍCIOS					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2			3.350.715	3.350.715
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS	144			3.350.715	3.350.715
APLICAÇÕES					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3			90.874.840.800	90.874.840.800
RECURSOS ORDINÁRIOS	100			1.944.563.955	1.944.563.955
ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS - FUNDAP	139			34.315.060	34.315.060
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	145			235.000.478	235.000.478
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148			18.606.247	18.606.247
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150			29.648.712	29.648.712
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	151			228.185.087	228.185.087
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL -	153			13.696.478.139	13.696.478.139
COFINS					
CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES PARA	154			69.637.233.595	69.637.233.595
A SEGURIDADE SOCIAL					
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	155			2.064.176.476	2.064.176.476
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179			433.445.132	433.445.132
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	195			500.000	500.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250			116.792.412	116.792.412
RECURSOS ORDINÁRIOS	900			25.340.000	25.340.000
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	955			2.197.352.328	2.197.352.328
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	979			213.203.179	213.203.179
INVESTIMENTOS	4			169.662.653	169.662.653
RECURSOS ORDINÁRIOS	100			141.944.754	141.944.754
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148			413.957	413.957
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	151			9.020.000	9.020.000
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL -	153			7.547.342	7.547.342
COFINS					
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179			6.549.326	6.549.326
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	979			4.187.274	4.187.274
INVERSÕES FINANCEIRAS	5			12.269	12.269
RECURSOS ORDINÁRIOS	100			12.269	12.269
34000 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			782.207.434	137.811.973	920.019.407

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCLSO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURI DADE	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		611.824.091	132.043.307	743.867.398
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		611.824.091	32.790.316	644.614.407
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	156			99.252.991	99.252.991
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		143.315.780	5.695.666	149.011.446
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		142.365.780	5.695.666	148.061.446
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		950.000		950.000
INVESTIMENTOS	4		25.017.563	73.000	25.090.563
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		24.917.563	73.000	24.990.563
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		100.000		100.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		2.050.000		2.050.000
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		2.050.000		2.050.000
35000 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES			847.275.010	127.543.911	974.818.921
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		353.304.335	94.691.037	447.995.372
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		353.304.335	84.346.429	437.650.764
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	156			10.344.608	10.344.608
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		1.023.322		1.023.322
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144		1.023.322		1.023.322
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		479.276.872	32.852.874	512.129.746
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		409.066.409	32.852.874	441.919.283
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148		1.655.973		1.655.973
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		68.306.345		68.306.345
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		98.145		98.145
DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	296		150.000		150.000
INVESTIMENTOS	4		12.605.000		12.605.000
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		40.000		40.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		12.565.000		12.565.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		1.065.481		1.065.481
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	143		1.065.481		1.065.481
36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE				28.551.448.239	28.551.448.239
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1			4.878.889.046	4.878.889.046
RECURSOS ORDINÁRIOS	100			1.926.526.770	1.926.526.770
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150			3.600.000	3.600.000
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	151			214.910.001	214.910.001
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	153			2.077.700.610	2.077.700.610
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	155			63.999.999	63.999.999
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	156			525.211.666	525.211.666
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	955			66.940.000	66.940.000
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2			178.008.971	178.008.971
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144			178.008.971	178.008.971
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3			20.745.005.922	20.745.005.922
RECURSOS ORDINÁRIOS	100			255.927.946	255.927.946
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	145			269.569.349	269.569.349
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148			114.943.000	114.943.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150			676.597.445	676.597.445
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	151			6.864.173.345	6.864.173.345
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	153			4.033.807.481	4.033.807.481
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	155			4.109.370.174	4.109.370.174
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179			50.000.000	50.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250			43.967.416	43.967.416
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	280			11.063.094	11.063.094
RECURSOS ORDINÁRIOS	900			493.089	493.089
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	955			4.234.662.932	4.234.662.932
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	979			80.430.651	80.430.651
INVESTIMENTOS	4			2.461.611.964	2.461.611.964
RECURSOS ORDINÁRIOS	100			806.808.414	806.808.414
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	145			70.085.691	70.085.691
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148			137.888.000	137.888.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150			22.654.258	22.654.258
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	151			393.577.469	393.577.469
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	153			206.345.323	206.345.323
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	155			5.323.497	5.323.497
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179			344.654.960	344.654.960
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250			10.484.000	10.484.000
RECURSOS ORDINÁRIOS	900			1.500.000	1.500.000
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	955			31.241.003	31.241.003
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	979			431.049.349	431.049.349
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6			287.932.336	287.932.336
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	143			287.932.336	287.932.336
38000 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO			562.664.581	13.604.963.394	14.167.627.975
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		466.590.393	473.216.693	939.807.086
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		466.590.393		466.590.393
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	153			442.182.868	442.182.868
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	156			31.033.825	31.033.825
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		14.400		14.400
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144		14.400		14.400
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		88.885.222	9.107.131.841	9.196.017.063
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		88.697.269	401.614.649	490.311.918
CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	140			5.914.213.850	5.914.213.850
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150			158.551.412	158.551.412
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	153			120.591.000	120.591.000
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	168			80.116.202	80.116.202
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	180			893.178.380	893.178.380

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCLUIÇÃO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDI DA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA		184		1.538.866.348	1.538.866.348
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	187.953		187.953
INVESTIMENTOS	4		6.592.360	81.805.626	88.397.986
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	6.592.360	12.580.410	19.172.770
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		168		12.052.856	12.052.856
RECURSOS FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		180		57.172.360	57.172.360
INVERSÕES FINANCEIRAS	5			3.942.809.234	3.942.809.234
CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP		140		3.942.809.234	3.942.809.234
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		582.206		582.206
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL -		143	582.206		582.206
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES			7.762.459.494	1.157.220.787	8.919.680.281
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		573.115.572	1.122.049.307	1.695.164.879
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	562.189.979		562.189.979
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL -		153		1.106.532.394	1.106.532.394
COFINS					
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO		156		15.516.913	15.516.913
SERVIDOR					
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	10.925.593		10.925.593
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		519.755.924		519.755.924
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS		144	519.755.924		519.755.924
APLICAÇÕES					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		871.740.519	35.171.480	906.911.999
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	373.378.275	33.371.480	406.749.755
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	21.233.197		21.233.197
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA		135	171.659.806		171.659.806
MARINHA MERCANTE					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	13.080.049		13.080.049
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	269.668		269.668
RECURSOS FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		180	113.646.418		113.646.418
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	148.969.490	1.800.000	150.769.490
RECURSOS FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	5.053.616		5.053.616
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO -		911	24.450.000		24.450.000
COMBUSTÍVEIS					
INVESTIMENTOS	4		4.037.058.221		4.037.058.221
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	291.804.132		291.804.132
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	4.266.803		4.266.803
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA		135	838.000		838.000
MARINHA MERCANTE					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	568.431.235		568.431.235
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	108.542.900		108.542.900
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	394.000.000		394.000.000
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO -		911	2.669.175.151		2.669.175.151
COMBUSTÍVEIS					
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		723.153.354		723.153.354
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	91.900.000		91.900.000
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA		135	609.253.354		609.253.354
MARINHA MERCANTE					
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	7.000.000		7.000.000
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO -		911	15.000.000		15.000.000
COMBUSTÍVEIS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		1.037.635.904		1.037.635.904
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL -		143	1.037.635.904		1.037.635.904
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES			2.272.500.049	519.679.105	2.792.179.154
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		129.128.643	490.089.765	619.218.408
RECURSOS ORDINÁRIOS		100		800.000	800.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	129.128.643	800.000	129.928.643
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL -		153		485.903.613	485.903.613
COFINS					
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO		156		2.586.152	2.586.152
SERVIDOR					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		650.844.969	29.589.053	680.434.022
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	120.611.239		120.611.239
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	443.878.582	28.573.998	472.452.580
OUTROS RECURSOS VINCULADOS		166	86.355.148		86.355.148
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250		1.015.055	1.015.055
INVESTIMENTOS	4		854.912.581	287	854.912.868
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	604.388.761		604.388.761
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	75.813.200	287	75.813.487
OUTROS RECURSOS VINCULADOS		166	174.710.620		174.710.620
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		31.000.000		31.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	31.000.000		31.000.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8		606.613.856		606.613.856
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	17.953.570		17.953.570
OUTROS RECURSOS VINCULADOS		166	430.211.620		430.211.620
RECURSOS FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	158.448.666		158.448.666
42000 MINISTÉRIO DA CULTURA			355.109.862	36.167.481	391.277.343
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		71.129.714	31.434.263	102.563.977
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	71.129.714	21.089.655	92.219.369
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO		156		10.344.608	10.344.608
SERVIDOR					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		2.221.748		2.221.748
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS		144	2.221.748		2.221.748
APLICAÇÕES					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		183.514.102	4.733.218	188.247.320
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	99.297.109	4.733.218	104.030.327
CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE		120	69.538.804		69.538.804
INVESTIMENTOS REGIONAIS E S/OS PRÊMIOS DE CONC. DE PROG					
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA		130	3.998.828		3.998.828
CINEMATOGRAFIA NACIONAL					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	5.601.700		5.601.700
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		150	1.185.588		1.185.588
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	3.478.145		3.478.145
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	413.928		413.928

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCLISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
INVESTIMENTOS	4		98.206.221		98.206.221
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	84.136.653		84.136.653
CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS E S/OS PRÊMIOS DE CONC. DE PROG		120	9.148.568		9.148.568
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL		130	100.000		100.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	4.601.500		4.601.500
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	219.500		219.500
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		38.077		38.077
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	38.077		38.077
44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE			1.510.292.482	94.519.566	1.604.812.048
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		247.656.808	86.229.207	333.886.015
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	247.581.608		247.581.608
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS		153		60.367.686	60.367.686
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		25.861.521	25.861.521
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	75.200		75.200
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		22.723.498		22.723.498
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	22.723.498		22.723.498
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		627.847.199	8.240.359	636.087.558
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	147.100.385	8.240.359	155.340.744
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	132.941.044		132.941.044
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	65.929.783		65.929.783
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	31.079.231		31.079.231
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		195	32.250.925		32.250.925
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	51.341.865		51.341.865
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	22.574.040		22.574.040
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	500.000		500.000
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS		911	37.500.000		37.500.000
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	106.629.926		106.629.926
INVESTIMENTOS	4		553.844.641	50.000	553.894.641
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	230.518.537	50.000	230.568.537
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	18.854.576		18.854.576
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	21.156.617		21.156.617
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	7.338.968		7.338.968
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		195	4.947.500		4.947.500
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	6.421.693		6.421.693
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	2.448.960		2.448.960
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	1.905.000		1.905.000
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS		911	217.500.000		217.500.000
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	42.752.790		42.752.790
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		26.611.429		26.611.429
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.611.429		1.611.429
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	10.536.000		10.536.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	5.000.000		5.000.000
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		985	9.464.000		9.464.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		31.401.038		31.401.038
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL		143	31.401.038		31.401.038
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8		207.869		207.869
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	207.869		207.869
47000 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO			3.039.473.182	416.892.519	3.456.365.701
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		2.382.418.840	397.713.519	2.780.132.359
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	2.379.851.840	14.744	2.379.866.584
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS		153		325.286.515	325.286.515
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR		156		72.412.260	72.412.260
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	2.567.000		2.567.000
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		54.035.310		54.035.310
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	54.035.310		54.035.310
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		377.746.765	19.179.000	396.925.765
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	289.143.202	19.179.000	308.322.202
RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO		133	7.338.636		7.338.636
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	31.224.575		31.224.575
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	8.280.400		8.280.400
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		150	22.127.864		22.127.864
RECURSOS DE CONVENIOS		181	5.000.000		5.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	4.506.717		4.506.717
RECURSOS FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		280	1.300.094		1.300.094
RECURSOS DE CONVENIOS		281	163.982		163.982
DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		295	410.000		410.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	8.251.295		8.251.295
INVESTIMENTOS	4		15.372.807		15.372.807
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	11.046.359		11.046.359
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	2.535.970		2.535.970
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS		149	1.000.000		1.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCIADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS		250	182.350		182.350
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	608.128		608.128
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		138.852.590		138.852.590
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	120.670.790		120.670.790
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	18.181.800		18.181.800
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		71.046.870		71.046.870
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL		143	71.046.870		71.046.870
49000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			1.916.811.496	406.213.400	2.323.024.896

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		229.942.820	142.807.400	372.750.220
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		229.942.820		229.942.820
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	153			114.359.727	114.359.727
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	156			28.447.673	28.447.673
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		13.178.796		13.178.796
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144		13.178.796		13.178.796
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		324.084.395	263.406.000	587.490.395
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		84.240.123	346.000	84.586.123
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	145		6.776.530	16.056.000	22.832.530
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148		21.056.000		21.056.000
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179		15.945.000		15.945.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		188.683.423	9.760.000	198.443.423
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	280		19.319		19.319
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	979		7.364.000	237.244.000	244.608.000
INVESTIMENTOS	4		395.432.698		395.432.698
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		45.125.440		45.125.440
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	145		114.183.000		114.183.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148		53.294.000		53.294.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		210.258		210.258
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179		143.505.000		143.505.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		39.115.000		39.115.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		943.792.199		943.792.199
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		450.232.834		450.232.834
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	145		8.674.000		8.674.000
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	164		280.000.000		280.000.000
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179		73.926.000		73.926.000
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	180		25.671.200		25.671.200
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		15.288.165		15.288.165
RECURSOS ORDINÁRIOS	900		90.000.000		90.000.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		10.380.588		10.380.588
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	143		10.380.588		10.380.588
51000 MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO			776.810.956	7.790.723	784.601.679
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		15.163.381	7.208.865	22.372.246
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		15.163.381		15.163.381
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	156			7.208.865	7.208.865
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		234.008.827	581.858	234.590.685
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		191.345.084	581.858	191.926.942
CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	125		36.938.440		36.938.440
OUTROS RECURSOS VINCULADOS	166		5.000.000		5.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		572.050		572.050
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	280		153.253		153.253
INVESTIMENTOS	4		516.265.067		516.265.067
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		486.670.363		486.670.363
CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	125		26.657.108		26.657.108
OUTROS RECURSOS VINCULADOS	166		2.937.596		2.937.596
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		11.373.681		11.373.681
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	280		11.373.681		11.373.681
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA			13.537.834.831	12.667.723.719	26.205.558.550
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		7.191.568.921	12.135.986.701	19.327.555.622
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		6.832.200.183	1.506.494.207	8.338.694.390
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	153			10.551.907.931	10.551.907.931
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	156			77.584.563	77.584.563
RECURSOS DE CONVÊNIOS	181		411.193		411.193
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		99.326		99.326
RECURSOS ORDINÁRIOS	900		292.169.203		292.169.203
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	985		66.689.016		66.689.016
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		671.829.402		671.829.402
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144		671.829.402		671.829.402
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		2.445.583.538	503.282.632	2.948.866.170
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		1.106.474.841	199.475.640	1.305.950.481
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARI NHA MERCANTE	135		10.185.025		10.185.025
ADICIONAL SOBRE AS TARI FAS DE PASSAGENS AÉREAS DOMÉSTICAS	136		27.131.472		27.131.472
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	138		207.512.090		207.512.090
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	147		2.500.000		2.500.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	149		21.136.188		21.136.188
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		51.872.723	16.972.702	68.845.425
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	180		8.191.769		8.191.769
RECURSOS DE CONVÊNIOS	181		7.504.278		7.504.278
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250		440.080.394	275.593.702	715.674.096
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	280		288.731.668		288.731.668
RECURSOS DE CONVÊNIOS	281		7.572.493		7.572.493
RECURSOS ORDINÁRIOS	900		245.470.597	11.240.588	256.711.185
DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DA COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	985		21.220.000		21.220.000
INVESTIMENTOS	4		1.637.385.921	28.454.386	1.665.840.307
RECURSOS ORDINÁRIOS	100		452.140.986	7.644.099	459.785.085
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARI NHA MERCANTE	135		1.719.815		1.719.815
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	138		56.172.601		56.172.601
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148		131.000.626		131.000.626
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	149		359.396.409		359.396.409
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	150		11.761.426		11.761.426
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	180		953.423		953.423

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
RECURSOS DE CONVÊNIO S		181	28.269.533		28.269.533
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	493.793.657	19.398.522	513.192.179
RECURSOS FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	79.419.025		79.419.025
RECURSOS DE CONVÊNIO S		281	2.822.046		2.822.046
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	19.936.374	1.411.765	21.348.139
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		1.682.357		1.682.357
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.650.000		1.650.000
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	32.357		32.357
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		1.539.784.692		1.539.784.692
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL -	143		1.539.784.692		1.539.784.692
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8		50.000.000		50.000.000
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	6.941.310		6.941.310
RECURSOS FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	43.058.690		43.058.690
53000 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL			6.487.073.321	347.973.702	6.835.047.023
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		180.287.038	160.394.481	340.681.519
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	180.287.038	147.463.721	327.750.759
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO		156		12.930.760	12.930.760
SERVIDOR					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		51.463.043		51.463.043
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS	144		51.463.043		51.463.043
APLICAÇÕES					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		232.731.568	9.133.581	241.865.149
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	168.568.427	7.371.338	175.939.765
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA		145	21.117.496		21.117.496
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	7.823.500		7.823.500
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	3.857.855		3.857.855
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	9.894.263	1.262.243	11.156.506
RECURSOS FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	1.133.726		1.133.726
RECURSOS DE CONVÊNIO S		281	8.637.964		8.637.964
RECURSOS ORDINÁRIOS		900		500.000	500.000
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		979	11.698.337		11.698.337
INVESTIMENTOS	4		1.942.975.086	178.445.640	2.121.420.726
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.674.564.619	173.445.640	1.848.010.259
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA		145	7.383.850		7.383.850
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	54.570.000		54.570.000
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		179	63.025.578		63.025.578
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		250	2.783.367		2.783.367
RECURSOS FINANCEIROS DI RETAMENTE ARRECADADOS		280	316.820		316.820
RECURSOS DE CONVÊNIO S		281	14.302.040		14.302.040
RECURSOS ORDINÁRIOS		900	87.711.304	5.000.000	92.711.304
FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA		979	38.317.508		38.317.508
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		3.863.974.569		3.863.974.569
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.100.136.471		1.100.136.471
TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS		101	2.763.838.098		2.763.838.098
INDUSTRIALIZADOS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		215.642.017		215.642.017
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL -	143		215.642.017		215.642.017
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
OUTROS ENCARGOS			394.511.010.576	1.401.688.467	395.912.699.043
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		2.369.627.469	1.374.571.467	3.744.198.936
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	2.034.149.852	1.363.596.373	3.397.746.225
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO		112	335.477.617		335.477.617
ENSINO					
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO		156		10.975.094	10.975.094
SERVIDOR					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		56.451.906.999		56.451.906.999
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS	144		45.922.716.107		45.922.716.107
APLICAÇÕES					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		159	163.555.496		163.555.496
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		171	413.032.668		413.032.668
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		173	1.367.955.496		1.367.955.496
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS					
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL		188	8.344.777.691		8.344.777.691
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		189	76.489.833		76.489.833
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DO CLUBE DE PARIS					
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO -		911	163.379.708		163.379.708
COMBUSTÍVEIS					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		59.303.119.617	27.117.000	59.330.236.617
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	353.690.271	27.117.000	380.807.271
TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS		101	43.688.039.253		43.688.039.253
INDUSTRIALIZADOS					
TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL		102	131.421.067		131.421.067
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		113	2.455.656.108		2.455.656.108
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO		119	1.283.158		1.283.158
CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE		125	28.236.420		28.236.420
PROGNÓSTICOS					
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	3.919.778.044		3.919.778.044
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS		144	5.411.417.000		5.411.417.000
APLICAÇÕES					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		159	200.534.567		200.534.567
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		160	1.713.063.729		1.713.063.729
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO -		911	1.400.000.000		1.400.000.000
COMBUSTÍVEIS					
INVESTIMENTOS	4		55.270.000		55.270.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	55.270.000		55.270.000
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		2.953.710.000		2.953.710.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.101.703.000		1.101.703.000
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS		144	25.000.000		25.000.000
APLICAÇÕES					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		160	1.827.007.000		1.827.007.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		273.377.376.491		273.377.376.491

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	15.757.335.527		15.757.335.527
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	5.510.607.182		5.510.607.182
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL -		143	216.590.826.562		216.590.826.562
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS		144	4.079.561.904		4.079.561.904
APLICAÇÕES					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	3.461.797.500		3.461.797.500
RESULTADO DO BANCO CENTRAL		152	1.708.000.000		1.708.000.000
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		159	4.350.029.676		4.350.029.676
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					
REFORMA PATRI MONIAL - PRIVATIZAÇÕES		163	1.719.846.754		1.719.846.754
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		171	2.298.713.904		2.298.713.904
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		173	8.703.285.464		8.703.285.464
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS					
RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL		187	440.602.287		440.602.287
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO NACIONAL		188	2.770.177.393		2.770.177.393
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		189	203.797.040		203.797.040
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DO CLUBE DE PARIS					
RECURSOS NÃO FINANCEIROS DESTINADOS A DÍVIDA PÚBLICA		197	3.059.800.157		3.059.800.157
FEDERAL					
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO -		911	2.722.995.141		2.722.995.141
COMBUSTÍVEIS					
71000 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO			112.682.912.299		112.682.912.299
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		54.920.396.007		54.920.396.007
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS		144	45.922.716.107		45.922.716.107
APLICAÇÕES					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		171	413.032.668		413.032.668
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB					
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO NACIONAL		188	8.344.777.691		8.344.777.691
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		189	76.489.833		76.489.833
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DO CLUBE DE PARIS					
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO -		911	163.379.708		163.379.708
COMBUSTÍVEIS					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		1.651.689.624		1.651.689.624
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	182.605.000		182.605.000
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		159	69.084.624		69.084.624
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO -		911	1.400.000.000		1.400.000.000
COMBUSTÍVEIS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		56.110.826.668		56.110.826.668
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	15.757.335.527		15.757.335.527
RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		129	5.510.607.182		5.510.607.182
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL -		143	762.809.753		762.809.753
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS		144	4.079.561.904		4.079.561.904
APLICAÇÕES					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA		148	3.461.797.500		3.461.797.500
RESULTADO DO BANCO CENTRAL		152	1.708.000.000		1.708.000.000
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		159	4.097.648.772		4.097.648.772
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					
REFORMA PATRI MONIAL - PRIVATIZAÇÕES		163	1.719.846.754		1.719.846.754
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		171	2.298.713.904		2.298.713.904
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		173	7.517.133.354		7.517.133.354
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS					
RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL		187	440.602.287		440.602.287
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO NACIONAL		188	2.770.177.393		2.770.177.393
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		189	203.797.040		203.797.040
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DO CLUBE DE PARIS					
RECURSOS NÃO FINANCEIROS DESTINADOS A DÍVIDA PÚBLICA		197	3.059.800.157		3.059.800.157
FEDERAL					
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO -		911	2.722.995.141		2.722.995.141
COMBUSTÍVEIS					
73000 TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS			56.732.640.519	1.401.688.467	58.134.328.986
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1		2.369.627.469	1.374.571.467	3.744.198.936
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	2.034.149.852	1.363.596.373	3.397.746.225
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO		112	335.477.617		335.477.617
ENSINO					
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO		156		10.975.094	10.975.094
SERVIDOR					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		54.307.743.050	27.117.000	54.334.860.050
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	161.829.000	27.117.000	188.946.000
TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS		101	43.688.039.253		43.688.039.253
INDUSTRIALIZADOS					
TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL		102	131.421.067		131.421.067
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		113	2.455.656.108		2.455.656.108
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO		119	1.283.158		1.283.158
CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE		125	28.236.420		28.236.420
PROGNÓSTICOS					
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		138	3.919.778.044		3.919.778.044
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS		144	3.921.500.000		3.921.500.000
APLICAÇÕES					
INVESTIMENTOS	4		55.270.000		55.270.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	55.270.000		55.270.000
74000 OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO			9.267.440.949		9.267.440.949
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2		1.531.510.992		1.531.510.992
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		159	163.555.496		163.555.496
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		173	1.367.955.496		1.367.955.496
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		3.343.686.943		3.343.686.943
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	9.256.271		9.256.271
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS		144	1.489.917.000		1.489.917.000
APLICAÇÕES					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		159	131.449.943		131.449.943
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO, ESFERA, GRUPO DE DESPESA E FONTE R\$ 1,00  
 LDO, ART. 8º, §1º, INCISO VII RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PODER E ÓRGÃO GRUPO DE DESPESA E FONTE	GND	FONTE	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		160	1.713.063.729		1.713.063.729
INVERSÕES FINANCEIRAS	5		2.953.710.000		2.953.710.000
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	1.101.703.000		1.101.703.000
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES		144	25.000.000		25.000.000
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		160	1.827.007.000		1.827.007.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		1.438.533.014		1.438.533.014
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		159	252.380.904		252.380.904
REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS					
RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE		173	1.186.152.110		1.186.152.110
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS					
75000 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			215.828.016.809		215.828.016.809
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6		215.828.016.809		215.828.016.809
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL -		143	215.828.016.809		215.828.016.809
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			2.118.882.062		2.118.882.062
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8		2.118.882.062		2.118.882.062
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	2.118.882.062		2.118.882.062
90000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			2.118.882.062		2.118.882.062
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8		2.118.882.062		2.118.882.062
RECURSOS ORDINÁRIOS		100	2.118.882.062		2.118.882.062

---

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

---

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**  
 LDO, ART 8º, § 1º, INCLSO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE	FUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
01	LEGI SLATI VA	2.432.235.544	57.598.087	2.489.833.631
02	JUDICIÁRIA	7.153.307.066	180.050.024	7.333.357.090
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	957.592.068	12.153.042	969.745.110
04	ADMINISTRAÇÃO	9.875.136.536	208.370.366	10.083.506.902
05	DEFESA NACIONAL	11.353.019.230	600.311.672	11.953.330.902
06	SEGURANÇA PÚBLICA	1.629.989.982	205.858.550	1.835.848.532
07	RELAÇÕES EXTERIORES	845.336.207	35.775.144	881.111.351
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	49.277.163	6.370.258.620	6.419.535.783
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL		114.726.906.776	114.726.906.776
10	SAÚDE	45.865.848	25.839.944.131	25.885.809.979
11	TRABALHO	586.403.240	7.270.485.395	7.856.888.635
12	EDUCAÇÃO	11.086.541.818	3.155.863.997	14.242.405.815
13	CULTURA	353.948.583	5.291.811	359.240.394
14	DIREITOS DA CIDADANIA	465.425.232	41.198.262	506.623.494
15	URBANISMO	794.940.015		794.940.015
16	HABITAÇÃO	224.894.727		224.894.727
17	SANEAMENTO		248.983.745	248.983.745
18	GESTÃO AMBIENTAL	2.778.834.026	11.582.058	2.790.416.084
19	Ciência e Tecnologia	2.000.553.382	17.211.502	2.017.764.884
20	AGRICULTURA	8.499.956.528	309.637.055	8.809.593.583
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.550.916.878	15.317.484	1.566.234.362
22	INDÚSTRIA	469.431.988	5.119.938	474.551.926
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.680.975.819	822.824	2.681.798.643
24	COMUNICAÇÕES	1.757.719.934	48.102.364	1.805.822.298
25	ENERGIA	1.272.023.132	10.553.065	1.282.576.197
26	TRANSPORTE	5.699.800.340	67.884.068	5.767.684.408
27	DESPORTO E LAZER	378.035.071		378.035.071
28	ENCARGOS ESPECIAIS	401.232.679.704	7.896.561.041	409.129.240.745
29	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.892.926.878		6.892.926.878
	TOTAL - GERAL	483.067.766.939	167.341.841.021	650.409.607.960

QUADRO SÍNTESE	SUBFUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
031	AÇÃO LEGI SLATI VA	1.577.117.112		1.577.117.112
032	CONTROLE EXTERNO	255.283.149		255.283.149
061	AÇÃO JUDICIÁRIA	5.981.074.957		5.981.074.957
091	DÉFESA DA ORDEM JURÍDICA	636.018.253		636.018.253
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	12.728.800		12.728.800
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	328.846.267		328.846.267
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.665.713.687	5.009.352.728	26.675.066.415
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	640.703.570	155.000.000	795.703.570
124	CONTROLE INTERNO	10.844.730		10.844.730
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	484.852.475	74.244.526	559.097.001
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.540.112.295	708.649.847	2.248.762.142
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	12.790.959		12.790.959
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	305.498.227	74.422.199	379.920.426
129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	212.175.000	8.757.862	220.932.862
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	246.378.116	51.977.164	298.355.280
151	DEFESA AÉREA	1.346.929.617		1.346.929.617
152	DEFESA NAVAL	529.122.718		529.122.718
153	DEFESA TERRESTRE	476.293.003		476.293.003
181	POLICIAMENTO	616.648.232		616.648.232
182	DEFESA CIVIL	280.000	178.945.640	179.225.640
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	19.182.419		19.182.419
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	193.651.739		193.651.739
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	559.954.282	27.007.000	586.961.282
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		1.849.770.392	1.849.770.392
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		3.325.869.082	3.325.869.082
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.848.000	2.698.545.385	2.703.393.385
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	51.917.913	402.324.599	454.242.512
271	PREVIDÊNCIA BÁSICA	9.253.000	83.096.206.328	83.105.459.328
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		28.751.999.244	28.751.999.244
273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	263.086.102	7.218.712	270.304.814
274	PREVIDÊNCIA ESPECIAL		652.027.692	652.027.692
301	ATENÇÃO BÁSICA	400.000	4.170.997.581	4.170.997.581
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	30.470.000	15.146.276.567	15.176.746.567
303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO	18.829.762	1.645.685.800	1.664.515.562
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.350.000	149.300.000	152.650.000
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		906.084.000	906.084.000
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.028.745.464	1.504.032.654	2.532.778.118
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	304.848.599	6.679.572.114	6.679.420.713
332	RELAÇÕES DE TRABALHO	1.113.972	123.580.832	124.694.804
333	EMPREGABILIDADE	24.221.984	354.179.782	378.401.766
334	FOMENTO AO TRABALHO	629.294	1.700.000	2.329.294
361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.715.064.109		1.715.064.109
362	ENSINO MÉDIO	602.664.037		602.664.037
363	ENSINO PROFISSIONAL	631.212.179	150.000.000	781.212.179
364	ENSINO SUPERIOR	6.438.096.897	22.170.000	6.460.266.897
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	199.864.016	37.579.108	237.443.124
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	473.566.240		473.566.240
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	47.090.804		47.090.804
391	PATRIÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	76.289.118		76.289.118
392	DI FUSÃO CULTURAL	186.657.068		186.657.068
421	CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	212.420.584	4.978.416	217.399.000
422	DIREITOS INDIVISUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	49.739.649	29.363.000	79.102.649
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	67.827.060	100.000	67.927.060
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	852.658.670		852.658.670
452	SERVIÇOS URBANOS	10.052.328		10.052.328
453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	7.600.000		7.600.000
482	HABITAÇÃO URBANA	229.543.584		229.543.584
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL		1.306.630.543	1.306.630.543
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	28.595.317	248.420.566	277.015.883
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	648.903.141		648.903.141
542	CONTROLE AMBIENTAL	482.420.308		482.420.308
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	5.809.751		5.809.751
544	RECURSOS HÍDRICOS	1.233.159.106		1.233.159.106
545	METEOROLOGIA	25.134.165		25.134.165

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**  
 LDO, ART 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE	SUBFUNÇÃO	FI SCAL	SEGURI DADE	TOTAL
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	591.301.020	140.815.640	732.116.660
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	1.435.588.376	3.900.000	1.439.488.376
573	DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	37.132.707	20.574.000	57.706.707
601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	996.178.378		996.178.378
602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	29.565.636		29.565.636
603	DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	24.011.358		24.011.358
604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	60.729.384		60.729.384
605	ABASTECIMENTO	1.731.863.862	150.000	1.732.013.862
606	EXTENSÃO RURAL	371.645.636		371.645.636
607	IRRIGAÇÃO	328.970.485		328.970.485
631	REFORMA AGRÁRIA	1.265.871.100		1.265.871.100
632	COLONIZAÇÃO	9.180.000		9.180.000
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	114.721.101		114.721.101
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	493.991.513		493.991.513
663	MINERAÇÃO	34.705.186		34.705.186
664	PROPRIIDADE INDUSTRIAL	14.436.760		14.436.760
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	111.074.578	32.270.977	143.345.555
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	33.431.776		33.431.776
693	COMÉRCIO EXTERIOR	11.105.480		11.105.480
694	SERVIÇOS FINANCEIROS	9.200.000		9.200.000
695	TURISMO	393.396.030		393.396.030
721	COMUNICAÇÕES POSTAIS	3.580.000		3.580.000
722	TELECOMUNICAÇÕES	1.312.215.481		1.312.215.481
751	CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	5.600.000		5.600.000
752	ENERGIA ELÉTRICA	334.233.022		334.233.022
753	PETRÓLEO	303.136.812		303.136.812
781	TRANSPORTE AÉREO	253.369.543		253.369.543
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.255.871.425		3.255.871.425
783	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	727.640.151		727.640.151
784	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	1.108.296.427		1.108.296.427
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	36.996.514		36.996.514
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	321.831.367		321.831.367
841	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	208.976.206.108		208.976.206.108
842	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	6.851.810.701		6.851.810.701
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	84.569.721.027	5.512.983	84.575.234.010
844	SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	30.580.631.093	468.511.695	31.049.142.788
845	TRANSFERÊNCIAS	56.164.077.299	866.554.607	57.030.631.906
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	19.653.240.897	6.555.981.756	26.209.222.653
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.892.926.878		6.892.926.878
	TOTAL - GERAL	483.067.766.939	167.341.841.021	650.409.607.960

  

QUADRO DETALHADO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	FI SCAL	SEGURI DADE	TOTAL
01	LEGI SLATIVA	2.432.235.544	57.598.087	2.489.833.631
031	AÇÃO LEGI SLATIVA	1.577.117.112		1.577.117.112
032	CONTROLE EXTERNO	255.283.149		255.283.149
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	407.752.837		407.752.837
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	78.581.871		78.581.871
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	7.920.894		7.920.894
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	11.900.000		11.900.000
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	140.000		140.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		57.598.087	57.598.087
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	84.373.940		84.373.940
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.704.025		2.704.025
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	6.461.716		6.461.716
02	JUDICIÁRIA	7.153.307.066	180.050.024	7.333.357.090
061	AÇÃO JUDICIÁRIA	5.981.074.957		5.981.074.957
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	566.821.368		566.821.368
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	289.101.668		289.101.668
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	16.594.116		16.594.116
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	7.000		7.000
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		59.169.364	59.169.364
301	ATENÇÃO BÁSICA	400.000	120.880.660	121.280.660
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	238.845.843		238.845.843
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	29.879.243		29.879.243
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	30.582.871		30.582.871
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	957.592.068	12.153.042	969.745.110
091	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	636.018.253		636.018.253
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	12.728.800		12.728.800
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	229.573.576		229.573.576
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	70.000		70.000
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.083.472		25.083.472
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.656.158		2.656.158
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	48.000		48.000
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	24.500		24.500
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		5.325.976	5.325.976
301	ATENÇÃO BÁSICA		6.827.066	6.827.066
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	36.559.340		36.559.340
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	3.605.149		3.605.149
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	4.842.620		4.842.620
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	6.382.200		6.382.200
04	ADMINISTRAÇÃO	9.875.136.536	208.370.366	10.083.506.902
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	314.568.267		314.568.267
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.633.106.456		6.633.106.456
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	629.385.610		629.385.610
124	CONTROLE INTERNO	10.844.730		10.844.730
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	434.671.814		434.671.814
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	774.338.490		774.338.490
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	3.935.680		3.935.680
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	47.840.866		47.840.866
129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	210.225.000		210.225.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	79.337.891		79.337.891
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	3.562.600		3.562.600
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	18.500.000		18.500.000
271	PREVIDÊNCIA BÁSICA	9.253.000		9.253.000
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		97.684.217	97.684.217
273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR			
	TOTAL	185.230.103		185.230.103

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**  
 LDO, ART 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO DETALHADO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
	301 ATENÇÃO BÁSICA		110.686.149	110.686.149
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	108.267.930		108.267.930
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	25.899.240		25.899.240
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	19.152.635		19.152.635
	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.748.000		1.748.000
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.594.120		1.594.120
	573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	300.000		300.000
	662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	342.264.104		342.264.104
	665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	600.000		600.000
	691 PROMOÇÃO COMERCIAL	8.000.000		8.000.000
	693 COMÉRCIO EXTERIOR	3.310.000		3.310.000
	694 SERVIÇOS FINANCEIROS	9.200.000		9.200.000
05	DEFESA NACIONAL	11.353.019.230	600.311.672	11.953.330.902
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.736.871.334	41.140.457	7.778.011.791
	125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	3.300.000		3.300.000
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	98.975.648	151.000	99.126.648
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	51.927.312		51.927.312
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	832.569		832.569
	151 DEFESA AÉREA	1.346.929.617		1.346.929.617
	152 DEFESA NAVAL	529.122.718		529.122.718
	153 DEFESA TERRESTRE	476.193.003		476.193.003
	183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	13.694.529		13.694.529
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	6.515.715		6.515.715
	244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.394.762		1.394.762
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		28.378.813	28.378.813
	301 ATENÇÃO BÁSICA		65.278.368	65.278.368
	302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	400.000	463.467.472	463.867.472
	303 SUPORTE PROFISSIONAL E TERAPÊUTICO	1.803.914		1.803.914
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	285.103.409	1.528.078	286.631.487
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	100.881.523	272.444	101.153.967
	361 ENSINO FUNDAMENTAL	1.354.751		1.354.751
	362 ENSINO MÉDIO	1.067.069		1.067.069
	364 ENSINO SUPERIOR	6.755.374		6.755.374
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	80.494.728	95.040	80.589.768
	391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	1.334.147		1.334.147
	451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	75.370.983		75.370.983
	482 HABITAÇÃO URBANA	5.648.857		5.648.857
	545 METEOROLOGIA	140.000		140.000
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	20.357.507		20.357.507
	572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	229.548.837		229.548.837
	661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	40.010		40.010
	662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	4.381.075		4.381.075
	722 TELECOMUNICAÇÕES	3.253.306		3.253.306
	752 ENERGIA ELÉTRICA	118.400		118.400
	781 TRANSPORTE AÉREO	253.369.543		253.369.543
	782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	867.650		867.650
	784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	14.970.940		14.970.940
06	SEGURANÇA PÚBLICA	1.629.989.982	205.858.550	1.835.848.532
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	908.618.923		908.618.923
	125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.000.000		1.000.000
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.250.000		9.250.000
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	36.033.040	2.250.000	38.283.040
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	26.883.608		26.883.608
	181 POLICIAMENTO	616.648.232		616.648.232
	182 DEFESA CIVIL		178.945.640	178.945.640
	183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	5.487.890		5.487.890
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1.840.978		1.840.978
	243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.848.000		4.848.000
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		16.013.502	16.013.502
	301 ATENÇÃO BÁSICA		8.649.408	8.649.408
	303 SUPORTE PROFISSIONAL E TERAPÊUTICO	1.230.000		1.230.000
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	9.644.480		9.644.480
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.709.036		2.709.036
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	3.615.795		3.615.795
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	400.000		400.000
	573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	500.000		500.000
	722 TELECOMUNICAÇÕES	1.280.000		1.280.000
07	RELAÇÕES EXTERIORES	845.336.207	35.775.144	881.111.351
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	495.509.469		495.509.469
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.913.364		6.913.364
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.469.100		1.469.100
	211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	193.651.739		193.651.739
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	116.067.200		116.067.200
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		2.922.270	2.922.270
	301 ATENÇÃO BÁSICA		32.852.874	32.852.874
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.936.440		1.936.440
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	744.583		744.583
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	321.480		321.480
	392 DI FUSÃO CULTURAL	12.516.708		12.516.708
	573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.375.524		3.375.524
	691 PROMOÇÃO COMERCIAL	12.830.600		12.830.600
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	49.277.163	6.370.258.620	6.419.535.783
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		142.990.069	142.990.069
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		57.531.723	57.531.723
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		12.118.000	12.118.000
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	700.000		700.000
	241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO		1.847.770.392	1.847.770.392
	242 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		3.323.704.082	3.323.704.082
	243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		851.245.385	851.245.385
	244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	24.318.608	134.898.969	159.217.577
	512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	24.258.555		24.258.555
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL		114.726.906.776	114.726.906.776
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.974.112.469	1.974.112.469
	125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		26.425.013	26.425.013
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		363.679.360	363.679.360
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		9.557.099	9.557.099
	129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS		8.757.862	8.757.862
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL		7.227.164	7.227.164

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**  
 LDO, ART 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO DETALHADO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		235.000	235.000
	271 PREVIDÊNCIA BÁSICA		83.096.206.328	83.096.206.328
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		28.446.085.167	28.446.085.167
	273 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		2.519.410	2.519.410
	274 PREVIDÊNCIA ESPECIAL		652.027.692	652.027.692
	301 ATENÇÃO BÁSICA		69.732.184	69.732.184
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		34.791.576	34.791.576
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		14.794.586	14.794.586
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL		10.128.068	10.128.068
	665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE		10.627.798	10.627.798
10	SAÚDE	45.865.848	25.839.944.131	25.885.809.979
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		2.642.628.374	2.642.628.374
	125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		38.440.500	38.440.500
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		170.312.364	170.312.364
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		39.467.100	39.467.100
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL		14.350.000	14.350.000
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		26.772.000	26.772.000
	241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO		2.000.000	2.000.000
	242 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		2.165.000	2.165.000
	243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		1.300.000	1.300.000
	244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		14.125.630	14.125.630
	273 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		4.699.302	4.699.302
	301 ATENÇÃO BÁSICA		3.502.307.000	3.502.307.000
	302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	30.070.000	14.466.884.878	14.496.954.878
	303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	15.795.848	1.639.470.800	1.655.266.648
	304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA		149.300.000	149.300.000
	305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		906.084.000	906.084.000
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		567.713.000	567.713.000
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		48.508.000	48.508.000
	363 ENSINO PROFISSIONAL		70.000.000	70.000.000
	364 ENSINO SUPERIOR		21.820.000	21.820.000
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL		27.356.000	27.356.000
	511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL		1.306.630.543	1.306.630.543
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		132.055.640	132.055.640
	572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		3.900.000	3.900.000
	573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		20.574.000	20.574.000
	665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE		21.080.000	21.080.000
11	TRABALHO	586.403.240	7.270.485.395	7.856.888.635
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	482.815.645	208.481.359	691.297.004
	125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	34.519.731	9.379.013	43.898.744
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.786.077	116.975.400	119.761.477
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	8.537.345	8.030.000	16.567.345
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	2.852.189	30.000.000	32.852.189
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	77.724		77.724
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		5.130.865	5.130.865
	301 ATENÇÃO BÁSICA		13.671.060	13.671.060
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	7.732.208		7.732.208
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	7.954.332	6.310.997.084	6.318.951.416
	332 RELAÇÕES DE TRABALHO	1.113.972	123.580.832	124.694.804
	333 EMPREGABILIDADE	24.221.984	354.179.782	378.401.766
	334 FOMENTO AO TRABALHO	629.294	1.700.000	2.329.294
	363 ENSINO PROFISSIONAL		80.000.000	80.000.000
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.548.492		1.548.492
	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DI FUSOS	413.849		413.849
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	7.423.568	8.360.000	15.783.568
	573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.101.830		3.101.830
	665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	675.000		675.000
12	EDUCAÇÃO	11.086.541.818	3.155.863.997	14.242.405.815
	121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.800.000		4.800.000
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	688.127.233		688.127.233
	123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	11.317.960	155.000.000	166.317.960
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	63.054.700		63.054.700
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	76.183.025		76.183.025
	129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	1.950.000		1.950.000
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	7.000.000		7.000.000
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	7.081.283		7.081.283
	243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		1.846.000.000	1.846.000.000
	244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	87.287		87.287
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		9.532.886	9.532.886
	301 ATENÇÃO BÁSICA		22.841.894	22.841.894
	302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		215.924.217	215.924.217
	303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		6.215.000	6.215.000
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	157.679.006	900.000.000	1.057.679.006
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	98.470.266		98.470.266
	361 ENSINO FUNDAMENTAL	1.702.268.358		1.702.268.358
	362 ENSINO MÉDIO	601.596.968		601.596.968
	363 ENSINO PROFISSIONAL	630.372.179		630.372.179
	364 ENSINO SUPERIOR	6.431.341.523	350.000	6.431.691.523
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	36.203.147		36.203.147
	366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	473.566.240		473.566.240
	367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	47.090.804		47.090.804
	391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	926.760		926.760
	392 DI FUSÃO CULTURAL	1.237.656		1.237.656
	423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	300.000		300.000
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	25.301.261		25.301.261
	572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	20.370.000		20.370.000
	573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	216.162		216.162
13	CULTURA	353.948.583	5.291.811	359.240.394
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	90.196.712		90.196.712
	125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	850.000		850.000
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.437.096		2.437.096
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4.426.000		4.426.000
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	2.927.200		2.927.200
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1.184.498		1.184.498
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		558.593	558.593
	301 ATENÇÃO BÁSICA		4.733.218	4.733.218
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.627.424		2.627.424
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.108.328		2.108.328

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**  
 LDO, ART 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO DETALHADO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	562.464		562.464
	391 PATRI MÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	73.599.065		73.599.065
	392 DI FUSÃO CULTURAL	172.802.704		172.802.704
	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	150.000		150.000
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	77.092		77.092
14	DIREITOS DA CIDADANIA	465.425.232	41.198.262	506.623.494
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	134.713.632		134.713.632
	125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	4.498.320		4.498.320
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.330.144		2.330.144
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	10.763.066	3.000.000	13.763.066
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	452.600	400.000	852.600
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		786.190	786.190
	301 ATENÇÃO BÁSICA		2.170.656	2.170.656
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.748.990		1.748.990
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	773.190		773.190
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	348.500		348.500
	392 DI FUSÃO CULTURAL	100.000		100.000
	421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	200.565.394	4.978.416	205.543.810
	422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	41.045.600	29.363.000	70.408.600
	423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	66.648.796	100.000	66.748.796
	541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	690.000		690.000
	543 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	575.000		575.000
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	172.000	400.000	572.000
15	URBANO	794.940.015		794.940.015
	451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	777.287.687		777.287.687
	452 SERVIÇOS URBANOS	10.052.328		10.052.328
	453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	7.600.000		7.600.000
16	HABITAÇÃO	224.894.727		224.894.727
	482 HABITAÇÃO URBANA	223.894.727		223.894.727
	665 NORMATIZAÇÃO E QUALIDADE	1.000.000		1.000.000
17	SANEAMENTO		248.983.745	248.983.745
	512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO		248.420.566	248.420.566
	665 NORMATIZAÇÃO E QUALIDADE		563.179	563.179
18	GESTÃO AMBIENTAL	2.778.834.026	11.582.058	2.790.416.084
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	303.903.604		303.903.604
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	11.227.666		11.227.666
	127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	8.855.279		8.855.279
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.305.546		1.305.546
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	2.510.000		2.510.000
	182 DEFESA CIVIL	280.000		280.000
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	1.522.687		1.522.687
	244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	7.617.256		7.617.256
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		3.291.699	3.291.699
	301 ATENÇÃO BÁSICA		8.290.359	8.290.359
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	5.782.758		5.782.758
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.131.808		2.131.808
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.527.600		1.527.600
	423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	838.264		838.264
	512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	4.336.762		4.336.762
	541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	648.213.141		648.213.141
	542 CONTROLE AMBIENTAL	482.320.308		482.320.308
	543 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	2.734.751		2.734.751
	544 RECURSOS HÍDRICOS	1.233.159.106		1.233.159.106
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	10.387.631		10.387.631
	572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	205.771		205.771
	573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.817.734		7.817.734
	601 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	2.453.575		2.453.575
	606 EXTENSÃO RURAL	934.396		934.396
	665 NORMATIZAÇÃO E QUALIDADE	1.130.000		1.130.000
	691 PROMOÇÃO COMERCIAL	857.386		857.386
	695 TURISMO	33.980.997		33.980.997
	782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.800.000		2.800.000
19	Ciência e tecnologia	2.000.553.382	17.211.502	2.017.764.884
	121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.000.000		1.000.000
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	383.578.063		383.578.063
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.275.676		1.275.676
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.265.645		2.265.645
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.953.620		3.953.620
	153 DEFESA TERRESTRE	100.000		100.000
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	5.246.624		5.246.624
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		4.230.449	4.230.449
	273 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1.409.178		1.409.178
	301 ATENÇÃO BÁSICA		12.981.053	12.981.053
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	7.932.642		7.932.642
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	4.097.581		4.097.581
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.953.985		1.953.985
	571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	525.587.841		525.587.841
	572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	1.042.796.280		1.042.796.280
	573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	19.209.457		19.209.457
	691 PROMOÇÃO COMERCIAL	146.790		146.790
20	AGRICULTURA	8.499.956.528	309.637.055	8.809.593.583
	121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	160.000		160.000
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	906.155.806		906.155.806
	125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	3.795.030		3.795.030
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.451.400		3.451.400
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.647.096		2.647.096
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	192.600		192.600
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	26.433.350		26.433.350
	244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		253.300.000	253.300.000
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		15.356.055	15.356.055
	273 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	52.075.000		52.075.000
	301 ATENÇÃO BÁSICA		40.831.000	40.831.000
	304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.350.000		3.350.000
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	35.483.000		35.483.000
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	6.166.000		6.166.000
	363 ENSINO PROFISSIONAL	800.000		800.000
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.485.000		4.485.000
	423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	40.000		40.000

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**  
 LDO, ART 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO DETALHADO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	FI SCAL	SEGURIDADE	TOTAL
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	2.500.000		2.500.000
545	METEOROLOGIA	24.994.165		24.994.165
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	123.921.370		123.921.370
601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	993.724.803		993.724.803
602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	29.565.636		29.565.636
603	DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	24.011.358		24.011.358
604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	60.729.384		60.729.384
605	ABASTECIMENTO	1.731.863.862	150.000	1.732.013.862
606	EXTENSÃO RURAL	370.711.240		370.711.240
607	IRRIGAÇÃO	328.970.485		328.970.485
693	COMÉRCIO EXTERIOR	800.000		800.000
752	ENERGIA ELÉTRICA	26.663.000		26.663.000
843	SERVIÇO DA DíVIDA INTERNA	86.949.943		86.949.943
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	3.649.317.000		3.649.317.000
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.550.916.878	15.317.484	1.566.234.362
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	239.626.178		239.626.178
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8.330.000		8.330.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.580.000		2.580.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	8.634.600		8.634.600
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		5.211.484	5.211.484
301	ATENÇÃO BÁSICA		10.106.000	10.106.000
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	6.036.000		6.036.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.433.000		2.433.000
361	ENSINO FUNDAMENTAL	11.441.000		11.441.000
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.285.000		1.285.000
631	REFORMA AGRÁRIA	1.265.871.100		1.265.871.100
632	COLONIZAÇÃO	4.680.000		4.680.000
22	INDÚSTRIA	469.431.988	5.119.938	474.551.926
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	158.309.719		158.309.719
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.074.400		9.074.400
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.573.600		2.573.600
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.600.000		5.600.000
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	533.000		533.000
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		940.258	940.258
273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	917.060		917.060
301	ATENÇÃO BÁSICA		4.179.680	4.179.680
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	3.601.510		3.601.510
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.022.910		2.022.910
363	ENSINO PROFISSIONAL	40.000		40.000
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	699.670		699.670
391	PATRIÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	429.146		429.146
542	CONTROLE AMBIENTAL	100.000		100.000
632	COLONIZAÇÃO	4.500.000		4.500.000
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	114.681.091		114.681.091
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	5.538.358		5.538.358
663	MINERAÇÃO	34.705.186		34.705.186
664	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	14.436.760		14.436.760
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	107.669.578		107.669.578
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	4.000.000		4.000.000
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.680.975.819	822.824	2.681.798.643
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	74.506.994		74.506.994
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.147.580		2.147.580
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.122.032		13.122.032
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.977.516		1.977.516
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.034.641		3.034.641
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	244.543		244.543
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		240.966	240.966
301	ATENÇÃO BÁSICA		581.858	581.858
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	465.000		465.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	230.000		230.000
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	110.000		110.000
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	7.597.000		7.597.000
693	COMÉRCIO EXTERIOR	6.995.480		6.995.480
695	TURISMO	359.415.033		359.415.033
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.211.130.000		2.211.130.000
24	COMUNICAÇÕES	1.757.719.934	48.102.364	1.805.822.298
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	325.316.719		325.316.719
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	43.102.300		43.102.300
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	11.134.800		11.134.800
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	50.715.960		50.715.960
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	4.393.500		4.393.500
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		16.926.864	16.926.864
273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	2.400.000		2.400.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		31.175.500	31.175.500
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	5.824.060		5.824.060
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.197.460		2.197.460
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.372.960		1.372.960
721	COMUNICAÇÕES POSTAIS	3.580.000		3.580.000
722	TELECOMUNICAÇÕES	1.307.682.175		1.307.682.175
25	ENERGIA	1.272.023.132	10.553.065	1.282.576.197
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	7.000.000		7.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	380.094.032		380.094.032
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44.707.314		44.707.314
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	8.102.628		8.102.628
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	33.330.128		33.330.128
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	655.058		655.058
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		1.501.038	1.501.038
273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	10.578.080		10.578.080
301	ATENÇÃO BÁSICA		9.052.027	9.052.027
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	7.704.518		7.704.518
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	3.313.201		3.313.201
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.070.645		1.070.645
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	17.471.118		17.471.118
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	141.807.976		141.807.976
751	CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	5.600.000		5.600.000
752	ENERGIA ELÉTRICA	307.451.622		307.451.622
753	PETRÓLEO	303.136.812		303.136.812
26	TRANSPORTE	5.699.800.340	67.884.068	5.767.684.408

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**  
 LDO, ART 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO DETALHADO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
	121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.318.000		1.318.000
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	519.957.387		519.957.387
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	52.968.977		52.968.977
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.260.474		5.260.474
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.472.510		5.472.510
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	27.500		27.500
	272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		32.712.588	32.712.588
	273 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	10.476.681		10.476.681
	301 ATENÇÃO BÁSICA		35.171.480	35.171.480
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	21.396.966		21.396.966
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	6.527.724		6.527.724
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	3.224.708		3.224.708
	782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.252.203.775		3.252.203.775
	783 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	727.640.151		727.640.151
	784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	1.093.325.487		1.093.325.487
27	DESPORTO E LAZER	378.035.071		378.035.071
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	158.000		158.000
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.300.000		3.300.000
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	7.000		7.000
	421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	11.855.190		11.855.190
	572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	1.275.000		1.275.000
	573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	2.612.000		2.612.000
	811 DESPORTO DE RENDIMENTO	36.996.514		36.996.514
	812 DESPORTO COMUNITÁRIO	321.831.367		321.831.367
28	ENCARGOS ESPECIAIS	401.232.679.704	7.896.561.041	409.129.240.745
	212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	384.389.522		384.389.522
	841 FINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	208.976.206.108		208.976.206.108
	842 FINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	6.851.810.701		6.851.810.701
	843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	84.482.771.084	5.512.983	84.488.284.067
	844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	30.580.631.093	468.511.695	31.049.142.788
	845 TRANSFERÊNCIAS	56.164.077.299	866.554.607	57.030.631.906
	846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	13.792.793.897	6.555.981.756	20.348.775.653
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.892.926.878		6.892.926.878
	999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.892.926.878		6.892.926.878
	TOTAL - GERAL	483.067.766.939	167.341.841.021	650.409.607.960

---

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA

---

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR PROGRAMA**  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

PROGRAMA	FI SCAL	SEGURI DADE	TOTAL
0001 SAÚDE DA FAMÍLIA		3.234.860.000	3.234.860.000
0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES		887.734.000	887.734.000
0003 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS		596.260.000	596.260.000
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS		1.211.002.898	1.211.002.898
0005 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	1.803.914	507.171.800	508.975.714
0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS		292.000.000	292.000.000
0007 QUALIDADE DO SANGUE		184.900.000	184.900.000
0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL		472.600.000	472.600.000
0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM		100.000.000	100.000.000
0010 VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS		139.335.000	139.335.000
0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA		233.292.000	233.292.000
0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE		129.688.200	129.688.200
0013 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	61.570	112.000.000	112.061.570
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE		61.998.274	61.998.274
0017 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS	30.070.000	44.325.000	74.395.000
0018 SAÚDE MENTAL		39.800.000	39.800.000
0019 PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS		29.041.100	29.041.100
0020 CONTROLE DA HANSENÍASE E DE OUTRAS DERMATOSES		14.106.000	14.106.000
0021 SAÚDE DA MULHER		10.870.000	10.870.000
0022 SAÚDE DO TRABALHADOR		5.100.000	5.100.000
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR		13.023.621.000	13.023.621.000
0024 VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FROTEIRAS		8.500.000	8.500.000
0025 SAÚDE SUPLEMENTAR		28.000.000	28.000.000
0026 SAÚDE DO JOVEM		7.075.000	7.075.000
0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO		17.291.000	17.291.000
0028 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES		1.751.000	1.751.000
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA	1.659.882.878	2.917.119.000	4.577.001.878
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	5.869.109.843	350.000	5.869.459.843
0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	81.865.080		81.865.080
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	534.742.054		534.742.054
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	634.357.973	50.000.000	684.357.973
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	552.733.585		552.733.585
0046 HOSPITAIS DE ENSINO		215.924.217	215.924.217
0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	491.346.240		491.346.240
0048 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	126.744.386		126.744.386
0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.675.966		50.675.966
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	17.590.205		17.590.205
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	23.140.156		23.140.156
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	350.000	3.448.504.155	3.448.854.155
0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO		1.962.358.885	1.962.358.885
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA	18.170.000	310.389.385	328.559.385
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	2.068.819	473.420.608	475.489.427
0070 BRASIL JOVEM		89.606.160	89.606.160
0071 COMUNIDADE ATIVA	24.500.000	40.443.984	64.943.984
0072 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		8.145.458	8.145.458
0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	700.000	5.810.000	6.510.000
0074 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES	893.034		893.034
0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FROTEIRA DO MERCOSUL	7.948.800		7.948.800
0076 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS	876.960		876.960
0077 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA	876.960		876.960
0078 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO	584.640		584.640
0079 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS	584.640		584.640
0080 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE	584.640		584.640
0081 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL	876.960		876.960
0082 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI	691.202		691.202
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA		83.510.762.083	83.510.762.083
0084 ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		243.440.079	243.440.079
0085 QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL		82.472.529	82.472.529
0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		3.182.596	3.182.596
0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		10.821.018	10.821.018
0088 INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO		592.167.304	592.167.304
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		28.746.788.801	28.746.788.801
0090 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA RIBEIRA E GUARAUQUECABA	686.000		686.000
0091 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE	682.080		682.080
0092 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ	682.080		682.080
0093 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA	592.000		592.000
0094 DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	5.982.000		5.982.000
0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO		5.559.249.173	5.559.249.173
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	69.923	953.612.809	953.682.732
0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR		326.548.688	326.548.688
0102 TRABALHO LEGAL	32.394.266	212.315.477	244.709.743
0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		24.704.610	24.704.610
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	8.303.196	51.598.920	59.902.116
0105 TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL	26.533.617	1.081.250	27.614.867
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO		28.895.000	28.895.000
0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIDADOR E DEGRADANTE	1.000.000	1.600.000	1.600.000
0119 SANEAMENTO BÁSICO		1.233.850.543	1.233.850.543
0120 DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FROTEIRA	63.779.999		63.779.999
0121 NOSSO BAIRRO	128.760.979		128.760.979
0122 SANEAMENTO É VIDA	100.000	218.222.557	218.322.557
0128 MORAR MELHOR	223.894.727		223.894.727
0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	799.963.000		799.963.000
0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	281.351.100		281.351.100
0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	154.069.000		154.069.000
0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	22.850.000		22.850.000

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR PROGRAMA**  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

PROGRAMA	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
0139 GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA	9.038.000		9.038.000
0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	25.908.232	126.071.000	151.979.232
0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS	48.309.184		48.309.184
0152 REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	300.000	26.259.416	26.559.416
0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	8.375.000	6.855.000	15.230.000
0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS	10.220.000	46.700.000	56.920.000
0155 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	1.097.000		1.097.000
0156 COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER	4.555.000	70.000	4.625.000
0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS	19.845.550		19.845.550
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	41.291.536		41.291.536
0168 LIVRO ABERTO	20.420.707		20.420.707
0169 CINEMA, SOM E VÍDEO	15.708.114		15.708.114
0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	110.688.988		110.688.988
0171 MUSEU MEMÓRIA E FUTURO	14.080.914		14.080.914
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	19.114.961		19.114.961
0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	3.213.834		3.213.834
0180 ESPORTE SOLIDÁRIO	235.482.876	100.000	235.582.876
0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA	40.868.514		40.868.514
0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	700.111.666		700.111.666
0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	614.446.987		614.446.987
0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	587.170.474		587.170.474
0223 MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS	33.548.644		33.548.644
0224 DESCENTRALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	18.572.506		18.572.506
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES	89.746.880		89.746.880
0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA	24.854.677		24.854.677
0227 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	16.767.669		16.767.669
0228 NAVEGAÇÃO INTERIOR	3.458.042		3.458.042
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO	88.390.000		88.390.000
0230 CORREDOR LESTE	409.698.200		409.698.200
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	144.232.000		144.232.000
0232 CORREDOR SUDOESTE	79.312.000		79.312.000
0233 CORREDOR MERCOSUL	505.418.919		505.418.919
0234 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA	127.800.000		127.800.000
0235 CORREDOR NORDESTE	337.549.998		337.549.998
0236 CORREDOR OESTE-NORTE	229.852.000		229.852.000
0237 CORREDOR ARAGUAI-A-TOCANTINS	447.513.317		447.513.317
0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE	219.450.000		219.450.000
0250 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	156.200.000		156.200.000
0251 SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES	22.956.000		22.956.000
0252 CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS	22.472.507		22.472.507
0253 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	20.858.000		20.858.000
0254 TELEFÔNIA FIXA	29.400.000		29.400.000
0255 SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO	1.752.100		1.752.100
0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	832.000.000		832.000.000
0270 PRODUÇÃO DE COMPONENTES E INSUMOS PARA A INDÚSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA	157.630.651		157.630.651
0271 ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	246.768.076		246.768.076
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	50.449.553		50.449.553
0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES	190.357.285		190.357.285
0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	43.754.751		43.754.751
0275 PROTEÇÃO DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCOOL COMBUSTÍVEL	55.379.714		55.379.714
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	11.699.022		11.699.022
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET	669.528		669.528
0301 COMBATE AO DESPÉRCIO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL	5.669.528		5.669.528
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	7.383.912		7.383.912
0311 GESTÃO URBANA E METROPOLITANA	4.113.416		4.113.416
0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	893.517.883		893.517.883
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	1.412.251.540	253.300.000	1.665.551.540
0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	4.147.828.380		4.147.828.380
0353 PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL	44.300.000		44.300.000
0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA	32.539.920		32.539.920
0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS	13.630.600		13.630.600
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	36.741.540		36.741.540
0357 CONTROLE DE FROTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA	46.587.164		46.587.164
0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	5.212.000		5.212.000
0359 PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA	17.927.500		17.927.500
0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	11.315.200		11.315.200
0361 PRODUTIVIDADE DE CEREIAIS	11.373.000		11.373.000
0362 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	27.379.400		27.379.400
0363 PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS	4.750.268		4.750.268
0364 AGRICULTURA DE PRECISÃO	9.336.000		9.336.000
0365 SEGURO RURAL	16.519.232		16.519.232
0366 DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER	6.632.000		6.632.000
0367 PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA	3.239.400		3.239.400
0368 CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA	9.720.000		9.720.000
0369 PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS	6.016.370		6.016.370
0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA	8.068.838		8.068.838
0371 PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA	3.656.200		3.656.200
0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	13.602.798		13.602.798
0373 PRODUTIVIDADE DA CÍTRICULTURA	1.577.000		1.577.000
0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	5.220.000		5.220.000
0375 QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS	5.196.300		5.196.300
0376 QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS	2.986.700		2.986.700
0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	1.503.000		1.503.000
0378 FOMENTO À EQUICULTURA	2.000.000		2.000.000
0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	328.170.485		328.170.485
0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	106.589.578		106.589.578
0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL	18.857.130		18.857.130
0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	14.101.650		14.101.650
0393 PROPRIEDADE INTELECTUAL	14.636.760		14.636.760
0395 PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA	1.766.524		1.766.524
0396 DESIGN BRASIL	1.763.200		1.763.200
0397 MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL	342.264.104		342.264.104
0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO	93.902.993		93.902.993
0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	7.912.000		7.912.000
0412 DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR	8.632.700		8.632.700

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR PROGRAMA**  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VIII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

PROGRAMA	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO	33.676.420		33.676.420
0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO	158.829.952	8.186.630	167.016.582
0415 JOVEM EMPREENDEDOR	800.000	5.500.000	6.300.000
0416 CULTURA EXPORTADORA	1.258.200		1.258.200
0418 DEFESA COMERCIAL	574.580		574.580
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	47.312.000		47.312.000
0421 FINANCIAMENTO AS EXPORTAÇÕES	2.219.130.000		2.219.130.000
0460 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA	427.910.942		427.910.942
0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	291.303.187		291.303.187
0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA	134.286.065		134.286.065
0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE	333.117.124		333.117.124
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	115.766.726		115.766.726
0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II	89.269.570		89.269.570
0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA	58.511.383	1.000.000	59.511.383
0467 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR	13.573.473		13.573.473
0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS	30.466.165		30.466.165
0469 APLICAÇÕES NUCLEARES NA ÁREA MÉDICA	15.795.848		15.795.848
0470 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO	3.102.298		3.102.298
0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO	4.460.350		4.460.350
0472 PROANTAR	2.230.284		2.230.284
0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	16.885.652		16.885.652
0474 RECURSOS DO MAR	1.552.680		1.552.680
0475 MUDANÇAS CLIMÁTICAS	842.250		842.250
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	31.398.649		31.398.649
0477 DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	7.778.914		7.778.914
0479 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO	193.866.201		193.866.201
0495 PROÁGUA - GESTÃO	49.144.480		49.144.480
0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	108.267.977		108.267.977
0497 ÁGUAS DO BRASIL	27.376.624		27.376.624
0498 PANTANAL	29.459.118		29.459.118
0499 PARQUES DO BRASIL	130.816.922		130.816.922
0500 TURISMO VERDE	27.094.994		27.094.994
0501 QUALIDADE AMBIENTAL	176.790.613		176.790.613
0502 AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL	121.704.472		121.704.472
0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS	30.170.716		30.170.716
0504 SEGURANÇA NUCLEAR	15.032.736		15.032.736
0505 FLORESTAR	29.344.097		29.344.097
0506 FLORESTAS SUSTENTÁVEIS	34.377.562		34.377.562
0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO	36.618.000		36.618.000
0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIODIVERSIDADE	23.964.413		23.964.413
0509 PROBLEMA DA AMAZÔNIA	7.787.307		7.787.307
0510 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MNERADAS	2.587.215		2.587.215
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	26.869.619		26.869.619
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	9.039.279		9.039.279
0513 NOSSOS RIOS: PARÁIBA DO SUL	2.760.000		2.760.000
0514 NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS	2.160.000		2.160.000
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA	1.344.966.690		1.344.966.690
0516 BRASIL JOGA LIMPO	95.651.198		95.651.198
0517 PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO.	3.000.000		3.000.000
0518 DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PRODEAGRO	5.000.000		5.000.000
0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL	665.262.603		665.262.603
0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO	5.820.000		5.820.000
0550 CONTROLE EXTERNO	321.553.009	7.715.000	329.268.009
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	839.942.939	21.557.800	861.500.739
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.270.739.596	28.325.287	1.299.064.883
0565 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO STF	119.158.726	5.582.367	124.741.093
0566 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL MILITAR	62.048.188	4.386.493	66.434.681
0567 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL	366.750.253	9.633.542	376.383.795
0568 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	245.982.615	9.915.196	255.897.811
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	1.940.574.451	44.620.956	1.985.195.407
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	1.250.203.627	29.779.120	1.279.982.747
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	3.168.664.206	76.132.350	3.244.796.556
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	12.728.800		12.728.800
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	782.207.434	11.065.396	793.272.830
0620 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO	406.951.901		406.951.901
0621 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA	450.046.840		450.046.840
0622 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA	437.241.395		437.241.395
0623 PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO	411.798.293		411.798.293
0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	14.871.413	868.182	15.739.595
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	159.627.907		159.627.907
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROSPAÇIAL	156.928.072		156.928.072
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	125.470.139		125.470.139
0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL	84.837.862		84.837.862
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	61.294.172		61.294.172
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	218.750.281		218.750.281
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	545.350.487		545.350.487
0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	31.474.871		31.474.871
0636 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE CIVIL	35.773.811		35.773.811
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	454.000	463.467.472	463.921.472
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	12.086.811		12.086.811
0639 SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO	16.435.284		16.435.284
0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA	6.097.445		6.097.445
0641 INTELIGÊNCIA NACIONAL	14.318.741		14.318.741
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	4.578.825		4.578.825
0643 CALHA NORTE	44.790.053		44.790.053
0644 CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS	1.500.000		1.500.000
0645 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA MARINHA À SOCIEDADE CIVIL	118.780		118.780
0646 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA AERONÁUTICA À SOCIEDADE CIVIL	157.644		157.644
0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÁNSITO	144.990.817		144.990.817
0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	216.360.950		216.360.950
0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	31.801.801		31.801.801
0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS	229.850.820		229.850.820
0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	155.383.274		155.383.274
0665 NACIONAL ANTI DROGAS	10.071.219		10.071.219
0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO	358.062.372	4.057.505	362.119.877
0667 DEFESA CIVIL		181.195.640	181.195.640
0668 PAZ NAS ESCOLAS	6.248.000		6.248.000
0669 CONTROLE DO TRÁFEGO INTERNACIONAL EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS	11.000.000		11.000.000

**DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR PROGRAMA**  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO VII

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

PROGRAMA	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
0670 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS	10.196.300	50.000	10.246.300
0671 RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA	134.000		134.000
0680 RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	304.540.376		304.540.376
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	166.181.122	27.007.000	193.188.122
0682 DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR	12.030.082		12.030.082
0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	3.120.123		3.120.123
0684 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL	13.714.000		13.714.000
0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	1.008.100		1.008.100
0686 ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR	673.960		673.960
0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	12.484.577		12.484.577
0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS	427.074	277.543	704.617
0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	3.368.000		3.368.000
0698 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DA JUSTIÇA	735.200		735.200
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	6.382.200		6.382.200
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	19.775.735.677	4.349.206.708	24.124.942.385
0751 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO	231.919.108		231.919.108
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	119.222.214	27.877.164	147.099.378
0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS	63.679.151		63.679.151
0755 DESENVOLVIMENTO DE REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.253.000	1.506.140	10.759.140
0756 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA	5.000.000		5.000.000
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	57.929.004		57.929.004
0759 NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO	1.514.000		1.514.000
0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	874.010.000		874.010.000
0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO	6.779.000		6.779.000
0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	97.763.300		97.763.300
0774 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	540.395.000		540.395.000
0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO	36.952.000		36.952.000
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	79.829.000		79.829.000
0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS	13.863.377		13.863.377
0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	14.691.000		14.691.000
0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO	2.425.400		2.425.400
0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS	7.282.297		7.282.297
0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	10.834.730		10.834.730
0790 CENSO 2000	11.294.976		11.294.976
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	1.932.614.650	885.381.474	2.817.996.124
0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA	41.742.227		41.742.227
0793 QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO	1.281.190		1.281.190
0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	22.064.162		22.064.162
0795 GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	26.423.100		26.423.100
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	49.261.875		49.261.875
0797 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	11.984.000		11.984.000
0798 REDUÇÃO DE CUSTOS NA AQUISIÇÃO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS	20.366.227		20.366.227
0799 CARTOGRAFIA NACIONAL	3.218.076		3.218.076
0800 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE	799.826.837		799.826.837
0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES	3.370.200		3.370.200
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL	14.425.090		14.425.090
0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO	395.200.642		395.200.642
0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA	646.981.708		646.981.708
0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	289.442.425	150.000	289.592.425
0808 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE	6.252.270		6.252.270
0810 PBOP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT	1.000.000		1.000.000
0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL	3.525.000		3.525.000
0813 MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	16.021.000		16.021.000
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.608.150.727	689.589.585	2.297.740.312
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	2.763.838.098	3.942.809.234	6.706.647.332
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	55.030.159.630	327.861.856	55.358.021.486
0904 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.005.681.249	538.692.751	1.544.374.000
0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA ( JUROS E AMORTIZAÇÕES)	84.797.414.395	5.512.983	84.802.927.378
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA ( JUROS E AMORTIZAÇÕES)	30.580.631.093	468.511.695	31.049.142.788
0907 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	208.976.206.108		208.976.206.108
0908 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	6.851.810.701		6.851.810.701
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	7.771.561.761	1.923.582.937	9.695.144.698
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.892.926.878		6.892.926.878
5005 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA	263.000		263.000
5006 FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE	3.268.080		3.268.080
8002 GOVERNO ELETRÔNICO	71.777.050		71.777.050
8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	5.580.000		5.580.000
8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		22.574.558	22.574.558
8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES	5.889.000		5.889.000
8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER	22.056.532	43.697.480	65.754.012
8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL	500.000	500.000	1.000.000
8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	232.342.578		232.342.578
8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO	131.600		131.600
8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	166.065.768		166.065.768
8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	187.000		187.000
8028 ESPORTE NA ESCOLA	87.821.491		87.821.491
8032 OPERAÇÕES MILITARES	19.400.323		19.400.323
8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES	150.808.000		150.808.000
9989 TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO	7.600.000		7.600.000
9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE	4.907.917		4.907.917
9991 CARTA DE CRÉDITO	350.000.000		350.000.000
9998 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II	59.700.000		59.700.000
TOTAL - GERAL	483.067.766.939	167.341.841.021	650.409.607.960

---

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

---

## MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO

LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X  
QUADRO SÍNTESE

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

PROGRAMA	VALOR
0009 - PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM	90.357.000
0011 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	1.700.000
0012 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE	1.220.000
0023 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	12.900.000
0040 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA	1.659.882.878
0041 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	5.140.708.226
0042 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	81.865.080
0043 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	534.545.054
0044 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	683.304.973
0045 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	552.633.585
0046 - HOSPITAIS DE ENSINO	72.814.734
0047 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	479.905.240
0048 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	126.744.386
0049 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.675.966
0051 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	17.590.205
0067 - ATENÇÃO À CRIANÇA	18.170.000
0150 - ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	500.000
0170 - PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	450.000
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	100.000
0362 - DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	800.000
0461 - EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	23.637.581
0638 - ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCÍCIO	2.421.820
0660 - EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO	8.661.000
0668 - PAZ NAS ESCOLAS	1.400.000
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	585.000.334
0904 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	458.634.030
<b>TOTAL</b>	<b>10.606.622.092</b>

  

FONTE	VALOR
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	156.823.354
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.659.371.293
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.211.524.884
145 - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - FINANCEIRA	168.645.966
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	279.532.807
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	11.202.550
150 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	9.301.159
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	31.848.000
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	1.700.000
179 - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	200.000.000
180 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	80.000.000
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.715.000
249 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	9.261.018
250 - RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	545.308.740
280 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	12.333.770
281 - RECURSOS DE CONVÊNIO	53.468.780
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	138.009.692
295 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	100.000
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	121.045
979 - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	31.354.034
<b>TOTAL</b>	<b>10.606.622.092</b>

  

ÓRGÃO	VALOR
22 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	800.000
26 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	9.979.404.662
30 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	8.661.000
36 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	76.177.000
38 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	80.000.000
47 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	523.580
52 - MINISTÉRIO DA DEFESA	2.421.820
73 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	458.634.030
<b>TOTAL</b>	<b>10.606.622.092</b>

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

## CONSTRUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE RECURSOS

A) RECEITA DE IMPOSTOS(1.1.1.0.00.00)	106.896.631.194
A1) IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	10.555.782.779
A2) IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	35.290.775
A3) IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	239.467.239
A4) IMPOSTO SOBRE A RENDA	70.160.213.251
A5) IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	21.967.186.702
A6) IMPOSTO SOBRE OP. DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO	3.938.690.448
B) EXCLUSÕES	64.231.834.508
B1) DESVINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21.379.326.239
B2) PARCELA DE ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS TRANSFERIDA PARA ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, E MUNICÍPIOS	42.852.508.269
TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR - CF ART. 158, II.	119.733.620
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FPE - CF ART. 159, I, A.	19.807.390.990
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM - CF ART. 159, I, B.	20.728.664.989
COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF EXPORTADORES NA ARRECADAÇÃO DO IPI - CF ART. 159, II.	2.196.718.670
C) RECEITA DE IMPOSTOS DEDUZIDAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS(A-B) - BASE DE CÁLCULOS	42.664.796.686

## PROGRAMAÇÃO EM EDUCAÇÃO

## A) PROGRAMAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÕES DE EDUCAÇÃO	FONTE 112	OUTRAS FONTES	TOTAL
361 ENSINO FUNDAMENTAL	670.469.333	1.033.153.776	1.703.623.109
362 ENSINO MÉDIO	116.509.998	486.054.039	602.564.037
363 ENSINO PROFISSIONAL	549.070.859	221.405.320	770.476.179
364 ENSINO SUPERIOR	5.270.417.219	459.660.647	5.730.077.866
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	5.373.000	260.000	5.633.000
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	4.100.940	469.465.300	473.566.240
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	35.135.804	11.955.000	47.090.804
OUTRAS SUBFUNÇÕES NA EDUCAÇÃO			
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.800.000		4.800.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	586.000.334		586.000.334
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22.518.000	29.786.700	52.304.700
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	20.184.480	51.682.549	71.867.029
129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	1.950.000		1.950.000
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	86.287	1.000	87.287
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	30.000.000	42.814.734	72.814.734
392 DI FUSÃO CULTURAL	60.000	390.000	450.000
423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS		300.000	300.000
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	7.001.260	17.165.321	24.166.581
573 DI FUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	216.162		216.162
845 TRANSFERÊNCIAS	335.477.617	123.156.413	458.634.030
	7.659.371.293	2.947.250.799	10.606.622.092

## RESUMO DA APLICAÇÃO

## APLICAÇÃO

-MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A PROGRAMAR SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
18% DA RECEITA DE IMPOSTOS DEDUZIDAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS CONFORME ART. 212  
VALOR CONSTITUCIONAL: 7.679.663.403  
VALOR PROGRAMADO: 10.606.622.092  
% PROGRAMADA: 24,8603 %

-ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO E MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

30% DA APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO CONFORME ADTC ART. 60  
VALOR CONSTITUCIONAL: 2.303.899.020  
VALOR PROGRAMADO: 3.154.469.517  
% PROGRAMADA: 41,0756 %



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
		ESCOLA CONSTRUÍDA (UNIDADE) 1							
			F		4	30	0	100	60.000
12 361	0040 0509 0008	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - GRAVATAÍ - RS							100.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 7	F		4	40	0	100	100.000
12 361	0040 0509 0010	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO AO COLÉGIO NOSSA SRA AUXILIADORA - SOUSA - PB (CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DE SANTA TERESA DE JESUS)							80.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		3	50	0	100	80.000
12 361	0040 0509 0014	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - URUCARÁ - AM							100.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		4	40	0	100	100.000
12 361	0040 0509 0016	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - PIRACIBÁ - SP							200.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		4	40	0	100	200.000
12 361	0040 0509 0018	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA COMUNITÁRIA LUÍZA MAHIN - SALVADOR - BA							50.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		3	50	0	100	50.000
12 361	0040 0509 0020	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO AO DESENV. ENS. FUNDAMENTAL- AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA ESCOLA DEP. JOSÉ BENTO BARBOSA -VASSOURAS - RJ							65.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		4	40	0	100	65.000
12 361	0040 0509 0022	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA VITÓRIA - MG (ASSENTAMENTO PAULO FREIRE)							50.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		4	40	0	100	50.000
12 361	0040 0509 0024	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CHALÉ - CRUZÍLIA - MG (ZONA RURAL)							50.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		3	40	0	100	25.000
			F		4	40	0	100	25.000
12 361	0040 0509 0026	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO À ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA NA COMUNIDADE FUNIL - COMERCINHO - MG							50.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		3	40	0	100	50.000
12 361	0040 0509 0028	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PADRE EUSTAQUIO - IRAÍ DE MINAS - MG							50.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		3	40	0	100	25.000
			F		4	40	0	100	25.000
12 361	0040 0509 0030	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA EM ESCOLA PÚBLICA- CHAPECÓ - SC							50.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		4	40	0	100	50.000
12 361	0040 0509 0032	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO À INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FI LANTROPICA (SOEMOC) - ESTADO DE MINAS GERAIS							100.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F		3	50	0	100	100.000
12 361	0040 0509 0036	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS - ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							13.229.040
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 43	F		3	30	0	250	150.000
			F		3	40	0	112	896.040
			F		3	40	0	250	330.000
			F		4	30	0	112	3.175.000
			F		4	30	0	250	700.000
			F		4	40	0	112	6.578.000
			F		4	40	0	250	1.400.000
12 361	0040 0509 0038	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESTADO CEARÁ (FUNDAÇÃO JORGE FURTADO LEITE)							40.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		3	50	0	100	40.000
12 361	0040 0509 0040	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTOS DO COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO GOMES - VASSOURAS - RJ							40.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1	F		4	30	0	100	40.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	U	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
12 361	0040 0515	DI NHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA	0						204.011.000
12 361	0040 0515 0010	DI NHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA - NA REGIÃO NORTE							38.261.200
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 20465		F	3	30	1	113	13.852.000
				F	3	40	1	113	5.085.000
				F	3	40	1	293	15.000.000
				F	4	30	1	113	2.468.500
				F	4	40	1	113	1.855.700
12 361	0040 0515 0020	DI NHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA - NA REGIÃO NORDESTE							143.598.300
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 69711		F	3	30	1	113	13.000.000
				F	3	30	1	293	22.497.400
				F	3	40	1	113	10.000.000
				F	3	40	1	293	81.272.400
				F	4	30	1	113	5.588.608
				F	4	30	1	293	1.134.992
				F	4	40	1	113	2.000.000
				F	4	40	1	293	8.104.900
12 361	0040 0515 0050	DI NHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA - NA REGIÃO CENTRO-OESTE							22.151.500
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 5674		F	3	30	1	113	2.467.800
				F	3	30	1	293	8.000.000
				F	3	40	1	113	6.277.800
				F	3	40	1	293	2.000.000
				F	4	30	1	113	2.045.800
				F	4	40	1	113	1.360.100
12 361	0040 0517	DI NHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL	0						123.197.000
12 361	0040 0517 0030	DI NHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO SUDESTE							86.999.500
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 26909		F	3	30	0	113	42.642.000
				F	3	40	0	113	30.680.000
				F	4	30	0	113	8.378.500
				F	4	40	0	113	5.299.000
12 361	0040 0517 0040	DI NHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO SUL							33.848.000
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 14953		F	3	30	0	113	14.657.000
				F	3	40	0	113	14.034.400
				F	4	30	0	113	2.884.200
				F	4	40	0	113	2.272.400
12 361	0040 0517 0053	DI NHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL							2.349.500
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 508		F	3	30	0	112	122.776
				F	3	30	0	113	1.858.924
				F	4	30	0	113	367.800
12 361	0040 3693	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA II	P						80.000.000
12 361	0040 3693 0010	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA II - NA REGIÃO NORTE							9.994.500
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 2366		F	3	30	0	148	1.000.000
				F	3	40	0	148	1.500.000
				F	4	30	0	148	2.494.500
				F	4	40	0	148	5.000.000
12 361	0040 3693 0020	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA II - NA REGIÃO NORDESTE							56.730.000
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 6100		F	3	30	0	148	18.000.000
				F	3	40	0	148	25.000.000
				F	4	30	0	148	5.000.000
				F	4	40	0	148	8.730.000
12 361	0040 3693 0050	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA II - NA REGIÃO CENTRO-OESTE							13.275.500
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 1640		F	3	30	0	148	1.000.000
				F	3	40	0	148	1.400.000
				F	3	80	0	148	4.100.000
				F	4	30	0	148	2.000.000
				F	4	40	0	148	4.175.500
				F	4	90	0	148	600.000
12 361	0040 3699	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	P						121.050.118

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	I	FTE	DOTAÇÃO
ORGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
12 361	0040 3699 0001	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - NACIONAL							82.600.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2277	F	4	40	0	112		65.000.000
			F	4	40	0	250		14.600.000
			F	4	50	0	250		3.000.000
12 361	0040 3699 0004	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - ARATIBA - RS							80.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		80.000
12 361	0040 3699 0006	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - NO ESTADO DE GOIÁS							1.165.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 31	F	4	40	0	100		1.165.000
12 361	0040 3699 0008	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO							200.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 4	F	4	40	0	100		200.000
12 361	0040 3699 0010	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - MENDES - RJ							80.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2	F	4	40	0	100		80.000
12 361	0040 3699 0014	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - MANTENÓPOLIS - ES							60.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2	F	4	40	0	100		60.000
12 361	0040 3699 0016	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - RIANÓPOLIS - GO							50.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		50.000
12 361	0040 3699 0018	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - PACATUBA - SE							31.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		31.000
12 361	0040 3699 0020	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - RIALMA - GO							50.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		50.000
12 361	0040 3699 0024	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - MORRO AGUDO DE GOIÁS - GO							50.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		50.000
12 361	0040 3699 0026	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - Balsa Nova - PR							100.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		100.000
12 361	0040 3699 0030	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - TRANSPORTE ESCOLAR PARA O PROJETO DE ASSENTAMENTO ENTRE RIOS NO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO - AP							60.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		60.000
12 361	0040 3699 0032	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA O DISTRITO CUPIXI NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE - AP							100.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		100.000
12 361	0040 3699 0034	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA O DISTRITO DE LOURENÇO EM CALÇOENE - AP							80.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	30	0	100		80.000
12 361	0040 3699 0036	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - CUNHA - SP							50.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		50.000
12 361	0040 3699 0038	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - DUAS BARRAS - RJ							60.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2	F	4	40	0	100		60.000
12 361	0040 3699 0046	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - NO ESTADO DA BAHIA							255.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 7	F	4	40	0	100		255.000
12 361	0040 3699 0048	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - CABREÚVA - SP							50.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	4	40	0	100		50.000



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
ORGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	50.000
12 361	0040 3699 0096	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - PARANHOS - MS							50.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2		F	4	40	0	100	50.000
12 361	0040 3699 0098	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - BAGÉ - RS							50.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2		F	4	40	0	100	50.000
12 361	0040 3699 0104	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - PINHÃO - PR							75.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	75.000
12 361	0040 3699 0108	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO DE MINAS GERAIS							16.279.120
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 616		F	4	40	0	112	11.851.120
				F	4	40	0	113	300.000
				F	4	40	0	250	4.128.000
12 361	0040 3699 0110	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS - ESTADO DE SÃO PAULO							17.819.998
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 257		F	4	40	0	112	13.304.998
				F	4	40	0	250	4.515.000
12 361	0040 4001	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	A						434.842
12 361	0040 4001 0012	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - NO ESTADO DO ACRE							40.230
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 511		F	3	90	0	112	40.230
12 361	0040 4001 0026	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							8.612
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 240		F	3	90	0	112	8.612
12 361	0040 4001 0031	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							110.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1796		F	3	90	0	112	60.000
				F	3	90	0	250	50.000
12 361	0040 4001 0033	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							276.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 7121		F	3	90	0	112	276.000
12 361	0040 4041	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	A						34.835.449
12 361	0040 4041 0001	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO - NACIONAL							34.835.449
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 157143		F	3	90	0	250	34.835.449
12 361	0040 4045	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	A						18.006.583
12 361	0040 4045 0001	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL							18.006.583
		MÓDULO DISTRIBUÍDO (UNIDADE) 21856		F	3	90	0	113	18.006.583
12 361	0040 4046	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	A						325.670.000
12 361	0040 4046 0001	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL							325.670.000
		EXEMPLAR DISTRIBUÍDO (MILHAR) 65557		F	3	30	0	113	38.931.149
				F	3	90	0	113	286.738.851
12 361	0040 4389	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL	A						1.500.000
12 361	0040 4389 0001	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL - NACIONAL							1.500.000
		CONSELHEIRO CAPACITADO (UNIDADE) 648		F	3	90	0	113	1.500.000
12 361	0040 5079	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III	P						20.000.000
12 361	0040 5079 0001	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III - NACIONAL							20.000.000
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE) 1000		F	3	30	0	148	6.500.000
				F	3	40	0	148	11.500.000
				F	4	30	0	148	1.000.000
				F	4	40	0	148	1.000.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCI ONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 0041		26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							5.140.518.476
12 364	0041 0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS	0						24.520.120
12 364	0041 0048 0002	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - ASSISTÊNCIA FINAN. P/ AUTARQUIA EDUCACIONAL DO ARARIPE - ARARIPIANA - PE							50.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	4	40	0	100	50.000
12 364	0041 0048 0008	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EM ITUIUBA - MG							200.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	4	30	0	100	200.000
12 364	0041 0048 0010	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNICENTRO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - EXTENSÃO DO CAMPUS - PR							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	3	30	0	100	100.000
12 364	0041 0048 0012	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARI NGÁ - CAMPUS DE GOIOERÉ - PR							180.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	3	30	0	100	180.000
12 364	0041 0048 0014	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - BANDEIRANTES - PR							150.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	4	40	0	100	150.000
12 364	0041 0048 0018	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - PUC - RIO DE JANEIRO - RJ							300.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	3	50	0	100	300.000
12 364	0041 0048 0022	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - FILANTROPICAS E COMUNITARIAS - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							4.154.080
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 25		F	3	50	0	100	400.000
				F	3	50	0	112	3.754.080
12 364	0041 0048 0026	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL HANSA AMMONIA - IBI RAMA - SC							40.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	4	40	0	100	40.000
12 364	0041 0048 0028	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO ANÁLISE DE SOLOS DA FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR - RIO VERDE - GO							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	4	40	0	100	100.000
12 364	0041 0048 0030	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG - ANÁPOLIS - GO							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	3	30	0	100	100.000
12 364	0041 0048 0032	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - IMPLANTAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO DE LÍPIDEOS - UERJ - RIO DE JANEIRO - RJ							200.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	4	30	0	100	200.000
12 364	0041 0048 0034	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS - SALVADOR - BA							7.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	3	50	0	100	7.000
12 364	0041 0048 0036	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR- FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - GARANHUNS - PE							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	4	30	0	100	100.000
12 364	0041 0048 0038	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - FORTALEZA - CE							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	4	30	0	100	100.000
12 364	0041 0048 0040	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA							1.600.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1		F	3	30	0	100	1.600.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
ORGÃO: 26000 -		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
12 364	0041 0048 0042	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA							350.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 4		F	3	50	0	100	150.000
				F	4	40	0	100	200.000
12 364	0041 0048 0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A CONCLUSÃO DA REDE CORPORATIVA DE INFORMÁTICA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO							50.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	30	0	100	50.000
12 364	0041 0048 0052	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CAMARAGIBE - PE							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	99	0	100	100.000
12 364	0041 0048 0054	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A FACULDADE DE ODONTOLOGIA - CAMARAGIBE - PE							80.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	30	0	100	80.000
12 364	0041 0048 0060	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO FINANCEIRO A FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO - FECILCAM - CAMPO MOURÃO - PR							300.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	99	0	100	300.000
12 364	0041 0048 0064	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A UNIMONTES - MONTES CLAROS - MG (CAMPUS: JANUÁRIA, ESPIÑOSA, S. FRANCISCO, BRASÍLIA DE MINAS E VARZE							450.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 5		F	4	30	0	100	450.000
12 364	0041 0048 0066	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - ESTADO DO AMAZONAS							8.169.040
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	30	0	112	4.500.000
				F	4	30	0	112	3.669.040
12 364	0041 0048 0070	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNESP- ESTADO DE SÃO PAULO							6.160.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	30	0	112	6.160.000
12 364	0041 0048 0072	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DAS BIBLIOTECAS E LABORATÓRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - PB							150.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	30	0	100	150.000
12 364	0041 0048 0074	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS (FEUDUC) - DUQUE DE CAXIAS - RJ							150.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	50	0	100	150.000
12 364	0041 0048 0076	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A FUNDAÇÃO LUCAS MACHADO - FELUMA (FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS) - BELO HORIZONTE - MG							80.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	50	0	100	80.000
12 364	0041 0048 0078	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO FEA-USP - SÃO PAULO-SP							150.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	30	0	100	150.000
12 364	0041 0048 0080	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DA UNEB - CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	99	0	100	100.000
12 364	0041 0048 0082	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A UNIVERSIDADE ESTADUAL UNIMONTES PARA IMPLANTAÇÃO E APARELHAMENTO DE LABORATÓRIOS - MONTES CLAROS - MG							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	30	0	100	100.000
12 364	0041 0048 0084	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES - VIÇOSA - MG (FUNDAÇÃO UNIV. FED. VIÇOSA)							20.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	50	0	100	20.000
12 364	0041 0048 0086	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - APOIO A UNIVERSIDADE ESTADUAL - UNIMONTES PARA IMPLANTAÇÃO DE CAMPUS UNIVERSITÁRIO - MONTES CLAROS - MG							370.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	30	0	100	370.000



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	UI	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 52							
			F		3	90	0	112	2.200.000
			F		4	90	0	112	300.000
12 364	0041 0525 0042	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS - ESTADO DO MATO GROSSO							350.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 2							
			F		4	90	0	100	350.000
12 364	0041 0525 0046	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS - APOIO PARA A MANUTENÇÃO DE MORADIAS ESTUDANTIS NAS UFPE E UFRPE - RECIFE - PE							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 2							
			F		3	90	0	100	100.000
12 364	0041 0525 0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS NA REGIÃO CENTRO OESTE - FUFMT E FUFMS							4.400.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 2							
			F		4	90	0	100	420.000
			F		4	90	0	112	3.980.000
12 364	0041 0525 0101	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR FEDERAIS - NO MUNICÍPIO DE PETROLINA - PE							4.940.000
		ENTIDADE APOIADA (UNI DADE) 1							
			F		3	90	0	112	1.940.000
			F		4	90	0	112	3.000.000
12 364	0041 0527	INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE NA GESTÃO, POR RESULTADOS, DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.	O						29.482.696
12 364	0041 0527 0001	INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE NA GESTÃO, POR RESULTADOS, DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. - NACIONAL							29.482.696
		INSTUIÇÃO APOIADA (UNI DADE) 40							
			F		3	90	0	112	18.804.976
			F		4	90	0	112	10.677.720
12 364	0041 1409	IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	P						16.000.000
12 364	0041 1409 0017	IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS - NO ESTADO DE TOCANTINS							16.000.000
		INSTUIÇÃO IMPLANTADA (UNI DADE) 1							
			F		1	90	0	112	6.000.000
			F		3	90	0	112	4.000.000
			F		4	90	0	112	6.000.000
12 364	0041 2321	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO	A						3.905.879
12 364	0041 2321 0012	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO ACRE							30.200
		VOLUME ADQUIRIDO (UNI DADE) 1000							
			F		4	90	0	250	30.200
12 364	0041 2321 0015	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO PARA							30.000
		VOLUME ADQUIRIDO (UNI DADE) 500							
			F		4	90	0	112	30.000
12 364	0041 2321 0016	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO AMAPÁ							52.000
		VOLUME ADQUIRIDO (UNI DADE) 11100							
			F		4	90	0	112	48.000
			F		4	90	0	250	4.000
12 364	0041 2321 0021	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO MARANHÃO							100.000
		VOLUME ADQUIRIDO (UNI DADE) 2857							
			F		4	90	0	112	50.000
			F		4	90	0	250	50.000
12 364	0041 2321 0022	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO PIAUÍ							200.000
		VOLUME ADQUIRIDO (UNI DADE) 5500							
			F		3	90	0	112	40.000
			F		4	90	0	112	160.000
12 364	0041 2321 0024	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							200.000
		VOLUME ADQUIRIDO (UNI DADE) 7000							
			F		4	90	0	112	200.000
12 364	0041 2321 0026	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							80.000
		VOLUME ADQUIRIDO (UNI DADE) 8000							
			F		3	90	0	112	5.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	AC	ES	GN	MO	I	F	DOTAÇÃO
			CA	SF	ND	OD	U	TE	
			O						
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
			F	4	90	0	112		75.000
12 364	0041 2321 0028	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SERGIPE VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 1500	F	4	90	0	112		65.000
12 364	0041 2321 0029	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DA BAHIA VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 1250	F	4	90	0	250		50.000
12 364	0041 2321 0031	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 6978	F	3	90	0	112		50.000
			F	4	90	0	112		569.312
			F	4	90	0	250		155.000
			F	4	90	0	280		153.367
12 364	0041 2321 0032	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 8000	F	4	90	0	112		160.000
12 364	0041 2321 0033	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 20000	F	4	90	0	250		330.000
12 364	0041 2321 0035	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SÃO PAULO VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 1660	F	3	90	0	250		50.000
			F	4	90	0	250		40.000
12 364	0041 2321 0041	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO PARANÁ VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 16800	F	4	90	0	112		200.000
12 364	0041 2321 0042	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 1400	F	4	90	0	112		100.000
12 364	0041 2321 0043	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 11180	F	3	90	0	112		100.000
			F	3	90	0	250		150.000
			F	4	90	0	112		267.000
			F	4	90	0	250		205.000
			S	3	90	0	250		200.000
12 364	0041 2321 0049	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 5000	F	3	90	0	112		30.000
			F	3	90	0	250		50.000
			F	4	90	0	112		39.000
			F	4	90	0	250		50.000
12 364	0041 2321 0051	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO MATO GROSSO VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 3000	F	4	90	0	250		200.000
12 364	0041 2327	ENSINO DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA	A						5.594.285
12 364	0041 2327 0002	ENSINO DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA - REDE DE COMUNICAÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 6520	F	3	90	0	112		2.160.000
			F	4	90	0	112		1.724.040
12 364	0041 2327 0006	ENSINO DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA EM ARIQUEMES - RO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1500	F	3	90	0	112		52.000



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	AC	ES	GN	MO	I	F	DOTAÇÃO
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 5000		F	3	90	0	250	134.465
12 364	0041 4002 0028	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SERGIPE		F	3	90	0	250	553.475
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 2100		F	3	90	0	112	353.475
				F	3	90	0	250	200.000
12 364	0041 4002 0029	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DA BAHIA		F	3	90	0	250	530.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 473		F	3	90	0	250	530.000
12 364	0041 4002 0031	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.713.444
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 23946		F	3	90	0	112	591.694
				F	3	90	0	250	1.121.750
12 364	0041 4002 0032	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		F	3	90	0	250	238.397
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1500		F	3	90	0	250	238.397
12 364	0041 4002 0033	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.245.131
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 10348		F	3	90	0	112	312.000
				F	3	90	0	250	1.933.131
12 364	0041 4002 0035	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SÃO PAULO							30.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 112		F	3	90	0	112	30.000
12 364	0041 4002 0041	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO PARANÁ							296.269
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 17647		F	3	90	0	112	150.000
				F	3	90	0	250	146.269
12 364	0041 4002 0042	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							471.347
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 2402		F	3	90	0	250	471.347
12 364	0041 4002 0043	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							2.763.455
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 12650		F	3	90	0	112	613.455
				F	3	90	0	250	2.150.000
12 364	0041 4002 0051	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MATO GROSSO							200.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1400		F	3	90	0	250	200.000
12 364	0041 4002 0053	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO DISTRITO FEDERAL							373.180
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1020		F	3	90	0	250	373.180
12 364	0041 4002 0059	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL							30.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 12000		F	3	90	0	250	30.000
12 364	0041 4002 0101	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB							283.839
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1490		F	3	90	0	250	283.839
12 364	0041 4002 0107	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB							116.161
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 610		F	3	90	0	250	116.161
12 364	0041 4004	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	A						26.200.368
12 364	0041 4004 0012	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - NO ESTADO DO ACRE							53.650
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 440		F	3	90	0	112	53.650
12 364	0041 4004 0013	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - NO ESTADO DO AMAZONAS							242.653
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 52765		F	3	90	0	112	242.653
12 364	0041 4004 0014	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - NO ESTADO DE RORAIMA							156.800
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 18		F	3	90	0	112	46.800



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	AC C A O	ES F	GN D	MO D	I U	FT E	DOTAÇÃO
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 300		F	3	90	0	112	304.179
12 364	0041 4008	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO	A						2.453.725
12 364	0041 4008 0011	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DE RONDÔNIA VOLUME MANTIDO (MILHAR) 5		F	3	90	0	112	60.000
12 364	0041 4008 0016	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DO AMAPÁ VOLUME MANTIDO (MILHAR) 150		F	3	90	0	112	7.000
12 364	0041 4008 0024	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE VOLUME MANTIDO (MILHAR) 300		F	3	90	0	112	109.600
12 364	0041 4008 0026	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO VOLUME MANTIDO (MILHAR) 479		F	3	90	0	112	204.825
12 364	0041 4008 0027	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DE ALAGOAS VOLUME MANTIDO (MILHAR) 170		F	3	90	0	112	164.923
12 364	0041 4008 0028	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DE SERGIPE VOLUME MANTIDO (MILHAR) 117		F	3	90	0	112	20.000
12 364	0041 4008 0029	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DA BAHIA VOLUME MANTIDO (MILHAR) 500		F	3	90	0	250	3.000
12 364	0041 4008 0031	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS VOLUME MANTIDO (MILHAR) 457		F F	3 3	90 90	0 0	112 280	763.462 563.462 200.000
12 364	0041 4008 0032	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO VOLUME MANTIDO (MILHAR) 168		F	3	90	0	112	90.000
12 364	0041 4008 0033	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO VOLUME MANTIDO (MILHAR) 1117		F F	3 3	90 90	0 0	112 250	350.000 50.000 300.000
12 364	0041 4008 0041	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DO PARANÁ VOLUME MANTIDO (MILHAR) 328		F	3	90	0	112	180.000
12 364	0041 4008 0043	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL VOLUME MANTIDO (MILHAR) 1324		F F	3 3	90 90	0 0	112 250	145.000 95.000 50.000
12 364	0041 4008 0051	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO ESTADO DO MATO GROSSO VOLUME MANTIDO (MILHAR) 5		F	3	90	0	250	50.000
12 364	0041 4008 0053	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO DISTRITO FEDERAL VOLUME MANTIDO (MILHAR) 100		F	3	90	0	250	99.797
12 364	0041 4008 0101	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB VOLUME MANTIDO (MILHAR) 262		F	3	90	0	112	126.984
12 364	0041 4008 0103	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO MUNICÍPIO DE AREIA - PB VOLUME MANTIDO (MILHAR) 19		F	3	90	0	112	9.354
12 364	0041 4008 0105	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB VOLUME MANTIDO (MILHAR) 1		F	3	90	0	112	596
12 364	0041 4008 0107	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB VOLUME MANTIDO (MILHAR) 107		F	3	90	0	112	51.970
12 364	0041 4008 0109	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO MUNICÍPIO DE PATOS - PB VOLUME MANTIDO (MILHAR) 17		F	3	90	0	112	8.196

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ORGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
12 364	0041 4008 0111	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO MUNICÍPIO DE SOUSA - PB							4.759
		VOLUME MANTIDO (MILHAR) 10		F	3	90	0	112	4.759
12 364	0041 4008 0113	MANUTENÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO - NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB							4.259
		VOLUME MANTIDO (MILHAR) 9		F	3	90	0	112	4.259
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	A						4.727.404.887
12 364	0041 4009 0011	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE RONDÔNIA							22.948.523
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 8179		F	1	90	0	112	20.263.875
				F	3	90	0	112	2.149.644
				F	3	90	0	250	535.004
12 364	0041 4009 0012	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO ACRE							36.207.559
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 4230		F	1	90	0	112	33.108.060
				F	3	90	0	112	2.940.785
				F	3	90	0	250	150.955
				F	3	90	0	280	7.759
12 364	0041 4009 0013	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO AMAZONAS							86.701.985
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 19557		F	1	90	0	112	65.114.936
				F	3	90	0	112	7.513.197
				F	3	90	0	250	13.326.012
				F	3	90	0	280	747.840
12 364	0041 4009 0014	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE RORAIMA							15.461.493
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 4354		F	1	90	0	112	13.479.968
				F	3	90	0	112	1.732.225
				F	3	90	0	250	249.300
12 364	0041 4009 0015	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO PARÁ							158.921.538
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 30181		F	1	90	0	112	140.375.291
				F	3	90	0	112	14.565.541
				F	3	90	0	250	3.980.706
12 364	0041 4009 0016	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO AMAPÁ							10.271.171
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 6015		F	1	90	0	112	7.344.279
				F	3	90	0	112	1.297.807
				F	3	90	0	250	928.264
				F	3	90	0	280	44.000
				F	3	90	0	281	656.821
12 364	0041 4009 0021	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO MARANHÃO							99.398.312
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 14107		F	1	90	0	112	83.598.225
				F	3	90	0	112	7.579.770
				F	3	90	0	250	7.138.582
				F	3	90	0	280	481.735
				F	3	90	0	281	600.000
12 364	0041 4009 0022	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ							68.216.157
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 12033		F	1	90	0	112	61.027.477
				F	3	90	0	112	6.494.755
				F	3	90	0	250	614.531
				F	3	90	0	280	79.394
12 364	0041 4009 0023	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO CEARÁ							175.005.057
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 16924		F	1	90	0	112	158.424.803
				F	3	90	0	112	13.104.500
				F	3	90	0	250	3.474.067
				F	3	90	0	280	1.687
12 364	0041 4009 0024	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							159.014.151
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 20988		F	1	90	0	112	146.743.285
				F	3	90	0	112	10.364.594
				F	3	90	0	250	1.282.617
				F	3	90	0	280	623.655
12 364	0041 4009 0026	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							190.286.224
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 30602		F	1	90	0	112	167.873.900
				F	3	90	0	112	17.839.193
				F	3	90	0	250	4.064.158
				F	3	90	0	280	459.973
				F	3	90	0	281	49.000
12 364	0041 4009 0027	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE ALAGOAS							81.785.659
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 12964		F	1	90	0	112	74.559.490

## MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO

LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	UI	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
			F	3	90	0	100		350.000
			F	3	90	0	112		5.990.308
			F	3	90	0	250		835.861
			F	4	90	0	100		50.000
12 364	0041 4009 0028	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SERGIPE ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 11460	F	1	90	0	112		49.015.165
			F	3	90	0	112		5.001.245
			F	3	90	0	250		2.744.268
12 364	0041 4009 0029	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DA BAHIA ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 18731	F	1	90	0	112		162.531.897
			F	3	90	0	112		16.513.767
			F	3	90	0	250		10.305.578
			F	3	90	0	280		533.538
12 364	0041 4009 0031	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 68212	F	1	90	0	112		607.513.890
			F	3	90	0	112		63.874.578
			F	3	90	0	250		15.411.708
			F	3	90	0	280		1.456.243
			F	3	90	0	281		14.327.883
12 364	0041 4009 0032	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 11442	F	1	90	0	112		83.246.365
			F	3	90	0	112		8.053.000
			F	3	90	0	250		1.051.348
			F	3	90	0	280		64.337
12 364	0041 4009 0033	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 67637	F	1	90	0	112		692.854.994
			F	3	90	0	112		58.027.650
			F	3	90	0	250		17.636.000
			F	3	90	0	280		1.033.200
			F	3	90	0	281		14.000
12 364	0041 4009 0035	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SÃO PAULO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 7737	F	1	90	0	112		133.119.384
			F	3	90	0	112		15.410.433
			F	3	90	0	250		4.492.089
			F	3	90	0	280		53.595
			F	5	90	0	100		221.045
			F	5	90	0	112		1.351.753
			F	5	90	0	250		40.000
12 364	0041 4009 0037	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 14301	F	1	90	0	112		87.350.291
			F	3	90	0	112		6.195.451
			F	3	90	0	250		335.401
12 364	0041 4009 0041	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO PARANÁ ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 25149	F	1	90	0	112		197.414.265
			F	3	90	0	112		21.379.189
			F	3	90	0	250		7.365.255
			F	3	90	0	280		802.393
			F	3	90	0	281		3.004.310
12 364	0041 4009 0042	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 19192	F	1	90	0	112		165.025.842
			F	3	90	0	112		15.897.411
			F	3	90	0	250		2.054.150
			F	3	90	0	280		752.062
			F	3	90	0	281		96.913
12 364	0041 4009 0043	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 48504	F	1	90	0	112		391.708.829
			F	3	90	0	112		41.328.411
			F	3	90	0	250		7.009.902
			F	3	90	0	280		891.587
			F	3	90	0	281		1.994.027
12 364	0041 4009 0051	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MATO GROSSO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 14963	F	1	90	0	112		85.619.667
			F	1	90	0	250		50.000
			F	3	90	0	112		7.951.760

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	U	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
			F		3	90	0	250	5.393.504
12 364	0041 4009 0052	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE GOIÁS							107.810.754
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 13661	F	1	90	0	112	96.978.104	
			F	3	90	0	112	9.898.667	
			F	3	90	0	250	933.983	
12 364	0041 4009 0053	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO DISTRITO FEDERAL							275.880.880
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 22101	F	1	90	0	112	141.835.799	
			F	3	90	0	112	15.826.700	
			F	3	90	0	250	117.718.381	
			F	3	90	0	280	500.000	
12 364	0041 4009 0113	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE AREIA - PB							6.279.337
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 691	F	1	90	0	112	5.594.476	
			F	3	90	0	112	684.861	
12 364	0041 4009 0115	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB							3.026.547
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 331	F	1	90	0	112	2.982.959	
			F	3	90	0	112	43.588	
12 364	0041 4009 0117	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB							4.995.676
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 563	F	1	90	0	112	4.683.788	
			F	3	90	0	112	311.888	
12 364	0041 4009 0119	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB							45.261.530
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 4993	F	1	90	0	112	41.263.897	
			F	3	90	0	112	3.805.348	
			F	3	90	0	250	192.285	
12 364	0041 4009 0121	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB							156.772.944
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 17320	F	1	90	0	112	147.004.719	
			F	3	90	0	112	9.298.376	
			F	3	90	0	250	469.849	
12 364	0041 4009 0123	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE SOUSA - PB							1.783.517
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 206	F	1	90	0	112	1.435.028	
			F	3	90	0	112	348.489	
12 364	0041 4009 0125	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE PATOS - PB							5.856.300
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 651	F	1	90	0	112	5.256.169	
			F	3	90	0	112	600.131	
12 364	0041 4413	TREINAMENTO ESPECIAL PARA ALUNOS DE GRADUAÇÃO DE ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR - PET	A						7.877.070
12 364	0041 4413 0001	TREINAMENTO ESPECIAL PARA ALUNOS DE GRADUAÇÃO DE ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR - PET - NACIONAL							7.777.070
		ALUNO TREINADO (UNIDADE) 2759	F	3	30	0	112	2.013.720	
			F	3	40	0	112	54.000	
			F	3	50	0	112	515.000	
			F	3	90	0	112	5.194.350	
12 364	0041 4413 0006	TREINAMENTO ESPECIAL PARA ALUNOS DE GRADUAÇÃO DE ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR - PET - TREINAMENTO ESPECIAL PARA ALUNOS DE GRADUAÇÃO DE ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR - ESTADO DO CEARÁ							100.000
		ALUNO TREINADO (UNIDADE) 35	F	3	90	0	100	100.000	
12 364	0041 4472	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR	A						11.263.120
12 364	0041 4472 0002	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR EM MINAS GERAIS							11.263.120
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 10	F	4	99	0	112	11.263.120	
12 364	0041 5081	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO	P						127.190.189
12 364	0041 5081 0011	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE RONDÔNIA							370.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 634	F	4	90	0	250	370.000	

## MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO

LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
ORGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
12 364	0041 5081 0012	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO ACRE							1.256.728
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 974	F	3	90	0	100		200.000
			F	4	90	0	100		800.000
			F	4	90	0	112		243.900
			F	4	90	0	250		12.828
12 364	0041 5081 0013	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO AMAZONAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)							1.000.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 1733	F	4	90	0	250		1.000.000
12 364	0041 5081 0014	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE RORAIMA							616.450
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 1155	F	3	90	0	112		47.650
			F	3	90	0	250		100.800
			F	4	90	0	100		90.000
			F	4	90	0	112		190.000
			F	4	90	0	250		188.000
12 364	0041 5081 0015	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO PARÁ							1.465.107
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 2683	F	3	90	0	112		28.000
			F	4	90	0	112		1.311.107
			F	4	90	0	250		126.000
12 364	0041 5081 0016	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO AMAPÁ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)							105.962
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 194	F	4	90	0	112		50.000
			F	4	90	0	250		20.000
			F	4	90	0	280		20.963
			F	4	90	0	281		14.999
12 364	0041 5081 0021	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO MARANHÃO							1.810.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 8000	F	3	90	0	112		400.000
			F	4	90	0	112		260.000
			F	4	90	0	250		950.000
			F	4	90	0	281		200.000
12 364	0041 5081 0022	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO PIAUÍ							1.350.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 2880	F	4	90	0	112		350.000
			F	4	90	0	250		1.000.000
12 364	0041 5081 0023	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO CEARÁ							1.074.313
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 2481	F	4	90	0	112		700.000
			F	4	90	0	250		207.336
			F	4	90	0	280		166.977
12 364	0041 5081 0024	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							3.221.840
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 8084	F	3	90	0	280		200.000
			F	4	90	0	112		40.000
			F	4	90	0	250		1.440.000
			F	4	90	0	280		1.541.840
12 364	0041 5081 0026	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							3.807.265
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 12325	F	3	90	0	112		100.000
			F	3	90	0	250		1.021.948
			F	3	90	0	281		200.000
			F	4	90	0	112		1.148.952
			F	4	90	0	250		1.161.401
			F	4	90	0	281		174.964
12 364	0041 5081 0027	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE ALAGOAS							300.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 770	F	4	90	0	112		100.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 26000		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
			F	4	90	0	250		200.000
12 364	0041 5081 0028	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SERGIPE							750.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 1511	F	3	90	0	112		100.000
			F	3	90	0	250		100.000
			F	4	90	0	112		350.000
			F	4	90	0	250		200.000
12 364	0041 5081 0029	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DA BAHIA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)							2.421.861
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 4881	F	3	90	0	250		23.000
			F	4	90	0	112		100.000
			F	4	90	0	250		2.298.861
12 364	0041 5081 0031	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							10.014.820
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 116548	F	3	90	0	100		200.000
			F	3	90	0	112		280.000
			F	3	90	0	250		500.000
			F	4	90	0	112		3.226.092
			F	4	90	0	250		5.450.276
			F	4	90	0	280		110.452
			F	4	90	0	281		248.000
12 364	0041 5081 0032	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							1.060.074
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 2204	F	4	90	0	112		400.000
			F	4	90	0	250		660.074
12 364	0041 5081 0033	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							12.250.050
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 84681	F	3	90	0	112		80.000
			F	3	90	0	250		400.000
			F	4	90	0	112		721.510
			F	4	90	0	250		10.746.786
			F	4	90	0	280		301.754
12 364	0041 5081 0035	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SÃO PAULO							8.447.415
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 14266	F	4	90	0	112		455.000
			F	4	90	0	250		7.992.415
12 364	0041 5081 0041	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO PARANÁ							6.426.690
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 11937	F	3	90	0	112		500.000
			F	4	90	0	112		500.000
			F	4	90	0	250		3.500.000
			F	4	90	0	281		1.926.690
12 364	0041 5081 0042	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							2.905.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 5303	F	4	90	0	112		1.300.000
			F	4	90	0	250		605.000
			F	4	90	0	281		1.000.000
12 364	0041 5081 0043	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							28.225.575
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 65746	F	3	90	0	112		220.000
			F	3	90	0	250		1.144.165
			F	3	90	0	280		100.000
			F	4	90	0	112		1.145.201
			F	4	90	0	246		3.715.000
			F	4	90	0	250		17.693.349
			F	4	90	0	280		470.000
			F	4	90	0	281		3.737.860
12 364	0041 5081 0046	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS							150.000
		INSTI TUI ÇÃO APOI ADA (UNI DADE) 1	F	4	90	0	100		150.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACCÃO	ESF	GN D	MO D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
12 364	0041 5081 0048	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - PATO BRANCO - PR							150.000
		INSTUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1	F	4	90	0	100		150.000
12 364	0041 5081 0051	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO MATO GROSSO							2.950.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 6217	F	4	90	0	250	500.000	
			F	4	90	0	112	100.000	
			F	4	90	0	250	2.350.000	
12 364	0041 5081 0052	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE GOIÁS							2.553.504
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 4931	F	4	90	0	112	777.835	
			F	4	90	0	250	1.775.669	
12 364	0041 5081 0053	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO DISTRITO FEDERAL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)							17.217.535
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 36358	F	4	90	0	112	160.603	
			F	4	90	0	250	16.716.584	
			F	5	90	0	250	340.348	
12 364	0041 5081 0054	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							3.400.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 7450	F	4	90	0	112	800.000	
			F	4	90	0	250	2.600.000	
12 364	0041 5081 0056	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA SUPORTE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SP							100.000
		INSTUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1	F	4	90	0	100		100.000
12 364	0041 5081 0068	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL							50.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 50	F	4	90	0	100		50.000
12 364	0041 5081 0074	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INST. FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO NORTE							4.400.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 1667	F	4	90	0	112		4.400.000
12 364	0041 5081 0082	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS IFES E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - ESTADO DE SÃO PAULO							7.040.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 2	F	3	90	0	112	2.300.000	
			F	4	90	0	112	4.740.000	
12 364	0041 5081 0101	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB							189.501
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 647	F	4	90	0	112	154.021	
			F	4	90	0	250	35.480	
12 364	0041 5081 0103	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB							77.553
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 265	F	4	90	0	112	63.033	
			F	4	90	0	250	14.520	
12 364	0041 5081 0105	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO MUNICÍPIO DE AREIA - PB							11.344
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 39	F	4	90	0	112		11.344
12 364	0041 5081 0107	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB							722
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 2	F	4	90	0	112		722

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>									
12 364	0041 5081 0109	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB							5.166
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 18		F	4	90	0	112	5.166
12 364	0041 5081 0111	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO MUNICÍPIO DE PATOS - PB							9.941
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 34		F	4	90	0	112	9.941
12 364	0041 5081 0113	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO MUNICÍPIO DE SOUSA - PB							5.773
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 20		F	4	90	0	112	5.773
0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS									81.865.080
12 126	0042 3697	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE, NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS	P						29.786.700
12 126	0042 3697 0001	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE, NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS - NACIONAL							29.786.700
		UNIDADE EQUIPADA (UNIDADE) 943		F	3	90	0	250	10.933.500
				F	4	90	0	250	18.853.200
12 128	0042 2337	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	A						12.100.000
12 128	0042 2337 0001	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - NACIONAL							12.100.000
		PROFESSOR CAPACITADO (UNIDADE) 23913		F	3	30	0	113	5.445.000
				F	3	40	0	113	6.655.000
12 128	0042 3160	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	P						3.088.000
12 128	0042 3160 0001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL							3.088.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 6000		F	3	90	0	113	3.088.000
12 128	0042 7859	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	P						1.512.900
12 128	0042 7859 0001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - NACIONAL							1.512.900
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 15080		F	3	90	0	112	1.512.900
12 361	0042 1181	EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA	P						15.000.000
12 361	0042 1181 0001	EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA - NACIONAL							15.000.000
		UNIDADE EQUIPADA (UNIDADE) 20000		F	4	90	0	112	15.000.000
12 361	0042 4050	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	A						10.446.900
12 361	0042 4050 0001	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - NACIONAL							10.446.900
		PROGRAMA VEICULADO (MINUTO) 280080		F	3	90	0	112	10.446.900
12 361	0042 4088	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	A						4.000.000
12 361	0042 4088 0001	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM - NACIONAL							4.000.000
		ALUNO BENEFICIADO (MILHAR) 11		F	3	30	0	113	1.600.000
				F	3	40	0	113	2.400.000
12 361	0042 7619	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE APOIO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E AO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO	P						5.930.580
12 361	0042 7619 0001	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE APOIO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E AO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO - NACIONAL							5.930.580
		EXEMPLAR DISTRIBUÍDO (MILHAR) 6620		F	3	90	0	112	5.930.580
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO									534.211.224
12 364	0043 0485	FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO	O						22.421.254
12 364	0043 0485 0001	FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO - NACIONAL							22.321.254
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 333		F	3	30	0	112	2.124.401

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	AC	ES	GN	MO	I	F	DOTAÇÃO
ÃO			A	S	N	O	U	T	
			O	F	D	D		E	
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
				F	3	30	0	250	1.116.250
				F	3	50	0	112	4.173.786
				F	3	50	0	250	526.627
				F	3	90	0	112	2.044.325
				F	3	90	0	250	2.559.284
				F	3	90	0	280	246.100
				F	4	30	0	112	1.734.763
				F	4	30	0	250	980.307
				F	4	50	0	112	1.010.915
				F	4	50	0	250	101.201
				F	4	90	0	112	3.464.322
				F	4	90	0	250	2.238.973
12 364	0043 0485 0006	FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO - APOIO ESPECÍFICO PARA SUSTENTAÇÃO AO MESTRADO DE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (GEEMPA) - PORTO ALEGRE - RS							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	50	0	100	100.000
12 364	0043 0487	CONCESSÃO DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS E NO EXTERIOR	0						412.768.914
12 364	0043 0487 0001	CONCESSÃO DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS E NO EXTERIOR - NACIONAL							412.768.914
		BOLSI STA ATENDIDO (UNIDADE) 24185		F	3	30	0	112	74.220.174
				F	3	40	0	112	696.531
				F	3	50	0	112	24.686.717
				F	3	90	0	112	313.165.492
12 364	0043 2317	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO	A						19.000.000
12 364	0043 2317 0001	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO - NACIONAL							19.000.000
		VOLUME ADQUIRIDO (UNIDADE) 2654		F	3	90	0	112	19.000.000
12 364	0043 4005	FUNCI ONAMENTO DA RESI DÊNCIA MÉDICA	A						55.231.351
12 364	0043 4005 0001	FUNCI ONAMENTO DA RESI DÊNCIA MÉDICA - NACIONAL							54.998.581
		MÉDICO RESIDENTE MANTIDO (UNIDADE) 4000		F	3	90	0	112	54.998.581
12 364	0043 4005 0033	FUNCI ONAMENTO DA RESI DÊNCIA MÉDICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							232.770
		MÉDICO RESIDENTE MANTIDO (UNIDADE) 12		F	3	90	0	112	232.770
12 364	0043 4006	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	A						19.610.579
12 364	0043 4006 0011	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE RONDÔNIA							392.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 282		F	3	90	0	112	392.000
12 364	0043 4006 0013	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO AMAZONAS							60.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1555		F	3	90	0	112	60.000
12 364	0043 4006 0015	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO PARÁ							761.450
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1850		F	3	90	0	112	761.450
12 364	0043 4006 0016	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO AMAPÁ							34.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 341		F	3	90	0	112	34.000
12 364	0043 4006 0021	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO MARANHÃO							1.802.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1250		F	3	90	0	112	152.000
				F	3	90	0	250	1.650.000
12 364	0043 4006 0022	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ							60.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1041		F	3	90	0	112	60.000
12 364	0043 4006 0024	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							140.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 3085		F	3	90	0	112	140.000
12 364	0043 4006 0026	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							329.651
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 9063		F	3	90	0	112	329.651
12 364	0043 4006 0027	FUNCI ONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE ALAGOAS							235.029
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 280		F	3	90	0	112	235.029



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACCÃO	ESF	GN D	MO D	I U	FT E	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 26000</b>		<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>							
		INSTITUIÇÃO AVALIADA (UNIDADE) 2130		F	3	90	0	250	1.114.068
12 364	0043 6465	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA	A						260.000
12 364	0043 6465 0031	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							188.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 221		F	3	90	0	112	188.000
12 364	0043 6465 0035	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA - NO ESTADO DE SÃO PAULO							12.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 220		F	3	90	0	112	12.000
12 364	0043 6465 0043	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							60.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 580		F	3	90	0	112	50.000
				F	3	90	0	250	10.000
0044		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							633.304.973
12 128	0044 3048	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	P						1.536.480
12 128	0044 3048 0001	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NACIONAL							35.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 35		F	3	90	0	112	35.000
12 128	0044 3048 0013	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS							119.304
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 30		F	3	90	0	112	119.304
12 128	0044 3048 0014	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RORAIMA							93.474
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 62		F	3	90	0	112	92.474
				F	3	90	0	250	1.000
12 128	0044 3048 0017	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO TOCANTINS							10.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 10		F	3	90	0	112	10.000
12 128	0044 3048 0021	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MARANHÃO							81.956
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 154		F	3	90	0	112	81.956
12 128	0044 3048 0022	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PIAUÍ							188.810
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 140		F	3	90	0	112	188.810
12 128	0044 3048 0025	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA PARAÍBA							84.256
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 290		F	3	90	0	112	65.745
				F	3	90	0	250	18.511
12 128	0044 3048 0028	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SERGIPE							96.760
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 42		F	3	90	0	112	70.760
				F	3	90	0	250	26.000
12 128	0044 3048 0029	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA							50.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 80		F	3	90	0	250	50.000
12 128	0044 3048 0031	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							130.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 270		F	3	90	0	112	110.000
				F	3	90	0	250	20.000
12 128	0044 3048 0032	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							20.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 18		F	3	90	0	112	20.000
12 128	0044 3048 0033	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							260.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 585		F	3	90	0	112	260.000
12 128	0044 3048 0035	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SÃO PAULO							111.920
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 340		F	3	90	0	112	111.920

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCI ONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>									
12 128	0044 3048 0042	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							80.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 160		F	3	90	0	112	80.000
12 128	0044 3048 0052	CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICOS DA ÁREA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIÁS							175.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 220		F	3	90	0	112	175.000
12 128	0044 3676	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	P						6.261.232
12 128	0044 3676 0001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL							6.261.232
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 8000		F F	3 3	80 90	0 0	148 148	5.261.232 1.000.000
12 244	0044 2319	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	A						87.287
12 244	0044 2319 0005	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - NO ESTADO DE GOIÁS							10.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 1500		F	3	90	0	112	10.000
12 244	0044 2319 0025	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - NO ESTADO DA PARAÍBA							2.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 20		F F	3 3	90 90	0 0	112 250	1.000 1.000
12 244	0044 2319 0028	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - NO ESTADO DE SERGIPE							7.287
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 12		F	3	90	0	112	7.287
12 244	0044 2319 0033	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							60.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 5000		F	3	90	0	112	60.000
12 244	0044 2319 0042	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							8.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 425		F	3	90	0	112	8.000
12 363	0044 0529	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	O						27.594.000
12 363	0044 0529 0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NACIONAL							9.824.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 71		F F	3 4	90 90	0 0	112 112	6.984.000 2.840.000
12 363	0044 0529 0004	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS ESCOLAS DA CNEC - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							100.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 4		F	4	50	0	100	100.000
12 363	0044 0529 0006	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - RIO DE JANEIRO - RJ (FUNDAÇÃO BIO-RIO DA UFRJ)							180.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	50	0	100	180.000
12 363	0044 0529 0008	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ARRAIAL DO CABO - RJ							150.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	150.000
12 363	0044 0529 0010	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PROFISSIONAL NA COMUNIDADE RURAL FAZENDA DOS TACHOS - VARGINHA - MG							250.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	250.000
12 363	0044 0529 0012	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PROFISSIONAL NA COMUNIDADE RURAL DOS MARTINS - VARGINHA - MG							250.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	250.000
12 363	0044 0529 0014	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL - DÓIS VIZINHOS - PR							50.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	90	0	100	50.000
12 363	0044 0529 0016	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA E CIDADANIA - LARANJAL DO JARI - AP							150.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	150.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACCÃO	ESF	GN	MO	U	FT	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>									
12 363	0044 0529 0018	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA E CIDADANIA - MACAPÁ-AP (BAIRRO NOVO HORIZONTE)							300.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	300.000
12 363	0044 0529 0020	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA E CIDADANIA - OIAPOQUE - AP							100.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	100.000
12 363	0044 0529 0022	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA E CIDADANIA - SANTANA - AP (BAIRRO DO PARAÍSO)							200.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	200.000
12 363	0044 0529 0024	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEFET - VITÓRIA DA CONQUISTA - BA							60.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	90	0	100	60.000
12 363	0044 0529 0026	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CEFET- CE - FORTALEZA - CE							120.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	90	0	100	120.000
12 363	0044 0529 0030	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO A ESCOLA SALESIANA DO TRABALHO - BELÉM-PA							30.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	30	0	100	30.000
12 363	0044 0529 0032	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA - PB							50.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	90	0	100	50.000
12 363	0044 0529 0036	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA AÇÃO CRISTÁ PRÓ-GENTE - DISTRITO FEDERAL (CEILÂNDIA)							80.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	50	0	100	80.000
12 363	0044 0529 0038	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANÁ (CEFET-PR)							100.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	90	0	100	100.000
12 363	0044 0529 0040	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PELOTAS - RS							100.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	100.000
12 363	0044 0529 0042	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO - TUBARÃO - SC							80.000
		ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	50	0	100	80.000
12 363	0044 0529 0046	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NACIONAL							15.000.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 71		F	3	90	0	112	7.500.000
				F	4	90	0	112	7.500.000
12 363	0044 0529 0048	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CONSTRUÇÃO DO CENTRO PROFISSIONALIZANTE NEHYTA RAMOS - ALEGRETE - RS							100.000
				F	4	40	0	100	100.000
12 363	0044 0529 0050	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ETF-RR - ESTADO DE RORAIMA							150.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	4	90	0	100	150.000
12 363	0044 0529 0052	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA AGORA - ASSOC. PROJETOS COMBATE FOME - DISTRITO FEDERAL							170.000
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1		F	3	50	0	100	170.000
12 363	0044 1411	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PALMAS	P						6.000.000
12 363	0044 1411 0017	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PALMAS - NO ESTADO DO TOCANTINS							6.000.000
		INSTI TUIÇÃO IMPLANTADA (UNIDADE) 1		F	1	90	0	112	2.000.000
				F	3	90	0	112	3.600.000

## MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO

LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	U	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
				F	4	90	0	112	400.000
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	A						482.682.684
12 363	0044 2992 0011	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RONDÔNIA							2.716.469
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 341		F	1	90	0	112	2.004.281
				F	3	90	0	112	680.563
				F	3	90	0	250	31.625
12 363	0044 2992 0013	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS							20.115.058
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 7864		F	1	90	0	112	15.862.395
				F	3	90	0	112	3.375.508
				F	3	90	0	250	598.542
				F	3	90	0	280	14.987
				F	3	90	0	281	93.626
				F	4	90	0	100	170.000
12 363	0044 2992 0014	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RORAIMA							6.464.132
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1436		F	1	90	0	112	5.534.511
				F	3	90	0	112	925.152
				F	3	90	0	250	4.469
12 363	0044 2992 0015	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PARÁ							23.112.463
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 13744		F	1	90	0	112	18.693.195
				F	3	90	0	112	3.878.655
				F	3	90	0	250	156.613
				F	3	90	0	281	384.000
12 363	0044 2992 0017	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE TOCANTINS							2.922.699
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 526		F	1	90	0	112	1.939.489
				F	3	90	0	112	881.075
				F	3	90	0	250	102.135
12 363	0044 2992 0021	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MARANHÃO							6.547.921
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 5532		F	1	90	0	112	4.029.194
				F	3	90	0	112	2.474.847
				F	3	90	0	250	11.356
				F	4	90	0	112	32.524
12 363	0044 2992 0022	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PIAUÍ							12.889.265
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 8230		F	1	90	0	112	9.754.410
				F	3	90	0	112	2.817.642
				F	3	90	0	250	197.213
				F	4	90	0	112	120.000
12 363	0044 2992 0023	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARÁ							23.970.492
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 5274		F	1	90	0	112	20.378.160
				F	3	90	0	112	3.577.153
				F	3	90	0	250	14.098
				F	3	90	0	281	1.081
12 363	0044 2992 0024	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							19.822.504
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 26278		F	1	90	0	112	16.405.233
				F	3	90	0	112	3.147.015
				F	3	90	0	250	130.256
				F	4	90	0	112	140.000
12 363	0044 2992 0025	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA PARAÍBA							25.326.870
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 7348		F	1	90	0	112	22.797.464
				F	3	90	0	112	2.452.981
				F	3	90	0	250	76.425
12 363	0044 2992 0026	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							38.961.687
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 11794		F	1	90	0	112	30.550.995
				F	3	90	0	112	5.809.831
				F	3	90	0	250	2.600.861
12 363	0044 2992 0027	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE ALAGOAS							24.119.820
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 10895		F	1	90	0	112	20.484.590
				F	3	90	0	112	3.571.779
				F	3	90	0	250	63.451
12 363	0044 2992 0028	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SERGIPE							13.421.227
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 3958		F	1	90	0	112	10.929.735
				F	3	90	0	112	2.383.949
				F	3	90	0	250	107.543

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
ORGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
12 363	0044 2992 0029	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 6645	F F F F	1 3 3 3	90 90 90 90	0 0 0 0	112 112 250 280		9.252.522 6.198.333 2.719.935 328.422 5.832
12 363	0044 2992 0031	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 23667	F F F F	1 3 3 4	90 90 90 90	0 0 0 0	112 112 250 112		58.700.375 39.679.944 16.676.558 2.171.873 172.000
12 363	0044 2992 0032	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 7350	F F F F	1 3 3 3	90 90 90 90	0 0 0 0	112 112 250 280		30.062.013 24.769.081 5.015.247 270.712 6.973
12 363	0044 2992 0033	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 15628	F F F F F F F	1 3 3 3 4 4 4	90 90 90 90 90 90 90	0 0 0 0 0 0 0	112 112 250 280 112 250		35.331.399 29.337.410 5.492.223 331.006 5.760 145.000 20.000
12 363	0044 2992 0035	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SÃO PAULO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 5001	F F F F	1 3 3 3	90 90 90 90	0 0 0 0	112 112 250 280		13.986.663 11.498.063 2.195.796 268.164 24.640
12 363	0044 2992 0041	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PARANÁ ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1449	F	3	90	0	112		264.087 264.087
12 363	0044 2992 0042	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 8735	F F F	1 3 3	90 90 90	0 0 0	112 112 250		31.071.512 24.924.986 5.937.953 208.573
12 363	0044 2992 0043	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 16755	F F F F F	1 3 3 4 4	90 90 90 90 90	0 0 0 0 0	112 112 250 112 250		35.714.691 25.474.128 7.928.227 1.855.336 137.000 320.000
12 363	0044 2992 0051	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 5896	F F F	1 3 3	90 90 90	0 0 0	112 112 250		19.003.443 15.820.011 2.984.167 199.265
12 363	0044 2992 0052	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIÁS ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 9742	F F F	1 3 3	90 90 90	0 0 0	112 112 250		27.948.923 22.964.269 4.539.835 444.819
12 363	0044 2992 0183	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 219	F F	3 4	90 90	0 0	112 112		151.760 130.915 20.845
12 363	0044 2992 0185	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 984	F F	3 4	90 90	0 0	112 112		681.718 588.081 93.637
12 363	0044 2992 0187	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 177	F F	3 4	90 90	0 0	112 112		122.971 106.080 16.891
12 363	0044 2994	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	A						5.641.243

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCI ONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
12 363	0044 2994 0011	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RONDÔNIA							79.815
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 340	F	3	90	0	250		79.815
12 363	0044 2994 0013	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS							708.351
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 2000	F	3	90	0	112		60.000
			F	3	90	0	250		648.351
12 363	0044 2994 0014	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RORAIMA							58.800
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 150	F	3	90	0	112		58.800
12 363	0044 2994 0015	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PARÁ							130.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1500	F	3	90	0	112		100.000
			F	3	90	0	250		30.000
12 363	0044 2994 0017	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE TOCANTINS							115.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 525	F	3	90	0	250		115.000
12 363	0044 2994 0021	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MARANHÃO							232.504
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1540	F	3	90	0	112		168.284
			F	3	90	0	250		64.220
12 363	0044 2994 0022	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PIAUÍ							188.810
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 410	F	3	90	0	112		188.810
12 363	0044 2994 0023	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARÁ							430.004
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1638	F	3	90	0	112		99.971
			F	3	90	0	250		271.114
			F	3	90	0	281		58.919
12 363	0044 2994 0024	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							160.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1040	F	3	90	0	112		160.000
12 363	0044 2994 0025	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA PARAÍBA							149.949
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 7054	F	3	90	0	112		102.449
			F	3	90	0	250		47.500
12 363	0044 2994 0026	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							38.060
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 330	F	3	90	0	112		38.060
12 363	0044 2994 0027	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE ALAGOAS							344.306
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 3100	F	3	90	0	112		202.023
			F	3	90	0	250		142.283
12 363	0044 2994 0028	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SERGIPE							87.811
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 114	F	3	90	0	112		87.811
12 363	0044 2994 0029	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA							160.933
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1386	F	3	90	0	112		4.980
			F	3	90	0	250		154.286
			F	3	90	0	280		1.667
12 363	0044 2994 0031	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.425.058
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 10190	F	3	90	0	112		48.000
			F	3	90	0	250		1.377.058
12 363	0044 2994 0032	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							320.156
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1945	F	3	90	0	112		50.000
			F	3	90	0	250		264.135
			F	3	90	0	280		6.021

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ORGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
12 363	0044 2994 0033	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							137.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 9237		F	3	90	0	112	137.000
12 363	0044 2994 0035	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SÃO PAULO							12.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 150		F	3	90	0	250	12.000
12 363	0044 2994 0042	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							477.686
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1803		F F	3 3	90 90	0 0	112 250	139.672 338.014
12 363	0044 2994 0043	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							175.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 1125		F	3	90	0	250	175.000
12 363	0044 2994 0052	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIÁS							210.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE) 6997		F F	3 3	90 90	0 0	112 250	50.000 160.000
12 363	0044 3049	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	P						12.006.000
12 363	0044 3049 0001	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NACIONAL							12.003.000
		CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EQUIPADO (UNIDADE) 35		F F	4 4	90 90	0 3	149 112	10.202.550 1.800.450
12 363	0044 3049 0042	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							3.000
		CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EQUIPADO (UNIDADE) 6		F	3	90	0	112	3.000
12 363	0044 3052	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO	P						215.534
12 363	0044 3052 0013	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DO AMAZONAS							15.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 4100		F	3	90	0	112	15.000
12 363	0044 3052 0021	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DO MARANHÃO							28.234
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 800		F	3	90	0	112	28.234
12 363	0044 3052 0023	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DO CEARÁ							50.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 2488		F	3	90	0	281	50.000
12 363	0044 3052 0025	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DA PARAÍBA							4.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 20		F	3	90	0	112	4.000
12 363	0044 3052 0028	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DE SERGIPE							9.300
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 12		F	3	90	0	112	9.300
12 363	0044 3052 0031	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							22.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 200		F	3	90	0	112	22.000
12 363	0044 3052 0033	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							60.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 420		F	3	90	0	112	60.000
12 363	0044 3052 0042	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							5.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 100		F	3	90	0	112	5.000
12 363	0044 3052 0052	PROMOÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO - NO ESTADO DE GOIÁS							22.000
		PESSOA ATENDIDA (UNIDADE) 1540		F F	3 3	90 90	0 0	112 250	12.000 10.000
12 363	0044 3053	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	P						484.983
12 363	0044 3053 0013	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS							55.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2		F	4	90	0	112	55.000
12 363	0044 3053 0023	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARÁ							30.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1		F	4	90	0	112	30.000

## MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO

LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCI ONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ORGÃO: 26000 -		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
12 363	0044 3053 0031	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							115.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 4		F	4	90	0	112	60.000
				F	4	90	0	250	55.000
12 363	0044 3053 0043	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							35.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2		F	4	90	0	112	20.000
				F	4	90	0	250	15.000
12 363	0044 3053 0051	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO							39.983
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2		F	4	90	0	112	39.983
12 363	0044 3053 0052	VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIÁS							210.000
		VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2		F	4	90	0	112	210.000
12 363	0044 3681	ESTUDOS E PESQUISAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS E DE MODELOS DE GESTÃO - PROEP	P						3.347.083
12 363	0044 3681 0001	ESTUDOS E PESQUISAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS E DE MODELOS DE GESTÃO - PROEP - NACIONAL							3.347.083
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 5		F	3	80	2	112	1.847.083
				F	3	90	2	112	1.500.000
12 363	0044 3685	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	P						10.000.000
12 363	0044 3685 0001	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL							10.000.000
		PROJETO IMPLEMENTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 35		F	3	80	2	112	8.690.000
				F	3	90	2	112	1.310.000
12 363	0044 3687	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	P						1.658.666
12 363	0044 3687 0001	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL							1.658.666
		SUBSISTEMA IMPLEMENTADO (UNIDADE) 4		F	3	80	0	148	829.333
				F	3	80	2	112	829.333
12 363	0044 5135	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	P						14.467.491
12 363	0044 5135 0011	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RONDONIA							23.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 318		F	4	90	0	112	15.000
				F	4	90	0	250	8.000
12 363	0044 5135 0013	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS							260.374
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 622		F	4	90	0	112	254.000
				F	4	90	0	281	6.374
12 363	0044 5135 0014	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RORAIMA							331.928
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 726		F	4	90	0	100	35.000
				F	4	90	0	112	205.497
				F	4	90	0	250	91.431
12 363	0044 5135 0015	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PARÁ							336.077
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 616		F	4	90	0	112	300.000
				F	4	90	0	250	20.081
				F	4	90	0	281	15.996
12 363	0044 5135 0017	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO TOCANTINS							60.000
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 200		F	4	90	0	250	60.000
12 363	0044 5135 0021	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MARANHÃO							267.595
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 576		F	3	90	0	112	107.595
				F	4	90	0	112	152.344



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>									
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 5995		F F	4 4	90 90	0 0	112 250	460.328 69.672
12 363	0044 5135 0043	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							340.455
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 1910		F F	4 4	90 90	0 0	112 250	170.455 170.000
12 363	0044 5135 0051	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MATO GROSSO							275.331
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 5231		F F F	4 4 4	90 90 90	0 0 0	112 250 280	40.000 228.897 6.434
12 363	0044 5135 0052	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIÁS							881.103
		ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA (M²) 3506		F F F	3 4 4	90 90 90	0 0 0	112 112 250	50.000 607.908 223.195
12 363	0044 7109	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	P						61.322.290
12 363	0044 7109 0001	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL							61.322.290
		CENTRO IMPLANTADO (UNIDADE) 85		F F F F F F F F F F F F F F	3 3 3 3 3 3 4 4 4 4 4 4 4 4	30 30 50 50 90 90 30 30 50 50 50 90 90 90	0 0 0 2 2 2 0 0 2 0 2 0 0 2 2	148 112 148 112 148 112 148 148 112 148 112 148 148 112 148 112	473.200 140.000 473.200 140.000 3.619.980 1.071.000 14.196.000 4.200.000 16.564.290 4.900.000 11.995.620 3.549.000
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO									552.633.585
12 128	0045 3677	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED	P						14.662.417
12 128	0045 3677 0001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED - NACIONAL							14.662.417
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 78180		F F F F	3 3 3 3	80 80 90 90	0 2 0 2	148 112 148 112	6.461.936 3.746.504 1.000.000 3.453.977
12 362	0045 1327	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO	P						405.529.040
12 362	0045 1327 0004	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO - EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO - ESTADO DO AMAZONAS							5.529.040
		ALUNO ATENDIDO (UNIDADE) 176000		F F	3 4	30 30	0 0	112 112	2.080.000 3.449.040
12 362	0045 1327 0113	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO - NO ESTADO DE RONDÔNIA - PROJETO ALVORADA							8.795.430
		ALUNO ATENDIDO (UNIDADE) 39186		F F F	4 4 4	30 30 30	0 0 0	145 179 979	3.708.284 4.397.715 689.431
12 362	0045 1327 0115	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO - NO ESTADO DO ACRE - PROJETO ALVORADA							6.446.113
		ALUNO ATENDIDO (UNIDADE) 22862		F F F F F F	3 3 3 4 4 4	30 30 30 30 30 30	0 0 0 0 0 0	145 179 979 145 179 979	543.555 644.612 101.056 2.174.222 2.578.445 404.223
12 362	0045 1327 0121	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO - NO ESTADO DO PARÁ - PROJETO ALVORADA							43.789.352
		ALUNO ATENDIDO (UNIDADE) 237507		F F F F F F	3 3 3 4 4 4	30 30 30 30 30 40	0 0 0 0 0 0	145 179 979 145 179 979	2.769.337 3.284.201 514.865 15.692.907 18.610.475 2.917.567





MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCI ONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 26000		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
		HOSPITAL APOIADO (UNIDADE) 1		S	4	90	0	100	100.000
12 302	0046 0523 0024	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO - APOIO AO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE HOSPITAL APOIADO (UNIDADE) 1		S	3	90	0	100	50.000
12 302	0046 0523 0028	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO - APOIO AO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL DE ENSINO BORGES DA COSTA - BELO HORIZONTE-MG HOSPITAL APOIADO (UNIDADE) 1		S	4	90	0	100	100.000
12 302	0046 0523 0030	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO - APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO - UNIMONTES - MONTES CLAROS - MG HOSPITAL APOIADO (UNIDADE) 1		S	4	30	0	100	50.000
12 302	0046 0523 0032	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO - APOIO AO DEPARTAMENTO DE OFTALMOLOGIA DA UNI FESP - SAO PAULO - SP HOSPITAL APOIADO (UNIDADE) 1		S	3	90	0	100	250.000
12 302	0046 0523 0034	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO - APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO - CUIABA - MT HOSPITAL APOIADO (UNIDADE) 1		S	4	90	0	100	250.000
12 302	0046 4086	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO	A						100.000
12 302	0046 4086 0001	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NACIONAL LEITO OFERTADO (UNIDADE) 30		S	3	90	0	250	41.964.734
12 302	0046 4086 0013	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO AMAZONAS LEITO OFERTADO (UNIDADE) 251		S S	3 4	90 90	0 0	281 281	300.000
12 302	0046 4086 0021	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO MARANHÃO LEITO OFERTADO (UNIDADE) 505		S	3	90	0	250	4.000.000
12 302	0046 4086 0023	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO CEARÁ LEITO OFERTADO (UNIDADE) 240		S	3	90	0	250	3.100.000
12 302	0046 4086 0024	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEITO OFERTADO (UNIDADE) 382		S	3	90	0	250	900.000
12 302	0046 4086 0026	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO LEITO OFERTADO (UNIDADE) 400		S	3	90	0	281	500.000
12 302	0046 4086 0028	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SERGIPE LEITO OFERTADO (UNIDADE) 88		S	3	90	0	250	500.000
12 302	0046 4086 0031	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS LEITO OFERTADO (UNIDADE) 806		S S S	3 3 3	90 90 90	0 0 0	250 280 296	282.040
12 302	0046 4086 0032	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO LEITO OFERTADO (UNIDADE) 284		S	3	90	0	250	7.381.117
12 302	0046 4086 0033	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LEITO OFERTADO (UNIDADE) 308		S	4	90	0	250	7.063.072
12 302	0046 4086 0035	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SÃO PAULO LEITO OFERTADO (UNIDADE) 1070		S S	3 4	90 90	0 0	250 250	197.000
12 302	0046 4086 0041	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO PARANÁ		S	3	90	0	250	121.045
				S	4	90	0	250	31.760
				S	3	90	0	250	31.760
				S	3	90	0	250	50.000
				S	4	90	0	250	50.000
				S	3	90	0	250	20.610.196
				S	4	90	0	250	20.490.196
				S	4	90	0	250	120.000
				S	3	90	0	250	4.092.197

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
		LEITO OFERTADO (UNIDADE) 675		S	3	90	0	250	2.292.197
				S	4	90	0	250	1.800.000
12 302	0046 4086 0043	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							724.730
		LEITO OFERTADO (UNIDADE) 311		S	3	90	0	250	500.000
				S	3	90	0	281	224.730
12 302	0046 4086 0051	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE MATO GROSSO							211.224
		LEITO OFERTADO (UNIDADE) 224		S	4	90	0	250	211.224
12 302	0046 4086 0052	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE GOIÁS							724.500
		LEITO OFERTADO (UNIDADE) 326		S	3	90	0	250	724.500
12 302	0046 4086 0053	SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO DISTRITO FEDERAL							200.000
		LEITO OFERTADO (UNIDADE) 300		S	3	90	0	250	200.000
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS								479.905.240
12 128	0047 4397	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS	A						15.000.000
12 128	0047 4397 0001	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS - NACIONAL							15.000.000
		PROFESSOR CAPACITADO (UNIDADE) 29644		F	3	30	0	113	6.900.000
				F	3	40	0	113	5.850.000
				F	3	50	0	113	2.250.000
12 366	0047 0081	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO)	O						327.642.000
12 366	0047 0081 0013	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO AMAZONAS							6.008.356
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 24930		F	3	30	0	113	3.114.070
				F	3	40	0	113	2.894.286
12 366	0047 0081 0016	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO AMAPÁ							460.755
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1911		F	3	30	0	113	344.242
				F	3	40	0	113	116.513
12 366	0047 0081 0031	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							2.351.970
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 9759		F	3	40	0	113	2.351.970
12 366	0047 0081 0041	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO PARANÁ							153.850
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 637		F	3	30	0	113	148.819
				F	3	40	0	113	5.031
12 366	0047 0081 0051	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO MATO GROSSO							364.102
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1510		F	3	30	0	113	183.772
				F	3	40	0	113	180.330
12 366	0047 0081 0052	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DE GOIÁS							268.509
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1113		F	3	30	0	113	74.674
				F	3	40	0	113	193.835
12 366	0047 0081 0113	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DE RONDÔNIA - PROJETO ALVORADA							8.591.496
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 35648		F	3	30	0	113	5.973.665
				F	3	40	0	113	2.617.831
12 366	0047 0081 0115	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO ACRE - PROJETO ALVORADA							11.518.881
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 47795		F	3	30	0	113	8.434.734
				F	3	40	0	113	3.084.147

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	U	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
12 366	0047 0081 0119	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DE RORAIMA - PROJETO ALVORADA							4.321.037
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 17929	F	3	30	0	113		3.660.621
			F	3	40	0	113		660.416
12 366	0047 0081 0121	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO PARÁ - PROJETO ALVORADA							61.723.462
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 256113	F	3	30	0	113		26.131.708
			F	3	40	0	113		35.591.754
12 366	0047 0081 0125	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DE TOCANTINS - PROJETO ALVORADA							10.268.222
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 38777	F	3	30	0	113		6.139.961
			F	3	40	0	113		4.128.261
12 366	0047 0081 0127	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO MARANHÃO - PROJETO ALVORADA							30.991.881
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 128596	F	3	30	0	113		8.255.463
			F	3	40	0	113		22.736.418
12 366	0047 0081 0129	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO PIAUÍ - PROJETO ALVORADA							20.929.146
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 86842	F	3	30	0	113		6.080.381
			F	3	40	0	113		14.848.765
12 366	0047 0081 0131	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO CEARÁ - PROJETO ALVORADA							39.418.671
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 163561	F	3	30	0	113		6.598.333
			F	3	40	0	113		32.820.338
12 366	0047 0081 0133	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PROJETO ALVORADA							26.926.113
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 111726	F	3	30	0	113		14.020.729
			F	3	40	0	113		12.905.384
12 366	0047 0081 0135	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DA PARAÍBA - PROJETO ALVORADA							16.517.546
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 68537	F	3	30	0	113		7.532.819
			F	3	40	0	113		8.984.727
12 366	0047 0081 0137	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROJETO ALVORADA							45.184.202
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 187485	F	3	30	0	113		15.627.017
			F	3	40	0	113		29.557.185
12 366	0047 0081 0139	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DE ALAGOAS - PROJETO ALVORADA							20.616.679
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 85545	F	3	30	0	113		7.878.385
			F	3	40	0	113		12.738.294
12 366	0047 0081 0141	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DE SERGIPE - PROJETO ALVORADA							10.937.906
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 45384	F	3	30	0	113		6.008.090
			F	3	40	0	113		4.929.816
12 366	0047 0081 0143	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESTADO DA BAHIA - PROJETO ALVORADA							9.789.461
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 40619	F	3	30	0	113		21.979
			F	3	40	0	113		9.767.482
12 366	0047 0081 0181	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE JOVENS E ADULTOS (RECOMEÇO - PROGRAMA SUPLETIVO) - NO ESPÍRITO SANTO							299.755
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1243	F	3	30	0	113		273.540
			F	3	40	0	113		26.215
12 366	0047 0507	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS	0						24.108.240

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCI ONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>									
12 366	0047 0507 0001	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - NACIONAL ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 67000		F F F	3 3 3	30 40 50	0 0 0	113 113 113	15.000.000 6.900.000 5.850.000 2.250.000
12 366	0047 0507 0006	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - ITANHAÉM - SP PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	50.000 50.000
12 366	0047 0507 0012	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - ESTADO DO MARANHÃO ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 20000		F F F	3 3 3	30 30 30	0 0 0	100 112 250	8.968.240 3.532.000 3.545.940 1.890.300
12 366	0047 0507 0014	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA A OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL NA DIOCESE DE RIO BRANCO - RIO BRANCO - AC ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 250 ALUNO ALFABETIZADO (UNIDADE) 300		F F	3 3	30 40	0 0	100 100	90.000 40.000 50.000
12 366	0047 2047	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS	A						102.600.000
12 366	0047 2047 0001	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS - NACIONAL ALUNO BENEFICIADO (UNIDADE) 38649		F	3	50	0	113	4.242.216 4.242.216
12 366	0047 2047 0101	ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS - NACIONAL - PROJETO ALVORADA ALUNO BENEFICIADO (UNIDADE) 964292		F	3	50	0	113	98.357.784 98.357.784
12 366	0047 2263	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROGRAMAS DA RÁDIO-ESCOLA PARA JOVENS E ADULTOS	A						555.000
12 366	0047 2263 0001	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROGRAMAS DA RÁDIO-ESCOLA PARA JOVENS E ADULTOS - NACIONAL PROGRAMA PRODUZIDO (MINUTO) 360		F	3	90	0	112	555.000 555.000
12 366	0047 2335	MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	A						10.000.000
12 366	0047 2335 0001	MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NACIONAL ALUNO BENEFICIADO (UNIDADE) 500000		F F F	3 3 3	30 40 50	0 0 0	113 113 113	10.000.000 4.600.000 3.900.000 1.500.000
0048 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS									126.744.386
12 121	0048 4000	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E DISTRIBUIÇÃO DAS ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	A						4.800.000
12 121	0048 4000 0001	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E DISTRIBUIÇÃO DAS ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS - NACIONAL ESTUDO/ESTATÍSTICA DISTRIBUIDA (UNIDADE) 85		F F F	3 3 4	80 90 90	0 0 0	112 112 112	4.800.000 2.968.600 1.494.400 337.000
12 126	0048 3090	CENSOS, EXAMES E AVALIAÇÕES ESPECIAIS	P						1.000.000
12 126	0048 3090 0001	CENSOS, EXAMES E AVALIAÇÕES ESPECIAIS - NACIONAL CENSO/AVALIAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) 3		F F	3 3	80 90	0 0	112 112	1.000.000 100.000 900.000
12 126	0048 4014	CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	A						7.872.000
12 126	0048 4014 0001	CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL CENSO REALIZADO (UNIDADE) 1		F F F	3 3 3	30 80 90	0 0 0	112 112 112	7.872.000 1.500.000 2.300.000 4.072.000
12 126	0048 4021	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO EDUCACIONAL - SIED	A						3.178.000
12 126	0048 4021 0001	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO EDUCACIONAL - SIED - NACIONAL MÓDULO IMPLANTADO (UNIDADE) 13		F F	3 3	80 90	0 0	112 112	3.178.000 1.000.000 2.178.000
12 126	0048 4022	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SAEB	A						7.038.000

## MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO

LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
ORGÃO: 26000		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
12 126	0048 4022 0001	SI STEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SAEB - NACIONAL							7.038.000
		SI STEMA EDUCACIONAL AVALIADO (UNIDADE) 27		F	3	80	0	112	6.538.000
				F	3	90	0	112	500.000
12 126	0048 6503	CENSO DO ENSINO SUPERIOR	A						3.430.000
12 126	0048 6503 0001	CENSO DO ENSINO SUPERIOR - NACIONAL							3.430.000
		CENSO REALIZADO (UNIDADE) 1		F	3	80	0	112	500.000
				F	3	90	0	112	2.930.000
12 362	0048 4017	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM	A						63.525.800
12 362	0048 4017 0001	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM - NACIONAL							63.525.800
		ALUNO AVALIADO (UNIDADE) 1600000		F	3	90	0	112	53.784.200
				F	3	90	0	250	9.741.600
12 364	0048 4016	EXAME NACIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - PROVÃO	A						26.089.080
12 364	0048 4016 0001	EXAME NACIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - PROVÃO - NACIONAL							26.089.080
		CURSO AVALIADO (UNIDADE) 24		F	3	90	0	112	26.089.080
12 364	0048 4465	AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	A						9.459.281
12 364	0048 4465 0001	AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO - NACIONAL							9.459.281
		CURSO AVALIADO (UNIDADE) 1900		F	3	90	0	112	3.168.840
				F	3	90	0	250	6.290.441
12 364	0048 4473	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	A						352.225
12 364	0048 4473 0001	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - NACIONAL							352.225
		INSTI TUIÇÃO AVALIADA (UNIDADE) 1389		F	3	90	0	112	61.740
				F	3	90	0	250	290.485
0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL									50.675.966
12 128	0049 6123	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	A						689.000
12 128	0049 6123 0001	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL - NACIONAL							689.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 28900		F	3	30	0	112	50.000
				F	3	40	0	112	100.000
				F	3	50	0	112	150.000
				F	3	90	0	112	389.000
12 128	0049 6139	QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	A						2.000.000
12 128	0049 6139 0001	QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL - NACIONAL							2.000.000
		DOCENTE QUALIFICADO (UNIDADE) 6000		F	3	30	0	112	700.000
				F	3	40	0	112	500.000
				F	3	50	0	112	800.000
12 128	0049 6141	PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	A						1.180.000
12 128	0049 6141 0033	PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							80.000
		PESSOA QUALIFICADA (UNIDADE) 600		F	3	90	0	112	59.000
				F	4	90	0	112	21.000
12 128	0049 6141 0053	PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS - NO DISTRITO FEDERAL							1.100.000
		PESSOA QUALIFICADA (UNIDADE) 3300		F	3	30	0	112	225.000
				F	3	50	0	112	425.000
				F	4	30	0	112	125.000
				F	4	50	0	112	325.000
12 367	0049 0511	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	O						28.165.511
12 367	0049 0511 0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - NACIONAL							26.210.511
		INSTI TUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1010		F	3	30	0	112	1.300.000
				F	3	30	0	250	1.250.000
				F	3	40	0	112	1.300.000
				F	3	40	0	250	1.250.000
				F	3	50	0	112	2.650.000
				F	3	50	0	250	2.500.000
				F	3	80	0	112	2.200.000
				F	3	90	0	112	424.511
				F	4	30	0	112	2.200.000
				F	4	30	0	250	1.250.000
				F	4	40	0	112	2.350.000



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	UI	FT	DOTAÇÃO
ÓRGÃO:	26000	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 2							
			F	3	40	0	100		40.000
			F	4	40	0	100		40.000
12 367	0049 0511 0032	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - AQUISIÇÃO DE EQUIP. E QUALIF. DE PROFISSIONAIS QUE ATENDEM A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA - DUQUE DE CAXIAS - RJ							100.000
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 2							
			F	3	40	0	100		50.000
			F	4	40	0	100		50.000
12 367	0049 0511 0034	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - GETÚLIO VARGAS - RS							50.000
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 100							
			F	4	40	0	100		50.000
12 367	0049 0511 0036	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APAE - BANDEIRANTES - PR							40.000
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1							
			F	4	50	0	100		40.000
12 367	0049 0511 0038	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO À MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) - DIADEMA - SP							100.000
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1							
			F	3	50	0	100		100.000
12 367	0049 0511 0040	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - LINHARES - ES							50.000
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1							
			F	3	50	0	100		50.000
12 367	0049 0511 0042	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA UFSCAR - SÃO CARLOS - SP							200.000
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1							
			F	4	90	0	100		200.000
12 367	0049 0511 0044	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO							50.000
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 2							
			F	3	50	0	100		50.000
12 367	0049 0511 0046	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - VOTUPORANGA - SP							50.000
		INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE) 1							
			F	3	50	0	100		50.000
12 367	0049 0511 0048	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - JANIÓPOLIS - PR							100.000
		CENTRO CONSTRUÍDO (UNIDADE) 1							
			F	4	40	0	100		100.000
12 367	0049 6113	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	A						2.000.000
12 367	0049 6113 0001	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL - NACIONAL							2.000.000
		MATERIAL DISTRIBUÍDO (UNIDADE) 40000							
			F	3	30	0	112		300.000
			F	3	40	0	112		700.000
			F	3	50	0	112		1.000.000
12 367	0049 6127	FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	A						15.599.415
12 367	0049 6127 0033	FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							15.599.415
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 1034							
			F	1	90	0	112		11.681.243
			F	3	90	0	112		3.502.876
			F	4	90	0	112		415.296
12 367	0049 6135	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESPECIALIZADO E DE LIVROS E TEXTOS NO SISTEMA BRAILLE	A						425.878
12 367	0049 6135 0001	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESPECIALIZADO E DE LIVROS E TEXTOS NO SISTEMA BRAILLE - NACIONAL							425.878
		EXEMPLAR PRODUZIDO E DISTRIBUÍDO (UNIDADE) 100000							
			F	3	90	0	112		405.878
			F	4	90	0	112		20.000
12 367	0049 6137	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	A						400.000
12 367	0049 6137 0001	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL - NACIONAL							400.000
		EVENTO REALIZADO (UNIDADE) 5							
			F	3	50	0	112		400.000
12 573	0049 6131	PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL	A						216.162
12 573	0049 6131 0001	PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL - NACIONAL							216.162
		ESTUDO DISSEMINADO (UNIDADE) 49							
			F	3	90	0	112		216.162

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									17.590.205
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO								
12 122	0051 2014	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E EMISSÃO DE ATOS NORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO NACIONAL	A						1.000.000
12 122	0051 2014 0001	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E EMISSÃO DE ATOS NORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO NACIONAL - NACIONAL							1.000.000
		NORMA PRODUZIDA (UNIDADE) 1430		F	3	90	0	112	1.000.000
12 129	0051 4029	CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	A						1.950.000
12 129	0051 4029 0001	CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - NACIONAL							1.950.000
		INSPEÇÃO REALIZADA (UNIDADE) 1		F	3	90	0	112	1.950.000
12 361	0051 4024	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	A						3.407.000
12 361	0051 4024 0001	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL							3.407.000
				F	3	80	0	112	400.000
				F	3	90	0	112	3.007.000
12 361	0051 4081	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	A						3.201.000
12 361	0051 4081 0001	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - NACIONAL							3.201.000
				F	3	90	0	112	3.201.000
12 363	0051 4025	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO	A						3.899.205
12 363	0051 4025 0001	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO - NACIONAL							3.899.205
				F	3	90	0	112	3.259.046
				F	3	90	0	150	640.159
12 364	0051 4083	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR	A						3.104.000
12 364	0051 4083 0001	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR - NACIONAL							3.104.000
				F	3	90	0	112	3.104.000
12 367	0051 4082	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	A						500.000
12 367	0051 4082 0001	GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - NACIONAL							500.000
				F	3	90	0	112	450.000
				F	4	90	0	112	50.000
12 571	0051 3127	ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS	P						529.000
12 571	0051 3127 0001	ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - NACIONAL							529.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1		F	3	90	0	112	529.000
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA								18.170.000
12 128	0067 4519	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS	A						12.537.000
12 128	0067 4519 0001	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS - NACIONAL							12.537.000
		PROFESSOR CAPACITADO (UNIDADE) 24776		F	3	30	0	112	188.055
				F	3	40	0	112	5.993.075
				F	3	40	0	250	6.355.870
12 365	0067 2331	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	A						5.373.000
12 365	0067 2331 0001	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - NACIONAL							5.373.000
		MÓDULO DISTRIBUÍDO (MILHAR) 79		F	3	30	0	112	80.595
				F	3	40	0	112	5.292.405
12 365	0067 5612	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	P						260.000
12 365	0067 5612 0004	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SÃO CARLOS - SP (BAIRRO CIDADE ARACY)							60.000
		ESCOLA CONSTRUÍDA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	60.000
12 365	0067 5612 0006	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SÃO CARLOS - SP							200.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	200.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
ORGÃO: 0150		26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							500.000
		ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS							
12 128	0150 3089	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA	P						200.000
12 128	0150 3089 0001	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA - NACIONAL							200.000
		PROFESSOR CAPACITADO (UNIDADE) 250		F	3	30	0	113	120.000
				F	3	40	0	113	80.000
12 423	0150 1150	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA	P						100.000
12 423	0150 1150 0002	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA INDÍGENA NA ALDEIA DE TAUNAY-IMBIRIÇU - AQUIDAUNA - MS							100.000
		ESCOLA CONSTRUÍDA (UNIDADE) 1		F	4	40	0	100	100.000
12 423	0150 4047	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA	A						200.000
12 423	0150 4047 0001	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA - NACIONAL							200.000
		EXEMPLAR DISTRIBUÍDO (UNIDADE) 10000		F	3	30	0	113	120.000
				F	3	40	0	113	80.000
0170		PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL							450.000
12 392	0170 6417	PRODUÇÃO DE VÍDEO E MULTIMÍDIA	A						450.000
12 392	0170 6417 0001	PRODUÇÃO DE VÍDEO E MULTIMÍDIA - NACIONAL							450.000
		EXEMPLAR PRODUZIDO (UNIDADE) 20		F	3	90	0	112	60.000
				F	3	90	0	250	362.000
				F	4	90	0	250	28.000
0172		CULTURA AFRO-BRASILEIRA							100.000
12 128	0172 4521	FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA ATUAÇÃO NAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS	A						100.000
12 128	0172 4521 0001	FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA ATUAÇÃO NAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS - NACIONAL							100.000
		PROFESSOR CAPACITADO (UNIDADE) 395		F	3	40	0	113	100.000
0461		EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO							23.637.581
12 571	0461 3080	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS	P						23.637.581
12 571	0461 3080 0001	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NACIONAL							283.080
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 60		F	3	90	0	112	113.080
				F	3	90	0	250	170.000
12 571	0461 3080 0013	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO AMAZONAS							320.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 480		F	3	90	0	250	320.000
12 571	0461 3080 0015	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO PARÁ							590.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 40		F	3	90	0	112	444.000
				F	3	90	0	250	146.000
12 571	0461 3080 0021	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO MARANHÃO							56.934
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 10		F	3	90	0	112	16.934
				F	4	90	0	112	40.000
12 571	0461 3080 0022	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO PIAUÍ							62.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 114		F	3	90	0	112	62.000
12 571	0461 3080 0024	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							334.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 464		F	3	90	0	112	334.000
12 571	0461 3080 0026	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							158.075
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 3363		F	3	90	0	112	114.825
				F	3	90	0	250	43.250

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>									
12 571	0461 3080 0028	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DE SERGIPE							250.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 170		F	3	90	0	250	250.000
12 571	0461 3080 0031	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							5.960.985
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 13217		F	3	90	0	112	1.576.600
				F	3	90	0	250	98.000
				F	3	90	0	281	3.186.385
				F	3	90	0	295	100.000
				F	4	90	0	281	1.000.000
12 571	0461 3080 0032	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							70.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 219		F	3	90	0	112	70.000
12 571	0461 3080 0033	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							108.500
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 644		F	3	90	0	112	108.500
12 571	0461 3080 0035	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DE SÃO PAULO							10.831.686
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 410		F	3	90	0	112	85.000
				F	3	90	0	250	10.746.686
12 571	0461 3080 0042	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							368.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 5200		F	3	90	0	112	368.000
12 571	0461 3080 0043	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							1.798.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 3736		F	3	90	0	112	855.000
				F	3	90	0	250	200.000
				F	3	90	0	281	100.000
				F	4	90	0	250	523.000
				F	4	90	0	281	120.000
12 571	0461 3080 0051	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DE MATO GROSSO							242.500
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 250		F	3	90	0	112	192.500
				F	3	90	0	250	50.000
12 571	0461 3080 0052	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DE GOIÁS							273.700
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 1200		F	3	90	0	112	273.700
12 571	0461 3080 0053	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO DISTRITO FEDERAL							112.000
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 100		F	3	90	0	250	112.000
12 571	0461 3080 0054	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							725.750
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 10		F	3	90	0	112	725.750
12 571	0461 3080 0087	PRODUÇÃO E MELHORIA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DE FUSÃO DE SEUS RESULTADOS - NO ESTADO DO PARANÁ							1.092.371
		PESQUISA PUBLICADA (UNIDADE) 46		F	3	90	0	112	1.092.371
0668	PAZ NAS ESCOLAS								1.400.000
12 128	0668 5396	CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS		P					1.000.000
12 128	0668 5396 0001	CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS - NACIONAL							1.000.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 1976		F	3	30	0	113	400.000
				F	3	40	0	113	600.000
12 361	0668 7113	EDIÇÃO, COPIAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ATUAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS		P					400.000
12 361	0668 7113 0001	EDIÇÃO, COPIAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ATUAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS - NACIONAL							400.000
		MÓDULO DISTRIBUÍDO (UNIDADE) 27000		F	3	30	0	113	160.000
				F	3	40	0	113	240.000



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ACAO	ESF	GN	MO	DU	FT	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>									
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 22853		F	1	90	0	112	23.462.556
12 122	0750 0563 0032	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							3.628.792
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 3917		F	1	90	0	112	3.628.792
12 122	0750 0563 0033	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							27.029.246
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 25754		F	1	90	0	112	27.029.246
12 122	0750 0563 0035	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DE SÃO PAULO							5.552.550
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 5285		F	1	90	0	112	5.552.550
12 122	0750 0563 0041	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DO PARANÁ							7.069.154
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 6775		F	1	90	0	112	7.069.154
12 122	0750 0563 0042	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							6.782.225
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 5598		F	1	90	0	112	6.782.225
12 122	0750 0563 0043	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							15.419.444
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 13072		F	1	90	0	112	15.419.444
12 122	0750 0563 0051	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO							3.539.719
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 2958		F	1	90	0	112	3.539.719
12 122	0750 0563 0052	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DE GOIÁS							4.061.036
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 3890		F	1	90	0	112	4.061.036
12 122	0750 0563 0053	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO DISTRITO FEDERAL							4.941.285
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 3451		F	1	90	0	112	4.941.285
12 122	0750 0563 0054	REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS ATIVOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							3.279.748
		SERVIDOR PAGO (UNIDADE) 2561		F	1	90	0	112	3.279.748
12 122	0750 2025	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	A						406.889.888
12 122	0750 2025 0001	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL							406.889.888
		PESSOA REMUNERADA (UNIDADE) 1736		F	1	90	0	112	406.889.888
TOTAL - FISCAL									9.906.389.928
TOTAL - SEGURIDADE									73.014.734
TOTAL - GERAL									9.979.404.662

<b>ÓRGÃO: 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>									
	0660	EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO							8.661.000
12 366	0660 1769	ESTUDOS PARA INSERÇÃO CURRICULAR DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO SISTEMA DE ENSINO	P						8.661.000
12 366	0660 1769 0001	ESTUDOS PARA INSERÇÃO CURRICULAR DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO SISTEMA DE ENSINO - NACIONAL							8.661.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 7		F	3	80	0	150	2.250.000
				F	3	90	0	150	6.211.000
				F	4	90	0	150	200.000
TOTAL - FISCAL									8.661.000
TOTAL - GERAL									8.661.000

<b>ÓRGÃO: 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>									
	0009	PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM							60.357.000
10 363	0009 3881	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DE ENFERMAGEM EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	P						57.357.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
 LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>									
10 363	0009 3881 0001	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DE ENFERMAGEM EMPREGADOS EM ESTABELECIAMENTOS DE SAÚDE - NACIONAL							57.357.000
		PROFISSIONAL QUALIFICADO (UNIDADE) 58000		S	3	80	0	148	13.000.000
				S	3	80	2	151	14.000.000
				S	3	90	0	148	28.357.000
				S	3	90	2	151	2.000.000
10 363	0009 3922	MODERNIZAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS DE SAÚDE	P						3.000.000
10 363	0009 3922 0001	MODERNIZAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS DE SAÚDE - NACIONAL							3.000.000
		ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE MODERNIZADA (UNIDADE) 7		S	3	80	0	148	1.272.000
				S	3	80	2	151	1.428.000
				S	3	90	2	151	300.000
0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA									1.700.000
10 364	0011 4374	RESIDÊNCIA MÉDICA NO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER	A						1.700.000
10 364	0011 4374 0033	RESIDÊNCIA MÉDICA NO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.700.000
		MÉDICO RESIDENTE MANTIDO (UNIDADE) 131		S	3	90	0	153	1.700.000
0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE									1.220.000
10 364	0012 4373	RESIDÊNCIA MÉDICA NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	A						1.220.000
10 364	0012 4373 0001	RESIDÊNCIA MÉDICA NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - NACIONAL							1.220.000
		MÉDICO RESIDENTE MANTIDO (UNIDADE) 47		S	3	90	0	151	1.220.000
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR									12.900.000
10 364	0023 4375	RESIDÊNCIA MÉDICA NOS HOSPITAIS DA REDE PRÓPRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	A						12.900.000
10 364	0023 4375 0033	RESIDÊNCIA MÉDICA NOS HOSPITAIS DA REDE PRÓPRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							12.900.000
		MÉDICO RESIDENTE MANTIDO (UNIDADE) 908		S	3	90	0	151	12.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									76.177.000
TOTAL - GERAL									76.177.000
<b>ÓRGÃO: 38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b>									
0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM									30.000.000
11 363	0009 5429	PROFISSIONALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NA ÁREA DE ENFERMAGEM - PROFPAE	P						30.000.000
11 363	0009 5429 0001	PROFISSIONALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NA ÁREA DE ENFERMAGEM - PROFPAE - NACIONAL							30.000.000
		PROFISSIONAL QUALIFICADO (UNIDADE) 23100		S	3	90	2	180	30.000.000
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL									50.000.000
11 363	0044 5430	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP/FAT	P						8.000.000
11 363	0044 5430 0001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP/FAT - NACIONAL							8.000.000
		PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE) 7000		S	3	30	2	180	1.808.442
				S	3	50	2	180	1.800.000
				S	3	90	2	180	4.391.558
11 363	0044 5606	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP/FAT	P						42.000.000
11 363	0044 5606 0001	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP/FAT - NACIONAL							42.000.000
		CENTRO IMPLANTADO (UNIDADE) 45		S	4	30	2	180	20.000.000
				S	4	50	2	180	22.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									80.000.000
TOTAL - GERAL									80.000.000

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CF ART 212 - DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO X RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	A C A O	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	DOTAÇÃO
<b>ÓRGÃO: 47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO</b>									
0041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO								189.750
12 364	0041 2233	ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ESTATÍSTICA E GEOCIÊNCIAS	A						189.750
12 364	0041 2233 0101	ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ESTATÍSTICA E GEOCIÊNCIAS - NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ							189.750
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 120		F	3	90	0	100	189.750
<b>0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>									
333.830									
12 364	0043 2234	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTATÍSTICA E GEOCIÊNCIAS	A						333.830
12 364	0043 2234 0101	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTATÍSTICA E GEOCIÊNCIAS - NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ							333.830
		ALUNO FORMADO (UNIDADE) 190		F	3	90	0	100	333.830
<b>TOTAL - FISCAL</b>									
523.580									
<b>TOTAL - GERAL</b>									
523.580									
<b>ÓRGÃO: 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA</b>									
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO								2.421.820
05 361	0638 2777	ENSINO FUNDAMENTAL NOS COLÉGIOS MILITARES	A						830.247
05 361	0638 2777 0001	ENSINO FUNDAMENTAL NOS COLÉGIOS MILITARES - NACIONAL							830.247
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 7727		F	3	90	0	100	658.175
				F	4	90	0	100	172.072
05 361	0638 2795	ENSINO FUNDAMENTAL NA FUNDAÇÃO OSÓRIO	A						524.504
05 361	0638 2795 0001	ENSINO FUNDAMENTAL NA FUNDAÇÃO OSÓRIO - NACIONAL							524.504
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 796		F	3	90	0	250	484.504
				F	4	90	0	250	40.000
05 362	0638 2778	ENSINO MÉDIO NA FUNDAÇÃO OSÓRIO	A						360.000
05 362	0638 2778 0001	ENSINO MÉDIO NA FUNDAÇÃO OSÓRIO - NACIONAL							360.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 300		F	3	90	0	250	320.000
				F	4	90	0	250	40.000
05 362	0638 2779	ENSINO MÉDIO NOS COLÉGIOS MILITARES	A						707.069
05 362	0638 2779 0001	ENSINO MÉDIO NOS COLÉGIOS MILITARES - NACIONAL							707.069
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE) 6639		F	3	90	0	100	567.069
				F	4	90	0	100	140.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									
2.421.820									
<b>TOTAL - GERAL</b>									
2.421.820									
<b>ÓRGÃO: 73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS</b>									
0904	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS								458.634.030
28 845	0904 0033	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS DO DISTRITO FEDERAL	0						458.634.030
28 845	0904 0033 0053	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL							458.634.030
				F	1	30	0	100	123.156.413
				F	1	30	0	112	335.477.617
<b>TOTAL - FISCAL</b>									
458.634.030									
<b>TOTAL - GERAL</b>									
458.634.030									

AÇÃO=A(ATIVIDADE); P(PROJETO); O(OPERAÇÃO ESPECIAL); ESF=F(FISCAL); S(SEGURIDADE)  
 GND(GRUPPO DE NAT. DA DESP)=1(PESSOAL E ENC. SOCIAIS); 2(JUROS E ENC. DÍVIDA); 3(O. DESP. CORRENTES); 4(INVESTIMENTO);  
 5(INV. FINANCEIRAS); 6(AMORT. DA DÍVIDA)  
 MOD.: 30(GOVERNO ESTADUAL); 40(ADM. MUNICIPAL); 50(ENT. PRIVADA); 90(APLIC. DIRETA); 99(A SER DEFINIDA)  
 IU(I DENTIFICADOR DE CONTRAPARTIDA) = 0(NÃO DEST. A CONTR.); 1(CONTR. BIRD); 2(CONTR. BID) E 3(OUTRAS CONTR.); FTE=FUNTE DE RECURSOS

---

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO

---

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

NACIONAL			
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
	0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	25.201.788
20 607	0379 1439 0000	ESTUDO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PÓLOS DE BIOINDÚSTRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO	480.000
20 607	0379 1439 0001	ESTUDO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PÓLOS DE BIOINDÚSTRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO - NACIONAL	480.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	400.000
		4 INVESTIMENTOS	80.000
20 607	0379 1441 0000	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PARA A REDUÇÃO DE PERDAS EM AGRICULTURA IRRIGADA	940.000
20 607	0379 1441 0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PARA A REDUÇÃO DE PERDAS EM AGRICULTURA IRRIGADA - NACIONAL	940.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	700.000
		4 INVESTIMENTOS	240.000
20 607	0379 1836 0000	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	10.500.000
20 607	0379 1836 0028	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - NACIONAL	10.500.000
		4 INVESTIMENTOS	10.500.000
20 607	0379 1854 0000	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO	6.620.000
20 607	0379 1854 0001	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - NACIONAL	6.620.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.820.000
		4 INVESTIMENTOS	800.000
20 607	0379 1869 0000	PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS	350.000
20 607	0379 1869 0001	PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS - NACIONAL	350.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	350.000
20 607	0379 2820 0000	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM	210.000
20 607	0379 2820 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - NACIONAL	210.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	210.000
20 607	0379 2824 0000	ESTUDO DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL	3.708.788
20 607	0379 2824 0001	ESTUDO DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL - NACIONAL	3.708.788
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.708.788
20 607	0379 5175 0000	ESTUDOS PARA A MELHORIA DA EFICIÊNCIA NO USO DA ÁGUA EM PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	946.000
20 607	0379 5175 0001	ESTUDOS PARA A MELHORIA DA EFICIÊNCIA NO USO DA ÁGUA EM PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - NACIONAL	946.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	730.000
		4 INVESTIMENTOS	216.000
20 607	0379 5177 0000	CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA	967.000
20 607	0379 5177 0001	CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO PARA O USO EFICIENTE DA ÁGUA - NACIONAL	967.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	783.000
		4 INVESTIMENTOS	184.000
20 607	0379 5179 0000	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	480.000
20 607	0379 5179 0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - NACIONAL	480.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	400.000
		4 INVESTIMENTOS	80.000
	0415	JOVEM EMPREENDEDOR	800.000
20 607	0415 3839 0000	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AMANHÃ	800.000
20 607	0415 3839 0101	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AMANHÃ - NO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO	600.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	600.000
20 607	0415 3839 0103	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AMANHÃ - NO VALE DO RIO PARNAÍBA	200.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
TOTAL			26.001.788

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

REGIÃO NORTE			
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
	0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	24.030.000
20 607	0379 1836 0000	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	24.030.000
20 607	0379 1836 0010	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - NORMANDIA - RR	150.000
		4 INVESTIMENTOS	150.000
20 607	0379 1836 0062	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE FRUTICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS (PROJETO SÃO JOÃO)	14.140.000
		4 INVESTIMENTOS	14.140.000
20 607	0379 1836 0064	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE IRRIGAÇÃO SAMPALÓ NO ESTADO DO TOCANTINS	9.740.000
		4 INVESTIMENTOS	9.740.000
TOTAL			24.030.000

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

## REGIÃO NORDESTE

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
	0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	190.812.105
20 607	0379 1185 0000	FORMAÇÃO DE AGENTES DE DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO	787.000
20 607	0379 1185 0020	FORMAÇÃO DE AGENTES DE DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO - NA REGIÃO NORDESTE	787.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	603.000
		4 INVESTIMENTOS	184.000
20 607	0379 1836 0000	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	128.926.782
20 607	0379 1836 0008	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - SANTANA DO ACARAU - CE	80.000
		4 INVESTIMENTOS	80.000
20 607	0379 1836 0012	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO EM ÁREA RURAL - AURORA - CE	110.000
		4 INVESTIMENTOS	110.000
20 607	0379 1836 0014	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO - BODOCÓ - PE	100.000
		4 INVESTIMENTOS	100.000
20 607	0379 1836 0018	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO - PARATINGA - BA	100.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000
		4 INVESTIMENTOS	95.000
20 607	0379 1836 0020	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - NA REGIÃO NORDESTE	344.000
		4 INVESTIMENTOS	344.000
20 607	0379 1836 0023	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍM. DE IRR. G. BAI X. OCIDENTAL MARANHENSE NO EST. DO MARANHÃO(CONDI CIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI	250.000
		4 INVESTIMENTOS	250.000
20 607	0379 1836 0024	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	160.000
		4 INVESTIMENTOS	160.000
20 607	0379 1836 0025	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍM. DE IRR. TABULEIRO DE SÃO BERNARDO NO ESTADO DO MARANHÃO(CONDI CIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	250.000
		4 INVESTIMENTOS	250.000
20 607	0379 1836 0029	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍM. DE IRR. TABULEIROS LITORÂNEOS NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDI CIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	300.000
		4 INVESTIMENTOS	300.000
20 607	0379 1836 0030	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO ARTESANAL - BENTO FERNANDES - RN	20.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000
		4 INVESTIMENTOS	10.000
20 607	0379 1836 0033	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO JAGUARI BE - APODI NO ESTADO DO CEARÁ	1.250.000
		4 INVESTIMENTOS	1.250.000
20 607	0379 1836 0035	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAI XO ACARAU NO ESTADO DO CEARÁ	400.000
		4 INVESTIMENTOS	400.000
20 607	0379 1836 0037	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS NO ESTADO DO CEARÁ	9.370.400
		4 INVESTIMENTOS	9.370.400
20 607	0379 1836 0038	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À PRODUÇÃO DAS ÁREAS IRRIGADAS	400.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000
		4 INVESTIMENTOS	385.000
20 607	0379 1836 0039	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO ARARAS NORTE NO ESTADO DO CEARÁ	2.000.000
		4 INVESTIMENTOS	2.000.000
20 607	0379 1836 0041	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - CANAL ADUTOR SISTEMA CUREMA-MÃE D'ÁGUA NO ESTADO DA PARAÍBA	198.000
		4 INVESTIMENTOS	198.000
20 607	0379 1836 0052	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - CONSTR. DA ADUTORA SERRA DA BATATEIRA NO ESTADO DA BAHIA(CONDI CIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	9.315.504
		4 INVESTIMENTOS	9.315.504
20 607	0379 1836 0054	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO VÁRZEA DE SOUSA NO ESTADO DA PARAÍBA	12.889.800
		4 INVESTIMENTOS	12.889.800
20 607	0379 1836 0056	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MARI TUBA NO ESTADO DE	6.008.800

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

## REGIÃO NORDESTE

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
		ALAGOAS	
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
		4 INVESTIMENTOS	5.808.800
20 607	0379 1836 0058	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IRRIGAÇÃO SERRA TALHADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	495.000
		4 INVESTIMENTOS	495.000
20 607	0379 1836 0073	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO JACARÉ- CURITUBA NO ESTADO DE SERGIPE	7.984.000
		4 INVESTIMENTOS	7.984.000
20 607	0379 1836 0075	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO PINDORAMA NO ESTADO DE ALAGOAS	4.950.000
		4 INVESTIMENTOS	4.950.000
20 607	0379 1836 0089	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAI XIO DE IRECE NO ESTADO DA BAHIA	17.923.294
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000
		4 INVESTIMENTOS	17.773.294
20 607	0379 1836 0091	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SALITRE NO ESTADO DA BAHIA	20.368.602
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000
		4 INVESTIMENTOS	20.238.602
20 607	0379 1836 0093	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PONTAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO	18.743.521
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	210.000
		4 INVESTIMENTOS	18.533.521
20 607	0379 1836 0097	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO VALE DO IUIÚ	1.655.861
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000
		4 INVESTIMENTOS	1.555.861
20 607	0379 1836 0099	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - BREJOS DA BARRA NO ESTADO DA BAHIA	1.350.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	350.000
		4 INVESTIMENTOS	1.000.000
20 607	0379 1836 0101	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO DE IRRIGAÇÃO MENDUBIN NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	400.000
		4 INVESTIMENTOS	400.000
20 607	0379 1836 0147	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEA DO FLORES NO ESTADO DO MARANHÃO	240.000
		4 INVESTIMENTOS	240.000
20 607	0379 1836 0149	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DO RIO GARÇA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	200.000
		4 INVESTIMENTOS	200.000
20 607	0379 1836 0171	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO DE PIANCÓ NO ESTADO DA PARAÍBA	2.970.000
		4 INVESTIMENTOS	2.970.000
20 607	0379 1836 0173	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PLATÓS DE GUADALUPE NO ESTADO DO PIAUÍ	8.000.000
		4 INVESTIMENTOS	8.000.000
20 607	0379 1836 0175	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - NO MUNICÍPIO DE BODOCÓ - PE	100.000
		4 INVESTIMENTOS	100.000
20 607	0379 1854 0000	EMANCI PAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO	30.146.319
20 607	0379 1854 0021	EMANCI PAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MI RORÓS NO ESTADO DA BAHIA	771.633
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	398.880
		4 INVESTIMENTOS	372.753
20 607	0379 1854 0022	EMANCI PAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ	1.300.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.300.000
20 607	0379 1854 0023	EMANCI PAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - NO ESTADO DO CEARÁ	1.200.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.200.000
20 607	0379 1854 0024	EMANCI PAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	500.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000
20 607	0379 1854 0025	EMANCI PAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - NO ESTADO DA PARAÍBA	370.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	370.000
20 607	0379 1854 0026	EMANCI PAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	600.000

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

## REGIÃO NORDESTE

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	600.000
20 607	0379 1854 0027	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO FORMOSO 'A' NO ESTADO DA BAHIA	1.713.939
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.259.646
		4 INVESTIMENTOS	454.293
20 607	0379 1854 0029	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - NO ESTADO DA BAHIA	500.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000
20 607	0379 1854 0031	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO FORMOSO 'H' NO ESTADO DA BAHIA	1.300.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	980.000
		4 INVESTIMENTOS	320.000
20 607	0379 1854 0033	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO CERAÍMA NO ESTADO DA BAHIA	43.431
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.737
		4 INVESTIMENTOS	10.694
20 607	0379 1854 0035	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO ESTREITO 'I/III' NO ESTADO DA BAHIA	613.369
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	307.669
		4 INVESTIMENTOS	305.700
20 607	0379 1854 0037	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO ESTREITO 'IV' NO ESTADO DA BAHIA	1.363.500
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.203.500
		4 INVESTIMENTOS	160.000
20 607	0379 1854 0039	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO CURAÇA NO ESTADO DA BAHIA	518.944
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.022
		4 INVESTIMENTOS	248.922
20 607	0379 1854 0041	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MANIÇOBA NO ESTADO DA BAHIA	1.088.509
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.509
		4 INVESTIMENTOS	818.000
20 607	0379 1854 0043	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TOURÃO NO ESTADO DA BAHIA	769.773
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.832
		4 INVESTIMENTOS	662.941
20 607	0379 1854 0045	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MANDACARU NO ESTADO DA BAHIA	221.700
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	131.085
		4 INVESTIMENTOS	90.615
20 607	0379 1854 0047	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BEBEDOURO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	407.398
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.142
		4 INVESTIMENTOS	315.256
20 607	0379 1854 0049	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SENADOR NILO COELHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	2.007.078
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	834.998
		4 INVESTIMENTOS	1.172.080
20 607	0379 1854 0057	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BETUME NO ESTADO DE SERGIPE	603.257
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	228.955
		4 INVESTIMENTOS	374.302
20 607	0379 1854 0067	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO COTINGUIBA/PINDOBA NO ESTADO DE SERGIPE	512.033
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	192.572
		4 INVESTIMENTOS	319.461
20 607	0379 1854 0071	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BOACICA NO ESTADO DE ALAGOAS	1.210.289
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	684.928
		4 INVESTIMENTOS	525.361
20 607	0379 1854 0073	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO ITIÚBA NO ESTADO DE ALAGOAS	500.670
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	398.040
		4 INVESTIMENTOS	102.630
20 607	0379 1854 0155	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAI XO ACARAU NO ESTADO DO CEARÁ	6.360.000

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

## REGIÃO NORDESTE

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
		4 INVESTIMENTOS	6.160.000
20 607	0379 1854 0157	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS NO ESTADO DO CEARÁ	200.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
20 607	0379 1854 0163	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SÃO DESIDÉRIO/BARREIRAS SUL NO ESTADO DA BAHIA	338.876
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	152.624
		4 INVESTIMENTOS	186.252
20 607	0379 1854 0165	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BARREIRAS NO ESTADO DA BAHIA	4.104.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.696.000
		4 INVESTIMENTOS	1.408.000
20 607	0379 1854 0167	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO FORMOSINHO NO ESTADO DA BAHIA	37.609
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.718
		4 INVESTIMENTOS	8.891
20 607	0379 1854 0169	EMANCIPAÇÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PROPRIÁ NO ESTADO DO SERGIPE	990.311
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	352.480
		4 INVESTIMENTOS	637.831
20 607	0379 1856 0000	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS	2.540.000
20 607	0379 1856 0027	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO MARIUBA NO ESTADO DE ALAGOAS	440.000
		4 INVESTIMENTOS	440.000
20 607	0379 1856 0031	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SALITRE NO ESTADO DA BAHIA	480.000
		4 INVESTIMENTOS	480.000
20 607	0379 1856 0033	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIÃO DE IRECE NO ESTADO DA BAHIA	520.000
		4 INVESTIMENTOS	520.000
20 607	0379 1856 0119	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO PARNAÍBA - PLANAP - PI/MA	400.000
		4 INVESTIMENTOS	400.000
20 607	0379 1856 0121	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO VALE DO IUIÚ NO ESTADO DA BAHIA	700.000
		4 INVESTIMENTOS	700.000
20 607	0379 2820 0000	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM	24.900.004
20 607	0379 2820 0005	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIROS LITORÂNEOS NO ESTADO DO PIAUÍ	110.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000
20 607	0379 2820 0007	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PLATOS DE GUADALUPE NO ESTADO DO PIAUÍ	110.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000
20 607	0379 2820 0015	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEA DO FLORES NO ESTADO DO MARANHÃO	110.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000
20 607	0379 2820 0017	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO JAGUARIIBE- APODI NO ESTADO DO CEARÁ	110.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000
20 607	0379 2820 0019	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO ARARAS NORTE NO ESTADO DO CEARÁ	110.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000
20 607	0379 2820 0022	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - NO ESTADO DO PIAUÍ	150.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000
20 607	0379 2820 0023	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - NO ESTADO DO CEARÁ	305.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	305.000
20 607	0379 2820 0024	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	50.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000
20 607	0379 2820 0025	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - NO ESTADO DA PARAÍBA	110.000

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

REGIÃO NORDESTE			
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000
20 607	0379 2820 0026	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	155.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	155.000
20 607	0379 2820 0029	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - NO ESTADO DA BAHIA	160.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	160.000
20 607	0379 2820 0031	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO DO COMPLEXO ITAPARICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	15.940.004
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.465.004
		4 INVESTIMENTOS	10.475.000
20 607	0379 2820 0035	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO DO COMPLEXO ITAPARICA NO ESTADO DA BAHIA	7.260.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.475.000
		4 INVESTIMENTOS	3.785.000
20 607	0379 2820 0101	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIROS DE SÃO BERNARDO NO ESTADO DO MARANHÃO	110.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000
20 607	0379 2820 0103	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAI XADA MARANHENSE NO ESTADO DO MARANHÃO	110.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000
20 607	0379 2824 0000	ESTUDO DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL	2.522.000
20 607	0379 2824 0020	ESTUDO DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL - NA REGIÃO NORDESTE	2.522.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.522.000
20 607	0379 5329 0000	PROJETO DE IRRIGAÇÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO - REABILITAÇÃO DAS ILHAS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	990.000
20 607	0379 5329 0026	PROJETO DE IRRIGAÇÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO - REABILITAÇÃO DAS ILHAS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	990.000
		4 INVESTIMENTOS	990.000
TOTAL			190.812.105

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

REGIÃO SUDESTE			
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
	0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	11.782.414
20 607	0379 1836 0000	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	6.160.000
20 607	0379 1836 0004	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - SÃO ROMÃO - MG	25.000
		4 INVESTIMENTOS	25.000
20 607	0379 1836 0006	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO EM PROPRIEDADES RURAIS - JORDÂNIA - MG	80.000
		4 INVESTIMENTOS	80.000
20 607	0379 1836 0016	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO - COLUNA - MG	75.000
		4 INVESTIMENTOS	75.000
20 607	0379 1836 0036	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG	350.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.500
		4 INVESTIMENTOS	332.500
20 607	0379 1836 0042	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO EM COMUNIDADES DA ZONA RURAL DE MUNICÍPIOS DO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	350.000
		4 INVESTIMENTOS	350.000
20 607	0379 1836 0060	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	5.280.000
		4 INVESTIMENTOS	5.280.000
20 607	0379 1854 0000	EMANIPACÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO	5.062.414
20 607	0379 1854 0015	EMANIPACÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO JAÍBA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.091.841
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.891.851
		4 INVESTIMENTOS	199.990
20 607	0379 1854 0017	EMANIPACÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO GORUTUBA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	517.216
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	351.338
		4 INVESTIMENTOS	165.878
20 607	0379 1854 0019	EMANIPACÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PIAPORA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	77.078
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.524
		4 INVESTIMENTOS	44.554
20 607	0379 1854 0173	EMANIPACÃO DE PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO LAGOA GRANDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	376.279
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.096
		4 INVESTIMENTOS	314.183
20 607	0379 1856 0000	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS	560.000
20 607	0379 1856 0003	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO JAÍBA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	560.000
		4 INVESTIMENTOS	560.000
TOTAL			11.782.414

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

REGIÃO SUL			
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
	0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	1.021.926
20 607	0379 1836 0000	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	196.600
20 607	0379 1836 0032	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IJUÍ - RS	156.600
		4 INVESTIMENTOS	156.600
20 607	0379 1836 0069	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO SOMBRI O NO ESTADO DE SANTA CATARINA	40.000
		4 INVESTIMENTOS	40.000
20 607	0379 1856 0000	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS	825.326
20 607	0379 1856 0019	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PROJETO BACIAS HIDROGRÁFICAS - METADE SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	825.326
		4 INVESTIMENTOS	825.326
TOTAL			1.021.926

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DESTINADOS À IRRIGAÇÃO POR REGIÃO  
LDO, ART. 8º, § 1º, INCISO XI. (ADCT, ART. 42)

R\$ 1,00  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES

## REGIÃO CENTRO-OESTE

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	TÍTULO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
	0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	75.322.252
20 607	0379 1836 0000	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	66.861.786
20 607	0379 1836 0022	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - GUARANTÁ DO NORTE - MT	50.000
		4 INVESTIMENTOS	50.000
20 607	0379 1836 0040	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IMPLANTAÇÃO DE PROJ. DE IRR. NO DISTRITO FEDERAL (RIO PRETO) (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	13.640.000
		4 INVESTIMENTOS	13.640.000
20 607	0379 1836 0046	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO DE IRRIGAÇÃO RIO CORRENTE - GO	1.500.000
		4 INVESTIMENTOS	1.500.000
20 607	0379 1836 0050	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO DE IRRIGAÇÃO DE CAMPO ALEGRE - GO	500.000
		4 INVESTIMENTOS	500.000
20 607	0379 1836 0063	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO PINAR NO ESTADO DO MATO GROSSO	2.800.000
		4 INVESTIMENTOS	2.800.000
20 607	0379 1836 0065	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO TRÊS BARRAS NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	14.926.001
		4 INVESTIMENTOS	14.926.001
20 607	0379 1836 0066	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - IRRIGAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	3.700.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.000
		4 INVESTIMENTOS	3.500.000
20 607	0379 1836 0067	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO FLORES DE GOIÁS NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	11.668.258
		4 INVESTIMENTOS	11.668.258
20 607	0379 1836 0068	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO DE IRRIGAÇÃO BRAÇO NORTE 02 - MT	4.000.000
		4 INVESTIMENTOS	4.000.000
20 607	0379 1836 0071	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO LUIS ALVES DO ARAGUAIA NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	11.277.527
		4 INVESTIMENTOS	11.277.527
20 607	0379 1836 0085	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO CORUMBÁ NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	2.800.000
		4 INVESTIMENTOS	2.800.000
20 607	0379 1856 0000	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS	8.460.466
20 607	0379 1856 0015	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PROJETO PRONOR NO ESTADO DE MATO GROSSO	3.319.466
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.319.466
20 607	0379 1856 0017	ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROGRÁFICO EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PROJETO PROPARECIS NO ESTADO DO MATO GROSSO	5.141.000
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.141.000
TOTAL			75.322.252

---

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

---

Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central	Realizado 1999		Realizado 2000		Reprogramação 2001		Projeto de Lei 2002		Substitutivo	
	Valor	%PIB	Valor	%PIB	Valor	%PIB	Valor	%PIB	Valor	%PIB
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>212,4</b>	<b>21,6</b>	<b>236,5</b>	<b>21,7</b>	<b>273,8</b>	<b>22,9</b>	<b>308,3</b>	<b>23,6</b>	<b>320,7</b>	<b>24,2</b>
1. Tributária/ Contribuições Sociais	142,1	14,5	164,0	15,1	188,1	15,7	209,9	16,1	226,4	17,1
2. Arrecadação Líquida da Previdência	49,4	5,0	56,2	5,2	63,5	5,3	69,6	5,3	69,6	5,3
3. Concessões	9,1	0,9	5,2	0,5	5,1	0,4	6,4	0,5	6,4	0,5
4. Dividendos	1,8	0,2	1,2	0,1	2,9	0,3	2,9	0,2	2,9	0,2
5. Parcela de Preço Específica	2,4	0,2			2,1	0,2	4,6	0,4	5,9	0,4
6. Cota Parte de Compensações Financeiras	1,8	0,2	3,8	0,4	5,1	0,4	5,4	0,4	5,9	0,4
7. Receita Própria	5,8	0,6	6,1	0,6	6,9	0,6	7,5	0,6	7,6	0,6
8. Contribuições para o FGTS					0,1	0,0	1,9	0,2	1,9	0,1
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>192,5</b>	<b>19,6</b>	<b>218,4</b>	<b>20,1</b>	<b>254,5</b>	<b>21,2</b>	<b>280,5</b>	<b>21,5</b>	<b>291,8</b>	<b>22,0</b>
1. Transferências Constitucionais e Legais	30,0	3,1	35,9	3,3	41,9	3,5	46,0	3,5	50,2	3,8
2. Pessoal e Encargos Sociais	51,6	5,2	58,2	5,3	64,6	5,4	69,2	5,3	68,5	5,2
3. Benefícios da Previdência	58,6	6,0	66,7	6,1	76,8	6,4	83,8	6,4	85,0	6,4
4. Outras Despesas Obrigatórias	29,6	3,0	32,3	3,0	38,5	3,2	47,8	3,7	50,5	3,8
Ministério da Saúde	15,8	1,6	16,0	1,5	19,2	1,6	21,0	1,6	21,9	1,7
Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza					1,9	0,2	5,5	0,4	5,5	0,4
Complemento da Atualização Monetária do FGTS					0,1	0,0	1,9	0,2	1,9	0,1
Subsídios e Subvenções	1,6	0,2	1,8	0,2	3,0	0,3	3,4	0,3	4,8	0,4
Doações	0,0		0,0		0,0		0,1	0,0	0,1	0,0
Demais(*)	12,1	1,2	14,5	1,3	14,3	1,2	15,9	1,2	16,2	1,2
5. Despesas Discrecionárias	21,9	2,2	23,5	2,2	30,3	2,5	31,2	2,4	35,1	2,7
Legislativo/ Judiciário/ MPU	1,6	0,2	1,8	0,2	2,2	0,2	2,6	0,2	2,6	0,2
Poder Executivo	20,3	2,1	21,6	2,0	27,5	2,3	26,7	2,0	32,5	2,5
Reserva					0,6	0,1	1,9	0,1	0,0	0,0
6. Subsídios Implícitos	0,8	0,1	1,9	0,2	2,4	0,2	2,5	0,2	2,5	0,2
III. FLOAT	0,3	0,0	3,1	0,3	1,9	0,2	1,3	0,1	1,3	0,1
IV. RESULTADO PRIMÁRIO (I - II + III)	20,3	2,1	21,1	1,9	21,3	1,8	29,1	2,2	30,3	2,3
V. JUROS NOMINAIS	88,9	9,0	54,9	5,0	77,0	6,4	72,1	5,5	72,9	5,5
VI. RESULTADO NOMINAL (IV - V)	-68,6	-7,0	-33,8	-3,1	-55,7	-4,6	-43,0	-3,3	-42,6	-3,2

Art. 8º, § 1º, Inciso XV, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001

R\$ Bilhões

Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central  
Art. 8º, § 1º, Inciso XV, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001

R\$ Bilhões

Descrição	Realizado 1999		Realizado 2000		Reprogramação 2001		Projeto de Lei 2002		Lei 2002	
	Valor	%PIB	Valor	%PIB	Valor	%PIB	Valor	%PIB	Valor	%PIB
<b>VII. RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>708,3</b>	<b>72,0</b>	<b>391,8</b>	<b>36,0</b>	<b>321,0</b>	<b>26,8</b>	<b>329,7</b>	<b>25,3</b>	<b>329,7</b>	<b>24,9</b>
1. Refinanciamento da Dívida	389,8	39,6	325,4	29,9	150,1	12,5	220,5	16,9	220,5	16,6
2. Emissão de Títulos	232,4	23,6	16,6	1,5	129,5	10,8	57,7	4,4	57,7	4,4
3. Operações Oficiais de Crédito	33,5	3,4	18,7	1,7	18,9	1,6	21,3	1,6	21,3	1,6
4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	33,5	3,4	12,1	1,1	12,8	1,1	11,1	0,9	11,1	0,8
5. Privatizações	8,6	0,9	11,2	1,0	0,4	0,0	1,7	0,1	1,7	0,1
6. Demais	10,4	1,1	7,8	0,7	9,3	0,8	17,4	1,3	17,4	1,3
<b>VIII. DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>397,5</b>	<b>40,4</b>	<b>395,0</b>	<b>36,3</b>	<b>692,9</b>	<b>57,8</b>	<b>361,9</b>	<b>27,7</b>	<b>360,7</b>	<b>27,2</b>
1. Juros e Encargos da Dívida	45,4	4,6	38,8	3,6	70,3	5,9	59,1	4,5	58,5	4,4
2. Amortização da Dívida	296,4	30,1	344,9	31,7	607,8	50,7	279,0	21,4	277,7	20,9
3. Demais	55,7	5,7	11,3	1,0	14,8	1,2	23,8	1,7	24,5	1,9

(\*) Despesas consideradas no anexo previsto no art. 2º, § 2º da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 - LDO/2002, excetuadas aquelas já apresentadas em rubrica específica na tabela.  
Critério Caixa: (+) Superávit (-) Déficit

---

LEGI SLAÇÃO DA RECEI TA E DA DESPESA

---

LEGISLAÇÃO DERRECEITA

Legislação	Numero	Data
CONSTITUIÇÃODAREPUBLICAFEDERATIVADOBRASIL	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4320	17/03/1964
Lei	5172	25/10/1966
Decreto-lei	1735	20/12/1979
Decreto-lei	1754	31/12/1979
Decreto-lei	1755	31/12/1979
Decreto-lei	1939	20/05/1982
Lei	7348	24/07/1985
Decreto-lei	2284	10/03/1986
Lei	7800	10/07/1989
Lei	8074	31/07/1990
Lei	8193	18/06/1991
Lei	8193	18/06/1991
Lei	8211	22/07/1991
EmendaConstitucional	1	31/03/1992
Lei	8440	10/07/1992
Lei	8447	21/07/1992
Lei	8446	21/07/1992
Lei	8448	21/07/1992
Lei	8449	23/07/1992
EmendaConstitucional	3	17/03/1993
Lei Complementar	77	13/07/1993
Lei Complementar	81	14/04/1994
Lei	8868	15/04/1994
Lei	8876	02/05/1994
Lei	8880	28/05/1994
Lei	8901	01/07/1994
Lei	8935	21/11/1994
Lei	8974	06/01/1995
Lei	8980	20/01/1995
Lei	8981	23/01/1995
Lei	8984	08/02/1995
Lei	8985	08/02/1995
Lei	8987	13/02/1995
Lei	8987	13/02/1995
Lei	9028	13/04/1995
Lei	9029	17/04/1995
EmendaConstitucional	5	16/08/1995
EmendaConstitucional	8	16/08/1995
EmendaConstitucional	7	16/08/1995
EmendaConstitucional	6	16/08/1995
Lei Complementar	83	13/09/1995
Lei	9096	19/09/1995
EmendaConstitucional	9	10/11/1995
Lei	9265	13/02/1996
Lei Complementar	85	16/02/1996
EmendaConstitucional	10	04/03/1996

Decreto-lei	615	09/06/1969
Decreto-lei	730	05/08/1969
Decreto-lei	751	08/08/1969
Decreto-lei	756	11/08/1969
Decreto-lei	833	08/09/1969
Decreto-lei	1082	05/02/1970
Decreto-lei	1111	10/07/1970
Decreto-lei	1119	11/08/1970
Decreto	67527	11/11/1970
Decreto-lei	1154	01/03/1971
Decreto-lei	1160	17/03/1971
Decreto-lei	1169	29/04/1971
Decreto-lei	1181	16/07/1971
Decreto-lei	1189	24/09/1971
Decreto-lei	1217	09/05/1972
Decreto-lei	1236	28/08/1972
Decreto-lei	1248	29/11/1972
Decreto-lei	1293	13/12/1973
Decreto-lei	1295	21/12/1973
Decreto-lei	1299	28/12/1973
Decreto-lei	1306	10/01/1974
Decreto-lei	1334	25/06/1974
Decreto-lei	1364	28/11/1974
Decreto-lei	1366	29/11/1974
Lei	6175	10/12/1974
Decreto-lei	1403	23/05/1975
Decreto	75772	26/05/1975
Decreto	76084	05/08/1975
Decreto-lei	1416	25/08/1975
Decreto-lei	1421	09/10/1975
Decreto-lei	1427	02/12/1975
Decreto-lei	1435	16/12/1975
Decreto	76801	16/12/1975
Decreto-lei	1436	17/12/1975
Decreto-lei	1455	07/04/1976
Decreto	77437	14/04/1976
Decreto-lei	1470	04/06/1976
Decreto	77745	04/06/1976
Decreto-lei	1488	11/11/1976
Decreto	78887	06/12/1976
Decreto-lei	1501	20/12/1976
Decreto-lei	1504	23/12/1976
Decreto-lei	1509	27/12/1976
Decreto-lei	1522	02/02/1977
Decreto	79709	20/05/1977
Decreto-lei	1559	29/06/1977
Decreto-lei	1565	29/07/1977
Decreto-lei	1581	03/11/1977
Decreto-lei	1585	30/11/1977
Decreto-lei	1588	19/12/1977
Decreto-lei	1589	19/12/1977

EmendaConstitucional	11	02/05/1996
Lei	9278	13/05/1996
Lei	9293	16/07/1996
EmendaConstitucional	12	15/08/1996
EmendaConstitucional	14	12/09/1996
EmendaConstitucional	15	13/09/1996
Lei	9424	24/12/1996
Lei	9443	15/03/1997
Lei	8876	03/05/1997
EmendaConstitucional	16	05/06/1997
EmendaConstitucional	21	18/03/1999
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITAS CORRENTES	-	-/-
RECEITA TRIBUTARIA	-	-/-
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	2145	29/12/1953
Lei	2993	06/12/1956
Lei	3244	14/08/1957
Decreto	42820	16/12/1957
Decreto	43713	17/05/1958
Decreto Legislativo	14	25/08/1960
Decreto	48911	31/08/1960
Lei	4131	03/09/1962
Lei	4863	29/11/1965
Lei	5142	20/10/1966
Decreto-lei	37	18/11/1966
Decreto-lei	46	18/11/1966
Decreto-lei	63	21/11/1966
Lei	5240	31/01/1967
Decreto-lei	169	14/02/1967
Decreto-lei	221	28/02/1967
Decreto-lei	264	28/02/1967
Decreto-lei	288	28/02/1967
Decreto	60518	30/03/1967
Decreto-lei	333	12/10/1967
Lei	5341	27/10/1967
Decreto-lei	340	22/12/1967
Decreto-lei	355	06/08/1968
Decreto-lei	356	15/08/1968
Lei	5541	28/11/1968
Decreto	63871	20/12/1968
Decreto-lei	398	30/12/1968
Decreto-lei	399	30/12/1968
Decreto	64002	17/01/1969
Decreto-lei	491	05/03/1969
Decreto-lei	567	07/05/1969
Decreto-lei	569	07/05/1969
Decreto-lei	606	02/06/1969
Decreto-lei	608	04/06/1969

Decreto-lei	1594	22/12/1977
Decreto	81481	28/03/1978
Lei	6562	18/09/1978
Decreto	83070	23/01/1979
Decreto-lei	1685	25/06/1979
Decreto-lei	1703	18/10/1979
Decreto-lei	1753	31/12/1979
Decreto-lei	1772	26/02/1980
Decreto-lei	1775	12/03/1980
Decreto-lei	1797	09/07/1980
Decreto-lei	1804	03/09/1980
Decreto-lei	1836	23/12/1980
Decreto-lei	1856	10/02/1981
Decreto	86728	14/12/1981
Decreto-lei	1894	16/12/1981
Decreto-lei	1955	23/08/1982
Decreto-lei	1956	30/08/1982
Decreto-lei	1964	18/10/1982
Decreto-lei	1977	20/12/1982
Decreto-lei	2006	06/01/1983
Decreto-lei	2011	18/01/1983
Decreto-lei	2018	22/03/1983
Decreto-lei	2044	07/07/1983
Decreto-lei	2051	03/08/1983
Decreto-lei	2071	20/12/1983
Decreto-lei	2108	27/02/1984
Decreto-lei	2110	03/04/1984
Decreto-lei	2120	14/05/1984
Decreto-lei	2151	05/07/1984
Decreto-lei	2162	19/09/1984
Decreto-lei	2168	29/10/1984
Decreto-lei	2180	04/12/1984
Decreto	90783	28/12/1984
Decreto-lei	2247	21/02/1985
Decreto	91030	05/03/1985
Decreto	92187	20/12/1985
Decreto	92560	16/04/1986
Decreto-lei	2309	22/12/1986
Lei	7565	23/12/1986
Decreto-lei	2415	12/02/1988
Decreto-lei	2433	19/05/1988
Decreto-lei	2434	19/05/1988
Decreto-lei	2471	01/09/1988
Decreto-lei	2472	01/09/1988
Decreto-lei	2477	22/09/1988
Lei	7683	02/12/1988
Decreto	97621	10/04/1989
Lei	7810	30/08/1989
Decreto	98097	30/08/1989
Lei	7988	28/12/1989
Decreto	98810	09/01/1990

Lei	8003	14/03/1990
Lei	8007	22/03/1990
Lei	8010	29/03/1990
Lei	8032	12/04/1990
Lei	8085	23/10/1990
Decreto	0	31/05/1991
Decreto	174	10/07/1991
Lei	8210	19/07/1991
Lei	8256	25/11/1991
Lei	8383	30/12/1991
Lei	8387	30/12/1991
Lei	8402	08/01/1992
Decreto	517	08/05/1992
Decreto	636	24/08/1992
Decreto	846	25/06/1993
Decreto	946	05/10/1993
Decreto	949	05/10/1993
Decreto	1343	23/12/1994
Lei	8961	23/12/1994
Decreto	1433	30/03/1995
Decreto	1490	16/05/1995
Lei	9001	16/05/1995
Decreto	1550	07/07/1995
Decreto	1678	18/10/1995
Decreto	1707	17/11/1995
Decreto	1724	04/12/1995
Decreto	1763	26/12/1995
Decreto	1789	12/01/1996
Decreto	1885	26/04/1996
Decreto	1890	30/04/1996
Decreto	1936	20/06/1996
Decreto	1987	20/08/1996
Decreto	1989	28/08/1996
Decreto	2072	14/11/1996
Decreto	2091	10/12/1996
Lei	9359	12/12/1996
Lei	9440	14/03/1997
Lei	9449	14/03/1997
Decreto	2179	18/03/1997
Decreto	2307	20/08/1997
Decreto	2376	12/11/1997
Decreto	2412	03/12/1997
Lei	9532	10/12/1997
Decreto	2452	06/01/1998
Decreto	2498	13/02/1998
Decreto	2770	09/03/1998
Lei	9643	26/05/1998
Decreto	2621	09/06/1998
Decreto	2624	12/06/1998
Decreto	2637	25/06/1998
Decreto	2638	29/06/1998

Decreto	2876	14/12/1998
Decreto	3312	24/12/1999
Decreto	3560	14/08/2000
Decreto	3609	22/09/2000
Decreto	3646	30/10/2000
Decreto	3647	30/10/2000
Decreto	3658	13/11/2000
Decreto	3684	07/12/2000
Lei	10184	14/02/2001
Decreto	3787	11/04/2001
Decreto	3821	22/05/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
IMPOSTOSOBREAPROPRIADATERRITORIALRURAL	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4947	06/04/1966
Decreto	59566	14/11/1966
Decreto-lei	57	18/11/1966
Decreto	59900	30/12/1966
Decreto-lei	1128	13/10/1970
Decreto-lei	1146	31/12/1970
Lei	5672	02/07/1971
Decreto-lei	1640	20/11/1978
Lei	6746	10/12/1979
Decreto	84685	06/05/1980
Decreto-lei	1989	28/12/1982
Decreto-lei	2066	27/10/1983
Decreto-lei	2103	30/12/1983
Lei	8022	12/04/1990
Lei	8171	17/01/1991
Decreto	433	24/01/1992
EmendaConstitucional	1	31/03/1992
Decreto	578	24/06/1992
Lei	8540	22/12/1992
Lei	8629	25/02/1993
Lei	8850	28/01/1994
Lei	1861	25/03/1994
Lei	9321	05/12/1996
Lei	9393	19/12/1996
Lei	9779	20/01/1999
Medida Provisória	2080-63	18/05/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER	-	-/-
-	-	-/-
Decreto	5	01/08/1934
Decreto-lei	5844	23/09/1943
Decreto-lei	6340	11/03/1944
Decreto-lei	7747	16/07/1945
Decreto-lei	7798	30/07/1945
Decreto-lei	7885	21/08/1945

Decreto	2876	14/12/1998
Decreto	2960	12/02/1999
Lei	9817	24/08/1999
Decreto	3312	24/12/1999
Lei	9959	27/01/2000
Decreto	3460	15/05/2000
Decreto	3550	27/07/2000
Decreto	3583	01/09/2000
Decreto	3638	23/10/2000
Decreto	3704	27/12/2000
Decreto	3328	05/01/2001
Lei	10182	12/02/2001
Decreto	3787	11/04/2001
Decreto	3816	10/05/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
IMPOSTOSOBREAEEXPORTAÇÃO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	1779	22/12/1952
Lei	3302	04/11/1957
Decreto	42822	16/12/1957
Lei	5025	10/06/1966
Decreto-lei	288	28/02/1967
Decreto	65347	13/10/1969
Decreto-lei	1158	16/03/1971
Decreto-lei	1163	31/03/1971
Decreto-lei	1235	21/08/1972
Decreto-lei	1248	29/11/1972
Decreto	71866	26/02/1973
Decreto-lei	1291	11/12/1973
Decreto-lei	1578	11/10/1977
Decreto-lei	1949	13/07/1982
Decreto-lei	2197	26/12/1984
Decreto	91030	05/03/1985
Decreto-lei	2376	25/11/1987
Decreto-lei	2435	19/05/1988
Decreto	98054	15/08/1989
Lei	8008	22/03/1990
Lei	8396	02/01/1992
Lei	8402	08/01/1992
Decreto	660	25/09/1992
Decreto	661	25/09/1992
Decreto	846	25/06/1993
Decreto	949	05/10/1993
Lei	9004	16/03/1995
Lei	9362	13/12/1996
Decreto	2179	18/03/1997
Decreto	2412	03/12/1997
Decreto	2452	06/01/1998
Decreto	2637	25/06/1998
Lei	9716	26/11/1998

Lei	1474	26/11/1951
Lei	1772	18/12/1952
Lei	2354	29/11/1954
Lei	2862	04/09/1956
Lei	3470	28/11/1958
Lei	3830	25/11/1960
Lei	4131	03/09/1962
Lei	4154	28/11/1962
Lei	4239	27/06/1963
Decreto	53787	20/03/1964
Lei	4390	29/08/1964
Lei	4481	14/11/1964
Lei	4506	30/11/1964
Lei	4663	03/06/1965
Lei	4728	14/07/1965
Decreto	56792	26/08/1965
Lei	4862	29/11/1965
Lei	4864	29/11/1965
Lei	5025	10/06/1966
Lei	5106	02/09/1966
Lei	5122	28/09/1966
Lei	5174	27/10/1966
Decreto-lei	62	21/11/1966
Decreto-lei	70	21/11/1966
Decreto-lei	94	30/12/1966
Decreto-lei	157	10/02/1967
Decreto-lei	204	20/02/1967
Decreto-lei	221	28/02/1967
Decreto-lei	238	28/02/1967
Decreto-lei	291	28/02/1967
Decreto-lei	308	28/02/1967
Decreto-lei	349	24/01/1968
Decreto-lei	352	17/06/1968
Decreto-lei	401	30/12/1968
Decreto-lei	403	30/12/1968
Decreto-lei	433	23/01/1969
Decreto-lei	461	10/02/1969
Decreto-lei	484	03/03/1969
Decreto-lei	491	05/03/1969
Decreto-lei	509	07/04/1969
Decreto-lei	519	07/04/1969
Decreto-lei	527	11/04/1969
Decreto-lei	545	18/04/1969
Decreto-lei	568	07/05/1969
Decreto-lei	614	06/06/1969
Decreto-lei	623	11/06/1969
Decreto-lei	711	29/07/1969
Decreto-lei	756	11/08/1969
Decreto-lei	770	19/08/1969
Decreto-lei	880	18/09/1969
Decreto	66118	26/01/1970

Decreto-lei	1089	02/03/1970
Decreto-lei	1090	10/03/1970
Decreto-lei	1096	23/03/1970
Decreto	66547	11/05/1970
Decreto-lei	1106	16/06/1970
Decreto-lei	1109	26/06/1970
Lei	5589	03/07/1970
Decreto-lei	1118	10/08/1970
Lei Complementar	7	07/09/1970
Decreto-lei	1124	08/09/1970
Decreto	67527	11/11/1970
Decreto-lei	1134	16/11/1970
Decreto-lei	1158	16/03/1971
Decreto-lei	1165	01/04/1971
Decreto	68702	03/06/1971
Decreto	68703	03/06/1971
Decreto-lei	1173	07/06/1971
Decreto-lei	1179	06/07/1971
Decreto-lei	1182	16/07/1971
Decreto-lei	1188	21/09/1971
Decreto-lei	1189	24/09/1971
Decreto-lei	1191	27/10/1971
Lei	5768	20/12/1971
Decreto-lei	1196	23/12/1971
Decreto-lei	1198	27/12/1971
Decreto-lei	1240	11/10/1972
Decreto-lei	1248	29/11/1972
Decreto-lei	1253	29/12/1972
Decreto-lei	1260	26/02/1973
Decreto-lei	1274	30/05/1973
Decreto-lei	1300	28/12/1973
Decreto-lei	1301	31/12/1973
Decreto-lei	1302	31/12/1973
Decreto-lei	1304	08/01/1974
Decreto-lei	1307	16/01/1974
Decreto-lei	1323	03/04/1974
Decreto-lei	1328	20/05/1974
Decreto-lei	1330	31/05/1974
Decreto-lei	1338	23/07/1974
Lei	6099	12/09/1974
Decreto-lei	1345	19/09/1974
Decreto-lei	1346	25/09/1974
Decreto-lei	1358	12/11/1974
Decreto-lei	1370	09/12/1974
Decreto-lei	1375	11/12/1974
Decreto-lei	1376	12/12/1974
Decreto-lei	1381	23/12/1974
Decreto-lei	1382	26/12/1974
Decreto-lei	1401	07/05/1975
Decreto-lei	1408	07/07/1975
Decreto-lei	1418	03/09/1975

Decreto-lei	1662	02/02/1979
Decreto-lei	1672	16/02/1979
Decreto-lei	1682	07/05/1979
Decreto-lei	1688	26/07/1979
Decreto-lei	1695	18/09/1979
Decreto-lei	1704	23/10/1979
Decreto-lei	1705	23/10/1979
Decreto-lei	1706	23/10/1979
Decreto-lei	1721	03/12/1979
Decreto-lei	1730	17/12/1979
Decreto-lei	1733	20/12/1979
Decreto-lei	1734	20/12/1979
Decreto-lei	1741	27/12/1979
Decreto-lei	1752	31/12/1979
Decreto-lei	1780	14/04/1980
Decreto-lei	1782	16/04/1980
Decreto-lei	1790	09/06/1980
Decreto-lei	1802	29/08/1980
Decreto-lei	1825	22/12/1980
Decreto-lei	1841	29/12/1980
Decreto-lei	1851	27/01/1981
Decreto-lei	1870	06/05/1981
Decreto-lei	1885	29/09/1981
Decreto-lei	1887	29/10/1981
Decreto-lei	1892	16/12/1981
Decreto-lei	1895	16/12/1981
Decreto-lei	1898	21/12/1981
Decreto-lei	1929	08/03/1982
Decreto-lei	1930	18/03/1982
Decreto-lei	1932	30/03/1982
Decreto-lei	1950	14/07/1982
Decreto-lei	1967	23/11/1982
Decreto-lei	1968	23/11/1982
Decreto-lei	1973	30/11/1982
Decreto-lei	1978	21/12/1982
Decreto-lei	1979	22/12/1982
Decreto-lei	1980	22/12/1982
Decreto-lei	1986	28/12/1982
Decreto-lei	1987	28/12/1982
Decreto-lei	1994	29/12/1982
Decreto-lei	2014	21/02/1983
Decreto-lei	2018	22/03/1983
Decreto-lei	2021	18/05/1983
Decreto-lei	2027	09/06/1983
Decreto-lei	2028	09/06/1983
Decreto-lei	2029	09/06/1983
Decreto-lei	2030	09/06/1983
Decreto-lei	2031	09/06/1983
Decreto-lei	2034	21/06/1983
Decreto-lei	2041	30/06/1983
Decreto-lei	2046	20/07/1983

Decreto-lei	1423	23/10/1975
Lei	6264	18/11/1975
Decreto-lei	1429	02/12/1975
Decreto-lei	1431	05/12/1975
Lei	6297	15/12/1975
Decreto-lei	1439	30/12/1975
Decreto-lei	1444	03/02/1976
Decreto-lei	1452	30/03/1976
Decreto-lei	1454	07/04/1976
Decreto-lei	1455	07/04/1976
Lei	6321	14/04/1976
Decreto-lei	1471	15/06/1976
Decreto-lei	1479	31/08/1976
Decreto	78379	06/09/1976
Decreto-lei	1493	07/12/1976
Decreto-lei	1494	07/12/1976
Decreto-lei	1499	20/12/1976
Decreto-lei	1503	23/12/1976
Decreto-lei	1506	23/12/1976
Decreto-lei	1510	27/12/1976
Decreto-lei	1514	30/12/1976
Decreto-lei	1516	31/12/1976
Decreto-lei	1531	30/03/1977
Decreto-lei	1532	30/03/1977
Decreto-lei	1563	29/07/1977
Decreto-lei	1564	29/07/1977
Decreto-lei	1567	01/08/1977
Decreto-lei	1579	11/10/1977
Lei	6468	14/11/1977
Decreto-lei	1584	29/11/1977
Decreto-lei	1587	19/12/1977
Decreto-lei	1594	22/12/1977
Decreto-lei	1595	22/12/1977
Decreto-lei	1598	26/12/1977
Decreto	81194	09/01/1978
Decreto-lei	1601	18/01/1978
Decreto-lei	1602	20/01/1978
Decreto-lei	1608	28/02/1978
Decreto-lei	1624	03/05/1978
Decreto-lei	1625	09/05/1978
Lei	6542	28/06/1978
Decreto-lei	1633	09/08/1978
Lei	6562	18/09/1978
Decreto-lei	1641	07/12/1978
Decreto-lei	1642	07/12/1978
Decreto-lei	1643	07/12/1978
Decreto-lei	1644	11/12/1978
Decreto-lei	1647	18/12/1978
Decreto-lei	1648	18/12/1978
Decreto-lei	1653	27/12/1978
Decreto-lei	1654	29/12/1978

Decreto-lei	2054	16/08/1983
Decreto-lei	2057	23/08/1983
Decreto-lei	2058	23/08/1983
Decreto-lei	2065	26/10/1983
Lei	7132	26/10/1983
Decreto-lei	2072	20/12/1983
Decreto-lei	2073	20/12/1983
Decreto-lei	2075	20/12/1983
Decreto-lei	2089	27/12/1983
Decreto-lei	2124	13/06/1984
Decreto-lei	2127	20/06/1984
Decreto-lei	2133	26/06/1984
Decreto-lei	2134	26/06/1984
Decreto-lei	2152	18/07/1984
Lei	7238	29/10/1984
Decreto-lei	2181	10/12/1984
Decreto-lei	2182	11/12/1984
Decreto-lei	2232	21/01/1985
Decreto-lei	2250	26/02/1985
Decreto	91294	31/05/1985
Lei	7329	27/06/1985
Lei	7418	16/12/1985
Decreto	92181	19/12/1985
Lei	7450	23/12/1985
Lei	7482	04/06/1986
Lei	7505	02/07/1986
Decreto-lei	2285	23/07/1986
Decreto-lei	2286	23/07/1986
Decreto-lei	2287	23/07/1986
Lei	7536	15/09/1986
Decreto-lei	2292	21/11/1986
Decreto-lei	2296	21/11/1986
Decreto-lei	2297	21/11/1986
Decreto-lei	2303	21/11/1986
Decreto-lei	2308	19/12/1986
Decreto-lei	2313	23/12/1986
Decreto-lei	2314	23/12/1986
Decreto-lei	2323	26/02/1987
Decreto	94075	05/03/1987
Decreto-lei	2325	08/04/1987
Decreto-lei	2326	14/04/1987
Decreto-lei	2332	09/06/1987
Decreto	94424	11/06/1987
Decreto-lei	2341	29/06/1987
Decreto-lei	2350	31/07/1987
Decreto	94766	11/08/1987
Decreto-lei	2354	24/08/1987
Decreto-lei	2356	28/08/1987
Decreto	95247	17/11/1987
Decreto-lei	2376	25/11/1987
Decreto-lei	2394	21/12/1987

Decreto-lei	2396	21/12/1987
Decreto-lei	2397	21/12/1987
Decreto-lei	2412	10/02/1988
Decreto-lei	2413	10/02/1988
Decreto-lei	2419	10/03/1988
Decreto-lei	2425	07/04/1988
Decreto-lei	2426	07/04/1988
Decreto-lei	2428	14/04/1988
Decreto-lei	2429	14/04/1988
Decreto-lei	2436	24/05/1988
Decreto-lei	2445	29/06/1988
Decreto-lei	2458	25/08/1988
Decreto-lei	2461	30/08/1988
Decreto-lei	2462	30/08/1988
Decreto-lei	2468	01/09/1988
Decreto-lei	2469	01/09/1988
Decreto-lei	2477	22/09/1988
Lei	7683	02/12/1988
Lei	7689	15/12/1988
Lei	7691	15/12/1988
Lei	7713	22/12/1988
Lei	7714	29/12/1988
Lei	7730	31/01/1989
Lei	7738	09/03/1989
Lei	7739	16/03/1989
Lei	7751	14/04/1989
Lei	7766	11/05/1989
Lei	7768	16/05/1989
Lei	7772	08/06/1989
Lei	7777	19/06/1989
Lei	7782	27/06/1989
Lei	7799	10/07/1989
Lei	7827	27/09/1989
Lei	7918	07/12/1989
Lei	7959	21/12/1989
Lei	7964	22/12/1989
Lei	7968	22/12/1989
Lei	7975	26/12/1989
Lei	7988	28/12/1989
Lei	8003	14/03/1990
Lei	8012	04/04/1990
Lei	8014	06/04/1990
Lei	8021	12/04/1990
Lei	8023	12/04/1990
Lei	8034	12/04/1990
Decreto	99268	31/05/1990
Decreto	99374	09/07/1990
Lei	8069	13/07/1990
Lei	8134	27/12/1990
Lei	8166	11/01/1991
Lei	8167	16/01/1991

Decreto	1760	26/12/1995
Lei	9249	26/12/1995
Lei	9250	26/12/1995
Decreto Legislativo	4	28/02/1996
EmendaConstitucional	10	04/03/1996
Decreto	1976	06/08/1996
Lei	9316	22/11/1996
Lei	9323	05/12/1996
Lei	9430	27/12/1996
Decreto	2116	08/01/1997
Decreto	2132	22/01/1997
Decreto	2259	20/06/1997
Lei	9481	13/08/1997
Lei	9493	10/09/1997
EmendaConstitucional	17	22/11/1997
Lei	9530	10/12/1997
Decreto	2452	06/01/1998
Decreto	2465	19/01/1998
Decreto	2554	17/04/1998
Lei	9701	17/11/1998
Lei	9703	17/11/1998
Lei	9718	27/11/1998
Lei	9779	20/01/1999
Decreto	3000	26/03/1999
Decreto	3377	02/03/2000
Medida Provisória	2158 - 33	28/06/2001
Medida Provisória	2202	28/06/2001
Medida Provisória	2189	26/07/2001
Medida Provisória	2159	27/07/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
-	-	-/-
IMPOSTOSOBREPRODUTOSINDUSTRIALIZADOS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4388	28/08/1964
Lei	4502	30/11/1964
Lei	4503	30/11/1964
Lei	4663	03/06/1965
Lei	4862	29/11/1965
Lei	4863	29/11/1965
Lei	5094	30/08/1966
Decreto-lei	34	18/11/1966
Decreto-lei	104	13/01/1967
Lei	5325	02/10/1967
Decreto-lei	491	05/03/1969
Decreto-lei	1117	10/08/1970
Decreto-lei	1118	10/08/1970
Decreto-lei	1119	11/08/1970
Decreto-lei	1122	01/09/1970
Decreto-lei	1133	16/11/1970
Decreto-lei	1136	07/12/1970
Decreto-lei	1154	01/03/1971

Lei	8177	01/03/1991
Lei	8181	28/03/1991
Decreto	101	17/04/1991
Decreto	153	25/06/1991
Lei	8200	28/06/1991
Lei	8218	29/08/1991
Lei	8242	12/10/1991
Lei	8248	23/10/1991
Lei	8253	31/10/1991
Decreto	332	04/11/1991
Decreto	349	21/11/1991
Lei	8269	16/12/1991
Decreto	372	23/12/1991
Lei	8313	23/12/1991
Lei	8383	30/12/1991
Lei	8396	02/01/1992
Lei	8402	08/01/1992
EmendaConstitucional	1	31/03/1992
Decreto	542	26/05/1992
Lei	8429	02/06/1992
Decreto	567	11/06/1992
Decreto	646	09/09/1992
Lei	8541	23/12/1992
Decreto	736	28/01/1993
Decreto	756	19/02/1993
Decreto	792	02/04/1993
Decreto	794	05/04/1993
Lei	8661	02/06/1993
Decreto	846	25/06/1993
Lei	8668	25/06/1993
Decreto	916	08/09/1993
Decreto	949	05/10/1993
Lei	8724	29/10/1993
Lei	8846	20/01/1994
Lei	8848	28/01/1994
Lei	8849	28/01/1994
Lei	8850	28/01/1994
Decreto	1095	25/03/1994
Lei	8866	11/04/1994
Lei	8880	28/05/1994
Decreto	1359	30/12/1994
Lei	8981	20/01/1995
Lei	9003	16/03/1995
Decreto	1493	17/05/1995
Decreto	1494	17/05/1995
Lei	9069	26/05/1995
Lei	9064	20/06/1995
Lei	9065	20/06/1995
Lei	9089	31/08/1995
Decreto	1333	07/12/1995
Decreto	1735	07/12/1995

Decreto-lei	1157	12/03/1971
Decreto-lei	1165	01/04/1971
Decreto-lei	1189	24/09/1971
Decreto-lei	1199	27/12/1971
Decreto-lei	1211	01/03/1972
Decreto-lei	1217	09/05/1972
Decreto-lei	1234	25/07/1972
Lei	5799	31/08/1972
Decreto-lei	1276	01/06/1973
Decreto-lei	1287	18/10/1973
Decreto-lei	1292	11/12/1973
Decreto-lei	1306	10/01/1974
Lei	6099	12/09/1974
Decreto-lei	1355	06/11/1974
Decreto-lei	1357	25/11/1974
Decreto-lei	1366	29/11/1974
Decreto-lei	1374	11/12/1974
Decreto-lei	1386	31/12/1974
Decreto-lei	1398	20/03/1975
Decreto-lei	1403	23/05/1975
Decreto-lei	1407	03/07/1975
Decreto-lei	1426	02/12/1975
Decreto-lei	1437	17/12/1975
Decreto	77117	06/02/1976
Decreto-lei	1450	24/03/1976
Decreto-lei	1485	25/10/1976
Decreto-lei	1492	06/12/1976
Decreto-lei	1500	20/12/1976
Decreto-lei	1502	22/12/1976
Decreto-lei	1509	27/12/1976
Decreto-lei	1522	02/02/1977
Decreto-lei	1547	18/04/1977
Decreto-lei	1575	23/09/1977
Decreto-lei	1577	10/10/1977
Decreto-lei	1581	03/11/1977
Decreto-lei	1585	30/11/1977
Decreto-lei	1586	06/12/1977
Decreto-lei	1593	21/12/1977
Decreto-lei	1594	22/12/1977
Decreto-lei	1627	02/06/1978
Decreto-lei	1633	09/08/1978
Decreto-lei	1658	24/01/1979
Decreto-lei	1662	02/02/1979
Decreto-lei	1686	26/06/1979
Decreto-lei	1722	03/12/1979
Decreto-lei	1724	07/12/1979
Decreto-lei	1736	20/12/1979
Decreto-lei	1772	26/02/1980
Decreto-lei	1843	29/12/1980
Decreto-lei	1856	10/02/1981
Lei	6950	04/11/1981

Decreto-lei	1894	16/12/1981
Decreto-lei	1935	20/04/1982
Decreto-lei	1956	30/08/1982
Decreto-lei	1964	18/10/1982
Decreto-lei	1988	28/12/1982
Decreto-lei	2011	18/01/1983
Decreto-lei	2018	22/03/1983
Decreto-lei	2044	07/07/1983
Decreto	88556	01/08/1983
Decreto-lei	2051	03/08/1983
Lei	7132	26/10/1983
Decreto-lei	2108	27/02/1984
Decreto-lei	2110	03/04/1984
Decreto-lei	2151	05/07/1984
Decreto-lei	2168	29/10/1984
Decreto-lei	2180	04/12/1984
Decreto-lei	2247	21/02/1985
Decreto	91030	05/03/1985
Decreto	93235	08/09/1985
Lei	7416	10/12/1985
Decreto	92187	20/12/1985
Lei	7450	23/12/1985
Decreto-lei	2303	21/11/1986
Decreto	93596	21/11/1986
Decreto	93646	03/12/1986
Decreto-lei	2305	10/12/1986
Lei	7554	16/12/1986
Decreto-lei	2316	23/12/1986
Decreto-lei	2362	21/10/1987
Decreto-lei	2381	09/12/1987
Decreto-lei	2415	12/02/1988
Decreto-lei	2434	19/05/1988
Decreto-lei	2444	29/06/1988
Decreto-lei	2445	29/06/1988
Decreto-lei	2450	29/07/1988
Decreto-lei	2451	29/07/1988
Decreto-lei	2459	25/08/1988
Decreto-lei	2470	01/09/1988
Decreto-lei	2471	01/09/1988
Lei	7683	05/12/1988
Lei	7691	15/12/1988
Lei	7739	16/03/1989
Decreto	97821	07/06/1989
Lei	7798	10/07/1989
Lei	7799	10/07/1989
Decreto	97976	18/07/1989
Lei	7810	30/08/1989
Decreto	98097	30/08/1989
Lei	7827	27/09/1989
Lei Complementar	61	26/12/1989
Lei	7988	28/12/1989

Lei	9493	10/07/1997
Decreto	2452	06/01/1998
Lei	9643	26/05/1998
Decreto	2637	25/06/1998
Lei	9703	17/11/1998
Decreto	2876	14/12/1998
Lei	9822	23/08/1999
Lei	9826	24/08/1999
Decreto	3490	29/05/2000
Decreto	3693	20/12/2000
Lei	10182	12/02/2001
Decreto	3777	23/03/2001
Decreto	3822	25/05/2001
Decreto	3827	31/05/2001
Medida Provisória	2202	28/06/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CREDITO, CAMBIO E	-	-/-
-	-	-/-
Lei	5143	20/10/1966
Lei	5172	25/10/1966
Decreto-lei	914	07/10/1969
Decreto-lei	1188	21/09/1971
Decreto	70235	06/03/1972
Decreto-lei	1269	18/04/1973
Decreto-lei	1304	08/01/1974
Lei	6205	29/04/1975
Lei	6313	16/12/1975
Decreto-lei	1678	22/02/1979
Decreto-lei	1783	18/04/1980
Decreto-lei	1844	30/12/1980
Decreto-lei	2288	23/07/1986
Decreto-lei	2303	21/11/1986
Decreto-lei	2376	25/11/1987
Decreto-lei	2390	18/12/1987
Decreto-lei	2407	05/01/1988
Decreto-lei	2434	19/05/1988
Decreto-lei	2473	08/09/1988
Lei	7766	11/05/1989
Lei	7799	10/07/1989
Lei	7827	27/09/1989
Lei	8012	04/04/1990
Lei	8033	12/04/1990
Lei	8088	31/10/1990
Lei	8218	29/08/1991
Lei	8313	23/12/1991
Lei	8383	30/12/1991
Lei	8402	08/01/1992
EmendaConstitucional	1	31/03/1992
Lei	8668	25/06/1993
Decreto	949	05/10/1993

Decreto	98810	09/01/1990
Decreto	99061	07/03/1990
Lei	8000	13/03/1990
Lei	8003	14/03/1990
Decreto	99181	15/03/1990
Lei	8007	22/03/1990
Lei	8008	22/03/1990
Lei	8010	29/03/1990
Lei	8012	04/04/1990
Lei	8032	12/04/1990
Decreto	99349	27/06/1990
Lei	8058	02/07/1990
Decreto	99446	10/08/1990
Lei	8133	27/12/1990
Decreto	0	25/04/1991
Lei	8191	11/06/1991
Decreto	0	13/06/1991
Decreto	0	15/06/1991
Decreto	151	25/06/1991
Lei	8210	19/07/1991
Decreto	192	20/08/1991
Lei	8218	29/08/1991
Lei	8248	23/10/1991
Decreto	328	01/11/1991
Lei	8256	25/11/1991
Lei	8383	30/12/1991
Lei	8387	30/12/1991
Lei	8393	30/12/1991
Lei	8402	08/01/1992
Decreto	453	26/02/1992
Decreto	458	27/02/1992
Decreto	517	08/05/1992
Decreto	766	03/03/1993
Lei	8643	31/03/1993
Decreto	792	02/04/1993
Decreto	783	20/04/1993
Lei	8661	02/06/1993
Decreto	846	25/06/1993
Decreto	949	05/10/1993
Lei	8850	28/01/1994
Decreto	1217	11/08/1994
Lei	8989	24/02/1995
Lei	9000	16/03/1995
Decreto	1471	27/04/1995
Decreto	1490	15/05/1995
Lei	9144	08/12/1995
Decreto	1885	26/04/1996
Decreto	1936	20/06/1996
Lei	9359	12/12/1996
Lei	9363	13/12/1996
Lei	9424	24/12/1996

Lei	8850	29/01/1994
Lei	8853	07/02/1994
Lei	8895	27/05/1994
Lei	8894	21/06/1994
Lei	8896	22/06/1994
Decreto	1817	12/02/1996
Decreto	1821	28/02/1996
EmendaConstitucional	10	04/03/1996
Decreto	2219	02/05/1997
Lei	9532	10/12/1997
Decreto	2452	06/01/1998
Lei	9718	27/11/1998
Decreto	2913	29/12/1998
Lei	9779	19/01/1999
Decreto	3079	02/06/1999
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	46	02/05/2001
Decreto	3819	21/05/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
EMOLUMENTOS E TAXAS DE MINERAÇÃO	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	227	28/02/1967
Decreto	62934	02/07/1968
Lei	6567	24/09/1978
Lei	7805	18/08/1989
Lei	7886	20/11/1989
Lei	8876	02/05/1994
Lei	9314	14/11/1996
Lei	9827	27/08/1999
Decreto	3358	02/02/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	-	-/-
-	-	-/-
Lei	5070	07/07/1966
Decreto-lei	1995	29/12/1982
Decreto	95744	23/02/1988
Decreto-lei	2473	08/09/1988
Lei	7680	02/12/1988
Lei	9691	22/07/1998
-	-	-/-
-	-	-/-
EMOLUMENTOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SOBRE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	6368	21/10/1976
Lei	9017	30/03/1995
Decreto	1646	26/09/1995
Decreto	2793	01/10/1998
Lei	9804	30/06/1999
-	-	-/-
-	-	-/-

TAXASDEMIGRAÇÃO	-	-//-
-	-	-//-
Lei	6815	19/08/1980
Lei	6964	09/12/1981
Decreto	86715	10/12/1981
Decreto	2381	12/11/1997
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXADELICENCIAMENTO,CONTROLEEFISCALIZAÇAO	-	-//-
-	-	-//-
Lei	9765	17/12/1998
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXADEFISCALIZAÇAO DOS PRODUTOS CONTROLADOS	-	-//-
-	-	-//-
Decreto-lei	2025	30/05/1983
Decreto Legislativo	70	27/09/1983
Decreto	3665	20/11/2000
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXADEFISCALIZAÇAO DOS MERCADOS DE TITULO E	-	-//-
-	-	-//-
Lei	7940	20/12/1989
Lei	8981	20/01/1995
Lei	9065	20/06/1995
Lei	10198	16/02/2001
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXADEFISCALIZAÇAO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE	-	-//-
-	-	-//-
Lei	7689	15/12/1988
Lei	7713	22/12/1988
Lei	7944	20/12/1989
Lei	8003	14/03/1990
Lei	8981	20/01/1995
Lei	9532	10/10/1997
Lei	9932	20/12/1999
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXADEFISCALIZAÇAO DOS SERVICOS DE ENERGIA	-	-//-
-	-	-//-
Lei	8987	13/02/1995
Lei	9074	07/07/1995
Lei	9427	26/12/1996
Lei Complementar	90	01/10/1997
Decreto	2410	28/11/1997
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXADEFISCALIZAÇAO DE VIGILANCIASANITARIA	-	-//-
-	-	-//-
Lei	9782	26/01/1999

-	-	-//-
Decreto-lei	115	25/01/1967
Lei	8522	11/12/1992
Lei	10169	29/12/2000
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXAS DODEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	-	-//-
-	-	-//-
Lei	7102	20/06/1983
Decreto	89056	24/11/1983
Lei	9017	30/03/1995
Decreto	1592	10/08/1995
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXAJUDICIARIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	-	-//-
-	-	-//-
Decreto-lei	115	25/01/1967
Decreto-lei	246	28/02/1967
Lei	6811	08/07/1980
-	-	-//-
-	-	-//-
CUSTAS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	-	-//-
-	-	-//-
Lei	357	29/12/1936
Decreto-lei	8554	04/01/1946
Decreto-lei	115	25/01/1967
Decreto-lei	246	28/02/1967
Lei	6355	08/09/1976
Lei	6811	08/07/1980
Lei	8185	14/05/1991
Lei	8522	11/12/1992
-	-	-//-
-	-	-//-
CUSTAS JUDICIAIS	-	-//-
-	-	-//-
Lei	5010	30/06/1966
Decreto-lei	229	28/02/1967
Decreto-lei	253	28/02/1967
Lei	6355	08/09/1976
Resolução Senado Federal	112	11/01/1982
Lei	8069	13/07/1990
Lei	8185	14/05/1991
Lei	8213	24/07/1991
Lei	8237	30/09/1991
Lei	8245	18/10/1991
Lei	9289	04/07/1996
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	44	02/08/1996
Lei	9441	14/03/1997
-	-	-//-
-	-	-//-
MONTEPIO CIVIL	-	-//-

Decreto	3571	21/08/2000
Medida Provisória	2134	24/05/2001
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	-	-//-
-	-	-//-
Decreto	3327	05/01/2000
Lei	9961	28/01/2000
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXA DE CONTROLE EFISCALIZAÇAO AMBIENTAL	-	-//-
-	-	-//-
Lei	7804	18/07/1989
Lei	9960	28/01/2000
Decreto	3408	10/04/2000
Lei	10165	27/12/2000
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	-	-//-
-	-	-//-
Lei	9960	28/01/2000
Decreto	3408	10/05/2000
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXA DE SERVIÇOS METROLÓGICOS	-	-//-
-	-	-//-
Lei	9933	20/12/1999
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXA DE FISCALIZAÇAO SOBRE A DISTRIBUIÇAO GRATUITA	-	-//-
-	-	-//-
Medida Provisória	2158-33	28/06/2001
-	-	-//-
-	-	-//-
EMOLUMENTOS CONSULARES	-	-//-
-	-	-//-
Decreto-lei	1330	07/06/1939
Decreto-lei	3168	02/04/1941
Decreto	7611	12/08/1941
Decreto-lei	5099	16/12/1942
Decreto-lei	5569	10/06/1943
Decreto-lei	6465	02/05/1944
Decreto-lei	8853	24/01/1946
Decreto-lei	9101	27/01/1946
Decreto	23776	30/09/1947
Lei	6815	19/08/1980
Lei	6964	09/12/1981
Lei	8522	11/12/1992
-	-	-//-
-	-	-//-
EMOLUMENTOS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	-	-//-

-	-	-//-
Lei	436	23/05/1937
Decreto-lei	196	22/01/1938
Decreto-lei	736	23/09/1938
Decreto-lei	2961	20/01/1941
Decreto-lei	3864	24/11/1941
Decreto-lei	6280	17/02/1944
Decreto-lei	7060	21/11/1944
Decreto-lei	7565	21/05/1945
Decreto-lei	7610	05/06/1945
Decreto-lei	8919	26/01/1946
Decreto-lei	9595	16/08/1946
Decreto-lei	9798	09/09/1946
Decreto-lei	9830	11/09/1946
Lei	488	15/11/1948
Lei	2192	06/03/1954
Lei	3058	22/12/1956
Lei	4242	18/07/1963
Lei	4477	12/11/1964
Decreto-lei	81	21/12/1966
Lei	5552	04/12/1968
Lei	6220	07/07/1975
Lei	6554	21/08/1978
Lei	6810	07/07/1980
Lei	7034	05/10/1982
Lei	7143	23/11/1983
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE	-	-//-
-	-	-//-
Lei	9716	26/11/1998
-	-	-//-
-	-	-//-
EMOLUMENTOS E TAXAS PROCESSUAIS	-	-//-
-	-	-//-
Lei	8884	11/06/1994
Lei	9781	19/01/1999
Decreto	2978	02/03/1999
Lei	10149	21/12/2000
-	-	-//-
-	-	-//-
TAXA MILITAR	-	-//-
-	-	-//-
Decreto-lei	1187	04/04/1939
Decreto	8981	12/03/1942
Decreto	9424	20/05/1942
Lei	4375	17/08/1964
Lei	4754	18/08/1965
Decreto	57654	20/01/1966
Decreto	64992	14/08/1969
Decreto-lei	1786	20/05/1980

Decreto	627	07/08/1992
-	-	-/-
-	-	-/-
TAXADECLASSIFICAÇÃODEPRODUTOSVEGETAIS	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1899	21/12/1981
Decreto Legislativo	45	02/06/1982
Lei	9972	25/05/2000
Decreto	3664	17/11/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
TAXASDE SERVIÇOS CADASTRALS - IN CRA	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	57	18/11/1966
Lei	6746	10/12/1979
Decreto-lei	1989	28/12/1982
Lei	8847	28/01/1994
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	2397	21/12/1987
Decreto-lei	2463	30/08/1988
Decreto Legislativo	77	15/12/1988
Lei	7730	31/01/1989
Lei	7787	30/06/1989
Lei	7827	27/09/1989
Lei	7894	24/11/1989
Lei	8147	28/12/1990
Lei	8218	29/08/1991
Lei Complementar	70	30/12/1991
Lei	8696	26/08/1993
Lei	8850	28/01/1994
Lei	8879	21/05/1994
Lei	8981	23/01/1995
Lei	9065	21/06/1995
Lei Complementar	85	16/02/1996
Lei	9363	13/12/1996
Decreto	2191	03/04/1997
Decreto	2256	17/06/1997
Lei	9476	23/07/1997
Lei	9528	10/12/1997
Lei	9703	17/11/1998
Lei	9718	27/11/1998
Lei	9990	21/07/2000
Lei	10147	21/12/2000
Decreto	3803	24/04/2001
Medida Provisória	2113	23/06/2001
Medida Provisória	2158 - 33	28/06/2001
Medida Provisória	2202	28/06/2001

Decreto-lei	828	05/09/1969
Decreto-lei	1027	21/10/1969
Decreto-lei	1800	18/08/1980
Decreto-lei	1861	25/02/1981
Decreto	94536	29/06/1987
Decreto Legislativo	30	18/09/1990
Decreto	968	29/10/1993
Lei	9528	10/12/1997
Lei	9720	30/11/1998
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8237	30/09/1991
Lei	8460	17/09/1992
Decreto	722	19/01/1993
Decreto	958	13/10/1993
Lei	8717	15/10/1993
Lei	9367	18/12/1996
Lei	9442	15/03/1997
Decreto	3557	14/08/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8167	16/01/1991
Decreto	101	17/04/1991
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS PREMÍOS DE CONCURSOS DE	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	204	27/02/1967
Decreto-lei	594	27/05/1969
Decreto-lei	717	30/07/1969
Decreto	66118	26/01/1970
Decreto	68702	03/06/1971
Decreto	68703	03/06/1971
Lei	6168	09/12/1974
Lei	6717	12/11/1979
Decreto-lei	1923	20/01/1982
Lei	7856	24/10/1989
Decreto	99555	01/10/1990
Lei	8212	24/07/1991
Lei	8313	23/12/1991
Lei	8436	25/06/1992
Lei	8879	21/05/1994
Lei	9312	05/11/1996
Decreto	2290	04/08/1997
Ato Declaratório	70	19/12/1997
Lei	9615	24/03/1998
Decreto	2574	29/04/1998

-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	503	18/03/1969
Decreto-lei	1422	23/10/1975
Decreto	87043	22/03/1982
Decreto	88374	07/06/1983
Decreto	91781	15/10/1985
Lei	8879	12/04/1994
Emenda Constitucional	14	12/09/1996
Lei	9601	21/01/1998
Lei	9766	18/12/1998
Decreto	3142	16/08/1999
-	-	-/-
-	-	-/-
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1402	05/07/1939
Decreto-lei	2377	08/07/1940
Lei	4589	11/12/1964
Decreto-lei	27	14/11/1966
Decreto-lei	1166	15/04/1971
Decreto-lei	1175	11/06/1971
Decreto Legislativo	046	01/07/1971
Lei	6181	11/12/1974
Decreto	78339	31/08/1976
Lei	6386	09/12/1976
Lei	7047	01/12/1982
Decreto-lei	2066	27/10/1983
Decreto-lei	2103	30/12/1983
Decreto Legislativo	6	02/05/1984
Decreto-lei	2377	30/11/1987
Lei	8906	04/07/1994
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AERONÁUTICO	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	270	28/02/1967
Lei	5989	17/12/1973
Decreto-lei	1305	08/01/1974
Decreto	76590	11/11/1975
Decreto-lei	1800	08/08/1980
Decreto-lei	2237	24/01/1985
Lei	9943	14/03/1997
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	7365	08/03/1945
Lei	5461	25/06/1968

Lei	9649	27/05/1998
Lei	9981	14/07/2000
Lei	9999	30/08/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE A RECEITA DE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8672	06/07/1993
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE	-	-/-
-	-	-/-
Lei Complementar	79	07/10/1994
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU	-	-/-
-	-	-/-
Emenda Constitucional	12	15/08/1996
Lei	9311	24/10/1996
Lei	9317	05/12/1996
Decreto	2191	03/04/1997
Lei	9539	12/12/1997
Emenda Constitucional	21	18/03/1999
Emenda Constitucional	31	14/12/2000
Lei	10174	09/01/2001
Decreto	3775	16/03/2001
Medida Provisória	2158 - 33	28/06/2001
Lei Complementar	111	06/07/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9288	01/07/1996
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	-	-/-
-	-	-/-
Lei	429	29/04/1937
Decreto-lei	196	22/01/1938
Decreto-lei	736	23/09/1938
Lei	2192	06/03/1954
Lei	2314	03/09/1954
Lei	3765	04/05/1960
Decreto	49096	10/10/1960
Lei	4863	29/11/1965
Decreto-lei	81	21/12/1966
Lei	5475	23/07/1968
Lei	5552	04/12/1968
Decreto	64992	14/08/1969
Lei	5619	03/11/1970
Lei	5787	27/06/1972

Lei	6220	07/07/1975
Decreto-lei	1449	13/02/1976
Decreto	79917	08/07/1977
Decreto-lei	1603	22/02/1978
Decreto Legislativo	62	08/08/1980
Lei	6880	09/12/1980
Lei	7289	18/12/1984
Lei	8237	30/09/1991
Lei	8460	17/09/1992
Decreto	3557	14/08/2000
Medida Provisória	2188 - 7	28/06/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
RENDA LIQUIDADA LOTERIA FEDERAL INSTANTANEA	-	-/-
-	-	-/-
Decreto	99268	31/05/1990
-	-	-/-
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8112	11/12/1990
Lei	8162	08/01/1991
Lei	8688	21/07/1993
Lei	9732	11/12/1998
Lei	9783	28/01/1999
Lei	9796	05/05/1999
Decreto	3112	06/07/1999
Lei	9876	26/11/1999
Decreto	3265	29/11/1999
Lei Complementar	101	04/05/2000
Lei	10099	19/12/2000
Lei	10170	29/12/2000
Decreto	3788	11/04/2001
Medida Provisória	2129 - 8	26/04/2001
Lei Complementar	108	29/05/2001
Lei Complementar	109	29/05/2001
Lei	10256	09/07/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES E DOS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	3807	26/08/1960
Decreto-lei	66	21/11/1966
Lei	5890	08/06/1973
Lei	6439	01/09/1977
Decreto-lei	1816	10/12/1980
Decreto-lei	1867	25/03/1981
Decreto-lei	1910	29/12/1981
Lei	7004	24/06/1982
Decreto-lei	1966	01/11/1982
Lei	7175	14/12/1983

Lei	8861	25/03/1994
Lei	8866	11/04/1994
Decreto	1198	14/07/1994
Lei	9032	28/04/1995
Lei	9063	20/06/1995
Lei Complementar	85	16/02/1996
Decreto	1826	29/02/1996
Lei	9429	26/12/1996
Lei	9528	10/12/1997
Lei	9711	20/11/1998
Lei	9717	27/11/1998
Lei	9720	30/11/1998
Lei	9732	11/12/1998
Decreto	3099	28/04/1999
Decreto	3048	06/05/1999
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE ENSINO FUNDAMENTAL	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9424	24/12/1996
Decreto	3142	16/08/1999
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÕES RURAIS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	2613	23/09/1955
Decreto-lei	582	15/05/1969
Decreto-lei	1146	31/12/1970
Lei Complementar	11	25/05/1971
Decreto-lei	1487	10/11/1976
Decreto	84685	06/05/1980
Decreto-lei	1989	28/12/1982
Decreto-lei	2377	30/11/1987
Emenda Constitucional	1	31/03/1992
Lei	8847	28/01/1994
Lei	8850	28/01/1994
Lei	9321	05/12/1996
Lei	9393	19/12/1996
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO	-	-/-
-	-	-/-
Lei Complementar	7	07/09/1970
Decreto-lei	1125	17/09/1970
Lei Complementar	8	03/12/1970
Decreto	71618	26/12/1972
Lei Complementar	17	12/12/1973
Lei Complementar	19	25/06/1974
Decreto	74333	30/06/1974
Lei Complementar	26	11/09/1975
Decreto	76342	26/09/1975

Decreto-lei	2087	22/12/1983
Decreto-lei	2088	22/12/1983
Decreto-lei	2113	18/04/1984
Lei	7186	24/04/1984
Decreto-lei	2171	13/11/1984
Lei	7356	30/08/1985
Lei	7485	06/06/1986
Lei	7577	23/12/1986
Lei	7578	23/12/1986
Lei	7604	26/05/1987
Lei	7621	09/10/1987
Lei	7636	17/12/1987
Lei	7637	17/12/1987
Decreto-lei	2430	20/04/1988
Lei	7704	21/12/1988
Lei	7787	30/06/1989
Lei	7853	24/10/1989
Lei	7856	25/10/1989
Lei	7998	11/01/1990
Lei	8012	04/04/1990
Lei	8080	19/09/1990
Lei	8112	11/12/1990
Lei	8114	12/12/1990
Lei	8162	08/01/1991
Decreto	18	01/02/1991
Lei	8186	21/05/1991
Lei	8212	24/07/1991
Lei	8213	24/07/1991
Lei	8218	29/08/1991
Decreto	320	01/11/1991
Lei	8315	23/12/1991
Lei	8383	30/12/1991
Lei Complementar	70	31/12/1991
Lei	8398	07/01/1992
Decreto	436	28/01/1992
Lei	8422	13/05/1992
Lei	8436	25/06/1992
Lei	8444	20/07/1992
Lei	8540	22/12/1992
Lei	8619	05/01/1993
Lei	8620	05/01/1993
Lei	8647	13/04/1993
Lei	8688	21/07/1993
Lei Complementar	77	22/07/1993
Lei	8694	13/08/1993
Decreto	894	16/08/1993
Lei	8696	26/08/1993
Lei	8742	08/12/1993
Decreto	1030	29/12/1993
Lei	8850	28/01/1994
Decreto	1058	21/02/1994

Decreto	78276	17/08/1976
Decreto	79459	30/03/1977
Lei	6858	24/11/1980
Decreto-lei	2052	03/08/1983
Decreto-lei	2445	29/06/1988
Decreto-lei	2449	21/07/1988
Lei	7691	15/12/1988
Lei	7764	02/05/1989
Lei	7799	10/07/1989
Lei	7998	11/01/1990
Lei	8012	04/04/1990
Lei	8019	11/04/1990
Lei	8177	01/03/1991
Decreto	104	22/04/1991
Decreto	0	07/05/1991
Lei	8218	29/08/1991
Lei	8383	30/12/1991
Lei	8398	07/01/1992
Lei	8678	13/07/1993
Decreto	894	16/08/1993
Lei	8696	26/08/1993
Lei	8844	20/01/1994
Lei	8850	28/01/1994
Lei	8894	22/06/1994
Lei	8895	22/06/1994
Lei	8896	22/06/1994
Lei	8904	04/07/1994
Lei	9004	16/03/1995
Lei	9069	29/06/1995
Lei	9363	13/12/1996
Lei	9365	17/12/1996
Decreto	2170	04/03/1997
Decreto	2256	17/06/1997
Lei	9532	10/12/1997
Lei	9701	17/11/1998
Lei	9703	17/11/1998
Lei	9715	25/11/1998
Lei	9718	27/11/1998
Lei	10147	21/12/2000
Lei	10183	12/02/2001
Decreto	3803	24/04/2001
Medida Provisória	2158	28/06/2001
Medida Provisória	2202	28/06/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	7689	15/12/1988
Lei	7738	09/03/1989
Lei	7787	30/06/1989
Lei	7799	10/07/1989

Lei	7856	24/10/1989
Lei	7988	28/12/1989
Lei	8003	14/03/1990
Lei	8034	12/04/1990
Lei	8114	12/12/1990
Lei	8200	28/06/1991
Lei	8218	29/08/1991
Decreto	332	04/11/1991
Lei Complementar	70	30/12/1991
Lei	8383	30/12/1991
EmendaConstitucional	1	31/03/1992
Lei	8541	23/12/1992
Lei	8696	26/08/1993
Lei	9069	29/06/1995
Lei	9249	26/12/1995
EmendaConstitucional	10	04/03/1996
Lei	9632	10/12/1997
Lei	9703	17/11/1998
Lei	9718	27/11/1998
Decreto	3000	26/03/1999
Lei	9887	07/12/1999
Medida Provisória	2158 - 33	28/06/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIÇO NACIONAL DE	-	-/-
-	-	-/-
Medida Provisória	2168 - 38	28/06/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE JOGOS DE BINGO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9615	24/03/1998
Decreto	3659	14/11/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8212	24/07/1991
Lei	9717	27/11/1998
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1106	16/06/1970
Decreto-lei	1127	12/10/1970
Decreto	67372	12/10/1970
Decreto-lei	1243	30/10/1972
Lei	5938	19/11/1973
Decreto-lei	1376	12/12/1974
Decreto-lei	1701	18/10/1979
Decreto	91237	08/05/1985

-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1900	21/12/1981
Decreto Legislativo	049	09/06/1982
Lei	8313	23/12/1991
Lei	8401	08/01/1992
Decreto	567	11/06/1992
-	-	-/-
-	-	-/-
COTA-PARTE DOS PREÇOS DE REALIZAÇÃO DOS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4452	05/11/1964
Decreto-lei	1556	07/07/1977
Decreto-lei	1785	13/05/1980
-	-	-/-
-	-	-/-
COTA-PARTE DA MARGEM DE REVENDA DOS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4452	05/11/1964
Portaria CNP-PD	2	14/02/1979
Portaria CNP-PD	3	09/03/1979
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	75	20/06/1980
-	-	-/-
-	-	-/-
COTAS DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE A EXPORTAÇÃO	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	2295	21/11/1986
Lei	7739	16/03/1989
Decreto	1030	29/12/1993
Lei	9004	16/03/1995
Lei Complementar	85	15/02/1996
Lei	9363	13/12/1996
-	-	-/-
-	-	-/-
ADICIONAL SOBRE A TARIFA DE PASSAGENS AERÉAS	-	-/-
-	-	-/-
Decreto	76590	11/11/1975
Decreto-lei	1800	18/08/1980
Decreto	98996	02/03/1990
-	-	-/-
-	-	-/-
COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVACÃO	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1801	18/08/1980
Decreto-lei	1845	30/12/1980
Decreto-lei	2035	21/06/1983
Decreto-lei	2055	17/08/1983
Decreto-lei	2157	14/08/1984
Lei	7597	14/04/1987
Decreto-lei	2404	23/12/1987

Decreto	97850	20/06/1989
Lei	8167	16/01/1991
Decreto	101	17/04/1991
Decreto	153	26/06/1991
Decreto	853	05/07/1993
Decreto	1735	08/12/1995
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROG. DE REDIST. DE TERRAS E	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1179	06/07/1971
Decreto-lei	1376	12/12/1974
Decreto-lei	1701	18/10/1979
Decreto	91237	08/05/1985
Decreto	97850	20/06/1989
Lei	8167	16/01/1991
Decreto	101	17/04/1991
Decreto	853	05/07/1993
Lei	9126	13/11/1995
Decreto	1735	08/12/1995
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	030	01/03/1999
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4502	30/11/1964
Decreto-lei	34	18/11/1966
Decreto-lei	1437	17/12/1975
Decreto-lei	1455	07/04/1976
Decreto	79966	14/07/1977
Decreto	91030	05/03/1985
Decreto-lei	2261	12/03/1985
Decreto	92433	03/03/1986
Decreto-lei	2357	28/08/1987
Decreto-lei	2411	21/01/1988
Decreto	99426	31/07/1990
Decreto	2037	15/10/1996
Decreto	98135	12/09/1998
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	128	04/11/1998
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	029	01/03/1999
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	031	01/03/1999
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	032	01/03/1999
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1129	13/10/1970
Decreto-lei	1515	30/12/1976
Lei	7291	19/12/1984
Decreto	96993	17/10/1988
-	-	-/-

Decreto-lei	2414	12/02/1988
Decreto-lei	2480	03/10/1988
Decreto	97945	11/07/1989
Lei	8010	29/03/1990
Lei	8032	12/04/1990
Decreto	429	17/01/1992
Decreto	949	05/10/1993
Decreto	1642	25/09/1995
Lei	10183	12/02/2001
Lei	10206	23/03/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	7525	22/07/1986
Lei	7990	28/12/1989
Lei	8001	13/03/1990
Decreto	1	11/01/1991
Lei	8213	24/07/1991
Lei	8666	21/06/1993
Lei Complementar	77	13/07/1993
Lei	8870	16/04/1994
Lei	9433	08/01/1997
Lei	9648	27/05/1998
Lei	9478	08/06/1998
Decreto	2705	03/08/1998
Lei	9984	17/07/2000
Decreto	3692	19/12/2000
Decreto	3739	31/01/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS CONCESSIONÁRIAS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9991	24/07/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO PELA LICENÇA DE USO, AQUISIÇÃO OU	-	-/-
-	-	-/-
Lei	10168	29/12/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS EMPRESAS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9998	17/08/2000
Lei	10052	28/11/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	10176	11/01/2001
Decreto	3800	20/04/2001

-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-/-
RECEITAS IMOBILIARIAS	-	-/-
-	-	-/-
Decreto	14595	31/12/1920
Decreto	14596	31/12/1920
Decreto-lei	2490	16/08/1940
Decreto-lei	3438	17/07/1941
Decreto-lei	3964	20/12/1941
Decreto-lei	4120	21/02/1942
Decreto-lei	5666	15/07/1943
Decreto-lei	6874	15/09/1944
Decreto-lei	7916	30/08/1945
Decreto-lei	9669	29/08/1946
Decreto-lei	9760	05/09/1946
Lei	6015	31/12/1973
Decreto-lei	1390	29/01/1975
Decreto-lei	1561	13/07/1977
Lei	6766	01/12/1979
Decreto-lei	1876	15/07/1981
Lei	7450	23/12/1985
Decreto-lei	2303	21/11/1986
Decreto-lei	2323	26/02/1987
Decreto-lei	2398	21/12/1987
Decreto	95760	01/03/1988
Decreto-lei	2422	30/03/1988
Lei	8025	12/04/1990
-	-	-/-
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1521	26/01/1977
Decreto-lei	1557	14/06/1977
Lei	6432	12/07/1977
Decreto-lei	1566	01/08/1977
Lei	8668	25/06/1993
Lei	8685	20/07/1993
Lei	8894	21/06/1994
Lei	9015	30/03/1995
Decreto	1612	28/08/1995
Decreto	1821	28/02/1996
Emenda Constitucional	10	04/03/1996
Lei	9366	16/12/1996
Decreto	2219	02/05/1997
Lei	9457	05/05/1997
Decreto	2452	06/01/1998
-	-	-/-
-	-	-/-
-	-	-/-
JUROS DE TITULOS DE RENDA	-	-/-
-	-	-/-

Decreto	2705	03/08/1998
Lei	9847	26/10/1999
Decreto	3312	24/12/1999
Decreto	3491	29/05/2000
Lei	10202	20/02/2001
Medida Provisória	2181	27/07/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9472	16/07/1997
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE OUTORGADOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8987	13/02/1995
Decreto	2521	20/03/1998
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8666	21/06/1993
Lei	8987	13/02/1995
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9998	17/08/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE OUTORGADOS SERVIÇOS DE ENERGIA	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9074	07/07/1995
Decreto	2003	10/09/1996
Lei	9648	27/05/1998
-	-	-/-
-	-	-/-
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	867	17/11/1938
Decreto	3604	14/01/1939
Decreto	6732	18/01/1941
Decreto	11527	08/02/1943
Decreto-lei	5666	15/07/1943
Decreto-lei	9760	05/09/1946
Decreto-lei	9813	09/09/1946
Decreto-lei	9897	17/09/1946
Lei	6015	31/12/1973
Decreto-lei	1561	13/07/1977
Lei	6766	19/12/1979
Lei	7450	23/12/1985

Decreto	20923	08/01/1932
Decreto	69846	28/12/1971
Lei	7448	23/12/1985
Decreto	968	29/10/1993
-	-	-/-
-	-	-/-
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1290	03/12/1973
Decreto	93872	23/12/1986
Lei	9322	05/12/1996
-	-	-/-
-	-	-/-
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8019	11/04/1990
Lei	8352	28/12/1991
Lei	9322	05/12/1996
-	-	-/-
-	-	-/-
REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	7998	11/01/1990
Lei	8019	11/04/1990
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE OUTORGADOS SERVIÇOS DE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	5070	07/07/1966
Lei	8987	13/02/1995
Lei	9295	19/07/1996
Decreto	2056	04/11/1996
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE OUTORGADOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8977	06/01/1995
Lei	8987	13/02/1995
Decreto	1720	28/11/1995
Decreto	1817	12/02/1996
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8987	13/02/1995
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE OUTORGADOS SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO E	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8987	13/02/1995
Lei	9478	06/08/1997

Decreto-lei	2303	21/11/1986
Decreto-lei	2323	26/02/1987
Decreto-lei	2398	21/12/1987
Decreto	95760	01/03/1988
Decreto-lei	2422	30/03/1988
Lei	8036	11/05/1990
Lei	8212	24/07/1991
Lei	8443	16/07/1992
Lei	8490	19/11/1992
Lei	8625	12/02/1993
Lei	9004	16/03/1995
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA AGROPECUARIA	-	-/-
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	-	-/-
-	-	-/-
Decreto	86179	08/07/1981
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	6088	16/07/1974
Decreto	86179	08/07/1981
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4320	17/03/1964
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4118	27/08/1962
Lei	4320	17/03/1964
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DA INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4118	27/08/1962
Lei	4320	17/03/1964
Decreto-lei	2464	31/08/1988
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	-	-/-
-	-	-/-
Lei	592	23/12/1948
Resolução Senado Federal	58	10/11/1972
Decreto	73610	11/02/1974
Ato Declaratório/Senado Federal	13	19/09/1974
Decreto	666	02/10/1992
Lei	9082	26/07/1995

-	-	-//-
-	-	-//-
RECEITADA INDUSTRIA DE CONSTRUÇÃO	-	-//-
-	-	-//-
Lei	6715	12/11/1979
-	-	-//-
-	-	-//-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-//-
SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	-	-//-
-	-	-//-
Decreto	75985	17/07/1975
Lei	6439	01/09/1977
Lei	7783	28/06/1989
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS,	-	-//-
-	-	-//-
Lei	4617	14/04/1965
Decreto	91575	27/08/1985
Decreto	968	29/10/1993
-	-	-//-
-	-	-//-
RECEITA DE UTILIZAÇÃO DE POSIÇÕES ORBITAIS	-	-//-
-	-	-//-
Lei	5070	07/07/1966
Lei	9994	24/07/2000
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS FINANCEIROS	-	-//-
-	-	-//-
Decreto	57870	25/02/1966
Lei	5000	24/05/1966
Lei	5969	11/12/1973
Decreto-lei	1312	15/02/1974
Lei	6336	09/12/1976
Decreto	79897	30/06/1977
Lei	6685	03/09/1979
Decreto-lei	2164	19/09/1984
Decreto-lei	2349	29/07/1987
Decreto-lei	2406	05/01/1988
Lei	9017	30/03/1995
Decreto	1646	27/09/1995
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS FINANCEIROS DE GARANTIA DA ATIVIDADE	-	-//-
-	-	-//-
Lei	5969	11/12/1973
Lei	6685	03/09/1979
Lei	7890	23/11/1989
Decreto	99364	03/07/1990
Lei	8171	17/01/1991

-	-	-//-
Lei	5615	13/10/1970
Resolução Senado Federal	58	10/11/1972
Ato Declaratório / Senado Federal	14	19/09/1974
Ato Declaratório / Senado Federal	18	27/11/1976
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE SOCORRO MARÍTIMO	-	-//-
-	-	-//-
Decreto	46429	14/07/1959
Lei	4905	17/12/1965
Lei	5177	01/12/1966
Decreto-lei	1027	21/10/1969
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE METROLOGIA	-	-//-
-	-	-//-
Lei	5966	11/12/1973
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	-	-//-
-	-	-//-
Lei	813	23/12/1901
Decreto	4050	13/01/1920
Decreto-lei	592	04/08/1938
Decreto-lei	778	08/10/1938
Decreto	14167	03/12/1943
Decreto	14168	03/12/1943
Decreto-lei	6067	03/12/1943
Decreto-lei	7397	19/03/1945
Lei	1920	25/07/1953
Lei	2187	16/02/1954
Lei	3062	22/12/1956
Lei	3782	22/07/1960
Lei	4048	29/12/1961
Decreto-lei	239	28/02/1967
Decreto	66111	23/01/1970
Lei	7232	30/10/1984
Decreto	99188	17/03/1990
Lei	8078	11/09/1990
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	-	-//-
-	-	-//-
Decreto-lei	1870	14/12/1939
Decreto-lei	2436	22/07/1940
Decreto-lei	8223	07/12/1945
Lei	5988	14/12/1973
Decreto	76085	06/08/1975
Lei	6661	21/06/1979
Decreto	88376	10/06/1983

Lei	8929	22/08/1994
Decreto	2233	23/05/1997
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	-	-//-
-	-	-//-
Lei	4617	14/04/1965
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	-	-//-
-	-	-//-
Decreto	84640	17/04/1980
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	-	-//-
-	-	-//-
Lei	2599	13/09/1955
Lei	4617	14/04/1965
Decreto	91575	27/08/1985
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	-	-//-
-	-	-//-
Lei	6301	15/12/1975
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE SAÚDE	-	-//-
-	-	-//-
Decreto	69846	28/12/1971
Decreto	69859	29/12/1971
Decreto	72344	08/06/1973
Decreto	73617	12/02/1974
Decreto	84485	22/02/1980
Resolução Senado Federal	163	03/05/1983
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS HOSPITALARES	-	-//-
-	-	-//-
Decreto-lei	8373	14/12/1945
Lei	4617	14/04/1965
Decreto	69846	29/12/1971
Decreto	92512	02/04/1986
Lei	8237	30/09/1991
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE REGISTRO DE ANÁLISE E DE CONTROLE DE	-	-//-
-	-	-//-
Lei	6360	23/09/1976
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	-	-//-

Decreto	675	30/10/1992
Lei	8490	19/11/1992
Lei	8666	21/06/1993
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE INSPEÇÃO FISCALIZAÇÃO	-	-//-
-	-	-//-
Lei	9017	30/03/1995
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	-	-//-
-	-	-//-
Lei Delegada	08	27/08/1962
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS EDUCACIONAIS	-	-//-
-	-	-//-
Lei	378	13/01/1937
Decreto	76085	06/08/1975
Decreto	89588	26/04/1984
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	-	-//-
-	-	-//-
Lei	199	23/01/1936
Decreto-lei	982	23/12/1938
Decreto-lei	3265	12/05/1941
Decreto-lei	4200	25/03/1942
Lei Delegada	8	10/10/1962
Lei Delegada	9	11/10/1962
Lei	4617	14/04/1965
Lei	4714	29/06/1965
Lei	6198	26/12/1974
Lei	6507	19/12/1977
Decreto	81771	07/06/1978
Lei	6894	16/12/1980
Decreto	86179	08/07/1981
Lei	6934	13/07/1981
Decreto	86955	18/02/1982
Decreto	91575	27/08/1985
Decreto	599	09/07/1992
Lei	8490	19/12/1992
Decreto	675	30/12/1992
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	-	-//-
-	-	-//-
Decreto	91575	27/08/1985
-	-	-//-
-	-	-//-
SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E	-	-//-

-	-	-	-
Decreto	86179	08/07/1981	-
Decreto	599	18/10/1990	-
Lei	8167	16/01/1991	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVIÇOSDEHOSPEDAGEMEEALIMENTAÇÃO	-	-	-
-	-	-	-
Decreto-lei	8373	14/12/1945	-
Lei	4617	14/04/1965	-
Decreto	91575	27/08/1985	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVIÇOSDEESTUDOSEPESQUISAS	-	-	-
-	-	-	-
Decreto	86179	08/07/1981	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVIÇOSDEREGISTRODEMARCAS,DEPATENTESEDE	-	-	-
-	-	-	-
Decreto	75374	14/02/1975	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVIÇOSDEREGISTRODOCOMERCIO	-	-	-
-	-	-	-
Lei	6454	24/10/1977	-
Decreto-lei	2056	19/08/1983	-
Lei	7695	20/12/1988	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVICOSDEINFORMAÇÕESCIENTIFICASE	-	-	-
-	-	-	-
Lei	4118	27/08/1962	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVICOSDEFORNECIMENTODEAGUA	-	-	-
-	-	-	-
Lei	6087	16/07/1974	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVICOSDEPERFURAÇÃOEINSTALAÇÃODEPOCOS	-	-	-
-	-	-	-
Lei	6087	16/07/1974	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVIÇOSDEGEOPROCESSAMENTO	-	-	-
-	-	-	-
Lei	6087	16/07/1974	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVIÇOSDECADASTRAMENTODEFORNECEDORES	-	-	-

-	-	-	-
-	-	-	-
TRANSFERENCIASCORRENTES	-	-	-
-	-	-	-
Lei	4320	17/03/1964	-
Lei	5000	24/05/1966	-
Decreto-lei	1312	15/02/1974	-
Decreto-lei	2376	25/11/1987	-
Lei Complementar	77	13/07/1993	-
-	-	-	-
-	-	-	-
MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	-
-	-	-	-
Decreto	4536	21/01/1922	-
Decreto	5426	07/01/1928	-
Decreto-lei	538	07/07/1938	-
Lei	5438	20/05/1968	-
Decreto-lei	352	17/06/1968	-
Lei	5534	14/11/1968	-
Decreto-lei	1027	21/10/1969	-
Lei	6276	08/12/1975	-
Decreto-lei	1786	20/05/1980	-
Lei	6822	22/09/1980	-
Lei	7029	13/09/1982	-
Decreto-lei	2056	19/08/1983	-
Decreto-lei	2063	06/10/1983	-
Decreto-lei	2170	05/11/1984	-
Lei	7487	10/06/1986	-
Lei	7889	23/11/1989	-
Lei	8022	12/04/1990	-
Decreto	87	15/04/1991	-
Lei	8218	29/08/1991	-
Lei	8374	30/12/1991	-
Lei	8383	30/12/1991	-
Lei	8696	26/08/1993	-
Lei	8918	14/07/1994	-
Lei	8936	25/11/1994	-
Lei	9430	27/12/1996	-
Lei	9636	15/05/1998	-
Lei	9817	23/08/1999	-
-	-	-	-
-	-	-	-
RECEITADEQUEBRADEFIANÇA	-	-	-
-	-	-	-
Decreto-lei	79	07/01/1994	-
-	-	-	-
-	-	-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-
-	-	-	-
Decreto	19412	19/11/1930	-
Decreto	19648	22/09/1945	-

-	-	-	-
Decreto	1094	24/03/1994	-
-	-	-	-
-	-	-	-
TARIFADEUTILIZAÇÃODEFAROIS	-	-	-
-	-	-	-
Decreto-lei	5406	14/04/1943	-
Lei	4202	06/02/1963	-
Decreto-lei	34	18/11/1966	-
Decreto-lei	1023	21/10/1969	-
Decreto	70198	24/02/1972	-
Decreto	91848	29/10/1985	-
Decreto	878	22/07/1993	-
-	-	-	-
-	-	-	-
TARIFAEADICIONALSOBRETARIFAEROPORTUARIA	-	-	-
-	-	-	-
Decreto-lei	270	28/02/1967	-
Lei	5862	12/12/1972	-
Decreto	71820	07/02/1973	-
Lei	5989	17/12/1973	-
Lei	6009	26/12/1973	-
Decreto-lei	1305	08/01/1974	-
Lei	6085	15/07/1974	-
Decreto-lei	1678	22/02/1979	-
Decreto-lei	2060	12/09/1983	-
Decreto	89121	06/12/1983	-
Lei	7920	12/12/1989	-
Lei	8399	07/01/1992	-
Decreto	1642	25/09/1995	-
Lei	9825	23/08/1999	-
-	-	-	-
-	-	-	-
TARIFASDEUSODASCOMUNICAÇÕESEDOSAUXÍLIOSA	-	-	-
-	-	-	-
Decreto-lei	1896	17/12/1981	-
Lei	7920	12/12/1989	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVICOSDEREGULAMENTAÇÃOEEEXPLORAÇÃO DOS	-	-	-
-	-	-	-
Lei	9472	16/07/1997	-
-	-	-	-
-	-	-	-
SERVICOSDECOMPENSAÇÃODEVARIAÇÃOESSALARIAIS	-	-	-
-	-	-	-
Decreto-lei	2406	05/01/1988	-
Lei	8004	14/03/1990	-
Lei	8100	05/12/1990	-
Lei	8692	28/07/1993	-
Lei	10150	22/12/2000	-

Lei	4320	17/03/1964	-
Lei	4617	14/04/1965	-
Lei	6301	15/12/1975	-
Decreto	88503	12/07/1983	-
Decreto	91575	27/08/1985	-
Lei	7565	19/12/1986	-
Lei	8029	12/04/1990	-
Lei	8112	11/12/1990	-
Lei	8237	30/09/1991	-
Lei	8245	18/10/1991	-
-	-	-	-
-	-	-	-
INDENIZAÇÕESPREVISTASNALEGISLAÇÃO SOBRE	-	-	-
-	-	-	-
Lei	7853	24/10/1989	-
Lei	8078	11/09/1990	-
-	-	-	-
-	-	-	-
RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS	-	-	-
-	-	-	-
Lei	9656	03/06/1998	-
Resolução Congresso Nacional	18	30/03/2000	-
Medida Provisória	2177 - 43	27/07/2001	-
-	-	-	-
-	-	-	-
RECEITADA DÍVIDA ATIVA	-	-	-
-	-	-	-
Decreto	4536	21/01/1922	-
Decreto	5426	07/01/1928	-
Decreto-lei	960	17/12/1938	-
Decreto-lei	1052	17/01/1939	-
Lei	3937	09/08/1961	-
Lei	4320	17/03/1964	-
Decreto-lei	147	03/02/1967	-
Lei	5421	25/04/1968	-
Decreto-lei	352	17/06/1968	-
Lei	5554	06/12/1968	-
Decreto-lei	1025	21/10/1969	-
Decreto-lei	1569	08/08/1977	-
Decreto-lei	1645	11/12/1978	-
Decreto-lei	1687	18/07/1979	-
Lei	6830	22/09/1980	-
Decreto-lei	2081	22/12/1983	-
Decreto-lei	2163	19/09/1984	-
Decreto-lei	2169	29/10/1984	-
Decreto-lei	2176	29/11/1984	-
Lei	7450	23/12/1985	-
Decreto-lei	2331	28/05/1987	-
Lei	8022	12/04/1990	-
Decreto	325	01/11/1991	-
Lei	8397	06/01/1992	-

Lei Complementar	73	10/02/1993
Lei Complementar	75	20/05/1993
Decreto	1735	08/12/1995
Lei	9289	04/07/1996
Lei	9467	10/07/1997
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4439	27/10/1964
Decreto-lei	147	03/02/1967
Lei	5421	25/04/1968
Decreto-lei	1025	21/10/1969
Lei	6301	15/12/1975
Decreto-lei	1569	08/08/1977
Decreto-lei	1645	11/12/1978
Lei	7711	22/12/1988
Decreto	98135	12/09/1989
Lei	8906	04/07/1994
Decreto	1735	08/12/1995
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE CORRENTE DE ALIENAÇÃO DE BENS	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	1455	07/04/1976
Lei	6368	21/10/1976
Lei	7450	23/12/1985
Lei	7460	19/12/1986
Decreto-lei	2411	21/01/1988
Decreto	98125	06/09/1989
Lei	8666	21/06/1993
Lei	9804	30/06/1999
-	-	-/-
-	-	-/-
PRÓDUTO DE DEPOSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU	-	-/-
-	-	-/-
Lei	370	04/01/1937
Lei	2313	03/09/1954
Decreto	40395	27/11/1956
Lei	8846	24/01/1994
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO - DPVAT - SISTEMA	-	-/-
-	-	-/-
Lei	6194	19/12/1974
Lei	8441	13/07/1992
Decreto	2867	08/12/1998
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITA DE CORRENTE DA CONTAPETROLEO.DERIVADOS	-	-/-
-	-	-/-

ALIENAÇÃO DE BENS	-	-/-
-	-	-/-
Decreto-lei	9760	05/09/1946
Lei	4947	06/04/1966
Decreto	79	19/12/1966
Lei	6383	07/12/1976
Decreto-lei	1640	20/11/1978
Decreto-lei	1684	18/06/1979
Lei	6985	13/04/1982
Lei	6987	13/04/1982
Decreto	99188	17/03/1990
Lei	8011	04/04/1990
Lei	8025	12/04/1990
Decreto	99209	16/04/1990
Decreto	99266	28/05/1990
Lei	8057	29/06/1990
Lei	8068	13/07/1990
Decreto	99464	16/08/1990
Decreto	99664	01/11/1990
Decreto	99665	01/11/1990
Decreto	99666	01/11/1990
Decreto	99741	28/11/1990
Lei	8171	17/02/1991
Decreto	75	01/04/1991
Decreto	106	26/04/1991
Decreto	124	20/05/1991
Decreto	0	28/06/1991
Decreto	172	08/07/1991
Lei	8218	29/08/1991
Lei	8250	24/10/1991
Decreto	647	09/09/1992
Lei	8846	24/02/1994
Lei	8906	04/07/1994
Lei	9099	26/09/1995
Decreto	1686	26/10/1995
Lei	9636	15/05/1998
-	-	-/-
-	-	-/-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4320	17/03/1964
Lei	4380	21/08/1964
Lei	4728	14/07/1965
Lei Complementar	12	08/11/1971
-	-	-/-
-	-	-/-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4320	17/03/1964
Lei	6404	15/12/1976
Lei	9096	19/09/1995

Lei	4452	05/11/1964
Lei	9478	06/08/1997
-	-	-/-
-	-	-/-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-/-
OPERAÇÕES DE CREDITO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4595	31/12/1964
Lei Complementar	12	08/11/1971
Decreto-lei	1312	15/02/1974
Decreto-lei	1336	18/07/1974
Decreto-lei	1558	17/06/1977
Decreto-lei	1754	31/12/1979
Decreto	88206	29/03/1983
Decreto-lei	2047	20/07/1983
Decreto-lei	2048	26/07/1983
Decreto-lei	2115	25/04/1984
Decreto-lei	2132	26/06/1984
Decreto-lei	2178	04/12/1984
Decreto-lei	2277	02/04/1985
Decreto	93872	23/12/1986
Decreto	94443	12/06/1987
Lei	7614	14/07/1987
Decreto-lei	2376	25/11/1987
Lei	7862	30/10/1989
Lei	7908	06/12/1989
Lei	8018	11/04/1990
Lei	8187	01/06/1991
Decreto	175	10/07/1991
Lei	8427	27/05/1992
Lei	8443	16/07/1992
Resolução Senado Federal	98	23/12/1992
Lei	8666	21/06/1993
Lei	8709	23/09/1993
Lei	8894	21/06/1994
Decreto	1612	28/08/1995
Lei	9126	10/11/1995
Lei	9143	08/12/1995
Resolução Senado Federal	7	08/02/1996
Decreto	1821	28/02/1996
Emenda Constitucional	10	04/03/1996
Resolução Senado Federal	28	07/05/1996
Lei	9275	09/05/1996
Lei	9438	26/02/1997
Decreto	2219	02/05/1997
Lei	9485	01/09/1997
Lei	9486	01/09/1997
Lei	10179	07/02/2001
Decreto	3819	21/05/2001
-	-	-/-
-	-	-/-

Medida Provisória	2081	24/05/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4595	31/12/1964
Decreto-lei	2376	25/11/1987
Lei	7908	06/12/1989
Lei	8177	01/03/1991
Lei	8660	28/05/1993
Lei	8696	26/08/1993
Lei	9491	09/09/1997
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	-	-
Medida Provisória	07	24/10/2001
Medida Provisória	09	31/10/2001
Medida Provisória	11	21/11/2001
Lei	10276(MP 2202)	10/09/2001
Lei	10306	08/11/2001
Lei	10312	27/11/2001
Decreto	3903	30/08/2001
Decreto	3904	31/08/2001
Decreto	3909	04/09/2001
Decreto	3914	11/09/2001
Decreto	3919	14/09/2001
Decreto	3926	19/09/2001
Decreto	3933	20/09/2001
Decreto	3940	27/09/2001
Decreto	3949	03/10/2001
Decreto	3964	10/10/2001
Decreto	3965	10/10/2001
Decreto	3969	15/10/2001
Decreto	3972	16/10/2001
Decreto	3975	18/10/2001
Decreto	3981	24/10/2001
Decreto	3984	26/10/2001
Decreto	3995	31/10/2001
Decreto	4012	13/11/2001
Decreto	4023	19/11/2001
Decreto	4028	22/11/2001

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA**

Legislação	Numero	Data
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - ADA	-	-/-
-	-	-/-
Medida Provisória	2.146-1/2001	04/05/2001
Portaria Presidência República/Secret. Especial de Desenvolvimento Urbano	16/2001	05/06/2001
-	-	-/-
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - ADENE	-	-/-
-	-	-/-
Medida Provisória	2.146-1/2001	04/05/2001
Portaria Presidência República/Secret. Especial de Desenvolvimento Urbano	16/2001	05/06/2001
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AERONÁUTICOS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	10.233/2001	05/06/2001
Mensagem Presidente República	516/2001	05/06/2001
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9.984/2000	17/07/2000
Resolução M. Meio Ambiente / Agência Nacional de Águas	9/2001	17/04/2001
Decreto	sn/23/05/2001	22/05/2001
Portaria M. Previdência e Assistência Social / Secretaria Previdência Complementar	2/2001	29/05/2001
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL	-	-/-
-	-	-/-
Lei	8.987/1995	13/02/1995
Lei	9.074/1995	07/07/1995
Lei	9.427/1996	26/12/1996
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica	393/1998	04/12/1998
Decreto	00023.08.1999	20/08/1999
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica / Diretor-Geral	281/1999	01/10/1999
Decreto	3.393/2000	28/03/2000
Decreto	3.489/2000	26/05/2000
Lei	9.991/2000	24/07/2000
Parecer Tribunal Contas União	003.163/2000-0	04/10/2000
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica / Diretor-Geral	456/2000	29/11/2000
Portaria M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica	249/2000	15/12/2000
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica / Diretor-Geral	582/2000	29/12/2000
Resolução M. Comunicações / Agência Nacional das Telecomunicações	2/2001	27/03/2001
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica / Diretor-Geral	160/2001	20/04/2001
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica / Diretor-Geral	161/2001	20/04/2001
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica / Diretor-Geral	162/2001	20/04/2001
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica / Diretor-Geral	170/2001	04/05/2001
Decreto	3.818/2001	15/05/2001

Medida Provisória	1.976-28/2000	29/06/2000
Lei	9.986/2000	18/07/2000
Resolução M. Saúde / Agência Nacional de Saúde Suplementar / Diretoria Colegiada	30/2000	19/07/2000
Medida Provisória	1.976-29/2000	28/07/2000
Medida Provisória	1.976-30/2000	28/08/2000
Medida Provisória	1.976-31/2000	27/09/2000
Medida Provisória	1.976-32/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.976-33/2000	23/11/2000
Medida Provisória	2.097-35/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.097-37/2001	23/02/2001
Portaria M. Saúde / Secretaria Assistência à Saúde	168/2001	21/05/2001
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL	-	-/-
-	-	-/-
Constituição Federal 1988	21/XI/XII/a/198	05/10/1988
Emenda Constitucional	8/1995	15/08/1995
Lei	9.472/1997	07/07/1997
Decreto	2.338/1997	17/12/1997
Resolução M. Comunicações / Agência Nacional das Telecomunicações	001/1997	17/12/1997
Parecer Tribunal Contas União	000.415/2000-5	17/05/2000
Consulta Pública M. Comunicações / Agência Nac. Telecomunicações - Conselho Diretor	265/2000	26/10/2000
Resolução M. Comunicações / Agência Nacional das Telecomunicações	259/2001	19/04/2001
Portaria M. Comunicações / Ministro	245/2001	10/05/2001
Portaria M. Comunicações / Ministro	246/2001	10/05/2001
Resolução M. das Comunicações / Agência Nacional de Telecomunicações	261/2001	24/05/2001
Consulta Pública M. Comunicações / Agência Nac. Telecomunicações - Conselho Diretor	298/2001	25/05/2001
Resolução M. Comunicações / Agência Nacional das Telecomunicações	262/2001	31/05/2001
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Comunicações	127/2001	19/06/2001
Lei	10.250/2001	04/07/2001
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	-	-/-
-	-	-/-
Lei	10.233/2001	05/06/2001
Mensagem Presidente República	516/2001	05/06/2001
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	-/-
-	-	-/-
Medida Provisória	1.791/1998	30/12/1998
Lei	9.782/1999	26/01/1999
Medida Provisória	1.814/1999	26/02/1999
Medida Provisória	1.814-2/1999	22/04/1999
Medida Provisória	1.814-3/1999	20/05/1999
Medida Provisória	1.912-5/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.912-6/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.912-7/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.912-8/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.912-9/1999	26/10/1999
Medida Provisória	2.000-11/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.000-12/2000	13/01/2000
Medida Provisória	2.000-13/2000	11/02/2000
Medida Provisória	2.000-14/2000	10/03/2000

Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	1/2001	16/05/2001
Decreto	3.820/2001	22/05/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	4/2001	22/05/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	8/2001	25/05/2001
Portaria M. Previdência e Assistência Social / Secretaria Previdência Complementar	2/2001	29/05/2001
Portaria Normativa M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Logística Tecn. Informação	2/2001	30/05/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	12/2001	01/06/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	13/2001	01/06/2001
Decreto	sn/17/04/2001	05/06/2001
Portaria M. Minas e Energia	185/2001	06/06/2001
Decreto	002/08/06/2001	07/06/2001
Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica / Diretor-Geral	208/2001	07/06/2001
Decreto	3.840/2001	11/06/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	15/2001	19/06/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	18/2001	22/06/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	19/2001	26/06/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	20/2001	26/06/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	21/2001	26/06/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	28/2001	24/07/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	-	-/-
-	-	-/-
Lei	10.233/2001	05/06/2001
Mensagem Presidente República	516/2001	05/06/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9.656/1998	03/06/1998
Medida Provisória	1.685-1/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.976-21/1999	10/12/1999
Medida Provisória	2.012-2/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.976-22/2000	11/01/2000
Medida Provisória	2.097-36/2001	26/01/2000
Lei	9.961/2000	28/01/2000
Medida Provisória	1.976-23/2000	10/02/2000
Resolução M. Saúde / Agência Nacional de Saúde Suplementar / Diretoria Colegiada	6/2000	18/02/2000
Resolução M. Saúde / Agência Nacional de Saúde Suplementar / Diretoria Colegiada	10/2000	03/03/2000
Medida Provisória	1.976-24/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.976-25/2000	06/04/2000
Medida Provisória	1.976-26/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.976-27/2000	01/06/2000

Medida Provisória	1.814-1/1999	25/03/2000
Medida Provisória	2.000-15/2000	11/04/2000
Medida Provisória	2.000-16/2000	11/05/2000
Medida Provisória	2.039-18/2000	28/06/2000
Medida Provisória	2.039-19/2000	28/07/2000
Medida Provisória	2.039-20/2000	25/08/2000
Medida Provisória	2.039-21/2000	26/09/2000
Medida Provisória	2.039-22/2000	26/10/2000
Medida Provisória	2.039-23/2000	23/11/2000
Medida Provisória	2.134-25/2000	28/12/2000
Medida Provisória	2.134-26/2001	26/01/2001
Medida Provisória	2.134-27/2001	23/02/2001
Resolução M. Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Diretoria Colegiada	102/2001	30/05/2001
Resolução M. Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Diretoria Colegiada	103/2001	30/05/2001
Resolução M. Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Diretoria Colegiada	116/2001	08/06/2001
-	-	-/-
-	-	-/-
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	9.478/1997	06/08/1997
Lei	9.990/2000	21/07/2000
Medida Provisória	2.056/2000	11/08/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
ANEXO 1 DA LEI 4.320/64 - RECEITA DE DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4.320/1964	17/03/1964
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento / Ministro	129/1982	11/08/1982
-	-	-/-
-	-	-/-
ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - COMPARATIVO DA DESPESA ORÇADA COM A ARRECADADA	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4.320/1964	17/03/1964
-	-	-/-
-	-	-/-
ANEXO 11 DA LEI 4.320/64 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4.320/1964	17/03/1964
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982
Balanço M. Fazenda / Banco Central	sn/nº-0/2000	30/06/2000
-	-	-/-
-	-	-/-
ANEXO 13 DA LEI 4.320/64 - BALANÇO FINANCEIRO	-	-/-
-	-	-/-
Lei	4.320/1964	17/03/1964
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982
Balanço M. Fazenda / Banco Central	sn/nº-0/2000	30/06/2000
-	-	-/-

-	-	-/-	Lei	7.675/1988	04/10/1988
ANEXO 14 DA LEI 4.320/64 - BALANÇO PATRIMONIAL	-	-/-	Lei	7.800/1989	10/07/1989
-	-	-/-	Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº e Coord. / Secret. de Orçatº	35/1989	01/08/1989
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Finanças		
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982	Lei	8.074/1990	31/07/1990
Balanço M. Fazenda / Banco Central	s/nº-0/2000	30/06/2000	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	576/1990	10/10/1990
-	-	-/-	Lei	8.211/1991	22/07/1991
-	-	-/-	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secretaria Nacional Planejamento	383/1991	09/08/1991
ANEXO 15 DA LEI 4.320/64 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS	-	-/-	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secretaria Nacional Planejamento	406/1991	26/08/1991
-	-	-/-	Lei	8.447/1992	21/07/1992
-	-	-/-	Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejatº / Departº Orçatº da União / Diretor	2/1992	23/09/1992
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Nota Técnica Secret. Planej. Orç. Coord. / PR / Secret. Orçatº Federal / CG-LON	14/1993	03/08/1993
Lei	5.382/1988	09/02/1988	Lei	8.694/1993	12/08/1993
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982	Lei	8.852/1994	04/02/1994
-	-	-/-	Lei	031/1994	02/08/1994
-	-	-/-	Nota Técnica Secret. Planejatº Orçatº Coord. / PR / Secret. Orçatº Federal / Departº Área Social		
ANEXO 16 DA LEI 4.320/64 - DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA INTERNA FUNDADA	-	-/-	Lei	8.931/1994	22/09/1994
-	-	-/-	Lei	50/1994	05/10/1994
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Nota PR / Secret. Planej. Orç. Coord. / Secret. Orç. Federal / Dep. Prog. Normas / Coord. Geral Normas		
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	104/1995	05/05/1995
-	-	-/-	Nota M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	s/nº-0/1995	26/05/1995
ANEXO 17 DA LEI 4.320/64 - DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA LUTUANTE	-	-/-	Lei	9.082/1995	25/07/1995
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	001.214/93-4	08/11/1995
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	3/1996	30/04/1996
-	-	-/-	Lei	9.293/1996	15/07/1996
-	-	-/-	Memorando M. Planejatº Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	18/1996	18/10/1996
ANEXO 2 DA LEI 4.320/64 - RECEITA E DESPESA DE CADA ORGAO DO GOVERNO	-	-/-	Decreto	2.185/1997	24/03/1997
-	-	-/-	Nota M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	9/1997	11/07/1997
-	-	-/-	Lei	9.473/1997	22/07/1997
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Fax M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçatº Federal / Secretário-Adjunto	s/nº/1997	22/07/1997
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982	Lei Complementar	96/1999	31/01/1999
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Ministro	129/1982	11/08/1982	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	008/1999	04/06/1999
-	-	-/-	Lei	9.811/1999	28/07/1999
ANEXO 3 DA LEI 4.320/64 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	438/1999	08/10/1999
-	-	-/-	Decreto	3.262/1999	25/11/1999
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	5/2000	30/05/2000
Decreto	71.618/1972	26/12/1972	Lei	9.995/2000	25/07/2000
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Ministro	64/1976	12/08/1976	FAX Tribunal Regional Federal / 1ª Região	s/nº/2000	29/08/2000
Instrução PR / Secret. Planejatº / Inst. Planejatº Econ. Social / Inst. Program. Orçatº / Diretoria Orçamento	003/1978	29/06/1978	Fax M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. Orçatº Federal / DESOR	s/nº/2000	30/08/2000
Decreto	83.740/1979	18/07/1979	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	6/2001	04/05/2001
Decreto Legislativo - Senado Federal	51/1980	25/06/1980	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçatº Fed / M. Fazenda / Sec. Tes. Nac.	163/2001	04/05/2001
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	211/2001	04/06/2001
Lei	7.675/1988	04/10/1988	-	-	-/-
Nota PR / Secretaria Planejamento / Secret. Orçatº Federal / Gabinete	s/nº/1989	01/09/1989	-	-	-/-
Nota Técnica Secret. Planej. Orç. Coord. / PR. / Secret. Orçatº Finanças / Secretário	003/1989	12/09/1989	ANEXO 5 DA LEI 4.320/64 - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL ( A PARTIR DE 2000 PARA A UNIÃO E ESTADOS E 2002 PARA MUNICÍPIOS)	-	-/-
Lei	7.862/1989	30/10/1989	-	-	-/-
Lei	8.074/1990	31/07/1990	-	-	-/-
Lei	8.177/1991	01/03/1991	-	-	-/-
Lei	8.211/1991	22/07/1991	-	-	-/-
Medida Provisória	394/1993	28/12/1993	-	-	-/-
Medida Provisória	416/1994	28/01/1994	-	-	-/-
Medida Provisória	435/1994	28/02/1994	Lei	8.074/1990	31/07/1990
Medida Provisória	459/1994	30/03/1994	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal - Minuta	01/1997	01/03/1997
Medida Provisória	484/1994	29/04/1994	Subsídios para documentos Oficiais	s/nº-0/1997	01/03/1997
Medida Provisória	510/1994	27/05/1994	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal - Minuta	02/1997	01/04/1997

Medida Provisória	536/1994	28/06/1994	Nota M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	01/1998	14/05/1998
Medida Provisória	561/1994	28/07/1994	Nota M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	02/1998	20/05/1998
Medida Provisória	592/1994	25/08/1994	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal - Minuta	02/1998	25/05/1998
Medida Provisória	629/1994	23/09/1994	Memorando Circular M. Planejatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral de Normas	02/1998	15/06/1998
Medida Provisória	669/1994	21/10/1994	Subsídios para palestras	06/1998	22/07/1998
Medida Provisória	717/1994	18/11/1994	Fax M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral de Normas	01/1998	16/09/1998
Medida Provisória	771/1994	20/12/1994	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-10/1998	29/09/1998
Medida Provisória	832/1995	19/01/1995	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-1/1998	29/09/1998
Medida Provisória	893/1995	16/02/1995	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-10/1998	29/09/1998
Medida Provisória	940/1995	16/03/1995	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-11/1998	29/09/1998
Lei	9.027/1995	12/04/1995	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-12/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	104/1995	05/05/1995	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-13/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	3/1996	30/04/1996	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-14/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	04/1997	11/04/1997	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-15/1998	29/09/1998
Memorando Circular M. Planejatº Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Secretário-Adjunto	14/1997	19/08/1997	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-16/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	37/1997	30/10/1997	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-17/1998	29/09/1998
Decreto	2.493/1998	09/02/1998	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-18/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	008/1999	04/06/1999	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-19/1998	29/09/1998
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	64/1999	05/10/1999	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-2/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	5/2000	30/05/2000	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-20/1998	29/09/1998
Parecer Tribunal Contas União	007.425/2000-3	24/01/2001	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-21/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	1/2001	19/02/2001	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-22/1998	29/09/1998
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçatº Fed / M. Fazenda / Sec. Tes. Nac.	163/2001	04/05/2001	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-23/1998	29/09/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	180/2001	21/05/2001	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-24/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	8/2001	27/06/2001	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-25/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	9/2001	27/06/2001	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-26/1998	29/09/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	15/2001	17/08/2001	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-27/1998	29/09/1998
-	-	-/-	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-28/1998	29/09/1998
-	-	-/-	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-29/1998	29/09/1998
ANEXO 4 DA LEI 4.320/64 - ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	-	-/-	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-3/1998	29/09/1998
-	-	-/-	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-30/1998	29/09/1998
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação	15-31/1998	29/09/1998
Lei	4.900/1965	10/12/1965	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Ministro	64/1976	12/08/1976	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Instrução PR / Secret. Planejatº / Inst. Planejatº Econ. Social / Inst. Program. Orçatº / Diretoria Orçamento	003/1978	29/06/1978	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Ministro	93/1978	06/12/1978	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Decreto	83.740/1979	18/07/1979	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	660/1981	22/07/1981	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Ministro	22/1985	05/02/1985	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Portaria Interministerial Presidência República / Secret. Planejamento / M. Fazenda	23/1985	15/02/1985	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº e Coord. / Secret. de Orçatº Finanças	09/1987	22/06/1987	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº e Coord. / Secret. de Orçatº Finanças	24/1987	03/06/1987	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº e Coord. / Secret. de Orçatº Finanças	55/1987	11/12/1987	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		
Lei	7.635/1987	14/12/1987	Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. de Orçatº, Federal e Secret. Planejatº Avaliação		

Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-32/1998	29/09/1998	Lei	5.546/1968	29/11/1968
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-33/1998	29/09/1998	Decreto-lei	727/1969	01/08/1969
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-34/1998	29/09/1998	Memorando M. Planejamento Orçamento /Secret. Orçamento Federal /Coord. Geral Normas	06/1996	02/05/1996
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-35/1998	29/09/1998	-	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-36/1998	29/09/1998	ANEXO 7 DA LEI 4.320/64 - PROGRAMA DE TRABALHO POR FUNÇÕES, PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS, PROJETOSE ATIVIDADES	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-37/1998	29/09/1998	Lei	4.320/1964	17/03/1964
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-38/1998	29/09/1998	Portaria Presidência República /Secret. de Planejamento e Coord. /Secret. de Orçamento Finanças	15/1989	29/03/1989
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-39/1998	29/09/1998	Portaria M. Planejamento e Orçamento /Secret. de Orçamento Federal / Secretário Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	3/1996	30/04/1996
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-40/1998	29/09/1998	-	s/nº-0/1976-78	31/12/1999
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-41/1998	29/09/1998	-	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-42/1998	29/09/1998	ANEXO 9 DA LEI 4.320/64 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNÇÕES	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-43/1998	29/09/1998	Lei	4.320/1964	17/03/1964
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-44/1998	29/09/1998	Instrução PR/Secret. Planejamento /Inst. Planejamento Econ. Social/Inst. Program. Orçamento /Diretoria Orçamento	003/1978	29/06/1978
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-45/1998	29/09/1998	Instrução PR/Secret. Planejamento /Inst. Planejamento Econ. Social/Inst. Program. Orçamento /Diretoria Orçamento	001/1979	07/06/1979
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-46/1998	29/09/1998	Instrução PR/Secret. Planejamento /Inst. Planejamento Econ. Social/Inst. Program. Orçamento /Diretoria Orçamento	001/1980	02/06/1980
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-47/1998	29/09/1998	-	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-48/1998	29/09/1998	CONVÊNIOS / ACORDOS - DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-49/1998	29/09/1998	Lei	8.928/1994	10/08/1994
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-50/1998	29/09/1998	-	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-51/1998	29/09/1998	CONVÊNIOS / ACORDOS / AJUSTES / INSTRUMENTOS SIMILARES	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-52/1998	29/09/1998	-	-	-/-
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-53/1998	29/09/1998	Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-54/1998	29/09/1998	Decreto-lei	967/1938	21/12/1938
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-55/1998	29/09/1998	Decreto-lei	6.144/1943	29/12/1943
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-56/1998	29/09/1998	Lei	4.320/1964	17/03/1964
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-57/1998	29/09/1998	Lei	4.357/1964	16/07/1964
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-58/1998	29/09/1998	Lei	4.829/1965	05/11/1965
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-59/1998	29/09/1998	Decreto	58.380/1966	10/05/1966
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-60/1998	29/09/1998	Lei	5.173/1966	27/10/1966
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-61/1998	29/09/1998	Decreto	60.079/1967	16/01/1967
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-62/1998	29/09/1998	Decreto-lei	200/1967	25/02/1967
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-63/1998	29/09/1998	Lei	5.374/1967	07/12/1967
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-64/1998	29/09/1998	Decreto	62.235/1968	07/12/1968
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-65/1998	29/09/1998	Lei	8.175/1991	31/01/1991
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-66/1998	29/09/1998	Lei	008/1991	13/09/1991
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-67/1998	29/09/1998	Comunicação Interna Circular M. Economia, Fazenda e Planejamento /Deptº Orçamento s União o/Coord. Normas	008/1991	13/09/1991
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-68/1998	29/09/1998	Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejamento /Departº Orçamento da União /Diretor	2/1992	23/09/1992
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-69/1998	29/09/1998	Parecer Presidência República /Secretaria de Planejamento /Secret. Orçamento Federal /DPGN /CG-REC	003/1993	26/05/1993
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-70/1998	29/09/1998	Nota Técnica Secret. Planejamento, Orç. Coord. /PR/Secret. Orçamento Federal /CG-LON	09/1993	02/07/1993
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-71/1998	29/09/1998	Lei	8.928/1994	10/08/1994
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-72/1998	29/09/1998	Parecer Tribunal Contas União	001.214/93-4	08/11/1995
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. de Orçamento Federal e Secret. Planejamento Avaliação	15-73/1998	29/09/1998	Orientação Normativa M. Fazenda /Secretaria Federal de Controle /Secretário	3/1995	19/12/1995

Lei	9.811/1999	28/07/1999	Decreto	1.819/1996	16/02/1996
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. Orçamento Federal /Secretário	5/2000	30/05/2000	Parecer Tribunal Contas União	525.061/93-2	26/06/1996
Lei	9.995/2000	25/07/2000	Instrução Normativa M. Fazenda /Secretaria Tesouro Nacional /Secretário	9/1996	14/11/1996
Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000	Norma Execução MF /Secret. Tesouro Nacional /Coordenação Geral Contabilidade	10/1996	14/11/1996
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. Orçamento Federal /Secretário	4/2001	08/03/2001	Memorando Circular M. Planejamento Orçamento /Secret. Orçamento Federal /Secretário-Adjunto	9.478/1997	06/08/1997
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	Parecer Tribunal Contas União	14/1997	19/08/1997
Lei	10.266/2001	24/07/2001	Decreto	014.682/97-4	26/11/1997
-	-	-/-	Medida Provisória	2.417/1997	11/12/1997
-	-	-/-	Medida Provisória	1.626-49/1998	12/02/1998
-	-	-/-	Medida Provisória	1.626-50/1998	13/03/1998
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	015.763/95-1	01/04/1998
ANEXO 5 DA LEI 4.320/64 - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL / FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	-	-/-	Medida Provisória	1.626-51/1998	09/04/1998
-	-	-/-	Medida Provisória	1.626-52/1998	12/05/1998
-	-	-/-	Medida Provisória	1.626-53/1998	10/06/1998
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Medida Provisória	1.677-54/1998	29/06/1998
Lei	4.900/1965	10/12/1965	Medida Provisória	1.677-55/1998	29/07/1998
Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	s/nº/1978	01/09/1978	Medida Provisória	1.677-56/1998	27/08/1998
Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	660/1981	22/07/1981	Medida Provisória	1.677-57/1998	25/09/1998
Portaria Presidência República /Secret. de Planejamento, Orçamento e Coord. /Ministro	145/1987	06/08/1987	Medida Provisória	1.677-58/1998	26/10/1998
Portaria Presidência República /Secret. de Planejamento e Coord. /Secret. de Orçamento Finanças	23/1987	23/09/1987	Medida Provisória	1.751-60/1998	14/12/1998
Lei	8.074/1990	31/07/1990	Medida Provisória	1.751-61/1999	13/01/1999
Lei	8.211/1991	22/07/1991	Medida Provisória	1.751-62/1999	11/02/1999
Lei	8.928/1994	10/08/1994	Medida Provisória	1.751-63/1999	11/03/1999
Portaria M. Planejamento e Orçamento /Ministro	104/1995	05/05/1995	Portaria Presidência República /Secret. Especial de Desenvolvimento Urbano	1/1999	16/03/1999
Portaria M. Planejamento e Orçamento /Secret. de Orçamento Federal /Secretário	3/1996	30/04/1996	Medida Provisória	1.751-64/1999	08/04/1999
Manual Técnico de Orçamento - MTO	02/1996	30/04/1996	Parecer Tribunal Contas União	006.005/98-5	28/04/1999
Portaria M. Planejamento e Orçamento /Secret. de Orçamento Federal /Secretário	04/1997	11/04/1997	Medida Provisória	1.751-65/1999	06/05/1999
Manual Técnico de Orçamento - MTO	02/1997	11/04/1997	Parecer Tribunal Contas União	012.700/96-7	19/05/1999
Memorando Circular M. Planejamento Orçamento /Secret. Orçamento Federal /Departº Gerenciamento Informação	176/1997	13/08/1997	Medida Provisória	1.893-67/1999	29/06/1999
Manual Técnico de Orçamento - MTO	02/1998	15/04/1998	Decreto	3.117/1999	13/07/1999
Decreto	2.829/1998	29/10/1998	Lei	9.811/1999	28/07/1999
Portaria M. Planejamento e Orçamento /Ministro	117/1998	12/11/1998	Medida Provisória	1.893-68/1999	28/07/1999
Portaria M. Planejamento e Orçamento /Secret. de Orçamento Federal /Secretário	51/1998	16/11/1998	Medida Provisória	1.893-69/1999	27/08/1999
Subsídios para documentos Oficiais	s/nº-0/1999	01/01/1999	Medida Provisória	1.893-70/1999	24/09/1999
Subsídios para documentos Oficiais	s/nº-2/1999	29/03/1999	Lei	9.854/1999	27/10/1999
Portaria M. Orçamento e Gestão /Ministro	42/1999	14/04/1999	Medida Provisória	1.995-73/1999	14/12/1999
Exposição Motivos M. Orçamento e Gestão	117/1999	15/04/1999	Medida Provisória	1.995-74/2000	13/01/2000
Portaria M. Orçamento e Gestão /Ministro	56/1999	27/05/1999	Medida Provisória	1.995-75/2000	11/02/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. Orçamento Federal /Secretário	008/1999	04/06/1999	Medida Provisória	1.995-76/2000	10/03/2000
Lei	9.811/1999	28/07/1999	Medida Provisória	1.995-77/2000	11/04/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão /Secret. Orçamento Federal /Secretário	5/2000	30/05/2000	Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	Medida Provisória	1.995-78/2000	11/05/2000
Lei	9.995/2000	25/07/2000	Decreto	3.475/2000	19/05/2000
Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000	Decreto	3.524/2000	26/06/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	2.036-80/2000	27/06/2000
-	-	-/-	Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	2.036-81/2000	27/07/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	2.036-82/2000	25/08/2000
ANEXO 6 DA LEI 4.320/64 - PROGRAMA DE TRABALHO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	-	-/-	Resolução M. Educação /Fundo Nacional Desenvolvimento Educação /Conselho Deliberativo /Presidente	15/2000	25/08/2000
-	-	-/-	Decreto	3.578/2000	30/08/2000
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Medida Provisória	2.036-83/2000	22/09/2000
Lei	4.900/1965	10/12/1965	Medida Provisória	2.060/2000	26/09/2000
Lei	5.189/1966	08/12/1966	Medida Provisória	2.036-84/2000	24/10/2000
Lei	5.373/1967	06/12/1967	Medida Provisória	2.060-1/2000	26/10/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	2.036-85/2000	23/11/2000

MedidaProvisória	2.060-2/2000	23/11/2000	Decreto	3.526/2000	27/06/2000
MedidaProvisória	2.112-87/2000	27/12/2000	RecomendaçãoComissão de Controle e Gestão Fiscal	36/2000	27/06/2000
MedidaProvisória	2.129-4/2000	27/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	135/2000	27/06/2000
MedidaProvisória	2.112-88/2001	26/01/2001	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	202/2000	06/07/2000
MedidaProvisória	2.129-5/2001	26/01/2001	Mensagem Presidente República	966/2000	17/07/2000
Lei	10.180/2001	06/02/2001	Lei	9.995/2000	25/07/2000
Decreto	3.756/2001	21/02/2001	Portaria M. Fazenda, Interino	229/2000	29/07/2000
MedidaProvisória	2.129-6/2001	23/02/2001	Portaria M. Fazenda / Ministro	246/2000	31/07/2000
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	Decreto	3.593/2000	06/09/2000
Lei	10.266/2001	24/07/2001	Decreto	3.596/2000	12/09/2000
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	13/2000	20/09/2000
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	214/2000	20/09/2000
DESPESA - CLASSIFICAÇÃO - ANTERIOR A LEI Nº 4.320/1964	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário - Substituto	13/2000	20/09/2000
-	-	-/-	Decreto	3.618/2000	03/10/2000
Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	241/2000	25/10/2000
Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937	Decreto	3.662/2000	14/11/2000
Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	270/2000	08/12/2000
Lei	3.994/1961	09/12/1961	Decreto	3.687/2000	13/12/2000
-	-	-/-	Decreto	3.700/2000	22/12/2000
DESPESA - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro-Interino	294/2000	27/12/2000
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro-Interino	300/2000	28/12/2000
Lei	4.539/1964	10/12/1964	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro-Interino	302/2000	28/12/2000
Lei	4.900/1965	10/12/1965	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro-Interino	304/2000	29/12/2000
Lei	5.189/1966	08/12/1966	Decreto	3.746/2001	06/02/2001
Lei	5.272/1967	24/04/1967	Decreto	s/nº/23.02.2001	22/02/2001
Lei	5.373/1967	06/12/1967	Decreto	3.776/2001	22/03/2001
Lei	5.546/1968	29/11/1968	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	66/2001	30/03/2001
Decreto-lei	727/1969	01/08/1969	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	100/2001	25/04/2001
Lei	5.628/1970	01/12/1970	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	128/2001	19/06/2001
Lei	5.754/1971	03/12/1971	Ação Direta de Inconstitucionalidade Supremo Tribunal Federal	2.238-5/2001	20/06/2001
Lei	5.847/1972	06/12/1972	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Lei	5.964/1973	10/12/1973	Parecer Congresso Nacional	s/nº/2001	28/06/2001
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	3/1996	30/04/1996	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Memorando M. Planejamento Orçamento e Gestão / Coord. Geral Normas	13/1996	30/07/1996	-	-	-/-
Memorando M. Planejamento Orçamento e Gestão / Coord. Geral Normas	14/1996	08/08/1996	-	-	-/-
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	04/1997	11/04/1997	-	-	-/-
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	008/1999	04/06/1999	DESPESA - CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-/-
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	5/2000	30/05/2000	Decreto	2A/1891	08/08/1891
-	-	-/-	Lei	4.536/1922	28/01/1922
-	-	-/-	Decreto	15.783-I/1922	08/11/1922
DESPESA - CONTINGENCIAMENTO DE / CONTENÇÃO DE // LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO	-	-/-	Decreto	15.783-II/1922	08/11/1922
-	-	-/-	Decreto	15.783/1922	08/11/1922
Lei	3.994/1961	09/12/1961	Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937
Lei	3.995/1961	14/12/1961	Decreto-lei	967/1938	21/12/1938
Decreto Conselho de Ministros	1.781/1962	03/12/1962	Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946
Lei	4.177/1962	11/12/1962	Lei	3.487/1958	10/12/1958
Decreto	57.008/1965	11/10/1965	Lei	3.682/1959	07/12/1959
Lei	4.900/1965	10/12/1965	Lei	4.069/1962	11/06/1962
Decreto-lei	1.678/1979	22/02/1979	Lei	4.305/1963	23/12/1963
Decreto	99.188/1990	17/03/1990	Lei	4.320/1964	17/03/1964
Decreto	322/1991	01/11/1991	Lei	4.900/1965	10/12/1965
Decreto	718/1993	07/01/1993	Lei	5.173/1966	27/10/1966
Decreto	1.385/1995	06/02/1995	Lei	5.189/1966	08/12/1966
			Lei	5.373/1967	06/12/1967
			Lei	5.374/1967	07/12/1967

Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	34/1995	03/03/1995	Lei	5.546/1968	29/11/1968
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	84/1995	11/04/1995	Decreto-lei	727/1969	01/08/1969
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	87/1995	12/04/1995	Decreto-lei	1.076/1970	23/01/1970
Decreto	1.664/1995	09/10/1995	Lei	5.628/1970	01/12/1970
Decreto	2.214/1997	25/04/1997	Lei	5.754/1971	03/12/1971
Portaria M. Fazenda / Ministro	93/1997	28/04/1997	Lei	5.847/1972	06/12/1972
Portaria M. Fazenda / Ministro	120/1997	09/06/1997	Lei	5.964/1973	10/12/1973
Decreto	2.261/1997	25/06/1997	Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento / Secretária de Orçamento	1/1975	06/01/1975
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	50/1997	24/10/1997	Finanças		
Lei	9.692/1998	27/07/1998	Decreto-lei	2.312/1986	23/12/1986
Decreto	2.773/1998	08/09/1998	Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento / Secretária de Orçamento	62/1986	30/12/1986
MedidaProvisória	1.716/1998	08/09/1998	Finanças		
MedidaProvisória	1.716-1/1998	08/10/1998	Constituição Federal 1988	166/1988	05/10/1988
Decreto	2.984/1999	05/03/1999	Lei	8.074/1990	31/07/1990
Decreto	3.005/1999	29/03/1999	Lei	8.211/1991	22/07/1991
Decreto	3.031/1999	20/04/1999	Lei	784/1991	20/08/1991
Portaria M. Orçamento e Gestão / Secret. de Orçamento Federal	9/1999	09/06/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	964/1991	09/10/1991
Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	75/1999	12/07/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	124/1992	10/02/1992
Portaria M. Fazenda / Ministro	283/1999	22/07/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	129/1992	17/02/1992
Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	84/1999	28/07/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	201/1992	09/03/1992
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	97/1999	09/08/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secret. Nacional Planejamento / Depart. Orçamento União / Diretor	3/1992	09/04/1992
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	117/1999	19/08/1999			
Decreto	3.160/1999	01/09/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	541/1992	20/07/1992
Decreto	3.172/1999	15/09/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	545/1992	22/07/1992
Decreto	3.173/1999	16/09/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	390/1993	25/05/1993
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	329/1999	16/09/1999	Decreto	825/1993	28/05/1993
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	64/1999	05/10/1999	Norma Execução MF / Secret. Tesouro Nacional / Coordenação Geral Contabilidade	2/1993	02/06/1993
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	147/1999	01/11/1999	Norma Execução MF / Secret. Tesouro Nacional / Coordenação Geral Contabilidade	4/1993	19/07/1993
Decreto	3.232/1999	05/11/1999	Memorando Circular PR / Sec. Planejamento, Orçamento, Coord. / Sec. Orçamento Federal / Secret. Adjunta	004/1994	23/05/1994
Decreto	3.234/1999	08/11/1999	Medida Provisória	910/1995	21/02/1995
Decreto	3.235/1999	09/11/1999	Resolução Congresso Nacional	2/1995	14/09/1995
Decreto	3.254/1999	18/11/1999	Lei	9.112/1995	10/10/1995
Decreto	3.259/1999	23/11/1999	Lei	1.819/1996	16/02/1996
Portaria M. Fazenda / Ministro	439/1999	23/11/1999	Decreto	5/1996	14/06/1996
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	156/1999	23/11/1999	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	2.019/1996	01/10/1996
Decreto	3.279/2000	07/12/1999	Decreto	33/1996	23/10/1996
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	162/1999	10/12/1999	Nota M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Secretário	33/1996	23/10/1996
Decreto	3.300/1999	21/12/1999	Memorando M. Planejamento Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	291/1996	30/10/1996
Decreto	3.301/1999	21/12/1999	Norma Execução MF / Secret. Tesouro Nacional / Coordenação Geral Contabilidade	3/1996	14/11/1996
Decreto	3.313/1999	28/12/1999	Parecer M. Planejamento e Orçamento / Consultoria Jurídica	1.219/1996	14/11/1996
Decreto	3.314/1999	29/12/1999	Memorando M. Planejamento Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	082/1996	05/12/1996
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	174/1999	30/12/1999	Nota M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral Normas	36/1996	10/12/1996
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	175/1999	30/12/1999	Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejamento / Depart. Orçamento União / Diretor	1/1997	01/01/1997
Decreto	3.473/2000	18/05/2000	Exposição Motivos M. Planejamento e Orçamento	s/nº/1997	01/01/1997
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	27/2000	30/05/2000	Aviso M. do Planejamento e Orçamento	s/nº/1997	01/01/1997
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	107/2000	02/06/2000	Memorando M. Planejamento Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	s/nº/1997	01/01/1997
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	110/2000	06/06/2000	Instrução de Serviço M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Depart. Gerenc. Informação / C/Normas	001/1997	01/01/1997
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	6/2000	09/06/2000	Decreto	2.185/1997	24/03/1997
Decreto	3.503/2000	12/06/2000	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	18/1997	31/03/1997
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	32/2000	13/06/2000	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	3/1997	03/04/1997
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	33/2000	13/06/2000	Exposição Motivos Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda / MARE	56/1997	11/11/1997
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	127/2000	16/06/2000	Decreto	2.383/1997	12/11/1997
Decreto	3.514/2000	19/06/2000	Decreto	2.388/1997	17/11/1997
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	128/2000	20/06/2000	Decreto	2.449/1997	30/12/1997
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	183/2000	21/06/2000	Decreto	2.451/1998	05/01/1998

Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	4/1998	13/03/1998	Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Ministro	22/1985	05/02/1985
Decreto	2.580/1998	06/05/1998	Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Secretaria de Orçatº	010/1985	13/02/1985
Decreto	2.634/1998	24/06/1998	Finanças	-	-
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	31/1998	23/07/1998	Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº e Coord. / Secret. de Orçatº	002/1987	22/05/1987
Decreto	2.773/1998	08/09/1998	Finanças	-	-
Medida Provisória	1.661-8/1998	22/10/1998	Lei	7.800/1989	10/07/1989
Decreto	2.839/1998	06/11/1998	Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº e Coord. / Secret. de Orçatº	35/1989	01/08/1989
Decreto	2.858/1998	07/12/1998	Finanças	-	-
Medida Provisória	1.745-10/1998	14/12/1998	Lei	8.211/1991	22/07/1991
Medida Provisória	1.745-11/1999	13/01/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secretaria Nacional Planejamento	383/1991	09/08/1991
Medida Provisória	1.745-12/1999	11/02/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secretaria Nacional Planejamento	406/1991	26/08/1991
Lei	9.789/1999	23/02/1999	Lei	8.447/1992	21/07/1992
Medida Provisória	1.745-13/1999	11/03/1999	Lei	8.694/1993	12/08/1993
Portaria M. Orçamento e Gestão / Secret. de Orçamento Federal	1/1999	25/03/1999	Lei	8.931/1994	22/09/1994
Medida Provisória	1.745-14/1999	08/04/1999	Lei	9.082/1995	25/07/1995
Exposição Motivos M. Orçatº e Gestão	117/1999	15/04/1999	Lei	9.293/1996	15/07/1996
Decreto	3.031/1999	20/04/1999	Decreto	2.185/1997	24/03/1997
Medida Provisória	1.745-15/1999	06/05/1999	Lei	9.473/1997	22/07/1997
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999	Lei	9.995/2000	25/07/2000
Medida Provisória	1.884-17/1999	29/06/1999	Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	snº-0/1978-80	31/12/9999
Lei	9.811/1999	28/07/1999	-	-	-
Medida Provisória	1.884-18/1999	28/07/1999	-	-	-
Medida Provisória	1.884-19/1999	26/08/1999	DESPEZA - RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-
Medida Provisória	1.884-20/1999	24/09/1999	-	-	-
Medida Provisória	1.884-21/1999	22/10/1999	Decreto-lei	200/1967	25/02/1967
Decreto	3.235/1999	09/11/1999	Decreto-lei	900/1969	29/09/1969
Portaria M. Fazenda / Ministro	448/1999	03/12/1999	Decreto-lei	1.763/1980	16/01/1980
Portaria M. Fazenda / Ministro	449/1999	03/12/1999	Decreto	322/1991	01/11/1991
Medida Provisória	1.992-23/1999	14/12/1999	Lei	8.928/1994	10/08/1994
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	166/1999	21/12/1999	Lei	9.789/1999	23/02/1999
Medida Provisória	1.992-24/2000	13/01/2000	Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	42/1999	14/04/1999
Publicações Diversas	snº/2000	27/01/2000	Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.992-25/2000	11/02/2000	Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000	Lei	9.969/2000	11/05/2000
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	Decreto	3.503/2000	12/06/2000
Lei	9.969/2000	11/05/2000	Lei	9.995/2000	25/07/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000	Projeto de Lei - Poder Executivo	snº-0/2000	31/08/2000
Mensagem Presidente República	67/2000	11/05/2000	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçatº Fed	163/2001	04/05/2001
Decreto	3.473/2000	18/05/2000	/ M. Fazenda / Sec. Tes. Nec.	-	-
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	4/2000	19/05/2000	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000	Parecer Congresso Nacional	snº/2001	28/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	7/2000	06/07/2000	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	202/2000	06/07/2000	-	-	-
Lei	9.995/2000	25/07/2000	-	-	-
Medida Provisória	2.046-32/2000	28/07/2000	DESPEZA - RESTOS A PAGAR	-	-
Medida Provisória	2.046-33/2000	25/08/2000	-	-	-
Projeto de Lei - Poder Executivo	snº-0/2000	31/08/2000	Lei	4.536/1922	28/01/1922
Medida Provisória	2.046-34/2000	26/09/2000	Decreto-lei	6.144/1943	29/12/1943
Medida Provisória	2.046-35/2000	26/10/2000	Lei	3.692/1959	15/12/1959
Medida Provisória	2.046-36/2000	23/11/2000	Lei	4.069/1962	11/06/1962
Medida Provisória	2.121-38/2000	27/12/2000	Decreto Conselho de Ministros	1.781/1962	03/12/1962
Lei	10.171/2001	05/01/2001	Lei	4.320/1964	17/03/1964
Medida Provisória	2.121-39/2001	26/01/2001	Lei	5.173/1966	27/10/1966
Decreto	3.746/2001	06/02/2001	Decreto-lei	200/1967	25/02/1967
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal /	3/2001	22/02/2001	Decreto	93.872/1986	23/12/1986
			Exposição Motivos M. Saúde	1/1996	16/01/1996
			Decreto	2.096/1996	17/12/1996

Secretário			Exposição Motivos Interminist. M. Planejatº e Orçamento / M. Fazenda / MARE	112/1997	11/03/1997
Medida Provisória	2.121-40/2001	23/02/2001	Decreto	2.214/1997	25/04/1997
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	4/2001	08/03/2001	Portaria M. Fazenda / Ministro	93/1997	28/04/1997
Lei	10.210/2001	23/03/2001	Fax M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçatº Federal / Secretário-Adjunto	sn/1997	08/05/1997
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	Fax M. Fazenda - M. Fazenda / Secretaria Tesouro Nacional / COFIN	00/1997	12/05/1997
Lei	10.266/2001	24/07/2001	Portaria M. Fazenda / Ministro	120/1997	09/06/1997
-	-	-	Medida Provisória	1.600/1997	11/11/1997
-	-	-	Decreto	2.450/1997	30/12/1997
DESPEZA - EXCESSO DE ARRECAÇÃO	-	-	Decreto	2.451/1998	05/01/1998
-	-	-	Decreto	2.580/1998	06/05/1998
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Decreto	2.634/1998	24/06/1998
Decreto	71.467/1972	01/12/1972	Decreto	2.773/1998	08/09/1998
Decreto	74.073/1974	16/05/1974	Decreto	2.858/1998	07/12/1998
Lei	9.789/1999	23/02/1999	Decreto	2.903/1998	28/12/1998
Decreto	3.031/1999	20/04/1999	Decreto	2.921/1998	30/12/1998
Lei	9.969/2000	11/05/2000	Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	7/2000	06/07/2000	Portaria Presidência República / Secret. Especial de Desenvolvimento Urbano	1/1999	16/03/1999
Lei	9.995/2000	25/07/2000	Exposição Motivos M. Orçatº e Gestão	117/1999	15/04/1999
Projeto de Lei - Poder Executivo	snº-0/2000	31/08/2000	Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Lei	10.171/2001	05/01/2001	Portaria Presidência República / Secret. Especial de Desenvolvimento Urbano	51/1999	10/09/1999
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	4/2001	08/03/2001	Decreto	3.173/1999	16/09/1999
-	-	-	Decreto	3.254/1999	18/11/1999
-	-	-	Decreto	3.259/1999	23/11/1999
DESPEZA - PLANOS DE APLICAÇÃO / PROGRAMAS ESPECIAIS DE TRABALHO / REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL / DOTAÇÃO GLOBAL / ANEXO 4 DA LEI 4.320	-	-	Exposição Motivos Interminist. M. Integração Nacional / M. Fazenda / M. Planejatº, Orçatº e Gestão	40/1999	01/12/1999
-	-	-	Portaria M. Fazenda / Ministro	449/1999	03/12/1999
Decreto Chefe de Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil	20.910/1932	06/01/1932	Decreto	3.279/2000	07/12/1999
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reformado do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	44/1996	21/10/1996	Portaria M. Fazenda / Ministro	474/1999	16/12/1999
Decreto	2.693/1998	28/08/1998	Decreto	3.300/1999	21/12/1999
Portaria Conjunta M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secretº Orçatº Federal / Secretº Recursos Humanos	1/2000	05/12/2000	Decreto	3.301/1999	21/12/1999
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	4/2001	08/03/2001	Decreto	3.309/1999	24/12/1999
Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão / Secret. Recursos Humanos / Secretário	36/2001	05/07/2001	Decreto	3.313/1999	28/12/1999
-	-	-	Decreto	3.320/1999	30/12/1999
-	-	-	Decreto	3.331/2000	07/01/2000
DESPEZA - PLANOS DE APLICAÇÃO / PROGRAMAS ESPECIAIS DE TRABALHO / REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL / DOTAÇÃO GLOBAL / ANEXO 4 DA LEI 4.320	-	-	Decreto	3.337/2000	13/01/2000
-	-	-	Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
Decreto Conselho de Ministros	1.781/1962	03/12/1962	Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Lei	4.177/1962	11/12/1962	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000
Lei	4.900/1965	10/12/1965	Decreto	3.588/2000	14/08/2000
Lei	5.173/1966	27/10/1966	Decreto	3.593/2000	06/09/2000
Decreto-lei	200/1967	25/02/1967	Lei	10.028/2000	19/10/2000
Lei	5.374/1967	07/12/1967	Decreto	3.700/2000	22/12/2000
Decreto	62.235/1968	07/12/1968	Decreto	3.746/2001	06/02/2001
Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	snº-0/1975-77	31/12/1974	Decreto	3.776/2001	22/03/2001
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Ministro	64/1976	12/08/1976	Decreto	3.778/2001	23/03/2001
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Secretaria de Orçatº	10/1978	10/05/1978	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Finanças			Lei	10.266/2001	24/07/2001
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Ministro	93/1978	06/12/1978	-	-	-
			-	-	-
			DESPEZA - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS / SOCIAIS / AUXÍLIOS / SUBSÍDIOS	-	-
			-	-	-
			Decreto-lei	967/1938	21/12/1938
			Lei	3.487/1958	10/12/1958
			Lei	3.682/1959	07/12/1959
			Lei	5.173/1966	27/10/1966
			Lei	5.374/1967	07/12/1967

Decreto-lei	756/1969	11/08/1969	Resolução Senado Federal	41/1999	07/10/1999
MedidaProvisória	396/1993	29/12/1993	Lei	10.171/2001	05/01/2001
Lei	8.928/1994	10/08/1994	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	211/2001	04/06/2001	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	-	-	-/-
Parecer Congresso Nacional	s/nº/2001	28/06/2001	-	-	-/-
Lei	10.266/2001	24/07/2001	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO / MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	-	-/-
-	-	-/-	-	-	-/-
-	-	-/-	-	-	-/-
DESPESA - TRANSFERENCIA / MODALIDADE DE APLICAÇÃO / DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO	-	-/-	Lei	7.800/1989	10/07/1989
-	-	-/-	Lei	8.928/1994	10/08/1994
Decreto-lei	200/1967	25/02/1967	Mensagem Presidente República	622/1994	10/08/1994
Portaria Interministerial Presidência República / Secret. Planejamento / M. Fazenda	23/1985	15/02/1985	Mensagem Presidente República	770/1994	22/09/1994
Decreto-lei	2.312/1986	23/12/1986	Decreto	3.794/2001	19/04/2001
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento e Coord. / Secret. de Orçamento e Finanças	09/1987	22/06/1987	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento e Coord. / Secret. de Orçamento e Finanças	55/1987	11/12/1987	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejamento / Departamento Orçamento da União / Diretor	2/1992	23/09/1992	-	-	-/-
Lei	8.928/1994	10/08/1994	-	-	-/-
Mensagem Presidente República	622/1994	10/08/1994	FONTE DE RECURSOS - GRUPO DE (RECEITA)	-	-/-
Nota M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral Normas	25/1995	05/07/1995	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	001.214/93-4	08/11/1995	Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934
Decreto	1.819/1996	16/02/1996	Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	s/nº-0/1975-77	31/12/1974
Projeto de Lei Complementar	09/1996	11/04/1996	Instrução PR/Secret. Planejamento / Inst. Planejamento Econ. Social / Inst. Program. Orçamento	003/1978	29/06/1978
Memorando M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral Normas	06/1996	02/05/1996	Diretoria Orçamento	-	-
Nota M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral Normas / Depart. Prog. e Normas	13/1996	08/05/1996	Instrução PR/Secret. Planejamento / Inst. Planejamento Econ. Social / Inst. Program. Orçamento	001/1979	07/06/1979
Parecer Tribunal Contas União	525.061/93-2	26/06/1996	Diretoria Orçamento	-	-
Memorando M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Secretário	291/1996	30/10/1996	Instrução PR/Secret. Planejamento / Inst. Planejamento Econ. Social / Inst. Program. Orçamento	001/1980	02/06/1980
Parecer M. Planejamento e Orçamento / Consultoria Jurídica	1.219/1996	14/11/1996	Diretoria Orçamento	-	-
Memorando M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Secretário	082/1996	05/12/1996	Instrução PR/Secret. Planejamento / Inst. Planejamento Econ. Social / Inst. Program. Orçamento	001/1981	08/06/1981
Nota M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral Normas	36/1996	10/12/1996	Diretoria Orçamento	-	-
Memorando Circular M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral de Normas	20/1996	28/12/1996	Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento e Coord. / Secret. de Orçamento e Finanças	009/1988	29/03/1988
Exposição Motivos M. Planejamento e Orçamento	s/nº/1997	01/01/1997	Nota PR / Secretaria Planejamento / Secret. Orçamento Federal / Gabinete	s/nº/1989	01/09/1989
Aviso M. do Planejamento e Orçamento	s/nº/1997	01/01/1997	Nota Técnica Secret. Planejamento, Orç. Coord. / PR. / Secret. Orçamento e Finanças / Secretário	003/1989	12/09/1989
Memorando M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Secretário	2.185/1997	24/03/1997	Lei	7.862/1989	30/10/1989
Decreto	9/1997	11/07/1997	Lei	8.074/1990	31/07/1990
Nota M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral Normas	1.626-49/1998	12/02/1998	Lei	8.211/1991	22/07/1991
Medida Provisória	1.626-50/1998	13/03/1998	Medida Provisória	394/1993	28/12/1993
Medida Provisória	1.626-51/1998	09/04/1998	Medida Provisória	416/1994	28/01/1994
Medida Provisória	1.626-52/1998	12/05/1998	Medida Provisória	459/1994	30/03/1994
Medida Provisória	1.626-53/1998	10/06/1998	Medida Provisória	484/1994	29/04/1994
Medida Provisória	1.677-54/1998	29/06/1998	Medida Provisória	510/1994	27/05/1994
Medida Provisória	1.677-55/1998	29/07/1998	Medida Provisória	536/1994	28/06/1994
Medida Provisória	1.677-56/1998	27/08/1998	Medida Provisória	561/1994	28/07/1994
Medida Provisória	1.677-57/1998	25/09/1998	Medida Provisória	592/1994	25/08/1994
Medida Provisória	1.677-58/1998	26/10/1998	Medida Provisória	629/1994	23/09/1994
Decreto	2.858/1998	07/12/1998	Medida Provisória	669/1994	21/10/1994
Medida Provisória	1.751-60/1998	14/12/1998	Medida Provisória	717/1994	18/11/1994
Medida Provisória	1.751-61/1999	13/01/1999	Medida Provisória	771/1994	20/12/1994
Medida Provisória	1.751-62/1999	11/02/1999	Medida Provisória	832/1995	19/01/1995
Medida Provisória	1.751-63/1999	11/03/1999	Medida Provisória	893/1995	16/02/1995
Medida Provisória	1.751-64/1999	08/04/1999	Medida Provisória	940/1995	16/03/1995
			Lei	9.027/1995	12/04/1995
			Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	104/1995	05/05/1995
			Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	3/1996	30/04/1996
			Nota M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral Normas / Depart. Prog. e Normas	14/1996	10/05/1996

Parecer Tribunal Contas União	006.005/98-5	28/04/1999	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	18/1997	31/03/1997
Medida Provisória	1.751-65/1999	06/05/1999	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	3/1997	03/04/1997
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	04/1997	11/04/1997
Medida Provisória	1.893-67/1999	29/06/1999	Fax M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Secretário-Adjunto	s/nº/1997	08/05/1997
Medida Provisória	1.893-68/1999	28/07/1999	Fax M. Fazenda - M. Fazenda / Secretaria Tesouro Nacional / COFIN	00/1997	12/05/1997
Medida Provisória	1.893-69/1999	27/08/1999	Decreto	2.493/1998	09/02/1998
Medida Provisória	1.893-70/1999	24/09/1999	Portaria M. Orçamento e Gestão / Secret. de Orçamento Federal	1/1999	25/03/1999
Medida Provisória	1.893-71/1999	26/10/1999	Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Medida Provisória	1.995-73/1999	14/12/1999	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	008/1999	04/06/1999
Medida Provisória	1.995-74/2000	13/01/2000	Lei	9.811/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.995-75/2000	11/02/2000	Lei	56/1999	09/09/1999
Medida Provisória	1.995-76/2000	10/03/2000	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	64/1999	05/10/1999
Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	3.232/1999	05/11/1999
Medida Provisória	1.995-77/2000	11/04/2000	Decreto	00/22.12.1999	21/12/1999
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	Decreto	98/2000	18/05/2000
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	3.503/2000	12/06/2000
Medida Provisória	1.995-78/2000	11/05/2000	Decreto	33/2000	13/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	22/2000	13/06/2000
Medida Provisória	2.036-80/2000	27/06/2000	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	3.526/2000	27/06/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	7/2000	06/07/2000	Decreto	34/2000	27/06/2000
Lei	9.995/2000	25/07/2000	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	7/2000	06/07/2000
Medida Provisória	2.036-81/2000	27/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	-	-
Portaria Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Defesa	4.803/2000	07/08/2000	Lei	9.995/2000	25/07/2000
Medida Provisória	2.036-82/2000	25/08/2000	Parecer Tribunal Contas União	014.356/1999-6	02/08/2000
Medida Provisória	2.041-9/2000	25/08/2000	Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	s/nº-000/2000	11/09/2000
Resolução M. Educação / Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	15/2000	25/08/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	14/2001	31/01/2001
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/nº-0/2000	31/08/2000	Decreto	3.746/2001	06/02/2001
Medida Provisória	2.036-83/2000	22/09/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	46/2001	16/02/2001
Medida Provisória	2.041-10/2000	22/09/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	1/2001	19/02/2001
Lei	10.028/2000	19/10/2000	Decreto	s/nº/23.02.2001	22/02/2001
Medida Provisória	2.036-84/2000	24/10/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	56/2001	23/02/2001
Medida Provisória	2.041-11/2000	24/10/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	4/2001	08/03/2001
Medida Provisória	2.036-85/2000	23/11/2000	Decreto	s/nº-0/23.03.20	21/03/2001
Medida Provisória	2.112-87/2000	27/12/2000	Decreto	s/nº-0/27.03.20	21/03/2001
Lei	10.171/2001	05/01/2001	Decreto	3.776/2001	22/03/2001
Medida Provisória	2.112-88/2001	26/01/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	10/2001	27/06/2001
Decreto	3.746/2001	06/02/2001	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Lei	10.180/2001	06/02/2001	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	4/2001	08/03/2001	Mensagem Presidente República	758/2001	24/07/2001
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / M. Fazenda / Sec. Tes. Nac.	163/2001	04/05/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	15/2001	17/08/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	211/2001	04/06/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	16/2001	17/08/2001
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	-	-	-/-
Parecer Congresso Nacional	s/nº/2001	28/06/2001	-	-	-/-
Lei	10.266/2001	24/07/2001	-	-	-/-
-	-	-/-	FUNDO AERONAUTICO	-	-/-
-	-	-/-	-	-	-/-
DOAÇÕES = OPERAÇÕES EXTERNAS DE NATUREZA FINANCEIRA, NÃO REEMBOLSÁVEL	-	-/-	Decreto-lei	8.373/1945	14/12/1945
-	-	-/-	Lei	2.308/1954	31/08/1954
Resolução Senado Federal	96/1989	15/12/1989	Lei	3.000/1956	13/12/1956
Resolução Senado Federal	17/1992	05/06/1992	Lei	3.244/1957	14/08/1957
Resolução Senado Federal	23/1996	11/04/1996	Decreto	65.523/1969	21/10/1969
Lei	9.478/1997	06/08/1997	Decreto	71.246/1972	13/10/1972

Decreto-lei	1.252/1972	22/12/1972	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	61/1980	04/06/1980
Decreto	71.731/1973	19/01/1973	Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980
Decreto Legislativo - Senado Federal	5/1973	09/04/1973	Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980
Decreto	72.086/1973	13/04/1973	Decreto-lei	2.060/1983	12/09/1983
Decreto	73.070/1973	01/11/1973	Portaria M. Aeronáutica / Ministro	1.696/1984	03/12/1984
Portaria M. Aeronáutica / Ministro	12/1975	14/03/1975	Decreto-lei	2.237/1985	25/01/1985
Decreto	76.590/1975	11/11/1975	Decreto	91.783/1985	18/10/1985
Portaria M. Aeronáutica / Ministro	1.547/1979	11/12/1979	Lei	7.635/1987	14/12/1987
Lei	6.787/1980	26/05/1980	Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
Decreto	84.905/1980	14/07/1980	Lei	7.999/1990	31/01/1990
Decreto	89.165/1983	09/02/1983	Decreto	98.996/1990	05/03/1990
Portaria M. Aeronáutica / Ministro	762/1985	09/10/1985	Lei	8.175/1991	31/01/1991
Portaria M. Aeronáutica / Ministro	817/1986	23/09/1986	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Aviso M. da Aeronáutica / Gabinete do Ministro/GM4	99/1995	20/10/1995
Lei	7.999/1990	31/01/1990	Nota M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	46/1995	08/11/1995
Decreto	98.996/1990	05/03/1990	Nota Presidência República - PR/Casa Civil / Subchefia para Assuntos Jurídicos	4.096/1995	15/12/1995
Lei	8.175/1991	31/01/1991	Ofício M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Secretário	7/1996	23/01/1996
Informação M. Aeronáutica / Secret. Orçamento e Finanças / Assessoria Jurídica	s/nº/1996	01/04/1996	Informação M. Aeronáutica / Secret. Orçamento e Finanças / Assessoria Jurídica	s/nº/1996	01/04/1996
Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	676/1996	05/08/1996	Lei	9.276/1996	09/05/1996
Aviso M. da Aeronáutica / Gabinete do Ministro/GM4	19/1996	29/10/1996	Medida Provisória	1.510/1996	26/06/1996
Parecer M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº - Federal / CGF-OR / Departº Gerenc. Informação	21/1997	05/11/1997	Medida Provisória	1.493-7/1996	09/07/1996
Memorando Circular M. Planejatº / Secret. Orçatº Federal / Depart. Gerenciamento da Informação	223/1997	06/11/1997	Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	676/1996	05/08/1996
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	Medida Provisória	1.493-9/1996	05/09/1996
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Medida Provisória	1.493-10/1996	02/10/1996
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	52/1998	19/11/1998	Aviso M. da Aeronáutica / Gabinete do Ministro/GM4	19/1996	29/10/1996
Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998	Medida Provisória	1.493-11/1996	31/10/1996
Portaria M. Fazenda / Ministro	345/1998	29/12/1998	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999	Medida Provisória	1.493-12/1996	29/11/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	Medida Provisória	1.545-13/1996	18/12/1996
Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999	Medida Provisória	1.545-14/1997	16/01/1997
Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999	Medida Provisória	1.545-15/1997	13/02/1997
Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999	Lei	9.443/1997	14/03/1997
Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999	Parecer M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº - Federal / CGFOR / Departº Gerenc. Informação	21/1997	05/11/1997
Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999	Memorando Circular M. Planejatº / Secret. Orçatº Federal / Depart. Gerenciamento da Informação	223/1997	06/11/1997
Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999	Lei	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999	Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999	Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999	Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999	Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999	Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999	Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999	Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000	Medida Provisória	1.999-14/2000	14/01/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000	Portaria M. Defesa / Comando da Aeronáutica / Comandante	18/GC-2/2000	14/01/2000
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000	Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000	Portaria M. Defesa / Comando da Aeronáutica / Comandante	101/2000	22/02/2000
Portaria M. Defesa / Comando da Aeronáutica / Comandante	101/2000	22/02/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº Aviação Civil	203/2000	29/02/2000
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000	Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº Aviação Civil	231/2000	13/03/2000

Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000	Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº Aviação Civil / Subdepartº de Infra-Estrutura	491/2000	05/05/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº Aviação Civil / Subdepartº de Infra-Estrutura	511/2000	09/05/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000	Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Defesa / Ministro	3.076/2000	24/05/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	525/2000	15/05/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	540/2000	17/05/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	541/2000	18/05/2000
Portaria M. Defesa / Ministro	4.478/2000	24/07/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	580/2000	23/05/2000
Medida Provisória	1.963-21/2000	26/07/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	581/2000	23/05/2000
Medida Provisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	587/2000	23/05/2000
Medida Provisória	1.963-22/2000	25/08/2000	Portaria M. Defesa / Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Medida Provisória	2.049-22/2000	28/08/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	591/2000	25/05/2000
Medida Provisória	1.963-23/2000	22/09/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	592/2000	25/05/2000
Medida Provisória	2.049-23/2000	27/09/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	612/2000	30/05/2000
Portaria M. Defesa / Ministro	6.411/2000	16/10/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Infra-Estrutura	624/2000	31/05/2000
Medida Provisória	1.963-24/2000	24/10/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	640/2000	01/06/2000
Medida Provisória	2.049-24/2000	26/10/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	641/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.963-25/2000	23/11/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	642/2000	05/06/2000
Medida Provisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	643/2000	05/06/2000
Portaria M. Defesa / Comando da Aeronáutica / Comandante	796/2000	22/12/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	644/2000	05/06/2000
Medida Provisória	2.087-27/2000	27/12/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	890/2000	05/06/2000
Medida Provisória	2.123-27/2000	27/12/2000	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	898/2000	05/06/2000
Portaria M. Defesa / Ministro	25/2001	12/01/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Infra-Estrutura	899/2000	05/06/2000
Medida Provisória	2.087-28/2001	25/01/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Infra-Estrutura	900/2000	05/06/2000
Portaria M. Defesa / Ministro	2.123-28/2001	26/01/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Infra-Estrutura	902/2000	05/06/2000
Medida Provisória	2.087-29/2001	22/02/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Infra-Estrutura	701/2000	06/06/2000
Medida Provisória	2.123-29/2001	23/02/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	702/2000	06/06/2000
Medida Provisória	2.087-30/2001	22/03/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	925/2000	06/06/2000
Portaria M. Defesa / Comando da Aeronáutica / Comandante	238/GC6/2001	30/03/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	704/2000	07/06/2000
Portaria M. Defesa / Ministro	233/2001	05/04/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	705/2000	07/06/2000
Projeto de Lei - Poder Executivo	4/2001	11/04/2001	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº de Planejamento	706/2000	07/06/2000
Medida Provisória	2.087-31/2001	19/04/2001			
Medida Provisória	2.087-32/2001	17/05/2001			
Portaria M. Aeronáutica / Comando da Aeronáutica	403/GC4/2001	17/05/2001			
Portaria M. Aeronáutica / Comando da Aeronáutica	404/GC4/2001	17/05/2001			
Medida Provisória	2.170-34/2001	28/06/2001			
-	-	-/-			
-	-	-/-			
-	-	-/-			
-	-	-/-			
FUNDO AEROVIÁRIO					
Decreto-lei	4.048/1942	22/01/1942			
Decreto-lei	4.936/1942	07/11/1942			
Decreto-lei	6.246/1944	05/02/1944			
Lei	4.452/1964	05/11/1964			
Decreto-lei	61/1966	21/11/1966			
Decreto-lei	270/1967	28/02/1967			
Decreto-lei	555/1969	25/04/1969			
Decreto-lei	1.076/1970	23/01/1970			
Lei	6.009/1973	26/12/1973			
Decreto-lei	1.305/1974	08/01/1974			
Decreto Legislativo - Senado Federal	10/1974	18/04/1974			
Portaria M. Aeronáutica / Ministro	78/1975	19/08/1975			
Decreto	76.590/1975	11/11/1975			
Decreto-lei	1.490/1976	30/11/1976			
Decreto-lei	1.785/1980	14/05/1980			



MedidaProvisória	1.715-1/1998	01/10/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	403/2000	30/08/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	427/1998	23/10/1998	Projeto de Lei - Poder Executivo	s/nº-0/2000	31/08/2000
MedidaProvisória	1.676-38/1998	26/10/1998	MedidaProvisória	1.961-27/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	1.715-2/1998	29/10/1998	MedidaProvisória	2.035-25/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	1.727/1998	06/11/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	490/2000	25/09/2000
Lei	9.715/1998	25/11/1998	MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.727-1/1998	08/12/1998	MedidaProvisória	2.050-13/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.781-4/1998	14/12/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	520/2000	05/10/2000
MedidaProvisória	1.781-5/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.961-28/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.799-1/1999	21/01/1999	MedidaProvisória	2.035-26/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.806-3/1999	28/01/1999	MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	MedidaProvisória	2.050-14/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.780-6/1999	11/02/1999	MedidaProvisória	2.085-31/2000	27/10/2000
MedidaProvisória	1.781-6/1999	11/02/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	577/2000	22/11/2000
MedidaProvisória	1.799-2/1999	18/02/1999	MedidaProvisória	1.961-29/2000	23/11/2000
Lei	9.789/1999	23/02/1999	MedidaProvisória	2.035-27/2000	23/11/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	48/1999	24/02/1999	MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000
Decreto	2.966/1999	25/02/1999	MedidaProvisória	2.050-15/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.806-4/1999	25/02/1999	Decisão Normativa Tribunal Contas União	37/2000	13/12/2000
MedidaProvisória	1.781-7/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	2.035-28/2000	21/12/2000
MedidaProvisória	1.799-3/1999	18/03/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	619/2000	21/12/2000
MedidaProvisória	1.806-5/1999	25/03/1999	MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000
Decreto	3.000/1999	26/03/1999	MedidaProvisória	2.124-17/2000	27/12/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	96/1999	26/03/1999	MedidaProvisória	2.133-29/2000	28/12/2000
MedidaProvisória	1.781-8/1999	08/04/1999	Lei	10.171/2001	05/01/2001
MedidaProvisória	1.799-4/1999	15/04/1999	Decreto	3.728/2001	12/01/2001
MedidaProvisória	1.806-6/1999	22/04/1999	Lei	10.177/2001	12/01/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	151/1999	23/04/1999	MedidaProvisória	2.085-32/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.781-9/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.799-5/1999	13/05/1999	MedidaProvisória	2.124-18/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.806-7/1999	20/05/1999	Lei	10.186/2001	12/02/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	255/1999	24/06/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	50/2001	20/02/2001
MedidaProvisória	1.846-9/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	2.085-33/2001	22/02/2001
MedidaProvisória	1.898-11/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.911-7/1999	29/06/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	78/2001	20/03/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	310/1999	26/07/1999	MedidaProvisória	2.085-34/2001	22/03/2001
MedidaProvisória	1.898-12/1999	28/07/1999	MedidaProvisória	2.085-35/2001	19/04/2001
MedidaProvisória	1.846-10/1999	29/07/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	119/2001	23/04/2001
MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	2.085-36/2001	17/05/2001
Decreto	3.130/1999	09/08/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	183/2001	23/05/2001
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999	Resolução M. Integração Regional / Fundo Constitucional Financiamento Centro-Oeste / Conselho Deliberativo	102/2001	25/05/2001
MedidaProvisória	1.898-13/1999	26/08/1999	Resolução M. Integração Regional / Fundo Constitucional Financiamento Centro-Oeste / Conselho Deliberativo	103/2001	25/05/2001
MedidaProvisória	1.846-11/1999	27/08/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	228/2001	25/06/2001
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	2.168-38/2001	28/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	360/1999	27/08/1999	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	393/1999	17/09/1999	Lei	10.266/2001	24/07/2001
MedidaProvisória	1.920/1999	21/09/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.846-12/1999	24/09/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.898-14/1999	24/09/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	-	-	-/-
Balanco Patrimonial M. Fazenda / Conselho Diret. Fundo Participação PIS / PASEP	00/1999	05/10/1999	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE	-	-/-
MedidaProvisória	1.920-1/1999	21/10/1999	-	-	-/-
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	443/1999	21/10/1999	Atas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	1.898-15/1999	22/10/1999	Constituição Federal 1988	159/1988	05/10/1988
MedidaProvisória	1.846-13/1999	26/10/1999	Lei	7.827/1989	27/09/1989
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	Decreto	98.339/1989	27/10/1989
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999	Lei	7.999/1990	31/01/1990

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	485/1999	25/11/1999	Lei	8.167/1991	16/01/1991
MedidaProvisória	1.961-17/1999	09/12/1999	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.988-15/1999	14/12/1999	Lei	8.177/1991	01/03/1991
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	Carta Circular Banco Central do Brasil / Departº de Normas do Sistema Financeiro	2.217/1991	09/09/1991
MedidaProvisória	2.001-3/1999	14/12/1999	Portaria Interministerial M. Economia, Fazenda, Planejamento / Presidência República / Secret. Desenvolvimento Regional	36/1992	26/02/1992
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.681/1999	21/12/1999	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	89/1995	04/08/1995
MedidaProvisória	1.961-18/2000	06/01/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	1.988-16/2000	13/01/2000	Lei	9.126/1995	10/11/1995
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	Lei	9.138/1995	29/11/1995
MedidaProvisória	2.001-4/2000	13/01/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	307/1995	01/12/1995
MedidaProvisória	1.961-19/2000	03/02/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.238/1996	31/01/1996
MedidaProvisória	1.988-17/2000	11/02/2000	Lei	9.275/1996	09/05/1996
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	2.001-5/2000	11/02/2000	MedidaProvisória	1.562-1/1997	17/01/1997
Resolução M. Integração Regional / Fundo Constitucional Financiamento Centro-Oeste / Conselho Deliberativo	53/2000	16/02/2000	MedidaProvisória	1.562-2/1997	14/02/1997
MedidaProvisória	1.961-20/2000	02/03/2000	MedidaProvisória	1.562-3/1997	14/03/1997
MedidaProvisória	1.988-18/2000	10/03/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	355/1997	29/10/1997
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	MedidaProvisória	1.600/1997	11/11/1997
MedidaProvisória	2.001-6/2000	10/03/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	152/1998	27/04/1998
MedidaProvisória	1.961-21/2000	30/03/2000	MedidaProvisória	1.659/1998	12/05/1998
MedidaProvisória	1.988-19/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	1.683-2/1998	29/06/1998
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	1.676-35/1998	29/07/1998
MedidaProvisória	2.001-7/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	1.683-3/1998	29/07/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	207/2000	24/04/2000	Parecer Tribunal Contas União	275.154/95-5	17/08/1998
MedidaProvisória	1.961-22/2000	27/04/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	333/1998	19/08/1998
Despacho M. Integração Nacional / Fundo Constitucional Financiatº Centro-Oeste / Conselho Delibertivo	s/nº/2000	27/04/2000	MedidaProvisória	1.676-36/1998	27/08/1998
Lei	9.969/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	1.683-4/1998	27/08/1998
MedidaProvisória	1.988-20/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	1.715/1998	03/09/1998
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	1.676-37/1998	25/09/1998
MedidaProvisória	2.001-8/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	1.683-5/1998	25/09/1998
Decreto	3.475/2000	19/05/2000	MedidaProvisória	1.715-1/1998	01/10/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	248/2000	24/05/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	427/1998	23/10/1998
MedidaProvisória	1.961-23/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	1.676-38/1998	26/10/1998
MedidaProvisória	1.988-21/2000	08/06/2000	MedidaProvisória	1.683-6/1998	26/10/1998
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	MedidaProvisória	1.715-2/1998	29/10/1998
Decreto	3.508/2000	14/06/2000	MedidaProvisória	1.727/1998	06/11/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	280/2000	21/06/2000	Lei	9.715/1998	25/11/1998
MedidaProvisória	1.961-24/2000	26/06/2000	MedidaProvisória	1.683-7/1998	25/11/1998
MedidaProvisória	2.035-22/2000	27/06/2000	MedidaProvisória	1.727-1/1998	08/12/1998
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.756-8/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	2.050-10/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	308/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.756-9/1999	13/01/1999
Lei	9.995/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	352/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.806-3/1999	28/01/1999
MedidaProvisória	1.961-25/2000	26/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
MedidaProvisória	2.035-23/2000	27/07/2000	MedidaProvisória	1.756-10/1999	11/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	356/2000	27/07/2000	MedidaProvisória	1.781-6/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Lei	9.789/1999	23/02/1999
MedidaProvisória	2.050-11/2000	28/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	48/1999	24/02/1999
Resolução M. Integração Regional / Fundo Constitucional Financiamento Centro-Oeste / Conselho Deliberativo	64/2000	16/08/2000	MedidaProvisória	1.806-4/1999	25/02/1999
MedidaProvisória	1.961-26/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.756-11/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	2.035-24/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.781-7/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.806-5/1999	25/03/1999
MedidaProvisória	2.050-12/2000	28/08/2000	Decreto	3.000/1999	26/03/1999
			Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	96/1999	26/03/1999

MedidaProvisória	1.756-12/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	2.035-26/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.781-8/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.806-6/1999	22/04/1999	MedidaProvisória	2.050-14/2000	26/10/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	151/1999	23/04/1999	MedidaProvisória	2.085-31/2000	27/10/2000
MedidaProvisória	1.756-13/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.954-33/2000	16/11/2000
MedidaProvisória	1.781-9/1999	06/05/1999	Parecer Tribunal Contas União	929.282/1998-1	22/11/2000
MedidaProvisória	1.806-7/1999	20/05/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	577/2000	22/11/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	255/1999	24/06/1999	MedidaProvisória	1.961-29/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.846-9/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	2.016-11/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.881-15/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	2.035-27/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.898-11/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	310/1999	26/07/1999	MedidaProvisória	2.050-15/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.881-16/1999	28/07/1999	Decisão Normativa Tribunal Contas União	37/2000	13/12/2000
MedidaProvisória	1.898-12/1999	28/07/1999	Lei	10.075/2000	18/12/2000
MedidaProvisória	1.683-3/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	2.035-28/2000	21/12/2000
MedidaProvisória	1.846-10/1999	29/07/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	619/2000	21/12/2000
MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	2.078-35/2000	27/12/2000
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999	MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.881-17/1999	26/08/1999	MedidaProvisória	2.124-17/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.898-13/1999	26/08/1999	MedidaProvisória	2.133-29/2000	28/12/2000
MedidaProvisória	1.846-11/1999	27/08/1999	Lei	10.171/2001	05/01/2001
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	Decreto	3.728/2001	12/01/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	360/1999	27/08/1999	Lei	10.177/2001	12/01/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	393/1999	17/09/1999	MedidaProvisória	2.078-36/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.920/1999	21/09/1999	MedidaProvisória	2.085-32/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.846-12/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.881-18/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	2.124-18/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.898-14/1999	24/09/1999	Lei	10.186/2001	12/02/2001
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	Lei	10.193/2001	14/02/2001
MedidaProvisória	1.920-1/1999	21/10/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	50/2001	20/02/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	443/1999	21/10/1999	MedidaProvisória	2.085-33/2001	22/02/2001
MedidaProvisória	1.881-19/1999	22/10/1999	MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.898-15/1999	22/10/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	78/2001	20/03/2001
MedidaProvisória	1.846-13/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	2.085-34/2001	22/03/2001
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	2.085-35/2001	19/04/2001
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	119/2001	23/04/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	485/1999	25/11/1999	Balancete Patrimonial M. Fazenda - Banco do Nordeste do Brasil S/A	001.25.07.2001	30/04/2001
MedidaProvisória	1.954-21/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	2.146-1/2001	04/05/2001
MedidaProvisória	1.961-17/1999	09/12/1999	Balanco Social M. Fazenda - Banco do Nordeste do Brasil S/A	sn/2000	07/05/2001
MedidaProvisória	1.988-15/1999	14/12/1999	MedidaProvisória	2.085-36/2001	17/05/2001
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	183/2001	23/05/2001
MedidaProvisória	2.001-3/1999	14/12/1999	Parecer Tribunal Contas União	005.970/2001-5	06/06/2001
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.681/1999	21/12/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	228/2001	25/06/2001
MedidaProvisória	1.954-22/2000	06/01/2000	MedidaProvisória	2.168-38/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.961-18/2000	06/01/2000	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.988-16/2000	13/01/2000	Portaria M. Integração Nacional / Ministro	1/2001	29/06/2001
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	Lei	10.266/2001	24/07/2001
MedidaProvisória	2.001-4/2000	13/01/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.954-23/2000	03/02/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.961-19/2000	03/02/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.988-17/2000	11/02/2000	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO	-	-/-
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.001-5/2000	11/02/2000	Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	1.954-24/2000	02/03/2000	Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988
MedidaProvisória	1.961-20/2000	02/03/2000	Lei	7.827/1989	27/09/1989
MedidaProvisória	1.988-18/2000	10/03/2000	Decreto	98.339/1989	27/10/1989
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Lei	8.175/1991	31/01/1991

MedidaProvisória	2.001-6/2000	10/03/2000	Lei	8.177/1991	01/03/1991
MedidaProvisória	1.954-25/2000	30/03/2000	Carta Circular Banco Central do Brasil / Departº de Normas do Sistema Financeiro	2.217/1991	09/09/1991
MedidaProvisória	1.961-21/2000	30/03/2000	Portaria Interministerial M. Economia, Fazenda, Planejamento / Presidência	36/1992	06/02/1992
MedidaProvisória	1.988-19/2000	11/04/2000	República / Secret. Desenvolvimento Regional	-	-
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	89/1995	04/08/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	207/2000	24/04/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	1.954-26/2000	27/04/2000	Lei	9.126/1995	10/11/1995
MedidaProvisória	1.961-22/2000	27/04/2000	Lei	9.138/1995	29/11/1995
Lei	9.969/2000	11/05/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	307/1995	01/12/1995
MedidaProvisória	1.988-20/2000	11/05/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.238/1996	31/01/1996
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	Lei	9.275/1996	09/05/1996
MedidaProvisória	2.001-8/2000	11/05/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Parecer Tribunal Contas União	299.092/1992-5	17/05/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	355/1997	29/10/1997
Decreto	3.475/2000	19/05/2000	MedidaProvisória	1.600/1997	11/11/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	248/2000	24/05/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	152/1998	27/04/1998
MedidaProvisória	1.954-27/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	1.676-35/1998	29/07/1998
MedidaProvisória	1.961-23/2000	26/05/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	333/1998	19/08/1998
MedidaProvisória	1.988-21/2000	08/06/2000	MedidaProvisória	1.676-36/1998	27/08/1998
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	MedidaProvisória	1.715/1998	03/09/1998
Decreto	3.508/2000	14/06/2000	MedidaProvisória	1.676-37/1998	25/09/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	280/2000	21/06/2000	MedidaProvisória	1.715-1/1998	01/10/1998
MedidaProvisória	1.954-28/2000	26/06/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	427/1998	23/10/1998
MedidaProvisória	1.961-24/2000	26/06/2000	MedidaProvisória	1.676-38/1998	26/10/1998
MedidaProvisória	2.035-22/2000	27/06/2000	MedidaProvisória	1.715-2/1998	29/10/1998
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.727/1998	06/11/1998
MedidaProvisória	2.050-10/2000	29/06/2000	Lei	9.715/1998	25/11/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	308/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.727-1/1998	08/12/1998
Lei	9.995/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	352/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.781-5/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	1.954-29/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	1.806-3/1999	28/01/1999
MedidaProvisória	1.961-25/2000	26/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
MedidaProvisória	2.035-23/2000	27/07/2000	MedidaProvisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	356/2000	27/07/2000	Lei	9.789/1999	23/02/1999
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	48/1999	24/02/1999
MedidaProvisória	2.050-11/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.806-4/1999	25/02/1999
Balancete Patrimonial M. Fazenda - Banco do Nordeste do Brasil S/A	snº-0/2000	31/07/2000	MedidaProvisória	1.781-7/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.954-30/2000	23/08/2000	MedidaProvisória	1.806-5/1999	25/03/1999
MedidaProvisória	1.961-26/2000	25/08/2000	Decreto	3.000/1999	26/03/1999
MedidaProvisória	2.016-8/2000	25/08/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	96/1999	26/03/1999
MedidaProvisória	2.035-24/2000	25/08/2000	Parecer Tribunal Contas União	003.021/97-1	31/03/1999
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.781-8/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	2.050-12/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.806-6/1999	22/04/1999
Despacho M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários / Diretor-Geral	snº-0/2000	29/08/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	151/1999	23/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	403/2000	30/08/2000	MedidaProvisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Projeto de Lei - Poder Executivo	snº-0/2000	31/08/2000	MedidaProvisória	1.806-7/1999	20/05/1999
MedidaProvisória	1.954-31/2000	21/09/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	255/1999	24/06/1999
MedidaProvisória	1.961-27/2000	22/09/2000	MedidaProvisória	1.846-9/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	2.016-9/2000	22/09/2000	MedidaProvisória	1.898-11/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	2.035-25/2000	22/09/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	310/1999	26/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	490/2000	25/09/2000	MedidaProvisória	1.898-12/1999	28/07/1999
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.846-10/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	2.050-13/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	520/2000	05/10/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999
MedidaProvisória	1.954-32/2000	19/10/2000	MedidaProvisória	1.898-13/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.961-28/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.846-11/1999	27/08/1999
MedidaProvisória	2.016-10/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	360/1999	27/08/1999	Lei	3.244/1957	14/08/1957
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	393/1999	17/09/1999	Decreto-lei	37/1966	18/11/1966
MedidaProvisória	1.920/1999	21/09/1999	Decreto-lei	244/1967	28/02/1967
MedidaProvisória	1.846-12/1999	24/09/1999	Decreto-lei	325/1967	03/05/1967
MedidaProvisória	1.898-14/1999	24/09/1999	Decreto Legislativo - SenadoFederal	27/1967	28/06/1967
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	Decreto-lei	790/1969	27/08/1969
MedidaProvisória	1.920-1/1999	21/10/1999	Decreto-lei	1.016/1969	21/10/1969
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	443/1999	21/10/1999	Decreto	67.527/1970	12/11/1970
MedidaProvisória	1.898-15/1999	22/10/1999	Lei	6.418/1977	30/05/1977
MedidaProvisória	1.846-13/1999	26/10/1999	Decreto-lei	1.626/1978	01/06/1978
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Transportes	754/1978	30/11/1978
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999	Decreto-lei	1.801/1980	18/08/1980
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	485/1999	25/11/1999	Decreto Legislativo - SenadoFederal	127/1980	27/11/1980
MedidaProvisória	1.961-17/1999	09/12/1999	Decreto-lei	1.845/1980	30/12/1980
MedidaProvisória	1.988-15/1999	14/12/1999	Decreto Legislativo - SenadoFederal	28/1981	06/08/1981
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	Decreto-lei	2.035/1983	22/06/1983
MedidaProvisória	2.001-3/1999	14/12/1999	Decreto-lei	2.055/1983	19/08/1983
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.681/1999	21/12/1999	Portaria M. Transportes / Ministro	789/1983	11/10/1983
MedidaProvisória	1.961-18/2000	06/01/2000	Decreto-lei	2.157/1984	14/08/1984
MedidaProvisória	1.988-16/2000	13/01/2000	Lei	7.597/1987	14/04/1987
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	Decreto-lei	2.404/1987	23/12/1987
MedidaProvisória	2.001-4/2000	13/01/2000	Decreto-lei	2.414/1988	12/02/1988
MedidaProvisória	1.961-19/2000	03/02/2000	Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Transportes	196/88	20/04/1988
MedidaProvisória	1.988-17/2000	11/02/2000	Portaria M. Transportes / Ministro	210/1988	28/04/1988
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	Portaria M. Transportes / Ministro	211/1988	28/04/1988
MedidaProvisória	2.001-5/2000	11/02/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	1.515/1988	20/09/1988
MedidaProvisória	1.961-20/2000	02/03/2000	Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	1.988-18/2000	10/03/2000	Decreto Legislativo - SenadoFederal	76/1988	13/12/1988
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	2.001-6/2000	10/03/2000	Lei	8.032/1990	12/04/1990
MedidaProvisória	1.961-21/2000	30/03/2000	Lei	8.173/1991	30/01/1991
MedidaProvisória	1.988-19/2000	11/04/2000	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	Portaria M. Transportes / Ministro	993/1993	13/12/1993
MedidaProvisória	2.001-7/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	684/1994	31/10/1994
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	207/2000	24/04/2000	MedidaProvisória	743/1994	02/12/1994
MedidaProvisória	1.961-22/2000	27/04/2000	MedidaProvisória	802/1994	30/12/1994
Lei	9.969/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	865/1995	27/01/1995
MedidaProvisória	1.988-20/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	918/1995	24/02/1995
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	956/1995	30/03/1995
MedidaProvisória	2.001-8/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	981/1995	28/04/1995
Decreto	3.475/2000	19/05/2000	MedidaProvisória	1.007/1995	26/05/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	248/2000	24/05/2000	MedidaProvisória	1.030/1995	27/06/1995
MedidaProvisória	1.961-23/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	1.055/1995	27/07/1995
MedidaProvisória	1.988-21/2000	08/06/2000	MedidaProvisória	1.082/1995	25/08/1995
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	MedidaProvisória	1.109/1995	29/08/1995
Decreto	3.508/2000	14/06/2000	MedidaProvisória	1.114/1995	22/09/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	280/2000	21/06/2000	MedidaProvisória	1.141/1995	28/09/1995
MedidaProvisória	1.961-24/2000	26/06/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	2.035-22/2000	27/06/2000	MedidaProvisória	1.147/1995	24/10/1995
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.174/1995	27/10/1995
MedidaProvisória	2.050-10/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.183/1995	23/11/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	308/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.208/1995	24/11/1995
Lei	9.995/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.217/1995	13/12/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	352/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.219/1995	14/12/1995
MedidaProvisória	1.961-25/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	1.243/1995	14/12/1995
MedidaProvisória	2.035-23/2000	27/07/2000	MedidaProvisória	1.254/1996	12/01/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	356/2000	27/07/2000	MedidaProvisória	1.256/1996	12/01/1996

MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.280/1996	12/01/1996
MedidaProvisória	2.050-11/2000	28/07/2000	Nota Presidência República - PR/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos	184/1996	19/01/1996
MedidaProvisória	1.961-26/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.293/1996	09/02/1996
MedidaProvisória	2.035-24/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.295/1996	09/02/1996
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.319/1996	09/02/1996
MedidaProvisória	2.050-12/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.333/1996	12/03/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	403/2000	30/08/2000	MedidaProvisória	1.335/1996	12/03/1996
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/nº-0/2000	31/08/2000	MedidaProvisória	1.359/1996	12/03/1996
MedidaProvisória	1.961-27/2000	22/09/2000	MedidaProvisória	1.375/1996	11/04/1996
MedidaProvisória	2.035-25/2000	22/09/2000	MedidaProvisória	1.377/1996	11/04/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	490/2000	25/09/2000	MedidaProvisória	1.401/1996	11/04/1996
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.421/1996	09/05/1996
MedidaProvisória	2.050-13/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.423/1996	09/05/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	520/2000	05/10/2000	MedidaProvisória	1.453/1996	10/05/1996
MedidaProvisória	1.961-28/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.469/1996	05/06/1996
MedidaProvisória	2.035-26/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.471/1996	05/06/1996
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.501/1996	07/06/1996
MedidaProvisória	2.050-14/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.469-7/1996	04/07/1996
MedidaProvisória	2.085-31/2000	27/10/2000	MedidaProvisória	1.471-21/1996	04/07/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	577/2000	22/11/2000	MedidaProvisória	1.501-11/1996	09/07/1996
MedidaProvisória	1.961-29/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.469-8/1996	01/08/1996
MedidaProvisória	2.035-27/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.471-22/1996	01/08/1996
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.501-12/1996	08/08/1996
MedidaProvisória	2.050-15/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.469-9/1996	29/08/1996
Decisão Normativa Tribunal Contas União	37/2000	13/12/2000	MedidaProvisória	1.471-23/1996	29/08/1996
MedidaProvisória	2.035-28/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	1.501-13/1996	05/09/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	619/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	1.469-10/1996	26/09/1996
MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	1.471-24/1996	26/09/1996
MedidaProvisória	2.124-17/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	1.501-14/1996	02/10/1996
MedidaProvisória	2.133-29/2000	28/12/2000	MedidaProvisória	1.469-11/1996	24/10/1996
Lei	10.171/2001	05/01/2001	MedidaProvisória	1.471-25/1996	24/10/1996
Decreto	3.728/2001	12/01/2001	MedidaProvisória	1.501-15/1996	31/10/1996
Lei	10.177/2001	12/01/2001	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	2.085-32/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	1.469-12/1996	22/11/1996
MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001	MedidaProvisória	1.471-26/1996	22/11/1996
MedidaProvisória	2.124-18/2001	26/01/2001	Lei	9.365/1996	16/12/1996
Lei	10.186/2001	12/02/2001	MedidaProvisória	1.551/1996	18/12/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	50/2001	20/02/2001	MedidaProvisória	1.469-13/1996	19/12/1996
MedidaProvisória	2.085-33/2001	22/02/2001	MedidaProvisória	1.562/1996	19/12/1996
MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	1.551-18/1997	16/01/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	78/2001	20/03/2001	MedidaProvisória	1.469-14/1997	17/01/1997
MedidaProvisória	2.085-34/2001	22/03/2001	MedidaProvisória	1.562-1/1997	17/01/1997
MedidaProvisória	2.085-35/2001	19/04/2001	MedidaProvisória	1.551-19/1997	13/02/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	119/2001	23/04/2001	MedidaProvisória	1.469-15/1997	14/02/1997
MedidaProvisória	2.146-1/2001	04/05/2001	MedidaProvisória	1.562-2/1997	14/02/1997
MedidaProvisória	2.085-36/2001	17/05/2001	MedidaProvisória	1.551-20/1997	13/03/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	183/2001	23/05/2001	MedidaProvisória	1.469-16/1997	14/03/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	228/2001	25/06/2001	MedidaProvisória	1.562-3/1997	14/03/1997
MedidaProvisória	2.168-38/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.551-21/1997	11/04/1997
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.469-17/1997	15/04/1997
Lei	10.266/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.562-4/1997	15/04/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.551-22/1997	09/05/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.469-18/1997	15/05/1997
FUNDO DA MARINHA MERCANTE	-	-/-	MedidaProvisória	1.562-5/1997	15/05/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.551-23/1997	10/06/1997
Decreto-lei	3.100/1941	07/03/1941	MedidaProvisória	1.469-19/1997	12/06/1997
Decreto-lei	3.595/1941	05/09/1941	MedidaProvisória	1.562-6/1997	12/06/1997

MedidaProvisória	1.551-24/1997	10/07/1997	Lei	10.148/2000	21/12/2000
MedidaProvisória	1.469-20/1997	11/07/1997	MedidaProvisória	2.084-70/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.562-7/1997	11/07/1997	MedidaProvisória	2.090-17/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.551-25/1997	07/08/1997	MedidaProvisória	2.084-71/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.469-21/1997	08/08/1997	MedidaProvisória	2.090-18/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.562-8/1997	08/08/1997	Lei	10.183/2001	12/02/2001
MedidaProvisória	1.551-26/1997	04/09/1997	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	snº2001	16/02/2001
MedidaProvisória	1.469-22/1997	09/09/1997	MedidaProvisória	2.084-72/2001	22/02/2001
MedidaProvisória	1.562-9/1997	09/09/1997	Lei	10.206/2001	23/03/2001
MedidaProvisória	1.551-27/1997	02/10/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.469-23/1997	09/10/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-10/1997	10/10/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.551-28/1997	30/10/1997	FUNDO DA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO- FGR	-	-/-
MedidaProvisória	1.469-24/1997	06/11/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-11/1997	06/11/1997	Lei	5.655/1971	20/05/1971
MedidaProvisória	1.469-25/1997	04/12/1997	Lei	5.896/1973	05/07/1973
MedidaProvisória	1.562-12/1997	04/12/1997	Lei	5.993/1973	17/12/1973
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Decreto-lei	1.383/1974	26/12/1974
MedidaProvisória	1.614-13/1997	11/12/1997	Decreto Legislativo - Senado Federal	38/1975	28/04/1975
MedidaProvisória	1.627-30/1997	12/12/1997	Decreto Legislativo - Senado Federal	36/1981	12/08/1981
MedidaProvisória	1.469-26/1997	31/12/1997	Decreto-lei	2.432/1988	17/05/1988
MedidaProvisória	1.614-14/1998	08/01/1998	Decreto Legislativo - Senado Federal	35/1989	16/06/1989
MedidaProvisória	1.627-31/1998	13/01/1998	Lei	8.631/1993	05/03/1993
MedidaProvisória	1.469-27/1998	29/01/1998	Decreto	774/1993	18/03/1993
MedidaProvisória	1.614-15/1998	05/02/1998	Lei	8.724/1993	28/10/1993
MedidaProvisória	1.627-32/1998	12/02/1998	Lei	9.069/1995	29/06/1995
MedidaProvisória	1.469-28/1998	27/02/1998	Decreto	1.771/1996	03/01/1996
MedidaProvisória	1.614-16/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	1.560/1996	19/12/1996
MedidaProvisória	1.627-33/1998	13/03/1998	MedidaProvisória	1.560-1/1997	17/01/1997
Lei	9.644/1998	26/03/1998	MedidaProvisória	1.560-2/1997	14/02/1997
MedidaProvisória	1.469-29/1998	27/03/1998	MedidaProvisória	1.560-3/1997	14/03/1997
MedidaProvisória	1.614-17/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	1.560-4/1997	15/04/1997
MedidaProvisória	1.627-34/1998	09/04/1998	MedidaProvisória	1.560-5/1997	15/05/1997
MedidaProvisória	1.614-18/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	1.560-6/1997	13/06/1997
MedidaProvisória	1.627-35/1998	12/05/1998	MedidaProvisória	1.560-7/1997	11/07/1997
MedidaProvisória	1.614-19/1998	28/05/1998	MedidaProvisória	1.580/1997	23/07/1997
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	MedidaProvisória	1.560-8/1997	12/08/1997
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	MedidaProvisória	1.580-1/1997	21/08/1997
MedidaProvisória	1.614-20/1998	26/06/1998	Lei	9.496/1997	11/09/1997
MedidaProvisória	1.693-37/1998	30/06/1998	MedidaProvisória	1.580-2/1997	18/09/1997
MedidaProvisória	1.614-21/1998	27/07/1998	MedidaProvisória	1.580-3/1997	17/10/1997
MedidaProvisória	1.693-38/1998	30/07/1998	MedidaProvisória	1.580-4/1997	13/11/1997
MedidaProvisória	1.614-22/1998	25/08/1998	MedidaProvisória	1.580-5/1997	11/12/1997
MedidaProvisória	1.693-39/1998	28/08/1998	MedidaProvisória	1.580-6/1998	08/01/1998
MedidaProvisória	1.614-23/1998	24/09/1998	MedidaProvisória	1.580-7/1998	05/02/1998
MedidaProvisória	1.693-40/1998	28/09/1998	Lei	1.580-8/1998	05/03/1998
MedidaProvisória	1.614-24/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	9.619/1998	02/04/1998
MedidaProvisória	1.693-41/1998	27/10/1998	MedidaProvisória	1.701-11/1998	01/07/1998
MedidaProvisória	1.614-25/1998	19/11/1998	MedidaProvisória	1.701-12/1998	30/07/1998
MedidaProvisória	1.740-26/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.701-13/1998	28/08/1998
MedidaProvisória	1.765-43/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.701-14/1998	28/09/1998
MedidaProvisória	1.740-27/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.701-15/1998	27/10/1998
MedidaProvisória	1.765-44/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.772-17/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Secretário	34/1999	03/02/1999	Resolução M. Minas e Energia / Agência Nacional de Energia Elétrica/Diretor-Geral	1.772-18/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	1.740-28/1999	11/02/1999	MedidaProvisória	23/1999	05/02/1999
				1.772-19/1999	11/02/1999

MedidaProvisória	1.765-45/1999	11/02/1999	MedidaProvisória	1.772-20/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.740-29/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.772-21/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.765-46/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.819-1/1999	30/04/1999
MedidaProvisória	1.740-30/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	1.772-22/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.765-47/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	1.889-24/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.740-31/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.889-25/1999	28/07/1999
MedidaProvisória	1.765-48/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.889-26/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.740-32/1999	02/06/1999	MedidaProvisória	1.889-27/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.897-50/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.889-28/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.897-51/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.957-30/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.897-52/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	1.957-31/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.897-53/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.957-32/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.921/1999	30/09/1999	MedidaProvisória	1.957-33/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.897-54/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	1.957-34/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.921-1/1999	28/10/1999	MedidaProvisória	1.957-35/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.960-56/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.957-36/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.966-3/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.957-37/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	2.010-27/1999	30/12/1999	MedidaProvisória	1.957-38/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	1.960-57/2000	06/01/2000	MedidaProvisória	1.957-39/2000	23/08/2000
MedidaProvisória	1.966-4/2000	06/01/2000	MedidaProvisória	1.957-40/2000	21/09/2000
MedidaProvisória	2.010-28/2000	28/01/2000	MedidaProvisória	1.957-41/2000	19/10/2000
MedidaProvisória	1.960-58/2000	03/02/2000	MedidaProvisória	1.957-42/2000	16/11/2000
MedidaProvisória	1.966-5/2000	03/02/2000	MedidaProvisória	2.081-44/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	2.010-29/2000	25/02/2000	MedidaProvisória	2.081-45/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.960-59/2000	02/03/2000	MedidaProvisória	2.081-46/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.966-6/2000	02/03/2000	MedidaProvisória	2.081-47/2001	23/03/2001
MedidaProvisória	2.010-30/2000	28/03/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.960-60/2000	30/03/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.966-7/2000	30/03/2000	FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO	-	-/-
MedidaProvisória	1.960-61/2000	27/04/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.966-8/2000	27/04/2000	Decreto-lei	200/1967	25/02/1967
MedidaProvisória	2.010-31/2000	27/04/2000	Decreto-lei	900/1969	29/09/1969
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	Ato Comissão Diretora do Senado Federal	17/1995	19/10/1995
MedidaProvisória	1.960-62/2000	26/05/2000	Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
MedidaProvisória	1.966-9/2000	26/05/2000	Nota M. Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
MedidaProvisória	2.010-32/2000	26/05/2000	Resolução Senado Federal	009/1997	29/01/1997
MedidaProvisória	1.960-63/2000	26/06/2000	Ato Comissão Diretora do Senado Federal	13/1997	30/01/1997
MedidaProvisória	1.966-10/2000	26/06/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.010-33/2000	26/06/2000	-	-	-/-
Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sn2000	30/06/2000	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	-	-/-
MedidaProvisória	1.960-64/2000	26/07/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.966-11/2000	26/07/2000	Decreto	69.846/1971	28/12/1971
MedidaProvisória	2.010-34/2000	26/07/2000	Decreto-lei	1.754/1979	31/12/1979
MedidaProvisória	1.960-65/2000	25/08/2000	Decreto-lei	1.755/1979	31/12/1979
MedidaProvisória	1.966-12/2000	25/08/2000	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	2.010-35/2000	25/08/2000	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	1.960-66/2000	22/09/2000	Lei	8.173/1991	30/01/1991
MedidaProvisória	1.966-13/2000	22/09/2000	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	2.010-36/2000	22/09/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	1.960-67/2000	24/10/2000	Lei	9.238/1995	22/12/1995
MedidaProvisória	1.966-14/2000	24/10/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	2.010-37/2000	24/10/2000	Lei	9.530/1997	10/12/1997
Voto do Conselho Monetário Nacional	138/2000	01/11/2000	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
MedidaProvisória	1.960-68/2000	23/11/2000	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
MedidaProvisória	1.966-15/2000	23/11/2000	Portaria M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Secretário	34/1999	03/02/1999
MedidaProvisória	2.010-38/2000	23/11/2000			

MedidaProvisória	1.911-7/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.610-11/1998	26/06/1998
MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.615-30/1998	26/06/1998
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	1.700-15/1998	30/06/1998
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.610-12/1998	27/07/1998
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Lei	9.892/1999	10/12/1999	MedidaProvisória	1.700-16/1998	30/07/1998
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	MedidaProvisória	1.610-13/1998	25/08/1998
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	MedidaProvisória	1.615-32/1998	25/08/1998
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	MedidaProvisória	1.700-17/1998	28/08/1998
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	MedidaProvisória	1.610-14/1998	24/09/1998
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	1.615-33/1998	24/09/1998
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	1.700-18/1998	28/09/1998
Portaria M. Defesa / Ministro	3.076/2000	24/05/2000	MedidaProvisória	1.610-15/1998	22/10/1998
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Portaria M. Defesa / Ministro	4.478/2000	24/07/2000	MedidaProvisória	1.700-19/1998	27/11/1998
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.700-20/1998	27/11/1998
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.738-17	14/12/1998
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Portaria M. Defesa / Ministro	6.411/2000	16/10/2000	MedidaProvisória	1.771-21/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.738-18/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.741-37/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	1.771-22/1999	13/01/1999
Portaria M. Defesa / Ministro	25/2001	12/01/2001	MedidaProvisória	1.738-19/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001	MedidaProvisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Portaria M. Defesa / Ministro	117/2001	19/02/2001	MedidaProvisória	1.771-23/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	1.800-1/1999	25/02/1999
Portaria M. Defesa / Ministro	233/2001	05/04/2001	MedidaProvisória	1.738-20/1999	11/03/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.741-39/1999	11/03/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.771-24/1999	11/03/1999
FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL - FADPMF	-	-/-	MedidaProvisória	1.800-2/1999	25/03/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.738-21/1999	08/04/1999
Decreto	94.442/1987	12/06/1987	MedidaProvisória	1.741-40/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	542/1994	30/06/1994	MedidaProvisória	1.771-25/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	566/1994	29/07/1994	MedidaProvisória	1.800-3/1999	22/04/1999
MedidaProvisória	596/1994	26/08/1994	MedidaProvisória	1.738-22/1999	06/05/1999
Decreto	1.250/1994	21/09/1994	MedidaProvisória	1.741-41/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	635/1994	27/09/1994	MedidaProvisória	1.771-26/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	681/1994	27/10/1994	MedidaProvisória	1.800-4/1999	20/05/1999
Decreto	1.312/1994	18/11/1994	Decreto	3.082/1999	10/06/1999
MedidaProvisória	731/1994	25/11/1994	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
MedidaProvisória	785/1994	23/12/1994	MedidaProvisória	1.840-24/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	851/1995	20/01/1995	MedidaProvisória	1.850-6/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	911/1995	21/02/1995	MedidaProvisória	1.873-43/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	953/1995	23/03/1995	MedidaProvisória	1.892-28/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	978/1995	20/04/1995	MedidaProvisória	1.840-25/1999	27/07/1999
MedidaProvisória	1.004/1995	22/05/1995	MedidaProvisória	1.850-7/1999	27/07/1999
MedidaProvisória	1.027/1995	21/06/1995	MedidaProvisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Lei	9.069/1995	29/06/1995	MedidaProvisória	1.892-29/1999	28/07/1999
MedidaProvisória	1.367/1996	20/03/1996	Lei	9.818/1999	23/08/1999
MedidaProvisória	1.410/1996	18/04/1996	MedidaProvisória	1.850-8/1999	25/08/1999
Nota M. Planejamento e Orçatº /Secret. Orçatº Federal/Coord. Geral Normas /Depart. Prog. e Normas	13/1996	08/05/1996	MedidaProvisória	1.873-45/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.457/1996	16/05/1996	MedidaProvisória	1.892-30/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.504/1996	13/06/1996	MedidaProvisória	1.850-9/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.504-4/1996	11/07/1996	MedidaProvisória	1.873-46/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.504-5/1996	08/08/1996	MedidaProvisória	1.892-31/1999	24/09/1999
			MedidaProvisória	1.850-10/1999	22/10/1999
			MedidaProvisória	1.873-47/1999	22/10/1999

Decreto	1.980/1996	09/08/1996	MedidaProvisória	1.892-32/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.504-6/1996	05/09/1996	MedidaProvisória	1.942-12/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.504-7/1996	02/10/1996	MedidaProvisória	1.948-49/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.504-8/1996	31/10/1996	MedidaProvisória	1.994-34/1999	14/12/1999
MedidaProvisória	1.553/1996	18/12/1996	MedidaProvisória	1.942-13/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.553-11/1997	16/01/1997	MedidaProvisória	1.948-50/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.553-12/1997	13/02/1997	MedidaProvisória	1.994-35/2000	13/01/2000
MedidaProvisória	1.553-13/1997	13/03/1997	MedidaProvisória	1.942-14/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.553-14/1997	11/04/1997	MedidaProvisória	1.948-51/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.553-15/1997	09/05/1997	MedidaProvisória	1.994-36/2000	11/02/2000
MedidaProvisória	1.553-16/1997	10/06/1997	MedidaProvisória	1.942-15/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.553-17/1997	10/07/1997	MedidaProvisória	1.948-52/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.553-18/1997	07/08/1997	MedidaProvisória	1.994-37/2000	10/03/2000
Decreto	2.308/1997	21/08/1997	MedidaProvisória	1.942-16/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.580-1/1997	21/08/1997	MedidaProvisória	1.948-53/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.583/1997	27/08/1997	MedidaProvisória	1.994-38/2000	11/04/2000
MedidaProvisória	1.553-19/1997	04/09/1997	MedidaProvisória	1.942-17/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.580-2/1997	18/09/1997	MedidaProvisória	1.948-54/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.583-1/1997	25/09/1997	MedidaProvisória	1.994-39/2000	11/05/2000
MedidaProvisória	1.553-20/1997	02/10/1997	MedidaProvisória	1.942-18/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.580-3/1997	17/10/1997	MedidaProvisória	1.948-55/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.594/1997	21/10/1997	MedidaProvisória	1.942-19/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.583-2/1997	23/10/1997	MedidaProvisória	1.948-56/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.553-21/1997	30/10/1997	MedidaProvisória	2.034-41/2000	27/06/2000
MedidaProvisória	1.580-4/1997	13/11/1997	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sn2000	30/06/2000
MedidaProvisória	1.594-1/1997	20/11/1997	MedidaProvisória	1.942-20/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	1.580-5/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	1.948-57/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	1.610-4/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	2.034-42/2000	27/07/2000
MedidaProvisória	1.613-2/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	1.942-21/2000	23/08/2000
MedidaProvisória	1.615-23/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	1.948-58/2000	23/08/2000
MedidaProvisória	1.580-6/1998	08/01/1998	MedidaProvisória	2.034-43/2000	25/08/2000
MedidaProvisória	1.610-5/1998	08/01/1998	MedidaProvisória	1.942-22/2000	21/09/2000
MedidaProvisória	1.613-3/1998	08/01/1998	MedidaProvisória	1.948-59/2000	21/09/2000
MedidaProvisória	1.615-24/1998	08/01/1998	MedidaProvisória	2.034-44/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	1.580-7/1998	05/02/1998	MedidaProvisória	1.942-23/2000	19/10/2000
MedidaProvisória	1.610-6/1998	05/02/1998	MedidaProvisória	1.948-60/2000	19/10/2000
MedidaProvisória	1.613-4/1998	05/02/1998	MedidaProvisória	2.034-45/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.615-25/1998	05/02/1998	MedidaProvisória	1.942-24/2000	16/11/2000
MedidaProvisória	1.580-8/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	1.948-61/2000	16/11/2000
MedidaProvisória	1.610-7/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	2.034-46/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.613-5/1998	05/03/1998	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	455/2000	12/12/2000
Decreto	002/1998	13/03/1998	MedidaProvisória	2.071-26/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.629-11/1998	13/03/1998	MedidaProvisória	2.072-63/2000	27/12/2000
Decreto	000/31.03.1998	30/03/1998	MedidaProvisória	2.111-48/2000	27/12/2000
Lei	9.619/1998	02/04/1998	Decreto	3.727/2001	12/01/2001
MedidaProvisória	1.610-8/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	2.071-27/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.613-6/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	2.072-64/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.615-27/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	2.111-49/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.629-12/1998	09/04/1998	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sn9/2001	16/02/2001
MedidaProvisória	1.610-9/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	2.071-28/2001	22/02/2001
MedidaProvisória	1.613-7/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	2.072-65/2001	22/02/2001
MedidaProvisória	1.615-28/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	2.071-29/2001	22/03/2001
MedidaProvisória	1.629-13/1998	12/05/1998	MedidaProvisória	2.072-66/2001	22/03/2001
Lei	9.635/1998	15/05/1998	MedidaProvisória	2.071-30/2001	19/04/2001
MedidaProvisória	1.610-10/1998	28/05/1998	MedidaProvisória	2.071-31/2001	17/05/2001
MedidaProvisória	1.615-29/1998	28/05/1998			

MedidaProvisória	2.161-33/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.408/1996	11/04/1996
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.410/1996	18/04/1996
-	-	-/-	Lei	9.275/1996	09/05/1996
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	-	-/-	MedidaProvisória	1.423/1996	09/05/1996
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.427/1996	09/05/1996
Portaria Interministerial Presidência República /Secret. Planejamento /M. Fazenda	23/1985	15/02/1985	MedidaProvisória	1.447/1996	10/05/1996
Portaria Presidência República /Secret. de Planejamento e Coord. /Secret. de Orçatº	09/1987	22/06/1987	MedidaProvisória	1.454/1996	10/05/1996
Finanças	-	-	MedidaProvisória	1.457/1996	16/05/1996
Atos Disposições Constitucionais Transitórias /Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Parer Normativo M. Fazenda /Coordenação-Geral do Sistema de Tributação	1/1996	21/05/1996
Constituição Federal 1988	239/1988	05/10/1988	Ato Declaratório Normativo M. Fazenda / Secret. Receita Federal /Coord.-Geral	12/1996	23/05/1996
Telex M. Fazenda /Secret. Planejº, Orçamento e Modernização	1.242/1988	09/11/1988	Sistema Tributação	-	-
Parer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	272/1989	24/04/1989	MedidaProvisória	1.471/1996	05/06/1996
Lei	7.988/1990	11/01/1990	MedidaProvisória	1.475/1996	05/06/1996
Lei	7.999/1990	31/01/1990	MedidaProvisória	1.494/1996	07/06/1996
MedidaProvisória	134/1990	15/02/1990	MedidaProvisória	1.495/1996	07/06/1996
MedidaProvisória	147/1990	13/03/1990	MedidaProvisória	1.502/1996	07/06/1996
Lei	8.019/1990	11/04/1990	MedidaProvisória	1.504/1996	13/06/1996
Lei	8.028/1990	12/04/1990	Memorando M. Planejamento /Orçatº /Secret. Orçatº Federal /Departº Area Social	71/1996	13/06/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	1/1990	21/06/1990	Nota Técnica M. Fazenda / Secretaria Federal de Controle / Secretário	009/1996	02/07/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	2/1990	21/06/1990	MedidaProvisória	1.471-21/1996	04/07/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	6/1990	28/09/1990	MedidaProvisória	1.475-16/1996	04/07/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	7/1990	28/09/1990	Nota M. Planejamento e Orçatº /Secret. Orçatº Federal /Coord. Geral Normas	20/1996	08/07/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	9/1990	31/12/1990	MedidaProvisória	1.494-9/1996	09/07/1996
Lei	8.175/1991	31/01/1991	MedidaProvisória	1.495-8/1996	09/07/1996
Lei	8.177/1991	01/03/1991	MedidaProvisória	1.502-6/1996	09/07/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	19/1991	03/07/1991	MedidaProvisória	1.504-4/1996	11/07/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	21/1991	09/10/1991	Nota M. Planejamento e Orçatº /Secret. Orçatº Federal /Coord. Geral Normas	22/1996	15/07/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	22/1991	09/10/1991	MedidaProvisória	1.471-22/1996	01/08/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	23/1991	09/10/1991	MedidaProvisória	1.475-17/1996	01/08/1996
Lei	8.352/1991	28/12/1991	Ofício M. Planejamento e Orçatº /Secret. Orçatº Federal /Secretário	047/1996	07/08/1996
Lei	8.398/1992	07/01/1992	MedidaProvisória	1.502-7/1996	08/08/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	25/1992	11/03/1992	MedidaProvisória	1.504-5/1996	08/08/1996
Decreto	509/1992	27/04/1992	MedidaProvisória	1.471-23/1996	29/08/1996
Lei	8.458/1992	11/09/1992	MedidaProvisória	1.475-18/1996	29/08/1996
Mensagem SIAFI M. Educação /Secretaria de Controle Interno	924004/1993	17/02/1993	MedidaProvisória	1.485-29/1996	05/09/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	40/1993	12/05/1993	MedidaProvisória	1.494-11/1996	05/09/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	41/1993	12/05/1993	MedidaProvisória	1.495-10/1996	05/09/1996
MedidaProvisória	331/1993	30/06/1993	MedidaProvisória	1.502-8/1996	05/09/1996
Decreto	858/1993	05/07/1993	MedidaProvisória	1.504-6/1996	05/09/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	48/1993	14/07/1993	Memorando M. Fazenda /Secret. Federal Controle /CASCI/SEADE/GAB	2074/1996	13/09/1996
MedidaProvisória	337/1993	28/07/1993	MedidaProvisória	1.471-24/1996	26/09/1996
Lei	8.694/1993	12/08/1993	MedidaProvisória	1.475-19/1996	26/09/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	53/1993	26/10/1993	MedidaProvisória	1.485-30/1996	02/10/1996
Lei	8.727/1993	05/11/1993	MedidaProvisória	1.504-7/1996	02/10/1996
Lei	8.765/1993	21/12/1993	MedidaProvisória	1.494-12/1996	08/10/1996
Lei	8.736/1993	29/12/1993	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	129/1996	23/10/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	59/1994	25/03/1994	MedidaProvisória	1.471-25/1996	24/10/1996
MedidaProvisória	681/1994	27/10/1994	MedidaProvisória	1.475-20/1996	24/10/1996
MedidaProvisória	684/1994	31/10/1994	MedidaProvisória	1.525/1996	30/10/1996
MedidaProvisória	743/1994	02/12/1994	MedidaProvisória	1.504-8/1996	31/10/1996
MedidaProvisória	802/1994	30/12/1994	MedidaProvisória	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	865/1995	27/01/1995	Parer Tribunal Contas União	1.471-26/1996	22/11/1996
Lei	9.181/1995	24/02/1995	MedidaProvisória	1.475-21/1996	22/11/1996
MedidaProvisória	9.004/1995	16/03/1995	MedidaProvisória	1.495-13/1996	29/11/1996
MedidaProvisória	964/1995	29/03/1995	Lei	9.322/1996	05/12/1996
MedidaProvisória	956/1995	30/03/1995	Lei	9.365/1996	16/12/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	81/1995	19/04/1995	-	-	-

MedidaProvisória	981/1995	28/04/1995	MedidaProvisória	1.546/1996	18/12/1996
MedidaProvisória	989/1995	28/04/1995	MedidaProvisória	1.553/1996	18/12/1996
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	82/1995	03/05/1995	MedidaProvisória	1.558/1996	18/12/1996
MedidaProvisória	1.007/1995	26/05/1995	MedidaProvisória	1.475-22/1996	19/12/1996
MedidaProvisória	1.013/1995	26/05/1995	MedidaProvisória	1.553-11/1997	16/01/1997
MedidaProvisória	1.030/1995	27/06/1995	MedidaProvisória	1.558-3/1997	16/01/1997
MedidaProvisória	1.036/1995	27/06/1995	MedidaProvisória	1.475-23/1997	17/01/1997
Parer Tribunal Contas União	013.430/93-9	26/07/1995	MedidaProvisória	1.546-16/1997	13/02/1997
MedidaProvisória	1.055/1995	27/07/1995	MedidaProvisória	1.553-12/1997	13/02/1997
MedidaProvisória	1.061/1995	27/07/1995	MedidaProvisória	1.558-4/1997	13/02/1997
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	87/1995	04/08/1995	MedidaProvisória	1.475-24/1997	24/02/1997
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	88/1995	04/08/1995	MedidaProvisória	1.553-13/1997	13/03/1997
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	89/1995	04/08/1995	MedidaProvisória	1.558-5/1997	13/03/1997
MedidaProvisória	1.082/1995	25/08/1995	MedidaProvisória	1.475-25/1997	14/03/1997
MedidaProvisória	1.088/1995	25/08/1995	MedidaProvisória	1.537-37/1997	11/04/1997
MedidaProvisória	1.114/1995	22/09/1995	MedidaProvisória	1.546-18/1997	11/04/1997
MedidaProvisória	1.120/1995	22/09/1995	MedidaProvisória	1.553-14/1997	11/04/1997
Parer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	MedidaProvisória	1.558-6/1997	11/04/1997
MedidaProvisória	1.147/1995	24/10/1995	MedidaProvisória	1.475-26/1997	15/04/1997
MedidaProvisória	1.152/1995	24/10/1995	MedidaProvisória	1.546-19/1997	09/05/1997
MedidaProvisória	1.178/1995	01/11/1995	MedidaProvisória	1.553-15/1997	09/05/1997
Parer M. Planejamento e Orçatº /Secret. Orçatº. Federal /COEDE /Deptº Proqramas Sociais	141/1995	03/11/1995	MedidaProvisória	1.558-7/1997	09/05/1997
MedidaProvisória	1.183/1995	23/11/1995	MedidaProvisória	1.475-27/1997	15/05/1997
MedidaProvisória	1.188/1995	23/11/1995	MedidaProvisória	1.546-20/1997	10/06/1997
Nota M. Planejamento e Orçatº /Secret. Orçatº Federal /Coord. Geral Normas	47/1995	27/11/1995	MedidaProvisória	1.553-16/1997	10/06/1997
MedidaProvisória	1.212/1995	28/11/1995	MedidaProvisória	1.558-8/1997	10/06/1997
Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal	39/1995	28/11/1995	MedidaProvisória	1.475-28/1997	12/06/1997
Lei	9.138/1995	29/11/1995	Fax M. Planejamento e Orçamento /Secret. Orçatº Federal /Secretário	06/1997	30/06/1997
MedidaProvisória	1.213/1995	30/11/1995	MedidaProvisória	1.537-40/1997	10/07/1997
Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal /Coord.-Geral Sistema Arrecadação	41/1995	11/12/1995	MedidaProvisória	1.546-21/1997	10/07/1997
MedidaProvisória	1.219/1995	14/12/1995	MedidaProvisória	1.553-17/1997	10/07/1997
MedidaProvisória	1.224/1995	14/12/1995	MedidaProvisória	1.558-9/1997	10/07/1997
MedidaProvisória	1.249/1995	14/12/1995	MedidaProvisória	1.475-29/1997	11/07/1997
MedidaProvisória	1.256/1996	12/01/1996	MedidaProvisória	1.579-10/1997	23/07/1997
MedidaProvisória	1.261/1996	12/01/1996	MedidaProvisória	1.537-41/1997	07/08/1997
MedidaProvisória	1.285/1996	12/01/1996	MedidaProvisória	1.546-22/1997	07/08/1997
MedidaProvisória	1.286/1996	12/01/1996	Ato Declaratório Normativo M. Fazenda / Secret. Receita Federal /Coord.-Geral	21/1997	07/08/1997
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.238/1996	31/01/1996	Sistema Tributação	-	-
MedidaProvisória	1.295/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.475-30/1997	08/08/1997
MedidaProvisória	1.300/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.475-31/1997	08/08/1997
MedidaProvisória	1.312/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.579-11/1997	21/08/1997
MedidaProvisória	1.313/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.537-42/1997	04/09/1997
MedidaProvisória	1.324/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.546-23/1997	04/09/1997
MedidaProvisória	1.325/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.553-19/1997	04/09/1997
MedidaProvisória	1.335/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.475-31/1997	09/09/1997
MedidaProvisória	1.340/1996	12/03/1996	Lei	9.493/1997	10/09/1997
MedidaProvisória	1.352/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.579-12/1997	18/09/1997
MedidaProvisória	1.353/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.537-43/1997	02/10/1997
MedidaProvisória	1.364/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.553-20/1997	02/10/1997
MedidaProvisória	1.365/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.475-32/1997	09/10/1997
MedidaProvisória	1.366/1996	14/03/1996	MedidaProvisória	1.579-13/1997	17/10/1997
MedidaProvisória	1.367/1996	20/03/1996	MedidaProvisória	1.537-44/1997	30/10/1997
MedidaProvisória	1.377/1996	11/04/1996	MedidaProvisória	1.546-25/1997	30/10/1997
MedidaProvisória	1.382/1996	11/04/1996	MedidaProvisória	1.553-21/1997	30/10/1997
-	-	-	Parer Tribunal Contas União	012.696/96-0	05/11/1997
-	-	-	MedidaProvisória	1.475-33/1997	06/11/1997

MedidaProvisória	1.600/1997	11/11/1997	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	6/1999	29/01/1999
MedidaProvisória	1.579-14/1997	13/11/1997	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
MedidaProvisória	1.602/1997	14/11/1997	MedidaProvisória	1.732-49/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.537-45/1997	27/11/1997	MedidaProvisória	1.735-30/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.546-26/1997	27/11/1997	MedidaProvisória	1.741-38/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.475-34/1997	04/12/1997	MedidaProvisória	1.756-10/1999	11/02/1999
Lei	9.530/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.779-7/1999	11/02/1999
Lei	9.532/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.782-2/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.579-15/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	1.799-2/1999	18/02/1999
MedidaProvisória	1.615-23/1997	11/12/1997	Lei	9.789/1999	23/02/1999
Mensagem Presidente República	1.516/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	1.807-1/1999	25/02/1999
MedidaProvisória	1.617-46/1997	12/12/1997	Decreto	2.984/1999	05/03/1999
MedidaProvisória	1.623-27/1997	12/12/1997	MedidaProvisória	1.732-50/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.475-35/1997	31/12/1997	MedidaProvisória	1.735-31/1999	11/03/1999
Decreto	2.451/1998	05/01/1998	MedidaProvisória	1.741-39/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.579-16/1998	08/01/1998	MedidaProvisória	1.756-11/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.615-24/1998	08/01/1998	MedidaProvisória	1.779-8/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.623-28/1998	13/01/1998	MedidaProvisória	1.782-3/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.475-36/1998	29/01/1998	MedidaProvisória	1.799-3/1999	18/03/1999
MedidaProvisória	1.579-17/1998	05/02/1998	MedidaProvisória	1.807-2/1999	25/03/1999
MedidaProvisória	1.615-25/1998	05/02/1998	MedidaProvisória	1.732-51/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.623-29/1998	12/02/1998	MedidaProvisória	1.735-32/1999	08/04/1999
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	159/1998	17/02/1998	MedidaProvisória	1.741-40/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.475-37/1998	27/02/1998	MedidaProvisória	1.756-12/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.579-18/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	1.779-9/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.615-26/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	1.782-4/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.617-49/1998	13/03/1998	Decreto	1.799-4/1999	15/04/1999
MedidaProvisória	1.623-30/1998	13/03/1998	MedidaProvisória	3.031/1999	20/04/1999
MedidaProvisória	1.642-41/1998	13/03/1998	MedidaProvisória	1.807-3/1999	22/04/1999
MedidaProvisória	1.475-38/1998	27/03/1998	Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	206/1999	29/04/1999
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	437/1998	30/03/1998	Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	207/1999	29/04/1999
MedidaProvisória	1.579-19/1998	02/04/1998	Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	208/1999	29/04/1999
MedidaProvisória	1.615-27/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	1.732-52/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.651-42/1998	07/04/1998	MedidaProvisória	1.735-33/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.617-50/1998	09/04/1998	MedidaProvisória	1.741-41/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.623-31/1998	09/04/1998	MedidaProvisória	1.756-13/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.475-39/1998	28/04/1998	MedidaProvisória	1.779-10/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.579-20/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	1.782-5/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.615-28/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	1.799-5/1999	13/05/1999
MedidaProvisória	1.617-51/1998	12/05/1998	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	210/1999	19/05/1999
MedidaProvisória	1.623-32/1998	12/05/1998	MedidaProvisória	1.807-4/1999	20/05/1999
MedidaProvisória	1.659/1998	12/05/1998	MedidaProvisória	1.779-11/1999	02/06/1999
Lei	9.649/1998	27/05/1998	MedidaProvisória	1.837-35/1999	29/06/1999
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	171/1998	27/05/1998	MedidaProvisória	1.858-6/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.475-40/1998	28/05/1998	MedidaProvisória	1.873-43/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.579-21/1998	28/05/1998	MedidaProvisória	1.879-12/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.615-29/1998	28/05/1998	MedidaProvisória	1.881-15/1999	29/06/1999
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	MedidaProvisória	1.902-54/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.623-33/1998	10/06/1998	MedidaProvisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	MedidaProvisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	180/1998	25/06/1998	Decreto	3.101/1999	30/06/1999
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	183/1998	25/06/1998	MedidaProvisória	1.837-36/1999	27/07/1999
			MedidaProvisória	1.873-44/1999	28/07/1999
			MedidaProvisória	1.879-13/1999	28/07/1999
			MedidaProvisória	1.881-16/1999	28/07/1999
			MedidaProvisória	1.902-55/1999	28/07/1999

MedidaProvisória	1.475-41/1998	26/06/1998	MedidaProvisória	1.907-8/1999	28/07/1999
MedidaProvisória	1.579-22/1998	26/06/1998	MedidaProvisória	1.683-3/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.615-30/1998	26/06/1998	MedidaProvisória	1.858-7/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.674-53/1998	29/06/1998	MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.676-34/1998	29/06/1998	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	214/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.683-2/1998	29/06/1998	Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	215/1999	05/08/1999
MedidaProvisória	1.475-42/1998	27/07/1998	MedidaProvisória	1.837-37/1999	25/08/1999
MedidaProvisória	1.579-23/1998	27/07/1998	MedidaProvisória	1.873-45/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.615-31/1998	27/07/1998	MedidaProvisória	1.879-14/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.676-35/1998	29/07/1998	MedidaProvisória	1.881-17/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.683-3/1998	29/07/1998	MedidaProvisória	1.902-56/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.687-2/1998	29/07/1998	MedidaProvisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	187/1998	12/08/1998	MedidaProvisória	1.858-8/1999	27/08/1999
Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	189/1998	12/08/1998	MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999
MedidaProvisória	1.475-43/1998	25/08/1998	MedidaProvisória	1.837-38/1999	22/09/1999
MedidaProvisória	1.579-24/1998	25/08/1998	Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	217/1999	22/09/1999
MedidaProvisória	1.615-32/1998	25/08/1998	Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	218/1999	22/09/1999
MedidaProvisória	1.676-36/1998	27/08/1998	MedidaProvisória	1.858-9/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.683-4/1998	27/08/1998	MedidaProvisória	1.873-46/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.687-3/1998	27/08/1998	MedidaProvisória	1.879-15/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.716/1998	08/09/1998	MedidaProvisória	1.881-18/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.475-44/1998	24/09/1998	MedidaProvisória	1.902-57/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.579-25/1998	24/09/1998	MedidaProvisória	1.907-10/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.615-33/1998	24/09/1998	MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.674-56/1998	25/09/1998	MedidaProvisória	1.921/1999	30/09/1999
MedidaProvisória	1.676-37/1998	25/09/1998	MedidaProvisória	1.922/1999	05/10/1999
MedidaProvisória	1.683-5/1998	25/09/1998	MedidaProvisória	1.837-39/1999	21/10/1999
MedidaProvisória	1.687-4/1998	25/09/1998	MedidaProvisória	1.873-47/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.716-1/1998	08/10/1998	MedidaProvisória	1.879-16/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.475-45/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	1.881-19/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.579-26/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	1.902-58/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.615-34/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	1.907-11/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.676-38/1998	26/10/1998	MedidaProvisória	1.858-10/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.683-6/1998	26/10/1998	MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.687-5/1998	26/10/1998	MedidaProvisória	1.921-1/1999	28/10/1999
Lei	9.701/1998	17/11/1998	MedidaProvisória	1.922-1/1999	04/11/1999
MedidaProvisória	1.579-27/1998	19/11/1998	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999
Lei	9.715/1998	25/11/1998	Lei	9.872/1999	23/11/1999
MedidaProvisória	1.683-7/1998	25/11/1998	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	69/1999	23/11/1999
Decreto	1.687-6/1998	25/11/1998	MedidaProvisória	1.936-41/1999	09/12/1999
Decreto	2.858/1998	07/12/1998	MedidaProvisória	1.948-49/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.732-47/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.952-18/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.735-28/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.954-21/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.741-36/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.963-13/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.756-8/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.966-3/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.779-5/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.986/1999	13/12/1999
MedidaProvisória	1.782/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.991-12/1999	14/12/1999
Portaria M. Fazenda / Ministro	345/1998	29/12/1998	MedidaProvisória	1.998-60/1999	14/12/1999
MedidaProvisória	1.732-48/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999
MedidaProvisória	1.735-29/1999	13/01/1999	Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	230/1999	20/12/1999
MedidaProvisória	1.741-37/1999	13/01/1999	Decreto	003/28.12.1999	28/12/1999
MedidaProvisória	1.756-9/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.936-42/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.779-6/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.948-50/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.782-1/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.952-19/2000	06/01/2000
Lei	9.779/1999	19/01/1999	MedidaProvisória	1.954-22/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.799-1/1999	21/01/1999	MedidaProvisória	1.963-14/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.807/1999	28/01/1999			

Medida Provisória	1.966-4/2000	06/01/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.986-1/2000	12/01/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	245/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.991-13/2000	13/01/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.998-61/2000	13/01/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	246/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.936-43/2000	03/02/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	247/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.952-20/2000	03/02/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	248/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.954-23/2000	03/02/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	249/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.966-5/2000	03/02/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.986-2/2000	10/02/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	250/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.991-14/2000	11/02/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.998-62/2000	11/02/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	251/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.936-44/2000	02/03/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	252/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.948-52/2000	02/03/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.952-21/2000	02/03/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	253/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.954-24/2000	02/03/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000	Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	254/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.966-6/2000	02/03/2000	Deliberativo/Presidente		
Medida Provisória	1.986-3/2000	09/03/2000	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	254/2000	04/10/2000
Medida Provisória	1.991-15/2000	10/03/2000	Medida Provisória	1.948-60/2000	19/10/2000
Medida Provisória	1.998-63/2000	10/03/2000	Medida Provisória	1.952-29/2000	19/10/2000
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Medida Provisória	1.954-32/2000	19/10/2000
Medida Provisória	1.948-53/2000	30/03/2000	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	255/2000	19/10/2000
Medida Provisória	1.952-22/2000	30/03/2000	Medida Provisória	1.963-24/2000	24/10/2000
Medida Provisória	1.954-25/2000	30/03/2000	Medida Provisória	1.966-14/2000	24/10/2000
Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000	Medida Provisória	1.986-11/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.966-7/2000	30/03/2000	Medida Provisória	2.025-7/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.986-4/2000	06/04/2000	Medida Provisória	2.037-23/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.991-16/2000	11/04/2000	Medida Provisória	2.038-71/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000	Medida Provisória	2.046-35/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.998-64/2000	11/04/2000	Medida Provisória	2.049-24/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000	Medida Provisória	1.948-61/2000	16/11/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000	Medida Provisória	1.952-30/2000	16/11/2000
Medida Provisória	1.952-23/2000	27/04/2000	Medida Provisória	1.954-33/2000	16/11/2000
Medida Provisória	1.954-26/2000	27/04/2000	Medida Provisória	1.963-25/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000	Medida Provisória	1.966-15/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.966-8/2000	27/04/2000	Medida Provisória	1.986-12/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.986-5/2000	04/05/2000	Medida Provisória	2.025-8/2000	23/11/2000
Lei	9.969/2000	11/05/2000	Medida Provisória	2.037-24/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.991-17/2000	11/05/2000	Medida Provisória	2.038-72/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000	Medida Provisória	2.046-36/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.998-65/2000	11/05/2000	Medida Provisória	2.049-25/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000	Medida Provisória	10.052/2000	28/11/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000	Lei	257/2000	29/11/2000
Medida Provisória	1.948-55/2000	26/05/2000	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo		
Medida Provisória	1.952-24/2000	26/05/2000	Portaria Interministerial M. Trabalho e Emprego / M. Educação	13/2000	08/12/2000
Medida Provisória	1.954-27/2000	26/05/2000	Resolução Senado Federal	66/2000	15/12/2000
Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	3/2000	20/12/2000
Medida Provisória	1.966-9/2000	26/05/2000	Lei	10.147/2000	21/12/2000
Medida Provisória	1.986-6/2000	01/06/2000	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	258/2000	21/12/2000
Medida Provisória	2.025-2/2000	02/06/2000	Medida Provisória	2.072-63/2000	27/12/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000			
Decreto	3.508/2000	14/06/2000			
Medida Provisória	1.948-56/2000	26/06/2000			

Medida Provisória	1.952-25/2000	26/06/2000	Medida Provisória	2.076-32/2000	27/12/2000
Medida Provisória	1.954-28/2000	26/06/2000	Medida Provisória	2.078-35/2000	27/12/2000
Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000	Medida Provisória	2.087-27/2000	27/12/2000
Medida Provisória	1.966-10/2000	26/06/2000	Medida Provisória	2.090-17/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.037-19/2000	28/06/2000	Medida Provisória	2.104-14/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.038-67/2000	28/06/2000	Medida Provisória	2.107-10/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000	Medida Provisória	2.113-26/2000	27/12/2000
Medida Provisória	1.986-7/2000	29/06/2000	Medida Provisória	2.114-74/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.025-3/2000	29/06/2000	Medida Provisória	2.121-38/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000	Medida Provisória	2.123-27/2000	27/12/2000
Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sn/2000	30/06/2000	Lei	10.171/2001	05/01/2001
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	237/2000	05/07/2000	Portaria M. Trabalho e Emprego / Ministro	41/2001	17/01/2001
Portaria M. Fazenda, Interino	224/2000	20/07/2000	Medida Provisória	2.072-64/2001	25/01/2001
Portaria M. Fazenda, Interino	228/2000	20/07/2000	Medida Provisória	2.078-36/2001	25/01/2001
Medida Provisória	1.948-57/2000	26/07/2000	Medida Provisória	2.087-28/2001	25/01/2001
Medida Provisória	1.952-26/2000	26/07/2000	Medida Provisória	2.090-18/2001	25/01/2001
Medida Provisória	1.954-29/2000	26/07/2000	Medida Provisória	2.076-33/2001	26/01/2001
Medida Provisória	1.963-21/2000	26/07/2000	Medida Provisória	2.104-15/2001	26/01/2001
Medida Provisória	1.966-11/2000	26/07/2000	Medida Provisória	2.107-11/2001	26/01/2001
Medida Provisória	1.986-8/2000	28/07/2000	Medida Provisória	2.113-27/2001	26/01/2001
Medida Provisória	2.025-4/2000	28/07/2000	Medida Provisória	2.114-75/2001	26/01/2001
Medida Provisória	2.037-20/2000	28/07/2000	Medida Provisória	2.121-39/2001	26/01/2001
Medida Provisória	2.038-68/2000	28/07/2000	Medida Provisória	2.123-28/2001	26/01/2001
Medida Provisória	2.046-32/2000	28/07/2000	Portaria M. Trabalho e Emprego/Subsecret. De Planejamento, Orçatº e Administração	1/2001	30/01/2001
Medida Provisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Lei	10.183/2001	12/02/2001
Parecer Tribunal Contas União	014.356/1999-6	02/08/2000	Lei	10.193/2001	14/02/2001
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	239/2000	11/08/2000	Lei	10.199/2001	14/02/2001
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	240/2000	11/08/2000	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	srº/2001	16/02/2001
Medida Provisória	1.948-58/2000	23/08/2000	Medida Provisória	2.072-65/2001	22/02/2001
Medida Provisória	1.952-27/2000	23/08/2000	Medida Provisória	2.087-29/2001	22/02/2001
Medida Provisória	1.954-30/2000	23/08/2000	Medida Provisória	2.076-34/2001	23/02/2001
Medida Provisória	1.963-22/2000	25/08/2000	Medida Provisória	2.104-16/2001	23/02/2001
Medida Provisória	1.966-12/2000	25/08/2000	Medida Provisória	2.107-12/2001	23/02/2001
Medida Provisória	2.037-21/2000	25/08/2000	Medida Provisória	2.113-28/2001	23/02/2001
Medida Provisória	2.038-69/2000	25/08/2000	Medida Provisória	2.121-40/2001	23/02/2001
Medida Provisória	2.046-33/2000	25/08/2000	Medida Provisória	2.123-29/2001	23/02/2001
Medida Provisória	1.986-9/2000	28/08/2000	Medida Provisória	2.072-66/2001	22/03/2001
Medida Provisória	2.025-5/2000	28/08/2000	Medida Provisória	2.087-30/2001	22/03/2001
Medida Provisória	2.049-22/2000	28/08/2000	Portaria M. Trabalho e Emprego/Subsecret. De Planejamento, Orçatº e Administração	2/2001	22/03/2001
Despacho M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários / Diretor-Geral	snº-0/2000	29/08/2000	Lei	10.208/2001	23/03/2001
Projeto de Lei - Poder Executivo	snº-0/2000	31/08/2000	Lei	10.209/2001	23/03/2001
Medida Provisória	1.948-59/2000	21/09/2000	Lei	10.210/2001	23/03/2001
Medida Provisória	1.952-28/2000	21/09/2000	Medida Provisória	2.076-35/2001	27/03/2001
Medida Provisória	1.954-31/2000	21/09/2000	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	261/2001	29/03/2001
Medida Provisória	1.963-23/2000	22/09/2000	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	262/2001	30/03/2001
Medida Provisória	1.966-13/2000	22/09/2000	Portaria M. Fazenda / Ministro	88/2001	03/04/2001
Medida Provisória	2.037-22/2000	26/09/2000	Portaria M. Fazenda / Ministro	97/2001	18/04/2001
Medida Provisória	2.038-70/2000	26/09/2000	Portaria M. Trabalho e Emprego / Ministro	324/2001	18/04/2001
Medida Provisória	2.046-34/2000	26/09/2000	Medida Provisória	2.087-31/2001	19/04/2001
Medida Provisória	1.986-10/2000	27/09/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	85/2001	19/04/2001
Medida Provisória	2.025-6/2000	27/09/2000	Portaria M. Trabalho e Emprego/Subsecret. De Planejamento, Orçatº e Administração	4/2001	20/04/2001
Medida Provisória	2.049-23/2000	27/09/2000	Portaria M. Trabalho e Emprego/Subsecret. De Planejamento, Orçatº e Administração	5/2001	30/04/2001
Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho	243/2000	04/10/2000	Balanco Social M. Fazenda - Banco do Nordeste do Brasil S/A	snº/2000	07/05/2001
			Portaria Interministerial M. Trabalho e Emprego / M. Educação	28/2001	15/05/2001

MedidaProvisória	2.087-32/2001	17/05/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	520/2000	05/10/2000
Portaria M. Trabalho e Emprego / Subsecret. De Planej <sup>o</sup> . Orçat <sup>o</sup> e Administração	06/2001	21/05/2001	MedidaProvisória	1.944-20/2000	19/10/2000
MedidaProvisória	2.170-34/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.944-21/2000	16/11/2000
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.853/2001	03/07/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	584/2000	28/11/2000
Lei	10.266/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	2.135-23/2000	28/12/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.135-24/2001	26/01/2001
-	-	-/-	Lei	10.188/2001	12/02/2001
FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FAS	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	56/2001	23/02/2001
-	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	89/2001	27/03/2001
Exposição Motivos PR / Secretaria de Planej <sup>o</sup> / Conselho Desenv. Social / M. Educ. Cultura e outros	01/1974	22/10/1974	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	136/2001	26/04/2001
Lei	6.168/1974	09/12/1974	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	203/2001	30/05/2001
Exposição Motivos PR / Secretaria de Planej <sup>o</sup> / Conselho Desenv. Social / M. Educ. Cultura e outros	02/1975	05/02/1975	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	238/2001	28/06/2001
Decreto	75.508/1975	18/03/1975	-	-	-/-
Portaria Interministerial Presidência República / Secret. Planejamento / M. Fazenda	48/1975	30/04/1975	-	-	-/-
Decreto-lei	1.405/1975	28/06/1975	FUNDO DE APOIO A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	-	-/-
Decreto	75.975/1975	17/07/1975	-	-	-/-
Exposição Motivos PR / Secretaria de Planej <sup>o</sup> / Conselho Desenv. Social / M. Educ. Cultura e outros	07/1975	13/08/1975	Resolução M. Interior / Banco Nacional da Habitação / Conselho de Administração	2/1984	12/01/1984
Decreto Legislativo - Senado Federal	72/1975	29/08/1975	Decreto-lei	2.291/1986	21/11/1986
Exposição Motivos PR / Secretaria de Planej <sup>o</sup> / Conselho Desenv. Social / M. Educ. Cultura e outros	14/1975	23/10/1975	-	-	-/-
Decreto	77.116/1976	06/02/1976	-	-	-/-
Decreto	78.307/1976	24/08/1976	FUNDO DE AVAL PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - FUNPROGER	-	-/-
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	397/1976	17/11/1976	-	-	-/-
Resolução Presidência República / Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	01/1977	20/04/1977	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	89/1995	04/08/1995
Lei	6.430/1977	07/07/1977	MedidaProvisória	1.922/1999	05/10/1999
Resolução Presidência República / Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	02/1977	27/07/1977	MedidaProvisória	1.922-1/1999	04/11/1999
Resolução Presidência República / Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	04/1977	28/07/1977	Lei	9.872/1999	23/11/1999
Resolução Presidência República / Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	01/1978	22/02/1978	Resolução M. Trabalho / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	231/1999	23/12/1999
Exposição Motivos Interminist. Presidência República / PR / Sec. Planejamento / M. Trabalho e outros	62/1979	17/05/1979	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Lei	6.717/1979	12/11/1979	-	-	-/-
Resolução Presidência República / Conselho Desenvolvimento Social / Secretária Geral	02/1980	03/12/1980	FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA (EC 31/2000)	-	-/-
Portaria Interministerial Presidência República / Secret. Planejamento / M. Fazenda	54-A/1981	20/02/1981	-	-	-/-
Portaria M. Fazenda / Ministro	130/1981	26/05/1981	Emenda Constitucional	31/2000	14/12/2000
Exposição Motivos PR / Secretaria de Planej <sup>o</sup> / Conselho Desenv. Social / M. Educ. Cultura e outros	04/1981	29/05/1981	Decreto	sm <sup>o</sup> -023.03.20	21/03/2001
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	712/1981	22/12/1981	Decreto	sm <sup>o</sup> -027.03.20	21/03/2001
Exposição Motivos M. Fazenda	675/1981	29/12/1981	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Decreto-lei	1.923/1982	20/01/1982	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Decreto	86.885/1982	28/01/1982	-	-	-/-
Decreto Legislativo - Senado Federal	76/1982	11/08/1982	-	-	-/-
Portaria Interministerial Presidência República / Secret. Planejamento / M. Fazenda	234/1982	10/11/1982	FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÕES SALARIAIS	-	-/-
Portaria M. Fazenda / Ministro	129/1983	31/05/1983	-	-	-/-
Exposição Motivos PR / Secretaria de Planej <sup>o</sup> / Conselho Desenv. Social / M. Educ. Cultura e outros	07/1983	05/10/1983	Lei	4.380/1964	21/08/1964
Resolução Presidência República / Secretaria Planejamento / Conselho Desenvolvimento Social	01/1984	16/04/1984	Lei	4.595/1964	31/12/1964
Portaria M. Educação / Ministro	86/1986	03/02/1986	Lei	4.728/1965	14/07/1965
Exposição Motivos Conjunta M. Previd. Assis. Social / Presid. da República / PR / Sec.	06/1986	13/02/1986	Lei	4.864/1965	30/11/1965
			Lei	5.049/1966	29/06/1966
			Decreto-lei	19/1966	30/08/1966
			Lei	5.127/1966	30/09/1966
			Decreto-lei	70/1966	21/11/1966
			Decreto-lei	73/1966	21/11/1966
			Decreto-lei	262/1967	28/02/1967
			Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração - RC	25/1967	16/06/1967
			Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	30/1967	23/08/1967
			Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	2/1967	16/10/1967
			Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	5/1967	10/11/1967

Planejamento / PR			Decreto	61.867/1967	07/12/1967
Portaria M. Educação / Ministro	188/1986	17/05/1986	Circular BNH / Superint. dos Agentes Financeiros	1/1968	04/01/1968
Exposição Motivos Conjunta M. Fazenda - MF e M. Previdência Assistência Social	07/1986	11/06/1986	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	1/1968	09/01/1968
Exposição Motivos PR / Secretaria de Planej <sup>o</sup> / Conselho Desenv. Social / M. Educ. Cultura e outros	26/1986	12/06/1986	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	2/1968	11/01/1968
Portaria Interministerial Presidência República / Secret. Planejamento / M. Fazenda	264/1986	05/08/1986	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	3/1968	11/01/1968
Exposição Motivos PR / Secretaria de Planej <sup>o</sup> / Conselho Desenv. Social / M. Educ. Cultura e outros	55/1986	05/09/1986	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	6/1968	01/02/1968
Portaria Interministerial Presidência República / Secret. Planejamento / M. Fazenda	342/1986	17/11/1986	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	5.455/1968	20/06/1968
Decreto	94.537/1987	30/06/1987	Decreto	14/1968	01/07/1968
Decreto-lei	2.463/1988	30/08/1988	Decreto	63.182/1968	27/08/1968
Atos Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	11/1968	14/10/1968
Constituição Federal 1988	195/III/1988	05/10/1988	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	16/1968	14/10/1968
Decreto Legislativo - Senado Federal	77/1988	15/12/1988	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	35/1968	28/11/1968
Lei	7.856/1989	24/10/1989	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	18/1968	27/12/1968
Lei	7.921/1989	12/12/1989	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	19/1968	27/12/1968
Lei	7.999/1990	31/01/1990	Decreto-lei	391/1968	30/12/1968
Lei	8.173/1991	30/01/1991	Decreto	64.024/1969	27/01/1969
Lei	8.175/1991	31/01/1991	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	10/1969	16/04/1969
Lei	8.212/1991	24/07/1991	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	15/1969	20/06/1969
Lei	8.446/1992	21/07/1992	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	36/1969	18/11/1969
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	75/1969	08/12/1969
Lei	9.275/1996	09/05/1996	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	81/1969	15/12/1969
Nota Técnica M. Planejamento e Orçamento / Secretaria Orçamento Federal / Departamento Programas Econômicos	sm <sup>o</sup> /1996	28/06/1996	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	05/1970	25/02/1970
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	23/1971	22/04/1971
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	24/1971	22/04/1971
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	Lei	5.670/1971	02/07/1971
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Decreto-lei	1.188/1971	21/09/1971
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	27/1971	05/10/1971
MedidaProvisória	1.823/1999	29/04/1999	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	56/1971	05/10/1971
MedidaProvisória	1.823-1/1999	27/05/1999	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	68/1971	22/10/1971
MedidaProvisória	1.864-3/1999	29/06/1999	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	25/1971	22/10/1971
MedidaProvisória	1.864-4/1999	27/07/1999	Lei	5.725/1971	27/10/1971
MedidaProvisória	1.864-5/1999	25/08/1999	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	62/1971	27/10/1971
MedidaProvisória	1.864-6/1999	22/09/1999	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	31/1971	11/11/1971
MedidaProvisória	1.864-7/1999	21/10/1999	Lei	5.741/1971	01/12/1971
MedidaProvisória	1.944-9/1999	09/12/1999	Lei	5.762/1971	14/12/1971
MedidaProvisória	1.944-10/2000	06/01/2000	Lei	5.764/1971	16/12/1971
MedidaProvisória	1.944-11/2000	03/02/2000	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	20/1972	20/04/1972
MedidaProvisória	1.944-12/2000	02/03/2000	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	02/1973	03/01/1973
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	81/2000	02/03/2000	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	1/1973	23/01/1973
MedidaProvisória	1.944-13/2000	30/03/2000	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	81/1973	28/09/1973
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	207/2000	24/04/2000	Lei	6.015/1973	31/12/1973
MedidaProvisória	1.944-14/2000	27/04/2000	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	05/1974	08/04/1974
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	248/2000	24/05/2000	Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	5/1974	08/04/1974
MedidaProvisória	1.944-15/2000	26/05/2000	Lei	6.045/1974	15/05/1974
MedidaProvisória	1.944-16/2000	26/06/2000	Lei	6.071/1974	03/07/1974
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	308/2000	29/06/2000	Decreto-lei	11/1974	13/08/1974
MedidaProvisória	1.944-17/2000	26/07/2000	Decreto-lei	1.358/1974	12/11/1974
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	356/2000	27/07/2000	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	36/1974	23/12/1974
MedidaProvisória	1.944-18/2000	23/08/2000	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Depar <sup>t</sup> Seguros e Outras Garantias	01/1975	03/01/1975
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	403/2000	30/08/2000	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	8/1975	04/03/1975
Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	sm <sup>o</sup> -000/2000	11/09/2000	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	10/1975	17/06/1975
MedidaProvisória	1.944-19/2000	21/09/2000	Decreto	76.085/1975	06/08/1975
			Lei	6.245/1975	02/10/1975
			Lei	6.273/1975	28/11/1975
			Decreto-lei	1.431/1975	05/12/1975

Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	2/1976	23/01/1976	Decreto-lei	2.058/1983	23/08/1983
Decreto	77.450/1976	19/04/1976	Decreto Legislativo - SenadoFederal	68/1983	19/09/1983
Decreto Legislativo - SenadoFederal	14/1976	20/04/1976	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	193/1983	20/09/1983
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	20/1976	04/05/1976	Resolução Congresso Nacional	01/1983	20/10/1983
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	386/1976	21/07/1976	Decreto-lei	2.065/1983	26/10/1983
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	311/1976	20/10/1976	Decreto Legislativo - SenadoFederal	91/1983	10/11/1983
Decreto-lei	1.491/1976	01/12/1976	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	201/1983	16/11/1983
Decreto-lei	1.494/1976	09/12/1976	Decreto Legislativo - SenadoFederal	99/1983	30/11/1983
Circular M. Fazenda / Superintendência de Seguros Privados	76/1977	23/03/1977	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	203/1983	28/12/1983
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	1/1977	27/04/1977	Decreto	89.284/1984	10/01/1984
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	2/1977	27/04/1977	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	1/1984	12/01/1984
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração - RC	1/1977	27/04/1977	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	3/1984	31/01/1984
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração - RC	2/1977	27/04/1977	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	4/1984	21/03/1984
Resolução Câmara dos Deputados / Presidente	44/1977	18/05/1977	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	6/1984	06/04/1984
Lei	6.423/1977	17/06/1977	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	62/1984	06/04/1984
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	10/1977	24/06/1977	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	63/1984	06/04/1984
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	21/1977	30/09/1977	Resolução SenadoFederal	22/1984	05/05/1984
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	24/1977	11/10/1977	Lei	7.196/1984	13/06/1984
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	33/1977	13/12/1977	Decreto-lei	2.127/1984	20/06/1984
Decreto-lei	1.596/1977	22/12/1977	Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	11/1984	20/06/1984
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	04/1978	17/02/1978	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	11/1984	20/06/1984
Decreto-lei	1.608/1978	28/02/1978	Decreto-lei	2.155/1984	30/07/1984
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	05/1978	28/02/1978	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	16/1984	16/08/1984
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	5/1978	28/02/1978	Decreto-lei	2.164/1984	19/09/1984
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	05/1978	28/02/1978	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração - RC	14/1984	27/09/1984
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	10/1978	27/07/1978	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	18/1984	03/10/1984
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	10/1978	27/07/1978	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	19/1984	17/10/1984
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	494/1978	18/10/1978	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	21/1984	25/10/1984
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	506/1978	18/10/1978	Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	22/1984	14/11/1984
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	29/1978	26/11/1978	Decreto Legislativo - SenadoFederal	54/1984	03/12/1984
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	29/1978	26/11/1978	Circular BNH / Carteira Operações / Supervisão dos Agentes Financeiros Poupe Empréstimo	40/1984	07/12/1984
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	01/1979	24/01/1979	Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	24/1984	07/12/1984
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	1/1979	24/01/1979	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	23/1984	07/12/1984
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	01/1979	24/01/1979	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	24/1984	07/12/1984
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	02/1979	09/02/1979	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	25/1984	10/12/1984
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	2/1979	09/02/1979	Decreto-lei	2.182/1984	11/12/1984
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	02/1979	09/02/1979	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	41/1985	01/03/1985
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	6/1979	16/02/1979	Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	02/1985	06/03/1985
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	05/1979	05/04/1979	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	02/1985	06/03/1985
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	5/1979	05/04/1979	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	37/1985	11/03/1985
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	05/1979	05/04/1979	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	37/1985	11/03/1985
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	534/1979	18/04/1979	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	42/1985	13/03/1985
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	16/1979	07/05/1979	Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	06/1985	14/03/1985
Decreto Legislativo - SenadoFederal	18/1979	16/05/1979	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	06/1985	14/03/1985
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	09/1979	06/06/1979	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	41/1985	01/04/1985
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	9/1979	06/06/1979	Circular BNH / Carteira Operações / Supervisão dos Agentes Financeiros Poupe Empréstimo	16/1985	07/05/1985
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	09/1979	06/06/1979	Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	07/1985	08/05/1985
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	23/1979	25/06/1979	Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	18/1985	08/05/1985
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	4/1979	30/07/1979	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias -	07/1985	08/05/1985

Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - BNH (substituiu Resoluções BNH - RC e RD)	4/1979	30/07/1979	Departº Seguros e Outras Garantias	1.020/1985	05/06/1985
Circular BNH / Carteira de Fundos e Garantias	13/1979	07/08/1979	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	46/1985	26/06/1985
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	13/1979	07/08/1979	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	47/1985	28/06/1985
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	568/1979	20/09/1979	Resolução SenadoFederal	80/1985	14/08/1985
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	24/1979	06/11/1979	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	18/1985	04/10/1985
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	25/1979	06/11/1979	Resolução SenadoFederal	131/1985	19/11/1985
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - BNH (substituiu Resoluções BNH - RC e RD)	24/1979	06/11/1979	Lei	7.450/1985	23/12/1985
Lei	6.748/1979	10/12/1979	Decreto	92.349/1986	29/01/1986
Lei	6.758/1979	17/12/1979	Decreto-lei	2.284/1986	10/03/1986
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	55/1980	03/03/1980	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	58/1986	23/04/1986
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	73/1980	26/05/1980	Decreto	92.698/1986	21/05/1986
Lei	6.792/1980	11/06/1980	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	04/1986	27/06/1986
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	81/1980	19/08/1980	Decreto-lei	2.287/1986	23/07/1986
Portaria M. Fazenda / Ministro	90/1980	22/08/1980	Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	11/1986	20/10/1986
Lei	6.855/1980	18/11/1980	Decreto-lei	2.291/1986	21/11/1986
Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	01/1981	06/01/1981	Decreto-lei	2.297/1986	21/11/1986
Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	1/1981	06/01/1981	Decreto-lei	2.301/1986	21/11/1986
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	01/1981	06/01/1981	Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.099/1986	17/12/1986
Decreto-lei	1.851/1981	27/01/1981	Decreto	94.060/1987	26/02/1987
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	106/1981	30/03/1981	Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.143/1987	19/03/1987
Lei	6.899/1981	08/04/1981	Decreto-lei	2.335/1987	12/06/1987
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	114/1981	03/08/1981	Portaria M. Fazenda / Ministro	270/1987	27/07/1987
Decreto Legislativo - SenadoFederal	37/1981	17/08/1981	Decreto-lei	2.349/1987	29/07/1987
Lei	6.941/1981	14/09/1981	Resolução M. Fazenda / Conselho Nacional de Seguros Privados	27/1987	17/12/1987
Decreto-lei	1.887/1981	29/10/1981	Circular M. Fazenda / Superintendência de Seguros Privados	25/1987	18/12/1987
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	715/1981	21/12/1981	Circular M. Fazenda / Superintendência de Seguros Privados	1.281/1987	23/12/1987
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	135/1982	16/02/1982	Decreto-lei	2.406/1988	05/01/1988
Decreto-lei	1.930/1982	18/03/1982	Decreto	95.924/1988	14/04/1988
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	141/1982	06/05/1982	Portaria M. Habitação e Urbanismo	48/1988	11/05/1988
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	155/1982	22/06/1982	Decreto-lei	2.476/1988	16/09/1988
Resolução SenadoFederal	19/1982	29/06/1982	Resolução Tribunal de Contas da União	118/1988	19/09/1988
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	157/1982	08/07/1982	Portaria M. Habitação Bem-Estar Social / Ministro	118/1988	19/09/1988
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	158/1982	08/07/1982	Decreto	96.727/1988	20/09/1988
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - BNH (substituiu Resoluções BNH - RC e RD)	157/1982	08/07/1982	Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.362/1988	30/09/1988
Resolução Banco Nacional Habitação - BNH - BNH (substituiu Resoluções BNH - RC e RD)	158/1982	08/07/1982	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	05/1982	26/07/1982	Circular M. Fazenda / Superintendência de Seguros Privados	23/1988	27/10/1988
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	161/1982	18/08/1982	Circular M. Fazenda / Superintendência de Seguros Privados	2/1988	02/11/1988
Circular BNH / Departº Seguros e Outras Garantias	8/1982	27/08/1982	Medida Provisória	14/1988	03/11/1988
Circular M. Fazenda / Caixa Econômica Federal / Carteira Fundos e Garantias - Departº Seguros e Outras Garantias	08/1982	27/08/1982	Lei	7.682/1988	02/12/1988
Decreto-lei	1.968/1982	23/11/1982	Lei	7.684/1988	02/12/1988
Decreto-lei	1.975/1982	20/12/1982	Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.393/1988	07/12/1988
Decreto	88.293/1983	09/05/1983	Decreto	97.222/1988	14/12/1988
Decreto-lei	2.021/1983	18/05/1983	Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.397/1988	22/12/1988
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	182/1983	18/05/1983	Lei	7.730/1989	31/01/1989
Decreto	88.371/1983	07/06/1983	Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	1.448/1989	17/02/1989
Decreto-lei	2.034/1983	20/06/1983	Lei	7.737/1989	28/02/1989
Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	190/1983	07/07/1983	Decreto	97.548/1989	01/03/1989
Decreto-lei	2.045/1983	13/07/1983	Lei	7.738/1989	09/03/1989
Decreto-lei	2.046/1983	20/07/1983	Lei	7.739/1989	26/03/1989
			Medida Provisória	44/1989	30/03/1989
			Lei	7.764/1989	02/05/1989
			Lei	7.774/1989	08/06/1989
			Decreto Legislativo - SenadoFederal	23/1989	09/06/1989





MedidaProvisória	1.493-7/1996	09/07/1996	MedidaProvisória	1.696-23/1998	30/06/1998
MedidaProvisória	1.478-14/1996	01/08/1996	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.522/1998	16/07/1998
MedidaProvisória	1.493-8/1996	08/08/1996	MedidaProvisória	1.691-2/1998	29/07/1998
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.417/1996	20/08/1996	MedidaProvisória	1.691-3/1998	27/08/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	68/1996	21/08/1996	MedidaProvisória	1.696-25/1998	28/08/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	69/1996	21/08/1996	MedidaProvisória	1.710-1/1998	08/09/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	70/1996	21/08/1996	MedidaProvisória	1.716/1998	08/09/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	71/1996	21/08/1996	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	92/1998	16/09/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	72/1996	21/08/1996	MedidaProvisória	1.691-4/1998	25/09/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	73/1996	21/08/1996	MedidaProvisória	1.696-26/1998	28/09/1998
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.449/1996	26/08/1996	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	93/1998	28/09/1998
Ato M. Fazenda / Conselho Nacional de Seguro Privado	11/1996	26/08/1996	MedidaProvisória	1.716-1/1998	08/10/1998
MedidaProvisória	1.493-9/1996	05/09/1996	MedidaProvisória	1.696-27/1998	27/10/1998
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.552/1996	12/09/1996	MedidaProvisória	1.691-6/1998	25/11/1998
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.616/1996	23/09/1996	Decreto	2.858/1998	07/12/1998
MedidaProvisória	1.520/1996	24/09/1996	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.572/1998	09/12/1998
MedidaProvisória	1.493-10/1996	02/10/1996	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	94/1998	09/12/1998
MedidaProvisória	1.520-1/1996	24/10/1996	MedidaProvisória	1.762-7/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Ministro	235/1996	24/10/1996	MedidaProvisória	1.763-61/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	1.493-11/1996	31/10/1996	MedidaProvisória	1.768-29/1998	14/12/1998
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador / Presidente	304/1998	15/12/1998
MedidaProvisória	1.520-2/1996	22/11/1996	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.578/1998	23/12/1998
MedidaProvisória	1.493-12/1996	29/11/1996	Decreto	2.918/1998	30/12/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	74/1996	11/12/1996	MedidaProvisória	1.768-30/1999	13/01/1999
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	75/1996	11/12/1996	Decreto	2.954/1999	29/01/1999
MedidaProvisória	1.545-13/1996	18/12/1996	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
MedidaProvisória	1.545/1996	18/12/1996	MedidaProvisória	1.762-9/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.520-3/1996	19/12/1996	MedidaProvisória	1.768-31/1999	11/02/1999
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	2.216/96	27/12/1996	MedidaProvisória	1.807-1/1999	25/02/1999
MedidaProvisória	1.545-14/1997	16/01/1997	Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	72/1997	16/01/1997	MedidaProvisória	1.762-10/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.520-4/1997	17/01/1997	MedidaProvisória	1.766-16/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.545-15/1997	13/02/1997	MedidaProvisória	1.768-32/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.520-5/1997	14/02/1997	MedidaProvisória	1.768-33/1999	08/04/1999
Lei	9.443/1997	14/03/1997	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	95/1999	14/04/1999
MedidaProvisória	1.520-6/1997	14/03/1997	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	96/1999	14/04/1999
MedidaProvisória	1.520-7/1997	15/04/1997	Decreto	3.031/1999	20/04/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.375/1997	24/04/1997	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.604/1999	23/04/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.386/1997	14/05/1997	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	97/1999	23/04/1999
MedidaProvisória	1.481-49/1997	15/05/1997	MedidaProvisória	1.823/1999	29/04/1999
MedidaProvisória	1.520-8/1997	15/05/1997	MedidaProvisória	1.768-34/1999	06/05/1999
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.757/1997	23/05/1997	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	98/1999	12/05/1999
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	76/1997	26/05/1997	MedidaProvisória	1.827/1999	27/05/1999
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	77/1997	26/05/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador / Presidente	316/1999	22/06/1999
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	78/1997	26/05/1997	MedidaProvisória	1.865-2/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.520-9/1997	12/06/1997	MedidaProvisória	1.877-36/1999	29/06/1999
Ato M. Fazenda / Conselho Nacional de Seguro Privado	06/1997	16/06/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Área de Produtos Sociais do Governo	172/1999	07/07/1999
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.022/1997	01/07/1997	MedidaProvisória	1.865-3/1999	27/07/1999
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.765/1997	02/07/1997	MedidaProvisória	1.877-37/1999	27/07/1999
Lei	9.467/1997	10/07/1997	MedidaProvisória	1.877-38/1999	25/08/1999
MedidaProvisória	1.520-10/1997	11/07/1997	MedidaProvisória	1.865-4/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.481-52/1997	08/08/1997	MedidaProvisória	1.865-5/1999	22/09/1999
MedidaProvisória	1.520-11/1997	08/08/1997	MedidaProvisória	1.877-39/1999	22/09/1999
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.425/1997	01/09/1997	MedidaProvisória	1.865-6/1999	21/10/1999
Lei	9.491/1997	09/09/1997	MedidaProvisória	1.877-40/1999	21/10/1999
MedidaProvisória	1.520-12/1997	09/09/1997	MedidaProvisória	1.972-8/1999	10/12/1999
Lei	9.494/1997	10/09/1997	MedidaProvisória	1.981-42/1999	10/12/1999

MedidaProvisória	1.520-13/1997	09/10/1997	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	101/1999	21/12/1999
MedidaProvisória	1.594/1997	21/10/1997	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	102/1999	29/12/1999
Portaria M. Fazenda / Ministro	281/1997	27/10/1997	MedidaProvisória	1.972-9/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	1.520-14/1997	06/11/1997	MedidaProvisória	1.981-43/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	1.600/1997	11/11/1997	MedidaProvisória	1.972-10/2000	10/02/2000
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.442/1997	12/11/1997	MedidaProvisória	1.981-44/2000	10/02/2000
Lei	9.514/1997	20/11/1997	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	81/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.594-1/1997	20/11/1997	MedidaProvisória	1.972-11/2000	09/03/2000
Lei	9.530/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.981-45/2000	09/03/2000
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.791/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.972-12/2000	06/04/2000
MedidaProvisória	1.613-2/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	1.981-46/2000	06/04/2000
MedidaProvisória	1.634/1997	12/12/1997	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	207/2000	24/04/2000
MedidaProvisória	1.635-16/1997	12/12/1997	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	104/2000	25/04/2000
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.458/1997	17/12/1997	MedidaProvisória	1.972-13/2000	04/05/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	79/1997	17/12/1997	MedidaProvisória	1.981-47/2000	04/05/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	80/1997	17/12/1997	Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	81/1997	17/12/1997	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	248/2000	24/05/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	82/1997	17/12/1997	MedidaProvisória	1.972-14/2000	01/06/2000
Decreto	2.451/1998	05/01/1998	MedidaProvisória	1.981-48/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.613-3/1998	08/01/1998	MedidaProvisória	1.972-15/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.635-17/1998	13/01/1998	MedidaProvisória	1.981-49/2000	29/06/2000
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.799/1998	14/01/1998	Balanco M. Fazenda / Banco Central	sn/m-0/2000	30/06/2000
Lei	9.601/1998	21/01/1998	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior / Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sn/2000	30/06/2000
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.802/1998	04/02/1998	Portaria M. Fazenda / Ministro	203/2000	07/07/2000
MedidaProvisória	1.613-4/1998	05/02/1998	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	106/2000	14/07/2000
MedidaProvisória	1.635-18/1998	12/02/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	356/2000	27/07/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	84/1998	03/03/1998	MedidaProvisória	1.972-16/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.613-5/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	1.981-50/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.634-3/1998	13/03/1998	Portaria M. Fazenda / Ministro	243/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.635-19/1998	13/03/1998	Portaria M. Fazenda / Ministro	250/2000	03/08/2000
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.480/1998	25/03/1998	MedidaProvisória	1.972-17/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	1.613-6/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	1.981-51/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	1.634-4/1998	09/04/1998	Despacho M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários / Diretor-Geral	sn/m-0/2000	29/08/2000
MedidaProvisória	1.635-20/1998	09/04/1998	Circular Caixa Econ. Federal / Diret. Transferência Benefícios / Superint. Nac. Fundos Seguros Habit.	199/2000	31/08/2000
Resolução M. Fazenda / Conselho Nacional de Seguros Privados	07/1998	23/04/1998	Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	sn/m-000/2000	11/09/2000
Resolução M. Fazenda / Conselho Nacional de Seguros Privados	08/1998	23/04/1998	MedidaProvisória	1.972-18/2000	27/09/2000
Resolução M. Fazenda / Conselho Nacional de Seguros Privados	09/1998	23/04/1998	MedidaProvisória	1.981-52/2000	27/09/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	83/1998	28/04/1998	MedidaProvisória	1.972-19/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.613-7/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	1.981-53/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.635-21/1998	12/05/1998	MedidaProvisória	1.972-20/2000	23/11/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	85/1998	12/05/1998	MedidaProvisória	1.981-54/2000	23/11/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	86/1998	12/05/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	584/2000	28/11/2000
Lei	9.635/1998	15/05/1998	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo Garantia Tempo Serviço / Conselho Curador	353/2000	19/12/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	87/1998	20/05/1998	Lei	10.150/2000	21/12/2000
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	87/1998	20/05/1998	Mensagem Presidente República	2.007/2000	21/12/2000
Portaria M. Fazenda / Ministro	132/1998	04/06/1998	MedidaProvisória	2.094-22/2000	27/12/2000
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Proqramação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	Circular Caixa Econ. Federal / Diret. Transferência Benefícios / Superint. Nacional FGTS	206/2001	19/01/2001
MedidaProvisória	1.634-6/1998	10/06/1998	MedidaProvisória	2.094-23/2001	25/01/2001
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Proqramação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Decreto	3.746/2001	06/02/2001
MedidaProvisória	1.671/1998	24/06/1998	Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	111/2001	16/02/2001
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	88/1998	24/06/1998	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior / Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sr/n/2001	16/02/2001
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	89/1998	24/06/1998	Portaria M. Fazenda / Ministro	42/2001	21/02/2001
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	90/1998	24/06/1998			
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	91/1998	24/06/1998			
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.519/1998	29/06/1998			

MedidaProvisória	2.094-24/2001	22/02/2001	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	56/2001	23/02/2001			
Balço Patrimonial M. Fazenda / Caixa Economica Federal	sn/2000	16/03/2001	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.514/1998	25/06/1998
MedidaProvisória	2.094-25/2001	22/03/2001	MedidaProvisória	1.615-30/1998	26/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	89/2001	27/03/2001	MedidaProvisória	1.694-7/1998	30/06/1998
MedidaProvisória	2.094-26/2001	19/04/2001	MedidaProvisória	1.615-31/1998	27/07/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	136/2001	26/04/2001	MedidaProvisória	1.676-35/1998	29/07/1998
Balço Social M. Fazenda - Banco do Nordeste do Brasil S/A	sn/2000	07/05/2001	MedidaProvisória	1.694-8/1998	30/07/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	115/2001	10/05/2001	MedidaProvisória	1.615-32/1998	25/08/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	116/2001	10/05/2001	MedidaProvisória	1.676-36/1998	27/08/1998
MedidaProvisória	2.094-27/2001	17/05/2001	MedidaProvisória	1.694-9/1998	28/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	177/2001	18/05/2001	MedidaProvisória	1.715/1998	03/09/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	117/2001	30/05/2001	MedidaProvisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	118/2001	30/05/2001	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.554/1998	24/09/1998
Resolução M. Fazenda / Fundo Compensação Variação Salarial / Conselho Curador	119/2001	30/05/2001	MedidaProvisória	1.676-37/1998	25/09/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	203/2001	30/05/2001	MedidaProvisória	1.694-10/1998	28/09/1998
MedidaProvisória	2.094-28/2001	13/06/2001	MedidaProvisória	1.715-1/1998	01/10/1998
Lei	10.260/2001	12/07/2001	MedidaProvisória	1.615-34/1998	22/10/1998
Parecer M. Fazenda / Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.786/1996	31/12/9999	MedidaProvisória	1.676-38/1998	26/10/1998
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.694-11/1998	27/10/1998
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.715-2/1998	29/10/1998
FUNDO DE COMPENSAÇÃO PELAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI-EXP	-	-/-	Lei	9.715/1998	25/11/1998
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.694-12/1998	27/11/1998
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.741-36/1998	14/12/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	307/1995	01/12/1995	MedidaProvisória	1.766-13/1998	14/12/1998
Lei	9.424/1996	24/12/1996	MedidaProvisória	1.781-4/1998	14/12/1998
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	015/1997	30/07/1997	MedidaProvisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	355/1997	29/10/1997	MedidaProvisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	152/1998	27/04/1998	MedidaProvisória	1.781-5/1999	13/01/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	333/1998	19/08/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	377/1998	21/09/1998	MedidaProvisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	427/1998	23/10/1998	MedidaProvisória	1.766-15/1999	11/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	48/1999	24/02/1999	MedidaProvisória	1.781-6/1999	11/02/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	96/1999	26/03/1999	MedidaProvisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	151/1999	23/04/1999	MedidaProvisória	1.766-16/1999	11/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	255/1999	24/06/1999	MedidaProvisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	310/1999	26/07/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.598/1999	26/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	360/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	1.741-40/1999	08/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	393/1999	17/09/1999	MedidaProvisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	443/1999	21/10/1999	MedidaProvisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	485/1999	25/11/1999	MedidaProvisória	1.741-41/1999	06/05/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	66/2000	28/02/2000	MedidaProvisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	100/2000	28/03/2000	MedidaProvisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	280/2000	21/06/2000	MedidaProvisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	352/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	490/2000	25/09/2000	MedidaProvisória	1.898-11/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	577/2000	22/11/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.620/1999	16/07/1999
Decisão Normativa Tribunal Contas União	37/2000	13/12/2000	MedidaProvisória	1.873-44/1999	28/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	619/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	1.888-21/1999	28/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	27/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	1.898-12/1999	28/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	50/2001	20/02/2001	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	47/1999	12/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	78/2001	20/03/2001	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.632/1999	17/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	119/2001	23/04/2001	MedidaProvisória	1.918/1999	23/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	183/2001	23/05/2001	Decreto	3.152/1999	26/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	228/2001	25/06/2001	MedidaProvisória	1.873-45/1999	26/08/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.888-22/1999	26/08/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.898-13/1999	26/08/1999

FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA - FUNCAFÉ	-	-/-	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	60/1999	21/09/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.918-1/1999	22/09/1999
Decreto-lei	2.295/1986	21/11/1986	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.648/1999	22/09/1999
Decreto	94.874/1987	15/09/1987	MedidaProvisória	1.873-46/1999	24/09/1999
Decreto-lei	2.440/1988	03/06/1988	MedidaProvisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Atos das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	MedidaProvisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Lei	7.999/1990	31/01/1990	MedidaProvisória	1.918-2/1999	21/10/1999
Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	415-A/1990	13/07/1990	MedidaProvisória	1.873-47/1999	22/10/1999
Parecer M. Econ. Faz. Planejamento / Departº de Orçatº União / Coord. Normas, Assuntos Téc. E Legislação	20/1990	11/12/1990	MedidaProvisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Lei	8.173/1991	30/01/1991	MedidaProvisória	1.898-15/1999	22/10/1999
Lei	8.175/1991	31/01/1991	Lei	9.866/1999	09/11/1999
Decreto	676/1992	03/11/1992	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.666/1999	11/11/1999
Portaria M. Fazenda / Ministro	194/1993	28/04/1993	Portaria M. Agricultura e do Abastecimento / Ministro Interino	548/1999	02/12/1999
Decreto	943/1993	30/09/1993	MedidaProvisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Lei	9.138/1995	29/11/1995	MedidaProvisória	1.961-17/1999	09/12/1999
Lei	9.239/1995	22/12/1995	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.681/1999	21/12/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.238/1996	31/01/1996	MedidaProvisória	2.010-27/1999	30/12/1999
MedidaProvisória	1.367/1996	20/03/1996	MedidaProvisória	1.948-50/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.410/1996	18/04/1996	MedidaProvisória	1.961-18/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.457/1996	16/05/1996	MedidaProvisória	2.010-28/2000	28/01/2000
MedidaProvisória	1.504/1996	13/06/1996	MedidaProvisória	1.948-51/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.504-4/1996	11/07/1996	MedidaProvisória	1.961-19/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.504-5/1996	08/08/1996	MedidaProvisória	2.010-29/2000	25/02/2000
MedidaProvisória	1.504-6/1996	05/09/1996	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	11/2000	29/02/2000
MedidaProvisória	1.504-7/1996	02/10/1996	MedidaProvisória	1.948-52/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.504-8/1996	31/10/1996	MedidaProvisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.333/1996	05/11/1996	MedidaProvisória	2.010-30/2000	28/03/2000
MedidaProvisória	1.553/1996	18/12/1996	MedidaProvisória	1.948-53/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.553-11/1997	16/01/1997	MedidaProvisória	1.961-21/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.553-12/1997	13/02/1997	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.722/2000	24/04/2000
MedidaProvisória	1.553-13/1997	13/03/1997	MedidaProvisória	1.948-54/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.553-14/1997	11/04/1997	MedidaProvisória	1.961-22/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.553-15/1997	09/05/1997	MedidaProvisória	2.010-31/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.553-16/1997	10/06/1997	Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	1.553-17/1997	10/07/1997	MedidaProvisória	1.948-55/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.553-18/1997	07/08/1997	MedidaProvisória	1.961-23/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.553-19/1997	04/09/1997	MedidaProvisória	2.010-32/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.553-20/1997	02/10/1997	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	31/2000	13/06/2000
MedidaProvisória	1.553-21/1997	30/10/1997	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.732/2000	14/06/2000
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Portaria Interministerial M. Agricultura e Abastecimento / M. Desenv. Indústria Comércio Exterior	197/2000	15/06/2000
MedidaProvisória	1.615-23/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	1.948-56/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.634/1997	12/12/1997	MedidaProvisória	1.961-24/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.615-24/1998	08/01/1998	MedidaProvisória	2.010-33/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.634-1/1998	13/01/1998	MedidaProvisória	2.050-10/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.615-25/1998	05/02/1998	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.759/2000	13/07/2000
MedidaProvisória	1.634-2/1998	12/02/1998	MedidaProvisória	1.948-57/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	1.615-26/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	1.961-25/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	1.634-3/1998	13/03/1998	MedidaProvisória	2.010-34/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	1.615-27/1998	02/04/1998	Decreto	3.527/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.634-4/1998	09/04/1998	MedidaProvisória	2.050-11/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.615-28/1998	29/04/1998	Voto do Conselho Monetário Nacional	117/2000	10/08/2000
MedidaProvisória	1.634-5/1998	12/05/1998	Portaria M. Agricultura e do Abastecimento - Secretário Executivo	18/2000	21/08/2000
MedidaProvisória	1.615-29/1998	28/05/1998	MedidaProvisória	1.948-58/2000	23/08/2000
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	MedidaProvisória	1.961-26/2000	25/08/2000
MedidaProvisória	1.634-6/1998	10/06/1998	MedidaProvisória	2.010-35/2000	25/08/2000
			MedidaProvisória	2.050-12/2000	28/08/2000

MedidaProvisória	1.948-59/2000	21/09/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.961-27/2000	22/09/2000	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO	-	-/-
MedidaProvisória	2.010-36/2000	22/09/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.050-13/2000	27/09/2000	Decreto-lei	4.048/1942	22/01/1942
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.778/2000	10/10/2000	Decreto-lei	4.936/1942	07/11/1942
VotodoConselhoMonetárioNacional	142/2000	10/10/2000	Decreto-lei	6.246/1944	05/02/1944
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.779/2000	18/10/2000	Lei	5.461/1968	25/06/1968
MedidaProvisória	1.948-60/2000	19/10/2000	Decreto-lei	828/1969	05/09/1969
MedidaProvisória	1.961-28/2000	24/10/2000	Decreto	65.331/1969	10/10/1969
MedidaProvisória	2.010-37/2000	24/10/2000	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	61/1980	04/06/1980
MedidaProvisória	2.050-14/2000	26/10/2000	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	2.085-31/2000	27/10/2000	Decreto Legislativo - Senado Federal	30/1990	18/09/1990
MedidaProvisória	1.948-61/2000	16/11/2000	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.961-29/2000	23/11/2000	Decreto	968/1993	29/10/1993
MedidaProvisória	2.010-38/2000	23/11/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	2.050-15/2000	23/11/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.794/2000	30/11/2000	Lei	9.530/1997	10/12/1997
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.795/2000	30/11/2000	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
MedidaProvisória	10.148/2000	21/12/2000	Financieira	-	-
MedidaProvisória	2.072-63/2000	27/12/2000	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
MedidaProvisória	2.124-17/2000	27/12/2000	Financieira	-	-
MedidaProvisória	2.072-64/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	1.694-9/1998	28/08/1998
MedidaProvisória	2.085-32/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	1.694-10/1998	28/09/1998
MedidaProvisória	2.124-18/2001	26/01/2001	MedidaProvisória	1.694-11/1998	27/10/1998
Lei	10.186/2001	12/02/2001	MedidaProvisória	1.694-12/1998	27/11/1998
MedidaProvisória	2.072-65/2001	22/02/2001	MedidaProvisória	1.766-13/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	2.085-33/2001	22/02/2001	MedidaProvisória	1.766-14/1999	13/01/1999
Portaria M. Agricultura e do Abastecimento - Secretário Executivo	9/2001	22/02/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
MedidaProvisória	2.072-66/2001	22/03/2001	MedidaProvisória	1.766-15/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	2.085-34/2001	22/03/2001	MedidaProvisória	1.766-16/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	2.085-35/2001	19/04/2001	MedidaProvisória	1.766-17/1999	08/04/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.831/2001	25/04/2001	MedidaProvisória	1.766-18/1999	06/05/1999
Portaria M. Agricultura e do Abastecimento - Secretário Executivo	53/2001	26/04/2001	MedidaProvisória	1.888-20/1999	29/06/1999
Portaria Interministerial M. Agricultura e Abastecimento / M. Desenv. Indústria Comércio Exterior	218/2001	04/05/2001	MedidaProvisória	1.911-7/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	2.085-36/2001	17/05/2001	MedidaProvisória	1.888-21/1999	28/07/1999
MedidaProvisória	2.168-38/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Instrução Normativa M. Agricultura e do Abastecimento / Ministro	14/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.888-22/1999	26/08/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.849/2001	29/06/2001	MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.868/2001	03/07/2001	MedidaProvisória	1.888-23/1999	24/09/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.869/2001	03/07/2001	MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.870/2001	03/07/2001	MedidaProvisória	1.888-24/1999	22/10/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.871/2001	03/07/2001	Decreto	000/27.10.1999	26/10/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999
FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	-	-/-	MedidaProvisória	2.010-27/1999	30/12/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.010-28/2000	28/01/2000
Lei	7.347/1985	24/07/1985	MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Lei	7.913/1989	07/12/1989	MedidaProvisória	2.010-29/2000	25/02/2000
Lei	8.078/1990	11/09/1990	MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Lei	8.173/1991	30/01/1991	MedidaProvisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Lei	8.884/1994	11/07/1994	MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000
MedidaProvisória	683/1994	31/10/1994	MedidaProvisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Decreto	1.306/1994	09/11/1994	Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	735/1994	30/11/1994	MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000
MedidaProvisória	788/1994	28/12/1994	Portaria M. Defesa / Ministro	3.076/2000	24/05/2000
MedidaProvisória	854/1995	26/01/1995	MedidaProvisória	2.010-32/2000	26/05/2000

MedidaProvisória	913/1995	24/02/1995	MedidaProvisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Lei	9.008/1995	21/03/1995	MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Nota M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçamento Federal / Coord. Geral Normas Mensagem Presidente República	39/1995	18/10/1995	Portaria M. Defesa / Ministro	4.478/2000	24/07/2000
Lei	1.358/1995	05/12/1995	MedidaProvisória	2.010-34/2000	26/07/2000
Lei	9.240/1995	22/12/1995	MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000
Portaria M. Justiça / Ministro	11/1996	05/01/1996	MedidaProvisória	2.010-35/2000	25/08/2000
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000
Decreto	2.181/1997	20/03/1997	MedidaProvisória	2.010-36/2000	22/09/2000
Lei	9.530/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000
Lei	9.649/1998	27/05/1998	Portaria M. Defesa / Ministro	6.411/2000	16/10/2000
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	MedidaProvisória	2.010-37/2000	24/10/2000
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.689-1/1998	29/06/1998	MedidaProvisória	2.010-38/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.689-2/1998	29/07/1998	MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.689-3/1998	27/08/1998	Portaria M. Defesa / Comando Marinha / Secretaria Geral / Diretoria Administração	42/2000	28/11/2000
MedidaProvisória	1.689-4/1998	25/09/1998	Portaria M. Defesa / Comando Marinha / Secretaria Geral / Diretoria Administração	42/DADM/2000	28/11/2000
MedidaProvisória	1.689-5/1998	26/10/1998	Lei	10.148/2000	21/12/2000
MedidaProvisória	1.799-1/1999	21/01/1999	MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.799-2/1999	18/02/1999	Portaria M. Defesa / Ministro	25/2001	12/01/2001
MedidaProvisória	1.799-3/1999	18/03/1999	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001
Resolução M. Justiça / Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos / Presidente	6/1999	09/04/1999	Portaria M. Defesa / Ministro	117/2001	19/02/2001
MedidaProvisória	1.799-4/1999	15/04/1999	MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.799-5/1999	13/05/1999	Portaria M. Defesa / Comando Marinha / Secretaria Geral / Diretoria Administração	10/DADM/2001	15/03/2001
Resolução M. Justiça / Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos / Presidente	7/1999	25/06/1999	Portaria M. Defesa / Ministro	233/2001	05/04/2001
MedidaProvisória	1.911-7/1999	29/06/1999	Portaria M. Defesa / Comando Marinha / Secretaria Geral / Diretoria Administração	21/2001	29/05/2001
MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999	Portaria M. Defesa / Comando Marinha / Secretaria Geral / Diretoria Administração	30/DADM/2001	13/07/2001
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Marinha / Secretaria Geral / Diretoria Administração	17/DADM/2001	18/08/2001
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	-	-/-
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	MedidaProvisória	2.146-1/2001	04/05/2001
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	Decreto	103/1996	22/04/1991
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	03/1991	10/09/1991
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	07/1991	10/10/1991
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	08/1991	10/10/1991
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	09/1991	10/10/1991
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	10/1991	10/10/1991
Portaria M. Justiça / Secretaria Executiva	43/2000	14/12/2000	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	11/1991	18/11/1991
Decreto	3.698/2000	21/12/2000	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	13/1991	18/11/1991
MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	14/1992	29/01/1992
MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	15/1992	29/01/1992
MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	16/1992	26/03/1992
-	-	-/-	-	-	-
-	-	-/-	-	-	-
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	-	-/-	-	-	-
-	-	-/-	-	-	-
MedidaProvisória	2.146-1/2001	04/05/2001	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	15/1992	29/01/1992
Lei	10.251/2001	04/07/2001	Resolução M. Ação Social / Fundo Desenvolvimento Social / Conselho Curador / Presidente	16/1992	26/03/1992
-	-	-/-	-	-	-

Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	17/1992	26/03/1992	Medida Provisória	1.944-9/1999	09/12/1999
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	18/1992	26/03/1992	Medida Provisória	1.944-10/2000	06/01/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	19/1992	20/05/1992	Medida Provisória	1.944-11/2000	03/02/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	21/1992	20/05/1992	Medida Provisória	1.944-12/2000	02/03/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	22/1992	20/05/1992	Medida Provisória	1.944-13/2000	30/03/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	25/1992	21/07/1992	Medida Provisória	1.944-14/2000	27/04/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	26/1992	21/07/1992	Medida Provisória	1.944-15/2000	26/05/2000
Decreto	640/1992	26/08/1992	Medida Provisória	1.944-16/2000	26/06/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	27/1992	31/08/1992	Medida Provisória	1.944-17/2000	26/07/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	28/1992	21/12/1992	Medida Provisória	1.944-18/2000	23/08/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	29/1992	21/12/1992	Medida Provisória	1.944-19/2000	21/09/2000
Medida Provisória	320/1993	13/05/1993	Medida Provisória	1.944-20/2000	19/10/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	32/1993	20/05/1993	Medida Provisória	1.944-21/2000	16/11/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	33/1993	25/05/1993	Medida Provisória	2.135-23/2000	28/12/2000
Medida Provisória	324/1993	11/06/1993	Medida Provisória	2.135-24/2001	26/01/2001
Lei	8.677/1993	13/07/1993	Lei	10.188/2001	12/02/2001
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	36/1993	28/09/1993	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	37/1993	25/11/1993	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	38/1993	25/11/1993	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	39/1993	25/11/1993	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	40/1993	25/11/1993	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	41/1993	25/11/1993	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	43/1993	16/12/1993	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	44/1993	16/12/1993	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	47/1994	27/01/1994	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	48/1994	24/02/1994	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	49/1994	24/02/1994	-	-	-
Decreto	1.081/1994	08/03/1994	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	51/1994	24/03/1994	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	50/1994	25/03/1994	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	55/1994	08/11/1994	-	-	-
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	56/1994	23/12/1994	-	-	-

Presidente			Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	207/2000	24/04/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	57/1995	30/08/1995	Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	58/1995	30/08/1995	Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	59/1995	30/08/1995	Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	61/1995	30/08/1995	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	248/2000	24/05/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	62/1995	21/12/1995	Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	63/1995	21/12/1995	Medida Provisória	2.010-33/2000	26/05/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	64/1996	31/01/1996	Portaria M. Fazenda/ Fundo Compensação Variação Salarial/ Conselho Curador	308/2000	29/06/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	66/1996	31/01/1996	Resolução M. Fazenda/ Superintendência de Seguros Privados	106/2000	14/07/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	67/1996	31/10/1996	Medida Provisória	2.010-34/2000	26/07/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	68/1996	31/10/1996	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	356/2000	27/07/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	69/1996	12/12/1996	Medida Provisória	2.010-35/2000	25/08/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	70/1996	12/12/1996	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	403/2000	30/08/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	71/1996	12/12/1996	Medida Provisória	2.010-36/2000	22/09/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	72/1996	12/12/1996	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	520/2000	05/10/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	73/1997	30/07/1997	Medida Provisória	2.010-37/2000	24/10/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	74/1997	30/07/1997	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	584/2000	28/11/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	75/1997	30/07/1997	Resolução M. Fazenda/ Superintendência de Seguros Privados	39/2000	08/12/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	77/1997	26/12/1997	Lei	10.148/2000	21/12/2000
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	78/1998	31/03/1998	Resolução M. Fazenda/ Superintendência de Seguros Privados	46/2001	12/02/2001
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	79/1998	31/03/1998	Portaria M. Fazenda/ Ministro	42/2001	21/02/2001
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	80/1998	31/03/1998	Portaria M. Educação/ Ministro	56/2001	23/02/2001
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	81/1998	31/03/1998	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	89/2001	27/03/2001
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	82/1998	30/06/1998	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	136/2001	26/04/2001
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	83/1998	30/06/1998	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	203/2001	30/05/2001
Resolução M. Ação Social/ Fundo Desenvolvimento Social/ Conselho Curador/ Presidente	84/1998	09/12/1998	Portaria M. Fazenda/ Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	238/2001	28/06/2001
Medida Provisória	1.823/1999	29/04/1999	Lei	10.253/2001	04/07/2001
Medida Provisória	1.823-1/1999	27/05/1999	-	-	-
Medida Provisória	1.864-3/1999	29/06/1999	-	-	-
Medida Provisória	1.864-4/1999	27/07/1999	-	-	-
Medida Provisória	1.864-5/1999	25/08/1999	-	-	-
Medida Provisória	1.864-6/1999	22/09/1999	-	-	-
Medida Provisória	1.864-7/1999	21/10/1999	-	-	-

Decreto	3.300/1999	21/12/1999	Lei	9.530/1997	10/12/1997	
Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Previdência Social / M. Educação	6.246/1999	23/12/1999	Decreto	2.338/1997	17/12/1997	
Decreto	3.314/1999	29/12/1999	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação	3.150/1998	05/06/1998	
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999	Financeira			
Medida Provisória	1.972-9/2000	11/01/2000	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação	3.263/1998	10/06/1998	
Medida Provisória	1.978-20/2000	11/01/2000	Financeira			
Medida Provisória	2.099-34/2001	25/01/2000	Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Comunicações	209/1998	13/08/1998	
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000	Resolução M. Comunicações / Agência Nacional das Telecomunicações	73/1998	25/11/1998	
Medida Provisória	1.972-10/2000	10/02/2000	Medida Provisória	1.785/1998	29/12/1998	
Medida Provisória	1.978-21/2000	10/02/2000	Medida Provisória	1.785-1/1999	28/01/1999	
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	
Medida Provisória	1.972-11/2000	09/03/2000	Medida Provisória	1.785-2/1999	25/02/1999	
Medida Provisória	1.978-22/2000	09/03/2000	Medida Provisória	1.785-3/1999	25/03/1999	
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000	Medida Provisória	1.785-4/1999	22/04/1999	
Portaria M. Educação / Ministro	479/2000	05/04/2000	Medida Provisória	1.857-7/1999	29/06/1999	
Portaria M. Educação / Ministro	480/2000	05/04/2000	Lei	9.823/1999	23/08/1999	
Medida Provisória	1.972-12/2000	06/04/2000	Medida Provisória	1.857-8/1999	27/08/1999	
Medida Provisória	1.978-23/2000	06/04/2000	Resolução M. Comunicações / Agência Nacional das Telecomunicações	199/1999	16/12/1999	
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	911/2000	12/04/2000	Lei	9.994/2000	24/07/2000	
Portaria M. Educação / Ministro	529/2000	17/04/2000	Lei	10.052/2000	28/11/2000	
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000	Portaria M. Comunicações / Ministro	716/2000	01/12/2000	
Portaria M. Educação / Ministro	556/2000	28/04/2000	Consulta Pública M. Comunicações / Agência Nac. Telecomunicações - Conselho Diretor	283/2001	22/01/2001	
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	Decreto	3.737/2001	30/01/2001	
Medida Provisória	1.972-13/2000	04/05/2000	Decreto	255/2001	29/03/2001	
Medida Provisória	1.978-24/2000	04/05/2000	Resolução M. Comunicações / Agência Nacional das Telecomunicações	Projeto de Lei - Poder Executivo	s/nº-1/1997	31/12/9999
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.234/2000	11/05/2000	Projeto de Lei - Poder Executivo	Projeto de Lei - Poder Executivo	s/nº/1997	31/12/9999
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000	-	-	-	-
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.330/2000	30/05/2000	-	-	-	-
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.383/2000	31/05/2000	-	-	-	-
Medida Provisória	1.972-14/2000	01/06/2000	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA	-	-	-
Medida Provisória	1.978-25/2000	01/06/2000	-	-	-	-
Decreto	3.504/2000	13/06/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	3/1999	21/01/1999	
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	4/1999	21/01/1999	
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.555/2000	26/06/2000	Mensagem Presidente República	1.411/1999	28/09/1999	
Medida Provisória	1.972-15/2000	29/06/2000	Portaria M. Planejamento, Orcamento e Gestão / Secret. Orcamento Federal / Secretário	15/2000	04/10/2000	
Medida Provisória	1.978-26/2000	29/06/2000	-	-	-	-
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.810/2000	10/07/2000	-	-	-	-
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.838/2000	13/07/2000	-	-	-	-
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.898/2000	20/07/2000	-	-	-	-
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.899/2000	20/07/2000	-	-	-	-
Medida Provisória	2.010-34/2000	26/07/2000	FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO	-	-	-
Medida Provisória	1.972-16/2000	28/07/2000	-	-	-	-
Medida Provisória	1.978-27/2000	28/07/2000	Lei	6.704/1979	26/10/1979	
Medida Provisória	2.010-35/2000	25/08/2000	Medida Provisória	1.583/1997	27/08/1997	
Medida Provisória	1.972-17/2000	28/08/2000	Medida Provisória	1.583-1/1997	25/09/1997	
Medida Provisória	1.978-28/2000	28/08/2000	Medida Provisória	1.583-2/1997	23/10/1997	
Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	s/nº-000/2000	11/09/2000	Decreto	2.369/1997	10/11/1997	
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	2.470/2000	21/09/2000	Medida Provisória	1.610-4/1997	11/12/1997	
Medida Provisória	2.010-36/2000	22/09/2000	Medida Provisória	1.610-5/1998	08/01/1998	
Medida Provisória	1.972-18/2000	27/09/2000	Medida Provisória	1.610-6/1998	05/02/1998	
Medida Provisória	1.978-29/2000	27/09/2000	Medida Provisória	1.610-7/1998	05/03/1998	
Medida Provisória	2.010-37/2000	24/10/2000	Decreto	002/1998	13/03/1998	
Medida Provisória	1.972-19/2000	26/10/2000	Medida Provisória	1.610-8/1998	02/04/1998	
Medida Provisória	1.978-30/2000	26/10/2000	Medida Provisória	1.610-9/1998	29/04/1998	
Medida Provisória	1.972-20/2000	23/11/2000	Lei	9.649/1998	27/05/1998	
Medida Provisória	1.978-31/2000	23/11/2000	Medida Provisória	1.610-10/1998	28/05/1998	
Medida Provisória	2.010-38/2000	23/11/2000	Medida Provisória	1.610-11/1998	26/06/1998	

Orientação Interna Conjunta M. Previd. Assist. Social / Procurador Geral / Diretoria Arrecadação	19/2000	28/11/2000	Medida Provisória	1.610-12/1998	27/07/1998
Lei	10.148/2000	21/12/2000	Medida Provisória	1.610-13/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.978-32/2000	21/12/2000	Medida Provisória	1.610-14/1998	24/09/1998
Medida Provisória	2.094-22/2000	27/12/2000	Medida Provisória	1.610-15/1998	22/10/1998
Medida Provisória	2.099-33/2000	27/12/2000	Medida Provisória	1.738-17	14/12/1998
Portaria M. Educação / Ministro	91/2001	18/01/2001	Medida Provisória	1.738-18/1999	13/01/1999
Portaria M. Educação / Ministro	92/2001	18/01/2001	Medida Provisória	1.738-19/1999	11/02/1999
Medida Provisória	2.094-23/2001	25/01/2001	Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	352/2001	07/02/2001	Medida Provisória	1.738-20/1999	11/03/1999
Medida Provisória	2.094-24/2001	22/02/2001	Medida Provisória	1.738-21/1999	08/04/1999
Medida Provisória	2.099-35/2001	22/02/2001	Medida Provisória	1.738-22/1999	06/05/1999
Balanco Patrimonial M. Fazenda / Caixa Econômica Federal	sn2000	16/03/2001	Medida Provisória	1.840-24/1999	29/06/1999
Medida Provisória	2.094-25/2001	22/03/2001	Medida Provisória	1.840-25/1999	27/07/1999
Lei	10.207/2001	23/03/2001	Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Medida Provisória	2.094-26/2001	19/04/2001	Lei	9.818/1999	23/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	157/2001	02/05/2001	Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Medida Provisória	2.094-27/2001	17/05/2001	Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Portaria M. Educação / Secretaria de Educação Superior	1.078/2001	18/05/2001	Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	209/2001	01/06/2001	Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Medida Provisória	2.094-28/2001	13/06/2001	Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Lei	10.260/2001	12/07/2001	Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Lei	10.266/2001	24/07/2001	Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
-	-	-	Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
-	-	-	Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FISTEL	-	-	Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
-	-	-	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior / Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sn2000	30/06/2000
Lei	4.117/1962	27/08/1962	Medida Provisória	2.049-21/2000	28/07/2000
Lei	5.070/1966	06/07/1966	Medida Provisória	2.049-22/2000	28/08/2000
Decreto	60.430/1967	11/03/1967	Medida Provisória	2.049-23/2000	27/09/2000
Lei	5.303/1967	03/07/1967	Medida Provisória	2.049-24/2000	26/10/2000
Atos das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Medida Provisória	2.049-25/2000	23/11/2000
Lei	7.999/1990	31/01/1990	Medida Provisória	2.123-27/2000	27/12/2000
Lei	8.173/1991	30/01/1991	Medida Provisória	2.123-28/2001	26/01/2001
Lei	8.175/1991	31/01/1991	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior / Banco Nac. Desenv. Ec. Social	snº2001	16/02/2001
Portaria M. Transportes / Ministro	111/1992	22/06/1992	Medida Provisória	2.123-29/2001	23/02/2001
Nota M. Planejamento e Orçatº / Secret. Orcatº Federal / Secretário	s/nº/1995	01/08/1995	Decreto	3.782/2001	05/04/2001
Exposição de Motivos Interminist. M. Comunicações / M. Planejamento e Orçamento	50/1995	27/09/1995	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	175/2001	21/05/2001
Anteprojeto de Lei da República (minuta)	s/nº/1995	27/09/1995	-	-	-
Nota M. Planejamento e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	37/1995	03/10/1995	-	-	-
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	-	-	-
Nota M. Planejamento e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Depart. Informação	140/1995	05/10/1995	FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS E LETRAS IMOBILIÁRIOS - FGDI	-	-
Decreto-lei	1.995/1995	30/12/1995	-	-	-
Informe M. Planejamento e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Diretoria Programa Infra - Estrutura	02/1996	15/02/1996	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	3/1967	25/01/1967
Lei	9.276/1996	09/05/1996	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração - RC	3/1967	25/01/1967
Medida Provisória	1.510/1996	26/06/1996	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	09/1984	22/05/1984
Medida Provisória	1.493-7/1996	09/07/1996	Resolução M. Interior / Banco Nacional Habitação / Diretoria - RD	38/1985	08/02/1985
Parecer M. Fazenda / Secretaria Federal de Controle / Secret. Adjuntap / Assuntos Administ. Especial	17/1996	09/07/1996	Decreto-lei	2.291/1986	21/11/1986
Lei	9.295/1996	19/07/1996	Resolução Banco Nacional Habitação - BNH / Conselho Administração	1.219/1986	24/11/1986
Medida Provisória	1.493-8/1996	08/08/1996	Voto do Conselho Monetário Nacional	1.861/1991	28/08/1991
Exposição de Motivos Interminist. M. Comunicações / M. Fazenda / M. Planejamento e Orçamento	s/nº/1996	02/09/1996	Voto do Conselho Monetário Nacional	2.169/1995	30/06/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Voto do Conselho Monetário Nacional	2.189/1995	17/08/1995
Lei	9.472/1997	07/07/1997	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.197/1995	31/08/1995
Nota M. Planejamento e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Secretário	s/nº/1997	12/11/1997	Medida Provisória	1.520/1996	24/09/1996
			Medida Provisória	1.520-1/1996	24/10/1996
			Medida Provisória	1.520-2/1996	22/11/1996
			Medida Provisória	1.520-3/1996	19/12/1996

MedidaProvisória	1.520-4/1997	17/01/1997	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	520/2000	05/10/2000
MedidaProvisória	1.520-5/1997	14/02/1997	MedidaProvisória	2.010-37/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.520-6/1997	14/03/1997	MedidaProvisória	2.034-45/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.520-7/1997	15/04/1997	MedidaProvisória	1.970-16/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.520-8/1997	15/05/1997	MedidaProvisória	1.970-17/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.520-9/1997	12/06/1997	MedidaProvisória	2.010-38/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.520-10/1997	11/07/1997	MedidaProvisória	2.034-46/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.520-11/1997	08/08/1997	Lei	10.148/2000	21/12/2000
MedidaProvisória	1.520-12/1997	09/09/1997	MedidaProvisória	2.092-19/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.520-13/1997	09/10/1997	MedidaProvisória	2.111-48/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.520-14/1997	06/11/1997	MedidaProvisória	2.092-20/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.635-16/1997	12/12/1997	MedidaProvisória	2.111-49/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.635-17/1998	13/01/1998	Lei	10.184/2001	12/02/2001
MedidaProvisória	1.635-18/1998	12/02/1998	Balanco Patrimonial M. Desenv. Industria e Comercio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	srn/2001	16/02/2001
MedidaProvisória	1.635-19/1998	13/03/1998	MedidaProvisória	2.092-21/2001	22/02/2001
MedidaProvisória	1.635-20/1998	09/04/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	56/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.635-21/1998	12/05/1998	MedidaProvisória	2.092-22/2001	22/03/2001
Portaria M. Fazenda / Ministro	132/1998	04/06/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	89/2001	27/03/2001
MedidaProvisória	1.696-23/1998	30/06/1998	MedidaProvisória	2.092-23/2001	19/04/2001
MedidaProvisória	1.696-25/1998	28/08/1998	MedidaProvisória	2.092-24/2001	17/05/2001
MedidaProvisória	1.700-17/1998	28/08/1998	MedidaProvisória	2.174-26/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.696-26/1998	28/09/1998	-	-	-
MedidaProvisória	1.696-27/1998	27/10/1998	-	-	-
MedidaProvisória	1.768-29/1998	14/12/1998	-	-	-
MedidaProvisória	1.768-30/1999	13/01/1999	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO	-	-
MedidaProvisória	1.768-31/1999	11/02/1999	-	-	-
MedidaProvisória	1.768-32/1999	11/03/1999	Decreto-lei	27/1966	14/11/1966
MedidaProvisória	1.768-33/1999	08/04/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	46/1967	17/01/1967
MedidaProvisória	1.768-34/1999	06/05/1999	Lei	5.406/1968	09/04/1968
MedidaProvisória	1.877-36/1999	29/06/1999	Decreto-lei	368/1968	19/12/1968
MedidaProvisória	1.877-37/1999	27/07/1999	Lei	5.705/1971	21/09/1971
MedidaProvisória	1.877-38/1999	25/08/1999	Decreto	72.512/1973	23/07/1973
MedidaProvisória	1.877-39/1999	22/09/1999	Lei	5.958/1973	10/12/1973
MedidaProvisória	1.877-40/1999	21/10/1999	Decreto-lei	1.305/1974	08/01/1974
MedidaProvisória	1.981-42/1999	10/12/1999	Lei	6.858/1980	24/11/1980
MedidaProvisória	1.981-43/2000	11/01/2000	Decreto	85.845/1981	26/03/1981
MedidaProvisória	1.981-44/2000	10/02/2000	Lei	6.919/1981	02/06/1981
MedidaProvisória	1.981-45/2000	09/03/2000	Decreto	92.366/1986	04/02/1986
MedidaProvisória	1.981-46/2000	06/04/2000	Decreto-lei	2.284/1986	10/03/1986
MedidaProvisória	1.981-47/2000	04/05/2000	Decreto-lei	2.291/1986	21/11/1986
MedidaProvisória	1.981-48/2000	01/06/2000	Decreto	94.060/1987	26/02/1987
MedidaProvisória	1.981-49/2000	29/06/2000	Decreto	94.442/1987	12/06/1987
Balanco M. Fazenda / Banco Central	srn/0/2000	30/06/2000	Decreto-lei	2.408/1988	05/01/1988
MedidaProvisória	1.981-50/2000	28/07/2000	Decreto-lei	2.465/1988	31/08/1988
Portaria M. Fazenda / Ministro	250/2000	03/08/2000	Lei	7.670/1988	08/09/1988
MedidaProvisória	1.981-51/2000	28/08/2000	Decreto	96.890/1988	30/09/1988
MedidaProvisória	1.981-52/2000	27/09/2000	Lei	7.730/1989	31/01/1989
MedidaProvisória	1.981-53/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	38/1989	03/02/1989
MedidaProvisória	1.981-54/2000	23/11/2000	Lei	7.738/1989	09/03/1989
Lei	10.150/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	72/1989	20/06/1989
-	-	-	Decreto	97.936/1989	10/07/1989
-	-	-	Lei	7.794/1989	10/07/1989
FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE (FUNDO DE AVAL)	-	-	MedidaProvisória	90/1989	26/09/1989
-	-	-	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	01/1989	28/11/1989
-	-	-	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	02/1989	28/11/1989
MedidaProvisória	1.601/1997	11/11/1997	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	04/1989	11/12/1989
Lei	9.531/1997	10/12/1997	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	05/1989	11/12/1989

Decreto	2.509/1998	06/03/1998	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	01/1989	27/12/1989
MedidaProvisória	1.629-11/1998	13/03/1998	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	06/1990	26/01/1990
Memorando M. Planejamento Orçatº/Secret.Orçatº Federal/Departº Programas Econômicos	023/1998	20/03/1998	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	07/1990	26/01/1990
Decreto	000/31.03.1998	30/03/1998	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	09/1990	28/02/1990
MedidaProvisória	1.629-12/1998	09/04/1998	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	10/1990	07/03/1990
MedidaProvisória	1.629-13/1998	12/05/1998	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	11/1990	07/03/1990
MedidaProvisória	1.700-15/1998	30/06/1998	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	13/1990	07/03/1990
MedidaProvisória	1.700-16/1998	30/07/1998	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	14/1990	07/03/1990
MedidaProvisória	1.700-17/1998	28/08/1998	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	15/1990	13/03/1990
MedidaProvisória	1.700-18/1998	28/09/1998	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	03/1990	14/03/1990
MedidaProvisória	1.700-19/1998	27/10/1998	MedidaProvisória	150/1990	15/03/1990
MedidaProvisória	1.700-20/1998	27/11/1998	MedidaProvisória	177/1990	12/04/1990
MedidaProvisória	1.771-21/1998	14/12/1998	Lei	8.036/1990	11/05/1990
MedidaProvisória	1.771-22/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	186/1990	23/05/1990
MedidaProvisória	1.771-23/1999	11/02/1999	Decreto	99.266/1990	28/05/1990
MedidaProvisória	1.771-24/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	192/1990	22/06/1990
MedidaProvisória	1.771-25/1999	08/04/1999	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	17/1990	28/06/1990
MedidaProvisória	1.771-26/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	198/1990	26/07/1990
MedidaProvisória	1.892-28/1999	29/06/1999	Lei	8.076/1990	23/08/1990
Decreto	3.113/1999	06/07/1999	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	22/1990	26/10/1990
MedidaProvisória	1.892-29/1999	28/07/1999	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	23/1990	26/10/1990
MedidaProvisória	1.892-30/1999	26/08/1999	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	24/1990	26/10/1990
MedidaProvisória	1.892-31/1999	24/09/1999	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	26/1990	26/10/1990
MedidaProvisória	1.892-32/1999	22/10/1999	Decreto	99.664/1990	01/11/1990
MedidaProvisória	1.970-5/1999	10/12/1999	Decreto	99.684/1990	08/11/1990
MedidaProvisória	1.994-34/1999	14/12/1999	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	27/1991	06/02/1991
MedidaProvisória	1.970-6/2000	11/01/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	28/1991	06/02/1991
MedidaProvisória	1.994-35/2000	13/01/2000	Lei	8.177/1991	01/03/1991
MedidaProvisória	1.970-7/2000	01/02/2000	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	06/1991	13/05/1991
MedidaProvisória	1.994-36/2000	11/02/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	30/1991	23/05/1991
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	12/2000	29/02/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	32/1991	23/05/1991
MedidaProvisória	1.970-8/2000	09/03/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	33/1991	23/05/1991
MedidaProvisória	1.994-37/2000	10/03/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	37/1991	23/05/1991
MedidaProvisória	2.017-2/2000	16/03/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	38/1991	23/05/1991
MedidaProvisória	1.970-9/2000	06/04/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	39/1991	23/05/1991
MedidaProvisória	1.994-38/2000	11/04/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	40/1991	23/05/1991
MedidaProvisória	2.010-31/2000	27/04/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	34/1991	24/05/1991
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	35/1991	24/05/1991
MedidaProvisória	1.970-10/2000	04/05/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	42/1991	24/06/1991
MedidaProvisória	1.994-39/2000	11/05/2000	Portaria M. Ação Social / Ministro	639/1991	05/09/1991
MedidaProvisória	2.010-32/2000	26/05/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	44/1991	18/09/1991
MedidaProvisória	1.970-11/2000	01/06/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	45/1991	18/09/1991
MedidaProvisória	2.010-33/2000	26/06/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	47/1991	18/09/1991
MedidaProvisória	2.034-41/2000	27/06/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	48/1991	18/09/1991
MedidaProvisória	1.970-12/2000	29/06/2000	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	08/1991	23/10/1991
Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	srn2000	30/06/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	49/1991	12/11/1991
MedidaProvisória	2.010-34/2000	26/07/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	50/1991	12/11/1991
MedidaProvisória	2.034-42/2000	27/07/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	51/1991	12/11/1991
MedidaProvisória	1.970-13/2000	28/07/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	52/1991	12/11/1991
MedidaProvisória	2.010-35/2000	25/08/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	53/1991	12/11/1991
MedidaProvisória	2.034-43/2000	25/08/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	55/1991	12/11/1991
MedidaProvisória	1.970-14/2000	28/08/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	57/1991	12/11/1991
MedidaProvisória	2.010-36/2000	22/09/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	60/1991	12/11/1991
MedidaProvisória	2.034-44/2000	22/09/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	58/1991	17/12/1991
MedidaProvisória	1.970-15/2000	27/09/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	59/1991	17/12/1991
MedidaProvisória	1.970-15/2000	27/09/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	61/1991	17/12/1991
MedidaProvisória	1.970-15/2000	27/09/2000	Resolução M. Trabalho/FGTS - Conselho Curador/Presidente	63/1991	17/12/1991



Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	251/1996	10/12/1996	Medida Provisória	1.613-7/1998	29/04/1998
Instrução Normativa M. Trabalho/Secret. Nacional do Trabalho	05/1996	12/12/1996	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	134/1998	04/05/1998
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	79/1996	13/12/1996	Medida Provisória	1.651-43/1998	05/05/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	81/1996	13/12/1996	Decreto	2.582/1998	07/05/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	82/1996	13/12/1996	Medida Provisória	1.635-21/1998	12/05/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	83/1996	13/12/1996	Instrução M. Fazenda/Comissão de Valores Mobiliários	279/1998	14/05/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	84/1996	16/12/1996	Instrução M. Fazenda/Comissão de Valores Mobiliários	280/1998	14/05/1998
Medida Provisória	1.520-3/1996	19/12/1996	Decreto	2.594/1998	15/05/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	33/1996	23/12/1996	Lei	9.635/1998	15/05/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	04/1997	09/01/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	133/1998	25/05/1998
Medida Provisória	1.520-4/1997	17/01/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	285/1998	26/05/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	85/1997	29/01/1997	Lei	9.649/1998	27/05/1998
Medida Provisória	1.520-5/1997	14/02/1997	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	171/1998	27/05/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	86/1997	17/02/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	135/1998	04/06/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	89/1997	18/02/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	136/1998	04/06/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	253/1997	25/02/1997	Medida Provisória	1.671/1998	24/06/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	254/1997	25/02/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	04/1998	24/06/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	255/1997	25/02/1997	Medida Provisória	1.691-1/1998	29/06/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	90/1997	26/02/1997	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.519/1998	29/06/1998
Medida Provisória	1.520-6/1997	14/03/1997	Medida Provisória	1.696-23/1998	30/06/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	256/1997	20/03/1997	Medida Provisória	1.699-37/1998	30/06/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	257/1997	20/03/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	287/1998	30/06/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	258/1997	20/03/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	288/1998	30/06/1998
Instrução Normativa M. Trabalho / Secret. Nacional do Trabalho	02/1997	21/03/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	289/1998	30/06/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	93/1997	26/03/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	290/1998	30/06/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	05/1997	01/04/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	291/1998	30/06/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	06/1997	11/04/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	292/1998	30/06/1998
Medida Provisória	1.520-7/1997	15/04/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	293/1998	30/06/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	259/1997	29/04/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	294/1998	30/06/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	260/1997	29/04/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	295/1998	30/06/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	96/1997	30/04/1997	Resolução Senado Federal	78/1998	01/07/1998
Medida Provisória	1.520-8/1997	15/05/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	05/1998	03/07/1998
Medida Provisória	1.560-5/1997	15/05/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	06/1998	03/07/1998
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.388/97	22/05/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	07/1998	03/07/1998
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.757/1997	23/05/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	09/1998	03/07/1998
Medida Provisória	1.478-25/1997	12/06/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	10/1998	03/07/1998
Medida Provisória	1.520-9/1997	12/06/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	138/1998	10/07/1998
Medida Provisória	1.560-6/1997	13/06/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	139/1998	10/07/1998
Decreto	2.254/1997	16/06/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	143/1998	10/07/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	101/1997	03/07/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	145/1998	15/07/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	102/1997	03/07/1997	Parecer Tribunal Contas União	000.705/97-7	22/07/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	103/1997	03/07/1997	Medida Provisória	1.682-4/1998	29/07/1998
Lei	9.467/1997	10/07/1997	Medida Provisória	1.691-2/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.520-10/1997	11/07/1997	Medida Provisória	1.699-38/1998	30/07/1998
Medida Provisória	1.560-7/1997	11/07/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	11/1998	06/08/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	08/1997	18/07/1997	Decreto	2.728/1998	10/08/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	104/1997	18/07/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	146/1998	12/08/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	09/1997	21/07/1997	Medida Provisória	1.663-13/1998	26/08/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	105/1997	23/07/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	295/1998	26/08/1998
Lei	9.477/1997	24/07/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	296/1998	26/08/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	263/1997	29/07/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	297/1998	26/08/1998
Medida Provisória	1.520-11/1997	08/08/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	298/1998	26/08/1998
Medida Provisória	1.560-8/1997	12/08/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	299/1998	26/08/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	264/1997	26/08/1997	Medida Provisória	1.679-16/1998	27/08/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	266/1997	26/08/1997	Medida Provisória	1.682-5/1998	27/08/1998
Lei	9.491/1997	09/09/1997	Medida Provisória	1.691-3/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.520-12/1997	09/09/1997	Medida Provisória	1.696-25/1998	28/08/1998

Lei	9.496/1997	11/09/1997	Medida Provisória	1.699-39/1998	28/08/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	109/1997	22/09/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	150/1998	09/09/1998
Medida Provisória	1.520-13/1997	09/10/1997	Medida Provisória	1.663-14/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.594/1997	21/10/1997	Medida Provisória	1.679-17/1998	25/09/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	267/1997	21/10/1997	Medida Provisória	1.682-6/1998	25/09/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	268/1997	21/10/1997	Medida Provisória	1.691-4/1998	25/09/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	269/1997	21/10/1997	Medida Provisória	1.696-26/1998	28/09/1998
Medida Provisória	1.520-14/1997	06/11/1997	Medida Provisória	1.699-40/1998	28/09/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	271/1997	13/11/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	12/1998	30/09/1998
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.444/1997	14/11/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	13/1998	30/09/1998
Medida Provisória	1.594-1/1997	20/11/1997	Parecer Tribunal Contas União	018.887/96-1	21/10/1998
Resolução Senado Federal	117/1997	21/11/1997	Medida Provisória	1.663-15/1998	22/10/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	272/1997	03/12/1997	Medida Provisória	1.682-7/1998	26/10/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	113/1997	09/12/1997	Medida Provisória	1.691-5/1998	26/10/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	114/1997	09/12/1997	Medida Provisória	1.696-27/1998	27/10/1998
Decreto	2.416/1997	10/12/1997	Medida Provisória	1.699-41/1998	27/10/1998
Medida Provisória	1.613-2/1997	11/12/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	300/1998	29/10/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	11/1997	11/12/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	152/1998	30/10/1998
Medida Provisória	1.635-16/1997	12/12/1997	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.562/1998	05/11/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	273/1997	16/12/1997	Medida Provisória	1.728-19/1998	11/11/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	274/1997	16/12/1997	Lei	9.711/1998	20/11/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	275/1997	16/12/1997	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	14/1998	24/11/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	276/1997	16/12/1997	Medida Provisória	1.691-6/1998	25/11/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	277/1997	16/12/1997	Lei	9.719/1998	27/11/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	278/1997	16/12/1997	Medida Provisória	1.699-42/1998	27/11/1998
Decreto	2.430/1997	17/12/1997	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	159/1998	02/12/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	12/1997	19/12/1997	Instrução M. Fazenda/Comissão de Valores Mobiliários	295/1998	02/12/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	115/1997	19/12/1997	Medida Provisória	1.755-9/1998	14/12/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	116/1997	23/12/1997	Medida Provisória	1.762-7/1998	14/12/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	117/1997	24/12/1997	Medida Provisória	1.768-29/1998	14/12/1998
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.461/1997	26/12/1997	Medida Provisória	1.770-43/1998	14/12/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	118/1997	26/12/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	301/1998	15/12/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	119/1997	30/12/1997	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	302/1998	15/12/1998
Medida Provisória	1.613-3/1998	08/01/1998	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	303/1998	15/12/1998
Medida Provisória	1.635-17/1998	13/01/1998	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	304/1998	15/12/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	121/1998	15/01/1998	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	305/1998	15/12/1998
Lei	9.601/1998	21/01/1998	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	306/1998	15/12/1998
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	01/1998	30/01/1998	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	307/1998	15/12/1998
Decreto	2.490/1998	04/02/1998	Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	308/1998	15/12/1998
Medida Provisória	1.613-4/1998	05/02/1998	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	16/1998	22/12/1998
Medida Provisória	1.635-18/1998	12/02/1998	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.578/1998	23/12/1998
Portaria Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Indústria Comércio e Turismo / M. Ciência e Tecnologia	05/1998	16/02/1998	Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	17/1998	23/12/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	279/1998	17/02/1998	Decreto	2.918/1998	30/12/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	280/1998	17/02/1998	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	161/1998	30/12/1998
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	282/1998	17/02/1998	Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	165/1999	30/12/1998
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	123/1998	17/02/1998	Medida Provisória	1.755-10/1999	13/01/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.468/1998	19/02/1998	Medida Provisória	1.762-8/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.613-5/1998	05/03/1998	Medida Provisória	1.768-30/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.635-19/1998	13/03/1998	Medida Provisória	1.770-44/1999	13/01/1999
Instrução Normativa M. Planejamento e Orçamento / Ministro	03/1998	27/03/1998	Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Portaria M. Trabalho / Ministro	207/1998	31/03/1998	Portaria Normativa M. Trabalho e Emprego	60/1999	04/02/1999
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador/Presidente	284/1998	31/03/1998	Medida Provisória	1.755-11/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.613-6/1998	02/04/1998	Medida Provisória	1.762-9/1999	11/02/1999
Medida Provisória	1.635-20/1998	09/04/1998	Medida Provisória	1.768-31/1999	11/02/1999
Portaria M. Trabalho / Ministro	241/1998	15/04/1998	Medida Provisória	1.770-45/1999	11/02/1999
Circular Caixa Econ. Federal / Diretor	129/1998	24/04/1998	Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
			Medida Provisória	1.811/1999	25/02/1999

ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	309/1999	25/02/1999	Seguros Habit.		
Circular Caixa Econ. Federal/ Diretor	167/1999	26/02/1999	MedidaProvisória	1.944-10/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.755-12/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.951-21/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.762-10/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.969-12/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.768-32/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.973-57/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	1.770-46/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.981-43/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	1.811-1/1999	25/03/1999	MedidaProvisória	1.985-23/2000	11/01/2000
Decreto	3.000/1999	26/03/1999	MedidaProvisória	1.986-1/2000	12/01/2000
Portaria NormativaPresidênciaRepública/CasaCivil	222/1999	29/03/1999	MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	310/1999	30/03/1999	MedidaProvisória	2.004-4/2000	13/01/2000
Portaria NormativaPresidênciaRepública/SecretariadePolíticaUrbana	1/1999	31/03/1999	MedidaProvisória	2.103-37/2001	26/01/2000
MedidaProvisória	1.755-13/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	1.944-11/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.762-11/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	1.951-22/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.768-33/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	1.969-13/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.770-47/1999	08/04/1999	Decreto	3.361/2000	10/02/2000
MedidaProvisória	1.782-4/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	1.973-58/2000	10/02/2000
MedidaProvisória	1.811-2/1999	22/04/1999	MedidaProvisória	1.981-44/2000	10/02/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	311/1999	22/04/1999	MedidaProvisória	1.985-24/2000	10/02/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	312/1999	22/04/1999	MedidaProvisória	1.986-2/2000	10/02/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	313/1999	22/04/1999	MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Circular Caixa Econ. Federal/ Diretor	169/1999	27/04/1999	MedidaProvisória	2.004-5/2000	11/02/2000
MedidaProvisória	1.823/1999	29/04/1999	Circular Caixa Econ. Federal/ Diretor	187/2000	11/02/2000
ResoluçãoM. Trabalho/ Fundo de Amparo ao Trabalhador/ Conselho Deliberativo	207/1999	29/04/1999	MedidaProvisória	1.944-12/2000	02/03/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	314/1999	29/04/1999	MedidaProvisória	1.951-23/2000	02/03/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	315/1999	29/04/1999	MedidaProvisória	1.969-14/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.755-14/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.973-59/2000	09/03/2000
MedidaProvisória	1.762-12/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.981-45/2000	09/03/2000
MedidaProvisória	1.768-34/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.985-25/2000	09/03/2000
MedidaProvisória	1.770-48/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.986-3/2000	09/03/2000
ResoluçãoM. Trabalho e Emprego/ Fundo de Amparo ao Trabalhador/ Conselho Deliberativo	210/1999	19/05/1999	MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000
MedidaProvisória	1.811-3/1999	20/05/1999	MedidaProvisória	2.004-6/2000	10/03/2000
MedidaProvisória	1.823-1/1999	27/05/1999	MedidaProvisória	2.011-6/2000	28/03/2000
Portaria M. Trabalho e Emprego/ Ministro	380/1999	01/06/1999	MedidaProvisória	1.944-13/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.770-49/1999	02/06/1999	MedidaProvisória	1.951-24/2000	30/03/2000
Ordem Serviço M. Trabalho e Emprego/Secretaria Fiscalização Trabalho	08/1999	09/06/1999	MedidaProvisória	1.963-17/2000	30/03/2000
InstruçãoNormativaPresidênciaRepública/Secret.deEstadoDesenvº Urbano/Secretário	1/1999	11/06/1999	MedidaProvisória	1.973-60/2000	06/04/2000
MedidaProvisória			MedidaProvisória	1.981-46/2000	06/04/2000
MedidaProvisória			MedidaProvisória	1.985-26/2000	06/04/2000
MedidaProvisória			MedidaProvisória	1.986-4/2000	06/04/2000
AtaPlenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999	Lei	9.964/2000	10/04/2000
Circular Caixa Econ. Federal/ Diretor	171/1999	15/06/1999	ParecerPresidênciaRepública/Advocacia GeraldaUnião/GQ	2/2000	10/04/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	316/1999	22/06/1999	MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000
MedidaProvisória	1.863-50/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	2.022-16/2000	20/04/2000
MedidaProvisória	1.864-3/1999	29/06/1999	Decreto	3.431/2000	24/04/2000
MedidaProvisória	1.868-16/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.944-14/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.876-14/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.951-25/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.877-36/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.963-18/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.891-5/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	2.011-7/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.907-7/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.973-61/2000	04/05/2000
Decreto	3.101/1999	30/06/1999	MedidaProvisória	1.981-47/2000	04/05/2000
Circular Caixa Econ. Federal/ Área de Produtos Sociais do Governo	172/1999	07/07/1999	MedidaProvisória	1.985-27/2000	04/05/2000
InstruçãoNormativaPresidênciaRepública/Secret.deEstadoDesenvº Urbano/Secretário	3/1999	09/07/1999	MedidaProvisória	1.986-5/2000	04/05/2000
Decreto	3.117/1999	13/07/1999	MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Circular Caixa Econ. Federal/ Área de Produtos Sociais do Governo	173/1999	15/07/1999	MedidaProvisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Circular Caixa Econ. Federal/ Área de Produtos Sociais do Governo	174/1999	23/07/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	581/2000	23/05/2000
Circular Caixa Econ. Federal/ Área de Produtos Sociais do Governo	175/1999	23/07/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	587/2000	23/05/2000
MedidaProvisória	1.863-51/1999	27/07/1999			

MedidaProvisória	1.864-4/1999	27/07/1999	dePlanejamento		
MedidaProvisória	1.877-37/1999	27/07/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	591/2000	25/05/2000
MedidaProvisória	1.876-15/1999	28/07/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	592/2000	25/05/2000
MedidaProvisória	1.907-8/1999	28/07/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	592/2000	25/05/2000
MedidaProvisória	1.868-17/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.944-15/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.891-6/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.951-26/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Parecer Tribunal Contas União	007.489/1999-4	11/08/1999	MedidaProvisória	2.011-8/2000	26/05/2000
Circular Caixa Econ. Federal/ Diretor	177/1999	16/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	612/2000	30/05/2000
MedidaProvisória	1.864-5/1999	25/08/1999	MedidaProvisória	1.973-62/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.877-38/1999	25/08/1999	MedidaProvisória	1.981-48/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.863-52/1999	26/08/1999	MedidaProvisória	1.984-18/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.876-16/1999	26/08/1999	MedidaProvisória	1.985-28/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.891-7/1999	26/08/1999	MedidaProvisória	1.986-6/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.907-9/1999	26/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	640/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.868-18/1999	27/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	641/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	644/2000	05/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	318/1999	31/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	890/2000	05/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	319/1999	31/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	701/2000	06/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	320/1999	31/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	702/2000	06/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	321/1999	31/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	925/2000	06/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	322/1999	31/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	26/2000	06/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	323/1999	31/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	705/2000	07/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	324/1999	31/08/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	706/2000	07/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	325/1999	21/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	720/2000	12/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	326/1999	21/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	730/2000	13/06/2000
MedidaProvisória	1.864-6/1999	22/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	744/2000	16/06/2000
MedidaProvisória	1.877-39/1999	22/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	745/2000	16/06/2000
InstruçãoNormativaPresidênciaRepública/Secret. EspecialDesenvolvitº Urbano/Secretário	4/1999	23/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	782/2000	21/06/2000
MedidaProvisória	1.863-53/1999	24/09/1999	ResoluçãoM. Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior / Conselho Nacional deDesestatização/Presidente	26/2000	06/06/2000
MedidaProvisória	1.868-19/1999	24/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	705/2000	07/06/2000
MedidaProvisória	1.876-17/1999	24/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	706/2000	07/06/2000
MedidaProvisória	1.891-8/1999	24/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	720/2000	12/06/2000
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	730/2000	13/06/2000
MedidaProvisória	1.923/1999	06/10/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	744/2000	16/06/2000
ResoluçãoSenadoFederal	42/1999	07/10/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	745/2000	16/06/2000
MedidaProvisória	1.864-7/1999	21/10/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	782/2000	21/06/2000
MedidaProvisória	1.877-40/1999	21/10/1999	InstruçãoM. Fazenda/Comissão de Valores Mobiliários	339/2000	21/06/2000
MedidaProvisória	1.863-54/1999	22/10/1999	DeliberaçãoM. Fazenda/ Comissão Valores Mobiliários/ Presidente	343/2000	21/06/2000
MedidaProvisória	1.876-18/1999	22/10/1999	MedidaProvisória	1.944-16/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.891-9/1999	22/10/1999	MedidaProvisória	1.951-27/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.868-20/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	1.963-20/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	2.011-9/2000	26/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	328/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	2.043-19/2000	28/06/2000
ResoluçãoM. Trabalho/FGTS - ConselhoCurador/Presidente	330/1999	26/10/1999	Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	791/2000	28/06/2000
MedidaProvisória	1.969-11/1999	09/11/1999	MedidaProvisória	1.973-63/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.944-9/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.981-49/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.951-20/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.984-19/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.973-56/1999	10/12/1999			
MedidaProvisória	1.981-42/1999	10/12/1999			
MedidaProvisória	1.985-22/1999	10/12/1999			
MedidaProvisória	1.986/1999	13/12/1999			
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999			
MedidaProvisória	2.004-3/1999	14/12/1999			
CircularCaixaEcon. Federal/Diret. TransferênciaBenefícios/Superint. Nac. Fundos	186/1999	31/12/1999	MedidaProvisória		

MedidaProvisória	1.985-29/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.095-70/2000	27/12/2000		
MedidaProvisória	1.986-7/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.102-26/2000	27/12/2000		
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.103-36/2000	27/12/2000		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	793/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.104-14/2000	27/12/2000		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	794/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	805/2000	03/07/2000	MedidaProvisória	2.135-23/2000	28/12/2000		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	926/2000	06/07/2000	MedidaProvisória	9/2000	29/12/2000		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	928/2000	07/07/2000	MedidaProvisória	2.075-35/2001	25/01/2001		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	930/2000	07/07/2000	MedidaProvisória	2.087-28/2001	25/01/2001		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	932/2000	10/07/2000	MedidaProvisória	2.095-71/2001	25/01/2001		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	935/2000	10/07/2000	MedidaProvisória	2.102-27/2001	26/01/2001		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	958/2000	18/07/2000	MedidaProvisória	2.104-15/2001	26/01/2001		
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	1.012/2000	20/07/2000	MedidaProvisória	2.118-26/2001	26/01/2001		
MedidaProvisória	1.944-17/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	2.118-27/2001	26/01/2001		
MedidaProvisória	1.951-28/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001		
MedidaProvisória	1.963-21/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	2.135-24/2001	26/01/2001		
MedidaProvisória	1.973-64/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1/2001	07/02/2001		
MedidaProvisória	1.981-50/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	10.188/2001	12/02/2001		
MedidaProvisória	1.984-20/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	2.075-36/2001	22/02/2001		
MedidaProvisória	1.985-30/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	2.087-29/2001	22/02/2001		
MedidaProvisória	1.986-8/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	2.095-72/2001	22/02/2001		
MedidaProvisória	2.043-20/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	2.102-28/2001	23/02/2001		
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	2.103-38/2001	23/02/2001		
Instrução Normativa M. Trabalho / Secret. Inspeção do Trabalho	17/2000	31/07/2000	MedidaProvisória	2.104-16/2001	23/02/2001		
Parecer Tribunal Contas União	004.675/1998-3	02/08/2000	MedidaProvisória	2.118-28/2001	23/02/2001		
Portaria M. Fazenda / Ministro	250/2000	03/08/2000	MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001		
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	239/2000	11/08/2000	MedidaProvisória	2.129/2001	09/03/2001		
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	240/2000	11/08/2000	MedidaProvisória	Balanco Patrimonial M. Fazenda / Caixa Economica Federal	sn/2000	16/03/2001	
MedidaProvisória	1.944-18/2000	23/08/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.075-37/2001	22/03/2001	
MedidaProvisória	1.951-29/2000	23/08/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.087-30/2001	22/03/2001	
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	1.221/2000	24/08/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.095-73/2001	22/03/2001	
MedidaProvisória	1.963-22/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	260/2001	22/03/2001	
MedidaProvisória	2.043-21/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	Lei	10.208/2001	23/03/2001	
MedidaProvisória	1.973-65/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	Lei	291/2001	29/03/2001	
MedidaProvisória	1.981-51/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	Mensagem Presidente República	291/2001	29/03/2001	
MedidaProvisória	1.984-21/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo Garantia Tempo Servico / Conselho Curador	356/2001	29/03/2001	
MedidaProvisória	1.985-31/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	215/2001	03/04/2001	
MedidaProvisória	1.986-9/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.075-38/2001	19/04/2001	
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.087-31/2001	19/04/2001	
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	1.235/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.095-74/2001	19/04/2001	
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	1.240/2000	31/08/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	214/2001	20/04/2001	
Decreto	3.595/2000	08/09/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	Parecer Tribunal Contas União	004.228/2000-0	25/04/2001
Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	snº-000 /2000	11/09/2000	MedidaProvisória	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.075-39/2001	17/05/2001
			MedidaProvisória	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.087-32/2001	17/05/2001
			MedidaProvisória	MedidaProvisória	MedidaProvisória	2.095-75/2001	17/05/2001

Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	1.270/2000	12/09/2000	Circular Caixa Econ. Federal / Diret. Transferência Benefícios / Superint. Nac. Fundos Seguros Habit.	216/2001	17/05/2001
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	1.279/2000	15/09/2000	MedidaProvisória	2.095-76/2001	13/06/2001
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	1.284/2000	18/09/2000	MedidaProvisória	2.170-34/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.944-19/2000	21/09/2000	MedidaProvisória	2.176-77/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.951-30/2000	21/09/2000	MedidaProvisória	2.197-41/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.963-23/2000	22/09/2000	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	2.043-22/2000	26/09/2000	Lei Complementar	110/2001	29/06/2001
MedidaProvisória	1.973-66/2000	27/09/2000	Portaria M. Trabalho e Emprego / Ministro	484/2001	29/06/2001
MedidaProvisória	1.981-52/2000	27/09/2000	Lei	10.266/2001	24/07/2001
MedidaProvisória	1.984-22/2000	27/09/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.985-32/2000	27/09/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.986-10/2000	27/09/2000	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL - FUNIN	-	-/-
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	-	-	-/-
Portaria M. Defesa / Comando Aeronáutica / Departº de Aviação Civil / Subdepartº dePlanejamento	1.441/2000	02/10/2000	Decreto	73.610/1974	11/02/1974
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	252/2000	04/10/2000	Atos Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	253/2000	04/10/2000	Lei	7.999/1990	31/01/1990
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	254/2000	04/10/2000	Decreto	99.365/1990	03/07/1990
MedidaProvisória	1.944-20/2000	19/10/2000	Lei	8.173/1991	30/01/1991
MedidaProvisória	1.951-31/2000	19/10/2000	Lei	8.175/1991	31/01/1991
Instrução Normativa Presidência República / Secret. Especial Desenvolviº Urbano / Secretário	6/2000	19/10/2000	Decreto	666/1992	01/10/1992
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador / Conselho Deliberativo	255/2000	19/10/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	1.963-24/2000	24/10/2000	Lei	9.240/1995	22/12/1995
MedidaProvisória	1.973-67/2000	26/10/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	1.981-53/2000	26/10/2000	Lei	9.530/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.984-23/2000	26/10/2000	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
MedidaProvisória	1.985-33/2000	26/10/2000	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
MedidaProvisória	1.986-11/2000	26/10/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
MedidaProvisória	2.043-23/2000	26/10/2000	Decreto	000/17.11.1999	16/11/1999
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	Lei	9.895/1999	14/12/1999
MedidaProvisória	1.944-21/2000	16/11/2000	Portaria Presidência República / Gabinete Civil	70/2001	21/02/2001
MedidaProvisória	1.951-32/2000	16/11/2000	Portaria Presidência República / Gabinete Civil	204/2001	27/04/2001
MedidaProvisória	1.963-25/2000	23/11/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.973-68/2000	23/11/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.981-54/2000	23/11/2000	FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN	-	-/-
MedidaProvisória	1.984-24/2000	23/11/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.985-34/2000	23/11/2000	Resolução Senado Federal	58/1972	15/09/1972
MedidaProvisória	1.986-12/2000	23/11/2000	Resolução Senado Federal	57/1976	03/09/1976
MedidaProvisória	2.043-24/2000	23/11/2000	Ato Comissão Diretora do Senado Federal	18/1976	24/11/1976
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Ato Comissão Diretora do Senado Federal	9/1980	21/05/1980
Instrução Normativa Presidência República / Secret. Especial Desenvolviº Urbano / Secretário	7/2000	08/12/2000	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	1.951-33/2000	13/12/2000	Decreto Legislativo - Senado Federal	27/1990	14/09/1990
Resolução M. Trabalho / FGTS - Conselho Curador / Presidente	354/2000	19/12/2000	Lei	8.175/1991	31/01/1991
Resolução M. Trabalho e Emprego / Fundo Garantia Tempo Serviço / Conselho Curador	352/2000	19/12/2000	Resolução Senado Federal	31/1994	13/04/1994
Lei	10.150/2000	21/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	019.251/94-7	15/03/1995
MedidaProvisória	2.075-34/2000	27/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	2.087-27/2000	27/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
			Resolução Senado Federal	009/1997	29/01/1997
			Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
			Ato Senado Federal	7/2001	06/02/2001
			-	-	-/-
			-	-	-/-
			FUNDO DE INVESTIMENTO SETORIAL - PESCA / TURISMO / FLORESTAMENTO E RE-FLORESTAMENTO - FISET	-	-/-

-	-	-/-	MedidaProvisória	1.614-24/1998	22/10/1998
Decreto-lei	221/1967	28/02/1967	MedidaProvisória	1.614-25/1998	19/11/1998
Decreto-lei	1.376/1974	12/12/1974	MedidaProvisória	1.740-26/1998	14/12/1998
Decreto-lei	1.419/1975	11/09/1975	MedidaProvisória	1.740-27/1999	13/01/1999
Decreto Legislativo - SenadoFederal	90/1975	29/10/1975	Portaria M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Secretário	34/1999	03/02/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	381/1976	24/06/1976	MedidaProvisória	1.740-28/1999	11/02/1999
Decreto-lei	1.478/1976	26/08/1976	MedidaProvisória	1.740-29/1999	11/03/1999
Decreto-lei	1.514/1976	30/12/1976	Parecer Tribunal Contas União	008.881/95-2	24/03/1999
Lei	6.768/1979	20/12/1979	Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Decreto-lei	1.752/1979	31/12/1979	MedidaProvisória	1.740-30/1999	08/04/1999
Lei	6.984/1982	13/04/1982	MedidaProvisória	1.740-31/1999	06/05/1999
Lei	7.450/1985	23/12/1985	MedidaProvisória	1.740-32/1999	02/06/1999
Decreto	93.607/1986	21/11/1986	Lei	9.808/1999	20/07/1999
Decreto-lei	2.304/1986	21/11/1986	MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Decreto	94.766/1987	11/08/1987	MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Decreto-lei	2.397/1987	21/12/1987	RecomendaçãoComissão de Controle e Gestão Fiscal	58/1999	09/09/1999
Lei	7.714/1988	29/12/1988	MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	102/1989	09/11/1989	MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	113/1989	27/11/1989	MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Lei	7.918/1989	07/12/1989	MedidaProvisória	1.988-16/2000	13/01/2000
Deliberação Normativa Presidência da República/Sec. Desenv. Regional/Inst. Bras. Turismo - Diretoria	307/1992	23/03/1992	MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Instrução Normativa Tribunal de Contas da União - TCU	12/1996	24/04/1996	MedidaProvisória	1.988-17/2000	11/02/2000
Parecer Tribunal Contas União	010.145/96-6	02/08/2000	MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.988-18/2000	10/03/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.988-19/2000	11/04/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000
-	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Ministro	133/2000	25/04/2000
Decreto-lei	1.376/1974	12/12/1974	MedidaProvisória	1.988-20/2000	11/05/2000
Decreto-lei	1.419/1975	11/09/1975	MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Decreto Legislativo - SenadoFederal	90/1975	29/10/1975	MedidaProvisória	1.988-21/2000	08/06/2000
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	381/1976	24/06/1976	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	385/1976	21/07/1976	MedidaProvisória	2.035-22/2000	27/06/2000
Decreto-lei	1.478/1976	26/08/1976	MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000
Resolução ???/Conselho Desenvolvimento Econômico/Secretaria-Geral	06/1978	31/01/1978	MedidaProvisória	2.035-23/2000	27/07/2000
Portaria M. Transportes/Ministro	102/1978	08/02/1978	MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000
Decreto-lei	1.752/1979	31/12/1979	MedidaProvisória	2.058/2000	23/08/2000
Lei	7.134/1983	26/10/1983	MedidaProvisória	2.035-24/2000	25/08/2000
Decreto	93.607/1986	21/11/1986	MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000
Decreto-lei	2.304/1986	21/11/1986	Circular Banco Central do Brasil/ Diretoria Colegiada	3.004/2000	31/08/2000
Decreto-lei	2.397/1987	21/12/1987	MedidaProvisória	2.035-25/2000	22/09/2000
Instrução M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários	78/1988	11/05/1988	MedidaProvisória	2.058-1/2000	22/09/2000
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000
Decreto	96.943/1988	12/10/1988	MedidaProvisória	2.058-2/2000	19/10/2000
Decreto	97.444/1989	12/01/1989	MedidaProvisória	2.035-26/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	102/1989	09/11/1989	MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000
Lei	7.918/1989	07/12/1989	MedidaProvisória	2.058-3/2000	16/11/2000
Lei	7.999/1990	31/01/1990	MedidaProvisória	2.035-27/2000	23/11/2000
Lei	8.034/1990	12/04/1990	MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000
Lei	8.167/1991	16/01/1991	Portaria M. Integração Regional/Superintendência Desenvolvimento Amazônia	21.275/2000	07/12/2000
Lei	8.175/1991	31/01/1991	Portaria M. Integração Regional/Superintendência Desenvolvimento Amazônia	21.276/2000	07/12/2000
Nota Técnica MEFP/SNP/DOU/Serv. Acomp. Anál. Arrecadação/Coord. Estudos Prog. Receita	05/1991	27/02/1991	Portaria M. Integração Regional/Superintendência Desenvolvimento Amazônia	21.274/2000	13/12/2000
Lei	8.177/1991	01/03/1991	Resolução M. Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	3/2000	20/12/2000
Nota Técnica M. Economia Fazenda Planejamento/Secretaria Nacional Planejamento/Departamento Orçamento União	s/nº/1991	01/03/1991	MedidaProvisória	2.035-28/2000	21/12/2000
			MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000
			MedidaProvisória	2.128-5/2000	27/12/2000

Nota Técnica MEFP/SNP/DOU/Serv. Acomp. Anál. Arrecadação/Coord. Estudos Prog. Receita	10/1991	16/04/1991	MedidaProvisória	2.133-29/2000	28/12/2000
Decreto	101/1996	17/04/1991	Portaria Interministerial M. Fazenda/M. Integração Regional	10/2001	05/01/2001
Decreto	153/1991	25/06/1991	Lei Complementar	105/2001	10/01/2001
Portaria Presidência República/Secretaria Desenvolvimento Regional - SDR	202/1991	18/07/1991	Carta Circular Banco Central do Brasil / Departº Cadastro e Informações do Sist. Financeiro	2.950/2001	10/01/2001
Deliberação Normativa Presidência da República/Sec. Desenv. Regional/Inst. Bras. Turismo - Diretoria	307/1992	23/03/1992	Lei	10.177/2001	12/01/2001
Decreto	853/1993	02/07/1993	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001
Portaria M. Fazenda / Ministro	567/1993	27/10/1993	MedidaProvisória	2.128-6/2001	26/01/2001
Portaria M. Fazenda / Ministro	204/1994	12/04/1994	Parecer Tribunal Contas União	017.388/2000-1	14/02/2001
Instrução M. Fazenda/Comissão de Valores Mobiliários	227/1994	23/12/1994	MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.105/1995	25/08/1995	MedidaProvisória	2.128-7/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.137/1995	26/09/1995	MedidaProvisória	2.128-8/2001	27/03/2001
MedidaProvisória	1.170/1995	26/10/1995	Portaria M. Integração Nacional/ Ministro	86/2001	26/04/2001
Lei	9.126/1995	10/11/1995	MedidaProvisória	2.146-1/2001	04/05/2001
Mensagem Presidente República	1.197/1995	10/11/1995	Portaria Interministerial M. Fazenda/M. Integração Regional	118/2001	29/05/2001
Decreto	1.733/1995	07/12/1995	Portaria Interministerial M. Fazenda/M. Integração Regional	174/2001	29/05/2001
Decreto	1.735/1995	07/12/1995	Parecer Tribunal Contas União	005.973/2001-7	06/06/2001
Nota M. Planejamento e Orcatº /Secret. Orcatº Federal/Secretário	s/nº/1996	10/01/1996	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Instrução Normativa Tribunal de Contas da União - TCU	12/1996	24/04/1996	Portaria M. Integração Nacional/ Ministro	1/2001	29/06/2001
Parecer Tribunal Contas União	005.708/94-0	15/10/1996	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Ofício M. Planejamento e Orcatº /Secret. Orcatº Federal/Secretário	79/1996	01/11/1996	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.562/1996	19/12/1996	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-1/1997	17/01/1997	FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE (FUNDO FISCAL DE INVESTIMENTO)	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-2/1997	14/02/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-3/1997	14/03/1997	Decreto-lei	1.376/1974	12/12/1974
MedidaProvisória	1.562-4/1997	15/04/1997	Decreto-lei	1.419/1975	11/09/1975
MedidaProvisória	1.562-5/1997	15/05/1997	Decreto Legislativo - SenadoFederal	90/1975	29/10/1975
Decreto	2.232/1997	23/05/1997	Portaria (SUDENE) (doc. Não encontrado)	83/1976	30/04/1976
MedidaProvisória	1.562-6/1997	12/06/1997	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	381/1976	24/06/1976
Decreto	2.259/1997	20/06/1997	Decreto-lei	1.478/1976	26/08/1976
MedidaProvisória	1.562-7/1997	11/07/1997	Resolução ???/Conselho Desenvolvimento Econômico/Secretaria-Geral	06/1978	31/01/1978
MedidaProvisória	1.562-8/1997	08/08/1997	Portaria M. Transportes/Ministro	102/1978	08/02/1978
MedidaProvisória	1.562-9/1997	09/09/1997	Decreto-lei	1.752/1979	31/12/1979
MedidaProvisória	1.562-10/1997	10/10/1997	Lei	7.134/1983	26/10/1983
MedidaProvisória	1.562-11/1997	06/11/1997	Portaria (SUDENE) (doc. Não encontrado)	609/1986	26/06/1986
MedidaProvisória	1.602/1997	14/11/1997	Decreto	93.607/1986	21/11/1986
MedidaProvisória	1.562-12/1997	04/12/1997	Decreto-lei	2.304/1986	21/11/1986
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Decreto-lei	2.397/1987	21/12/1987
Lei	9.532/1997	10/12/1997	Instrução M. Fazenda/Comissão de Valores Mobiliários	78/1988	11/05/1988
Parecer Tribunal Contas União	017.215/93-5/2	10/12/1997	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	1.614-13/1997	11/12/1997	MedidaProvisória	102/1989	09/11/1989
MedidaProvisória	1.614-14/1998	08/01/1998	Lei	7.918/1989	07/12/1989
MedidaProvisória	1.614-15/1998	05/02/1998	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	1.614-16/1998	05/03/1998	Lei	8.034/1990	12/04/1990
MedidaProvisória	1.614-17/1998	02/04/1998	Lei	8.167/1991	16/01/1991
MedidaProvisória	1.614-18/1998	29/04/1998	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.614-19/1998	28/05/1998	Nota Técnica MEFP/SNP/DOU/Serv. Acomp. Anál. Arrecadação/Coord. Estudos Prog. Receita	05/1991	27/02/1991
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	Lei	8.177/1991	01/03/1991
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Nota Técnica M. Economia Fazenda Planejamento/Secretaria Nacional Planejamento/Departamento Orçamento União	s/nº/1991	01/03/1991
MedidaProvisória	1.614-20/1998	26/06/1998	Nota Técnica MEFP/SNP/DOU/Serv. Acomp. Anál. Arrecadação/Coord. Estudos Prog. Receita	10/1991	16/04/1991
MedidaProvisória	1.614-21/1998	27/07/1998	Decreto	101/1996	17/04/1991
Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	90/1998	31/07/1998	Decreto	153/1991	25/06/1991
MedidaProvisória	1.614-22/1998	25/08/1998	Decreto	729/1991	21/10/1991
MedidaProvisória	1.614-23/1998	24/09/1998	Portaria (SUDENE) (doc. Não encontrado)		

Deliberação Normativa Presidência da República / Sec. Desenv. Regional / Inst. Bras. Turismo - Diretoria	307/1992	23/03/1992	Lei	10.177/2001	12/01/2001
Decreto	853/1993	02/07/1993	Medida Provisória	2.123-28/2001	26/01/2001
Portaria M. Fazenda / Ministro	567/1993	27/10/1993	Medida Provisória	2.128-6/2001	26/01/2001
Portaria M. Fazenda / Ministro	204/1994	12/04/1994	Medida Provisória	2.123-29/2001	23/02/2001
Instrução M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários	227/1994	23/12/1994	Medida Provisória	2.128-7/2001	23/02/2001
Medida Provisória	1.105/1995	25/08/1995	Medida Provisória	2.128-8/2001	27/03/2001
Medida Provisória	1.137/1995	26/09/1995	Portaria M. Integração Nacional / Ministro	86/2001	26/04/2001
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	Balanco Social M. Fazenda - Banco do Nordeste do Brasil S/A	sn2000	07/05/2001
Medida Provisória	1.170/1995	26/10/1995	Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Integração Regional	118/2001	29/05/2001
Lei	9.126/1995	10/11/1995	Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Integração Regional	174/2001	29/05/2001
Mensagem Presidente República	1.197/1995	10/11/1995	Parecer Tribunal Contas União	005.970/2001-5	06/06/2001
Decreto	1.733/1995	07/12/1995	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Decreto	1.735/1995	07/12/1995	Portaria M. Integração Nacional / Ministro	1/2001	29/06/2001
Nota M. Planejamento e Orçat / Secret. Orçat Federal / Secretário	sm/1996	10/01/1996	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Instrução Normativa Tribunal de Contas da União - TCU	12/1996	24/04/1996	-	-	-/-
Ofício M. Planejamento e Orçat / Secret. Orçat Federal / Secretário	79/1996	01/11/1996	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF	-	-/-
Medida Provisória	1.562/1996	19/12/1996	-	-	-/-
Medida Provisória	1.562-1/1997	17/01/1997	-	-	-/-
Medida Provisória	1.562-2/1997	14/02/1997	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	60/1988	05/10/1988
Medida Provisória	1.562-3/1997	14/03/1997	Emenda Constitucional	14/1996	12/09/1996
Medida Provisória	1.562-4/1997	15/04/1997	Medida Provisória	1.518-2/1996	19/09/1996
Medida Provisória	1.562-5/1997	15/05/1997	Medida Provisória	1.518/1996	19/09/1996
Decreto	2.232/1997	23/05/1997	Exposição Motivos M. Educação e Desporto	112/1996	19/09/1996
Medida Provisória	1.562-6/1997	12/06/1997	Mensagem Presidente República	886/1996	19/09/1996
Decreto	2.259/1997	20/06/1997	Medida Provisória	1.518-1/1996	17/10/1996
Medida Provisória	1.562-7/1997	11/07/1997	Medida Provisória	1.518-3/1996	12/12/1996
Medida Provisória	1.562-8/1997	08/08/1997	Lei	9.394/1996	20/12/1996
Medida Provisória	1.562-9/1997	09/09/1997	Lei	9.424/1996	24/12/1996
Medida Provisória	1.562-10/1997	10/10/1997	Medida Provisória	1.565/1997	09/01/1997
Medida Provisória	1.562-11/1997	06/11/1997	Medida Provisória	1.565-1/1997	05/02/1997
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997	Medida Provisória	1.565-2/1997	06/03/1997
Medida Provisória	1.562-12/1997	04/12/1997	Medida Provisória	1.565-3/1997	03/04/1997
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Medida Provisória	1.565-4/1997	30/04/1997
Lei	9.532/1997	10/12/1997	Medida Provisória	1.565-5/1997	28/05/1997
Parecer Tribunal Contas União	017.215/93-5/2	10/12/1997	Medida Provisória	1.565-6/1997	27/06/1997
Medida Provisória	1.614-13/1997	11/12/1997	Medida Provisória	1.565-7/1997	25/07/1997
Medida Provisória	1.614-14/1998	08/01/1998	Decreto	2.264/1997	27/07/1997
Medida Provisória	1.614-15/1998	05/02/1998	Medida Provisória	1.565-8/1997	26/08/1997
Medida Provisória	1.614-16/1998	05/03/1998	Medida Provisória	1.565-9/1997	25/09/1997
Medida Provisória	1.614-17/1998	02/04/1998	Medida Provisória	1.565-10/1997	23/10/1997
Medida Provisória	1.614-18/1998	29/04/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	355/1997	29/10/1997
Medida Provisória	1.614-19/1998	28/05/1998	Medida Provisória	1.565-11/1997	20/11/1997
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	Medida Provisória	1.607-12/1997	11/12/1997
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Portaria M. Educação e Desporto / Ministro	2.223/1997	17/12/1997
Medida Provisória	1.614-20/1998	26/06/1998	Decreto	2.440/1997	23/12/1997
Medida Provisória	1.614-21/1998	27/07/1998	Portaria M. Fazenda / Ministro	354/1997	30/12/1997
Instrução Normativa M. Fazenda / Secretaria Receita Federal	90/1998	31/07/1998	Medida Provisória	1.607-13/1998	08/01/1998
Medida Provisória	1.614-22/1998	25/08/1998	Medida Provisória	1.607-14/1998	05/02/1998
Medida Provisória	1.614-23/1998	24/09/1998	Medida Provisória	1.607-15/1998	05/03/1998
Medida Provisória	1.614-24/1998	22/10/1998	Medida Provisória	1.643/1998	17/03/1998
Medida Provisória	1.614-25/1998	19/11/1998	Portaria M. Educação e Desporto / Ministro	276/1998	31/03/1998
Medida Provisória	1.740-26/1998	14/12/1998	Medida Provisória	1.607-16/1998	02/04/1998
Medida Provisória	1.740-27/1999	13/01/1999	Decreto	2.552/1998	16/04/1998
			Medida Provisória	1.643-1/1998	16/04/1998
			Portaria M. Educação e Desporto / Ministro	319/1998	16/04/1998

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	152/1998	27/04/1998
Medida Provisória	1.740-28/1999	11/02/1999	Medida Provisória	1.607-17/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.740-29/1999	11/03/1999	Instrução Normativa Tribunal de Contas da União - TCU	21/1998	29/04/1998
Decreto	3.000/1999	26/03/1999	Portaria M. Fazenda / Ministro	104/1998	29/04/1998
Medida Provisória	1.740-30/1999	08/04/1999	Medida Provisória	1.607-18/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.740-31/1999	06/05/1999	Medida Provisória	1.661-3/1998	28/05/1998
Medida Provisória	1.740-32/1999	02/06/1999	Medida Provisória	1.688/1998	16/06/1998
Lei	9.808/1999	20/07/1999	Medida Provisória	1.607-19/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999	Medida Provisória	1.661-4/1998	26/06/1998
Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999	Medida Provisória	1.688-1/1998	29/06/1998
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	58/1999	09/09/1999	Medida Provisória	1.607-20/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999	Medida Provisória	1.661-5/1998	27/07/1998
Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999	Medida Provisória	1.688-2/1998	29/07/1998
Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	333/1998	19/08/1998
Medida Provisória	1.988-16/2000	13/01/2000	Medida Provisória	1.607-21/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000	Medida Provisória	1.661-6/1998	25/08/1998
Medida Provisória	1.988-17/2000	11/02/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	348/1998	26/08/1998
Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000	Medida Provisória	1.688-3/1998	27/08/1998
Medida Provisória	1.988-18/2000	10/03/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	377/1998	21/09/1998
Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Medida Provisória	1.607-22/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.988-19/2000	11/04/2000	Medida Provisória	1.661-7/1998	24/09/1998
Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000	Medida Provisória	1.688-4/1998	25/09/1998
Portaria M. Fazenda / Ministro	133/2000	25/04/2000	Portaria M. Fazenda / Ministro	247/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.988-20/2000	11/05/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	380/1998	25/09/1998
Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000	Parecer Tribunal Contas União	000.417/98-0	30/09/1998
Medida Provisória	1.988-21/2000	08/06/2000	Parecer Tribunal Contas União	003.546/98-5	14/10/1998
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	Medida Provisória	1.607-23/1998	22/10/1998
Medida Provisória	2.035-22/2000	27/06/2000	Medida Provisória	1.661-8/1998	22/10/1998
Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	427/1998	23/10/1998
Medida Provisória	2.035-23/2000	27/07/2000	Medida Provisória	1.688-5/1998	26/10/1998
Medida Provisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	431/1998	27/10/1998
Medida Provisória	2.058/2000	23/08/2000	Medida Provisória	1.607-24/1998	19/11/1998
Medida Provisória	2.035-24/2000	25/08/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	489/1998	25/11/1998
Medida Provisória	2.049-22/2000	28/08/2000	Parecer Tribunal Contas União	001.560/98-0	02/12/1998
Despacho M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários / Diretor-Geral Circular Banco Central do Brasil / Diretoria Colegiada	sm/02000	29/08/2000	Resolução Senado Federal	93/1998	08/12/1998
Medida Provisória	3.004/2000	31/08/2000	Medida Provisória	1.745-10/1998	14/12/1998
Medida Provisória	2.035-25/2000	22/09/2000	Medida Provisória	1.759-7/1998	14/12/1998
Medida Provisória	2.058-1/2000	22/09/2000	Lei	9.766/1998	19/12/1998
Medida Provisória	2.049-23/2000	27/09/2000	Medida Provisória	1.745-11/1999	13/01/1999
Medida Provisória	2.058-2/2000	19/10/2000	Medida Provisória	1.759-8/1999	13/01/1999
Medida Provisória	2.035-26/2000	24/10/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	4/1999	21/01/1999
Medida Provisória	2.049-24/2000	26/10/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	25/1999	27/01/1999
Medida Provisória	2.058-3/2000	16/11/2000	Portaria M. Educação / Ministro	131/1999	02/02/1999
Medida Provisória	2.035-27/2000	23/11/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Medida Provisória	1.745-12/1999	11/02/1999
Portaria M. Integração Regional / Superintendência Desenvolvimento Amazônia	1.296/2000	29/11/2000	Medida Provisória	1.759-9/1999	11/02/1999
Portaria M. Integração Nacional / Superintendência Desenvolvimento Nordeste	1.305/2000	20/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	48/1999	24/02/1999
Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	3/2000	20/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	50/1999	25/02/1999
Medida Provisória	2.035-28/2000	21/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	73/1999	10/03/1999
Medida Provisória	2.123-27/2000	27/12/2000	Medida Provisória	1.745-13/1999	11/03/1999
Medida Provisória	2.128-5/2000	27/12/2000	Medida Provisória	1.759-10/1999	11/03/1999
Medida Provisória	2.133-29/2000	28/12/2000	Medida Provisória	1.816/1999	18/03/1999
Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Integração Regional	10/2001	05/01/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	95/1999	26/03/1999
Lei Complementar	105/2001	10/01/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	96/1999	26/03/1999
Carta Circular Banco Central do Brasil / Depart. Cadastro e Informações do Sist. Financeiro	2.950/2001	10/01/2001	Medida Provisória	1.745-14/1999	08/04/1999
			Medida Provisória	1.759-11/1999	08/04/1999

MedidaProvisória	1.816-1/1999	15/04/1999	ConselhoDeliberativo/Presidente		
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	151/1999	23/04/1999	Lei	10.210/2001	23/03/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	170/1999	26/04/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	119/2001	23/04/2001
MedidaProvisória	1.745-15/1999	06/05/1999	Parecer Tribunal Contas União	005.989/2000-9	09/05/2001
MedidaProvisória	1.759-12/1999	06/05/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal	501/2001	18/05/2001
MedidaProvisória	1.816-2/1999	13/05/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal	502/2001	18/05/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	208/1999	26/05/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal	503/2001	18/05/2001
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal	504/2001	18/05/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	255/1999	24/06/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	179/2001	22/05/2001
MedidaProvisória	1.861-14/1999	29/06/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	183/2001	23/05/2001
MedidaProvisória	1.884-17/1999	29/06/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	228/2001	25/06/2001
MedidaProvisória	1.913-4/1999	29/06/1999	Substituto ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	305/1999	14/07/1999	Parecer Congresso Nacional	sn/2001	28/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	310/1999	26/07/1999	Portaria M. Fazenda / Ministro	197/2001	29/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	311/1999	26/07/1999	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Portaria M. Fazenda / Ministro	286/1999	27/07/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.884-18/1999	28/07/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.861-15/1999	29/07/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.913-5/1999	29/07/1999	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (APOS CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988)	-	-/-
Decreto	3.142/1999	16/08/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.884-19/1999	26/08/1999	Lei	5.172/1966	25/10/1966
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	359/1999	26/08/1999	Atodas Disposições Constitucionais Transitorias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	1.861-16/1999	27/08/1999	Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988
MedidaProvisória	1.913-6/1999	27/08/1999	Lei	7.711/1988	22/12/1988
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	360/1999	27/08/1999	Lei Complementar	62/1989	28/12/1989
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	393/1999	17/09/1999	Lei	8.212/1991	24/07/1991
Resolução Senado Federal	38/1999	23/09/1999	Lei	8.443/1992	16/07/1992
MedidaProvisória	1.861-17/1999	24/09/1999	Decreto	612/1992	21/07/1992
MedidaProvisória	1.884-20/1999	24/09/1999	Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	4/1994	27/07/1994
MedidaProvisória	1.913-7/1999	24/09/1999	Parecer Tribunal Contas União	020.442/94-7	13/12/1994
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	403/1999	27/09/1999	Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	6/1994	13/12/1994
Parecer Tribunal Contas União	010.490/1999-0	06/10/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	307/1995	01/12/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	443/1999	21/10/1999	Lei	9.424/1996	24/12/1996
MedidaProvisória	1.884-21/1999	22/10/1999	Decreto	2.109/1996	26/12/1996
Lei	9.846/1999	26/10/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	355/1997	29/10/1997
MedidaProvisória	1.913-8/1999	26/10/1999	Lei	9.530/1997	10/12/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	452/1999	28/10/1999	Lei Complementar	91/1997	22/12/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	485/1999	25/11/1999	Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	018/1997	23/12/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	489/1999	29/11/1999	Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	18/1997	23/12/1997
MedidaProvisória	1.977-10/1999	10/12/1999	MedidaProvisória	1.608-12/1998	05/03/1998
MedidaProvisória	1.992-23/1999	14/12/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	152/1998	27/04/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	536/1999	23/12/1999	Lei	9.639/1998	25/05/1998
MedidaProvisória	1.977-11/2000	11/01/2000	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Proqramação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
MedidaProvisória	1.992-24/2000	13/01/2000	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Proqramação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	34/2000	28/01/2000	MedidaProvisória	1.688/1998	16/06/1998
MedidaProvisória	1.977-12/2000	10/02/2000	MedidaProvisória	1.688-1/1998	29/06/1998
MedidaProvisória	1.983-47/2000	10/02/2000	MedidaProvisória	1.688-2/1998	29/07/1998
MedidaProvisória	1.992-25/2000	11/02/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	333/1998	19/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	63/2000	23/02/2000	MedidaProvisória	1.688-3/1998	27/08/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	66/2000	28/02/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	377/1998	21/09/1998
MedidaProvisória	1.977-13/2000	09/03/2000	MedidaProvisória	1.688-4/1998	25/09/1998
MedidaProvisória	1.983-48/2000	09/03/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	1.707-3/1998	28/09/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	100/2000	28/03/2000	MedidaProvisória	427/1998	23/10/1998
MedidaProvisória	1.977-14/2000	06/04/2000	MedidaProvisória	1.688-5/1998	26/10/1998
MedidaProvisória	1.983-49/2000	06/04/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	89/1998	09/11/1998
MedidaProvisória	1.992-27/2000	11/04/2000	Ordem Serviço Coni. M. Prev. Assist. Social / Inst. Nac. Seq. Social / Proc. Geral		
MedidaProvisória	2.023-50/2000	20/04/2000			

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	210/2000	27/04/2000	/Dir. Adm. Patrimonial		
MedidaProvisória	1.977-15/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	1.759-7/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	1.992-28/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	1.759-8/1999	13/01/1999
Decreto	3.473/2000	18/05/2000	MedidaProvisória	1.759-9/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	2.023-51/2000	23/05/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	48/1999	24/02/1999
MedidaProvisória	1.977-16/2000	01/06/2000	MedidaProvisória	1.759-10/1999	11/03/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	96/1999	26/03/1999
MedidaProvisória	2.023-52/2000	21/06/2000	MedidaProvisória	1.759-11/1999	08/04/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	280/2000	21/06/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	151/1999	23/04/1999
MedidaProvisória	2.044-53/2000	28/06/2000	MedidaProvisória	1.759-12/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	2.046-31/2000	28/06/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	255/1999	24/06/1999
MedidaProvisória	1.977-17/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Lei	9.995/2000	25/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	310/1999	26/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	352/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.861-15/1999	29/07/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	354/2000	26/07/2000	Resolução Senado Federal	29/1999	05/08/1999
MedidaProvisória	1.977-18/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.861-16/1999	27/08/1999
MedidaProvisória	2.044-54/2000	28/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	360/1999	27/08/1999
MedidaProvisória	2.046-32/2000	28/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	393/1999	17/09/1999
Parecer Tribunal Contas União	015.848/1999-0	15/08/2000	Resolução Senado Federal	38/1999	23/09/1999
MedidaProvisória	2.044-55/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.861-17/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	2.046-33/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.891-8/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.977-19/2000	28/08/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	443/1999	21/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	416/2000	31/08/2000	MedidaProvisória	1.891-9/1999	22/10/1999
Instrução Normativa Tribunal de Contas da União - TCU	36/2000	06/09/2000	Lei	9.846/1999	26/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	490/2000	25/09/2000	MedidaProvisória	1.969-11/1999	09/11/1999
MedidaProvisória	2.044-56/2000	26/09/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	485/1999	25/11/1999
MedidaProvisória	2.046-34/2000	26/09/2000	Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	28/1999	15/12/1999
MedidaProvisória	1.977-20/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	537/2000	25/10/2000	MedidaProvisória	1.969-13/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.977-21/2000	26/10/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	66/2000	28/02/2000
MedidaProvisória	2.044-57/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.969-14/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	2.046-35/2000	26/10/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	100/2000	28/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	577/2000	22/11/2000	MedidaProvisória	2.022-16/2000	20/04/2000
MedidaProvisória	1.977-22/2000	23/11/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	210/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	2.044-58/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	2.022-17/2000	23/05/2000
MedidaProvisória	2.046-36/2000	23/11/2000	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	619/2000	21/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	280/2000	21/06/2000
MedidaProvisória	2.098-24/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	2.043-19/2000	28/06/2000
MedidaProvisória	2.119-60/2000	27/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	352/2000	25/07/2000
MedidaProvisória	2.121-38/2000	27/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	354/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	2.098-25/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	2.043-20/2000	28/07/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	27/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	2.043-21/2000	25/08/2000
MedidaProvisória	2.121-39/2001	26/01/2001	Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	sl/nº-000/2000	11/09/2000
MedidaProvisória	2.139-62/2001	26/01/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	490/2000	25/09/2000
Portaria M. Fazenda / Ministro	28/2001	30/01/2001	MedidaProvisória	2.060/2000	26/09/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	34/2001	30/01/2001	Parecer Tribunal Contas União	011.229/2000-8	11/10/2000
Decreto	3.742/2001	01/02/2001	MedidaProvisória	2.060-1/2000	26/10/2000
Decreto	3.746/2001	06/02/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	577/2000	22/11/2000
Lei	10.195/2001	14/02/2001	MedidaProvisória	2.060-2/2000	23/11/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	47/2001	16/02/2001	Decisão Normativa Tribunal Contas União	37/2000	13/12/2000
Solução de Consulta M. Fazenda / Secretaria Receita Federal	3/2001	16/02/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	619/2000	21/12/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	50/2001	20/02/2001	MedidaProvisória	2.129-4/2000	27/12/2000
Portaria M. Educação / Ministro	317/2001	22/02/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	27/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	2.121-40/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	2.129-5/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	2.139-63/2001	23/02/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	50/2001	20/02/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	78/2001	20/03/2001	MedidaProvisória	2.129-6/2001	23/02/2001
Resolução M. Educação e Desporto / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/	10/2001	20/03/2001	Balço Patrimonial M. Fazenda / Caixa Econômica Federal	sn/2000	16/03/2001

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	78/2001	20/03/2001	Lei	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação	9.639/1998	25/05/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	119/2001	23/04/2001	Financieira	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação	3.150/1998	05/06/1998
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	183/2001	23/05/2001				
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	228/2001	25/06/2001				
Instrução Normativa M. Previdência e Assistência Social / Instituto Nacional do Seguro Social	53/2001	29/06/2001				
-	-	-/-				
-	-	-/-				
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - FPE ( ART. 25 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 24/01/67 )	-	-/-				
-	-	-/-				
Emenda Constitucional	18/1965	01/12/1965	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	48/1999	24/02/1999	
Lei	5.172/1966	25/10/1966	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	96/1999	26/03/1999	
Ato Complementar Presidenteda República	27/1966	08/12/1966	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	151/1999	23/04/1999	
Ato Complementar Presidenteda República	31/1966	28/12/1966	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	255/1999	24/06/1999	
Decreto	59.900/1966	30/12/1966	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	310/1999	26/07/1999	
Constituição Federal 1967 - 1969	25/1926	14/01/1967	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	360/1999	27/08/1999	
Ato Complementar Presidenteda República	34/1967	30/01/1967	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	393/1999	17/09/1999	
Ato Complementar Presidenteda República	35/1967	28/02/1967	Medida Provisória	1.891-8/1999	24/09/1999	
Decreto	380/1968	23/02/1968	Resolução Senado Federal	42/1999	07/10/1999	
Ato Complementar Presidenteda República	40/1968	30/12/1968	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	443/1999	21/10/1999	
Decreto-lei	406/1968	31/12/1968	Medida Provisória	1.891-9/1999	22/10/1999	
Decreto-lei	468/1969	14/02/1969	Medida Provisória	1.969-11/1999	09/11/1999	
Decreto-lei	835/1969	08/09/1969	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	485/1999	25/11/1999	
Decreto	66.254/1970	24/02/1970	Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	28/1999	15/12/1999	
Lei Complementar	8/1970	03/12/1970	Medida Provisória	1.969-12/2000	06/01/2000	
Decreto	68.135/1971	29/01/1971	Medida Provisória	1.969-13/2000	03/02/2000	
Decreto	69.775/1971	13/12/1971	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	66/2000	28/02/2000	
Resolução Tribunal de Contas da União	111/1971	13/12/1971	Medida Provisória	1.969-14/2000	02/03/2000	
Lei Complementar	24/1975	07/01/1975	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	100/2000	28/03/2000	
Decreto-lei	1.434/1975	11/12/1975	Medida Provisória	2.022-16/2000	20/04/2000	
Decreto Legislativo - Senado Federal	20/1976	28/04/1976	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	210/2000	27/04/2000	
Decreto	77.565/1976	10/05/1976	Medida Provisória	2.022-17/2000	23/05/2000	
Decreto-lei	1.466/1976	10/05/1976	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	
Decreto Legislativo - Senado Federal	58/1976	15/06/1976	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	280/2000	21/06/2000	
Resolução Tribunal de Contas da União	183/1976	14/12/1976	Medida Provisória	2.043-19/2000	28/06/2000	
Lei	6.536/1978	16/06/1978	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	352/2000	25/07/2000	
Decreto	83.556/1979	07/06/1979	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	354/2000	26/07/2000	
Decreto-lei	1.723/1979	06/12/1979	Medida Provisória	2.043-20/2000	28/07/2000	
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980	Medida Provisória	2.043-21/2000	25/08/2000	
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980	Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	sn/000/2000	11/09/2000	
Decreto Legislativo - Senado Federal	28/1981	06/08/1981	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	490/2000	25/09/2000	
Lei	7.453/1985	27/12/1985	Medida Provisória	2.060/2000	26/09/2000	
Lei	7.525/1986	22/07/1986	Parecer Tribunal Contas União	001.381/2000-0	11/10/2000	
Decreto	93.449/1986	22/10/1986	Parecer Tribunal Contas União	011.229/2000-8	11/10/2000	
Lei	7.635/1987	14/12/1987	Medida Provisória	2.060-1/2000	26/10/2000	
Atos das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Medida Provisória	2.060-2/2000	23/11/2000	
Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988	Decisão Normativa Tribunal Contas União	37/2000	13/12/2000	
Decisão Normativa Tribunal Contas União	38/2001	20/06/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	619/2000	21/12/2000	
-	-	-/-	Medida Provisória	2.129-4/2000	27/12/2000	
-	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	27/2001	25/01/2001	
-	-	-/-	Medida Provisória	2.129-5/2001	26/01/2001	
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS	-	-/-	Ato Convocatório / Congresso Nacional	sn/2001	30/01/2001	
Lei	4.770/1965	15/09/1965	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	50/2001	20/02/2001	
Emenda Constitucional	18/1965	01/12/1965	Medida Provisória	2.129-6/2001	23/02/2001	
Decreto	57.383/1965	03/12/1965	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	78/2001	20/03/2001	
Lei	5.172/1966	25/10/1966	Lei Complementar	106/2001	23/03/2001	

Ato Complementar Presidenteda República	27/1966	08/12/1966	Mensagem Presidente República	253/2001	23/03/2001
Ato Complementar Presidenteda República	31/1966	28/12/1966	Decisão Normativa Tribunal Contas União	38/2001	20/06/2001
Decreto	59.900/1966	30/12/1966	Instrução Normativa M. Previdência e Assistência Social / Instituto Nacional do Seguro Social	53/2001	29/06/2001
Constituição Federal 1967 - 1969	25/1926	14/01/1967	-	-	-/-
Ato Complementar Presidenteda República	34/1967	30/01/1967	-	-	-/-
Ato Complementar Presidenteda República	35/1967	28/02/1967	-	-	-/-
Decreto-lei	380/1968	23/12/1968	FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIASOCIAL - FPAS	-	-/-
Ato Complementar Presidenteda República	40/1968	30/12/1968	-	-	-/-
Decreto-lei	406/1968	31/12/1968	Lei	6.439/1977	01/09/1977
Decreto-lei	468/1969	14/02/1969	Portaria M. Previdência e Assistência Social / Ministro	985/1978	22/03/1978
Decreto-lei	835/1969	08/09/1969	Portaria M. Previdência e Assistência Social / Ministro	1.063/1978	05/05/1978
Decreto	66.254/1970	24/02/1970	Portaria M. Previdência e Assistência Social / Ministro	1.124/1978	30/06/1978
Lei Complementar	8/1970	03/12/1970	Decreto	83.266/1979	12/03/1979
Decreto	68.135/1971	29/01/1971	Decreto	84.265/1979	05/12/1979
Decreto	69.680/1971	06/12/1971	Decreto-lei	1.816/1980	10/12/1980
Decreto	69.775/1971	13/12/1971	Decreto-lei	1.861/1981	25/02/1981
Resolução Tribunal de Contas da União	111/1971	13/12/1971	Lei	6.950/1981	04/11/1981
Resolução Tribunal de Contas da União	137/1973	06/12/1973	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
Lei Complementar	24/1975	07/01/1975	Medida Provisória	37/1989	27/01/1989
Decreto	77.565/1976	10/05/1976	Lei	7.999/1990	31/01/1990
Decreto-lei	1.466/1976	10/05/1976	Nota M. Econ. Faz. Planejatº / Secret. Nac. Planejamento / Departº Orçatº União	050/1990	09/08/1990
Decreto Legislativo - Senado Federal	58/1976	15/06/1976	/Coord. Área Social		
Resolução Tribunal de Contas da União	183/1976	14/12/1976	Nota M. Econ. Faz. Planejatº / Secret. Nac. Planejamento / Departº Orçatº União	001/1990	15/08/1990
Lei	6.536/1978	16/06/1978	/Coord. Informática		
Decreto	83.556/1979	07/06/1979	Lei	8.173/1991	30/01/1991
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980	Lei	8.175/1991	31/01/1991
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980	Portaria M. Trabalho e Previdência Social / Ministro	3.194/1991	12/04/1991
Decreto-lei	1.881/1981	27/08/1981	Resolução M. Previdência e Assistência Social / Instituto Nacional Assistência Médica da Previdência Social	279/1991	28/08/1991
Lei	7.453/1985	27/12/1985	Medida Provisória	301/1991	05/12/1991
Lei	7.525/1986	22/07/1986	Lei	8.352/1991	28/12/1991
Decreto	93.449/1986	22/10/1986	Decreto	569/1992	16/06/1992
Lei	7.635/1987	14/12/1987	Lei	8.694/1993	12/08/1993
Resolução Tribunal de Contas da União	118/1988	19/09/1988	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Atos das Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Constituição Federal 1988	159/1998	05/10/1988	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
Lei	7.711/1988	22/12/1988	-	-	-/-
Lei Complementar	59/1988	22/12/1988	-	-	-/-
Lei Complementar	62/1989	28/12/1989	-	-	-/-
Lei	8.212/1991	24/07/1991	FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - FUNRES (FUNDO FISCAL DE INVESTIMENTO)	-	-/-
Lei	8.443/1992	16/07/1992	-	-	-/-
Decreto	612/1992	21/07/1992	-	-	-/-
Lei Complementar	77/1993	13/07/1993	Ato Complementar Presidenteda República	40/1968	30/12/1968
Decreto	894/1993	16/08/1993	Decreto-lei	880/1969	18/09/1969
Lei	8.928/1994	10/08/1994	Decreto	66.547/1970	11/05/1970
Mensagem Presidente República	622/1994	10/08/1994	Decreto Legislativo - Senado Federal	45/1975	24/08/1975
Parecer Tribunal Contas União	020.442/94-7	13/12/1994	Decreto-lei	1.563/1977	29/07/1977
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	307/1995	01/12/1995	Portaria M. Transportes / Ministro	102/1978	08/02/1978
Lei	9.424/1996	24/12/1996	Decreto-lei	1.653/1978	27/12/1978
Decreto	2.109/1996	26/12/1996	Decreto Legislativo - Senado Federal	17/1979	11/05/1979
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	355/1997	29/10/1997	Decreto-lei	1.734/1979	20/12/1979
Emenda Constitucional	17/1997	22/11/1997	Decreto	84.342/1979	26/12/1979
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Decreto-lei	1.752/1979	31/12/1979
Lei Complementar	91/1997	22/12/1997	Resolução Tribunal de Contas da União	206/1980	27/11/1980
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	018/1997	23/12/1997	Decreto	87.508/1982	23/08/1982
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	18/1997	23/12/1997	Lei	7.134/1983	26/10/1983
Medida Provisória	1.608-12/1998	05/03/1998	Decreto	2.134/1984	26/06/1984
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	152/1998	27/04/1998	Decreto-lei	2.250/1985	26/02/1985

Decreto-lei	2.298/1986	21/11/1986	Rural Sustentável		
Decreto-lei	2.397/1987	21/12/1987	MedidaProvisória	2.035-28/2000	21/12/2000
AtodasDisposiçõesConstitucionaisTransitórias/ConstituiçãoFederal1988	36/1988	03/10/1988	MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000
Lei	8.034/1990	12/04/1990	MedidaProvisória	2.128-5/2000	27/12/2000
Lei	8.167/1991	16/01/1991	MedidaProvisória	2.133-29/2000	28/12/2000
NotaTécnicaMEFP/SNP/DOU/Serv.Acomp.Anál.Arrecadação/Coord.EstudosProg.Receita	05/1991	27/02/1991	Portaria Interministerial M. Fazenda/M. Integração Regional	10/2001	05/01/2001
Lei	8.177/1991	01/03/1991	Carta Circular Banco Central do Brasil / Departº Cadastro e Informações do Sist. Financeiro	2.950/2001	10/01/2001
NotaTécnicaM. EconomiaFazendaPlanejamento/SecretariaNacionalPlanejamento/DepartamentoOrçamentoUnião	s/nº/1991	01/03/1991	Lei	10.177/2001	12/01/2001
NotaTécnicaMEFP/SNP/DOU/Serv.Acomp.Anál.Arrecadação/Coord.EstudosProg.Receita	10/1991	16/04/1991	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001
Decreto	101/1996	17/04/1991	MedidaProvisória	2.128-6/2001	26/01/2001
Decreto	153/1991	25/06/1991	MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001
Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	10/1992	10/01/1992	MedidaProvisória	2.128-7/2001	23/02/2001
Decreto	853/1993	02/07/1993	Portaria M. Integração Nacional / Ministro	2.128-8/2001	27/03/2001
Portaria M. Fazenda / Ministro	567/1993	27/10/1993	MedidaProvisória	86/2001	26/04/2001
Portaria M. Fazenda / Ministro	204/1994	12/04/1994	Parecer Tribunal Contas União	2.146-1/2001	04/05/2001
Instrução M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários	227/1994	23/12/1994	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	005.972/2001-0	06/06/2001
MedidaProvisória	1.078/1995	28/07/1995	Portaria M. Integração Nacional / Ministro	4/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.105/1995	25/08/1995	Lei	1/2001	29/06/2001
MedidaProvisória	1.137/1995	26/09/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	10.266/2001	24/07/2001
MedidaProvisória	1.170/1995	26/10/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	147/1980	31/12/9999
Lei	9.126/1995	10/11/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	155/1980	31/12/9999
Mensagem Presidente República	1.197/1995	10/11/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	160/1980	31/12/9999
Decisão Tribunal de Contas da União / Plenário	657/1995	06/12/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	169/1980	31/12/9999
Decreto	1.733/1995	07/12/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	586/1991	31/12/9999
Decreto	1.735/1995	07/12/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	587/1991	31/12/9999
Memorando M. Planejatº Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Departº Programas Econômicos	051/1995	27/12/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	588/1991	31/12/9999
Parecer Tribunal Contas União	017.215/93-5	28/12/1995	Resolução Grupo Executivo Recuperação Econômica Espírito Santo - Geres	600/1991	31/12/9999
Nota M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Secretário	s/nº/1996	10/01/1996	Instrução M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários	135/1990	31/12/9999
Ofício M. Planejatº e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Secretário	79/1996	01/11/1996	Instrução M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários	92/1988	31/12/9999
MedidaProvisória	1.562/1996	19/12/1996	FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRARIA	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-1/1997	17/01/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-2/1997	14/02/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-3/1997	14/03/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.562-4/1997	15/04/1997	Lei Complementar	93/1998	04/02/1998
MedidaProvisória	1.562-5/1997	15/05/1997	Lei	9.809/1999	21/07/1999
Decreto	2.232/1997	23/05/1997	Decreto	3.172/1999	15/09/1999
MedidaProvisória	1.562-6/1997	12/06/1997	MedidaProvisória	1.901-30/1999	24/09/1999
Decreto	2.259/1997	20/06/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	10/1999	06/10/1999
MedidaProvisória	1.562-7/1997	11/07/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	11/1999	06/10/1999
MedidaProvisória	1.562-8/1997	08/08/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	12/1999	06/10/1999
MedidaProvisória	1.562-9/1997	09/09/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	13/1999	06/10/1999
MedidaProvisória	1.562-10/1997	10/10/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	14/1999	06/10/1999
MedidaProvisória	1.562-11/1997	06/11/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	6/1999	06/10/1999
Decisão o Tribunal de Contas da União / Plenário	782/1997	12/11/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	7/1999	06/10/1999
MedidaProvisória	1.602/1997	14/11/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	8/1999	06/10/1999
MedidaProvisória	1.562-12/1997	04/12/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	9/1999	06/10/1999
Lei	9.532/1997	10/12/1997	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	1.901-31/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.614-13/1997	11/12/1997			
MedidaProvisória	1.614-14/1998	08/01/1998			
MedidaProvisória	1.614-15/1998	05/02/1998			
MedidaProvisória	1.614-16/1998	05/03/1998			
MedidaProvisória	1.614-17/1998	02/04/1998			
MedidaProvisória	1.614-18/1998	29/04/1998			

MedidaProvisória	1.614-19/1998	28/05/1998	Resolução M. Extraordinário Política Fundiária / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	16/1999	23/11/1999
MedidaProvisória	1.614-20/1998	26/06/1998	MedidaProvisória	1.901-32/1999	25/11/1999
MedidaProvisória	1.614-21/1998	27/07/1998	MedidaProvisória	2.010-27/1999	30/12/1999
Instrução Normativa M. Fazenda / Secretaria Receita Federal	90/1998	31/07/1998	MedidaProvisória	2.010-28/2000	28/01/2000
MedidaProvisória	1.614-22/1998	25/08/1998	MedidaProvisória	2.010-29/2000	25/02/2000
MedidaProvisória	1.614-23/1998	24/09/1998	MedidaProvisória	2.010-30/2000	28/03/2000
MedidaProvisória	1.614-24/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	2.010-31/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.614-25/1998	19/11/1998	Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Parecer Tribunal Contas União	013.499/97-1	25/11/1998	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	27/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	1.740-26/1998	14/12/1998	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	28/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	1.740-27/1999	13/01/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	29/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	1.740-28/1999	11/02/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	30/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	1.740-29/1999	11/03/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	31/2000	04/05/2000
Decreto	3.000/1999	26/03/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	34/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.740-30/1999	08/04/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	35/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.740-31/1999	06/05/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	36/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.740-32/1999	02/06/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	37/2000	05/07/2000
Portaria Presidência República / Secret. Especial Políticas Regionais / Conselho de Governo	59/1999	16/06/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	38/2000	05/07/2000
Lei	9.808/1999	20/07/1999	Decreto	3.475/2000	19/05/2000
MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	2.010-32/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	58/1999	09/09/1999	MedidaProvisória	2.010-33/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	2.050-10/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior / Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sn/2000	30/06/2000
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	34/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.988-16/2000	13/01/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	35/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	36/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.988-17/2000	11/02/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	37/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	38/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.988-18/2000	10/03/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	39/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	40/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.988-19/2000	11/04/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	41/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	42/2000	05/07/2000
Portaria M. Fazenda / Ministro	133/2000	25/04/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	43/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.988-20/2000	11/05/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	44/2000	05/07/2000
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	2.010-34/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	1.988-21/2000	08/06/2000	MedidaProvisória	2.050-11/2000	28/07/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	45/2000	23/08/2000
MedidaProvisória	2.035-22/2000	27/06/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	46/2000	23/08/2000
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	47/2000	23/08/2000
MedidaProvisória	2.035-23/2000	27/07/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	48/2000	23/08/2000
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.058/2000	23/08/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.035-24/2000	25/08/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
Circular Banco Central do Brasil / Diretoria Colegiada	3.004/2000	31/08/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.035-25/2000	22/09/2000	MedidaProvisória		
MedidaProvisória	2.058-1/2000	22/09/2000	MedidaProvisória		
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.058-2/2000	19/10/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.035-26/2000	24/10/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.058-3/2000	16/11/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.035-27/2000	23/11/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		
Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento	3/2000	20/12/2000	Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador		



MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	2.087-30/2001	22/03/2001	Portaria M. Defesa / Ministro	25/2001	12/01/2001
Portaria M. Defesa / Ministro	233/2001	05/04/2001	MedidaProvisória	2.087-28/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	2.087-31/2001	19/04/2001	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	2.087-32/2001	17/05/2001	Portaria M. Defesa / Ministro	117/2001	19/02/2001
MedidaProvisória	2.170-34/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	2.087-29/2001	22/02/2001
-	-	-	MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001
-	-	-	MedidaProvisória	2.087-30/2001	22/03/2001
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	-	-	Portaria M. Defesa / Ministro	233/2001	05/04/2001
-	-	-	MedidaProvisória	2.087-31/2001	19/04/2001
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	2.087-32/2001	17/05/2001
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	2.170-34/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	-	-	-
Portaria M. Defesa / Ministro	2.144/1999	29/10/1999	-	-	-
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	FUNDO ESPECIAL DA SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	-	-
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	-	-	-
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	-	-	-
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Fundo sem Informação até o momento.	999/2001	04/05/2001
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	-	-	-
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	-	-	-
Portaria M. Defesa / Ministro	3.076/2000	24/05/2000	FUNDO ESPECIAL DE ASSISTENCIA FINANCEIRA AOS PARTIDOS POLITICOS (FUNDO PARTIDARIO) - FUNPAR	-	-
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	-	-	-
Portaria M. Defesa / Ministro	4.478/2000	24/07/2000	-	-	-
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	Constituição Federal 1988	17/§3º/1988	05/10/1988
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	Lei	8.173/1991	30/01/1991
Portaria M. Defesa / Ministro	6.411/2000	16/10/2000	Lei	9.530/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000	Lei	9.693/1998	27/07/1998
Portaria M. Defesa / Ministro	25/2001	12/01/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001	-	-	-
Portaria M. Defesa / Ministro	117/2001	19/02/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001	FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	-	-
Portaria M. Defesa / Ministro	233/2001	05/04/2001	-	-	-
-	-	-	Decreto-lei	1.437/1975	17/12/1975
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (ART. 68 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)	-	-	Decreto-lei	1.455/1976	07/04/1976
-	-	-	Decreto Legislativo - Senado Federal	12/1976	19/04/1976
-	-	-	Decreto Legislativo - Senado Federal	76/1976	19/04/1976
Constituição Federal 1988	195/II/a/II/1988	05/10/1988	Decreto Legislativo - Senado Federal	44/1976	26/05/1976
Constituição Federal 1988	201/1988	05/10/1988	Portaria M. Fazenda / Ministro	196/1976	03/06/1976
Constituição Federal 1988	250/1988	05/10/1988	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	26/1976	15/09/1976
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	Decreto-lei	1.504/1976	23/12/1976
-	-	-	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	3/1977	17/01/1977
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	-	-	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	17/1977	16/03/1977
-	-	-	Decreto Legislativo - Senado Federal	20/1977	29/04/1977
Lei	4.375/1964	17/08/1964	Portaria M. Fazenda / Ministro	233/1977	18/05/1977
Decreto	57.654/1966	20/01/1966	Portaria M. Fazenda / Ministro	266/1977	01/06/1977
Resolução Senado Federal	33/1976	11/10/1976	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	45/1997	12/07/1997
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	31/1981	30/04/1981
Parecer Presidência República/Estado-Maior das Forças Armadas/Consultoria Jurídica	25/1991	22/11/1991	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	7/1982	04/03/1982
Aviso Presidência República/Estado-Maior das Forças Armadas	1.668/1992	14/05/1992	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	33/1982	24/05/1982
Parecer M. Fazenda/Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	695/1992	26/06/1992	Portaria M. Fazenda / Ministro	190/1982	02/09/1982
Nota M. Econ. Faz. Planejatº/Secret. Nac. Planejamento/Departº Orçatº União	11/1992	07/07/1992	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	105/1982	20/12/1982
			Portaria M. Fazenda / Ministro	244/1983	09/09/1983

/Coord. Normas			Lei	7.450/1985	23/12/1985
Parecer M. Econ. Faz. Planejatº/Secret. Nac. Planejamento/Departº Orçatº Federal /CGPRE/COPRE	41/1992	09/07/1992	Decreto-lei	2.411/1988	21/01/1988
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	Decreto Legislativo - Senado Federal	58/1988	26/08/1988
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Decreto-lei	2.472/1988	01/09/1988
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	Lei	7.711/1988	22/12/1988
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Decreto Legislativo - Senado Federal	40/1989	13/06/1989
MedidaProvisória	1.782/1998	14/12/1998	Decreto	98.125/1989	08/09/1989
Portaria M. Fazenda / Ministro	345/1998	29/12/1998	Decreto	98.135/1989	12/09/1989
MedidaProvisória	1.782-1/1999	13/01/1999	Lei	7.999/1990	31/01/1990
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/Secretário	34/1999	03/02/1999	Decreto	98.967/1990	21/02/1990
MedidaProvisória	1.782-2/1999	11/02/1999	Decreto Legislativo - Senado Federal	22/1990	27/08/1990
MedidaProvisória	1.782-3/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	287/1990	14/12/1990
MedidaProvisória	1.782-4/1999	08/04/1999	Ato Declaratório M. Fazenda/Secret. Receita Federal/Coord.-Geraisistema Arrecadação	5/1990	26/12/1990
MedidaProvisória	1.782-5/1999	06/05/1999	Decreto	11/1996	21/01/1991
MedidaProvisória	1.907-7/1999	29/06/1999	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.911-7/1999	29/06/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	866/1991	06/09/1991
MedidaProvisória	1.907-8/1999	28/07/1999	Instrução Normativa M. Fazenda/Delegacia Receita Federal	71/1991	09/09/1991
MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	1.032/1991	31/10/1991
MedidaProvisória	1.907-9/1999	26/08/1999	Lei	8.383/1991	30/12/1991
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	Lei	8.387/1991	31/12/1991
MedidaProvisória	1.907-10/1999	24/09/1999	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	14/1993	25/01/1993
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	Instrução Normativa M. Fazenda/Delegacia Receita Federal	25/1993	24/02/1993
MedidaProvisória	1.907-11/1999	22/10/1999	Portaria M. Fazenda / Ministro	168/1993	13/04/1993
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	Portaria M. Fazenda / Ministro	276/1993	23/06/1993
MedidaProvisória	1.963-13/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	542/1994	30/06/1994
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	MedidaProvisória	566/1994	29/07/1994
MedidaProvisória	1.963-14/2000	06/01/2000	MedidaProvisória	596/1994	26/08/1994
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	Decreto	1.250/1994	21/09/1994
MedidaProvisória	1.963-15/2000	03/02/2000	MedidaProvisória	635/1994	27/09/1994
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	MedidaProvisória	681/1994	27/10/1994
MedidaProvisória	1.963-16/2000	02/03/2000	MedidaProvisória	731/1994	25/11/1994
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	MedidaProvisória	785/1994	23/12/1994
MedidaProvisória	1.963-17/2000	30/03/2000	MedidaProvisória	812/1994	30/12/1994
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	851/1995	20/01/1995
MedidaProvisória	1.963-18/2000	27/04/2000	Lei	8.981/1995	23/01/1995
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	911/1995	21/02/1995
Portaria M. Defesa / Ministro	3.076/2000	24/05/2000	MedidaProvisória	953/1995	23/03/1995
MedidaProvisória	1.963-19/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	978/1995	20/04/1995
MedidaProvisória	1.963-20/2000	26/06/2000	MedidaProvisória	1.004/1995	22/05/1995
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	Lei	1.027/1995	21/06/1995
Portaria M. Defesa / Ministro	4.478/2000	24/07/2000	Lei	9.069/1995	29/06/1995
MedidaProvisória	1.963-21/2000	26/07/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.247/1995	14/12/1995
MedidaProvisória	1.963-22/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.284/1996	12/01/1996
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.323/1996	09/02/1996
MedidaProvisória	1.963-23/2000	22/09/2000	MedidaProvisória	1.363/1996	12/03/1996
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.405/1996	11/04/1996
Portaria M. Defesa / Ministro	6.411/2000	16/10/2000	MedidaProvisória	1.445/1996	10/05/1996
MedidaProvisória	1.963-24/2000	24/10/2000	Decreto	1.910/1996	21/05/1996
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.493/1996	07/06/1996
MedidaProvisória	1.963-25/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.493-7/1996	09/07/1996
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.493-8/1996	08/08/1996
MedidaProvisória	2.087-27/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	1.493-9/1996	05/09/1996
			Decreto	2.017/1996	01/10/1996
			MedidaProvisória	1.493-10/1996	02/10/1996

Decreto	2.037/1996	16/10/1996	Parecer Tribunal Contas União	019.251/94-7	15/03/1995
MedidaProvisória	1.493-11/1996	31/10/1996	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	1.493-12/1996	29/11/1996	Ato Comissão Diretorado Senado Federal	13/1997	30/01/1997
MedidaProvisória	1.545-13/1996	18/12/1996	Lei	9.530/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.545-1996	18/12/1996	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
MedidaProvisória	1.545-14/1997	16/01/1997			
MedidaProvisória	1.545-15/1997	13/02/1997	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Lei	9.443/1997	14/03/1997			
MedidaProvisória	1.602/1997	14/11/1997	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Ato Senado Federal	7/2001	06/02/2001
Lei	9.532/1997	10/12/1997	-	-	-/-
Decreto	000/11.02.1998	11/02/1998	-	-	-/-
Memorando M. Fazenda/Secret. I Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	FUNDO GERAL DE TURISMO (LEI Nº 8.181, 28/03/91 - RATIFICAÇÃO)	-	-/-
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Decreto-lei	81/1966	21/12/1966
Portaria M. Fazenda / Secret. Regional da Receita Federal - Fortaleza	28/1998	02/07/1998	Decreto	60.224/1967	16/02/1967
MedidaProvisória	1.725/1998	29/10/1998	Decreto-lei	1.191/1971	27/10/1971
Lei	9.716/1998	26/11/1998	Decreto-lei	1.439/1975	30/12/1975
Portaria M. Fazenda / Secret. I Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	365/1976	07/04/1976
MedidaProvisória	1.915/1999	29/06/1999	Resolução M. Indústria e Comércio / Conselho Nacional de Turismo	897/1976	06/12/1976
MedidaProvisória	1.915-1/1999	29/07/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	411/1976	23/12/1976
MedidaProvisória	1.915-2/1999	27/08/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	467/1978	23/02/1978
MedidaProvisória	1.915-3/1999	24/09/1999	Resolução M. Indústria e Comércio / Conselho Nacional de Turismo	1.130/1978	23/10/1978
MedidaProvisória	1.915-4/1999	26/10/1999	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	1.971-6/1999	10/12/1999	Lei	8.173/1991	30/01/1991
Decreto	002/16.12.1999	15/12/1999	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.971-7/2000	11/01/2000	Deliberação Normativa Presidência da República / Sec. Desenv. Regional / Inst. Bras. Turismo - Diretoria	8.181/1991	28/03/1991
MedidaProvisória	1.971-8/2000	10/02/2000	Decreto	297/1991	04/11/1991
MedidaProvisória	1.971-9/2000	09/03/2000	Decreto	448/1992	14/02/1992
MedidaProvisória	1.971-10/2000	06/04/2000	Deliberação Normativa Presidência da República / Sec. Desenv. Regional / Inst. Bras. Turismo - Diretoria	306/1992	23/03/1992
MedidaProvisória	1.971-11/2000	04/05/2000	Deliberação Normativa Presidência da República / Sec. Desenv. Regional / Inst. Bras. Turismo - Diretoria	307/1992	23/03/1992
MedidaProvisória	1.971-12/2000	01/06/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	33/2000	13/06/2000	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	1.971-13/2000	29/06/2000	Lei	9.530/1997	10/12/1997
Lei	9.995/2000	25/07/2000	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
MedidaProvisória	1.971-14/2000	28/07/2000	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
MedidaProvisória	1.971-15/2000	28/08/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
Ato Declaratório M. Fazenda/Secret. Receita Federal	57/2000	31/08/2000	Decreto	3.000/1999	26/03/1999
MedidaProvisória	1.971-16/2000	27/09/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.971-17/2000	26/10/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.971-18/2000	23/11/2000	-	-	-/-
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	266/2000	27/11/2000	FUNDO GERAL DO CACAU - FUNGECU	-	-/-
Portaria M. Fazenda / Secretaria Executiva	485/2000	06/12/2000	Decreto Legislativo - Senado Federal	66/1970	02/10/1970
Lei	10.106/2000	21/12/2000	Decreto	86.179/1981	06/07/1981
MedidaProvisória	2.093-20/2000	27/12/2000	Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	2.093-21/2001	25/01/2001	Lei	7.999/1990	31/01/1990
Portaria M. Fazenda / Ministro	44/2001	21/02/2001	Decreto Legislativo - Senado Federal	66/1990	18/12/1990
MedidaProvisória	2.093-22/2001	22/02/2001	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	2.093-23/2001	22/03/2001	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Decreto	3.782/2001	05/04/2001	Parecer M. Fazenda / Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Portaria M. Fazenda / Secretaria Executiva	173/2001	11/04/2001	Nota M. Fazenda / Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
MedidaProvisória	2.093-24/2001	19/04/2001			
MedidaProvisória	2.093-25/2001	17/05/2001			
Portaria M. Fazenda / Secretaria Executiva	292/2001	21/05/2001			
Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal / Deleg. Receita Federal -	77/2001	31/05/2001			

Uruguiana			Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal / Deleg. Receita Federal - Uruguiana	78/2001	31/05/2001	Lei	9.530/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	2.175-27/2001	28/06/2001	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
-	-	-/-	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
-	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	-	-/-	Decreto	3.152/1999	26/08/1999
-	-	-/-	Decreto	3.527/2000	28/07/2000
Decreto	68.924/1971	15/07/1971	Portaria M. Agricultura e do Abastecimento - Secretário Executivo	9/2001	22/02/2001
Portaria M. Fazenda / Centro Treinamento Desenvolvimento Pessoal / Secretário Executivo	72/1972	11/06/1972	-	-	-/-
Decreto	73.115/1973	08/11/1973	-	-	-/-
Decreto	76.085/1975	06/08/1975	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD	-	-/-
Portaria M. Fazenda / Ministro	169/1976	18/05/1976	-	-	-/-
Portaria M. Fazenda / Escola Administração Fazendária / Diretoria-Geral	198/1979	21/06/1979	Lei	6.368/1976	21/10/1976
Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Decreto	1.646/1995	26/09/1995
Lei	7.999/1990	31/01/1990	MedidaProvisória	1.689-1/1998	29/06/1998
Lei	8.173/1991	30/01/1991	MedidaProvisória	1.689-2/1998	29/07/1998
Lei	8.175/1991	31/01/1991	MedidaProvisória	1.689-3/1998	27/08/1998
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	MedidaProvisória	1.689-4/1998	25/09/1998
MedidaProvisória	1.247/1995	14/12/1995	Decreto	2.793/1998	01/10/1998
MedidaProvisória	1.284/1996	12/01/1996	MedidaProvisória	1.713-1/1998	01/10/1998
MedidaProvisória	1.323/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.689-5/1998	26/10/1998
MedidaProvisória	1.363/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.713-2/1998	29/10/1998
MedidaProvisória	1.405/1996	11/04/1996	MedidaProvisória	1.780-4/1998	14/12/1998
Lei	9.276/1996	09/05/1996	MedidaProvisória	1.794-8/1998	31/12/1998
MedidaProvisória	1.445/1996	10/05/1996	MedidaProvisória	1.780-5/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	1.493/1996	07/06/1996	MedidaProvisória	1.794-9/1999	28/01/1999
MedidaProvisória	1.493-7/1996	09/07/1996	Portaria Conjunta Presidência da República / Casa Militar / M. Fazenda	14/1999	05/02/1999
MedidaProvisória	1.493-8/1996	08/08/1996	MedidaProvisória	1.780-6/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.493-9/1996	05/09/1996	MedidaProvisória	1.794-10/1999	25/02/1999
MedidaProvisória	1.493-10/1996	02/10/1996	MedidaProvisória	1.780-7/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.493-11/1996	31/10/1996	MedidaProvisória	1.794-11/1999	25/03/1999
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	MedidaProvisória	1.780-8/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.493-12/1996	29/11/1996	MedidaProvisória	1.794-12/1999	22/04/1999
MedidaProvisória	1.545-13/1996	18/12/1996	MedidaProvisória	1.780-9/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.545/1996	18/12/1996	MedidaProvisória	1.794-13/1999	20/05/1999
MedidaProvisória	1.545-14/1997	16/01/1997	MedidaProvisória	1.780-10/1999	02/06/1999
MedidaProvisória	1.545-15/1997	13/02/1997	MedidaProvisória	1.909-15/1999	29/06/1999
Lei	9.443/1997	14/03/1997	Lei	9.804/1999	30/06/1999
Lei	9.530/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.909-16/1999	28/07/1999
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	MedidaProvisória	1.909-17/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Decreto	3.782/2001	05/04/2001	MedidaProvisória	1.909-18/1999	24/09/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.909-19/1999	26/10/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999
FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL - FUNSEN	-	-/-	Decreto	002/05.11.1999	04/11/1999
-	-	-/-	Portaria Presidência República / Secretaria Nacional Antidrogas	20/1999	24/11/1999
Lei	7.432/1985	18/12/1985	MedidaProvisória	1.964-21/1999	09/12/1999
Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Lei	7.999/1990	31/01/1990	MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Decreto Legislativo - Senado Federal	27/1990	14/09/1990	MedidaProvisória	1.964-23/2000	03/02/2000
Lei	8.175/1991	31/01/1991	MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Resolução Senado Federal	31/1994	13/04/1994	MedidaProvisória	1.964-24/2000	02/03/2000
			MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000

MedidaProvisória	1.964-25/2000	30/03/2000	Portaria M. Previdência e Assistência Social/ Secretaria Exe cutiva	81/2001	28/05/2001
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	89/2001	31/05/2001
MedidaProvisória	1.964-26/2000	28/04/2000	Portaria M. Previdência e Assistência Social/Ministro	94/2001	12/06/2001
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	Decreto	000/21/06/2001	20/06/2001
MedidaProvisória	1.964-27/2000	26/05/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.964-28/2000	27/06/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	FUNDO NACIONAL DE CULTURA	-	-/-
MedidaProvisória	1.964-29/2000	27/07/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Atodas Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	1.964-30/2000	25/08/2000	Nota Téc. M. Fazenda/Secret. Receita Federal/Secret. Especial Assuntos	304/1989	15/08/1989
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	Econômicos	-	-
MedidaProvisória	1.964-31/2000	22/09/2000	Lei	8.173/1991	30/01/1991
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	Lei	8.313/1991	23/12/1991
MedidaProvisória	1.964-32/2000	24/10/2000	Mensagem Presidente República	813/1991	23/12/1991
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	Instrução Presidência República - PR/Secret. da Cultura /Secretário	1/1992	30/09/1992
MedidaProvisória	1.964-33/2000	23/11/2000	Decreto	745/1993	05/02/1993
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Decreto	841/1993	22/06/1993
Decreto	3.696/2000	21/12/2000	Lei	8.849/1994	28/01/1994
MedidaProvisória	2.088-35/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	423/1994	03/02/1994
MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	444/1994	05/03/1994
MedidaProvisória	2.088-36/2001	26/01/2001	Decreto	1.095/1994	23/03/1994
MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001	MedidaProvisória	467/1994	05/04/1994
PortariaPresidênciaRepública/Gabinete de Segurança Institucional	3/2001	13/02/2001	MedidaProvisória	492/1994	05/05/1994
PortariaPresidênciaRepública/Gabinete Civil	70/2001	21/02/2001	MedidaProvisória	520/1994	03/06/1994
MedidaProvisória	2.088-37/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	544/1994	01/07/1994
MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	568/1994	02/08/1994
MedidaProvisória	2.088-38/2001	27/03/2001	MedidaProvisória	599/1994	01/09/1994
MedidaProvisória	2.088-39/2001	26/04/2001	MedidaProvisória	638/1994	29/09/1994
PortariaPresidênciaRepública/Gabinete Civil	204/2001	27/04/2001	MedidaProvisória	680/1994	27/10/1994
MedidaProvisória	2.088-40/2001	24/05/2001	MedidaProvisória	729/1994	25/11/1994
Portaria M. Fazenda /Secret. Tesouro Nacional/Secretário	205/2001	31/05/2001	MedidaProvisória	783/1994	23/12/1994
MedidaProvisória	2.171-42/2001	28/06/2001	Decreto	1.359/1994	30/12/1994
-	-	-/-	MedidaProvisória	849/1995	20/01/1995
-	-	-/-	MedidaProvisória	909/1995	21/02/1995
-	-	-/-	MedidaProvisória	952/1995	23/03/1995
-	-	-/-	MedidaProvisória	977/1995	20/04/1995
FUNDONACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	-	Decreto	1.493/1995	17/05/1995
Lei	8.742/1993	07/12/1993	MedidaProvisória	1.003/1995	19/05/1995
Decreto	1.605/1995	25/08/1995	Lei	9.064/1995	20/06/1995
Nota M. Planejatº e Orçatº /Secret. Orçatº Federal/Coord. Geral Normas	36/1995	31/08/1995	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
Ofício-Circ. M. Planejatº e Orçatº /Secret. Orçatº Federal/Secretário	12/1995	18/09/1995	Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	Nota M. Planejatº e Orçatº /Secret. Orçatº Federal/Coord. Geral Normas/Depart. Prog. e Normas	41/1995	26/10/1995
Parecer M. Fazenda /Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995	Nota M. Planejatº e Orçatº /Secret. Orçatº Federal/Coord. Geral Normas	41/1995	26/10/1995
Nota M. Fazenda /Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995	Nota M. Fazenda /Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995
Documento M. Previdência Assist. Social/Coordenação de Orçamento/Coord. Geral Orçº e Finanças	s/nº/1995	09/11/1995	Nota Presidência República - PR/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos	62/1996	05/01/1996
Decreto	1.744/1995	11/12/1995	Ofício M. Planejatº e Orçatº /Secret. Orçatº Federal/Secretário	007/1996	23/01/1996
Informação M. Planejatº e Orçatº /Secret. Orçatº Federal/Departamento de Programas Sociais	016/1995	14/12/1995	MedidaProvisória	1.486-29/1996	09/07/1996
Informação M. Planejatº e Orçatº /Secret. Orçatº Federal/Departamento de Programas Sociais	s/nº/1996	01/06/1996	MedidaProvisória	1.486-30/1996	08/08/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Portaria M. Fazenda / Ministro	202/1996	19/08/1996
Parecer Presidência República/Advocacia Geral da União/GQ	119/1997	30/01/1997	MedidaProvisória	1.486-31/1996	05/09/1996
Decreto	2.298/1997	13/08/1997	MedidaProvisória	1.486-32/1996	02/10/1996
Lei	9.530/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.486-33/1996	31/10/1996
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Assistência Social	35/1997	26/12/1997	Lei	9.312/1996	05/11/1996
Lei	9.604/1998	05/02/1998	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Decreto	2.609/1998	02/06/1998	MedidaProvisória	1.486-34/1996	29/11/1996
			MedidaProvisória	1.538/1996	18/12/1996

Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Proqramação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	MedidaProvisória	1.538-36/1997	16/01/1997
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Proqramação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	MedidaProvisória	1.538-37/1997	13/02/1997
Decreto	2.728/1998	10/08/1998	MedidaProvisória	1.538-38/1997	13/03/1997
Resolução M. Educação e Desporto/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	18/1998	21/09/1998	MedidaProvisória	1.538-39/1997	11/04/1997
MedidaProvisória	1.599-50/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	1.538-40/1997	09/05/1997
MedidaProvisória	1.599-51/1998	18/11/1998	MedidaProvisória	1.538-41/1997	10/06/1997
Lei	9.720/1998	30/11/1998	MedidaProvisória	1.538-42/1997	10/07/1997
Decreto	2.971/1999	26/02/1999	Decreto	2.290/1997	04/08/1997
Decreto	3.065/1999	21/05/1999	MedidaProvisória	1.538-43/1997	07/08/1997
Decreto	000/05.07.1999	02/07/1999	MedidaProvisória	1.538-44/1997	04/09/1997
Decreto	3.117/1999	13/07/1999	MedidaProvisória	1.589/1997	24/09/1997
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Assistência Social	160/1999	16/07/1999	MedidaProvisória	1.538-45/1997	02/10/1997
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	162/1999	06/08/1999	MedidaProvisória	1.589-1/1997	23/10/1997
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Assistência Social	164/1999	13/08/1999	MedidaProvisória	1.538-46/1997	30/10/1997
Lei	9.834/1999	22/09/1999	MedidaProvisória	1.602/1997	14/11/1997
Lei	9.856/1999	29/10/1999	MedidaProvisória	1.589-2/1997	20/11/1997
MedidaProvisória	1.969-11/1999	09/11/1999	Lei	9.530/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.969-12/2000	06/01/2000	Lei	9.532/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.969-13/2000	03/02/2000	MedidaProvisória	1.611-3/1997	11/12/1997
MedidaProvisória	1.969-14/2000	02/03/2000	MedidaProvisória	1.618-48/1997	12/12/1997
MedidaProvisória	2.022-16/2000	20/04/2000	MedidaProvisória	1.634/1997	12/12/1997
MedidaProvisória	2.022-17/2000	23/05/2000	MedidaProvisória	1.636/1997	12/12/1997
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	MedidaProvisória	1.611-4/1998	08/01/1998
MedidaProvisória	2.043-19/2000	28/06/2000	MedidaProvisória	1.618-49/1998	13/01/1998
MedidaProvisória	2.043-20/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.634-1/1998	13/01/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	77/2000	29/07/2000	MedidaProvisória	1.636-1/1998	13/01/1998
MedidaProvisória	2.043-21/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.611-5/1998	05/02/1998
Decreto	3.578/2000	30/08/2000	MedidaProvisória	1.618-50/1998	12/02/1998
Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	20/2000	05/09/2000	MedidaProvisória	1.634-2/1998	12/02/1998
MedidaProvisória	2.060/2000	26/09/2000	MedidaProvisória	1.636-2/1998	12/02/1998
Decreto	3.613/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.611-6/1998	05/03/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	129/2000	23/10/2000	MedidaProvisória	1.618-51/1998	13/03/1998
MedidaProvisória	2.060-1/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.634-3/1998	13/03/1998
MedidaProvisória	2.060-2/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.611-7/1998	02/04/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	153/2000	05/12/2000	MedidaProvisória	1.618-52/1998	09/04/1998
MedidaProvisória	2.129-4/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	1.636-4/1998	09/04/1998
MedidaProvisória	2.129-5/2001	26/01/2001	MedidaProvisória	1.611-8/1998	29/04/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Ministro	13/2001	30/01/2001	Decreto	2.585/1998	12/05/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Ministro	14/2001	30/01/2001	MedidaProvisória	1.618-53/1998	12/05/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	15/2001	31/01/2001	MedidaProvisória	1.634-5/1998	12/05/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Ministro	649/2001	21/02/2001	MedidaProvisória	1.636-5/1998	12/05/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	23/2001	21/02/2001	MedidaProvisória	1.611-9/1998	28/05/1998
MedidaProvisória	2.129-6/2001	23/02/2001	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Proqramação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	26/2001	28/02/2001	MedidaProvisória	1.634-6/1998	10/06/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	27/2001	28/02/2001	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Proqramação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Decreto	s/nº-0/23.03.20	21/03/2001	MedidaProvisória	1.611-10/1998	26/06/1998
Decreto	s/nº-0/27.03.20	21/03/2001	MedidaProvisória	1.680-7/1998	29/06/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Ministro	907/2001	30/03/2001	MedidaProvisória	1.694-7/1998	30/06/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria Executiva	38/2001	30/03/2001	MedidaProvisória	1.697-55/1998	30/06/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	38/2001	30/03/2001	MedidaProvisória	1.611-11/1998	27/07/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	56/2001	18/04/2001	MedidaProvisória	1.680-8/1998	29/07/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	66/2001	04/05/2001	MedidaProvisória	1.697-56/1998	29/07/1998
Portaria M. Previdência e Assistência Social/Secretaria Executiva	69/2001	14/05/2001	MedidaProvisória	1.694-8/1998	30/07/1998

MedidaProvisória	1.611-12/1998	25/08/1998	MedidaProvisória	2.132-40/2000	28/12/2000
MedidaProvisória	1.680-9/1998	27/08/1998	MedidaProvisória	2.096-89/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	1.697-57/1998	27/08/1998	MedidaProvisória	2.132-41/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.694-9/1998	28/08/1998	Lei	10.179/2001	06/02/2001
MedidaProvisória	1.611-13/1998	24/09/1998	MedidaProvisória	2.132-42/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.680-10/1998	25/09/1998	Portaria M. Cultura / Sec. Executiva / Subsecret. de Planejamento, Orçamento e Administração	16/2001	07/06/2001
MedidaProvisória	1.697-58/1998	25/09/1998	Portaria M. Cultura / Sec. Executiva / Subsecret. de Planejamento, Orçamento e Administração	17/2001	20/06/2001
MedidaProvisória	1.694-10/1998	28/09/1998	Portaria M. Cultura / Sec. Executiva / Subsecret. de Planejamento, Orçamento e Administração	18/2001	25/06/2001
MedidaProvisória	1.611-14/1998	22/10/1998			
MedidaProvisória	1.680-11/1998	26/10/1998			
MedidaProvisória	1.697-59/1998	26/10/1998			
MedidaProvisória	1.694-11/1998	27/10/1998			
MedidaProvisória	1.611-15/1998	19/11/1998			
MedidaProvisória	1.697-60/1998	25/11/1998	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (2º)		
MedidaProvisória	1.694-12/1998	27/11/1998			
MedidaProvisória	1.739-16/1998	14/12/1998	Decreto-lei	2.288/1986	23/07/1986
MedidaProvisória	1.753-13/1998	14/12/1998	Decreto	84.194/1987	08/04/1987
MedidaProvisória	1.763-61/1998	14/12/1998	Decreto-lei	2.329/1987	20/05/1987
MedidaProvisória	1.766-13/1998	14/12/1998	Decreto-lei	2.340/1987	26/06/1987
MedidaProvisória	1.739-17/1999	13/01/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	1.362/1987	30/07/1987
MedidaProvisória	1.753-14/1999	13/01/1999	Decreto-lei	2.383/1987	17/12/1987
MedidaProvisória	1.763-62/1999	13/01/1999	Decreto-lei	2.449/1988	21/07/1988
MedidaProvisória	1.766-14/1999	13/01/1999	Decreto Legislativo - Senado Federal	50/1988	26/08/1988
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	1.739-18/1999	11/02/1999	Lei	7.738/1989	09/03/1989
MedidaProvisória	1.753-15/1999	11/02/1999	Lei	7.764/1989	02/05/1989
MedidaProvisória	1.763-63/1999	11/02/1999	Decreto	98.339/1989	27/10/1989
MedidaProvisória	1.766-15/1999	11/02/1999	Lei	7.862/1989	30/10/1989
MedidaProvisória	1.739-19/1999	11/03/1999	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	1.753-16/1999	11/03/1999	Lei	8.173/1991	30/01/1991
MedidaProvisória	1.763-64/1999	11/03/1999	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.766-16/1999	11/03/1999	Lei	8.177/1991	01/03/1991
Decreto	3.000/1999	26/03/1999	Decreto	193/1991	21/08/1991
MedidaProvisória	1.739-20/1999	08/04/1999	Instrução M. Econ. Faz. Planejatº / Comissão de Valores Mobiliários	157/1991	21/08/1991
MedidaProvisória	1.753-17/1999	08/04/1999	Resolução M. Economia, Fazenda Planejamento / Banco Central do Brasil	1.947/1992	29/07/1992
MedidaProvisória	1.763-65/1999	08/04/1999	Decreto	764/1993	04/03/1993
MedidaProvisória	1.766-17/1999	08/04/1999	Instrução M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários	222/1994	21/10/1994
MedidaProvisória	1.739-21/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	841/1995	19/01/1995
MedidaProvisória	1.753-18/1999	06/05/1999	Decreto	1.378/1995	27/01/1995
MedidaProvisória	1.763-66/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	945/1995	15/03/1995
MedidaProvisória	1.766-18/1999	06/05/1999	Lei	9.006/1995	17/03/1995
MedidaProvisória	1.855-20/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	970/1995	12/04/1995
MedidaProvisória	1.862-68/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	995/1995	11/05/1995
MedidaProvisória	1.871-23/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.097/1995	25/08/1995
MedidaProvisória	1.888-20/1999	29/06/1999	Lei	9.094/1995	14/09/1995
MedidaProvisória	1.855-21/1999	27/07/1999	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	1.862-69/1999	27/07/1999	MedidaProvisória	1.349/1996	12/03/1996
MedidaProvisória	1.871-24/1999	28/07/1999	MedidaProvisória	1.481-38/1996	04/07/1996
MedidaProvisória	1.888-21/1999	28/07/1999	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	1.855-22/1999	25/08/1999	MedidaProvisória	1.553/1996	18/12/1996
MedidaProvisória	1.862-70/1999	25/08/1999	MedidaProvisória	1.553-11/1997	16/01/1997
MedidaProvisória	1.871-25/1999	26/08/1999	MedidaProvisória	1.553-12/1997	13/02/1997
MedidaProvisória	1.888-22/1999	26/08/1999	MedidaProvisória	1.481-46/1997	14/02/1997
MedidaProvisória	1.855-23/1999	22/09/1999	MedidaProvisória	1.553-13/1997	13/03/1997
MedidaProvisória	1.862-71/1999	22/09/1999	MedidaProvisória	1.481-47/1997	14/03/1997
Decreto	3.183/1999	23/09/1999	MedidaProvisória	1.553-14/1997	11/04/1997
MedidaProvisória	1.871-26/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.553-15/1997	09/05/1997

MedidaProvisória	1.888-23/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.481-49/1997	15/05/1997
MedidaProvisória	1.855-24/1999	21/10/1999	MedidaProvisória	1.553-16/1997	10/06/1997
MedidaProvisória	1.862-72/1999	21/10/1999	MedidaProvisória	1.553-17/1997	10/07/1997
MedidaProvisória	1.871-27/1999	22/10/1999	MedidaProvisória	1.553-18/1997	07/08/1997
MedidaProvisória	1.888-24/1999	22/10/1999	MedidaProvisória	1.553-19/1997	04/09/1997
Lei	9.874/1999	23/11/1999	MedidaProvisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Parecer Tribunal Contas União	000.688/1994-0	24/11/1999	MedidaProvisória	1.553-21/1997	30/10/1997
MedidaProvisória	1.974-74/1999	10/12/1999	Lei	9.530/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.990-26/1999	14/12/1999	MedidaProvisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Decreto	003.16.12.1999	15/12/1999	MedidaProvisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	166/1999	21/12/1999	MedidaProvisória	1.615-25/1998	05/02/1998
MedidaProvisória	2.010-27/1999	30/12/1999	MedidaProvisória	1.615-26/1998	05/03/1998
MedidaProvisória	1.974-75/2000	11/01/2000	MedidaProvisória	1.615-27/1998	02/04/1998
MedidaProvisória	1.990-27/2000	13/01/2000	MedidaProvisória	1.655/1998	20/04/1998
MedidaProvisória	2.010-28/2000	28/01/2000	MedidaProvisória	1.615-28/1998	29/04/1998
MedidaProvisória	1.974-76/2000	10/02/2000	MedidaProvisória	1.655-1/1998	21/05/1998
MedidaProvisória	1.990-28/2000	11/02/2000	MedidaProvisória	1.615-29/1998	28/05/1998
MedidaProvisória	2.010-29/2000	25/02/2000	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Decreto	3.377/2000	02/03/2000	Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
MedidaProvisória	1.974-77/2000	09/03/2000			
MedidaProvisória	1.990-29/2000	10/03/2000			
MedidaProvisória	2.010-30/2000	28/03/2000	MedidaProvisória	1.559-27/1998	18/06/1998
MedidaProvisória	1.974-78/2000	06/04/2000	MedidaProvisória	1.615-30/1998	26/06/1998
MedidaProvisória	1.990-30/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	1.682-3/1998	29/06/1998
Portaria M. Cultura / Sec. Executiva / Subsecret. de Planejamento, Orçamento e Administração	17/2000	13/04/2000	MedidaProvisória	1.615-31/1998	27/07/1998
MedidaProvisória	2.010-31/2000	27/04/2000	MedidaProvisória	1.682-4/1998	29/07/1998
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	1.615-32/1998	25/08/1998
MedidaProvisória	1.974-79/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	1.682-5/1998	27/08/1998
MedidaProvisória	1.990-31/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	1.694-9/1998	28/08/1998
MedidaProvisória	2.010-32/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	1.615-33/1998	24/09/1998
MedidaProvisória	1.974-80/2000	01/06/2000	MedidaProvisória	1.682-6/1998	25/09/1998
MedidaProvisória	2.010-33/2000	26/06/2000	MedidaProvisória	1.694-10/1998	28/09/1998
MedidaProvisória	2.033-33/2000	27/06/2000	MedidaProvisória	1.615-34/1998	22/10/1998
MedidaProvisória	1.974-81/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.682-7/1998	26/10/1998
MedidaProvisória	2.010-34/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	1.694-11/1998	27/10/1998
MedidaProvisória	2.033-34/2000	27/07/2000	MedidaProvisória	1.694-12/1998	27/11/1998
MedidaProvisória	1.974-82/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.741-36/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	2.010-35/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.755-9/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	2.033-35/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.766-13/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	1.974-83/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Lei	9.999/2000	30/08/2000	MedidaProvisória	1.755-10/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	2.010-36/2000	22/09/2000	MedidaProvisória	1.766-14/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	2.033-36/2000	22/09/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
MedidaProvisória	1.974-84/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Circular Caixa Econ. Federal / Superintendência Nacional de Loterias	200/2000	13/10/2000	MedidaProvisória	1.755-11/1999	11/02/1999
Portaria M. Cultura / Sec. Executiva / Subsecret. de Planejamento, Orçamento e Administração	81/2000	18/10/2000	MedidaProvisória	1.766-15/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	2.010-37/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.741-39/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	2.033-37/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.755-12/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.974-85/2000	26/10/2000	Decreto	1.766-16/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.974-86/2000	23/11/2000	Decreto	3.000/1999	26/03/1999
MedidaProvisória	2.010-38/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.741-40/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	2.033-38/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.755-13/1999	08/04/1999
Lei	10.148/2000	21/12/2000	Decreto	1.766-17/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.974-87/2000	21/12/2000	Decreto	3.031/1999	20/04/1999
MedidaProvisória	2.096-88/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	1.741-41/1999	06/05/1999
			MedidaProvisória	1.755-14/1999	06/05/1999
			MedidaProvisória	1.766-18/1999	06/05/1999

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	251/1999	22/06/1999	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
Medida Provisória	1.868-16/1999	29/06/1999	Lei	9.530/1997	10/12/1997
Medida Provisória	1.873-43/1999	29/06/1999	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação	3.150/1998	05/06/1998
Medida Provisória	1.888-20/1999	29/06/1999	Financieira		
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	45/1999	27/07/1999	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação	3.263/1998	10/06/1998
Medida Provisória	1.873-44/1999	28/07/1999	Financieira		
Medida Provisória	1.888-21/1999	28/07/1999	Decreto	2.851/1998	30/11/1998
Medida Provisória	1.868-17/1999	29/07/1999	Resolução M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora de Estudos e Projetos/ Diretoria Executiva	287/1998	21/12/1998
Medida Provisória	1.873-45/1999	26/08/1999			
Medida Provisória	1.888-22/1999	26/08/1999	Resolução M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora de Estudos e Projetos/ Diretoria Executiva	15/1999	01/02/1999
Medida Provisória	1.868-18/1999	27/08/1999			
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	365/1999	01/09/1999	Resolução M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora de Estudos e Projetos/ Diretoria Executiva	16/1999	01/02/1999
Medida Provisória	1.868-19/1999	24/09/1999			
Medida Provisória	1.873-46/1999	24/09/1999	Resolução M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora de Estudos e Projetos/ Diretoria Executiva	17/1999	01/02/1999
Medida Provisória	1.888-23/1999	24/09/1999			
Decreto	3.211/1999	18/10/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.873-47/1999	22/10/1999	Lei	9.869/1999	12/11/1999
Medida Provisória	1.888-24/1999	22/10/1999	Decreto	3.318/1999	30/12/1999
Medida Provisória	1.868-20/1999	26/10/1999	Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	70/1999	23/11/1999	Medida Provisória	2.021/2000	03/04/2000
Medida Provisória	1.948-49/1999	09/12/1999	Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000
Medida Provisória	1.970-5/1999	10/12/1999	Medida Provisória	2.021-1/2000	02/05/2000
Medida Provisória	1.985-22/1999	10/12/1999	Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
Medida Provisória	2.010-27/1999	30/12/1999	Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000
Medida Provisória	1.948-50/2000	06/01/2000	Medida Provisória	2.021-2/2000	01/06/2000
Medida Provisória	1.970-6/2000	11/01/2000	Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Medida Provisória	1.985-23/2000	11/01/2000	Medida Provisória	2.021-3/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.103-37/2001	26/01/2000	Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000
Medida Provisória	2.010-28/2000	28/01/2000	Lei	9.991/2000	24/07/2000
Medida Provisória	1.970-7/2000	01/02/2000	Lei	9.992/2000	24/07/2000
Medida Provisória	1.948-51/2000	03/02/2000	Lei	9.993/2000	24/07/2000
Medida Provisória	1.985-24/2000	10/02/2000	Lei	9.994/2000	24/07/2000
Medida Provisória	2.010-29/2000	25/02/2000	Despacho M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora Estudos e Projetos/ Superint. Área Financ. Administ.	sn/nº-0/2000	24/07/2000
Medida Provisória	1.948-52/2000	02/03/2000	Medida Provisória	2.010-34/2000	26/07/2000
Medida Provisória	1.970-8/2000	09/03/2000	Medida Provisória	2.021-4/2000	28/07/2000
Medida Provisória	1.985-25/2000	09/03/2000	Medida Provisória	2.052-1/2000	28/07/2000
Medida Provisória	2.010-30/2000	28/03/2000	Parecer Tribunal Contas União	014.356/1999-6	02/08/2000
Medida Provisória	1.948-53/2000	30/03/2000	Medida Provisória	2.010-35/2000	25/08/2000
Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000	Medida Provisória	2.021-5/2000	28/08/2000
Medida Provisória	1.985-26/2000	06/04/2000	Medida Provisória	2.052-2/2000	28/08/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	207/2000	24/04/2000	Despacho M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora Estudos e Projetos/ Superint. Área Financ. Administ.	sn/nº-1/2000	01/09/2000
Medida Provisória	1.948-54/2000	27/04/2000	Medida Provisória	2.010-36/2000	22/09/2000
Medida Provisória	2.010-31/2000	27/04/2000	Medida Provisória	2.021-6/2000	27/09/2000
Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000	Medida Provisória	2.052-3/2000	27/09/2000
Medida Provisória	1.985-27/2000	04/05/2000	Despacho M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora Estudos e Projetos/ Superint. Área Financ. Administ.	sn/nº-2/2000	02/10/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	248/2000	24/05/2000	Despacho M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora Estudos e Projetos/ Superint. Área Financ. Administ.	sn/nº-3/2000	05/10/2000
Medida Provisória	1.948-55/2000	26/05/2000	Medida Provisória	2.010-37/2000	24/10/2000
Medida Provisória	2.010-32/2000	26/05/2000	Medida Provisória	2.021-7/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000	Medida Provisória	2.052-4/2000	26/10/2000
Medida Provisória	1.985-28/2000	01/06/2000	Despacho M. Ciência e Tecnologia/ Financiadora Estudos e Projetos/ Superint. Área Financ. Administ.	sn/nº-4/2000	27/10/2000
Medida Provisória	1.948-56/2000	26/06/2000	Medida Provisória	2.010-38/2000	23/11/2000
Medida Provisória	2.010-33/2000	26/06/2000	Medida Provisória	2.021-8/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000			
Medida Provisória	1.985-29/2000	29/06/2000			
Balancete Patrimonial M. Desenv. Indústria/ Banco Nac. Desenv. Ec. Social / Fundo Nac. Desenvtº	000/2000	30/06/2000			
Medida Provisória	1.948-57/2000	26/07/2000			

Medida Provisória	2.010-34/2000	26/07/2000	Medida Provisória	2.052-5/2000	23/11/2000
Medida Provisória	1.970-13/2000	28/07/2000	Lei	10.079/2000	18/12/2000
Medida Provisória	1.985-30/2000	28/07/2000	Lei	10.148/2000	21/12/2000
Medida Provisória	1.948-58/2000	23/08/2000	Medida Provisória	2.106-10/2000	27/12/2000
Medida Provisória	1.970-14/2000	28/08/2000	Medida Provisória	2.126-7/2000	27/12/2000
Medida Provisória	1.985-31/2000	28/08/2000	Lei	10.168/2000	29/12/2000
Medida Provisória	1.948-59/2000	21/09/2000	Portaria M. Ciência e Tecnologia	1.088/2000	29/12/2000
Medida Provisória	1.970-15/2000	27/09/2000	Medida Provisória	2.106-11/2001	26/01/2001
Medida Provisória	1.985-32/2000	27/09/2000	Medida Provisória	2.126-8/2001	26/01/2001
Medida Provisória	1.948-60/2000	19/10/2000	Lei	10.197/2001	14/02/2001
Medida Provisória	1.970-16/2000	26/10/2000	Medida Provisória	2.126-9/2001	23/02/2001
Medida Provisória	1.985-33/2000	26/10/2000	Portaria M. Ciência e Tecnologia	72/2001	15/03/2001
Medida Provisória	1.948-61/2000	16/11/2000	Decreto	sn/nº-0/23.03.20	21/03/2001
Medida Provisória	1.970-17/2000	23/11/2000	Decreto	sn/nº-0/27.03.20	21/03/2001
Medida Provisória	1.985-34/2000	23/11/2000	Portaria M. Ciência e Tecnologia	101/2001	06/04/2001
Medida Provisória	2.072-63/2000	27/12/2000	Decreto	3.800/2001	20/04/2001
Medida Provisória	2.092-19/2000	27/12/2000	Balanco Social M. Fazenda - Banco do Nordeste do Brasil S/A	snv/2000	07/05/2001
Medida Provisória	2.103-36/2000	27/12/2000	Portaria M. Ciência e Tecnologia	201/2001	04/06/2001
Medida Provisória	2.072-64/2001	25/01/2001	-	-	-/-
Medida Provisória	2.092-20/2001	25/01/2001	-	-	-/-
Balancete Patrimonial M. Desenv. Indústria/ Banco Nac. Desenv. Ec. Social / Fundo Nac. Desenvtº	001/2001	31/01/2001	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	-	-/-
Balancete Patrimonial M. Desenv. Indústria/ Banco Nac. Desenv. Ec. Social / Fundo Nac. Desenvtº	002/2000	16/02/2001	Lei	4.024/1961	20/12/1961
Balancete Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/ Banco Nac. Desenv. Ec. Social	snº/2001	16/02/2001	Lei	5.525/1968	05/11/1968
Medida Provisória	2.072-65/2001	22/02/2001	Lei	5.537/1968	21/11/1968
Medida Provisória	2.092-21/2001	22/02/2001	Decreto	63.943/1968	30/12/1968
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional/ Secretário	56/2001	23/02/2001	Decreto	63.946/1968	30/12/1968
Balancete Patrimonial M. Desenv. Indústria/ Banco Nac. Desenv. Ec. Social / Fundo Nac. Desenvtº	000/2001	28/02/2001	Decreto-lei	872/1969	15/09/1969
Medida Provisória	2.072-66/2001	22/03/2001	Decreto	68.592/1971	06/05/1971
Medida Provisória	2.092-22/2001	22/03/2001	Decreto	68.702/1971	03/06/1971
Medida Provisória	2.092-23/2001	19/04/2001	Decreto	68.703/1971	03/06/1971
Balancete Patrimonial M. Desenv. Indústria/ Banco Nac. Desenv. Ec. Social / Fundo Nac. Desenvtº	003/2001	30/04/2001	Portaria M. Educação/ Ministro	677/1971	09/11/1971
Medida Provisória	2.092-24/2001	17/05/2001	Portaria M. Educação/ Ministro	299/1976	11/05/1976
Medida Provisória	2.174-26/2001	28/06/2001	Portaria M. Educação/ Ministro	654/1981	04/12/1981
-	-	-/-	Portaria M. Educação/ Ministro	655/1981	04/12/1981
-	-	-/-	Lei	7.999/1990	31/01/1990
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO (LEI 8.172, 18/01/91)	-	-/-	Decreto	99.180/1990	15/03/1990
-	-	-/-	Medida Provisória	194/1990	29/06/1990
Decreto-lei	719/1969	31/07/1969	Parecer M. Econ. Faz. Planejatº / Departº de Orçatº União/Coord. Normas, Assuntos Téc. E Legislação	008/1990	04/09/1990
Decreto	73.411/1974	04/01/1974	Lei	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	79.286/1977	16/02/1977	Instrução Normativa M. Educação/ Fundo Nacional Desenvol. Educação/ Sec. Executiva	01/1991	08/03/1991
Atos Disposições Constitucionais Transitórias/ Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Decreto	734/1993	28/01/1993
Lei	7.999/1990	31/01/1990	Parecer Tribunal Contas União	399.191/91-7	30/11/1993
Lei	8.090/1990	14/11/1990	Resolução M. Educação e Cultura / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/ Presidente	6/1994	22/02/1994
Lei	8.172/1991	18/01/1991	Medida Provisória	426/1994	09/12/1994
Lei	8.173/1991	30/01/1991	Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996
Lei	8.175/1991	31/01/1991	Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	Medida Provisória	1.457/1996	16/05/1996
Parecer M. Fazenda/ Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995	Medida Provisória	1.504/1996	13/06/1996
Nota M. Fazenda/ Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995	Medida Provisória	1.504-4/1996	11/07/1996
Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996	Medida Provisória	1.504-5/1996	08/08/1996
Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996	Medida Provisória	1.504-6/1996	05/09/1996
			Medida Provisória	1.518-2/1996	19/09/1996
			Medida Provisória	1.518/1996	19/09/1996

MedidaProvisória	1.504-7/1996	02/10/1996	MedidaProvisória	1.766-18/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.518-1/1996	17/10/1996	MedidaProvisória	1.784-5/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.504-8/1996	31/10/1996	Parecer Tribunal Contas União	930.055/98-5	19/05/1999
MedidaProvisória	1.518-3/1996	12/12/1996	MedidaProvisória	1.853-7/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.553/1996	18/12/1996	MedidaProvisória	1.873-43/1999	29/06/1999
Lei	9.424/1996	24/12/1996	MedidaProvisória	1.888-20/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.565/1997	09/01/1997	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	17/1999	01/07/1999
MedidaProvisória	1.553-11/1997	16/01/1997	Decreto	3.117/1999	13/07/1999
MedidaProvisória	1.565-1/1997	05/02/1997	MedidaProvisória	1.853-8/1999	27/07/1999
MedidaProvisória	1.553-12/1997	13/02/1997	MedidaProvisória	1.873-44/1999	28/07/1999
MedidaProvisória	1.549-27/1997	14/02/1997	MedidaProvisória	1.888-21/1999	28/07/1999
MedidaProvisória	1.565-2/1997	06/03/1997	MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.553-13/1997	13/03/1997	Decreto	3.142/1999	16/08/1999
MedidaProvisória	1.553-14/1997	11/04/1997	MedidaProvisória	1.853-9/1999	25/08/1999
MedidaProvisória	1.565-4/1997	30/04/1997	MedidaProvisória	1.873-45/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.553-15/1997	09/05/1997	MedidaProvisória	1.888-22/1999	26/08/1999
MedidaProvisória	1.565-5/1997	28/05/1997	MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999
MedidaProvisória	1.553-16/1997	10/06/1997	MedidaProvisória	1.853-10/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.565-6/1997	27/06/1997	MedidaProvisória	1.873-46/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.553-17/1997	10/07/1997	MedidaProvisória	1.888-23/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.565-7/1997	25/07/1997	MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.553-18/1997	07/08/1997	Portaria M. Educação/ Ministro	1.421/1999	30/09/1999
MedidaProvisória	1.565-8/1997	26/08/1997	MedidaProvisória	1.853-11/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.553-19/1997	04/09/1997	MedidaProvisória	1.873-47/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.565-9/1997	25/09/1997	MedidaProvisória	1.888-24/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.553-20/1997	02/10/1997	MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.565-10/1997	23/10/1997	Lei	9.856/1999	29/10/1999
MedidaProvisória	1.553-21/1997	30/10/1997	Portaria M. Educação/ Ministro	1.661/1999	25/11/1999
MedidaProvisória	1.565-11/1997	20/11/1997	MedidaProvisória	1.948-49/1999	09/12/1999
Lei	9.530/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.979-13/1999	10/12/1999
MedidaProvisória	1.607-12/1997	11/12/1997	Portaria M. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Secretaria Executiva	259/1999	10/12/1999
MedidaProvisória	1.615-23/1997	11/12/1997	Decreto	001/15.12.1999	14/12/1999
MedidaProvisória	1.634/1997	12/12/1997	MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999
MedidaProvisória	1.607-13/1998	08/01/1998	Parecer Tribunal Contas União	200.123/98-0	14/12/1999
MedidaProvisória	1.615-24/1998	08/01/1998	Parecer Tribunal Contas União	425.198/96-0	14/12/1999
MedidaProvisória	1.634-1/1998	13/01/1998	Decreto	003/16.12.1999	15/12/1999
MedidaProvisória	1.607-14/1998	05/02/1998	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	32/1999	15/12/1999
MedidaProvisória	1.615-25/1998	05/02/1998	Portaria M. Educação e Desporto/ Secretaria Executiva	296/1999	28/12/1999
MedidaProvisória	1.634-2/1998	12/02/1998	MedidaProvisória	2.010-27/1999	30/12/1999
MedidaProvisória	1.607-15/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	1.948-50/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.615-26/1998	05/03/1998	MedidaProvisória	1.979-14/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	1.634-3/1998	13/03/1998	MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000
MedidaProvisória	1.607-16/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	2.010-28/2000	28/01/2000
MedidaProvisória	1.615-27/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	1.948-51/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.634-4/1998	09/04/1998	MedidaProvisória	1.979-15/2000	10/02/2000
MedidaProvisória	1.607-17/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000
MedidaProvisória	1.615-28/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	2.010-29/2000	25/02/2000
MedidaProvisória	1.634-5/1998	12/05/1998	MedidaProvisória	1.948-52/2000	02/03/2000
Lei	9.649/1998	27/05/1998	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	7/2000	08/03/2000
MedidaProvisória	1.607-18/1998	28/05/1998	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	8/2000	08/03/2000
MedidaProvisória	1.615-29/1998	28/05/1998	MedidaProvisória	1.979-16/2000	09/03/2000
Decreto	2.609/1998	02/06/1998	MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	MedidaProvisória		
MedidaProvisória	1.634-6/1998	10/06/1998			
Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998			

MedidaProvisória	1.607-19/1998	26/06/1998	MedidaProvisória	2.010-30/2000	28/03/2000
MedidaProvisória	1.615-30/1998	26/06/1998	MedidaProvisória	1.948-53/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.694-7/1998	30/06/1998	Parecer Tribunal Contas União	002.363/2000-6	05/04/2000
MedidaProvisória	1.607-20/1998	27/07/1998	MedidaProvisória	1.979-17/2000	06/04/2000
MedidaProvisória	1.615-31/1998	27/07/1998	MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000
MedidaProvisória	1.694-8/1998	30/07/1998	MedidaProvisória	1.948-54/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	2.728/1998	10/08/1998	MedidaProvisória	2.010-31/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	1.607-21/1998	25/08/1998	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	11/2000	02/05/2000
MedidaProvisória	1.615-32/1998	25/08/1998	Lei Complementar	101/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	1.694-9/1998	28/08/1998	MedidaProvisória	1.979-18/2000	04/05/2000
ResoluçãoM. Educação e Desporto/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo/Presidente	18/1998	21/09/1998	MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000
MedidaProvisória	1.607-22/1998	24/09/1998	MedidaProvisória	1.948-55/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.615-33/1998	24/09/1998	MedidaProvisória	2.010-32/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.694-10/1998	28/09/1998	MedidaProvisória	1.979-19/2000	02/06/2000
MedidaProvisória	1.607-23/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	1.948-56/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.615-34/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	2.010-33/2000	26/06/2000
Parecer Tribunal Contas União	008.824/97-5	22/10/1998	MedidaProvisória	1.979-20/2000	29/06/2000
Parecer Tribunal Contas União	009.668/97-7	22/10/1998	MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.694-11/1998	27/10/1998	Instrução Normativa M. Previdência Assistência Social/ Instituto Nacional do Seguro Social	28/2000	29/06/2000
Lei	9.703/1998	17/11/1998	MedidaProvisória	1.948-57/2000	26/07/2000
MedidaProvisória	1.607-24/1998	19/11/1998	MedidaProvisória	2.010-34/2000	26/07/2000
Decreto	004.25.11.1998	25/11/1998	MedidaProvisória	1.979-21/2000	28/07/2000
ResoluçãoM. Educação e Cultura/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	21/1998	25/11/1998	MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.694-12/1998	27/11/1998	MedidaProvisória	1.948-58/2000	23/08/2000
Parecer Tribunal Contas União	001.560/98-0	02/12/1998	MedidaProvisória	2.010-35/2000	25/08/2000
MedidaProvisória	1.741-36/1998	14/12/1998	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	15/2000	25/08/2000
MedidaProvisória	1.766-13/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	1.979-22/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	1.784/1998	14/12/1998	MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000
Instrução Normativa M. Educação/ Fundo Nacional Desenvol. Educação/ Sec. Executiva	01/1998	15/12/1998	Decreto	3.578/2000	30/08/2000
Instrução Normativa M. Educação/ Fundo Nacional Desenvol. Educação/ Sec. Executiva	02/1998	17/12/1998	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	17/2000	05/09/2000
Lei	9.766/1998	19/12/1998	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	20/2000	05/09/2000
Decreto	2.935/1999	11/01/1999	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	22/2000	05/09/2000
MedidaProvisória	1.741-37/1999	13/01/1999	Relatório da Administração Caixa Econômica Federal/ Diretoria Colegiada	s/nº-000/2000	11/09/2000
MedidaProvisória	1.766-14/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.948-59/2000	21/09/2000
MedidaProvisória	1.784-1/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	2.010-36/2000	22/09/2000
ResoluçãoM. Educação e Cultura/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	3/1999	21/01/1999	MedidaProvisória	1.979-23/2000	27/09/2000
ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	4/1999	21/01/1999	MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.741-38/1999	11/02/1999	ResoluçãoM. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	24/2000	06/10/2000
MedidaProvisória	1.766-15/1999	11/02/1999	Portaria M. Educação/ Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Secretaria Executiva	200/2000	10/10/2000
MedidaProvisória	1.784-2/1999	11/02/1999	MedidaProvisória	1.948-60/2000	19/10/2000
Portaria M. Educação/ Ministro	318/1999	26/02/1999	MedidaProvisória	2.010-37/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.741-39/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.979-24/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.766-16/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.784-3/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.948-61/2000	16/11/2000
MedidaProvisória	1.741-40/1999	08/04/1999	Parecer Tribunal Contas União	004.230/2000-9	21/11/2000
MedidaProvisória	1.766-17/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	1.979-25/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.784-4/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	2.010-38/2000	23/11/2000
Atos M. da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Secretaria-Executiva	s/nº/1999	15/04/1999	MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000
Decreto	3.034/1999	27/04/1999	Portaria Conjunta Presidência República/ Casa Civil/ M. Previdência Assist. Social	36/2000	28/11/2000
MedidaProvisória	1.741-41/1999	06/05/1999			

M. Educação			Decreto	1.510/1995	01/06/1995
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	27/2000	15/12/2000	Decreto	1.539/1995	27/06/1995
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Secretaria Executiva	3/2000	18/12/2000	Medida Provisória	1.097/1995	25/08/1995
Lei	10.148/2000	21/12/2000	Decreto	1.647/1995	26/09/1995
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Secretaria Executiva	5/2000	22/12/2000	Medida Provisória	1.129/1995	26/09/1995
Medida Provisória	2.072-63/2000	27/12/2000	Medida Provisória	1.135/1995	26/09/1995
Medida Provisória	2.100-27/2000	27/12/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.203/1995	26/09/1995
Medida Provisória	2.123-27/2000	27/12/2000	Decreto	1.677/1995	18/10/1995
Portaria M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Secretaria Executiva	254/2000	28/12/2000	Medida Provisória	1.162/1995	27/10/1995
Portaria M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Secretaria Executiva	257/2000	29/12/2000	Medida Provisória	1.197/1995	24/11/1995
Medida Provisória	2.072-64/2001	25/01/2001	Medida Provisória	1.238/1995	14/12/1995
Medida Provisória	2.100-28/2001	25/01/2001	Medida Provisória	1.233/1995	15/12/1995
Medida Provisória	2.123-28/2001	26/01/2001	Decreto	1.270/1996	13/01/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	1/2001	06/02/2001	Decreto	1.818/1996	09/02/1996
Medida Provisória	2.140/2001	13/02/2001	Medida Provisória	1.309/1996	09/02/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	2/2001	21/02/2001	Medida Provisória	1.314/1996	09/02/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	3/2001	21/02/2001	Decreto	1.977/1996	12/03/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	4/2001	21/02/2001	Medida Provisória	1.349/1996	12/03/1996
Medida Provisória	2.072-65/2001	22/02/2001	Medida Provisória	1.367/1996	20/03/1996
Medida Provisória	2.100-29/2001	23/02/2001	Medida Provisória	1.391/1996	12/04/1996
Medida Provisória	2.123-29/2001	23/02/2001	Medida Provisória	1.410/1996	18/04/1996
Portaria M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Secretaria Executiva	26/2001	01/03/2001	Medida Provisória	1.433/1996	10/05/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	8/2001	02/03/2001	Medida Provisória	1.457/1996	16/05/1996
Medida Provisória	2.140-1/2001	14/03/2001	Medida Provisória	1.481/1996	07/06/1996
Balanco Patrimonial M. Fazenda / Caixa Economica Federal	sn2000	16/03/2001	Medida Provisória	1.504/1996	13/06/1996
Resolução M. Educação e Desporto / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	10/2001	20/03/2001	Medida Provisória	1.481-38/1996	04/07/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	10/2001	20/03/2001	Medida Provisória	1.504-4/1996	11/07/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	9/2001	20/03/2001	Medida Provisória	1.481-39/1996	01/08/1996
Decreto	s/nº-0/23.03.20	21/03/2001	Medida Provisória	1.504-5/1996	08/08/1996
Decreto	s/nº-0/27.03.20	21/03/2001	Decreto	1.980/1996	09/08/1996
Medida Provisória	2.072-66/2001	22/03/2001	Medida Provisória	1.481-40/1996	29/08/1996
Medida Provisória	2.100-30/2001	23/03/2001	Medida Provisória	1.504-6/1996	05/09/1996
Decreto	002/06/04/2001	05/04/2001	Medida Provisória	1.481-41/1996	26/09/1996
Lei	10.219/2001	11/04/2001	Medida Provisória	1.504-7/1996	02/10/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	11/2001	20/04/2001	Medida Provisória	1.481-42/1996	24/10/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	12/2001	26/04/2001	Medida Provisória	1.486-33/1996	31/10/1996
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	13/2001	26/04/2001	Medida Provisória	1.504-8/1996	31/10/1996
Portaria M. Educação e Desporto / Secretaria Executiva	54/2001	10/05/2001	Decreto	2.077/1996	21/11/1996
Portaria M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Secretaria Executiva	054/2001	10/05/2001	Medida Provisória	1.481-43/1996	22/11/1996
Portaria M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Secretaria Executiva	54/2001	10/05/2001	Medida Provisória	1.553/1996	18/12/1996
			Medida Provisória	1.481-44/1996	19/12/1996
			Medida Provisória	1.553-11/1997	16/01/1997
			Medida Provisória	1.481-45/1997	17/01/1997
			Medida Provisória	1.538-37/1997	13/02/1997
			Medida Provisória	1.553-12/1997	13/02/1997
			Medida Provisória	1.481-46/1997	14/02/1997
			Resolução M. Planejamento, Orcamento e Gestão / Banco Nacional Desenvolvimento Econômico Social	2/1997	05/03/1997
			Medida Provisória	1.538-38/1997	13/03/1997
			Medida Provisória	1.553-13/1997	13/03/1997
			Medida Provisória	1.481-47/1997	14/03/1997
			Medida Provisória	1.538-39/1997	11/04/1997
			Medida Provisória	1.553-14/1997	11/04/1997
			Medida Provisória	1.481-48/1997	15/04/1997
			Medida Provisória	1.538-40/1997	09/05/1997
			Medida Provisória	1.553-15/1997	09/05/1997
			Medida Provisória	1.481-49/1997	15/05/1997

Executiva			Medida Provisória	1.553-16/1997	10/06/1997
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	14/2001	16/05/2001	Medida Provisória	1.481-50/1997	12/06/1997
Portaria Conjunta Inst. Nacional Seguro Social/ Fundo Nacional Desenvol <sup>o</sup> Educação	2/2001	21/05/2001	Medida Provisória	1.538-42/1997	10/07/1997
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	16/2001	12/06/2001	Medida Provisória	1.553-17/1997	10/07/1997
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	17/2001	20/06/2001	Medida Provisória	1.481-51/1997	11/07/1997
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	24/2001	20/06/2001	Decreto	2.274/1997	16/07/1997
ResoluçãoM. Educação e Cultura/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	26/2001	28/06/2001	Medida Provisória	1.580/1997	23/07/1997
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	28/2001	28/06/2001	Medida Provisória	1.553-18/1997	07/08/1997
ResoluçãoM. Educação e Cultura/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	26/2001	28/06/2001	Medida Provisória	1.481-52/1997	08/08/1997
ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	28/2001	28/06/2001	Medida Provisória	1.580-1/1997	21/08/1997
Decreto	005/13.07.2001	12/07/2001	Medida Provisória	1.538-44/1997	04/09/1997
-	-	-/-	Medida Provisória	1.553-19/1997	04/09/1997
-	-	-/-	Lei	9.491/1997	09/09/1997
FUNDONACIONALDEDESESTATIZAÇÃO - FND	-	-/-	Medida Provisória	1.580-2/1997	18/09/1997
-	-	-/-	Medida Provisória	1.538-45/1997	02/10/1997
Lei	8.018/1990	11/04/1990	Medida Provisória	1.553-20/1997	02/10/1997
Decreto	99.464/1990	16/08/1990	Medida Provisória	1.580-3/1997	17/10/1997
Resolução Banco Nacional Desenvolvimento Econômico Social/Conselho Administração	3/1990	10/12/1990	Medida Provisória	1.594/1997	21/10/1997
Lei	8.250/1991	25/10/1991	Resolução M. Planejamento e Orcamento / Conselho de Coordenação e Controle de Empresas Estatais	14/1997	28/10/1997
Decreto	423/1992	14/01/1992	Medida Provisória	1.538-46/1997	30/10/1997
Decreto	786/1993	29/03/1993	Medida Provisória	1.553-21/1997	30/10/1997
Decreto	798/1993	16/04/1993	Medida Provisória	1.580-4/1997	13/11/1997
Medida Provisória	327/1993	24/06/1993	Medida Provisória	1.594-1/1997	20/11/1997
Medida Provisória	334/1993	23/07/1993	Medida Provisória	1.580-5/1997	11/12/1997
Medida Provisória	345/1993	25/08/1993	Medida Provisória	1.613-2/1997	11/12/1997
Lei	8.696/1993	26/08/1993	Medida Provisória	1.615-23/1997	11/12/1997
Medida Provisória	353/1993	23/09/1993	Medida Provisória	1.618-48/1997	12/12/1997
Medida Provisória	362/1993	25/10/1993	Decreto	2.422/1997	16/12/1997
Medida Provisória	376/1993	24/11/1993	Decreto	2.430/1997	17/12/1997
Medida Provisória	392/1993	23/12/1993	Medida Provisória	1.580-6/1998	08/01/1998
Medida Provisória	415/1994	21/01/1994	Medida Provisória	1.613-3/1998	08/01/1998
Decreto	1.068/1994	02/03/1994	Medida Provisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Decreto	1.073/1994	04/03/1994	Medida Provisória	1.618-49/1998	13/01/1998
Medida Provisória	455/1994	25/03/1994	Decreto	2.469/1998	21/01/1998
Medida Provisória	470/1994	11/04/1994	Medida Provisória	1.580-7/1998	05/02/1998
Medida Provisória	479/1994	22/04/1994	Medida Provisória	1.613-4/1998	05/02/1998
Medida Provisória	506/1994	24/05/1994	Medida Provisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Medida Provisória	533/1994	23/06/1994	Medida Provisória	1.618-50/1998	12/02/1998
Medida Provisória	557/1994	26/07/1994	Decreto	2.504/1998	26/02/1998
Decreto	1.204/1994	29/07/1994	Medida Provisória	1.580-8/1998	05/03/1998
Decreto	1.227/1994	22/08/1994	Medida Provisória	1.613-5/1998	05/03/1998
Medida Provisória	588/1994	25/08/1994	Medida Provisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Medida Provisória	630/1994	23/09/1994	Decreto	000/16.03.1998	13/03/1998
Medida Provisória	670/1994	21/10/1994	Decreto	001/16.03.1998	13/03/1998
Medida Provisória	718/1994	18/11/1994	Decreto	002/1998	13/03/1998
Medida Provisória	772/1994	20/12/1994	Medida Provisória	1.618-51/1998	13/03/1998
Medida Provisória	841/1995	19/01/1995	Decreto	000/17.03.1998	16/03/1998
Medida Provisória	901/1995	16/02/1995	Medida Provisória	1.613-6/1998	02/04/1998
Medida Provisória	945/1995	15/03/1995	Medida Provisória	1.615-27/1998	02/04/1998
Medida Provisória	970/1995	12/04/1995	Medida Provisória	1.618-52/1998	09/04/1998
Medida Provisória	995/1995	11/05/1995	Medida Provisória	1.655/1998	20/04/1998
			Medida Provisória	1.613-7/1998	29/04/1998
			Medida Provisória	1.615-28/1998	29/04/1998
			Medida Provisória	1.618-53/1998	12/05/1998
			Medida Provisória	1.654-24/1998	14/05/1998
			Decreto	2.594/1998	15/05/1998

Lei	9.635/1998	15/05/1998	Decreto	98.161/1989	21/09/1989
MedidaProvisória	1.655-1/1998	21/05/1998	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	1.615-29/1998	28/05/1998	PortariaInterministerialPresidênciaRepública/Secret. Planejamento/M. Interio	38/1990	13/02/1990
Decreto	2.628/1998	15/06/1998	MedidaProvisória	150/1990	15/03/1990
MedidaProvisória	1.615-30/1998	26/06/1998	Lei	8.028/1990	12/04/1990
MedidaProvisória	1.682-3/1998	29/06/1998	Decreto	99.249/1990	11/05/1990
MedidaProvisória	1.697-55/1998	30/06/1998	PortariaPresidênciaRepública/SecretariadoMeioAmbiente/Secretário	25/1990	28/05/1990
MedidaProvisória	1.615-31/1998	27/07/1998	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.682-4/1998	29/07/1998	Instrução Normativa M. Econ. Faz. Planejatº /DepartamentoTesouroNacional	81/1991	23/05/1991
MedidaProvisória	1.615-32/1998	25/08/1998	PortariaPresidênciaRepública/SecretariadoMeioAmbiente/Secretário	71/1991	30/08/1991
MedidaProvisória	1.682-5/1998	27/08/1998	Projeto de Lei - SenadoFederal	2.546-B/1992	25/02/1992
MedidaProvisória	1.615-33/1998	24/09/1998	ResoluçãoPresidênciaRepública/SecretariadoMeio Ambiente/Secretário	1/1992	26/06/1992
MedidaProvisória	1.682-6/1998	25/09/1998	Lei	8.490/1992	19/11/1992
MedidaProvisória	1.615-34/1998	22/10/1998	Nota TécnicaSecret. Planej. Orç. Coord./PR/Secret. OrçatºFederal/Coord.	19/1992	15/12/1992
MedidaProvisória	1.682-7/1998	26/10/1998	NormatizOrient. Técnica		
Decreto	000/01.12.1998	30/11/1998	Decreto	1.235/1994	02/09/1994
MedidaProvisória	1.741-36/1998	14/12/1998	Ofício M. Meio Ambiente Rec. Híd. e da Amaz. Legal/Sub. Planejºe Orçamento-SPO/SECEX	089/1995	28/09/1995
MedidaProvisória	1.755-9/1998	14/12/1998			
MedidaProvisória	1.741-37/1999	13/01/1999	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	1.755-10/1999	13/01/1999	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
MedidaProvisória	1.741-38/1999	11/02/1999	Lei	9.530/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.755-11/1999	11/02/1999	Lei	9.649/1998	27/05/1998
MedidaProvisória	1.741-39/1999	11/03/1999	MemorandoM. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
MedidaProvisória	1.755-12/1999	11/03/1999			
MedidaProvisória	1.741-40/1999	08/04/1999	MemorandoM. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
MedidaProvisória	1.755-13/1999	08/04/1999			
MedidaProvisória	1.741-41/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.799-1/1999	21/01/1999
MedidaProvisória	1.755-14/1999	06/05/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999	MedidaProvisória	1.799-2/1999	18/02/1999
MedidaProvisória	1.868-16/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.799-3/1999	18/03/1999
MedidaProvisória	1.873-43/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.799-4/1999	15/04/1999
MedidaProvisória	1.873-44/1999	28/07/1999	MedidaProvisória	1.799-5/1999	13/05/1999
MedidaProvisória	1.868-17/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.911-7/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.873-45/1999	26/08/1999	MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.868-18/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	365/1999	01/09/1999	Decreto	3.179/1999	21/09/1999
MedidaProvisória	1.850-9/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.868-19/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.873-46/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999
MedidaProvisória	1.850-10/1999	22/10/1999	MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000
MedidaProvisória	1.873-47/1999	22/10/1999	MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000
MedidaProvisória	1.868-20/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000
MedidaProvisória	1.942-12/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000
MedidaProvisória	1.948-49/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000
MedidaProvisória	1.985-22/1999	10/12/1999	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Decreto	3.286/1999	14/12/1999	Decreto	3.524/2000	26/06/2000
MedidaProvisória	1.942-13/2000	06/01/2000	MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.948-50/2000	06/01/2000	MedidaProvisória	2.052/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.985-23/2000	11/01/2000	MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	2.103-37/2001	26/01/2000	MedidaProvisória	2.052-1/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.942-14/2000	03/02/2000	MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	1.948-51/2000	03/02/2000	MedidaProvisória	2.052-2/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	1.985-24/2000	10/02/2000	MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.942-15/2000	02/03/2000	MedidaProvisória	2.052-3/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.948-52/2000	02/03/2000	MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.985-25/2000	09/03/2000	MedidaProvisória	2.052-4/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.942-16/2000	30/03/2000	MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000

MedidaProvisória	1.948-53/2000	30/03/2000	MedidaProvisória	2.052-5/2000	23/11/2000
Decreto	3.401/2000	03/04/2000	MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.985-26/2000	06/04/2000	MedidaProvisória	2.126-7/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.942-17/2000	27/04/2000	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.948-54/2000	27/04/2000	MedidaProvisória	2.126-8/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.985-27/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.942-18/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	2.126-9/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.948-55/2000	26/05/2000	Portaria M. Meio Ambiente / Ministro	170/2001	03/05/2001
MedidaProvisória	1.985-28/2000	01/06/2000	Portaria M. Meio Ambiente / Ministro	270/2001	24/07/2001
ResoluçãoM. Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior / Conselho Nacional de Desestatização/Presidente	26/2000	06/06/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.942-19/2000	26/06/2000	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	-	-/-
MedidaProvisória	1.948-56/2000	26/06/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.985-29/2000	29/06/2000	Decreto-lei	701/1969	24/07/1969
Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior / Banco Nac. Desenv. Ec. Social	snv2000	30/06/2000	Decreto	66.162/1970	03/02/1970
ResoluçãoM. Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior / Conselho Nacional de Desestatização/Presidente	28/2000	07/07/2000	Portaria M. Saúde / Ministro	87/1970	06/03/1970
MedidaProvisória	1.942-20/2000	26/07/2000	Decreto	66.580/1970	15/05/1970
MedidaProvisória	1.948-57/2000	26/07/2000	Decreto	66.623/1970	22/05/1970
MedidaProvisória	1.985-30/2000	28/07/2000	Portaria M. Saúde / Ministro	1/1977	06/01/1977
Parecer Tribunal Contas União	004.675/1998-3	02/08/2000	Lei	6.437/1977	20/08/1977
MedidaProvisória	1.942-21/2000	23/08/2000	Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
MedidaProvisória	1.948-58/2000	23/08/2000	Lei	7.999/1990	31/01/1990
MedidaProvisória	1.985-31/2000	28/08/2000	Lei	8.080/1990	19/09/1990
Despacho M. Fazenda / Comissão de Valores Mobiliários / Diretor-Geral	smº-0/2000	29/08/2000	Lei	8.142/1990	28/12/1990
MedidaProvisória	1.942-22/2000	21/09/2000	Lei	8.173/1991	30/01/1991
MedidaProvisória	1.948-59/2000	21/09/2000	Lei	8.175/1991	31/01/1991
MedidaProvisória	1.985-32/2000	27/09/2000	Lei	8.270/1991	17/12/1991
MedidaProvisória	1.942-23/2000	19/10/2000	Decreto	806/1993	24/04/1993
MedidaProvisória	1.948-60/2000	19/10/2000	Lei	8.689/1993	27/07/1993
MedidaProvisória	1.985-33/2000	26/10/2000	Lei	8.694/1993	12/08/1993
MedidaProvisória	1.942-24/2000	16/11/2000	Decreto	987/1993	17/11/1993
MedidaProvisória	1.948-61/2000	16/11/2000	Portaria M. Saúde / Ministro	1.421/1993	26/11/1993
MedidaProvisória	1.985-34/2000	23/11/2000	Lei	8.765/1993	21/12/1993
MedidaProvisória	2.071-26/2000	27/12/2000	Lei	8.853/1994	07/02/1994
MedidaProvisória	2.072-63/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	489/1994	29/04/1994
MedidaProvisória	2.103-36/2000	27/12/2000	Decreto	1.232/1994	30/08/1994
Decreto	3.735/2001	24/01/2001	Mensagem Presidente República	933/1995	31/08/1995
MedidaProvisória	2.071-27/2001	25/01/2001	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995
MedidaProvisória	2.072-64/2001	25/01/2001	Ofício M. Saúde / Secret. Executiva / Secretário	373/1995	13/12/1995
Balanco Patrimonial M. Desenv. Indústria e Comércio Exterior / Banco Nac. Desenv. Ec. Social	snv2001	16/02/2001	Ofício M. Público Federal / Proc. Rep. no DF / Procurador	116/1995	29/12/1995
MedidaProvisória	2.071-28/2001	22/02/2001	Nota M. Planejamento e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	02/1996	16/01/1996
MedidaProvisória	2.072-65/2001	22/02/2001	Lei	9.276/1996	09/05/1996
MedidaProvisória	2.103-38/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	1.510/1996	26/06/1996
Parecer Tribunal Contas União	008.250/2000-0	06/03/2001	MedidaProvisória	1.493-7/1996	09/07/1996
MedidaProvisória	2.071-29/2001	22/03/2001	Emenda Constitucional	1.493-8/1996	08/08/1996
MedidaProvisória	2.072-66/2001	22/03/2001	MedidaProvisória	12/1996	15/08/1996
MedidaProvisória	2.071-30/2001	19/04/2001	MedidaProvisória	1.493-9/1996	05/09/1996
MedidaProvisória	2.071-31/2001	17/05/2001	Lei	1.493-10/1996	02/10/1996
MedidaProvisória	2.161-33/2001	28/06/2001	Lei	9.311/1996	24/10/1996
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.493-11/1996	31/10/1996
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996
-	-	-/-	Decreto	2.283/1997	24/07/1997
FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	-	-/-	MedidaProvisória	1.600/1997	11/11/1997
-	-	-/-	Lei	9.530/1997	10/12/1997
Lei	7.797/1989	10/07/1989	Decreto	2.529/1998	25/03/1998
			Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Prooramção Financeira	3.150/1998	05/06/1998

Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Atodas Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988
Parecer Tribunal Contas União	010.929/96-7	16/09/1998	Lei	7.999/1990	31/01/1990
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	363/1998	09/11/1998	Lei	8.175/1991	31/01/1991
Decreto	006/25.12.1998	25/12/1998	Lei	9.530/1997	10/12/1997
Portaria M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Secretário	34/1999	03/02/1999	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	345/1999	12/04/1999	Memorando M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998
Decreto	000/05.05.1999	04/05/1999	Medida Provisória	1.782/1998	14/12/1998
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999	Medida Provisória	1.782-1/1999	13/01/1999
Medida Provisória	1.908-15/1999	29/06/1999	Portaria M. Fazenda/Secret. Tesouro Nacional/Secretário	34/1999	03/02/1999
Medida Provisória	1.908-16/1999	28/07/1999	Medida Provisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Decreto	000/12.08.1999	11/08/1999	Medida Provisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Decreto	008/20.08.1999	19/08/1999	Medida Provisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Medida Provisória	1.908-17/1999	27/08/1999	Medida Provisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Decreto	005/22.09.1999	21/09/1999	Medida Provisória	1.907-7/1999	29/06/1999
Medida Provisória	1.908-18/1999	24/09/1999	Medida Provisória	1.911-7/1999	29/06/1999
Lei	9.838/1999	27/09/1999	Medida Provisória	1.907-8/1999	28/07/1999
Medida Provisória	1.908-19/1999	26/10/1999	Medida Provisória	1.911-8/1999	29/07/1999
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	882/1999	19/11/1999	Medida Provisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Decreto	13/22.12.1999	21/12/1999	Medida Provisória	1.911-9/1999	27/08/1999
Decreto	006/29.12.1999	29/12/1999	Medida Provisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Medida Provisória	2.012-2/1999	30/12/1999	Medida Provisória	1.911-10/1999	24/09/1999
Lei	9.961/2000	28/01/2000	Decreto	000/30.09.1999	29/09/1999
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	Medida Provisória	1.907-11/1999	22/10/1999
Parecer Tribunal Contas União	015.848/1999-0	15/08/2000	Medida Provisória	1.911-11/1999	26/10/1999
Portaria M. Saúde/Ministro	1.008/2000	08/09/2000	Medida Provisória	1.963-13/1999	09/12/1999
Portaria M. Saúde/Ministro	1.147/2000	11/10/2000	Medida Provisória	1.999-13/1999	14/12/1999
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	815/2000	27/10/2000	Medida Provisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	825/2000	31/10/2000	Medida Provisória	1.999-14/2000	13/01/2000
Portaria Conjunta M. Saúde/Secretaria Executiva e Diretor-Presidente	874/2000	29/11/2000	Medida Provisória	1.963-15/2000	03/02/2000
Decreto	3.774/2001	15/03/2001	Medida Provisória	1.999-15/2000	11/02/2000
Resolução M. Saúde/Aqência Nacional de Saúde Suplementar/Diretoria Colegiada	6/2001	26/03/2001	Medida Provisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	040/2001	23/04/2001	Medida Provisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	044/2001	02/05/2001	Medida Provisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	52/2001	21/05/2001	Medida Provisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Assistência à Saúde	168/2001	21/05/2001	Medida Provisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	55/2001	28/05/2001	Medida Provisória	1.999-18/2000	11/05/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	59/2001	04/06/2001	Portaria M. Defesa/Ministro	3.076/2000	24/05/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	63/2001	07/06/2001	Medida Provisória	1.963-19/2000	26/05/2000
Portaria M. Saúde/Secretaria Executiva	65/2001	13/06/2001	Medida Provisória	1.963-20/2000	26/06/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	2.049-20/2000	29/06/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	2.052/2000	29/06/2000
FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRANSITO (2º)	-	-/-	Portaria M. Defesa/Ministro	4.478/2000	24/07/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	1.963-21/2000	26/07/2000
Lei	9.503/1997	23/09/1997	Medida Provisória	2.049-21/2000	28/07/2000
Lei	9.602/1998	21/01/1998	Medida Provisória	2.052-1/2000	28/07/2000
Memorando M. Planejamento Orçatº/Secret. Orçatº Federal/Departº Programas Especiais/COLEJAT	01/1998	03/04/1998	Medida Provisória	1.963-22/2000	25/08/2000
Decreto	2.613/1998	03/06/1998	Medida Provisória	2.049-22/2000	28/08/2000
Decreto	3.067/1999	21/05/1999	Medida Provisória	2.052-2/2000	28/08/2000
Decreto	000/07.10.1999	06/10/1999	Medida Provisória	1.963-23/2000	22/09/2000
Portaria M. Justiça/Secretaria Executiva	1/2001	15/02/2001	Medida Provisória	2.049-23/2000	27/09/2000
Portaria M. Justiça/Secretaria Executiva	17/2001	18/05/2001	Medida Provisória	2.052-3/2000	27/09/2000
-	-	-/-	Portaria M. Defesa/Ministro	6.411/2000	16/10/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	1.963-24/2000	24/10/2000
FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	-	-/-	Medida Provisória	2.049-24/2000	26/10/2000
-	-	-/-	Medida Provisória	2.052-4/2000	26/10/2000

-	-	-/-	Medida Provisória	1.963-25/2000	23/11/2000
Medida Provisória	2.045-1/2000	28/06/2000	Medida Provisória	2.049-25/2000	23/11/2000
Medida Provisória	2.047-1/2000	28/06/2000	Medida Provisória	2.052-5/2000	23/11/2000
Medida Provisória	2.045-2/2000	28/07/2000	Medida Provisória	2.087-27/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.047-2/2000	28/07/2000	Medida Provisória	2.123-27/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.045-3/2000	25/08/2000	Medida Provisória	2.126-7/2000	27/12/2000
Medida Provisória	2.047-3/2000	25/08/2000	Portaria M. Defesa/Ministro	25/2001	12/01/2001
Medida Provisória	2.045-4/2000	26/09/2000	Medida Provisória	2.087-28/2001	25/01/2001
Medida Provisória	2.047-4/2000	26/09/2000	Medida Provisória	2.123-28/2001	26/01/2001
Medida Provisória	2.045-5/2000	26/10/2000	Medida Provisória	2.126-8/2001	26/01/2001
Medida Provisória	2.047-5/2000	26/10/2000	Portaria M. Defesa/Ministro	117/2001	19/02/2001
Medida Provisória	2.045-6/2000	23/11/2000	Medida Provisória	2.087-29/2001	22/02/2001
Medida Provisória	2.047-6/2000	23/11/2000	Medida Provisória	2.123-29/2001	23/02/2001
Lei	10.071/2000	18/12/2000	Medida Provisória	2.126-9/2001	23/02/2001
Medida Provisória	2.120-8/2000	27/12/2000	Medida Provisória	2.087-30/2001	22/03/2001
Medida Provisória	2.120-9/2001	26/01/2001	Portaria M. Defesa/Ministro	233/2001	05/04/2001
Lei	10.201/2001	14/02/2001	Medida Provisória	2.087-31/2001	19/04/2001
Portaria M. Justiça/Secretaria Executiva	28/2001	11/06/2001	Medida Provisória	2.087-32/2001	17/05/2001
-	-	-/-	Medida Provisória	2.170-34/2001	28/06/2001
-	-	-/-	Portaria M. Defesa/Comando Marinha/Secretaria Geral/Diretoria Administração	31/DADM/2001	13/07/2001
FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	-	-/-	Portaria M. Defesa/Comando Marinha/Secretaria Geral/Diretoria Administração	17/DADM/2001	18/08/2001
-	-	-/-	-	-	-/-
Lei	8.069/1990	13/07/1990	-	-	-/-
Lei	8.242/1991	12/10/1991	FUNDO PARA A PARELHAMENTO E OPERACIONALIDADE DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL	-	-/-
Decreto	794/1993	05/04/1993	-	-	-/-
Memorando PR/Sec. Planejamento Orçatº, Coord./Sec. Orc. Federal/Departº Área Social	053/1993	09/08/1993	Lei Complementar	89/1997	18/02/1997
Decreto	1.196/1994	14/07/1994	Decreto	2.381/1997	12/12/1997
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	Portaria M. Justiça/Ministro	723/1998	20/10/1998
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Decreto	002/05.11.1999	04/11/1999
Medida Provisória	1.602/1997	14/11/1997	Medida Provisória	2.047-1/2000	28/06/2000
Lei	9.532/1997	10/12/1997	Medida Provisória	2.047-2/2000	28/07/2000
Lei	9.811/1999	28/07/1999	Medida Provisória	2.047-3/2000	25/08/2000
Resolução M. Justiça/Conselho Nacional Direitos da Criança e do Adolescente	62/2000	17/02/2000	Medida Provisória	2.047-4/2000	26/09/2000
Resolução M. Justiça/Conselho Nacional Direitos da Criança e do Adolescente	68/2001	15/05/2001	Medida Provisória	2.047-5/2000	26/10/2000
Portaria M. Justiça/Secretaria Executiva	33/2001	27/06/2001	Medida Provisória	2.047-6/2000	23/11/2000
Portaria M. Justiça/Secretaria Executiva	34/2001	29/06/2001	Lei	10.071/2000	18/12/2000
-	-	-/-	-	-	-/-
-	-	-/-	-	-	-/-
FUNDO NAVAL	-	-/-	FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES	-	-/-
-	-	-/-	-	-	-/-
Decreto	20.923/1932	08/01/1932	-	-	-/-
Decreto-lei	7.365/1945	08/03/1945	Lei	9.472/1997	07/07/1997
Lei	1.383/1951	13/06/1951	Decreto	2.338/1997	17/12/1997
Lei	2.973/1956	26/11/1956	Lei	10.052/2000	28/11/2000
Lei	3.244/1957	14/08/1957	Mensagem Presidente República	1794/2000	28/11/2000
Decreto	46.429/1959	15/07/1959	Portaria M. Comunicações/Ministro	716/2000	01/12/2000
Decreto	50.636/1961	20/05/1961	Decreto	3.737/2001	30/01/2001
Lei	5.177/1966	01/12/1966	Portaria M. Comunicações/Fundop/Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	33/2001	22/02/2001
Decreto-lei	221/1967	28/02/1967	Resolução M. Comunicações/Fundo Desenvolvimento Tecnológico	1/2001	20/03/2001
Lei	5.357/1967	17/11/1967	Resolução M. Comunicações/Fundo Desenvolvimento Tecnológico	2/2001	20/03/2001
Decreto-lei	1.027/1969	21/10/1969	Telecomunicações	-	-
Decreto	70.198/1972	24/02/1972	Telecomunicações	-	-
Lei	6.276/1975	08/12/1975	Lei	10.250/2001	04/07/2001
Decreto	78.402/1976	10/09/1976	Projeto de Lei - Poder Executivo	snº-1/1997.	31/12/9999
Portaria Tribunal de Contas da União	1.489/1979	28/08/1979	Projeto de Lei - Poder Executivo	snº/1997	31/12/9999
Portaria Presidência República/Secret.de Planejamento/Ministro	21/1985	05/02/1985	-	-	-

-	-	-/-	Lei	7.862/1989	30/10/1989
-	-	-/-	Lei	8.074/1990	31/07/1990
FUNDOPARTIDARIO	-	-/-	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Ministro	576/1990	10/10/1990
-	-	-/-	Lei	8.177/1991	01/03/1991
Resolução Tribunal Superior Eleitoral	9.203/1972	23/05/1972	Lei	8.211/1991	22/07/1991
Resolução Tribunal Superior Eleitoral	9.252/1972	12/07/1972	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secretaria Nacional Planejamento	383/1991	09/08/1991
Lei	6.091/1974	15/08/1974	Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secretaria Nacional Planejamento	406/1991	26/08/1991
Resolução Tribunal de Contas da União	182/1976	07/12/1976	Lei	8.447/1992	21/07/1992
Lei	6.937/1981	31/08/1981	Instrução Normativa M. Economia, Fazenda e Planejamento / Departº Orçatº da União / Diretor	2/1992	23/09/1992
Lei	7.373/1985	25/09/1985	Lei		
Atodas Disposições Constitucionais Transitórias / Constituição Federal 1988	36/1988	03/10/1988	Nota Técnica Secret. Planej. Orç. Coord. / PR / Secret. Orçatº Federal / CG-LON	14/1993	03/08/1993
Constituição Federal 1988	17/§3º/1988	05/10/1988	Lei	8.694/1993	12/08/1993
Lei	7.999/1990	31/01/1990	Medida Provisória	394/1993	28/12/1993
Lei	8.173/1991	30/01/1991	Medida Provisória	416/1994	28/01/1994
Lei	8.175/1991	31/01/1991	Medida Provisória	435/1994	28/02/1994
Lei	9.098/1995	19/09/1995	Medida Provisória	459/1994	30/03/1994
Parecer Tribunal Contas União	004.637/96-8	02/04/1997	Medida Provisória	484/1994	29/04/1994
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	Medida Provisória	510/1994	27/05/1994
-	-	-/-	Medida Provisória	536/1994	28/06/1994
-	-	-/-	Medida Provisória	561/1994	28/07/1994
FUNDO PENSIONÁRIO NACIONAL	-	-/-	Nota Técnica Secret. Planejamento / Orçatº Coord. / PR / Secret. Orçatº Federal / Departº Área Social	031/1994	02/08/1994
-	-	-/-	Medida Provisória	592/1994	25/08/1994
Lei	7.209/1984	11/07/1984	Lei	8.931/1994	22/09/1994
Nota M. Econ. Faz. Planejamento / Secret. Nac. Planejamento / Departº Orçatº União / Coord. Técnica	021/1990	28/09/1990	Medida Provisória	629/1994	23/09/1994
Lei Complementar	79/1994	07/01/1994	Nota PR / Secret. Planej. Orç. Coord. / Secret. Orç. Federal / Dep. Prog. Normas / Coord. Geral Normas	50/1994	05/10/1994
Decreto	1.093/1994	23/03/1994	Medida Provisória	669/1994	21/10/1994
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	Medida Provisória	717/1994	18/11/1994
Memorando M. Planejamento / Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	73/1995	01/12/1995	Medida Provisória	771/1994	20/12/1994
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Medida Provisória	832/1995	19/01/1995
Lei	9.530/1997	10/12/1997	Medida Provisória	893/1995	16/02/1995
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	Medida Provisória	940/1995	16/03/1995
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Lei	9.027/1995	12/04/1995
Decreto	007/26.11.1998	26/11/1998	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	104/1995	05/05/1995
Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GM	009/2000	13/07/2000	Nota M. Planejamento e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	s/mº-0/1995	26/05/1995
Circular Caixa Econ. Federal / Superintendência Nacional de Loterias	200/2000	13/10/2000	Lei	9.082/1995	25/07/1995
Portaria M. Justiça / Secretaria Executiva	40/2000	12/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	001.214/93-4	08/11/1995
Portaria M. Justiça / Secretaria Executiva	8/2001	02/05/2001	Lei	9.293/1996	15/07/1996
Portaria M. Justiça / Secretaria Executiva	20/2001	23/05/2001	Memorando M. Planejamento / Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	18/1996	18/10/1996
Portaria M. Justiça / Secretaria Executiva	26/2001	11/06/2001	Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	119/1997	30/01/1997
-	-	-/-	Nota M. Planejamento e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas	9/1997	11/07/1997
-	-	-/-	Lei	9.473/1997	22/07/1997
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	-	-/-	Fax M. Planejamento e Orçamento / Secret. Orçatº Federal / Secretário-Adjunto	s/mº/1997	22/07/1997
-	-	-/-	Memorando Circular M. Planejamento / Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Departº Gerenciamento	176/1997	13/08/1997
Resolução Câmara dos Deputados / Presidente	18/1971	26/11/1971	Memorando Circular M. Planejamento / Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Secretário-Adjunto	14/1997	19/08/1997
Resolução Câmara dos Deputados / Presidente	68/1978	05/05/1978	Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Resolução Câmara dos Deputados / Presidente	70/1978	19/06/1978	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	117/1998	12/11/1998
Resolução Câmara dos Deputados / Presidente	22/1979	29/06/1979	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	51/1998	16/11/1998
Lei	7.999/1990	31/01/1990	Subsídios para documentos Oficiais	s/mº-0/1999	01/01/1999
Decreto Legislativo - Senado Federal	9/1990	21/05/1990	Subsídios para documentos Oficiais	s/mº-2/1999	29/03/1999
Lei	8.175/1991	31/01/1991	Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	42/1999	14/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9	04/10/1995	Parecer Tribunal Contas União	006.005/98-5	28/04/1999
Parecer M. Fazenda / Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.114/1995	23/10/1995	Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	56/1999	27/05/1999
Nota M. Fazenda / Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional	438/1995	30/10/1995	Lei	9.811/1999	28/07/1999
Parecer Tribunal Contas União	011.861/95-9/2	20/11/1996	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	64/1999	05/10/1999

Lei	9.530/1997	10/12/1997	Decreto	3.262/1999	25/11/1999
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.150/1998	05/06/1998	Proposta de Emenda à Constituição	s/mº/2000	07/06/2000
Memorando M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Coord. Geral Programação Financeira	3.263/1998	10/06/1998	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/1999	03/02/1999	FAX Tribunal Regional Federal / 1ª Região	s/mº/2000	29/08/2000
Relatório da Administração Câmara dos Deputados / Fundo Rotativo Câmara Deputados	s/mº-0/2000	05/09/2000	Fax M. Planejamento / Orçatº / Secret. Orçatº Federal / DESOR	s/mº/2000	30/08/2000
Portaria Câmara dos Deputados	2/2001	05/02/2001	Parecer Tribunal Contas União	004.545/1999-0	29/11/2000
Relatório da Administração Câmara dos Deputados / Fundo Rotativo Câmara Deputados	001/2001	01/03/2001	Parecer Tribunal Contas União	007.425/2000-3	24/01/2001
Relatório da Administração Câmara dos Deputados / Fundo Rotativo Câmara Deputados	s/mº-1/2001	30/03/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	1/2001	19/02/2001
Relatório da Administração Câmara dos Deputados / Fundo Rotativo Câmara Deputados	s/mº-2/2001	30/03/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	6/2001	04/05/2001
Relatório da Administração Câmara dos Deputados / Fundo Rotativo Câmara Deputados	002/2001	01/04/2001	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçatº Fed / M. Fazenda / Sec. Tes. Nac.	163/2001	04/05/2001
-	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	180/2001	21/05/2001
LEI 4.320 DE 1964	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	21/2001	04/06/2001
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	8/2001	27/06/2001
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	9/2001	27/06/2001
Decreto-lei	2.416/1940	17/07/1940	Parecer Congresso Nacional	s/mº/2001	28/06/2001
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	15/2001	17/08/2001
Lei	4.489/1964	19/11/1964	-	-	-/-
Decreto	59.649/1966	02/12/1966	-	-	-/-
Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	s/mº-0/1975-77	31/12/1974	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO/2000	-	-/-
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento / Ministro	64/1976	12/08/1976	-	-	-/-
Lei	6.397/1976	10/12/1976	Mensagem Presidente República	496/1999	15/04/1999
Instrução PR / Secret. Planejamento / Inst. Planejamento Econ. Social / Inst. Program. Orçatº / Diretoria Orçamento	003/1978	29/06/1978	Exposição Motivos M. Orçatº e Gestão	117/1999	15/04/1999
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento / Ministro	93/1978	06/12/1978	Quadro Comparativo da Lei de Diretrizes Orçamentárias	s/mº-1/1999	15/04/1999
Decreto	83.740/1979	18/07/1979	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	38/1999	15/06/1999
Decreto-lei	1.735/1979	20/11/1979	Lei	9.811/1999	28/07/1999
Decreto Legislativo - Senado Federal	51/1980	25/06/1980	Mensagem Presidente República	1.055/1999	28/07/1999
Lei	6.830/1980	22/09/1980	Publicações Diversas	s/mº/2000	27/01/2000
Decreto-lei	1.805/1980	01/10/1980	Medida Provisória	1.992-27/2000	11/04/2000
Decreto-lei	1.833/1980	23/12/1980	Mensagem Presidente República	493/2000	11/04/2000
Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	660/1981	22/07/1981	Medida Provisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Decreto-lei	1.939/1982	20/05/1982	Mensagem Presidente República	791/2000	08/06/2000
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento / Ministro	129/1982	11/08/1982	Mensagem Presidente República	839/2000	20/06/2000
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento / Ministro	22/1985	05/02/1985	Medida Provisória	2.046-31/2000	28/06/2000
Portaria Interministerial Presidência República / Secret. Planejamento / M. Fazenda	23/1985	15/02/1985	Mensagem Presidente República	900/2000	28/06/2000
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento e Coord. / Secret. de Orçatº Finanças	09/1987	22/06/1987	Medida Provisória	2.046-32/2000	28/07/2000
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento e Coord. / Secret. de Orçatº Finanças	24/1987	03/09/1987	Medida Provisória	2.046-33/2000	25/08/2000
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento e Coord. / Secret. de Orçatº Finanças	55/1987	11/12/1987	Medida Provisória	2.046-34/2000	26/09/2000
Lei	7.635/1987	14/12/1987	Mensagem Presidente República	1.369/2000	26/09/2000
Decreto-lei	2.443/1988	24/06/1988	Medida Provisória	2.046-35/2000	26/10/2000
Decreto-lei	2.456/1988	22/08/1988	Medida Provisória	2.046-36/2000	23/11/2000
Lei	7.675/1988	04/10/1988	Mensagem Presidente República	1.772/2000	23/11/2000
Lei	7.800/1989	10/07/1989	Mensagem Presidente República	1.959/2000	21/12/2000
Portaria Presidência República / Secret. de Planejamento e Coord. / Secret. de Orçatº Finanças	35/1989	01/08/1989	Medida Provisória	2.121-38/2000	27/12/2000
Nota PR / Secretaria Planejamento / Secret. Orçatº Federal / Gabinete	s/mº/1989	01/09/1989	Mensagem Presidente República	2.087/2000	27/12/2000
Nota Técnica Secret. Planej. Orç. Coord. / PR / Secret. Orçatº Finanças / Secretário	003/1989	12/09/1989	Medida Provisória	2.121-39/2001	26/01/2001
			Mensagem Presidente República	115/2001	26/01/2001
			Portaria Câmara dos Deputados	2/2001	05/02/2001
			Ato Senado Federal	7/2001	06/02/2001
			Medida Provisória	2.121-40/2001	23/02/2001
			Mensagem Presidente República	184/2001	23/02/2001
			Lei	10.210/2001	23/03/2001

Resolução Tribunal de Contas da União	142/2001	30/05/2001	Ato Tribunal Regional Eleitoral	12.358/2001	29/01/2001
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	24/2001	20/06/2001	Portaria Tribunal Superior Eleitoral	10/2001	29/01/2001
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	28/2001	28/06/2001	Portaria Superior Tribunal de Justiça	228/2001	29/01/2001
-	-	-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/2001	30/01/2001
-	-	-	Exposição Motivos M. Fazenda	15/2001	30/01/2001
-	-	-	Portaria Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios	27/2001	30/01/2001
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO/2001	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	51/2001	30/01/2001
-	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	58/2001	30/01/2001
-	-	-	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	24/2001	30/01/2001
Projeto de Lei - Poder Executivo - Minuta	s/nº/2000	27/03/2000	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	28/2001	31/01/2001
Mensagem Presidente República	500/2000	13/04/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	15/2001	31/01/2001
Exposição Motivos M. Orçamento e Gestão	86/2000	13/04/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	27/2001	31/01/2001
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/nº/2000	13/04/2000	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	71/2001	01/02/2001
Lei	9.985/2000	25/07/2000	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	81/2001	01/02/2001
Mensagem Presidente República	984/2000	25/07/2000	Portaria Câmara dos Deputados	2/2001	05/02/2001
Parecer Tribunal Contas União	005.088/00-2	27/09/2000	Portaria Tribunal de Contas da União	55/2001	07/02/2001
Mensagem Presidente República	1.772/2000	23/11/2000	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	152/2001	07/02/2001
Mensagem Presidente República	1.959/2000	21/12/2000	Portaria Ministério Público União / Procuradoria - Geral da República	38/2001	12/02/2001
Mensagem Presidente República	2.087/2000	27/12/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	19/15/02/2001	15/02/2001
Mensagem Presidente República	115/2001	26/01/2001	Parecer M. Fazenda / Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	354/2001	19/02/2001
Portaria Tribunal de Contas da União	55/2001	07/02/2001	Portaria Câmara dos Deputados	3/2001	30/03/2001
Parecer M. Fazenda / Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	354/2001	19/02/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	119/2001	23/04/2001
Mensagem Presidente República	184/2001	23/02/2001	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	010/2001	22/05/2001
Portaria Câmara dos Deputados	3/2001	30/03/2001	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	02/2001	23/05/2001
Decreto	3.794/2001	19/04/2001	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	250/2001	23/05/2001
Resolução Tribunal de Contas da União	142/2001	30/05/2001	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	291/2001	23/05/2001
-	-	-	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	307/2001	23/05/2001
-	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	224/2001	24/05/2001
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO/2002	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	304/2001	24/05/2001
-	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	39/2001	24/05/2001
Ofício - Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	01/2001	12/03/2001	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	459/2001	24/05/2001
Projeto de Lei - Poder Executivo	4/2001	11/04/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	118/2001	24/05/2001
Memorando M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	84/2001	11/04/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	126/2001	24/05/2001
Parecer M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Consultoria Jurídica	0454 -6.1.2/2001	11/04/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	159/2001	24/05/2001
Exposição Motivos M. Planejamento, Orçamento e Gestão	82/2001	11/04/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	182/2001	24/05/2001
Mensagem Presidente República	329/2001	12/04/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	199/2001	24/05/2001
Nota Técnica Conjunta Cong. Nac / Sen Fed / Comis. Mista Planos Orçamento / Consult. Orçamento Fiscal - Fin. e Con	8/2001	25/04/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	254/2001	24/05/2001
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Fed / M. Fazenda / Sec. Tes. Nac.	163/2001	04/05/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	89/2001	24/05/2001
Resolução Tribunal de Contas da União	142/2001	30/05/2001	Ato Tribunal Regional do Trabalho	105/2001	24/05/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	211/2001	04/06/2001	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	327/2001	25/05/2001
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	013/2001	25/05/2001
Parecer Congresso Nacional	s/nº/2001	28/06/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	13-A/2001	25/05/2001
Lei	10.266/2001	24/07/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	2.688/2001	25/05/2001
Mensagem Presidente República	758/2001	24/07/2001	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	219/2001	25/05/2001
-	-	-	Exposição Motivos M. Fazenda	248/2001	25/05/2001
-	-	-	Portaria Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios	77/2001	28/05/2001
-	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	240/2001	28/05/2001
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (ART. 165, § 9º, DA CF/1988) E ASSUNTOS CORRELATOS	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	10/2001	28/05/2001
-	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	201/2001	28/05/2001
-	-	-	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	234/2001	28/05/2001
Publicações Diversas	s/nº-9/2000	01/01/2000	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	409/2001	28/05/2001
Artigos Publicados	sn/2000	02/05/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	150/2001	28/05/2001
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	175/2001	28/05/2001
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	338/2001	28/05/2001
Publicações Diversas	s/nº-3/2000	17/05/2000	Ato Tribunal Regional do Trabalho	28/2001	28/05/2001
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	26/2000	30/05/2000	Portaria Supremo Tribunal Federal	46/2001	28/05/2001
-	-	-	Ato Tribunal Regional Eleitoral	12.425/2001	28/05/2001

Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	28/2000	13/06/2000	Resolução Superior Tribunal de Justiça	4/2001	28/05/2001
Balanco M. Fazenda / Banco Central	s/nº-0/2000	30/06/2000	Portaria Tribunal de Contas da União	190/2001	29/05/2001
Publicações Diversas	s/nº-2/2000	04/08/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	180/2001	29/05/2001
Parecer M. Fazenda / Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.821/2000	13/09/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	37/2001	29/05/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	471/2000	19/09/2000	Ato Tribunal Regional do Trabalho	04/2001	29/05/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	469/2000	20/09/2000	Portaria Superior Tribunal de Justiça	187/2001	29/05/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	470/2000	20/09/2000	Portaria Tribunal Superior Eleitoral	115/2001	29/05/2001
Exposição Motivos M. Fazenda	660/2000	28/09/2000	Resolução Superior Tribunal de Justiça	237/2001	29/05/2001
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	371/2000	28/09/2000	Portaria Câmara dos Deputados	8/2001	29/05/2001
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	461/2000	28/09/2000	Ato Senado Federal	13/2001	29/05/2001
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	251/2000	28/09/2000	Resolução Tribunal de Contas da União	142/2001	30/05/2001
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	255/2000	28/09/2000	Portaria Tribunal Regional do Trabalho	1.111/2001	30/05/2001
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	4/2000	28/09/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	03/2001	30/05/2001
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	609/2000	28/09/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	187/2001	30/05/2001
Ato Tribunal Regional do Trabalho	199/2000	28/09/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	268/2001	30/05/2001
Ato Tribunal Regional do Trabalho	3/2000	28/09/2000	Ato Superior Tribunal Militar	15.399/2001	30/05/2001
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	1/2000	29/09/2000	Portaria Tribunal Regional Eleitoral	72/2001	04/06/2001
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	411/2000	29/09/2000	Ação Direta de Inconstitucionalidade Supremo Tribunal Federal	2.238-5/2001	20/06/2001
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	703/2000	29/09/2000	Medida Provisória	2.198-3/2001	28/06/2001
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	881/2000	29/09/2000	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	95/2000	02/10/2000	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Portaria M. Público da União / Procuradoria - Geral da República	449/2000	04/10/2000	-	-	-
Relatório Tribunal Regional do Trabalho	s/nº-000/2000	05/10/2000	-	-	-
Relatório Tribunal Regional do Trabalho	s/nº-001/2000	06/10/2000	LEI KANDIR (LC 87/1996) E ENTREGA DE RECURSOS A ESTADOS/MUNICIPIOS/DF	-	-
Lei	10.028/2000	19/10/2000	-	-	-
Medida Provisória	2.010-38/2000	23/11/2000	-	-	-
Lei	10.148/2000	21/12/2000	Lei Complementar	87/1996	13/09/1996
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	21/2001	24/01/2001	Medida Provisória	1.522-1/1996	12/11/1996
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	10/2001	24/01/2001	Medida Provisória	1.579-10/1997	23/07/1997
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	3/2001	25/01/2001	Exposição Motivos Interminist. M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda / MARE	39/1997	23/07/1997
Ato Tribunal Regional do Trabalho	32/2001	25/01/2001	Medida Provisória	1.579-11/1997	21/08/1997
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	2/2001	26/01/2001	Portaria Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda	213/1997	02/09/1997
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	5/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-12/1997	18/09/1997
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	1/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-13/1997	17/10/1997
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	13/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-14/1997	13/11/1997
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	19/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-15/1997	11/12/1997
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	2.333/2001	26/01/2001	Portaria Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda	336/1997	15/12/1997
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	20/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-16/1998	08/01/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	21/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-17/1998	05/02/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	40/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-18/1998	05/03/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	45/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-19/1998	02/04/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	5/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-20/1998	29/04/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	7/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-21/1998	28/05/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	71/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-22/1998	26/06/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	75/2001	26/01/2001	Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	158/1998	06/07/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	9/2001	26/01/2001	Medida Provisória	1.579-23/1998	27/07/1998
Portaria Supremo Tribunal Federal	4/2001	26/01/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	333/1998	19/08/1998
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	309/2001	29/01/2001	Medida Provisória	1.579-24/1998	25/08/1998
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	42/2001	29/01/2001	Medida Provisória	1.579-25/1998	24/09/1998
Portaria Tribunal Regional do Trabalho	52/2001	29/01/2001	Medida Provisória	1.579-26/1998	22/10/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	11/2001	29/01/2001	Nota M. Fazenda / Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional	661/1998	16/11/1998
Portaria Tribunal Regional Eleitoral	47/2001	29/01/2001	Medida Provisória	1.579-27/1998	19/11/1998
Ato Tribunal Regional do Trabalho	2/2001	29/01/2001	Exposição Motivos Interminist. M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda / MARE	715/1998	24/11/1998
Ato Tribunal Regional do Trabalho	4/2001	29/01/2001	Medida Provisória	1.702-31/1998	27/11/1998
Ato Tribunal Regional do Trabalho	7/2001	29/01/2001	Lei	9.729/1998	01/12/1998
Ato Tribunal Superior Tribunal	16/2001	29/01/2001	Decreto	001/14.12.1998	14/12/1998
Ato Superior Tribunal Militar	15.254/2001	29/01/2001	Medida Provisória	1.735-28/1998	14/12/1998

MedidaProvisória	1.773-32/1998	14/12/1998	Portaria M. Orçamento e Gestão / Secret. de Orçamento Federal	8/1999	04/06/1999
MedidaProvisória	1.735-29/1999	13/01/1999	Decreto	3.088/1999	21/06/1999
MedidaProvisória	1.773-33/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	24/1999	27/01/1999	RecomendaçãoComissãodeControleeGestãoFiscal	43/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	25/1999	27/01/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.615/1999	30/06/1999
MedidaProvisória	1.735-30/1999	11/02/1999	MedidaProvisória	1.861-15/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.773-34/1999	11/02/1999	MedidaProvisória	1.861-16/1999	27/08/1999
Lei	9.789/1999	23/02/1999	MensagemPresidenteRepública	1.264/1999	31/08/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	50/1999	25/02/1999	RecomendaçãoComissãodeControleeGestãoFiscal	58/1999	09/09/1999
MedidaProvisória	1.735-31/1999	11/03/1999	MedidaProvisória	1.861-17/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.773-35/1999	11/03/1999	Lei	9.846/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.816/1999	18/03/1999	ResoluçãoCongressoNacional	3/1999	27/10/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	96/1999	26/03/1999	Lei	9.883/1999	07/12/1999
MedidaProvisória	1.735-32/1999	08/04/1999	Decreto	3.320/1999	30/12/1999
MedidaProvisória	1.773-36/1999	08/04/1999	MedidaProvisória	2.012-2/1999	30/12/1999
MedidaProvisória	1.816-1/1999	15/04/1999	Portaria M. Trabalho e Emprego / Ministro	2.125/1999	31/12/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	151/1999	23/04/1999	Portaria M. Trabalho e Emprego / Ministro	2.127/1999	31/12/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	170/1999	26/04/1999	MedidaProvisória	2.016/2000	04/01/2000
MedidaProvisória	1.735-33/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.961-18/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.773-37/1999	06/05/1999	MedidaProvisória	1.963-14/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.816-2/1999	13/05/1999	MedidaProvisória	1.969-12/2000	06/01/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	208/1999	26/05/1999	MedidaProvisória	1.980-14/2000	11/01/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	255/1999	24/06/1999	MedidaProvisória	1.983-46/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	1.837-35/1999	29/06/1999	Decreto	3.337/2000	13/01/2000
MedidaProvisória	1.900-39/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000
MedidaProvisória	1.913-4/1999	29/06/1999	Publicações Diversas	s/nº/2000	27/01/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	305/1999	14/07/1999	Lei	9.961/2000	28/01/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	311/1999	26/07/1999	MedidaProvisória	2.010-28/2000	28/01/2000
MedidaProvisória	1.837-36/1999	27/07/1999	MedidaProvisória	1.961-19/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.900-40/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.963-15/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.913-5/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.969-13/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.837-37/1999	25/08/1999	MedidaProvisória	2.016-1/2000	03/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	359/1999	26/08/1999	Decreto	3.359/2000	07/02/2000
MedidaProvisória	1.900-41/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	2.018/2000	09/02/2000
MedidaProvisória	1.913-6/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	1.980-15/2000	10/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	360/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	1.983-47/2000	10/02/2000
MedidaProvisória	1.837-38/1999	22/09/1999	MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000
MedidaProvisória	1.900-42/1999	24/09/1999	Publicações Diversas	s/nº-0/2000	13/02/2000
MedidaProvisória	1.913-7/1999	24/09/1999	Lei	10.070/2000	18/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	403/1999	27/09/1999	MedidaProvisória	2.010-29/2000	25/02/2000
MedidaProvisória	1.837-39/1999	21/10/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	66/2000	28/02/2000
MedidaProvisória	1.900-43/1999	26/10/1999	RecomendaçãoComissãodeControleeGestãoFiscal	9/2000	29/02/2000
MedidaProvisória	1.913-8/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	489/1999	29/11/1999	MedidaProvisória	1.963-16/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.977-10/1999	10/12/1999	MedidaProvisória	1.969-14/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.983-45/1999	10/12/1999	MedidaProvisória	2.016-2/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.977-11/2000	11/01/2000	Resolução M. Saúde / Agência Nacional de Saúde Suplementar / Diretoria Colegiada	10/2000	03/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/2000	28/01/2000	MedidaProvisória	2.010-30/2000	28/03/2000
MedidaProvisória	1.977-12/2000	10/02/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	7/2000	08/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	63/2000	23/02/2000	Decreto	02/2000	09/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	66/2000	28/02/2000	MedidaProvisória	1.980-16/2000	09/03/2000
MedidaProvisória	1.977-13/2000	09/03/2000	MedidaProvisória	1.983-48/2000	09/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	100/2000	28/03/2000	MedidaProvisória	2.018-1/2000	09/03/2000
MedidaProvisória	1.977-14/2000	06/04/2000	MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	210/2000	27/04/2000	EmendaConstitucional	27/2000	21/03/2000
MedidaProvisória	1.977-15/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	2.010-30/2000	28/03/2000
MedidaProvisória	1.977-16/2000	01/06/2000			

Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	280/2000	21/06/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	100/2000	28/03/2000
MedidaProvisória	1.977-17/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.938-15/2000	30/03/2000
Lei Complementar	102/2000	11/07/2000	MedidaProvisória	1.961-21/2000	30/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	352/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.963-17/2000	30/03/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	354/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	2.016-3/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.977-18/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.980-17/2000	06/04/2000
MedidaProvisória	1.977-19/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.983-49/2000	06/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	416/2000	31/08/2000	MedidaProvisória	2.018-2/2000	06/04/2000
Projeto de Lei - Poder Executivo	s/nº-0/2000	31/08/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	190/2000	07/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	490/2000	25/09/2000	MedidaProvisória	1.992-27/2000	11/04/2000
MedidaProvisória	1.977-20/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	537/2000	25/10/2000	MensagemPresidenteRepública	493/2000	11/04/2000
MedidaProvisória	1.977-21/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	2.022-16/2000	20/04/2000
MedidaProvisória	1.977-22/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	2.023-50/2000	20/04/2000
MedidaProvisória	2.098-24/2000	27/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	207/2000	24/04/2000
Lei	10.171/2001	05/01/2001	MedidaProvisória	1.938-16/2000	27/04/2000
MedidaProvisória	2.098-25/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	1.961-22/2000	27/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	27/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	1.963-18/2000	27/04/2000
Decreto	3.746/2001	06/02/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	210/2000	27/04/2000
Lei	10.195/2001	14/02/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	77/2000	27/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	50/2001	20/02/2001	MedidaProvisória	2.016-4/2000	28/04/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	78/2001	20/03/2001	MedidaProvisória	1.980-18/2000	04/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	119/2001	23/04/2001	MedidaProvisória	2.018-3/2000	04/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	183/2001	23/05/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	93/2000	10/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	228/2001	25/06/2001	Lei	9.969/2000	11/05/2000
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.992-28/2000	11/05/2000
Lei	10.266/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000
-	-	-/-	MensagemPresidenteRepública	671/2000	11/05/2000
-	-	-/-	Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Recursos Humanos / Secretário	10/2000	11/05/2000
LEI ORÇAMENTARIA 2000	-	-/-	Decreto	3.473/2000	18/05/2000
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	98/2000	18/05/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	141/1995	16/06/1995	MedidaProvisória	2.022-17/2000	23/05/2000
Resolução Congresso Nacional	2/1995	14/09/1995	MedidaProvisória	2.023-51/2000	23/05/2000
Exposição Motivos Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda / MARE	56/1997	11/11/1997	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	248/2000	24/05/2000
Decreto	2.383/1997	12/11/1997	MedidaProvisória	1.938-17/2000	26/05/2000
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	923/1998	20/04/1998	MedidaProvisória	1.961-23/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.688-1/1998	29/06/1998	MedidaProvisória	1.963-19/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.688-2/1998	29/07/1998	MedidaProvisória	2.010-32/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.688-3/1998	27/08/1998	MedidaProvisória	2.016-5/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.688-4/1998	25/09/1998	RecomendaçãoComissãodeControleeGestãoFiscal	27/2000	30/05/2000
MedidaProvisória	1.688-5/1998	26/10/1998	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Executiva / Departº Coord.	1/2000	31/05/2000
Decreto	2.829/1998	29/10/1998	Controle Empresas Estatais		
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	117/1998	12/11/1998	MedidaProvisória	1.980-19/2000	01/06/2000
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	51/1998	16/11/1998	MedidaProvisória	2.018-4/2000	01/06/2000
Lei	9.717/1998	27/11/1998	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	107/2000	02/06/2000
MedidaProvisória	1.759-7/1998	14/12/1998	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	110/2000	06/06/2000
Subsídios para documentos Oficiais	s/nº-0/1999	01/01/1999	Decreto	000/2000	08/06/2000
MedidaProvisória	1.759-8/1999	13/01/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	268/2000	08/06/2000
MedidaProvisória	1.759-9/1999	11/02/1999	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	6/2000	09/06/2000
MedidaProvisória	1.759-10/1999	11/03/1999	Decreto	3.503/2000	12/06/2000
Emenda Constitucional	21/1999	18/03/1999	RecomendaçãoComissãodeControleeGestãoFiscal	32/2000	13/06/2000
Subsídios para documentos Oficiais	s/nº-2/1999	29/03/1999	RecomendaçãoComissãodeControleeGestãoFiscal	33/2000	13/06/2000
MedidaProvisória	1.759-11/1999	08/04/1999	Decreto	3.508/2000	14/06/2000
Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	42/1999	14/04/1999	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	127/2000	16/06/2000
Portaria M. Orçamento e Gestão / Secret. de Orçamento Federal	4/1999	22/04/1999	Decreto	3.514/2000	19/06/2000
MedidaProvisória	1.759-12/1999	06/05/1999	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	128/2000	20/06/2000
Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	56/1999	27/05/1999			

MedidaProvisória	2.023-52/2000	21/06/2000	Lei	10.016/2000	20/09/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	280/2000	21/06/2000	Lei	10.017/2000	20/09/2000
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	183/2000	21/06/2000	Lei	10.018/2000	20/09/2000
MedidaProvisória	1.938-18/2000	26/06/2000	Lei	10.019/2000	20/09/2000
MedidaProvisória	1.961-24/2000	26/06/2000	Lei	10.020/2000	20/09/2000
MedidaProvisória	1.963-20/2000	26/06/2000	Lei	10.021/2000	20/09/2000
MedidaProvisória	2.010-33/2000	26/06/2000	Lei	10.022/2000	20/09/2000
Decreto	3.526/2000	27/06/2000	Lei	10.023/2000	20/09/2000
MedidaProvisória	2.016-6/2000	27/06/2000	Lei	10.024/2000	20/09/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	34/2000	27/06/2000	Lei	10.025/2000	20/09/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	36/2000	27/06/2000	Lei	10.026/2000	20/09/2000
Mensagem Presidente República	881/2000	27/06/2000	Lei	10.027/2000	20/09/2000
Mensagem Presidente República	884/2000	27/06/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	13/2000	20/09/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	135/2000	27/06/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	214/2000	20/09/2000
MedidaProvisória	2.043-19/2000	28/06/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário - Substituto	13/2000	20/09/2000
MedidaProvisória	2.044-53/2000	28/06/2000	MedidaProvisória	1.938-21/2000	21/09/2000
MedidaProvisória	2.046-31/2000	28/06/2000	MedidaProvisória	1.961-27/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	2.047-1/2000	28/06/2000	MedidaProvisória	1.963-23/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	1.980-20/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.010-36/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	2.018-5/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.016-9/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.036-83/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	2.052/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	2.041-10/2000	22/09/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	308/2000	29/06/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	490/2000	25/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	1/2000-CN	29/06/2000	MedidaProvisória	2.044-56/2000	26/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	2/2000-CN	29/06/2000	MedidaProvisória	2.046-34/2000	26/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	3/2000-CN	29/06/2000	MedidaProvisória	2.047-4/2000	26/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	4/2000-CN	29/06/2000	MedidaProvisória	2.060/2000	26/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	5/2000-CN	29/06/2000	MedidaProvisória	1.980-23/2000	27/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	6/2000-CN	29/06/2000	MedidaProvisória	2.018-8/2000	27/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	7/2000-CN	29/06/2000	MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	8/2000-CN	29/06/2000	MedidaProvisória	2.052-3/2000	27/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	10/2000-CN	30/06/2000	MedidaProvisória	005.088/00-2	27/09/2000
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	9/2000-CN	30/06/2000	MedidaProvisória	14/2000	27/09/2000
Lei	9.977/2000	05/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário - Substituto	14/2000	27/09/2000
Lei	9.978/2000	05/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Executiva / Departº Coord. Controle Empresas Estatais	3/2000	29/09/2000
Lei	9.979/2000	05/07/2000	Decreto	3.618/2000	03/10/2000
Lei	9.980/2000	05/07/2000	Mensagem Presidente República	1.415/2000	04/10/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	7/2000	06/07/2000	Mensagem Presidente República	1.417/2000	04/10/2000
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	202/2000	06/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	15/2000	04/10/2000
Decreto	000/12.07.2000	11/07/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	520/2000	05/10/2000
Mensagem Presidente República	957/2000	13/07/2000	Mensagem do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República	1.423/2000	06/10/2000
Decreto	002/24.07.2000	21/07/2000	Mensagem do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República	1.424/2000	06/10/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	352/2000	25/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	231/2000	09/10/2000
MedidaProvisória	1.938-19/2000	26/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	233/2000	09/10/2000
MedidaProvisória	1.961-25/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	2.054-2/2000	11/10/2000
MedidaProvisória	1.963-21/2000	26/07/2000	Decreto	000/19.10.2000	18/10/2000
MedidaProvisória	2.010-34/2000	26/07/2000	Decreto	001/2000	18/10/2000
MedidaProvisória	2.016-7/2000	27/07/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.784/2000	18/10/2000
MedidaProvisória	2.036-81/2000	27/07/2000	Mensagem Presidente República	1.445/2000	18/10/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	356/2000	27/07/2000	Mensagem Presidente República	1.449/2000	18/10/2000
MedidaProvisória	1.980-21/2000	28/07/2000	Mensagem Presidente República	1.450/2000	18/10/2000
MedidaProvisória	2.018-6/2000	28/07/2000			
MedidaProvisória	2.043-20/2000	28/07/2000			
MedidaProvisória	2.044-54/2000	28/07/2000			
MedidaProvisória	2.046-32/2000	28/07/2000			
MedidaProvisória	2.047-2/2000	28/07/2000			

MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	Mensagem Presidente República	1.451/2000	18/10/2000
MedidaProvisória	2.052-1/2000	28/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	17/2000	18/10/2000
Portaria M. Fazenda, Interino	229/2000	29/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	18/2000	18/10/2000
Portaria M. Fazenda / Ministro	246/2000	31/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	19/2000	18/10/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Executiva / Departº Coord. Controle Empresas Estatais	2/2000	31/07/2000	MedidaProvisória	1.938-22/2000	19/10/2000
Decreto	000/02.08.2000	01/08/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	20/2000	19/10/2000
Mensagem Presidente República	1.078/2000	07/08/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	237/2000	19/10/2000
MedidaProvisória	2.054/2000	11/08/2000	Decreto Legislativo - Congresso Nacional	13/2000-CN	23/10/2000
Mensagem Presidente República	1.095/2000	11/08/2000	MedidaProvisória	1.961-28/2000	24/10/2000
Mensagem Presidente República	1.096/2000	11/08/2000	MedidaProvisória	1.963-24/2000	24/10/2000
Decreto	3.558/2000	14/08/2000	MedidaProvisória	2.010-37/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	2.057/2000	14/08/2000	MedidaProvisória	2.016-10/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.938-20/2000	23/08/2000	MedidaProvisória	2.036-84/2000	24/10/2000
Mensagem Presidente República	1.140/2000	23/08/2000	MedidaProvisória	2.041-11/2000	24/10/2000
Mensagem Presidente República	1.141/2000	23/08/2000	Decreto	3.642/2000	25/10/2000
Mensagem Presidente República	1.142/2000	23/08/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	241/2000	25/10/2000
MedidaProvisória	1.961-26/2000	25/08/2000	Lei	10.036/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.963-22/2000	25/08/2000	Lei	10.037/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.010-35/2000	25/08/2000	Lei	10.038/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.016-8/2000	25/08/2000	Lei	10.039/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.036-82/2000	25/08/2000	Lei	10.040/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.041-9/2000	25/08/2000	Lei	10.041/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.043-21/2000	25/08/2000	Lei	10.042/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.044-55/2000	25/08/2000	Lei	10.043/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.046-33/2000	25/08/2000	Lei	10.044/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.047-3/2000	25/08/2000	Lei	10.045/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.980-22/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.980-24/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.018-7/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	2.018-9/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	2.044-57/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.052-2/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	2.046-35/2000	26/10/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	403/2000	30/08/2000	MedidaProvisória	2.047-5/2000	26/10/2000
Decreto	3.593/2000	06/09/2000	MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000
Mensagem Presidente República	1.237/2000	08/09/2000	MedidaProvisória	2.052-4/2000	26/10/2000
Mensagem Presidente República	1.238/2000	08/09/2000	MedidaProvisória	2.060-1/2000	26/10/2000
Mensagem Presidente República	1.239/2000	08/09/2000	Portaria M. Fazenda / Ministro	381/2000	26/10/2000
Mensagem Presidente República	1.240/2000	08/09/2000	Lei	10.046/2000	27/10/2000
Mensagem Presidente República	1.241/2000	08/09/2000	MedidaProvisória	2.085-31/2000	27/10/2000
Mensagem Presidente República	1.242/2000	08/09/2000	Mensagem Presidente República	1.565/2000	27/10/2000
Decreto	3.596/2000	12/09/2000	Lei	10.047/2000	07/11/2000
MedidaProvisória	2.054-1/2000	12/09/2000	Lei	10.049/2000	08/11/2000
Emenda Constitucional	30/2000	13/09/2000	Decreto	3.662/2000	14/11/2000
Publicações Diversas	s/nº-6/2000	14/09/2000	Lei	10.051/2000	14/11/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	179/2000	15/09/2000	Lei	1.938-23/2000	16/11/2000
Lei	10.003/2000	20/09/2000	Lei	1.961-29/2000	23/11/2000
Lei	10.004/2000	20/09/2000	Lei	1.963-25/2000	23/11/2000
Lei	10.005/2000	20/09/2000	Lei	1.967-14/2000	23/11/2000
Lei	10.006/2000	20/09/2000	Lei	1.980-25/2000	23/11/2000
Lei	10.007/2000	20/09/2000	Lei	2.010-38/2000	23/11/2000
Lei	10.008/2000	20/09/2000	Lei	2.016-11/2000	23/11/2000
Lei	10.009/2000	20/09/2000	Lei	2.018-10/2000	23/11/2000
Lei	10.010/2000	20/09/2000	Lei	2.036-85/2000	23/11/2000
Lei	10.011/2000	20/09/2000	Lei	2.044-58/2000	23/11/2000
Lei	10.012/2000	20/09/2000	Lei	2.046-36/2000	23/11/2000
Lei	10.013/2000	20/09/2000			
Lei	10.014/2000	20/09/2000			
Lei	10.015/2000	20/09/2000			

MedidaProvisória	2.047-6/2000	23/11/2000	Lei	10.154/2000	22/12/2000
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Lei	10.155/2000	22/12/2000
MedidaProvisória	2.052-5/2000	23/11/2000	Lei	10.156/2000	22/12/2000
MedidaProvisória	2.060-2/2000	23/11/2000	Lei	10.157/2000	22/12/2000
Decreto	00/29/11/2000	28/11/2000	Lei	10.158/2000	22/12/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	584/2000	28/11/2000	Lei	10.159/2000	22/12/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Executiva / Departº Coord. Controle Empresas Estatais	4/2000	30/11/2000	Lei	10.160/2000	22/12/2000
			Lei	10.161/2000	22/12/2000
MedidaProvisória	2.054-4/2000	07/12/2000	Lei	10.162/2000	22/12/2000
MedidaProvisória	2.057-4/2000	07/12/2000	Lei	10.163/2000	26/12/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	270/2000	08/12/2000	Decreto	00/28.12.2000	27/12/2000
Decreto	00/12/12/2000	11/12/2000	Decreto	01/28.12.2000	27/12/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	606/2000	11/12/2000	Decreto	02/28.12.2000	27/12/2000
Lei	10.057/2000	12/12/2000	Decreto	03/28.12.2000	27/12/2000
Decreto	00/14/12/2000	13/12/2000	Decreto	04/28.12.2000	27/12/2000
Decreto	3.687/2000	13/12/2000	MedidaProvisória	2.067-25/2000	27/12/2000
Lei	10.056/2000	13/12/2000	MedidaProvisória	2.087-27/2000	27/12/2000
Lei	10.059/2000	15/12/2000	MedidaProvisória	2.101-27/2000	27/12/2000
Lei	10.060/2000	15/12/2000	MedidaProvisória	2.112-87/2000	27/12/2000
Lei	10.061/2000	15/12/2000	MedidaProvisória	2.119-60/2000	27/12/2000
Lei	10.062/2000	15/12/2000	MedidaProvisória	2.121-38/2000	27/12/2000
Lei	10.063/2000	15/12/2000	MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000
Lei	10.064/2000	15/12/2000	MedidaProvisória	2.126-7/2000	27/12/2000
Lei	10.065/2000	15/12/2000	MedidaProvisória	2.129-4/2000	27/12/2000
Lei	10.066/2000	15/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro-Interino	294/2000	27/12/2000
Lei	10.067/2000	15/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	630/2000	28/12/2000
Lei	10.068/2000	15/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro-Interino	300/2000	28/12/2000
Lei	10.069/2000	15/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro-Interino	302/2000	28/12/2000
Lei	10.071/2000	18/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro-Interino	304/2000	29/12/2000
Lei	10.073/2000	18/12/2000	MedidaProvisória	2.067-26/2001	25/01/2001
Lei	10.074/2000	18/12/2000	MedidaProvisória	2.085-32/2001	25/01/2001
Lei	10.075/2000	18/12/2000	MedidaProvisória	2.087-28/2001	25/01/2001
Lei	10.076/2000	18/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	27/2001	25/01/2001
Lei	10.077/2000	18/12/2000	MedidaProvisória	2.121-39/2001	26/01/2001
Lei	10.078/2000	18/12/2000	MedidaProvisória	2.126-8/2001	26/01/2001
Lei	10.079/2000	18/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	34/2001	30/01/2001
Lei	10.080/2000	18/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Executiva / Departº Coord. Controle Empresas Estatais	1/2001	31/01/2001
Lei	10.081/2000	18/12/2000			
Lei	10.082/2000	18/12/2000	Portaria Câmaras dos Deputados	2/2001	05/02/2001
Lei	10.083/2000	18/12/2000	Ato Senado Federal	7/2001	06/02/2001
Lei	10.084/2000	18/12/2000	Lei	10.181/2001	12/02/2001
Lei	10.085/2000	18/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	46/2001	16/02/2001
Lei	10.086/2000	18/12/2000	MedidaProvisória	2.121-40/2001	23/02/2001
Decreto	00/20.12.2000	19/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	52/2001	16/03/2001
Lei	10.087/2000	19/12/2000	Decreto	s/mº-1/23.03.20	21/03/2001
Lei	10.088/2000	19/12/2000	Decreto	s/mº-2/23.03.20	21/03/2001
Lei	10.089/2000	19/12/2000	Decreto	3.778/2001	23/03/2001
Lei	10.090/2000	19/12/2000	Lei	10.210/2001	23/03/2001
Lei	10.091/2000	19/12/2000	MedidaProvisória	2.144-2/2001	28/06/2001
Lei	10.092/2000	19/12/2000	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	239/2001	28/06/2001
Lei	10.093/2000	19/12/2000	MedidaProvisória	2.144-3/2001	27/07/2001
Lei	10.094/2000	19/12/2000	-	-	-/-
Lei	10.095/2000	19/12/2000	-	-	-/-
Lei	10.096/2000	19/12/2000	LEI ORÇAMENTARIA 2001	-	-/-
Lei	10.099/2000	19/12/2000	-	-	-/-
Lei	10.100/2000	19/12/2000	Resolução Congresso Nacional	2/1995	14/09/1995
Decreto Legislativo - Senado Federal	21/2000	19/12/2000	Exposição Motivos Interminist. M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda / MARE	56/1997	11/11/1997

Decreto Legislativo - Senado Federal	22/2000	19/12/2000	Decreto	2.383/1997	12/11/1997
Decreto Legislativo - Senado Federal	23/2000	19/12/2000	Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Decreto Legislativo - Senado Federal	24/2000	19/12/2000	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	117/1998	12/11/1998
Decreto Legislativo - Senado Federal	25/2000	19/12/2000	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	51/1998	16/11/1998
Decreto Legislativo - Senado Federal	26/2000	19/12/2000	Emenda Constitucional	21/1999	18/03/1999
Decreto Legislativo - Senado Federal	27/2000	19/12/2000	Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	42/1999	14/04/1999
Decreto	00/22.12.2000	21/12/2000	Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	56/1999	27/05/1999
Lei	10.102/2000	21/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	008/1999	04/06/1999
Lei	10.103/2000	21/12/2000	Decreto	3.088/1999	21/06/1999
Lei	10.104/2000	21/12/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.615/1999	30/06/1999
Lei	10.105/2000	21/12/2000	Decreto	3.117/1999	13/07/1999
Lei	10.106/2000	21/12/2000	Lei	9.883/1999	07/12/1999
Lei	10.107/2000	21/12/2000	Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	10/1999	17/12/1999
Lei	10.108/2000	21/12/2000	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	10/2000	29/02/2000
Lei	10.109/2000	21/12/2000	Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000
Lei	10.110/2000	21/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	98/2000	18/05/2000
Lei	10.111/2000	21/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	5/2000	30/05/2000
Lei	10.112/2000	21/12/2000	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	35/2000	27/06/2000
Lei	10.113/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.052/2000	29/06/2000
Lei	10.114/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.052-1/2000	28/07/2000
Lei	10.115/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.041-9/2000	25/08/2000
Lei	10.116/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.052-2/2000	28/08/2000
Lei	10.117/2000	21/12/2000	Decreto	3.578/2000	30/08/2000
Lei	10.118/2000	21/12/2000	Mensagem Presidente República	1.224/2000	31/08/2000
Lei	10.119/2000	21/12/2000	Projeto de Lei - Poder Executivo	s/mº-0/2000	31/08/2000
Lei	10.120/2000	21/12/2000	Publicações Diversas	s/mº-6/2000	14/09/2000
Lei	10.121/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.041-10/2000	22/09/2000
Lei	10.122/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.052-3/2000	27/09/2000
Lei	10.123/2000	21/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	005.088/00-2	27/09/2000
Lei	10.124/2000	21/12/2000	Mensagem do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República	1.422/2000	05/10/2000
Lei	10.125/2000	21/12/2000			
Lei	10.126/2000	21/12/2000	Resolução Congresso Nacional	3/2000	19/10/2000
Lei	10.127/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.041-11/2000	24/10/2000
Lei	10.128/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.052-4/2000	26/10/2000
Lei	10.129/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.046-36/2000	23/11/2000
Lei	10.130/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.052-5/2000	23/11/2000
Lei	10.131/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	sn/2000	12/12/2000
Lei	10.132/2000	21/12/2000	Ato Convocatório / Congresso Nacional	2.121-38/2000	27/12/2000
Lei	10.133/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.126-7/2000	27/12/2000
Lei	10.134/2000	21/12/2000	Lei	10.171/2001	05/01/2001
Lei	10.135/2000	21/12/2000	Mensagem Presidente República	8/2001	05/01/2001
Lei	10.136/2000	21/12/2000	Lei	10.178/2001	12/01/2001
Lei	10.137/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.101-28/2001	26/01/2001
Lei	10.138/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.112-88/2001	26/01/2001
Lei	10.139/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.121-39/2001	26/01/2001
Lei	10.140/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001
Lei	10.141/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.126-8/2001	26/01/2001
Lei	10.142/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.129-5/2001	26/01/2001
Lei	10.143/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	2.139-62/2001	26/01/2001
Lei	10.144/2000	21/12/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	14/2001	31/01/2001
Lei	10.145/2000	21/12/2000	Cartilha / Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle	s/mº/2001	01/02/2001
Lei	10.146/2000	21/12/2000	Decreto	3.746/2001	06/02/2001
Lei	10.148/2000	21/12/2000	Decreto	3.747/2001	06/02/2001
Decreto	3.700/2000	22/12/2000	Lei	10.180/2001	06/02/2001
Lei	10.151/2000	22/12/2000	MedidaProvisória	2.140/2001	13/02/2001
Lei	10.152/2000	22/12/2000			
Lei	10.153/2000	22/12/2000			

Mensagem Presidente República	446/2001	18/02/2001	Decreto	sn/2001	05/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	1/2001	19/02/2001	Lei	10.233/2001	05/06/2001
Decreto	s/nº/23.02.2001	22/02/2001	Resolução Senado Federal	8/2001	05/06/2001
Medida Provisória	2.085-33/2001	22/02/2001	Resolução Senado Federal	9/2001	05/06/2001
Medida Provisória	2.087-29/2001	22/02/2001	Mensagem Presidente República	520/2001	05/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	3/2001	22/02/2001	Mensagem Presidente República	521/2001	05/06/2001
Medida Provisória	2.101-29/2001	23/02/2001	Mensagem Presidente República	523/2001	05/06/2001
Medida Provisória	2.121-40/2001	23/02/2001	Instrução Normativa M. Fazenda / Secretaria Receita Federal	60/2001	06/06/2001
Medida Provisória	2.123-29/2001	23/02/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	214/2001	06/06/2001
Medida Provisória	2.126-9/2001	23/02/2001	Decreto	001/08/06/2001	07/06/2001
Medida Provisória	2.129-6/2001	23/02/2001	Mensagem Presidente República	528/2001	07/06/2001
Medida Provisória	2.139-63/2001	23/02/2001	Mensagem Presidente República	540/2001	07/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	56/2001	23/02/2001	Decreto Legislativo - Congresso Nacional	3/2001 - CN	08/06/2001
Decreto	00/07/03/2001	02/03/2001	Decreto Legislativo - Congresso Nacional	4/2001 - CN	08/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	65/2001	07/03/2001	Decreto	sn/15/06/2001	13/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	4/2001	08/03/2001	Lei	10.238/2001	13/06/2001
Medida Provisória	2.140-1/2001	14/03/2001	Lei	10.239/2001	13/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	52/2001	16/03/2001	Lei	10.240/2001	13/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	56/2001	16/03/2001	Mensagem Presidente República	566/2001	13/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Executiva	17/1/2001	16/03/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	128/2001	19/06/2001
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	10/2001	20/03/2001	Despacho Presidente República	575/2001	19/06/2001
Decreto	s/nº-0/23.03.20	21/03/2001	Despacho Presidente República	576/2001	19/06/2001
Decreto	s/nº-0/27.03.20	21/03/2001	Despacho Presidente República	577/2001	19/06/2001
Decreto	s/nº-1/23.03.20	21/03/2001	Despacho Presidente República	578/2001	19/06/2001
Decreto	s/nº-2/23.03.20	21/03/2001	Despacho Presidente República	579/2001	19/06/2001
Decreto	3.776/2001	22/03/2001	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Comunicações	127/2001	19/06/2001
Medida Provisória	2.085-34/2001	22/03/2001	Decreto	000/21/06/2001	20/06/2001
Medida Provisória	2.087-30/2001	22/03/2001	Mensagem Presidente República	589/2001	20/06/2001
Decreto	3.778/2001	23/03/2001	Mensagem Presidente República	590/2001	20/06/2001
Decreto	s/nº-0/26.03.20	23/03/2001	Mensagem Presidente República	591/2001	20/06/2001
Lei	10.210/2001	23/03/2001	Decreto	sn/25/06/2001	25/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	89/2001	27/03/2001	Mensagem Presidente República	632/2001	25/06/2001
Decreto	00/29/03/2001	28/03/2001	Mensagem Presidente República	633/2001	25/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Executiva / Departº Coord. Controle Empresas Estatais	2/2001	30/03/2001	Mensagem Presidente República	634/2001	25/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	66/2001	30/03/2001	Mensagem Presidente República	635/2001	25/06/2001
Portaria Câmara dos Deputados	3/2001	30/03/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	10/2001	27/06/2001
Mensagem Presidente República	299/2001	02/04/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	8/2001	27/06/2001
Mensagem Presidente República	300/2001	02/04/2001	Medida Provisória	2.168-38/2001	28/06/2001
Mensagem Presidente República	301/2001	02/04/2001	Medida Provisória	2.170-34/2001	28/06/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	106/2001	04/04/2001	Medida Provisória	2.198-3/2001	28/06/2001
Mensagem Presidente República	309/2001	04/04/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	238/2001	28/06/2001
Mensagem Presidente República	310/2001	04/04/2001	Decreto	000/30/06/2001	29/06/2001
Mensagem Presidente República	311/2001	04/04/2001	Decreto	001/02/07.2001	29/06/2001
Decreto	001/06/04/2001	05/04/2001	Decreto	002/02/07.2001	29/06/2001
Decreto	002/06/04/2001	05/04/2001	Lei	10.245/2001	29/06/2001
Mensagem Presidente República	315/2001	05/04/2001	Lei Complementar	110/2001	29/06/2001
Portaria M. Defesa / Ministro	233/2001	05/04/2001	Mensagem Presidente República	699/2001	29/06/2001
Mensagem Presidente República	320/2001	10/04/2001	Mensagem Presidente República	700/2001	29/06/2001
Lei	10.219/2001	11/04/2001	Decreto	000/04.07.2001	03/07/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Subsecret. Planejamento, Orçamento e Administração	72/2001	11/04/2001	Decreto	001/04.07.2001	03/07/2001
Mensagem Presidente República	339/2001	18/04/2001	Decreto	706/2001	03/07/2001
			Mensagem Presidente República	707/2001	03/07/2001
			Lei	10.247/2001	04/07/2001
			Lei	10.248/2001	04/07/2001
			Lei	10.249/2001	04/07/2001

Mensagem Presidente República	342/2001	18/04/2001	Lei	10.250/2001	04/07/2001
Mensagem Presidente República	343/2001	18/04/2001	Lei	10.251/2001	04/07/2001
Decreto	3.794/2001	19/04/2001	Lei	10.252/2001	04/07/2001
Medida Provisória	2.085-35/2001	19/04/2001	Lei	10.253/2001	04/07/2001
Medida Provisória	2.087-31/2001	19/04/2001	Lei	10.254/2001	04/07/2001
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	11/2001	20/04/2001	Mensagem Presidente República	711/2001	04/07/2001
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Fazenda	100/2001	25/04/2001	Mensagem Presidente República	712/2001	04/07/2001
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	136/2001	26/04/2001	Mensagem Presidente República	713/2001	04/07/2001
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	12/2001	26/04/2001	Mensagem Presidente República	714/2001	04/07/2001
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	13/2001	26/04/2001	Mensagem Presidente República	715/2001	04/07/2001
Decreto	00/02/05/2001	27/04/2001	Mensagem Presidente República	716/2001	04/07/2001
Medida Provisória	2.144/2001	27/04/2001	Mensagem Presidente República	717/2001	04/07/2001
Medida Provisória	2.146-1/2001	04/05/2001	Mensagem Presidente República	718/2001	04/07/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	6/2001	04/05/2001	Mensagem Presidente República	719/2001	04/07/2001
Mensagem Presidente República	414/2001	07/05/2001	Decreto	001/13.07.2001	12/07/2001
Mensagem Presidente República	415/2001	07/05/2001	Decreto	002/13.07.2001	12/07/2001
Portaria M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Secretaria Executiva	54/2001	10/05/2001	Decreto	003/13.07.2001	12/07/2001
Decreto	3.818/2001	15/05/2001	Decreto	004/13.07.2001	12/07/2001
Decreto	00/16/05/2001	16/05/2001	Decreto	005/13.07.2001	12/07/2001
Mensagem Presidente República	430/2001	16/05/2001	Lei	10.262/2001	12/07/2001
Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	14/2001	16/05/2001	Lei	10.263/2001	12/07/2001
Medida Provisória	2.085-36/2001	17/05/2001	Mensagem Presidente República	761/2001	24/07/2001
Medida Provisória	2.087-32/2001	17/05/2001	Portaria M. Meio Ambiente / Ministro	270/2001	24/07/2001
Resolução M. Desenvolvimento Agrário / Fundo de Terras Reforma Agrária - Banco da Terra / Conselho Curador	102/2001	17/05/2001	Medida Provisória	2.144-3/2001	27/07/2001
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	2/2001 - CN	17/05/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	15/2001	17/08/2001
Mensagem Presidente República	447/2001	18/05/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	16/2001	17/08/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	4/2001	22/05/2001	-	-	-/-
Decreto	3.822/2001	25/05/2001	-	-	-/-
Resolução Presidência República / Casa Civil / Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	8/2001	25/05/2001	LEI ORCAMENTARIA 2002	-	-/-
Decreto	3.823/2001	28/05/2001	Exposição Motivos Interminist. M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda / MARE	56/1997	11/11/1997
Decreto	00/30/05/2001	29/05/2001	Decreto	2.383/1997	12/11/1997
Decreto	01/30/05/2001	29/05/2001	Decreto	2.829/1998	29/10/1998
Medida Provisória	2.144-1/2001	29/05/2001	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	11/7/1998	12/11/1998
Resolução Senado Federal	7/2001	29/05/2001	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	51/1998	16/11/1998
Mensagem Presidente República	495/2001	29/05/2001	Emenda Constitucional	21/1999	18/03/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	203/2001	30/05/2001	Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	42/1999	14/04/1999
Resolução Tribunal de Contas da União	142/2001	30/05/2001	Portaria M. Orçamento e Gestão / Ministro	56/1999	27/05/1999
Decreto	3.826/2001	31/05/2001	Decreto	3.088/1999	21/06/1999
Decreto	3.827/2001	31/05/2001	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	10/2000	29/02/2000
Lei	10.229/2001	31/05/2001	Emenda Constitucional	27/2000	21/03/2000
Lei	10.230/2001	31/05/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	98/2000	18/05/2000
Lei	10.231/2001	31/05/2001	Mensagem do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República	1.422/2000	05/10/2000
Lei	10.232/2001	31/05/2001	Lei	10.178/2001	12/01/2001
Resolução M. Comunicações / Agência Nacional das Telecomunicações	262/2001	31/05/2001	Projeto de Lei - Poder Executivo	4/2001	11/04/2001
Decreto	000/04/06/2001	01/06/2001	Memorando M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	84/2001	11/04/2001
Mensagem Presidente República	510/2001	01/06/2001	Parecer M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Consultoria Jurídica	0454-6.1.2/2001	11/04/2001
Mensagem Presidente República	511/2001	01/06/2001	Exposição Motivos M. Planejamento, Orçamento e Gestão	82/2001	11/04/2001
Portaria M. Previdência e Assistência Social / Ministro	1.987/2001	04/06/2001	Mensagem Presidente República	329/2001	12/04/2001
			Nota Técnica Conjunta Cond. Nac/Sen/Fed/Comis. Mista Planos Orcatº	8/2001	25/04/2001
			Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Fed / M. Fazenda / Sec. Tes Nac.	163/2001	04/05/2001
			Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	211/2001	04/06/2001

Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	10/2001	27/06/2001	MedidaProvisória	1.755-9/1998	14/12/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	11/2001	27/06/2001	MedidaProvisória	1.764-31/1998	14/12/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	9/2001	27/06/2001	MedidaProvisória	1.781-4/1998	14/12/1998
MedidaProvisória			MedidaProvisória	1.782-1998	14/12/1998
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	2.198-3/2001	28/06/2001	Resolução Senado Federal	101/1998	15/12/1998
Lei Complementar	4/2001	28/06/2001	Portaria Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda	340/1998	23/12/1998
Lei	110/2001	29/06/2001	MedidaProvisória	1.755-10/1999	13/01/1999
Mensagem Presidente República	10.266/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.764-32/1999	13/01/1999
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	758/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.781-5/1999	13/01/1999
-	-	-	Decreto	1.782-1/1999	13/01/1999
-	-	-	MedidaProvisória	000/10.02.1999	09/02/1999
-	-	-	MedidaProvisória	1.810/1999	09/02/1999
-	-	-	MedidaProvisória	1.755-11/1999	11/02/1999
-	-	-	MedidaProvisória	1.764-33/1999	11/02/1999
OPERAÇÕES DE CREDITO/DIVIDA/INGRESSO/CONTRAPARTIDA	-	-	MedidaProvisória	1.781-6/1999	11/02/1999
-	-	-	MedidaProvisória	1.782-2/1999	11/02/1999
Decreto	10.145/1889	05/01/1889	Lei	9.789/1999	23/02/1999
Decreto	660A/1890	14/08/1890	MedidaProvisória	1.811/1999	25/02/1999
Decreto	823B/1890	06/10/1890	MedidaProvisória	1.755-12/1999	11/03/1999
Decreto - Poder Legislativo	581/1899	20/07/1899	MedidaProvisória	1.764-34/1999	11/03/1999
Decreto	4.330/1902	28/01/1902	MedidaProvisória	1.781-7/1999	11/03/1999
Decreto - Poder Legislativo	1.372/1905	02/09/1905	MedidaProvisória	1.782-3/1999	11/03/1999
Decreto - Poder Legislativo	2.357/1910	31/12/1910	MedidaProvisória	1.810-1/1999	11/03/1999
Decreto	11.182/1914	03/10/1914	Portaria M. Orçamento e Gestão / Secret. de Orçamento Federal	1.811-1/1999	25/03/1999
Decreto - Poder Legislativo	2.986/1915	28/08/1915	1/1999	25/03/1999	
Decreto	12.767/1917	21/12/1917	MedidaProvisória	1.755-13/1999	08/04/1999
Decreto	12.771/1917	27/12/1917	MedidaProvisória	1.759-11/1999	08/04/1999
Decreto - Poder Legislativo	3.620/1918	23/12/1918	MedidaProvisória	1.764-35/1999	08/04/1999
Decreto	15.783/1922	08/11/1922	MedidaProvisória	1.781-8/1999	08/04/1999
Decreto-lei	1.058/1939	19/01/1939	MedidaProvisória	1.782-4/1999	08/04/1999
Decreto-lei	6.144/1943	29/12/1943	MedidaProvisória	1.810-2/1999	08/04/1999
Lei	2.936/1956	31/10/1956	Subsídios para documentos Oficiais	smº-3/1999	19/04/1999
Lei	3.470/1958	28/11/1958	MedidaProvisória	1.811-2/1999	22/04/1999
Lei	4.320/1964	17/03/1964	Resolução Senado Federal	13/1999	29/04/1999
Decreto-lei	727/1969	01/08/1969	MedidaProvisória	1.755-14/1999	06/05/1999
Lei	5.754/1971	03/12/1971	MedidaProvisória	1.759-12/1999	06/05/1999
Lei	5.847/1972	06/12/1972	MedidaProvisória	1.764-36/1999	06/05/1999
Lei	5.964/1973	10/12/1973	MedidaProvisória	1.781-9/1999	06/05/1999
Decreto-lei	1.312/1974	15/02/1974	MedidaProvisória	1.782-5/1999	06/05/1999
Instrução PR/Secret. Planejatº /Inst. Planejº Econ. Social/Inst. Program. Orçatº /Diretoria Orçamento	003/1978	29/06/1978	MedidaProvisória	1.810-3/1999	06/05/1999
Instrução PR/Secret. Planejatº /Inst. Planejº Econ. Social/Inst. Program. Orçatº /Diretoria Orçamento	001/1979	07/06/1979	MedidaProvisória	1.811-3/1999	20/05/1999
Decreto-lei	1.735/1979	20/11/1979	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	37/1999	15/06/1999
Decreto-lei	1.754/1979	31/12/1979	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	38/1999	15/06/1999
Instrução PR/Secret. Planejatº /Inst. Planejº Econ. Social/Inst. Program. Orçatº /Diretoria Orçamento	001/1980	02/06/1980	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	40/1999	15/06/1999
Instrução PR/Secret. Planejatº /Inst. Planejº Econ. Social/Inst. Program. Orçatº /Diretoria Orçamento	001/1981	08/06/1981	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Secretaria de Orçatº Finanças	001/1983	06/01/1983	Decreto	3.088/1999	21/06/1999
Lei	7.134/1983	26/10/1983	MedidaProvisória	1.861-14/1999	29/06/1999
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº / Secretaria de Orçatº Finanças	005/1986	08/04/1986	MedidaProvisória	1.868-16/1999	29/06/1999
Decreto	93.872/1986	23/12/1986	MedidaProvisória	1.886-38/1999	29/06/1999
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº e Coord. / Secret. de Orçatº	002/1987	22/05/1987	MedidaProvisória	1.891-5/1999	29/06/1999
			MedidaProvisória	1.898-11/1999	29/06/1999
			MedidaProvisória	1.907-7/1999	29/06/1999
			MedidaProvisória	1.898-12/1999	28/07/1999
			MedidaProvisória	1.907-8/1999	28/07/1999
			MedidaProvisória	1.861-15/1999	29/07/1999
			MedidaProvisória	1.868-17/1999	29/07/1999
			MedidaProvisória	1.886-39/1999	29/07/1999

Finanças			MedidaProvisória	1.891-6/1999	29/07/1999
Decreto	94.442/1987	12/06/1987	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	51/1999	12/08/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	1.460/1988	01/02/1988	Parecer Tribunal Contas União	015.462/1997-8	25/08/1999
Portaria Presidência República / Secret. de Planejatº e Coord. / Secret. de Orçatº Finanças	15/1989	29/03/1989	MedidaProvisória	1.891-7/1999	26/08/1999
Lei	7.862/1989	30/10/1989	MedidaProvisória	1.898-13/1999	26/08/1999
Resolução Senado Federal	96/1989	15/12/1989	MedidaProvisória	1.907-9/1999	26/08/1999
Manual Técnico Publicados sem aprovação em Portarias	smº/1990	01/05/1990	MedidaProvisória	1.861-16/1999	27/08/1999
Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secretaria Nacional Planejamento	311/1991	05/07/1991	MedidaProvisória	1.868-18/1999	27/08/1999
Resolução Senado Federal	17/1992	05/06/1992	MedidaProvisória	1.886-40/1999	27/08/1999
Portaria M. Economia, Fazenda e Planejamento / Secretaria Nacional Planejamento	184/1992	30/06/1992	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	56/1999	09/09/1999
Lei	6.698/1993	27/08/1993	Mensagem Presidente República	1.304/1999	16/09/1999
Lei	8.727/1993	05/11/1993	Resolução Senado Federal	37/1999	17/09/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.066/1994	22/04/1994	MedidaProvisória	1.920/1999	21/09/1999
Lei	9.027/1995	12/04/1995	Decreto	3.180/1999	22/09/1999
MedidaProvisória	1.054/1995	30/06/1995	MedidaProvisória	1.861-17/1999	24/09/1999
Decreto	1.647/1995	26/09/1995	MedidaProvisória	1.868-19/1999	24/09/1999
Resolução Senado Federal	69/1995	14/12/1995	MedidaProvisória	1.886-41/1999	24/09/1999
Comunicado Banco Central do Brasil / Departº da Dívida Pública	4.934/1995	20/12/1995	MedidaProvisória	1.891-8/1999	24/09/1999
Decreto	1.785/1996	11/01/1996	MedidaProvisória	1.898-14/1999	24/09/1999
Decreto	1.907/1996	17/01/1996	MedidaProvisória	1.907-10/1999	24/09/1999
Resolução Senado Federal	19/1996	27/03/1996	Resolução Senado Federal	41/1999	07/10/1999
MedidaProvisória	1.600/1997	11/11/1997	Circular Banco Central do Brasil / Diretoria	2.935/1999	11/10/1999
Carta Circular Banco Central do Brasil / Departº de Capitais Estrangeiros	2.771/1997	20/11/1997	MedidaProvisória	1.920-1/1999	21/10/1999
Lei	9.558/1997	17/12/1997	MedidaProvisória	1.891-9/1999	22/10/1999
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.461/1997	26/12/1997	MedidaProvisória	1.907-11/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	1.655/1998	20/04/1998	Lei	9.846/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.512-22/1998	23/04/1998	Lei	9.848/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.512-23/1998	21/05/1998	MedidaProvisória	1.868-20/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.655-1/1998	21/05/1998	Resolução Senado Federal	53/1999	28/10/1999
Lei	9.665/1998	19/06/1998	Resolução Senado Federal	55/1999	05/11/1999
MedidaProvisória	1.682-3/1998	29/06/1998	Resolução Senado Federal	56/1999	05/11/1999
MedidaProvisória	1.692-25/1998	30/06/1998	Resolução Senado Federal	57/1999	05/11/1999
Resolução Senado Federal	74/1998	01/07/1998	MedidaProvisória	1.969-11/1999	09/11/1999
Resolução Senado Federal	76/1998	01/07/1998	Resolução Senado Federal	58/1999	10/11/1999
Portaria M. Fazenda / Ministro	155/1998	08/07/1998	MedidaProvisória	1.961-17/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.682-4/1998	29/07/1998	MedidaProvisória	1.963-13/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.692-26/1998	30/07/1998	MedidaProvisória	1.985-22/1999	10/12/1999
Comunicado Banco Central do Brasil / Departº da Dívida Pública	6.304/1998	07/08/1998	MedidaProvisória	2.001-3/1999	14/12/1999
MedidaProvisória	1.682-5/1998	27/08/1998	MedidaProvisória	1.961-18/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.692-27/1998	28/08/1998	MedidaProvisória	1.963-14/2000	06/01/2000
Decreto	2.769/1998	03/09/1998	MedidaProvisória	1.969-12/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.715/1998	03/09/1998	MedidaProvisória	1.985-23/2000	11/01/2000
Portaria Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Fazenda	238/1998	11/09/1998	MedidaProvisória	2.001-4/2000	13/01/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	1/1998	16/09/1998	MedidaProvisória	2.103-37/2001	26/01/2000
MedidaProvisória	1.682-6/1998	25/09/1998	MedidaProvisória	1.961-19/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.692-28/1998	28/09/1998	MedidaProvisória	1.963-15/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.715-1/1998	01/10/1998	MedidaProvisória	1.969-13/2000	03/02/2000
MedidaProvisória	1.682-7/1998	26/10/1998	Portaria M. Fazenda / Ministro	33/2000	08/02/2000
MedidaProvisória	1.692-29/1998	27/10/1998	MedidaProvisória	1.985-24/2000	10/02/2000
MedidaProvisória	1.715-2/1998	29/10/1998	MedidaProvisória	2.001-5/2000	11/02/2000
Resolução Senado Federal	84/1998	04/11/1998	MedidaProvisória	1.961-20/2000	02/03/2000
Resolução Senado Federal	85/1998	04/11/1998	MedidaProvisória	1.963-16/2000	02/03/2000
Resolução Senado Federal	86/1998	04/11/1998	MedidaProvisória	1.969-14/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.692-30/1998	27/11/1998	MedidaProvisória	1.985-25/2000	09/03/2000
Consulta Pública M. Planejatº e Orçamento / Ministro	01/1998	07/12/1998	MedidaProvisória	2.001-6/2000	10/03/2000
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	43/1998	08/12/1998	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	14/2000	14/03/2000
			MedidaProvisória	1.961-21/2000	30/03/2000

MedidaProvisória	1.963-17/2000	30/03/2000	MedidaProvisória	1.789-4/1999	22/04/1999
MedidaProvisória	1.985-26/2000	06/04/2000	MedidaProvisória	1.789-5/1999	20/05/1999
MedidaProvisória	2.001-7/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	1.852-7/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	2.022-16/2000	20/04/2000	MedidaProvisória	1.852-8/1999	27/07/1999
MedidaProvisória	1.961-22/2000	27/04/2000	MedidaProvisória	1.852-9/1999	25/08/1999
MedidaProvisória	1.963-18/2000	27/04/2000	MedidaProvisória	1.852-10/1999	22/09/1999
Lei Complementar	101/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	1.852-11/1999	21/10/1999
MedidaProvisória	1.985-27/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	1.980-13/1999	10/11/1999
Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	1.980-14/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	2.001-8/2000	11/05/2000	MedidaProvisória	1.980-15/2000	10/02/2000
Decreto	3.473/2000	18/05/2000	MedidaProvisória	1.980-16/2000	09/03/2000
Decreto	3.475/2000	19/05/2000	MedidaProvisória	1.980-17/2000	06/04/2000
MedidaProvisória	2.022-17/2000	23/05/2000	MedidaProvisória	1.980-18/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	1.961-23/2000	26/05/2000	Decreto	3.456/2000	10/05/2000
MedidaProvisória	1.963-19/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	1.980-19/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.985-28/2000	01/06/2000	MedidaProvisória	1.980-20/2000	29/06/2000
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	Balanço M. Fazenda / Banco Central	sm <sup>n</sup> -0/2000	30/06/2000
MedidaProvisória	1.961-24/2000	26/06/2000	MedidaProvisória	1.980-21/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.963-20/2000	26/06/2000	MedidaProvisória	1.980-22/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	2.043-19/2000	28/06/2000	MedidaProvisória	1.980-23/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.985-29/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.980-24/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	2.050-10/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.980-25/2000	23/11/2000
Lei	9.995/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	2.101-27/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.961-25/2000	26/07/2000	MedidaProvisória	2.101-28/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.963-21/2000	26/07/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	3/2001	22/02/2001
MedidaProvisória	1.985-30/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	2.101-29/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	2.043-20/2000	28/07/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.050-11/2000	28/07/2000	-	-	-/-
Mensagem Presidente República	1.069/2000	03/08/2000	-	-	-/-
Mensagem Presidente República	1.070/2000	03/08/2000	PESSOAL - ACUMULAÇÃO DE CARGOS	-	-/-
Publicações Diversas	sm <sup>n</sup> -2/2000	04/08/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.961-26/2000	25/08/2000	Decreto - Poder Legislativo	2.908/1914	24/12/1914
MedidaProvisória	1.963-22/2000	25/08/2000	Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934
MedidaProvisória	2.043-21/2000	25/08/2000	Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937
MedidaProvisória	1.985-31/2000	28/08/2000	Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946
MedidaProvisória	2.050-12/2000	28/08/2000	Emenda Constitucional	20/1966	25/05/1966
Parecer M. Fazenda / Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	1.821/2000	13/09/2000	Lei	8.112/1990	11/12/1990
MedidaProvisória	1.961-27/2000	22/09/2000	Parecer Tribunal Contas União	019.553/90-0	13/04/1993
MedidaProvisória	1.963-23/2000	22/09/2000	Parecer Tribunal Contas União	009.214/92-5	18/05/1995
MedidaProvisória	2.043-22/2000	26/09/2000	Decreto	2.027/1996	11/10/1996
MedidaProvisória	1.985-32/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.522/1996	11/10/1996
MedidaProvisória	2.050-13/2000	27/09/2000	Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	11/1996	17/10/1996
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.784/2000	18/10/2000	MedidaProvisória	1.522-1/1996	12/11/1996
Lei	10.028/2000	19/10/2000	MedidaProvisória	1.522-2/1996	12/12/1996
MedidaProvisória	1.961-28/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.522-3/1997	09/01/1997
MedidaProvisória	1.963-24/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.522-4/1997	05/02/1997
MedidaProvisória	1.985-33/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.522-5/1997	06/03/1997
MedidaProvisória	2.043-23/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997
MedidaProvisória	2.050-14/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997
MedidaProvisória	2.085-31/2000	27/10/2000	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
MedidaProvisória	1.961-29/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
MedidaProvisória	1.963-25/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
MedidaProvisória	1.985-34/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
MedidaProvisória	2.043-24/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	2.050-15/2000	23/11/2000	Lei	9.527/1997	10/12/1997
Resolução Senado Federal	65/2000	15/12/2000	Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
Resolução Senado Federal	66/2000	15/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	018.733/1994-8	19/08/1999

Resolução Senado Federal	67/2000	15/12/2000	Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GM	013/2000	11/12/2000
Resolução Senado Federal	68/2000	15/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	012.052/1999-0	08/05/2001
Resolução Senado Federal	69/2000	15/12/2000	-	-	-/-
Resolução Senado Federal	70/2000	19/12/2000	-	-	-/-
Resolução Senado Federal	71/2000	19/12/2000	PESSOAL - ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E OUTRAS ATIVIDADES PENOSAS	-	-/-
Resolução Senado Federal	72/2000	19/12/2000	-	-	-/-
Resolução Senado Federal	73/2000	19/12/2000	-	-	-/-
Resolução Senado Federal	74/2000	19/12/2000	Decreto	97.458/1989	15/01/1989
MedidaProvisória	2.087-27/2000	27/12/2000	Lei	8.112/1990	11/12/1990
MedidaProvisória	2.103-36/2000	27/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	300.059/98-1	24/10/2000
MedidaProvisória	2.124-17/2000	27/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	675.067/98-7	20/02/2001
Lei	10.171/2001	05/01/2001	Parecer Tribunal Contas União	010.135/1999-5	22/02/2001
MedidaProvisória	2.085-32/2001	25/01/2001	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.087-28/2001	25/01/2001	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.118-26/2001	26/01/2001	PESSOAL - ADICIONAL / CONTAGEM POR TEMPO DE SERVIÇO	-	-/-
MedidaProvisória	2.118-27/2001	26/01/2001	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.124-18/2001	26/01/2001	Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946
Decreto	3.746/2001	06/02/2001	Lei	6.226/1975	14/07/1975
Lei	10.186/2001	12/02/2001	Lei	7.709/1988	22/12/1988
Parecer M. Fazenda / Procuradoria - Geral Fazenda Nacional	354/2001	19/02/2001	Lei	8.112/1990	11/12/1990
MedidaProvisória	2.085-33/2001	22/02/2001	Lei	8.162/1991	08/01/1991
MedidaProvisória	2.087-29/2001	22/02/2001	MedidaProvisória	1.160/1995	26/10/1995
MedidaProvisória	2.103-38/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	1.195/1995	24/11/1995
MedidaProvisória	2.118-28/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	1.231/1995	14/12/1995
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	4/2001	08/03/2001	MedidaProvisória	1.268/1996	12/01/1996
MedidaProvisória	2.085-34/2001	22/03/2001	MedidaProvisória	1.307/1996	09/02/1996
MedidaProvisória	2.087-30/2001	22/03/2001	MedidaProvisória	1.347/1996	12/03/1996
Resolução Senado Federal	3/2001	03/04/2001	MedidaProvisória	1.480-19/1996	01/04/1996
MedidaProvisória	2.085-35/2001	19/04/2001	MedidaProvisória	1.389/1996	11/04/1996
MedidaProvisória	2.087-31/2001	19/04/2001	MedidaProvisória	1.432/1996	09/05/1996
Balanco Social M. Fazenda - Banco do Nordeste do Brasil S/A	sn/2000	07/05/2001	MedidaProvisória	1.480/1996	05/06/1996
Resolução Senado Federal	5/2001	15/05/2001	MedidaProvisória	1.480-20/1996	01/08/1996
Resolução Senado Federal	6/2001	16/05/2001	MedidaProvisória	1.480-21/1996	29/08/1996
MedidaProvisória	2.085-36/2001	17/05/2001	MedidaProvisória	1.480-22/1996	26/09/1996
MedidaProvisória	2.087-32/2001	17/05/2001	MedidaProvisória	1.480-23/1996	24/10/1996
Resolução Senado Federal	7/2001	29/05/2001	MedidaProvisória	1.480-24/1996	22/11/1996
Resolução Senado Federal	8/2001	05/06/2001	MedidaProvisória	1.480-25/1996	19/12/1996
Resolução Senado Federal	9/2001	05/06/2001	MedidaProvisória	1.480-26/1997	17/01/1997
Mensagem Presidente República	525/2001	06/06/2001	MedidaProvisória	1.480-27/1997	14/02/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	222/2001	13/06/2001	MedidaProvisória	1.480-28/1997	14/03/1997
Resolução Senado Federal	10/2001	20/06/2001	MedidaProvisória	1.480-29/1997	15/04/1997
MedidaProvisória	2.168-38/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.480-30/1997	15/05/1997
MedidaProvisória	2.170-34/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.480-31/1997	12/06/1997
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
Parecer Congresso Nacional	sn <sup>n</sup> /2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.480-32/1997	11/07/1997
Lei	10.266/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
Mensagem Presidente República	758/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.480-33/1997	08/08/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.480-34/1997	09/09/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
ORGANISMOS INTERNACIONAIS - PARTICIPAÇÕES EM	-	-/-	MedidaProvisória	1.480-35/1997	09/10/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.480-36/1997	06/11/1997
Parecer Normativo M. Fazenda / Coordenação-Geral do Sistema de Tributação	3/1996	28/08/1996	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	1.789/1998	29/12/1998	MedidaProvisória	1.480-37/1997	04/12/1997
MedidaProvisória	1.789-1/1999	28/01/1999	Lei	9.527/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.789-2/1999	25/02/1999	MedidaProvisória	1.480-38/1997	31/12/1997
MedidaProvisória	1.789-3/1999	25/03/1999	MedidaProvisória	1.480-39/1998	29/01/1998

MedidaProvisória	1.480-40/1998	27/02/1998	ExposiçãoMotivosM. Justiça	561/1996	02/10/1996
MedidaProvisória	1.644-41/1998	17/03/1998	MedidaProvisória	1.522/1996	11/10/1996
Lei	9.624/1998	02/04/1998	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	43/1996	17/10/1996
ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	151/1998	20/05/1998			
Parecer Tribunal Contas União	001.191/98-5	09/12/1998	Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado/Ministro	11/1996	17/10/1996
MedidaProvisória	1.909-15/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.522-1/1996	12/11/1996
MedidaProvisória	1.909-16/1999	28/07/1999	MedidaProvisória	1.522-2/1996	12/12/1996
ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	197/1999	10/08/1999	Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União	243/1996	13/12/1996
MedidaProvisória	1.909-17/1999	27/08/1999	ExposiçãoMotivosM. Justiça	654/1996	14/12/1996
Resolução Senado Federal	35/1999	02/09/1999	MedidaProvisória	1.522-3/1997	09/01/1997
MedidaProvisória	1.909-18/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.522-4/1997	05/02/1997
MedidaProvisória	1.909-19/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	1.522-5/1997	06/03/1997
MedidaProvisória	1.964-21/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997
MedidaProvisória	1.964-22/2000	06/01/2000	MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997
MedidaProvisória	1.964-23/2000	03/02/2000	Decreto	2.251/1997	12/06/1997
MedidaProvisória	1.964-24/2000	02/03/2000	Instrução Normativa Interm. M. Administ. Federal Ref. Estado e M. Fazenda	2/1997	26/06/1997
RecomendaçãoComissão de Controle e Gestão Fiscal	13/2000	14/03/2000	Resolução M. Fazenda / Conselho Diretor do PIS-PASEP	3/1997	30/06/1997
MedidaProvisória	1.964-25/2000	30/03/2000	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
MedidaProvisória	1.962-25/2000	28/04/2000	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
MedidaProvisória	1.964-26/2000	28/04/2000	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	12/1997	14/08/1997
MedidaProvisória	1.962-26/2000	26/05/2000			
MedidaProvisória	1.964-27/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçatº e Gestão/Secret. Recursos Humanos/Secretário	15/2000	31/05/2000	Decisão Tribunal de Contas da União/ Plenário	560/1997	03/09/1997
MedidaProvisória	1.962-27/2000	27/06/2000	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
MedidaProvisória	1.964-28/2000	27/06/2000	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	1.962-28/2000	27/07/2000	Lei	9.527/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.964-29/2000	27/07/2000	Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Administração Federal e Reforma Estado	344/1997	23/12/1997
MedidaProvisória	1.962-29/2000	25/08/2000	Decisão M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	36/1998	03/02/1998
MedidaProvisória	1.964-30/2000	25/08/2000	Lei	9.624/1998	02/04/1998
MedidaProvisória	1.962-30/2000	22/09/2000	Parecer Tribunal Contas União	018.576/94-0	07/04/1998
MedidaProvisória	1.964-31/2000	22/09/2000	Decreto	2.563/1998	27/04/1998
MedidaProvisória	1.962-31/2000	24/10/2000	Proposta de Emenda à Constituição	33/1995	03/06/1998
MedidaProvisória	1.964-32/2000	24/10/2000	Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
MedidaProvisória	1.962-32/2000	23/11/2000	Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União	245/1998	30/07/1998
MedidaProvisória	1.964-33/2000	23/11/2000	Decreto	2.729/1998	10/08/1998
MedidaProvisória	1.962-33/2000	21/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	008.950/96-2	09/09/1998
MedidaProvisória	2.086-34/2000	27/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	007.221/94-0	29/09/1998
MedidaProvisória	2.088-35/2000	27/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	017.693/96-9	13/10/1998
MedidaProvisória	2.086-35/2001	25/01/2001	Parecer Tribunal Contas União	014171/94-5	19/11/1998
MedidaProvisória	2.088-36/2001	26/01/2001	Emenda Constitucional	20/1998	15/12/1998
MedidaProvisória	2.086-36/2001	22/02/2001	Parecer Tribunal Contas União	002.204/86-0	23/02/1999
MedidaProvisória	2.088-37/2001	23/02/2001	Instrução Normativa M. Orçatº e Gestão/Secret. Estado Administ. Patrimônio	5/1999	28/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	625.719/1991-3	06/03/2001	Lei	9.796/1999	05/05/1999
MedidaProvisória	2.088-37/2001	22/03/2001	Portaria Normativa M. Orçatº e Gestão/Secret. Estado Admin. Patrim./Sec. Rec. Humanos	5/1999	12/05/1999
MedidaProvisória	2.088-38/2001	27/03/2001			
Parecer Tribunal Contas União	002.608/2001-9	28/03/2001	Parecer Tribunal Contas União	004.419/96-0	02/06/1999
Parecer Tribunal Contas União	004.171/1993-4	06/04/2001	Parecer Tribunal Contas União	925.588/98-9	29/09/1999
MedidaProvisória	2.086-38/2001	19/04/2001	Parecer Tribunal Contas União	853.047/1997-9	16/11/1999
MedidaProvisória	2.088-39/2001	26/04/2001	Parecer Tribunal Contas União	625.747/1991-7	18/11/1999
Parecer Tribunal Contas União	001.303/2001-1	10/05/2001	ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	213/1999	31/12/1999
MedidaProvisória	2.086-39/2001	17/05/2001	Parecer Tribunal Contas União	011.262/1994-0	09/01/2000
MedidaProvisória	2.088-40/2001	24/05/2001	Nota Técnica M. Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria Recursos Humanos/Coordenação Geral Estudos Elaboração Normas	07/2000	19/06/2000
MedidaProvisória	2.169-41/2001	28/06/2001			
MedidaProvisória	2.171-42/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	2.048-26/2000	29/06/2000
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçatº e Gestão/Secret. Recursos Humanos/Secretário	36/2001	05/07/2001	Parecer Tribunal Contas União	001.379/1998-4	26/07/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.048-27/2000	28/07/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.048-28/2000	28/08/2000

PESSOAL - AFASTAMENTO DO SERVIDOR	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	024.022/1990-0	21/09/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.048-29/2000	27/09/2000
Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946	Parecer M. Planejamento, Orçatº Gestão/Consultoria Jurídica	2.721/2000	13/10/2000
Emenda Constitucional	19/1965	07/12/1965	MedidaProvisória	2.048-30/2000	26/10/2000
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Decreto	3.644/2000	30/10/2000
Decreto	201/1991	26/08/1991	Parecer Tribunal Contas União	041.151/1976-3	09/11/2000
Decreto	2.349/1997	15/10/1997	Parecer Tribunal Contas União	008.660/99-9	14/11/2000
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	012.944/89-0	14/11/2000
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	854.750/1997-5	14/11/2000
PESSOAL - AGREGADO(SITUAÇÃO)	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	012.613/1992-4	21/11/2000
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	017.330/1993-9	21/11/2000
Lei	1.711/1952	28/10/1952	Parecer Tribunal Contas União	018.025/1994-3	21/11/2000
Lei	1.741/1952	22/11/1952	Parecer Tribunal Contas União	018.026/1994-0	21/11/2000
Decreto	40.746/1957	15/01/1957	Parecer Tribunal Contas União	020.258/1990-9	21/11/2000
Lei	3.780/1960	12/07/1960	Parecer Tribunal Contas União	023.765/91-7	21/11/2000
Decreto-lei	200/1967	25/02/1967	MedidaProvisória	2.048-31/2000	23/11/2000
Lei	5.843/1972	06/12/1972	Parecer Tribunal Contas União	012.554/1994-4	23/11/2000
Lei	6.703/1979	26/10/1979	Parecer Tribunal Contas União	002.615/94-0	05/12/2000
Parecer Tribunal Contas União	0905-53/97	11/12/1997	Parecer Tribunal Contas União	007.504/90-0	05/12/2000
Parecer M. Planejamento, Orçatº Gestão/Consultoria Jurídica	2.109/2000	10/09/2000	Parecer Tribunal Contas União	017.405/93-9	05/12/2000
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçatº e Gestão/Secret. Recursos Humanos/Secretário	31/2000	14/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	020.806/94-9	05/12/2000
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	002.816/94-6	12/12/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.136-33/2000	28/12/2000
PESSOAL - ALIMENTAÇÃO - CLT	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	017.636/1993-0	23/01/2001
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	852.694/1997-0	23/01/2001
Lei	6.321/1976	14/04/1976	Parecer Tribunal Contas União	002.615/1988-6	25/01/2001
Decreto	5/1991	14/01/1991	Parecer Tribunal Contas União	013.956/1982-5	25/01/2001
Decreto	349/1991	21/11/1991	MedidaProvisória	2.136-34/2001	26/01/2001
Decreto	2.101/1996	23/12/1996	Parecer Tribunal Contas União	015.837/1983-1	01/02/2001
-	-	-/-	ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GM	018/2001	02/02/2001
-	-	-/-	Parecer M. Planejamento, Orçatº Gestão/Consultoria Jurídica	0138-2.9/2001	12/02/2001
PESSOAL - APOSENTADORIA/PENSÕES	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	006.202/96-9	14/02/2001
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	001.118/1996-0	20/02/2001
Decreto	117/1892	04/11/1892	Parecer Tribunal Contas União	550.035/1991-5	20/02/2001
Decreto - Poder Legislativo	381/1896	24/08/1896	Parecer Tribunal Contas União	008.983/90-9	22/02/2001
Decreto	11.447/1915	20/01/1915	Parecer Tribunal Contas União	376.076/1991-7	22/02/2001
Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934	MedidaProvisória	2.136-35/2001	23/02/2001
Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946	Parecer Tribunal Contas União	005.074/1993-2	06/03/2001
Lei	3.373/1958	12/03/1958	Parecer Tribunal Contas União	006.316/1984-0	06/03/2001
Lei	4.069/1962	11/06/1962	Parecer Tribunal Contas União	011.267/1991-7	06/03/2001
Emenda Constitucional	19/1965	07/12/1965	Parecer Tribunal Contas União	014.868/2000-2	06/03/2001
Lei	6.226/1975	14/07/1975	Parecer Tribunal Contas União	021.890/92-7	06/03/2001
Decreto	76.954/1975	30/12/1975	Parecer Tribunal Contas União	350.013/1989-6	06/03/2001
Lei	6.782/1980	19/05/1980	Parecer Tribunal Contas União	425.244/91-1	06/03/2001
Constituição Federal 1988	40/1988	05/10/1988	Parecer Tribunal Contas União	525.406/1991-3	06/03/2001
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Parecer Tribunal Contas União	625.719/1991-3	06/03/2001
Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União	74/1992	08/07/1992	Parecer Tribunal Contas União	019.084/1993-5	08/03/2001
Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União	175/1992	10/07/1992	Parecer Tribunal Contas União	011.914/1999-8	13/03/2001
Emenda Constitucional	3/1993	17/03/1993	Parecer Tribunal Contas União	014.927/1999-3	13/03/2001
Decisão Tribunal de Contas da União/ Plenário	733/1994	17/06/1994	Parecer Tribunal Contas União	021.902/1982-8	13/03/2001
Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União	241/1995	06/01/1995	Parecer Tribunal Contas União	002.202/1994-8	14/03/2001
Instrução PR/Secret. Planejamento, Orçatº Econ. Social/Inst. Proqram. Orçatº /Diretoria Orçamento	13/1995	07/06/1995	Parecer Tribunal Contas União	006.017/1997-5	15/03/2001
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	33/1995	01/08/1995	Parecer Tribunal Contas União	006.969/1991-7	15/03/2001
Decisão Tribunal de Contas da União/ Plenário	388-36/95-P	09/08/1995	Portaria Normativa M. Orçatº e Gestão/Secret. Estado Admin. Patrim./Sec. Rec. Humanos	1/2001	16/03/2001
Publicações Diversas	s/nº-0/1995	30/11/1995	Parecer Tribunal Contas União	013.664/97-2	22/03/2001
			Parecer Tribunal Contas União	002.608/2001-9	28/03/2001

ComunicaçãoM.Planejamento,OrçamentoeGestão/Sec.RecursosHumanos	s/nº-0/28.03.20	28/03/2001	/Subsecretário		
Parecer Tribunal Contas União	004.171/1993-4	06/04/2001	MedidaProvisória	893/1995	16/02/1995
Parecer Tribunal Contas União	007.716/1991-5	10/04/2001	EmendaConstitucional	20/1998	15/12/1998
Parecer Tribunal Contas União	855.063/1997-1	10/04/2001	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	002.973/1994-4	19/04/2001	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	014.024/2000-4	03/05/2001	PESSOAL - BENEFICIOS/VANTAGENS - AUXILIORECLUSAO	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	015.319/1999-7	03/05/2001	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	022.052/1973-9	08/05/2001	Lei	8.112/1990	11/12/1990
Parecer Tribunal Contas União	003.000/1995-8	15/05/2001	Instrução NormativaM. Orçamentoe Gestão/Secret. Estado Administ. Patrimônio	5/1999	28/04/1999
Parecer Tribunal Contas União	006.538/1995-9	15/05/2001	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	000.163/1994-5	17/05/2001	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	001.306/2001-3	17/05/2001	PESSOAL - BENEFICIOS/VANTAGENS - AUXILIOALIMENTAÇÃO	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	002.571/1994-3	17/05/2001	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	012.755/1989-3	17/05/2001	Aviso M. da Fazenda - Gabinete do Ministro	660/1981	22/07/1981
Parecer Tribunal Contas União	017.924/1993-6	17/05/2001	Lei	8.460/1992	17/12/1992
Parecer Tribunal Contas União	048.787/72-8	17/05/2001	Lei	8.889/1994	21/06/1994
Parecer Tribunal Contas União	005.281/1994-6	22/05/2001	MedidaProvisória	1.522/1996	11/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	350.618/1991-7	22/05/2001	Mensagem (SIAFI) M. Fazenda /Secret. Tesouro Nacional/CCONT	087225/1996	17/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	007.229/1997-6	24/05/2001	Memorando M. Planejamento Orçamento /Secret. Orçamento Federal /Coord. Geral Normas	18/1996	18/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	002.798/1994-8	31/05/2001	Decreto	2.050/1996	31/10/1996
Parecer Tribunal Contas União	017.536/1993-6	31/05/2001	MedidaProvisória	1.522-1/1996	12/11/1996
Parecer Tribunal Contas União	017.896/1993-2	31/05/2001	MedidaProvisória	1.522-2/1996	12/12/1996
Parecer Tribunal Contas União	000.967/2001-7	05/06/2001	MedidaProvisória	1.522-3/1997	09/01/1997
Parecer Tribunal Contas União	011.802/1999-5	05/06/2001	MedidaProvisória	1.522-4/1997	05/02/1997
Parecer Tribunal Contas União	013.110/1999-3	05/06/2001	MedidaProvisória	1.522-5/1997	06/03/1997
Parecer Tribunal Contas União	375.660/1991-7	05/06/2001	MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997
Parecer Tribunal Contas União	625.814/1991-6	05/06/2001	MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
PESSOAL - BENEFICIOS/PREVIDENCIÁRIOS	-	-/-	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
Constituição Federal 1988	40/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Lei	9.527/1997	10/12/1997
Lei	8.647/1993	13/04/1993	Exposição Motivos M. Orçamento e Gestão	11/1999	15/04/1999
Ação Direta de Inconstitucionalidade Supremo Tribunal Federal	1.135-9/1995	27/04/1995	Parecer Tribunal Contas União	003.082/95-4	17/05/2000
Parecer M. Previdência Assist. Social/Consultoria Jurídica	932/1997	17/07/1997	Parecer Tribunal Contas União	001.429/2000-5	12/07/2000
Parecer M. Fazenda /Procur. Geral Fazenda Nacional /Coord. Geral Sistema Tributação	0550/99	12/05/1999	Lei	9.995/2000	25/07/2000
MedidaProvisória	1.969-12/2000	06/01/2000	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	8/2001	23/01/2001
MedidaProvisória	1.969-13/2000	03/02/2000	Parecer M. Planejamento, Orçamento e Gestão/Consultoria Jurídica	0138-2.9/2001	12/02/2001
MedidaProvisória	1.969-14/2000	02/03/2000	Parecer Tribunal Contas União	001.229/2000-4	04/04/2001
MedidaProvisória	2.022-16/2000	20/04/2000	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	2.022-17/2000	23/05/2000	Lei	10.266/2001	24/07/2001
MedidaProvisória	2.043-19/2000	28/06/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.043-20/2000	28/07/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.043-21/2000	25/08/2000	PESSOAL - BENEFICIOS/VANTAGENS - AUXILIO-TRANSPORTE	-	-/-
MedidaProvisória	2.060/2000	26/09/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.060-1/2000	26/10/2000	Lei	5.443/1928	13/01/1928
MedidaProvisória	2.060-2/2000	23/11/2000	Lei	7.418/1985	16/12/1985
MedidaProvisória	2.129-4/2000	27/12/2000	Lei	7.619/1987	30/09/1987
MedidaProvisória	2.129-5/2001	26/01/2001	Decreto	95.247/1987	17/11/1987
MedidaProvisória	2.129-6/2001	23/02/2001	Instrução Normativa Presidência República/Secret. de Administração Federal	13/1990	12/11/1990
Lei	10.266/2001	24/07/2001	Secretário	-	-
-	-	-/-	Lei	8.112/1990	11/12/1990
-	-	-/-	Decreto	1.637/1995	15/09/1995
-	-	-/-	Norma Execução MF/Secret. Tesouro Nacional/Coordenação Geral Contabilidade	14/1996	14/11/1996
PESSOAL - BENEFICIOS/VANTAGENS - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	-	-/-	MedidaProvisória	1.636/1997	12/12/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.636-1/1998	13/01/1998

Lei	5.058/1926	09/11/1926	MedidaProvisória	1.636-2/1998	12/02/1998
Constituição Federal 1988	196/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.636-3/1998	13/03/1998
Constituição Federal 1988	227/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.636-4/1998	09/04/1998
Constituição Federal 1988	6/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.636-5/1998	12/05/1998
Lei	8.112/1990	11/12/1990	MedidaProvisória	1.680-7/1998	29/06/1998
Parecer Tribunal Contas União	649.042/86-7	10/12/1992	MedidaProvisória	1.680-8/1998	29/07/1998
Lei	8.666/1993	21/06/1993	MedidaProvisória	1.680-9/1998	27/08/1998
Ato Declaratório Normativo M. Fazenda /Secret. Receita Federal /Coord. -Geral Sistema Tributação	35/1993	17/11/1993	MedidaProvisória	1.680-10/1998	25/09/1998
Parecer Tribunal Contas União	008.797/93-5	09/12/1993	MedidaProvisória	1.680-11/1998	26/10/1998
Parecer Tribunal Contas União	020.527/94-2	19/07/1995	MedidaProvisória	1.753-13/1998	14/12/1998
Parecer Tribunal Contas União	016.522/95-8	06/12/1995	MedidaProvisória	1.783/1998	14/12/1998
Parecer Tribunal Contas União	007.300/93-0	11/06/1997	Decreto	2.880/1998	15/12/1998
MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997	MedidaProvisória	1.753-14/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997	MedidaProvisória	1.783-1/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997	MedidaProvisória	1.753-15/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997	MedidaProvisória	1.783-2/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997	Decreto	2.963/1999	24/02/1999
Exposição Motivos Interminister. M. Planejamento e Orçamento /M. Fazenda /MARE	56/1997	11/11/1997	MedidaProvisória	1.753-16/1999	11/03/1999
Decreto	2.383/1997	12/11/1997	MedidaProvisória	1.783-3/1999	11/03/1999
Lei	9.527/1997	10/12/1997	Decreto	3.000/1999	26/03/1999
Exposição Motivos M. Orçamento e Gestão	11/17/1999	15/04/1999	MedidaProvisória	1.753-17/1999	08/04/1999
Portaria Normativa M. Defesa / Ministro	2.827/1999	03/12/1999	MedidaProvisória	1.783-4/1999	08/04/1999
Lei	9.995/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.753-18/1999	06/05/1999
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	8/2001	23/01/2001	MedidaProvisória	1.783-5/1999	06/05/1999
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	56/2001	16/03/2001	MedidaProvisória	1.855-20/1999	29/06/1999
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.880-7/1999	29/06/1999
Lei	10.266/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.855-21/1999	27/07/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.880-8/1999	28/07/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.855-22/1999	25/08/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.880-9/1999	26/08/1999
PESSOAL - BENEFICIOS/VANTAGENS - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	-	-/-	Portaria M. Fazenda /Secret. Tesouro Nacional / Secretário	387/1999	15/09/1999
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.855-23/1999	22/09/1999
Constituição Federal 1988	205/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.880-10/1999	24/09/1999
Constituição Federal 1988	206.lalv/1988	05/10/1988	Decreto	3.184/1999	27/09/1999
Constituição Federal 1988	208/1988	05/10/1988	Portaria Normativa M. Planejamento Orçamento e Gestão /Sec. Recursos Humanos	8/1999	07/10/1999
Constituição Federal 1988	227/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.855-24/1999	21/10/1999
Constituição Federal 1988	6/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.880-11/1999	22/10/1999
Constituição Federal 1988	7/XXV/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.953-13/1999	09/12/1999
Lei	8.069/1990	13/07/1990	MedidaProvisória	1.990-26/1999	14/12/1999
Decreto	99.548/1990	25/09/1990	MedidaProvisória	1.953-14/2000	06/01/2000
Decreto	977/1993	10/11/1993	MedidaProvisória	1.990-27/2000	13/01/2000
Instrução Normativa Presidência República/Secret. de Administração Federal /Secretário	12/1993	28/12/1993	MedidaProvisória	1.953-15/2000	03/02/2000
Portaria Presidência República/Secret. de Administ. Federal/Ministro	82/1994	11/01/1994	MedidaProvisória	1.990-28/2000	11/02/2000
Norma Execução MF/Secret. Tesouro Nacional/Coordenação Geral Contabilidade	14/1996	14/11/1996	MedidaProvisória	1.953-16/2000	02/03/2000
Exposição Motivos M. Orçamento e Gestão	11/17/1999	15/04/1999	MedidaProvisória	1.990-29/2000	10/03/2000
Lei	9.995/2000	25/07/2000	MedidaProvisória	1.953-17/2000	30/03/2000
Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.990-30/2000	11/04/2000
Lei	10.266/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.953-18/2000	27/04/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.990-31/2000	11/05/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.953-19/2000	26/05/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.953-20/2000	26/06/2000
PESSOAL - BENEFICIOS/VANTAGENS - AUXILIONATALIDADE/SALÁRIO-FAMÍLIA E AUXÍLIO FUNERAL	-	-/-	MedidaProvisória	2.033-33/2000	27/06/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.953-21/2000	26/07/2000
Lei	1.757-A/1952	10/12/1952	MedidaProvisória	2.033-34/2000	27/07/2000
Lei	8.112/1990	11/12/1990	MedidaProvisória	1.953-22/2000	23/08/2000
Ofício-Circ. PR/Secret. Administ. Federal/Subsecretaria Recursos Humanos	48/1993	08/12/1993	MedidaProvisória	2.033-35/2000	25/08/2000
			MedidaProvisória	1.953-23/2000	21/09/2000

MedidaProvisória	2.033-36/2000	22/09/2000	Parecer Tribunal Contas União	003.784/2000-2	17/05/2000
MedidaProvisória	1.953-24/2000	19/10/2000	MedidaProvisória	1.964-27/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	2.033-37/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.970-11/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	2.033-38/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.964-28/2000	27/06/2000
MedidaProvisória	1.953-25/2000	16/12/2000	MedidaProvisória	1.970-12/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	2.077-27/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	2.048-26/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	2.132-40/2000	28/12/2000	MedidaProvisória	1.964-29/2000	27/07/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	8/2001	23/01/2001	MedidaProvisória	1.970-13/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	2.077-28/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	2.048-27/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	2.132-41/2001	26/01/2001	MedidaProvisória	1.964-30/2000	25/08/2000
MedidaProvisória	2.077-29/2001	22/02/2001	MedidaProvisória	1.970-14/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	2.132-42/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	2.048-28/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	2.077-30/2001	22/03/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	219/2000	20/09/2000
MedidaProvisória	2.077-31/2001	19/04/2001	MedidaProvisória	1.964-31/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	2.077-32/2001	17/05/2001	MedidaProvisória	1.970-15/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	2.165-34/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	2.048-29/2000	27/09/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.964-32/2000	24/10/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.970-16/2000	26/10/2000
PESSOAL - CONCURSO /POSSE /EXERCICIO /CURSO DE FORMAÇÃO / ESTÁGIOPROBATÓRIO /ESTABILIDADE	-	-/-	MedidaProvisória	2.048-30/2000	26/10/2000
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	013.012/96-7	09/11/2000
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	013.013/96-3	09/11/2000
Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Executiva	598/2000	22/11/2000
Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937	MedidaProvisória	1.964-33/2000	23/11/2000
Decreto-lei	967/1938	21/12/1938	MedidaProvisória	1.970-17/2000	23/11/2000
Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946	MedidaProvisória	2.048-31/2000	23/11/2000
Emenda Constitucional	17/1965	26/11/1965	Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União/GM	013/2000	11/12/2000
Decreto-lei	2.347/1987	23/07/1987	MedidaProvisória	2.088-35/2000	27/12/2000
Constituição Federal 1988	37/II/1988	10/05/1988	MedidaProvisória	2.092-19/2000	27/12/2000
Constituição Federal 1988	39/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	2.136-33/2000	28/12/2000
Constituição Federal 1988	41/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	2.092-20/2001	25/01/2001
Lei	8.112/1990	11/12/1990	MedidaProvisória	2.088-36/2001	26/01/2001
Decreto	1.368/1995	12/01/1995	MedidaProvisória	2.136-34/2001	26/01/2001
Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União/GQ	69/1995	29/03/1995	MedidaProvisória	2.092-21/2001	22/02/2001
Decreto	1.452/1995	11/04/1995	MedidaProvisória	2.088-37/2001	23/02/2001
Parecer Tribunal Contas União	013.430/94-7	11/05/1995	MedidaProvisória	2.136-35/2001	23/02/2001
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	3.062/1995	20/09/1995	Portaria Interministerial M. Planejamento, Orçamento e Gestão / M. Educação	63/2001	20/03/2001
Edital	27/1995	29/09/1995	MedidaProvisória	2.092-22/2001	22/03/2001
MedidaProvisória	1.480-19/1996	01/04/1996	MedidaProvisória	2.088-38/2001	27/03/2001
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	965/1996	01/04/1996	MedidaProvisória	2.092-23/2001	19/04/2001
MedidaProvisória	1.480-20/1996	01/08/1996	MedidaProvisória	2.088-39/2001	26/04/2001
MedidaProvisória	1.480-22/1996	26/09/1996	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Executiva	267/2001	27/04/2001
MedidaProvisória	1.480-23/1996	24/10/1996	MedidaProvisória	2.092-24/2001	17/05/2001
MedidaProvisória	1.480-24/1996	22/11/1996	MedidaProvisória	2.088-40/2001	24/05/2001
MedidaProvisória	1.480-25/1996	19/12/1996	Nota Técnica M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria de Recursos Humanos/Coordenadoria-Geral Sistematização e Aplicação da Legislação	11/2001	24/05/2001
MedidaProvisória	1.480-26/1997	17/01/1997	MedidaProvisória	2.171-42/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.480-27/1997	14/02/1997	MedidaProvisória	2.174-26/2001	28/06/2001
Portaria Conjunta M. Administ. Federal Ref. Estado e M. Planejamento e Orçamento	1/1997	24/02/1997	Parecer M. Planejamento e Orçatº / Consultoria Jurídica	0868-2-6/2001	10/07/2001
MedidaProvisória	1.480-28/1997	14/03/1997	Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçatº e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	41/2001	23/07/2001
MedidaProvisória	1.480-29/1997	15/04/1997	Notícias / Sevidor / M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Recursos Humanos	si/mº-0/2001	09/08/2001
MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997	-	-	-/-
Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União/GQ	125/1997	09/05/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.480-30/1997	15/05/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997	PESSOAL - CONTRATAÇÃO CERTA / CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA / COM PRAZODETERMINADO	-	-/-
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	1.731/1997	04/06/1997	-	-	-/-
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	1.732/1997	04/06/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.480-31/1997	12/06/1997	Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934

MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997	Decreto-lei	5.452/1943	01/05/1943
MedidaProvisória	1.480-32/1997	11/07/1997	Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946
MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997	Constituição Federal 1988	37/II/1988	10/05/1988
MedidaProvisória	1.480-33/1997	08/08/1997	Lei	8.112/1990	11/12/1990
MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997	Lei	8.745/1993	09/12/1993
MedidaProvisória	1.480-34/1997	09/09/1997	MedidaProvisória	1.368/1996	21/03/1996
MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997	MedidaProvisória	1.411/1996	18/04/1996
MedidaProvisória	1.480-35/1997	09/10/1997	MedidaProvisória	1.458/1996	16/05/1996
Resolução M. Planejamento e Orçamento / Conselho de Coordenação e Controle de Empresas Estatais	14/1997	28/10/1997	MedidaProvisória	1.505/1996	13/06/1996
MedidaProvisória	1.480-36/1997	06/11/1997	MedidaProvisória	1.505-4/1996	11/07/1996
Decreto	2.373/1997	10/11/1997	MedidaProvisória	1.505-5/1996	08/08/1996
MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997	MedidaProvisória	1.505-6/1996	05/09/1996
MedidaProvisória	1.480-37/1997	04/12/1997	MedidaProvisória	1.505-7/1996	02/10/1996
Lei	9.527/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.505-8/1996	31/10/1996
MedidaProvisória	1.480-38/1997	31/12/1997	MedidaProvisória	1.554/1996	18/12/1996
Publicações Diversas	si/mº-0/1998	01/01/1998	MedidaProvisória	1.554-11/1997	16/01/1997
MedidaProvisória	1.480-39/1998	29/01/1998	MedidaProvisória	1.554-12/1997	14/02/1997
MedidaProvisória	1.480-40/1998	27/02/1998	MedidaProvisória	1.554-13/1997	14/03/1997
MedidaProvisória	1.644-41/1998	17/03/1998	MedidaProvisória	1.554-14/1997	15/04/1997
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	956/1998	24/03/1998	MedidaProvisória	1.554-15/1997	15/05/1997
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	682/1998	25/03/1998	MedidaProvisória	1.554-16/1997	12/06/1997
Lei	9.624/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	1.554-17/1997	11/07/1997
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998	MedidaProvisória	1.554-18/1997	08/08/1997
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	293/1998	09/07/1998	MedidaProvisória	1.554-19/1997	09/09/1997
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	2.498/1998	11/08/1998	MedidaProvisória	1.554-20/1997	09/10/1997
Parecer Tribunal Contas União	002.579/96-0	15/09/1998	MedidaProvisória	1.554-21/1997	06/11/1997
Decreto	2.983/1999	05/03/1999	Decreto	2.371/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	1.909-15/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.554-22/1997	04/12/1997
Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União/GQ	196/1999	16/07/1999	MedidaProvisória	1.554-23/1997	04/12/1997
MedidaProvisória	1.909-16/1999	28/07/1999	MedidaProvisória	1.554-24/1998	29/01/1998
MedidaProvisória	1.917/1999	29/07/1999	MedidaProvisória	1.554-25/1998	26/02/1998
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	92/1999	09/08/1999	MedidaProvisória	1.554-26/1998	26/03/1998
Portaria Normativa M. Planejamento e Gestão / Sec. Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999	MedidaProvisória	1.554-27/1998	23/04/1998
MedidaProvisória	1.909-17/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	1.554-28/1998	21/05/1998
MedidaProvisória	1.917-1/1999	27/08/1999	Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
MedidaProvisória	1.909-18/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.672-30/1998	29/06/1998
MedidaProvisória	1.917-2/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.672-31/1998	29/07/1998
Portaria Banco Central do Brasil / Presidente	10.298/1999	06/10/1999	MedidaProvisória	1.672-32/1998	27/08/1998
Parecer Tribunal Contas União	007.252/99-4	13/10/1999	MedidaProvisória	1.672-33/1998	25/09/1998
MedidaProvisória	1.909-19/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	1.672-34/1998	26/10/1998
MedidaProvisória	1.917-3/1999	26/10/1999	MedidaProvisória	1.748-36/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	1.964-21/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.748-37/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	1.970-5/1999	10/12/1999	MedidaProvisória	1.748-38/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.964-22/2000	06/01/2000	MedidaProvisória	1.748-39/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.970-6/2000	11/01/2000	MedidaProvisória	1.748-40/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.970-7/2000	01/02/2000	MedidaProvisória	1.748-41/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.964-23/2000	03/02/2000	MedidaProvisória	1.887-43/1999	29/06/1999
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	41/2000	04/02/2000	MedidaProvisória	1.887-44/1999	28/07/1999
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	3/2000	06/02/2000	MedidaProvisória	1.887-45/1999	27/08/1999
MedidaProvisória	1.964-24/2000	02/03/2000	MedidaProvisória	1.887-46/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.970-8/2000	09/03/2000	Lei	9.849/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.964-25/2000	30/03/2000	Parecer Tribunal Contas União	003.082/95-4	17/05/2000
MedidaProvisória	1.970-9/2000	06/04/2000	Decreto	3.751/2001	15/02/2001
MedidaProvisória	1.964-26/2000	28/04/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.970-10/2000	04/05/2000	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	003.082/95-4	17/05/2000	PESSOAL - CORRELAÇÃO / EQUIPARAÇÃO CARGOS COMISSIONADOS / FUNÇÕES GRATIFICADAS PODER EXECUTIVO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS	-	-/-

PODERES			MedidaProvisória	2.009-2/2000	11/02/2000
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	28/2000	28/02/2000
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	55/1996	03/12/1996	MedidaProvisória	2.000-14/2000	10/03/2000
-	-	-	MedidaProvisória	2.009-3/2000	10/03/2000
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	9/1997	21/05/1997	MedidaProvisória	2.000-15/2000	11/04/2000
-	-	-	MedidaProvisória	2.009-4/2000	11/04/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestao / Ministro	28/2000	28/02/2000	PortariaM.PrevidenciaeAssistenciaSocial/Ministro	5.302/2000	28/04/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.000-16/2000	11/05/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.009-5/2000	11/05/2000
PESSOAL - DEMAIS GRATIFICAÇÕES (DAI/DAS/DI/FG, ETC)	-	-/-	MedidaProvisória	2.039-18/2000	28/06/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	2.041-7/2000	28/06/2000
Lei	2.395/1955	11/01/1955	MedidaProvisória	2.048-26/2000	29/06/2000
Lei	3.521/1959	02/01/1959	MedidaProvisória	2.039-19/2000	28/07/2000
Decreto-lei	900/1969	29/09/1969	MedidaProvisória	2.041-8/2000	28/07/2000
Decreto	71.235/1972	10/10/1972	MedidaProvisória	2.048-27/2000	28/07/2000
Lei	5.843/1972	06/12/1972	Portaria M. PrevidenciaeAssistenciaSocial/Ministro	7.409/2000	01/08/2000
Decreto-lei	1.341/1974	22/08/1974	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Recursos Humanos / Secretário	1.267/2000	01/08/2000
Decreto-lei	2.191/1984	26/12/1984	MedidaProvisória	2.039-20/2000	25/08/2000
Decreto-lei	2.200/1984	26/12/1984	MedidaProvisória	2.041-9/2000	25/08/2000
Decreto-lei	2.249/1985	25/02/1985	MedidaProvisória	2.048-28/2000	28/08/2000
Decreto	95.689/1986	29/01/1986	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestao / Secret. Recursos Humanos / Secretário	1.266/2000	01/09/2000
Constituição Federal 1988	40/1988	05/10/1988	Parecer Tribunal Contas União	015.032/1999-0	13/09/2000
MedidaProvisória	104/1989	13/11/1989	MedidaProvisória	2.041-10/2000	22/09/2000
Lei	7.912/1989	07/12/1989	MedidaProvisória	2.039-21/2000	26/09/2000
Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	19/1990	06/06/1990	MedidaProvisória	2.048-29/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	209/1990	21/08/1990	MedidaProvisória	2.041-11/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	228/1990	21/09/1990	Decreto	3.642/2000	25/10/2000
MedidaProvisória	251/1990	24/10/1990	MedidaProvisória	2.039-22/2000	26/10/2000
Lei	8.112/1990	11/12/1990	MedidaProvisória	2.048-30/2000	26/10/2000
Lei	8.168/1991	16/01/1991	MedidaProvisória	2.039-23/2000	23/11/2000
Lei	8.216/1991	13/08/1991	MedidaProvisória	2.048-31/2000	23/11/2000
Lei	8.460/1992	17/12/1992	MedidaProvisória	2.134-25/2000	28/12/2000
Lei	8.622/1993	19/01/1993	MedidaProvisória	2.134-26/2001	26/01/2001
Lei	8.911/1994	11/07/1994	MedidaProvisória	2.136-33/2000	28/12/2000
Ofício-Circ. PR/Secret. Administ. Federal/ Secretário de Recursos Humanos / Secretário	42/1994	30/08/1994	MedidaProvisória	2.134-26/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	831/1995	18/01/1995	MedidaProvisória	2.136-34/2001	26/01/2001
Parecer Tribunal Contas União	008.471/94-0	24/01/1995	MedidaProvisória	2.134-27/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	866/1995	27/01/1995	MedidaProvisória	2.136-35/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	892/1995	16/02/1995	Norma Execução MF/Secretaria Federal Controle	1/2001	30/03/2001
MedidaProvisória	939/1995	16/03/1995	MedidaProvisória	2.146-1/2001	04/05/2001
Parecer Tribunal Contas União	019.381/93-0	28/03/1995	-	-	-/-
MedidaProvisória	968/1995	12/04/1995	-	-	-/-
Parecer M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Consultoria Jurídica	131/1995	02/05/1995	PESSOAL - DEMAIS LICENÇAS	-	-/-
MedidaProvisória	993/1995	11/05/1995	-	-	-/-
Decreto	1.515/1995	06/06/1995	Decreto - Poder Legislativo	2.756/1913	10/01/1913
MedidaProvisória	1.019/1995	08/06/1995	Decreto	11.447/1915	20/01/1915
MedidaProvisória	1.042/1995	29/06/1995	Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937
MedidaProvisória	1.068/1995	29/07/1995	Lei	8.112/1990	11/12/1990
MedidaProvisória	1.095/1995	25/08/1995	MedidaProvisória	1.522/1996	11/10/1996
MedidaProvisória	1.127/1995	26/09/1995	Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	12/1996	17/10/1996
MedidaProvisória	1.160/1995	26/10/1995	MedidaProvisória	1.522-1/1996	12/11/1996
MedidaProvisória	1.176/1995	27/10/1995	MedidaProvisória	1.522-2/1996	12/12/1996
MedidaProvisória	1.195/1995	24/11/1995	MedidaProvisória	1.522-3/1997	09/01/1997
MedidaProvisória	1.231/1995	14/12/1995	MedidaProvisória	1.522-4/1997	05/02/1997
MedidaProvisória	1.268/1996	12/01/1996	MedidaProvisória	1.522-5/1997	06/03/1997
MedidaProvisória	1.307/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997

MedidaProvisória	1.321/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997
MedidaProvisória	1.347/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
MedidaProvisória	1.361/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
MedidaProvisória	1.480-19/1996	01/04/1996	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
MedidaProvisória	1.389/1996	11/04/1996	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
MedidaProvisória	1.432/1996	09/05/1996	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	1.480/1996	05/06/1996	Lei	9.527/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.480-20/1996	01/08/1996	Parecer Presidência República/Advocacia Geral da União/GQ	151/1998	20/05/1998
MedidaProvisória	1.480-22/1996	26/09/1996	Decreto	2.794/1998	01/10/1998
Decreto	01/10/1996	01/10/1996	MedidaProvisória	1.909-15/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.522/1996	11/10/1996	MedidaProvisória	1.909-16/1999	28/07/1999
MedidaProvisória	1.480-23/1996	24/10/1996	MedidaProvisória	1.917/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.522-1/1996	12/11/1996	Portaria Normativa M. Planej <sup>o</sup> Orçat <sup>o</sup> e Gestã <sup>o</sup> /Sec. Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
MedidaProvisória	1.480-24/1996	22/11/1996	MedidaProvisória	1.909-17/1999	27/08/1999
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	55/1996	03/12/1996	MedidaProvisória	1.917-1/1999	27/08/1999
MedidaProvisória	1.522-2/1996	12/12/1996	Decreto	000/20.09.1999	17/09/1999
MedidaProvisória	1.480-25/1996	19/12/1996	MedidaProvisória	1.909-18/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.522-3/1997	09/01/1997	MedidaProvisória	1.917-2/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.480-26/1997	17/01/1997	MedidaProvisória	1.909-19/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.522-4/1997	05/02/1997	MedidaProvisória	1.917-3/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.480-27/1997	14/02/1997	MedidaProvisória	1.964-21/1999	09/12/1999
MedidaProvisória	1.522-5/1997	06/03/1997	MedidaProvisória	1.970-5/1999	10/12/1999
MedidaProvisória	1.480-28/1997	14/03/1997	MedidaProvisória	1.964-22/2000	06/01/2000
MedidaProvisória	1.480-29/1997	15/04/1997	MedidaProvisória	1.970-6/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997	MedidaProvisória	1.970-7/2000	01/02/2000
MedidaProvisória	1.480-30/1997	15/05/1997	MedidaProvisória	1.964-23/2000	03/02/2000
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	9/1997	21/05/1997	MedidaProvisória	1.964-24/2000	02/03/2000
MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997	MedidaProvisória	1.970-8/2000	09/03/2000
MedidaProvisória	1.480-31/1997	12/06/1997	MedidaProvisória	1.964-25/2000	30/03/2000
MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997	MedidaProvisória	1.970-9/2000	06/04/2000
MedidaProvisória	1.480-32/1997	11/07/1997	MedidaProvisória	1.964-26/2000	28/04/2000
MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997	MedidaProvisória	1.970-10/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	1.480-33/1997	08/08/1997	MedidaProvisória	1.964-27/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997	MedidaProvisória	1.970-11/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	1.480-34/1997	09/09/1997	MedidaProvisória	1.964-28/2000	27/06/2000
MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997	MedidaProvisória	1.970-12/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.480-35/1997	09/10/1997	MedidaProvisória	1.964-29/2000	27/07/2000
MedidaProvisória	1.480-36/1997	06/11/1997	MedidaProvisória	1.970-13/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997	MedidaProvisória	1.964-30/2000	25/08/2000
Lei	9.527/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.970-14/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	1.480-38/1997	31/12/1997	MedidaProvisória	1.964-31/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	1.480-39/1998	29/01/1998	MedidaProvisória	1.970-15/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.480-40/1998	27/02/1998	MedidaProvisória	1.964-32/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.644-41/1998	17/03/1998	MedidaProvisória	1.970-16/2000	26/10/2000
Parecer Presidência República/Advocacia Geral da União/GQ	146/1998	30/03/1998	MedidaProvisória	1.964-33/2000	23/11/2000
Lei	9.624/1998	02/04/1998	MedidaProvisória	1.970-17/2000	23/11/2000
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998	MedidaProvisória	2.088-35/2000	27/12/2000
Parecer Tribunal Contas União	000.740/96-9	27/10/1998	MedidaProvisória	2.092-19/2000	27/12/2000
Portaria Banco Central do Brasil / Presidente	7.966/1998	07/12/1998	MedidaProvisória	2.092-20/2001	25/01/2001
Lei	9.775/1998	21/12/1998	MedidaProvisória	2.088-36/2001	26/01/2001
Parecer Tribunal Contas União	018.971/96-2	12/05/1999	MedidaProvisória	2.092-21/2001	22/02/2001
Decreto	3.134/1999	10/08/1999	MedidaProvisória	2.092-22/2001	22/03/2001
MedidaProvisória	2.009/1999	14/12/1999	MedidaProvisória	2.092-23/2001	19/04/2001
MedidaProvisória	2.009-1/2000	13/01/2000	MedidaProvisória	2.092-24/2001	17/05/2001
-	-	-	MedidaProvisória	2.174-26/2001	28/06/2001
-	-	-	-	-	-/-
-	-	-	-	-	-/-

PESSOAL - DEMISSAO/EXONERACAO	-	-/-	Lei	8.911/1994	11/07/1994
-	-	-/-	Lei	9.030/1995	13/03/1995
Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937	Lei	9.527/1997	10/12/1997
Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946	Lei	9.624/1998	02/04/1998
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Lei	9.640/1998	25/05/1998
Decreto	347/1991	21/11/1991	Subsídios para documentos Oficiais	s/nº-1/2000	01/01/2000
MedidaProvisória	1.522/1996	11/10/1996	MedidaProvisória	2.048-26/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.522-1/1996	12/11/1996	MedidaProvisória	2.048-27/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.522-2/1996	12/12/1996	MedidaProvisória	2.048-28/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	1.522-3/1997	09/01/1997	MedidaProvisória	2.048-29/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.522-4/1997	05/02/1997	MedidaProvisória	2.048-30/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.522-5/1997	06/03/1997	Parecer Tribunal Contas União	037.689/1981-9	09/11/2000
MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997	Parecer Tribunal Contas União	425.090/1993-0	21/11/2000
MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997	MedidaProvisória	2.048-31/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997	Parecer Tribunal Contas União	003.140/1981-4	23/11/2000
MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997	ParecerPresidênciaRepública/AdvocaciaGeraldaUnião/GM	013/2000	11/12/2000
MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997	MedidaProvisória	2.136-33/2000	28/12/2000
MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997	MedidaProvisória	2.136-34/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997	MedidaProvisória	2.136-35/2001	23/02/2001
Lei	9.527/1997	10/12/1997	Parecer Tribunal Contas União	350.013/1989-6	06/03/2001
ParecerPresidênciaRepública/AdvocaciaGeraldaUnião/GU	207/1999	14/12/1999	ParecerM.Planejato,OrçatºGestao/ConsultoriaJuridica	0333-2.6/2001	29/03/2001
-	-	-/-	Ofício-Circ.M.Planejato,OrçatºeGestão/Secret.RecursosHumanos/Secretário	17/2001	11/04/2001
-	-	-/-	Ofício-Circ.M.Planejato,OrçatºeGestão/Secret.RecursosHumanos/Secretário	19/2001	23/04/2001
PESSOAL - DIARIAS/AJUJADE CUSTO/TRANSPORTE/AUXILIO MORADIA	-	-/-	-	-	-/-
-	-	-/-	-	-	-/-
Decreto	133/1890	10/01/1890	PESSOAL - GRATIFICAÇOES	-	-/-
Decreto	9.283/1911	30/12/1911	(CARREIRAS)/GDP,GDD,GDC,GDCI,GDI,GAF,GP,GDAF,GDACTA,GDATM,GCG	-	-/-
Lei	4.742/1923	30/09/1923	-	-	-/-
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	5.758/1930	18/06/1930	-	-	-/-
Lei	4.019/1961	20/12/1961	Decreto	59.835/1966	21/12/1966
Decreto	99.632/1990	19/10/1990	Decreto-lei	1.709/1979	31/10/1979
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Decreto-lei	2.121/1984	16/05/1984
Decreto	343/1991	19/11/1991	Decreto-lei	2.123/1984	05/06/1984
Decreto	1.445/1995	05/04/1995	Decreto-lei	2.333/1987	11/06/1987
Decreto	1.656/1995	03/10/1995	Decreto	96.774/1988	26/09/1988
Decreto	1.659/1995	05/10/1995	Decreto	98.967/1990	21/02/1990
Decreto	1.840/1996	20/03/1996	Lei	8.216/1991	13/08/1991
Memorando M. Planejato Orçatº/Secret.Orçatº Federal/Coord.Geral Normas	06/1996	02/05/1996	Lei	8.270/1991	17/12/1991
Nota M. Planejato e Orçatº/Secret.Orçatº Federal/Coord.Geral Normas	32/1996	10/10/1996	Lei/Delegada	13/1992	27/08/1992
MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997	Lei	8.477/1992	29/10/1992
MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997	Lei	8.538/1992	21/12/1992
MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997	Lei	8.676/1993	13/07/1993
MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997	MedidaProvisória	745/1994	02/12/1994
MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997	MedidaProvisória	804/1994	30/12/1994
MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997	MedidaProvisória	867/1995	27/01/1995
MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997	MedidaProvisória	920/1995	24/02/1995
Lei	9.527/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	957/1995	30/03/1995
Decreto	2.809/1998	22/10/1998	MedidaProvisória	982/1995	28/04/1995
Portaria Normativa M. Orçatº e Gestão/Secret. Estado Admin. Patrim./Sec. Rec. Humanos	3/1999	03/03/1999	Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Administração Federal e Reforma Estado	156/1995	03/05/1995
Decreto	3.061/1999	14/05/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle / Secretário	404/1995	12/05/1995
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	52/1999	12/08/1999	MedidaProvisória	1.014/1995	26/05/1995
Decreto	3.255/1999	19/11/1999	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	15/1995	26/05/1995
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	172/1999	30/12/1999	Instrução Normativa M. Planejato e Orçatº/Instituto de Planejato Econômico Social	01/1995	26/05/1995
Parecer Tribunal Contas União	475.107/98-5	27/07/2000	Portaria Presidência República/Secretaria-Geral/Secret. Controle Interno	005/1995	26/05/1995
Decreto	3.643/2000	26/10/2000	Instrução Normativa Instituto Planejato Econômico Social	1/1995	26/05/1995
Parecer Tribunal Contas União	002.849/94-1	05/12/2000	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	18/1995	05/06/1995
			Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle / Secretário	512/1995	07/06/1995

-	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle / Secretário	513/1995	07/06/1995
-	-	-/-	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	141/1995	16/06/1995
PESSOAL - ESTAGIO NO SERVICIO PÚBLICO	-	-/-	Nota M. Planejato e Orçatº / Secret. Orçatº Federal / Coord. Geral Normas / Depart. Proq. e Normas	22/1995	20/06/1995
-	-	-/-	Memorando M. Planejato Orçatº/Secret.Orçatº Federal/Coord.Geral Normas	22/1995	20/06/1995
Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	5/1997	25/04/1997	MedidaProvisória	1.037/1995	27/06/1995
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	8/2001	23/01/2001	Portaria Interministerial M. Relações Exteriores / M. Administração Federal e Reforma Estado	14/1995	14/07/1995
Parecer Tribunal Contas União	014.927/1999-3	13/03/2001	MedidaProvisória	1.062/1995	27/07/1995
Parecer Tribunal Contas União	017.536/1993-6	31/05/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	170/1995	27/07/1995
Parecer Tribunal Contas União	017.896/1993-2	31/05/2001	Portaria Presidência República/Secretaria-Geral/Secret. Controle Interno	007/1995	21/08/1995
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.089/1995	25/08/1995
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.121/1995	22/09/1995
PESSOAL - FERIAS	-	-/-	Quadros	s/nº/1995	01/10/1995
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.153/1995	24/10/1995
Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	89/1995	30/10/1995
Constituição Federal 1988	7/1988	05/10/1988	MedidaProvisória	1.225/1995	14/12/1995
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Parecer Tribunal Contas União	016.625/92-7	22/12/1995
Lei	8.216/1991	13/08/1991	MedidaProvisória	1.262/1996	12/01/1996
Memorando Circular PR/Sec.Planejamento/Secret.Orçatº Federal/Coord.Geral Normas / Dep P. Normas	02/1994	16/02/1994	MedidaProvisória	1.301/1996	09/02/1996
Ofício-Circ. Conj. PR/Sec. Administ. Federal/SRHe PR/Sec. Planejato e Coord /Secret.Orçatº Federal	56/1994	16/11/1994	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. Planejamento e Avaliação	4/1996	29/02/1996
Parecer M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Consultoria Jurídica	121/1995	19/04/1995	MedidaProvisória	1.341/1996	12/03/1996
Parecer Tribunal Contas União	399.016/94-5	07/11/1995	Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle / Secretário	161/1996	28/03/1996
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	62/1995	30/11/1995	MedidaProvisória	1.383/1996	11/04/1996
Ofício-Circ. Conj. M. Administ. E Reforma do Estado e M. Planejamento e Orçamento	68/1995	08/12/1995	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	2/1996	29/04/1996
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	70/1995	12/12/1995	MedidaProvisória	1.449/1996	10/05/1996
Mensagem Presidente República	1.130/1996	04/11/1996	MedidaProvisória	1.497/1996	07/06/1996
MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997	MedidaProvisória	1.497-20/1996	09/07/1996
MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997	MedidaProvisória	1.497-21/1996	08/08/1996
MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997	Portaria M. Fazenda / Ministro	203/1996	19/08/1996
MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997	Nota M. Planejato e Orçatº/Secret.Orçatº Federal/Secretário	s/n.º/1996	01/09/1996
MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997	MedidaProvisória	1.497-22/1996	05/09/1996
MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997	Decreto	2.017/1996	01/10/1996
MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997	MedidaProvisória	1.497-23/1996	02/10/1996
Lei	9.525/1997	03/12/1997	MedidaProvisória	1.497-24/1996	31/10/1996
Lei	9.527/1997	10/12/1997	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	21/1996	05/11/1996
Portaria Normativa M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secretaria Recursos Humanos	2/1998	14/10/1998	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	22/1996	11/11/1996
Parecer Tribunal Contas União	005.751/98-5	09/12/1998	Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle / Secretário	1.124/1996	28/11/1996
Parecer Tribunal Contas União	700.502/95-5	27/05/1999	MedidaProvisória	1.497-25/1996	29/11/1996
Decreto	000/28.07.1999	27/07/1999	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	55/1996	03/12/1996
Despacho M. Fazenda / Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional / Procurador-Geral	s/nº/1999	03/08/1999	MedidaProvisória	1.548/1996	18/12/1996
Decreto	000/20.09.1999	17/09/1999	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. Planejamento e Avaliação	5/1996	23/12/1996
Parecer M. Planejato, Orçatº/Gestão/Consultoria Jurídica	0138-2.9/2001	12/02/2001	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. Planejamento e Avaliação	1/1997	07/01/1997
Parecer Tribunal Contas União	001.745/1997-2	14/02/2001	MedidaProvisória	1.548-27/1997	16/01/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.548-28/1997	13/02/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.548-29/1997	13/03/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.548-30/1997	11/04/1997
PESSOAL - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO	-	-/-	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	5/1997	29/04/1997
-	-	-/-	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	6/1997	05/05/1997
Lei	8.112/1990	11/12/1990	MedidaProvisória	1.548-31/1997	09/05/1997
Lei Delegada	13/1992	27/08/1992	Portaria M. Fazenda / Ministro	108/1997	15/05/1997
Lei	8.538/1992	21/12/1992	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	9/1997	21/05/1997
Lei	8.622/1993	19/01/1993	MedidaProvisória	1.548-32/1997	10/06/1997
			MedidaProvisória	1.548-33/1997	10/07/1997
			MedidaProvisória	1.548-34/1997	07/08/1997

Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. Planejamento e Avaliação	5/1997	28/08/1997	Medida Provisória	2.112-87/2000	27/12/2000
Medida Provisória	1.548-35/1997	04/09/1997	Medida Provisória	2.136-33/2000	28/12/2000
Medida Provisória	1.587-1/1997	12/09/1997	Medida Provisória	2.093-21/2001	25/01/2001
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	29/1997	26/09/1997	Medida Provisória	2.112-88/2001	26/01/2001
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	30/1997	26/09/1997	Medida Provisória	2.136-34/2001	26/01/2001
Medida Provisória	1.548-36/1997	02/10/1997	Lei	10.180/2001	06/02/2001
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	34/1997	03/10/1997	Lei	10.187/2001	12/02/2001
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	18/1997	17/10/1997	Medida Provisória	2.093-22/2001	22/02/2001
Medida Provisória	1.548-37/1997	30/10/1997	Medida Provisória	2.136-35/2001	23/02/2001
Medida Provisória	1.624-38/1997	12/12/1997	Decreto	3.762/2001	05/03/2001
Medida Provisória	1.625-39/1997	12/12/1997	Portaria M. Fazenda / Ministro	69/2001	07/03/2001
Orientação Consultiva M. Administ. Fed. Reforma Estado / Sec. Recursos Humanos / Depart. Normas	028/1997	18/12/1997	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	66/2001	07/03/2001
Medida Provisória	1.625-40/1998	13/01/1998	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	50/2001	15/03/2001
Medida Provisória	1.625-41/1998	12/02/1998	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Executiva	171/2001	16/03/2001
Medida Provisória	1.625-42/1998	13/03/1998	ASSECOR - cartas, informes, orientações, questionamentos...	sn/2001	16/03/2001
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	6/1998	27/03/1998	Medida Provisória	2.093-23/2001	22/03/2001
Lei	9.620/1998	02/04/1998	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Executiva	193/2001	29/03/2001
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	11/1998	03/04/1998	Medida Provisória	2.093-24/2001	19/04/2001
Lei	9.625/1998	07/04/1998	Medida Provisória	2.093-25/2001	17/05/2001
Mensagem Presidente República	408/1998	07/04/1998	Medida Provisória	2.175-27/2001	28/06/2001
Lei	9.638/1998	20/05/1998	-	-/-	-
Lei	9.641/1998	25/05/1998	-	-/-	-
Lei	9.647/1998	26/05/1998	-	-/-	-
Lei	9.651/1998	27/05/1998	-	-/-	-
Lei	9.657/1998	03/06/1998	PESSOAL - JORNADA DE TRABALHO/HORARIO DE FUNCIONAMENTO DOS MINISTÉRIOS	-	-/-
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	293/1998	09/07/1998	-	-/-	-
Decreto	2.665/1998	10/07/1998	Lei	8.112/1990	11/12/1990
Portaria Interministerial M. Planejamento e Orçamento / M. Adm. Fed. Reforma Estado / M. Fazenda	29/1998	31/07/1998	Lei	8.270/1991	17/12/1991
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	44/1998	30/09/1998	Decreto	1.590/1995	10/08/1995
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Secret. de Orçamento Federal / Secretário	46/1998	01/10/1998	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	2.561/1995	16/08/1995
Subsídios para documentos Oficiais	snº	09/10/1998	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	2.609/1995	21/08/1995
Portaria Interministerial Presidência República / Casa Militar / M. Administração Federal e Reforma do Estado	42/1998	15/12/1998	Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	140/1995	08/09/1995
Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	3.472/1998	16/12/1998	Portaria Presidência República / Secretaria-Geral	1001/1995	08/09/1995
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle / Secretário	11/1999	25/01/1999	Portaria Presidência República / Vice-Presidência	80/1995	08/09/1995
Portaria M. Orçamento e Gestão / Secretaria Executiva	163/1999	16/04/1999	Portaria Presidência República / Advocacia Geral da União	636/1995	11/09/1995
Portaria M. Orçamento e Gestão / Secret. Administração e do Patrimônio da União	45/1999	24/06/1999	Portaria Conjunta Presidência da República / Casa Militar / M. Fazenda	139/1995	29/09/1995
Medida Provisória	1.893-67/1999	29/06/1999	Decreto	1.867/1996	17/04/1996
Medida Provisória	1.915/1999	29/06/1999	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	12/1996	18/04/1996
Portaria Banco Central do Brasil / Presidente	9.569/1999	29/06/1999	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Executiva / Secretário	003/1996	23/04/1996
Parecer Tribunal Contas União	006.069/96-7	16/07/1999	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Secretaria Executiva	4.139/1997	30/12/1997
Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	195/1999	27/07/1999	Portaria M. Orçamento e Gestão / Secret. Administração e do Patrimônio da União	182/1999	25/02/1999
Medida Provisória	1.893-68/1999	28/07/1999	Medida Provisória	1.917/1999	29/07/1999
Medida Provisória	1.915-1/1999	29/07/1999	Portaria Normativa M. Planej. Orçatº e Gestº / Sec. Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Medida Provisória	1.893-69/1999	27/08/1999	Medida Provisória	1.917-1/1999	27/08/1999
Medida Provisória	1.915-2/1999	27/08/1999	Medida Provisória	1.917-2/1999	24/09/1999
Medida Provisória	1.893-70/1999	24/09/1999	Medida Provisória	1.917-3/1999	26/10/1999
Medida Provisória	1.915-3/1999	24/09/1999	Medida Provisória	1.970-5/1999	10/12/1999
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	17/1999	30/09/1999	Medida Provisória	1.970-6/2000	11/01/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	018/1999	07/10/1999	Medida Provisória	1.970-7/2000	01/02/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	441/1999	25/10/1999	Medida Provisória	1.970-8/2000	09/03/2000
Medida Provisória	1.893-71/1999	26/10/1999	Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
			Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
			Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
			Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000

Medida Provisória	1.915-4/1999	26/10/1999	Medida Provisória	1.970-13/2000	28/07/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Executiva	926/1999	04/11/1999	Medida Provisória	1.970-14/2000	28/08/2000
Medida Provisória	1.971-6/1999	10/12/1999	Medida Provisória	1.970-15/2000	27/09/2000
Medida Provisória	1.995-73/1999	14/12/1999	Medida Provisória	1.970-16/2000	26/10/2000
Publicações Diversas	snº/1999	15/12/1999	Medida Provisória	1.970-17/2000	23/11/2000
Lei	9.953/2000	04/01/2000	Medida Provisória	2.092-19/2000	27/12/2000
Medida Provisória	1.971-7/2000	11/01/2000	Medida Provisória	2.092-20/2001	25/01/2001
Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	212/2000	11/01/2000	Medida Provisória	2.092-21/2001	22/02/2001
Medida Provisória	1.995-74/2000	13/01/2000	Medida Provisória	2.092-22/2001	22/03/2001
Medida Provisória	1.971-8/2000	10/02/2000	Medida Provisória	2.092-23/2001	19/04/2001
Medida Provisória	1.995-75/2000	11/02/2000	Medida Provisória	2.092-24/2001	17/05/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	28/2000	28/02/2000	Decreto	3.820/2001	22/05/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Planejamento e Investimentos Estratégicos	1/2000	29/02/2000	Medida Provisória	2.174-26/2001	28/06/2001
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	29/2000	01/03/2000	-	-/-	-
Medida Provisória	1.971-9/2000	09/03/2000	-	-/-	-
Medida Provisória	1.995-76/2000	10/03/2000	-	-/-	-
Decreto	3.390/2000	23/03/2000	PESSOAL - LICENÇA-PRÊMIO	-	-/-
Medida Provisória	2.020/2000	24/03/2000	Decreto	11.447/1915	20/01/1915
Portaria M. Fazenda / Secret. Federal de Controle / Secretário	415/2000	31/03/2000	Lei	5.413/1968	10/04/1968
Medida Provisória	1.971-10/2000	06/04/2000	Lei	8.112/1990	11/12/1990
Medida Provisória	1.995-77/2000	11/04/2000	Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União	106/1992	14/10/1992
Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal	625/2000	12/04/2000	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	69/1995	12/12/1995
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	001/2000	14/04/2000	Medida Provisória	1.522/1996	11/10/1996
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Executiva	236/2000	28/04/2000	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	43/1996	17/10/1996
Medida Provisória	1.971-11/2000	04/05/2000	Medida Provisória	1.522-1/1996	12/11/1996
Medida Provisória	1.995-78/2000	11/05/2000	Medida Provisória	1.522-2/1996	12/12/1996
Medida Provisória	1.971-12/2000	01/06/2000	Medida Provisória	1.522-3/1997	09/01/1997
Decisão o Tribunal de Contas da União / Plenário	463/2000	07/06/2000	Medida Provisória	1.522-4/1997	05/02/1997
Medida Provisória	2.036-80/2000	27/06/2000	Medida Provisória	1.522-5/1997	06/03/1997
Medida Provisória	1.971-13/2000	29/06/2000	Medida Provisória	1.573-7/1997	02/05/1997
Medida Provisória	2.048-26/2000	29/06/2000	Medida Provisória	1.573-8/1997	03/06/1997
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	37/2000	21/07/2000	Medida Provisória	1.573-9/1997	03/07/1997
Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	38/2000	21/07/2000	Medida Provisória	1.573-10/1997	31/07/1997
Medida Provisória	2.036-81/2000	27/07/2000	Medida Provisória	1.573-11/1997	29/08/1997
Decreto	3.527/2000	28/07/2000	Medida Provisória	1.573-12/1997	26/09/1997
Medida Provisória	1.971-14/2000	28/07/2000	Medida Provisória	1.595-14/1997	10/11/1997
Medida Provisória	2.048-27/2000	28/07/2000	Lei	9.527/1997	10/12/1997
Medida Provisória	2.036-82/2000	25/08/2000	Acórdão STF	196260/1998	17/11/1998
Medida Provisória	1.971-15/2000	28/08/2000	Emenda Constitucional	20/1998	15/12/1998
Medida Provisória	2.048-28/2000	28/08/2000	Instrução Normativa M. Orçatº e Gestº / Secret. Estado Administ. Patrimônio	5/1999	28/04/1999
Decreto	3.589/2000	06/09/2000	Resolução Senado Federal	35/1999	02/09/1999
Decreto	3.590/2000	06/09/2000	Parecer Tribunal Contas União	927.740/98-2	05/04/2000
Decreto	3.591/2000	06/09/2000	Decisão Tribunal de Contas da União / Plenário	254/2000	05/04/2000
Medida Provisória	2.036-83/2000	22/09/2000	Processo IRPF / M. Fazenda	10660.000151/99	09/06/2000
Decreto	3.610/2000	27/09/2000	Nota Técnica M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secretaria Recursos Humanos / Coordenação Geral Estudos e Elaboração Normas	07/2000	19/06/2000
Medida Provisória	1.971-16/2000	27/09/2000	Parecer M. Planejatº, Orçatº e Gestº / Consultoria Jurídica	2.721/2000	13/10/2000
Medida Provisória	2.048-29/2000	27/09/2000	Instrução Normativa Presidência República / Advocacia Geral da União	10/2000	23/10/2000
Parecer Tribunal Contas União	001.572/2000-1	27/09/2000	Parecer M. Planejatº, Orçatº e Gestº / Consultoria Jurídica	0138-2.9/2001	12/02/2001
Medida Provisória	2.036-84/2000	24/10/2000	Portaria Normativa M. Orçatº e Gestº / Secret. Estado Admin. Patrim. / Sec. Rec. Humanos	1/2001	16/03/2001
Medida Provisória	1.971-17/2000	26/10/2000	Comunicação M. Planejatº, Orçatº e Gestº / Sec. Recursos Humanos	snº-028.03.20	28/03/2001
Medida Provisória	2.048-30/2000	26/10/2000	-	-	-/-
Medida Provisória	1.971-18/2000	23/11/2000	-	-	-/-
Medida Provisória	2.036-85/2000	23/11/2000	-	-	-/-
Medida Provisória	2.048-31/2000	23/11/2000	PESSOAL - PARALISAÇÃO DE SERVIDORES/GREVES	-	-/-
Medida Provisória	2.093-20/2000	27/12/2000			

-	-	-/-	MedidaProvisória	1.579-23/1998	27/07/1998
Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937	MedidaProvisória	1.579-24/1998	25/08/1998
Decreto	1.480/1995	03/05/2000	Parecer M. Fazenda /Procur.- Geral Fazenda Nacional/Coord.-Geral Repres.Judicial	1.278/1998	31/08/1998
Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão/ Secret. Recursos Humanos/Secretário	11/2000	11/05/2000	Fazenda Nacional		
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.579-25/1998	24/09/1998
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.579-26/1998	22/10/1998
PESSOAL - PARTICIPAÇÃO DE COMISSÃO DE CONSELHOS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS/ ENTIDADES SOB CONTROLE DA UNIÃO	-	-/-	MedidaProvisória	1.579-27/1998	19/11/1998
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.735-28/1998	14/12/1998
Constituição Federal 1988	37/1988	05/10/1988	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Tesouro Nacional/Secretário	165/1998	31/12/1998
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Instrução Normativa M. Fazenda/Secretaria Receita Federal	1.735-29/1999	13/01/1999
Parecer Tribunal Contas União	019.553/90-0	13/04/1993	MedidaProvisória	4/1999	13/01/1999
Decreto	1.648/1995	27/09/1995	MedidaProvisória	1.735-30/1999	11/02/1999
Decreto	1.957/1996	12/07/1996	MedidaProvisória	1.735-31/1999	11/03/1999
Lei	9.292/1996	12/07/1996	MedidaProvisória	1.735-32/1999	08/04/1999
Decreto	2.029/1996	11/10/1996	MedidaProvisória	1.735-33/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.794-8/1998	31/12/1998	MedidaProvisória	1.837-35/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.794-9/1999	28/01/1999	MedidaProvisória	1.837-36/1999	27/07/1999
MedidaProvisória	1.794-10/1999	25/02/1999	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	44/1999	27/07/1999
MedidaProvisória	1.794-11/1999	25/03/1999	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	45/1999	27/07/1999
MedidaProvisória	1.794-12/1999	22/04/1999	MedidaProvisória	1.917/1999	29/07/1999
MedidaProvisória	1.794-13/1999	20/05/1999	Portaria Normativa M. Planejatº Orçatº e Gestão/Sec. Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
MedidaProvisória	1.909-15/1999	29/06/1999	MedidaProvisória	1.837-37/1999	25/08/1999
MedidaProvisória	1.909-16/1999	28/07/1999	MedidaProvisória	1.917-1/1999	27/08/1999
MedidaProvisória	1.909-17/1999	27/08/1999	MedidaProvisória	1.837-38/1999	22/09/1999
MedidaProvisória	1.909-18/1999	24/09/1999	MedidaProvisória	1.917-2/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	1.909-19/1999	26/10/1999	Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	438/1999	08/10/1999
MedidaProvisória	1.964-21/1999	09/12/1999	MedidaProvisória	1.837-39/1999	21/10/1999
MedidaProvisória	1.964-22/2000	06/01/2000	Decreto	1.917-3/1999	26/10/1999
MedidaProvisória	1.964-23/2000	03/02/2000	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	3.235/1999	09/11/1999
MedidaProvisória	1.964-24/2000	02/03/2000	Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal	70/1999	23/11/1999
MedidaProvisória	1.964-25/2000	30/03/2000	Ato Declaratório M. Fazenda /Secret. Receita Federal	095/1999	26/11/1999
MedidaProvisória	1.964-26/2000	28/04/2000	MedidaProvisória	096/1999	26/11/1999
MedidaProvisória	1.964-27/2000	26/05/2000	MedidaProvisória	1.970-5/1999	10/12/1999
MedidaProvisória	1.964-28/2000	27/06/2000	MedidaProvisória	1.970-6/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	1.964-29/2000	27/07/2000	MedidaProvisória	1.970-7/2000	01/02/2000
MedidaProvisória	1.964-30/2000	25/08/2000	MedidaProvisória	1.970-8/2000	09/03/2000
MedidaProvisória	1.964-31/2000	22/09/2000	MedidaProvisória	2.017-2/2000	16/03/2000
MedidaProvisória	1.964-32/2000	24/10/2000	MedidaProvisória	1.970-9/2000	06/04/2000
MedidaProvisória	1.964-33/2000	23/11/2000	Processo IRPF / M. Fazenda	10510.000646/99	13/04/2000
MedidaProvisória	2.088-35/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	1.970-10/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	2.088-36/2001	26/01/2001	Recomendação Comissão de Controle e Gestão Fiscal	22/2000	30/05/2000
MedidaProvisória	2.088-37/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	1.970-11/2000	01/06/2000
MedidaProvisória	2.088-38/2001	27/03/2001	Processo IRPF / M. Fazenda	10980.004477/99	06/06/2000
MedidaProvisória	2.088-39/2001	26/04/2001	Decreto	3.503/2000	12/06/2000
MedidaProvisória	2.088-40/2001	24/05/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Recursos Humanos / Secretário	997/2000	13/06/2000
MedidaProvisória	2.171-42/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.970-12/2000	29/06/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.970-13/2000	28/07/2000
-	-	-/-	Processo IRPF / M. Fazenda	10980.002796/99	15/08/2000
PESSOAL - PLANOS ECONÔMICOS ( SENTENÇAS JUDICIAIS )	-	-/-	MedidaProvisória	1.970-14/2000	28/08/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.970-15/2000	27/09/2000
Decreto-lei	2.335/1987	12/06/1987	MedidaProvisória	1.970-16/2000	26/10/2000
Decreto-lei	2.336/1987	15/06/1987	MedidaProvisória	1.970-17/2000	23/11/2000
Decreto-lei	2.425/1988	07/04/1988	Processo IRPF / M. Fazenda	10845.000998/99	05/12/2000
MedidaProvisória	32/1989	15/01/1989	MedidaProvisória	2.092-19/2000	27/12/2000
Lei	7.730/1989	31/01/1989	MedidaProvisória	2.092-20/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	154/1990	15/03/1990	MedidaProvisória	2.092-21/2001	22/02/2001

NOTA Presidência República/Advocacia Geral da União/LA	01/93	20/02/1993	MedidaProvisória	2.092-22/2001	22/03/2001
Parecer Tribunal Contas União	324.014/94-5	27/03/1995	MedidaProvisória	2.092-23/2001	19/04/2001
Parecer Tribunal Contas União	015.222/94-2	21/11/1995	MedidaProvisória	2.092-24/2001	17/05/2001
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	2/1997	06/03/1997	MedidaProvisória	2.174-26/2001	28/06/2001
Súmula Administrativa da Advocacia-Geral da União	1/1997	27/06/1997	-	-/-	-
Decreto	2.984/1999	05/03/1999	PESSOAL - PROGRESSAO FUNCIONAL / PROMOÇÃO	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	800.100/97-2	17/03/1999	-	-/-	-
Parecer Tribunal Contas União	002.043/97-1	28/04/1999	Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946
Parecer Presidência República/Advocacia Geral da União/GM	005/2000	26/04/2000	Emenda Constitucional	19/1965	07/12/1965
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	77/2000	27/04/2000	Lei	5.645/1970	10/12/1970
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	93/2000	10/05/2000	Decreto	84.669/1980	29/04/1980
Ofício-Circ. M. Planejatº, Orçatº e Gestão/ Secret. Recursos Humanos/Secretário	10/2000	11/05/2000	Decreto	87.257/1982	07/06/1982
Parecer Presidência República/Advocacia Geral da União/GM	010/2000	04/08/2000	Decreto	89.310/1984	19/01/1984
Súmula Administrativa da Advocacia-Geral da União	5/2001	08/03/2001	Decreto	93.838/1986	19/12/1986
Parecer Tribunal Contas União	928.782/1998-0	21/03/2001	Lei	8.112/1990	11/12/1990
Ação Direta de Inconstitucionalidade Supremo Tribunal Federal	2.061-7/2001	25/04/2001	Lei	8.116/1990	13/12/1990
Parecer Tribunal Contas União	012.052/1999-0	08/05/2001	Decreto	004/13.05.1991	10/05/1991
-	-	-/-	Lei	8.460/1992	17/12/1992
-	-	-/-	Lei	8.627/1993	19/02/1993
PESSOAL - PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PDV	-	-/-	MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997
Parecer Normativo M. Fazenda /Coordenação-Geral do Sistema de Tributação	1/1995	08/08/1995	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
MedidaProvisória	1.525/1996	30/10/1996	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
Decreto	2.076/1996	20/11/1996	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
MedidaProvisória	1.530/1996	20/11/1996	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	014/1996	20/11/1996	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	1.558/1996	18/12/1996	Lei	9.527/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.530-1/1996	19/12/1996	Parecer Tribunal Contas União	011.426/96-9	03/03/1999
MedidaProvisória	1.558-3/1997	16/01/1997	MedidaProvisória	1.815/1999	05/03/1999
MedidaProvisória	1.530-2/1997	17/01/1997	MedidaProvisória	1.815-1/1999	06/04/1999
MedidaProvisória	1.558-4/1997	13/02/1997	MedidaProvisória	1.815-2/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.530-3/1997	14/02/1997	MedidaProvisória	1.909-15/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.558-5/1997	13/03/1997	Parecer Tribunal Contas União	001.414/1996-8	14/12/1999
MedidaProvisória	1.530-4/1997	14/03/1997	MedidaProvisória	2.048-26/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	1.558-6/1997	11/04/1997	MedidaProvisória	2.048-27/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	1.530-5/1997	15/04/1997	MedidaProvisória	2.048-28/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	1.558-7/1997	09/05/1997	MedidaProvisória	2.048-29/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	1.530-6/1997	15/05/1997	MedidaProvisória	2.048-30/2000	26/10/2000
MedidaProvisória	1.558-8/1997	10/06/1997	MedidaProvisória	2.048-31/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.530-7/1997	12/06/1997	MedidaProvisória	2.136-33/2000	28/12/2000
Lei	9.468/1997	10/07/1997	MedidaProvisória	2.136-34/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.558-9/1997	10/07/1997	Parecer Presidência República/Advocacia Geral da União/GM	018/2001	02/02/2001
MedidaProvisória	1.579-10/1997	23/07/1997	MedidaProvisória	2.136-35/2001	23/02/2001
MedidaProvisória	1.579-11/1997	21/08/1997	Parecer Tribunal Contas União	001.590/1996-0	23/03/2001
MedidaProvisória	1.579-12/1997	18/09/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.579-13/1997	17/10/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.579-14/1997	13/11/1997	PESSOAL - QUINTOS / DÉCIMOS - INCORPORAÇÃO	-	-/-
MedidaProvisória	1.579-15/1997	11/12/1997	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.579-16/1998	08/01/1998	Lei	6.732/1979	04/12/1979
Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	1/1998	13/01/1998	Decreto-lei	1.746/1979	27/12/1979
MedidaProvisória	1.579-17/1998	05/02/1998	Lei	8.112/1990	11/12/1990
MedidaProvisória	1.579-18/1998	05/03/1998	Lei	8.911/1994	11/07/1994
MedidaProvisória	1.579-19/1998	02/04/1998	Ofício-Circ. PR/Secret. Administ. Federal / Secretário de Recursos Humanos / Secretário	42/1994	30/08/1994
MedidaProvisória	1.579-20/1998	29/04/1998	MedidaProvisória	747/1994	02/12/1994
MedidaProvisória	1.579-21/1998	28/05/1998	MedidaProvisória	805/1994	30/12/1994
MedidaProvisória	1.579-22/1998	26/06/1998	MedidaProvisória		

MedidaProvisória	831/1995	18/01/1995	MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997
MedidaProvisória	892/1995	16/02/1995	MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997
Parecer Tribunal Contas União	649.028/93-7	16/02/1995	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
MedidaProvisória	939/1995	16/03/1995	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
MedidaProvisória	968/1995	12/04/1995	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
MedidaProvisória	993/1995	11/05/1995	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
MedidaProvisória	1.019/1995	08/06/1995	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	1.042/1995	29/06/1995	Lei	9.527/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.068/1995	29/07/1995	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	1.147/1998	08/05/1998
MedidaProvisória	1.095/1995	25/08/1995	EmendaConstitucional	19/1998	04/06/1998
MedidaProvisória	1.127/1995	26/09/1995	ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	166/1998	01/10/1998
MedidaProvisória	1.160/1995	26/10/1995	ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	196/1999	16/07/1999
MedidaProvisória	1.195/1995	24/11/1995	Decreto	3.151/1999	23/08/1999
MedidaProvisória	1.231/1995	14/12/1995	Parecer Presidência República /Advocacia Geral da União/GQ	209/1999	16/12/1999
MedidaProvisória	1.268/1996	12/01/1996	MedidaProvisória	1.964-27/2000	26/05/2000
MedidaProvisória	1.307/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.964-28/2000	27/06/2000
MedidaProvisória	1.347/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.964-29/2000	27/07/2000
MedidaProvisória	1.480-19/1996	01/04/1996	MedidaProvisória	1.964-30/2000	25/08/2000
MedidaProvisória	1.389/1996	11/04/1996	MedidaProvisória	1.964-31/2000	22/09/2000
MedidaProvisória	1.432/1996	09/05/1996	MedidaProvisória	1.964-32/2000	24/10/2000
MedidaProvisória	1.480/1996	05/06/1996	Decreto	3.644/2000	30/10/2000
MedidaProvisória	1.480-20/1996	01/08/1996	Publicações Diversas	s/nº/2000.	06/11/2000
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	33/1996	01/08/1996	MedidaProvisória	1.964-33/2000	23/11/2000
MedidaProvisória	1.480-21/1996	29/08/1996	MedidaProvisória	2.088-35/2000	27/12/2000
MedidaProvisória	1.480-22/1996	26/09/1996	MedidaProvisória	2.088-36/2001	26/01/2001
MedidaProvisória	1.480-23/1996	24/10/1996	Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal	260/2001	16/02/2001
MedidaProvisória	1.480-24/1996	22/11/1996	Parecer Tribunal Contas União	002.608/2001-9	28/03/2001
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	55/1996	03/12/1996	-	-	-/-
Símula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União	243/1996	13/12/1996	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.480-25/1996	19/12/1996	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.480-26/1997	17/01/1997	Decreto	11.488/1915	12/02/1915
MedidaProvisória	1.480-27/1997	14/02/1997	Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946
MedidaProvisória	1.480-28/1997	14/03/1997	Decreto-lei	2.365/1987	27/08/1987
MedidaProvisória	1.480-29/1997	15/04/1997	Lei	8.112/1990	11/12/1990
MedidaProvisória	1.480-30/1997	15/05/1997	Lei	8.270/1991	17/12/1991
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	9/1997	21/05/1997	Decreto	492/1992	09/04/1992
MedidaProvisória	1.480-31/1997	12/06/1997	Decreto	925/1993	10/09/1993
MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997	ParecerPresidênciaRepública /Advocacia Geral da União/GQ	56/1994	30/12/1994
MedidaProvisória	1.480-32/1997	11/07/1997	Parecer Tribunal Contas União	027.020/91-6	23/02/1995
MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	35/1996	15/08/1995
Parecer Tribunal Contas União	003.117/95-2	06/08/1997	NormaExecução MF /Secretaria Federal Controle	1/1996	01/01/1996
MedidaProvisória	1.480-33/1997	08/08/1997	Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado /Ministro	5/1996	23/02/1996
MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997	Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado/Secret. Recursos Humanos /Secretário	35/1996	05/08/1996
MedidaProvisória	1.480-34/1997	09/09/1997	NormaExecução MF /Secretaria Federal Controle	2/1996	04/09/1996
MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997	MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997
MedidaProvisória	1.480-35/1997	09/10/1997	MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997
MedidaProvisória	1.480-36/1997	06/11/1997	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
MedidaProvisória	1.480-37/1997	04/12/1997	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
Lei	9.527/1997	10/12/1997	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
MedidaProvisória	1.480-38/1997	31/12/1997	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	1.480-39/1998	29/01/1998	MedidaProvisória	3.634/1997	12/11/1997
MedidaProvisória	1.480-40/1998	27/02/1998	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	9.527/1997	10/12/1997
Publicações Diversas	4/1998	09/03/1998	Lei		

MedidaProvisória	1.644-41/1998	17/03/1998	Lei	9.536/1997	11/12/1997
Lei	9.624/1998	02/04/1998	Lei	9.624/1998	02/04/1998
Lei	9.640/1998	25/05/1998	Instrução Normativa M. Orçatº e Gestão/Secret. Estado Administ. Patrimônio	2/1999	11/03/1999
Parecer Tribunal Contas União	650.051/96-3	23/02/1999	Decreto	3.319/1999	30/12/1999
ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	189/1999	24/03/1999	MedidaProvisória	2.000-14/2000	10/03/2000
ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	203/1999	06/12/1999	MedidaProvisória	2.000-15/2000	11/04/2000
ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	208/1999	16/12/1999	MedidaProvisória	2.000-16/2000	11/05/2000
Ofício M. Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria Recursos Humanos	24/2000	24/02/2000	MedidaProvisória	2.039-18/2000	28/06/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	28/2000	28/02/2000	MedidaProvisória	2.039-19/2000	28/07/2000
Parecer Tribunal Contas União	001.379/1998-4	26/07/2000	MedidaProvisória	2.039-20/2000	25/08/2000
Parecer Tribunal Contas União	003.140/1981-4	23/11/2000	MedidaProvisória	2.039-21/2000	26/09/2000
Parecer Tribunal Contas União	005.702/1986-0	28/11/2000	MedidaProvisória	2.039-22/2000	26/10/2000
Parecer Tribunal Contas União	012.981/1995-8	28/11/2000	MedidaProvisória	2.039-23/2000	23/11/2000
Parecer Tribunal Contas União	008.268/1996-7	05/12/2000	MedidaProvisória	2.134-25/2000	28/12/2000
ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GM	013/2000	11/12/2000	Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçatº e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	32/2000	29/12/2000
ParecerM. Planejamento, Orçatº Gestão/Consultoria Jurídica	0333 -2.6/2001	29/03/2001	MedidaProvisória	2.134-26/2001	26/01/2001
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçatº e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	17/2001	11/04/2001	Parecer Tribunal Contas União	010.135/1999-5	22/02/2001
Ofício-Circ. M. Planejamento, Orçatº e Gestão / Secret. Recursos Humanos /Secretário	19/2001	23/04/2001	MedidaProvisória	2.134-27/2001	23/02/2001
Parecer Tribunal Contas União	009.645/1978-0	24/04/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Ministro	83/2001	17/04/2001
Parecer Tribunal Contas União	025.753/1983-5	08/05/2001	MedidaProvisória	2.198-3/2001	28/06/2001
Parecer Tribunal Contas União	001.303/2001-1	10/05/2001	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	016.640/1979-9	15/05/2001	-	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	006.933/2000-8	22/05/2001	PESSOAL - REMUNERAÇÃO/BENEFÍCIOS/VANTAGENS - MILITARES	-	-/-
Parecer Tribunal Contas União	011.269/1991-0	12/06/2001	-	-	-/-
Comunicação M. Planejamento, Orçatº e Gestão / Sec. Recursos Humanos	s/nº/2001	02/07/2001	Decreto	113C/1890	02/01/1890
-	-	-/-	Decreto	181A/1890	24/01/1890
-	-	-/-	Decreto	254/1890	08/03/1890
PESSOAL - REALIZAÇÃO DE HORA EXTRA / FALTAS / ABANDONO DE CARGO	-	-/-	Decreto	277C/1890	22/03/1890
-	-	-/-	Decreto	372/1890	02/05/1890
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Decreto	428/1890	24/05/1890
MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997	Decreto	433/1890	30/05/1890
MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997	Decreto	498/1890	19/06/1890
MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997	Decreto	534/1890	28/06/1890
MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997	Decreto	682/1890	23/08/1890
MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997	Decreto	890/1890	18/10/1890
MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997	Decreto	898/1890	18/10/1890
MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997	Decreto	932/1890	24/10/1890
Lei	9.527/1997	10/12/1997	Decreto	946A/1890	01/11/1890
Parecer Tribunal Contas União	003.897/99-0	11/08/1999	Decreto	1.310/1891	17/01/1891
ParecerPresidênciaRepública/Advocacia Geral da União/GQ	214/2000	11/01/2000	Decreto	355/1891	29/05/1891
Decreto	3.406/2000	06/04/2000	Decreto	374/1891	06/06/1891
Decreto	3.545/2000	14/07/2000	Decreto	18A/1891	17/10/1891
Parecer Tribunal Contas União	003.897/1999-0	23/05/2001	Decreto	595/1891	17/10/1891
-	-	-/-	Decreto - Poder Legislativo	32/1892	12/01/1892
-	-	-/-	Decreto - Poder Legislativo	33/1892	12/01/1892
PESSOAL - RECONDUÇÃO / READMISSÃO / REVERSÃO / READAPTAÇÃO / REINTEGRAÇÃO / DISPONIBILIDADE / VACÂNCIA / ESTABILIDADE	-	-/-	Decreto	806/1892	29/04/1892
-	-	-/-	Decreto	885/1892	17/06/1892
Decreto	11.447/1915	20/01/1915	Decreto	898/1892	29/06/1892
Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937	Decreto	1.034/1892	01/09/1892
Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946	Decreto - Poder Legislativo	129/1893	18/05/1893
Lei	6.683/1979	28/08/1979	Decreto - Poder Legislativo	157/1893	05/08/1893
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Decreto - Poder Legislativo	216/1894	31/10/1894
Lei	8.216/1991	13/08/1991	Decreto	2.215/1896	13/01/1896
Lei	8.878/1994	11/05/1994	Decreto - Poder Legislativo	390/1896	02/10/1896
Mensagem Presidente República	596/1995	31/05/1995	Decreto	2.473/1897	12/03/1897
Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	05/1996	23/02/1996	Decreto	2.673/1897	16/11/1897
			Decreto	2.674/1897	16/11/1897

Decreto	2.748/1897	20/12/1897	Portaria Presidência República/Estado Maior Forças Armadas/Ministro	994/1996	01/04/1996
Decreto - Poder Legislativo	523/1898	25/11/1898	Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado/Ministro	11/1996	17/10/1996
Decreto	3.660/1900	23/05/1900	Lei	9.442/1997	14/03/1997
Decreto - Poder Legislativo	667/1900	27/07/1900	Emenda Constitucional	18/1998	05/02/1998
Decreto - Poder Legislativo	669/1900	08/08/1900	Portaria Interministerial Estado Maior das Forças Armadas / M. Fazenda	463/1998	19/02/1998
Decreto	3.748/1900	22/08/1900	Portaria M. Aeronáutica/Ministro	148/1998	05/03/1998
Decreto - Poder Legislativo	757/1901	05/01/1901	Portaria M. Exército / Ministro	457/1998	30/07/1998
Decreto	3.920/1901	06/02/1901	Emenda Constitucional	20/1998	15/12/1998
Decreto	4.073/1901	03/07/1901	Decreto	3.557/2000	14/08/2000
Decreto - Poder Legislativo	805/1901	29/11/1901	Portaria M. Defesa / Comando da Aeronáutica / Comandante	524/2000	15/08/2000
Decreto - Poder Legislativo	821/1900	27/12/1901	Decreto	3.643/2000	26/10/2000
Decreto	4.476/1902	23/07/1902	Medida Provisória	2.131/2000	28/12/2000
Decreto - Poder Legislativo	937/1902	27/12/1902	Medida Provisória	2.131-1/2001	26/01/2001
Decreto - Poder Legislativo	981/1903	07/01/1903	Medida Provisória	2.131-2/2001	23/02/2001
Decreto - Poder Legislativo	982/1903	07/01/1903	Despacho Presidência República/Advocacia Geral da União	147/2001	06/03/2001
Decreto - Poder Legislativo	983/1903	07/01/1903	Decreto	3.790/2001	18/04/2001
Decreto - Poder Legislativo	1.474/1906	09/01/1906	Lei	10.266/2001	24/07/2001
Decreto	6.155/1906	26/09/1906	-	-	-/-
Decreto - Poder Legislativo	1.541/1906	27/10/1906	-	-	-/-
Decreto	6.224/1906	14/11/1906	PESSOAL - RESTITUIÇÃO/RESSARCIMENTO/REPOSIÇÃO/INDENIZAÇÕES (AO ERÁRIO)	-	-/-
Decreto	6.337/1907	24/01/1907	-	-	-/-
Decreto	6.375/1907	21/02/1907	-	-	-/-
Decreto	6.496/1907	05/06/1907	Lei	8.112/1990	11/12/1990
Decreto	6.768/1907	11/12/1907	Medida Provisória	1.522/1996	11/10/1996
Decreto - Poder Legislativo	1.836/1907	30/12/1907	Medida Provisória	1.522-1/1996	12/11/1996
Decreto - Poder Legislativo	1.849/1908	02/01/1908	Medida Provisória	1.522-2/1996	12/12/1996
Decreto	6.823/1908	16/01/1908	Medida Provisória	1.522-3/1997	09/01/1997
Decreto	6.841/1908	30/01/1908	Medida Provisória	1.522-4/1997	05/02/1997
Decreto - Poder Legislativo	2.042/1908	31/12/1908	Medida Provisória	1.522-5/1997	06/03/1997
Decreto	7.278/1909	07/01/1909	Medida Provisória	1.573-7/1997	02/05/1997
Decreto	7.399/1909	14/05/1909	Medida Provisória	1.573-8/1997	03/06/1997
Decreto	7.655/1909	11/11/1909	Medida Provisória	1.573-9/1997	03/07/1997
Decreto	7.665/1909	18/11/1909	Medida Provisória	1.573-10/1997	31/07/1997
Decreto - Poder Legislativo	2.233/1910	06/01/1910	Medida Provisória	1.573-11/1997	29/08/1997
Decreto	8.141/1910	10/08/1910	Medida Provisória	1.573-12/1997	26/09/1997
Decreto	8.216/1910	15/09/1910	Medida Provisória	1.595-14/1997	10/11/1997
Decreto	8.234/1910	22/09/1910	Lei	9.527/1997	10/12/1997
Decreto	8.254/1910	29/09/1910	Parecer Tribunal Contas União	005.630/1996-7	12/11/1998
Decreto	8.269/1910	29/09/1910	Parecer Tribunal Contas União	001.609/1999-8	23/07/1999
Decreto	8.326/1910	27/10/1910	Parecer Tribunal Contas União	625.150/1995-3	11/11/1999
Decreto	8.337/1910	04/11/1910	Medida Provisória	1.964-27/2000	26/05/2000
Decreto	8.338/1910	04/11/1910	Decisão Tribunal de Contas da União/Plenário	463/2000	07/06/2000
Decreto	8.393/1910	14/11/1910	Medida Provisória	1.964-28/2000	27/06/2000
Decreto - Poder Legislativo	2.290/1910	13/12/1910	Medida Provisória	1.964-29/2000	27/07/2000
Decreto - Poder Legislativo	2.368/1910	31/12/1910	Parecer Presidência República/Advocacia Geral da União/GM	010/2000	04/08/2000
Decreto	8.533/1911	25/01/1911	Medida Provisória	1.964-30/2000	25/08/2000
Decreto	8.543/1911	01/02/1911	Parecer Tribunal Contas União	014.927/95-0	13/09/2000
Decreto	8.801/1911	28/06/1911	Parecer Tribunal Contas União	015.032/1999-0	13/09/2000
Decreto - Poder Legislativo	2.473/1911	03/11/1911	Medida Provisória	1.964-31/2000	22/09/2000
Decreto - Poder Legislativo	2.481/1911	08/11/1911	Medida Provisória	1.964-32/2000	24/10/2000
Decreto - Poder Legislativo	2.484/1911	14/11/1911	Medida Provisória	1.964-33/2000	23/11/2000
Decreto	9.169A/1911	30/11/1911	Medida Provisória	2.088-35/2000	27/12/2000
Decreto	9.409/1912	06/03/1912	Medida Provisória	2.088-36/2001	26/01/2001
Decreto	9.595/1912	29/05/1912	Parecer Tribunal Contas União	002.202/1994-8	14/03/2001
Decreto	9.624/1912	13/06/1912	-	-	-/-
Decreto	9.847/1912	01/11/1912	-	-	-/-
Decreto	9.874/1912	13/11/1912	PESSOAL - VANTAGEM DE 28,86%	-	-/-

Decreto - Poder Legislativo	2.756/1913	10/01/1913	-	-	-/-
Decreto - Poder Legislativo	2.797/1913	10/09/1913	Acórdão STF	22307-7	19/02/1997
Decreto - Poder Legislativo	2.836/1913	24/12/1913	Embarco Declaratório Supremo Tribunal Federal	22.307-7/1998	11/03/1998
Decreto	10.665/1914	07/01/1914	Medida Provisória	1.704/1998	30/06/1998
Decreto	10.666/1914	07/01/1914	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	2.179/1998	28/07/1998
Decreto	10.685/1914	14/01/1914	Medida Provisória	1.704-1/1998	30/07/1998
Decreto	10.716/1914	04/02/1914	Decreto	2.693/1998	28/08/1998
Decreto	10.745/1914	11/02/1914	Medida Provisória	1.704-2/1998	28/08/1998
Decreto	10.832/1914	28/03/1914	Medida Provisória	1.704-3/1998	28/09/1998
Decreto	10.907/1914	27/05/1914	Medida Provisória	1.704-4/1998	27/10/1998
Decreto	10.989/1914	15/07/1914	Medida Provisória	1.704-5/1998	27/11/1998
Decreto	11.166/1914	30/09/1914	Medida Provisória	1.775-6/1998	14/12/1998
Decreto	11.377/1914	02/12/1914	Decreto	2.892/1998	22/12/1998
Decreto	11.410/1915	06/01/1915	Medida Provisória	1.775-7/1999	13/01/1999
Decreto	11.444/1915	20/01/1915	Medida Provisória	1.812-9/1999	26/02/1999
Decreto	11.497/1915	23/02/1915	Decreto	2.984/1999	05/03/1999
Decreto	11.498/1915	23/02/1915	Medida Provisória	1.812-10/1999	25/03/1999
Decreto	11.499/1915	23/02/1915	Medida Provisória	1.812-11/1999	22/04/1999
Decreto	11.570/1915	05/05/1915	Medida Provisória	1.812-12/1999	20/05/1999
Decreto	11.602/1915	09/06/1915	Medida Provisória	1.904-14/1999	29/06/1999
Decreto	11.673/1915	18/08/1915	Medida Provisória	1.904-15/1999	29/07/1999
Decreto	11.685/1915	25/08/1915	Medida Provisória	1.917/1999	29/07/1999
Decreto	11.775/1915	10/11/1915	Portaria Normativa M. Planejamento Orçatº e Gestão /Sec. Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999
Decreto	11.837/1915	29/12/1915	Medida Provisória	1.904-16/1999	27/08/1999
Decreto	11.838/1915	29/12/1915	Medida Provisória	1.917-1/1999	27/08/1999
Decreto	11.840/1915	29/12/1915	Medida Provisória	1.904-17/1999	24/09/1999
Decreto	11.853A/1915	31/12/1915	Medida Provisória	1.917-2/1999	24/09/1999
Decreto	11.898/1916	19/01/1916	Medida Provisória	1.904-18/1999	26/10/1999
Decreto	12.008/1916	29/03/1916	Medida Provisória	1.917-3/1999	26/10/1999
Decreto - Poder Legislativo	3.174/1916	11/10/1916	Decreto	3.235/1999	09/11/1999
Decreto - Poder Legislativo	3.175/1916	11/10/1916	Medida Provisória	1.962-20/1999	09/12/1999
Decreto	12.364/1917	17/01/1917	Medida Provisória	1.970-5/1999	10/12/1999
Decreto	12.376/1917	25/01/1917	Medida Provisória	1.962-21/2000	06/01/2000
Decreto - Poder Legislativo	3.352/1917	03/10/1917	Medida Provisória	1.970-6/2000	11/01/2000
Decreto	12.739/1917	07/12/1917	Medida Provisória	1.970-7/2000	01/02/2000
Decreto	12.742/1917	11/12/1917	Medida Provisória	1.962-22/2000	03/02/2000
Decreto - Poder Legislativo	3.413/1917	11/12/1917	Medida Provisória	1.962-23/2000	02/03/2000
Decreto	13.287/1918	14/11/1918	Medida Provisória	1.970-8/2000	09/03/2000
Decreto	13.339/1918	18/12/1918	Medida Provisória	1.962-24/2000	30/03/2000
Decreto - Poder Legislativo	4.080/1920	19/06/1920	Medida Provisória	1.970-9/2000	06/04/2000
Lei	5.534/1928	24/09/1928	Súmula Administrativa da Advocacia-Geral da União	3/2000	06/04/2000
Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934	Medida Provisória	1.962-25/2000	28/04/2000
Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937	Medida Provisória	1.970-10/2000	04/05/2000
Constituição Federal 1946	1946	18/09/1946	Decreto	3.473/2000	18/05/2000
Lei	1.316/1951	20/01/1951	Medida Provisória	1.962-26/2000	26/05/2000
Lei	4.069/1962	11/06/1962	Medida Provisória	1.970-11/2000	01/06/2000
Lei	4.328/1964	30/04/1964	Medida Provisória	1.962-27/2000	27/06/2000
Emenda Constitucional	19/1965	07/12/1965	Medida Provisória	1.970-12/2000	29/06/2000
Lei	6.683/1979	28/08/1979	Medida Provisória	1.962-28/2000	27/07/2000
Lei	6.880/1980	09/12/1980	Medida Provisória	1.970-13/2000	28/07/2000
Lei	7.412/1985	06/12/1985	Medida Provisória	1.962-29/2000	25/08/2000
Lei	7.961/1989	21/12/1989	Medida Provisória	1.970-14/2000	28/08/2000
Lei	8.448/1992	21/07/1992	Medida Provisória	1.962-30/2000	22/09/2000
Decreto	722/1993	18/01/1993	Medida Provisória	1.970-15/2000	27/09/2000
Decreto	958/1993	11/10/1993	Medida Provisória	1.962-31/2000	24/10/2000
Lei	8.717/1993	14/10/1993	Medida Provisória	1.970-16/2000	26/10/2000
Portaria M. Exército / Ministro	811/1995	14/12/1995	Medida Provisória	1.962-32/2000	23/11/2000

MedidaProvisória	1.970-17/2000	23/11/2000	Orientação Normativa M. Planejamento, Orçamento e Gestão/Secret. Recursos Humanos	10/1999	01/10/1999
MedidaProvisória	1.962-33/2000	21/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	010.337/99-7	03/11/1999
MedidaProvisória	2.086-34/2000	27/12/2000	Parecer Tribunal Contas União	853.047/1997-9	16/11/1999
MedidaProvisória	2.092-19/2000	27/12/2000	Ofício-Circ. M. Planejamento e Gestão/Secret. Recursos Humanos/Secretário	9/2000	05/05/2000
MedidaProvisória	2.086-35/2001	25/01/2001	Decreto	3.529/2000	30/06/2000
MedidaProvisória	2.092-20/2001	25/01/2001	Lei	9.988/2000	19/07/2000
MedidaProvisória	2.086-36/2001	22/02/2001	EmendaConstitucional	30/2000	13/09/2000
MedidaProvisória	2.092-21/2001	22/02/2001	Parecer Tribunal Contas União	015.032/1999-0	13/09/2000
MedidaProvisória	2.086-37/2001	22/03/2001	Portaria Conjunta M. Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria Orçamento Federal/Secretaria Recursos Humanos	1/2000	05/12/2000
MedidaProvisória	2.086-38/2001	19/04/2001	Parecer M. Planejamento, Orçamento e Gestão/Consultoria Jurídica	0138-2.9/2001	12/02/2001
MedidaProvisória	2.092-23/2001	19/04/2001	Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão/Ministro	52/2001	16/03/2001
MedidaProvisória	2.086-39/2001	17/05/2001	Ação Direta de Inconstitucionalidade Supremo Tribunal Federal	2.061-7/2001	25/04/2001
MedidaProvisória	2.092-24/2001	17/05/2001	MedidaProvisória	2.146-1/2001	04/05/2001
MedidaProvisória	2.169-41/2001	28/06/2001	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.174-26/2001	28/06/2001	-	-	-/-
Quadros	snº	31/12/9999	PESSOAL - VIAGENS / SERVIÇOS DA UNIAO NO EXTERIOR	-	-/-
-	-	-/-	-	-	-/-
-	-	-/-	Lei	5.809/1972	10/10/1972
PESSOAL - VENCIMENTO/VENCIMENTOS/REMUNERAÇÃO - DEFINIÇÃO	-	-/-	Decreto	71.733/1973	18/01/1973
-	-	-/-	Decreto-lei	1.341/1974	22/08/1974
Decreto Chefe Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil	20.910/1932	06/01/1932	Decreto	85.148/1980	15/09/1980
Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934	Decreto	91.800/1985	18/10/1985
Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937	Lei	7.501/1986	27/06/1986
Decreto-lei	1.445/1939	27/07/1939	Lei	7.795/1989	10/07/1989
Lei	605/1949	05/01/1949	Lei	8.112/1990	11/12/1990
Lei	4.069/1962	11/06/1962	Exposição Motivos M. Relações Exteriores	115/1991	20/03/1991
Decreto-lei	81/1966	21/12/1966	Decreto	486/1992	07/04/1992
Decreto-lei	177/1967	16/02/1967	Lei	8.745/1993	09/12/1993
Lei	5.368/1967	01/12/1967	Lei	8.829/1993	22/12/1993
Lei	5.552/1968	04/12/1968	Decreto	1.339/1994	20/12/1994
Decreto-lei	376/1968	20/12/1968	Decreto	1.387/1995	07/02/1995
Decreto-lei	673/1969	07/07/1969	Decreto	1.570/1995	21/07/1995
Decreto-lei	900/1969	29/09/1969	Decreto	1.656/1995	03/10/1995
Decreto-lei	1.073/1970	09/01/1970	Decreto	01/10/1996	01/10/1996
Lei	5.843/1972	06/12/1972	Decreto	2.299/1997	13/08/1997
Decreto-lei	1.325/1974	26/04/1974	Decreto	2.301/1997	14/08/1997
Decreto-lei	1.341/1974	22/08/1974	Decreto	3.025/1999	12/04/1999
Decreto-lei	1.445/1976	13/02/1976	Lei	9.888/1999	08/12/1999
Decreto-lei	1.574/1977	19/09/1977	Ofício M. Planejamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	027/2000	23/06/2000
Decreto-lei	1.604/1978	22/02/1978	Ofício M. Relações Exteriores / Departamento de Administração	33/2000	17/07/2000
Decreto-lei	1.660/1979	24/01/1979	Memorando M. Planejamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Departamento de Programas Especiais	46/2000	24/07/2000
Decreto-lei	1.698/1979	03/10/1979	Decreto	3.643/2000	26/10/2000
Decreto-lei	1.820/1980	11/12/1980	Decreto	3.790/2001	18/04/2001
Decreto	86.600/1981	17/11/1981	-	-	-/-
Decreto-lei	1.902/1981	22/12/1981	-	-	-/-
Decreto	86.795/1981	28/12/1981	-	-	-/-
Decreto-lei	2.079/1983	20/12/1983	PESSOAL(GERAL)	-	-/-
Decreto-lei	2.130/1984	25/06/1984	-	-	-/-
Decreto	90.641/1984	10/12/1984	Decreto	12.296/1916	06/12/1916
Decreto-lei	2.204/1984	27/12/1984	Constituição Federal 1934	1934	16/07/1934
Decreto-lei	2.211/1984	31/12/1984	Constituição Federal 1937	1937	10/11/1937
Decreto-lei	2.228/1985	17/01/1985	Decreto-lei	967/1938	21/12/1938
Decreto-lei	2.268/1985	13/03/1985	Decreto-lei	368/1968	19/12/1968
Lei	7.333/1985	02/07/1985	Lei	5.645/1970	10/12/1970
Decreto-lei	2.355/1987	27/08/1987	Decreto	73.987/1974	24/04/1974
Constituição Federal 1988	37/XI/XII/1988	05/10/1988	Decreto	94.666/1987	23/07/1987

Constituição Federal 1988	39/§1º/1988	05/10/1988	Constituição Federal 1988	39/1988	05/10/1988
Constituição Federal 1988	39/1988	05/10/1988	Lei	7.855/1989	24/10/1989
Atos das Disposições Constitucionais Transitórias/Constituição Federal 1988	17/1988	05/10/1988	Decreto	99.235/1990	07/05/1990
Lei	7.830/1989	28/09/1989	Lei	8.112/1990	11/12/1990
Lei	7.923/1989	12/12/1989	Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	22/1991	27/02/1991
Lei	7.973/1989	22/12/1989	Decreto	804/1993	20/04/1993
Lei	7.974/1989	22/12/1989	Parecer Tribunal Contas União	010.481/94-0	25/11/1994
Lei	7.995/1990	09/01/1990	Parecer Tribunal Contas União	009.991/94-8	16/02/1995
MedidaProvisória	210/1990	22/08/1990	Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	66/1995	19/04/1995
MedidaProvisória	232/1990	21/09/1990	Mensagem Presidente República	615/1995	07/06/1995
MedidaProvisória	255/1990	24/10/1990	Decreto	1.580/1995	03/08/1995
MedidaProvisória	272/1990	23/11/1990	Proposta de Emenda à Constituição	41/1997	23/08/1995
Lei	8.112/1990	11/12/1990	Decreto	1.738/1995	08/12/1995
Lei	8.116/1990	13/12/1990	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Secret. de Recursos Humanos	1.686/1996	29/05/1996
Lei	8.162/1991	08/01/1991	Resolução M. Planejamento e Orçamento / Conselho de Coordenação e Controle de Empresas Estatais	9/1996	03/10/1996
Lei	8.216/1991	13/08/1991	Resolução M. Planejamento e Orçamento / Conselho de Coordenação e Controle de Empresas Estatais	8/1996	08/10/1996
Lei	8.270/1991	17/12/1991	Decreto	2.030/1996	11/10/1996
Lei	8.390/1991	30/12/1991	Decreto	2.031/1996	11/10/1996
Lei	8.417/1992	24/04/1992	Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	17/1996	11/11/1996
Lei	8.448/1992	21/07/1992	Estatutos	sn/1996	28/11/1996
Lei	8.460/1992	17/12/1992	Lei	9.454/1997	07/04/1997
Lei	8.622/1993	19/01/1993	MedidaProvisória	1.573-7/1997	02/05/1997
Lei	8.645/1993	02/04/1993	MedidaProvisória	1.573-8/1997	03/06/1997
Lei	8.659/1993	27/05/1993	MedidaProvisória	1.573-9/1997	03/07/1997
Lei	8.676/1993	13/07/1993	Decreto	2.271/1997	07/07/1997
Lei	8.852/1994	04/02/1994	MedidaProvisória	1.573-10/1997	31/07/1997
Portaria Interministerial M. Fazenda / Presidência República / Secret. Administração Federal	1/1994	10/03/1994	Artigos Publicados	1.869/1997	22/08/1997
Lei	8.880/1994	27/05/1994	MedidaProvisória	1.573-11/1997	29/08/1997
Portaria Presidência República / Secret. de Administ. Federal / Ministro	2.380/1994	26/07/1994	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Secret. de Recursos Humanos	2.768/1997	29/08/1997
Decreto Legislativo - Senado Federal	6/1995	19/01/1995	MedidaProvisória	1.573-12/1997	26/09/1997
Decreto Legislativo - Senado Federal	7/1995	19/01/1995	Resolução M. Planejamento e Orçamento / Conselho de Coordenação e Controle de Empresas Estatais	12/1997	28/10/1997
Portaria Interministerial M. Fazenda / M. Administração Federal e Reforma Estado	26/1995	20/01/1995	Decreto	2.370/1997	10/11/1997
Lei	9.030/1995	13/03/1995	MedidaProvisória	1.595-14/1997	10/11/1997
MedidaProvisória	1.011/1995	26/05/1995	Decreto	2.374/1997	11/11/1997
Decreto	1.515/1995	06/06/1995	Lei	9.527/1997	10/12/1997
Mensagem Presidente República	983/1995	19/09/1995	Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	1/1998	13/01/1998
MedidaProvisória	1.118/1995	22/09/1995	Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	150/1998	30/04/1998
MedidaProvisória	1.299/1996	09/02/1996	Decisão Tribunal de Contas da União / Normativa	17/1998	04/05/1998
MedidaProvisória	1.426/1996	09/05/1996	Instrução Normativa M. Administração Federal e Reforma do Estado / Ministro	4/1998	28/05/1998
MedidaProvisória	1.474-24/1996	04/07/1996	Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998
Decreto	1.955/1996	11/07/1996	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	1.610/1998	16/06/1998
Ofício-Circ. M. Administ. Federal e Reforma do Estado / Secret. Recursos Humanos / Secretário	44/1996	21/10/1996	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	2.096/1998	20/06/1998
Lei	9.367/1996	16/12/1996	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	1.963/1998	08/07/1998
Parecer Tribunal Contas União	003.117/95-2	06/08/1997	Decisão Tribunal de Contas da União / Administrativa	438/1998	15/07/1998
Lei	9.527/1997	10/12/1997	Decreto	2.794/1998	01/10/1998
Publicações Diversas	snº-1/1998	09/03/1998	Decreto	2.798/1998	08/10/1998
Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	146/1998	30/03/1998	Parecer Tribunal Contas União	029.041/91-0	21/10/1998
Lei	9.624/1998	02/04/1998	Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	174/1998	04/11/1998
Lei	9.630/1998	23/04/1998	Lei	9.717/1998	27/11/1998
Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	150/1998	30/04/1998	Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	20/1998	15/12/1998
Decreto	2.610/1998	02/06/1998	Emenda Constitucional	24/1998	15/12/1998
Emenda Constitucional	19/1998	04/06/1998	Portaria M. Administração Federal e Reforma Estado / Ministro	3.454/1998	15/12/1998
Parecer Tribunal Contas União	005.630/96-7	12/11/1998			
Parecer Tribunal Contas União	012.998/95-8	12/11/1998			
Lei Complementar	96/1999	31/01/1999			

MedidaProvisória	1.798/1999	13/01/1999	MedidaProvisória	2.027-46/2000	21/12/2000
Decreto	2.947/1999	26/01/1999	MedidaProvisória	2.109-48/2001	26/01/2001
Lei	9.783/1999	28/01/1999	MedidaProvisória	2.109-49/2001	23/02/2001
Lei	9.784/1999	29/01/1999	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.798-1/1999	11/02/1999	-	-/-	-
Parecer Tribunal Contas União	011.426/96-9	03/03/1999	PROGRAMA DE CREDITO EDUCATIVO	-	-/-
Exposição Motivos Conjunta M. do Orçamento e Gestao/ M. Fazenda	00/1999	10/03/1999	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.798-2/1999	11/03/1999	CircularCaixaEcon.Federal/SuperintendenciaNacionaldeLoterias	200/2000	13/10/2000
MedidaProvisória	1.798-3/1999	08/04/1999	-	-/-	-
Decreto	3.035/1999	27/04/1999	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.798-4/1999	06/05/1999	PROGRAMA DE CREDITO ESPECIAL PARA A REFORMA AGRARIA	-	-/-
RecomendaçãoComissão de Controle e Gestão Fiscal	35/1999	15/06/1999	-	-/-	-
RecomendaçãoComissão de Controle e Gestão Fiscal	36/1999	15/06/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.782/2000	18/10/2000
MedidaProvisória	1.906-6/1999	29/06/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.813/2000	28/12/2000
MedidaProvisória	1.911-7/1999	29/06/1999	-	-/-	-
Decreto	3.114/1999	06/07/1999	-	-/-	-
Parecer Tribunal Contas União	001.725/1996-3	20/07/1999	PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA	-	-/-
MedidaProvisória	1.906-7/1999	28/07/1999	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.911-8/1999	29/07/1999	Lei	5.969/1973	11/12/1973
Parecer Tribunal Contas União	018.734/1994-8	19/08/1999	Lei	8.171/1991	17/01/1991
Anteprojeto Presidência da República (minuta)	s/nº/1999	19/08/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2322/1996	15/10/1996
Portaria Normativa M. Planejamento e Gestao/Sec.Recursos Humanos	7/1999	24/08/1999	Lei	10.246/2001	02/07/2001
MedidaProvisória	1.906-8/1999	27/08/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.852/2001	03/07/2001
MedidaProvisória	1.911-9/1999	27/08/1999	-	-/-	-
RecomendaçãoComissão de Controle e Gestão Fiscal	59/1999	09/09/1999	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.906-9/1999	24/09/1999	PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MINIMA - P GRM	-	-/-
MedidaProvisória	1.911-10/1999	24/09/1999	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.906-10/1999	26/10/1999	Lei	9.533/1997	10/12/1997
MedidaProvisória	1.911-11/1999	26/10/1999	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000
Mensagem Presidente República	1.662/1999	08/11/1999	Parecer Tribunal Contas União	015.848/1999-0	15/08/2000
Parecer Tribunal Contas União	853.047/1997-9	16/11/1999	Decreto	3.578/2000	30/08/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestao/ Ministro	157/1999	25/11/1999	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	20/2000	05/09/2000
MedidaProvisória	1.984-12/1999	10/12/1999	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	2/2001	21/02/2001
MedidaProvisória	1.999-13/1999	14/12/1999	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	4/2001	21/02/2001
Parecer Tribunal Contas União	016.105/1996-6	14/12/1999	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	-	-/-
RecomendaçãoComissão de Controle e Gestão Fiscal	081/1999	21/12/1999	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.984-13/2000	11/01/2000	PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - PROGER	-	-/-
MedidaProvisória	1.999-14/2000	13/01/2000	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.984-14/2000	10/02/2000	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.999-15/2000	11/02/2000	-	-/-	-
Lei	9.962/2000	22/02/2000	-	-/-	-
Mensagem Presidente República	247/2000	22/02/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	243/2000	04/10/2000
MedidaProvisória	1.984-15/2000	09/03/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	247/2000	04/10/2000
MedidaProvisória	1.999-16/2000	10/03/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	249/2000	04/10/2000
MedidaProvisória	1.984-16/2000	06/04/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	250/2000	04/10/2000
Parecer Presidência República / Advocacia Geral da União / GQ	2/2000	10/04/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	2.853/2001	03/07/2001
MedidaProvisória	1.999-17/2000	11/04/2000	Resolução M. Educação / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	-	-/-
MedidaProvisória	1.984-17/2000	04/05/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	-	-/-
MedidaProvisória	1.999-18/2000	11/05/2000	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.984-18/2000	01/06/2000	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRA BAIANA	-	-/-
MedidaProvisória	1.984-19/2000	29/06/2000	-	-/-	-
MedidaProvisória	2.049-20/2000	29/06/2000	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.848/2001	29/06/2001
MedidaProvisória	1.984-20/2000	28/07/2000	-	-/-	-
MedidaProvisória	2.049-21/2000	28/07/2000	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.984-21/2000	28/08/2000	-	-/-	-
MedidaProvisória	2.049-22/2000	28/08/2000	-	-/-	-
Publicações Diversas	s/nº-5/2000	04/09/2000	-	-/-	-

Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	s/nº-000/2000	11/09/2000	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS	-	-/-
MedidaProvisória	1.984-22/2000	27/09/2000	-	-/-	-
MedidaProvisória	2.049-23/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.923/1999	06/10/1999
MedidaProvisória	1.984-23/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	2.004-3/1999	14/12/1999
MedidaProvisória	2.049-24/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	2.004-4/2000	13/01/2000
Parecer Tribunal Contas União	016.401/1994-8	22/11/2000	MedidaProvisória	2.004-5/2000	11/02/2000
MedidaProvisória	1.984-24/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	2.004-6/2000	10/03/2000
MedidaProvisória	2.049-25/2000	23/11/2000	Lei	9.964/2000	10/04/2000
Nota Explicativa / Presidência República / Casa Civil / Comissão de Ética Pública	sn/2000	23/11/2000	Decreto	3.431/2000	24/04/2000
Resolução Presidência República / Casa Civil / Comissão de Ética Pública	3/2000	23/11/2000	Lei	10.002/2000	14/09/2000
Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestao / Ministro	281/2000	21/12/2000	Decreto	3.614/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	2.102-26/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	2.061/2000	29/09/2000
MedidaProvisória	2.123-27/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	2.061-1/2000	31/10/2000
MedidaProvisória	2.102-27/2001	26/01/2001	MedidaProvisória	2.061-2/2000	30/11/2000
MedidaProvisória	2.123-28/2001	26/01/2001	Decreto	3.712/2000	27/12/2000
Parecer Tribunal Contas União	010.868/1999-2	13/02/2001	MedidaProvisória	2.061-3/2000	27/12/2000
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	44/2001	20/02/2001	MedidaProvisória	2.061-4/2001	25/01/2001
MedidaProvisória	2.102-28/2001	23/02/2001	Lei	10.189/2001	14/02/2001
MedidaProvisória	2.123-29/2001	23/02/2001	Balancos Patrimoniais M. Agric. Abastecimento / Companhia Armazens Silos do Est. M. Gerais	SN/2000	09/04/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Comissão de Ética Pública	4/2001	07/06/2001	Portaria M. Fazenda / Secret. Receita Federal	578/2001	11/06/2001
Resolução Presidência República / Casa Civil / Comissão de Ética Pública	5/2001	07/06/2001	Resolução M. Fazenda / Programa Recuperação Fiscal / Comitê Gestor	12/2001	22/06/2001
Parecer Congresso Nacional	s/nº/2001	28/06/2001	Resolução M. Fazenda / Programa Recuperação Fiscal / Comitê Gestor	13/2001	22/06/2001
-	-	-/-	Resolução M. Fazenda / Programa Recuperação Fiscal / Comitê Gestor	14/2001	22/06/2001
-	-	-/-	-	-	-/-
PROGRAMA "NOSSA TERRA - NOSSA ESCOLA"	-	-/-	-	-	-/-
-	-	-/-	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.901-30/1999	24/09/1999	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	-	-/-
MedidaProvisória	1.901-31/1999	26/10/1999	-	-/-	-
MedidaProvisória	1.901-32/1999	25/11/1999	MedidaProvisória	1.784/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	1.997-33/1999	14/12/1999	Decreto	2.896/1998	23/12/1998
MedidaProvisória	1.997-34/2000	13/01/2000	MedidaProvisória	1.784-1/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	1.997-35/2000	11/02/2000	Resolução M. Educação e Cultura / Fundo Nacional Desenvolvimento Educação / Conselho Deliberativo / Presidente	3/1999	21/01/1999
MedidaProvisória	1.997-36/2000	10/03/2000	MedidaProvisória	1.784-2/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.997-37/2000	11/04/2000	MedidaProvisória	1.784-3/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	2.027-38/2000	04/05/2000	MedidaProvisória	1.784-4/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	2.027-39/2000	01/06/2000	MedidaProvisória	1.784-5/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	2.027-40/2000	29/06/2000	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
MedidaProvisória	2.027-41/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.853-7/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	2.027-42/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.853-8/1999	27/07/1999
MedidaProvisória	2.027-43/2000	27/09/2000	MedidaProvisória	1.853-9/1999	25/08/1999
MedidaProvisória	2.027-44/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.853-10/1999	24/09/1999
MedidaProvisória	2.027-45/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.853-11/1999	22/10/1999
MedidaProvisória	2.027-46/2000	21/12/2000	MedidaProvisória	1.979-13/1999	10/12/1999
MedidaProvisória	2.109-48/2001	26/01/2001	MedidaProvisória	1.979-14/2000	11/01/2000
MedidaProvisória	2.109-49/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	1.979-15/2000	10/02/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.979-16/2000	09/03/2000
-	-	-/-	Parecer Tribunal Contas União	002.363/2000-6	05/04/2000
PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RURAL	-	-/-	MedidaProvisória	1.979-17/2000	06/04/2000
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.979-18/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	2.027-38/2000	04/05/2000	Mensagem Presidente República	627/2000	04/05/2000
MedidaProvisória	2.027-39/2000	01/06/2000	MedidaProvisória	1.979-19/2000	02/06/2000
MedidaProvisória	2.027-40/2000	29/06/2000	MedidaProvisória	1.979-20/2000	29/06/2000
MedidaProvisória	2.027-41/2000	28/07/2000	MedidaProvisória	1.979-21/2000	28/07/2000
MedidaProvisória	2.027-42/2000	28/08/2000	MedidaProvisória	1.979-22/2000	28/08/2000
MedidaProvisória	2.027-43/2000	27/09/2000	Relatório da Administração Caixa Econômica Federal / Diretoria Colegiada	s/nº-000/2000	11/09/2000
MedidaProvisória	2.027-44/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.979-23/2000	27/09/2000
MedidaProvisória	2.027-45/2000	23/11/2000	-	-	-

Portaria M. Planejamento, Orçamento e Gestão / Secret. Orçamento Federal / Secretário	15/2000	04/10/2000	MedidaProvisória	1.481-47/1997	14/03/1997
MedidaProvisória	1.979-24/2000	26/10/2000	MedidaProvisória	1.520-6/1997	14/03/1997
MedidaProvisória	1.979-25/2000	23/11/2000	MedidaProvisória	1.481-48/1997	15/04/1997
MedidaProvisória	2.100-27/2000	27/12/2000	MedidaProvisória	1.520-7/1997	15/04/1997
MedidaProvisória	2.100-28/2001	25/01/2001	MedidaProvisória	1.481-49/1997	15/05/1997
MedidaProvisória	2.100-29/2001	23/02/2001	MedidaProvisória	1.520-8/1997	15/05/1997
Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/Conselho Deliberativo/Presidente	9/2001	20/03/2001	MedidaProvisória	1.553-16/1997	10/06/1997
MedidaProvisória	2.100-30/2001	23/03/2001	MedidaProvisória	1.481-50/1997	12/06/1997
Resolução M. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Secretaria Executiva	15/2001	07/06/2001	MedidaProvisória	1.520-9/1997	12/06/1997
Lei	10.266/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.553-17/1997	10/07/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.481-51/1997	11/07/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.520-10/1997	11/07/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.580/1997	23/07/1997
PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-/-	MedidaProvisória	1.553-18/1997	07/08/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.481-52/1997	08/08/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.520-11/1997	08/08/1997
Resolução Presidência República/Casa Civil/Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	4/2001	22/05/2001	MedidaProvisória	1.580-1/1997	21/08/1997
Decreto	3.840/2001	11/06/2001	MedidaProvisória	1.553-19/1997	04/09/1997
MedidaProvisória	2.198-3/2001	28/06/2001	Lei	9.491/1997	09/09/1997
Resolução Presidência República/Casa Civil/Câmara Gestão Crise Energia Elétrica	28/2001	24/07/2001	MedidaProvisória	1.520-12/1997	09/09/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.580-2/1997	18/09/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.553-20/1997	02/10/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.520-13/1997	09/10/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.580-3/1997	17/10/1997
PROGRAMA ESTRATEGICO EMERGENCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-/-	MedidaProvisória	1.594/1997	21/10/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.553-21/1997	30/10/1997
MedidaProvisória	2.198-3/2001	28/06/2001	MedidaProvisória	1.520-14/1997	06/11/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.580-4/1997	13/11/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.594-1/1997	20/11/1997
PROGRAMA HABITAR-BRASIL, AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO - PASSE INFRAESTRUTURA URBANA - PRO-INFRA	-	-/-	MedidaProvisória	1.580-5/1997	11/12/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.613-2/1997	11/12/1997
Portaria M. Planejamento e Orçamento / Ministro	1/1998	13/01/1998	MedidaProvisória	1.615-23/1997	11/12/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.635-16/1997	12/12/1997
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.580-6/1998	08/01/1998
PROGRAMA NACIONAL DE SESTATIZAÇÃO	-	-/-	MedidaProvisória	1.613-3/1998	08/01/1998
-	-	-/-	MedidaProvisória	1.615-24/1998	08/01/1998
Decreto	99.464/1990	16/08/1990	MedidaProvisória	1.635-17/1998	13/01/1998
Decreto	000.05.03.1991	05/03/1991	MedidaProvisória	1.580-7/1998	05/02/1998
Instrução M. Econ. Faz. Planejat/Comissão de Valores Mobiliários	157/1991	21/08/1991	MedidaProvisória	1.613-4/1998	05/02/1998
MedidaProvisória	299/1991	01/10/1991	MedidaProvisória	1.615-25/1998	05/02/1998
Lei	8.250/1991	25/10/1991	MedidaProvisória	1.635-18/1998	12/02/1998
Instrução M. Econ. Faz. Planejat/Comissão de Valores Mobiliários	175/1992	06/02/1992	MedidaProvisória	1.580-8/1998	05/03/1998
Decreto	000/26.03.1992	25/03/1992	MedidaProvisória	1.613-5/1998	05/03/1998
Decreto	001/26.03.1992	25/03/1992	MedidaProvisória	1.615-26/1998	05/03/1998
Decreto	786/1993	29/03/1993	Lei	1.635-19/1998	13/03/1998
Decreto	798/1993	16/04/1993	MedidaProvisória	9.619/1998	02/04/1998
Decreto	801/1993	20/04/1993	MedidaProvisória	1.613-6/1998	02/04/1998
MedidaProvisória	327/1993	24/06/1993	MedidaProvisória	1.615-27/1998	02/04/1998
MedidaProvisória	334/1993	23/07/1993	MedidaProvisória	1.635-20/1998	09/04/1998
MedidaProvisória	345/1993	25/08/1993	MedidaProvisória	1.613-7/1998	29/04/1998
Lei	8.696/1993	26/08/1993	MedidaProvisória	1.615-28/1998	29/04/1998
MedidaProvisória	353/1993	23/09/1993	MedidaProvisória	1.635-21/1998	12/05/1998
Lei	8.712/1993	28/09/1993	MedidaProvisória	1.635-17/1998	14/05/1998
MedidaProvisória	362/1993	25/10/1993	MedidaProvisória	1.615-29/1998	15/05/1998
			MedidaProvisória	1.615-30/1998	26/06/1998
			MedidaProvisória	1.682-3/1998	29/06/1998

MedidaProvisória	376/1993	24/11/1993	MedidaProvisória	1.696-23/1998	30/06/1998
Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.034/1993	17/12/1993	MedidaProvisória	1.701-11/1998	01/07/1998
MedidaProvisória	392/1993	23/12/1993	MedidaProvisória	1.615-31/1998	27/07/1998
MedidaProvisória	415/1994	21/01/1994	MedidaProvisória	1.682-4/1998	29/07/1998
MedidaProvisória	455/1994	25/03/1994	MedidaProvisória	1.701-12/1998	30/07/1998
MedidaProvisória	479/1994	22/04/1994	MedidaProvisória	1.615-32/1998	25/08/1998
MedidaProvisória	506/1994	24/05/1994	MedidaProvisória	1.682-5/1998	27/08/1998
MedidaProvisória	533/1994	23/06/1994	MedidaProvisória	1.696-25/1998	28/08/1998
MedidaProvisória	557/1994	26/07/1994	MedidaProvisória	1.701-13/1998	28/08/1998
Decreto	1.204/1994	29/07/1994	MedidaProvisória	1.615-33/1998	24/09/1998
Decreto	1.227/1994	22/08/1994	MedidaProvisória	1.682-6/1998	25/09/1998
MedidaProvisória	588/1994	25/08/1994	MedidaProvisória	1.696-26/1998	28/09/1998
MedidaProvisória	630/1994	23/09/1994	MedidaProvisória	1.701-14/1998	28/09/1998
MedidaProvisória	670/1994	21/10/1994	MedidaProvisória	1.615-34/1998	22/10/1998
MedidaProvisória	718/1994	18/11/1994	MedidaProvisória	1.682-7/1998	26/10/1998
MedidaProvisória	772/1994	20/12/1994	MedidaProvisória	1.696-27/1998	27/10/1998
Decreto	1.361/1995	01/01/1995	MedidaProvisória	1.701-15/1998	27/10/1998
MedidaProvisória	841/1995	19/01/1995	MedidaProvisória	1.741-36/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	901/1995	16/02/1995	MedidaProvisória	1.755-9/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	945/1995	15/03/1995	MedidaProvisória	1.768-29/1998	14/12/1998
MedidaProvisória	970/1995	12/04/1995	MedidaProvisória	1.772-17/1998	14/12/1998
Decreto	1.485/1995	09/05/1995	MedidaProvisória	1.786/1998	29/12/1998
MedidaProvisória	995/1995	11/05/1995	MedidaProvisória	1.741-37/1999	13/01/1999
Decreto	1.503/1995	25/05/1995	MedidaProvisória	1.755-10/1999	13/01/1999
Decreto	1.510/1995	01/06/1995	MedidaProvisória	1.768-30/1999	13/01/1999
Decreto	1.539/1995	27/06/1995	MedidaProvisória	1.772-18/1999	13/01/1999
MedidaProvisória	1.097/1995	25/08/1995	MedidaProvisória	1.800/1999	27/01/1999
Decreto	1.647/1995	26/09/1995	MedidaProvisória	1.786-1/1999	28/01/1999
MedidaProvisória	1.129/1995	26/09/1995	MedidaProvisória	1.741-38/1999	11/02/1999
Decreto	1.677/1995	18/10/1995	MedidaProvisória	1.755-11/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.162/1995	27/10/1995	MedidaProvisória	1.768-31/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.197/1995	24/11/1995	MedidaProvisória	1.772-19/1999	11/02/1999
MedidaProvisória	1.233/1995	15/12/1995	MedidaProvisória	1.786-2/1999	25/02/1999
Decreto	1.785/1996	11/01/1996	MedidaProvisória	1.800-1/1999	25/02/1999
MedidaProvisória	1.270/1996	13/01/1996	MedidaProvisória	1.741-39/1999	11/03/1999
Decreto	1.907/1996	17/01/1996	MedidaProvisória	1.755-12/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.309/1996	09/02/1996	MedidaProvisória	1.768-32/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.349/1996	12/03/1996	MedidaProvisória	1.772-20/1999	11/03/1999
MedidaProvisória	1.391/1996	12/04/1996	MedidaProvisória	1.786-3/1999	25/03/1999
MedidaProvisória	1.433/1996	10/05/1996	MedidaProvisória	1.800-2/1999	25/03/1999
MedidaProvisória	1.481/1996	07/06/1996	Decreto	3.000/1999	26/03/1999
MedidaProvisória	1.481-38/1996	04/07/1996	Decreto	3.019/1999	06/04/1999
MedidaProvisória	1.481-39/1996	01/08/1996	MedidaProvisória	1.741-40/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.481-40/1996	29/08/1996	MedidaProvisória	1.755-13/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.520/1996	24/09/1996	MedidaProvisória	1.768-33/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.481-41/1996	26/09/1996	MedidaProvisória	1.772-21/1999	08/04/1999
MedidaProvisória	1.481-42/1996	24/10/1996	MedidaProvisória	1.786-4/1999	22/04/1999
MedidaProvisória	1.520-1/1996	24/10/1996	MedidaProvisória	1.800-3/1999	22/04/1999
Decreto	2.077/1996	21/11/1996	MedidaProvisória	1.741-41/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.481-43/1996	22/11/1996	MedidaProvisória	1.755-14/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.520-2/1996	22/11/1996	MedidaProvisória	1.768-34/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.481-44/1996	19/12/1996	MedidaProvisória	1.772-22/1999	06/05/1999
MedidaProvisória	1.520-3/1996	19/12/1996	MedidaProvisória	1.786-5/1999	20/05/1999
MedidaProvisória	1.481-45/1997	17/01/1997	MedidaProvisória	1.800-4/1999	20/05/1999
MedidaProvisória	1.520-4/1997	17/01/1997	Ata Plenário Tribunal de Contas da União	24/1999	15/06/1999
MedidaProvisória	1.481-46/1997	14/02/1997	MedidaProvisória	1.841-7/1999	29/06/1999
MedidaProvisória	1.520-5/1997	14/02/1997	MedidaProvisória	1.850-6/1999	29/06/1999

MedidaProvisória	1.868-16/1999	29/06/1999	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	-	-/-
MedidaProvisória	1.873-43/1999	29/06/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.877-36/1999	29/06/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.889-24/1999	29/06/1999	Decreto	2.025/1996	09/10/1996
MedidaProvisória	1.841-8/1999	27/07/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	245/2000	04/10/2000
MedidaProvisória	1.850-7/1999	27/07/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	246/2000	04/10/2000
MedidaProvisória	1.873-44/1999	28/07/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	247/2000	04/10/2000
MedidaProvisória	1.889-25/1999	28/07/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	248/2000	04/10/2000
MedidaProvisória	1.868-17/1999	29/07/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	249/2000	04/10/2000
Recomendação o Comissão de Controle e Gestão Fiscal	49/1999	12/08/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	-	-/-
Decreto	000/23.08.1999	20/08/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	251/2000	04/10/2000
Lei	9.819/1999	23/08/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	-	-/-
MedidaProvisória	1.850-8/1999	25/08/1999	ResoluçãoM. Educação/Fundo Nacional Desenvolvimento Educação/ Conselho Deliberativo/Presidente	2.782/2000	18/10/2000
MedidaProvisória	1.877-38/1999	25/08/1999	ResoluçãoM. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.813/2000	28/12/2000
MedidaProvisória	1.873-45/1999	26/08/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	88/2001	03/04/2001
MedidaProvisória	1.889-26/1999	26/08/1999	Portaria M. Fazenda / Ministro	97/2001	18/04/2001
MedidaProvisória	1.868-18/1999	27/08/1999	Portaria M. Fazenda / Ministro	97/2001	18/04/2001
MedidaProvisória	1.877-39/1999	22/09/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil	2.833/2001	25/04/2001
MedidaProvisória	1.850-9/1999	24/09/1999	Resolução M. Fazenda / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional	2.852/2001	03/07/2001
MedidaProvisória	1.868-19/1999	24/09/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.873-46/1999	24/09/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.889-27/1999	24/09/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.877-40/1999	21/10/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.850-10/1999	22/10/1999	PROGRAMA NACIONAL DE RENDA MINIMA VINCULADA A EDUCAÇÃO- "BOLSAESCOLA"	-	-/-
MedidaProvisória	1.873-47/1999	22/10/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.889-28/1999	22/10/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.868-20/1999	26/10/1999	MedidaProvisoria	2.140/2001	13/02/2001
Decreto	3.277/1999	07/12/1999	MedidaProvisória	2.140-1/2001	14/03/2001
MedidaProvisória	1.942-12/1999	09/12/1999	Balanco PatrimonialM. Fazenda / Caixa Economica Federal	sn2000	16/03/2001
MedidaProvisória	1.948-49/1999	09/12/1999	Lei	10.219/2001	11/04/2001
MedidaProvisória	1.957-30/1999	09/12/1999	Decreto	3.823/2001	28/05/2001
MedidaProvisória	1.981-42/1999	10/12/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.985-22/1999	10/12/1999	-	-	-/-
Decreto	3.286/1999	14/12/1999	PROGRAMAS COMUNIDADE SOLIDARIA E COMUNIDADE ATIVA	-	-/-
Decreto	3.292/1999	15/12/1999	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.942-13/2000	06/01/2000	Decreto	2.999/1999	25/03/1999
MedidaProvisória	1.948-50/2000	06/01/2000	PortariaPresidênciaRepública/GabineteCivil	1/2001	20/06/2001
MedidaProvisória	1.981-43/2000	11/01/2000	ResoluçãoPresidênciaRepública/Casa Civil/Comissão de Ética Pública	1/2001	20/06/2001
MedidaProvisória	1.985-23/2000	11/01/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	2.103-37/2001	26/01/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.942-14/2000	03/02/2000	PROGRAMAS MORAR MELHOR - GESTAO URBANA E INFRA-ESTRUTURA URBANA - PRO-INFRA	-	-/-
MedidaProvisória	1.948-51/2000	03/02/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.981-44/2000	10/02/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.985-24/2000	10/02/2000	PortariaPresidênciaRepública/Secret. Especialde Desenvolvimento Urbano	16/2001	05/06/2001
Decreto	3.367/2000	22/02/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.942-15/2000	02/03/2000	-	-	-/-
MedidaProvisória	1.981-45/2000	09/03/2000	PROJETO ALVORADA	-	-/-
MedidaProvisória	1.985-25/2000	09/03/2000	-	-	-/-
Decreto	3.393/2000	28/03/2000	Decreto	3.769/2001	08/03/2001
MedidaProvisória	1.942-16/2000	30/03/2000	Nota Técnica Conjunta Cong. Nac/SenFed/Comis. Mista Planos Orcatº /Consult. Orcatº Fisc. Fin. e Con	8/2001	25/04/2001
Decreto	3.401/2000	03/04/2000	Substitutivo ao Texto de Projeto de Lei	4/2001	28/06/2001
MedidaProvisória	1.981-46/2000	06/04/2000	Lei	10.266/2001	24/07/2001
MedidaProvisória	1.985-26/2000	06/04/2000	Lei	-	-
MedidaProvisória	1.942-17/2000	27/04/2000	CONSTITUIÇAO DAREPUBLICAFEDERATIVADO BRASIL	10297	26/10/2001
MedidaProvisória	1.981-47/2000	04/05/2000	Lei	10302	31/10/2001
MedidaProvisória	1.985-27/2000	04/05/2000	Lei	-	-

Decreto	3.489/2000	26/05/2000	Lei	10310	22/11/2001
MedidaProvisória	1.942-18/2000	26/05/2000	Lei	10316	06/12/2001
MedidaProvisória	1.981-48/2000	01/06/2000	Decreto	3900	29/08/2001
MedidaProvisória	1.985-28/2000	01/06/2000	Decreto	3913	11/09/2001
ResoluçãoM. Desenvolvimento. Indústria e Comércio Exterior/Conselho Nacional de Desestatização/Presidente	26/2000	06/06/2000	Decreto	3915	12/09/2001
Ata Plenário Tribunal de Contas da União	22/2000	13/06/2000	Decreto	3934	20/09/2001
InstruçãoM. Fazenda/Comissão de Valores Mobiliários	339/2000	21/06/2000	Decreto	3936	24/09/2001
MedidaProvisória	1.942-19/2000	26/06/2000	Decreto	3937	25/09/2001
MedidaProvisória	1.981-49/2000	29/06/2000	Decreto	3939	26/09/2001
MedidaProvisória	1.985-29/2000	29/06/2000	Decreto	3972	16/10/2001
Balanco PatrimonialM. Desenv. Indústria e Comércio Exterior/Banco Nac. Desenv. Ec. Social	sn2000	30/06/2000	Decreto	3973	17/10/2001
MedidaProvisória	1.942-20/2000	26/07/2000	Decreto	3980	24/10/2001
MedidaProvisória	1.981-50/2000	28/07/2000	Decreto	3985	26/10/2001
MedidaProvisória	1.985-30/2000	28/07/2000	Decreto	3987	29/10/2001
Parecer Tribunal Contas União	004.675/1998-3	02/08/2000	Decreto	3991	30/10/2001
MedidaProvisória	1.942-21/2000	23/08/2000	Decreto	3993	30/10/2001
MedidaProvisória	1.981-51/2000	28/08/2000	Decreto	3997	01/11/2001
MedidaProvisória	1.985-31/2000	28/08/2000	Decreto	3998	05/11/2001
Circular Banco Central do Brasil/ Diretoria Colegiada	3.004/2000	31/08/2000	Decreto	4002	07/11/2001
MedidaProvisória	1.942-22/2000	21/09/2000	Decreto	4004	08/11/2001
MedidaProvisória	1.981-52/2000	27/09/2000	Decreto	4009	12/11/2001
MedidaProvisória	1.985-32/2000	27/09/2000	Decreto	4016	13/11/2001
MedidaProvisória	1.942-23/2000	19/10/2000	Decreto	4020	19/11/2001
MedidaProvisória	1.981-53/2000	26/10/2000	Decreto	4024	21/11/2001
MedidaProvisória	1.985-33/2000	26/10/2000	Decreto	4032	26/11/2001
MedidaProvisória	1.942-24/2000	16/11/2000	Decreto	4034	26/11/2001
MedidaProvisória	1.981-54/2000	23/11/2000	Decreto	4035	28/11/2001
MedidaProvisória	1.985-34/2000	23/11/2000	Decreto	4039	03/12/2001
Portaria Interministerial M. Planejamento, Orcamento e Gestão /M. Fazenda	455/2000	12/12/2000	Decreto	4040	03/12/2001
Lei	10.150/2000	21/12/2000	Decreto	4041	03/12/2001
MedidaProvisória	2.071-26/2000	27/12/2000	Decreto	4046	10/12/2001
MedidaProvisória	2.103-36/2000	27/12/2000	Decreto	4047	10/12/2001
Carta Circular Banco Central do Brasil / Deparº Cadastro e Informações do Sist. Financeiro	2.950/2001	10/01/2001	-	-	-
Decreto	3.735/2001	24/01/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.071-27/2001	25/01/2001	-	-	-
Balanco PatrimonialM. Desenv. Indústria e Comércio Exterior /Banco Nac. Desenv. Ec. Social	snº2001	16/02/2001	-	-	-
Balanco Patrimoniale Demonstrações ContábeisM. Agric. Abastecimento/Centrais Abastº Minas Gerais	sn2000	16/02/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.071-28/2001	22/02/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.103-38/2001	23/02/2001	-	-	-
Decreto	3.764/2001	06/03/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.071-29/2001	22/03/2001	-	-	-
Decreto	3.785/2001	06/04/2001	-	-	-
Balancos Patrimoniais M. Agric. Abastecimento/ Companhia Armazens Silos do Est. M. Gerais	SN2000	09/04/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.071-30/2001	19/04/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.071-31/2001	17/05/2001	-	-	-
Portaria M. Fazenda / Secret. Tesouro Nacional / Secretário	173/2001	18/05/2001	-	-	-
Decreto	sn17/04/2001	05/06/2001	-	-	-
MedidaProvisória	2.161-33/2001	28/06/2001	-	-	-
Mensagem Presidente República	758/2001	24/07/2001	-	-	-
-	-	-/-	-	-	-
-	-	-/-	-	-	-